As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, que ainda não se manifestou a seu respeito. Este Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição.

PROSPECTO PRELIMINAR DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

locamerica

LCAM3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Companhia de Locação das Américas
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 10.215.988/0001-60
Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, Limão
CEP 02546-000 – São Paulo – SP
30.331.062 Ações
Valor da Distribuição: R$379.138.275,00
Código de negociação na BM&FBOVESPA: "LCAM3"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$11,00 e R$14,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor fora desta faixa indicativa.

A Companhia de Locação das Américas ("Companhia"), a BV Empreendimentos e Participações S.A. ("BVEP") e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas (conforme definidos neste Prospecto e, em conjunto com BVEP, "Acionistas Vendedores"), em conjunto com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), o Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e o BB – Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual, o BofA Merrill Lynch e o Votorantim, "Coordenadores da Oferta") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de 30.331.062 ações ordinárias, compreendendo: (i) a distribuição primária de 18.181.818 ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de 12.149.244 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da BVEP ("Oferta Secundária", e em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames ("Ações").

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Serão também realizados, simultaneamente, esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, com base na *Regulation S*, no âmbito do *Securities Act*, editada pela SEC (em conjunto, "Investidores Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131") ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.689") e da Instrução nº 325 da CVM, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* ("Contrato de Colocação Internacional"), a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Itau BBA USA Securities, Inc., o BTG Pactual US Capital LLC, o Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, o Banco Votorantim Securities, Inc., e o Banco do Brasil Securities LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 4.549.659 ações ordinárias de emissão da Companhia, em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, conforme definido abaixo ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador no Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Contrato de Colocação"), celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Anúncio de Início"), inclusive, que corresponde à data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta no momento da fixação do Preço por Ação.

Adicionalmente, sem prejuízo das Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a critério dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 6.066.212 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de emissão por Ação estará situado entre R$11,00 e R$14,00, podendo, no entanto, ser fixado fora dessa faixa indicativa ("Preço por Ação"). O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva de Ações no Período de Reserva (conforme definidos neste Prospecto); e (ii) a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado somente com Investidores Institucionais, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens firmes de subscrição/aquisição das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações.

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[2][4]	Recursos Líquidos (R$)[2][3][4]
Por Ação	12,50	0,72	11,78
Oferta Primária	227.272.725,00	13.045.454,42	214.227.270,59
Oferta Secundária	151.865.550,00	8.717.082,57	143.148.467,43
Total	**379.138.275,00**	**21.762.536,99**	**357.375.738,02**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas da Oferta e sem considerar Comissão de Incentivo.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta - Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de fevereiro de 2012, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 08 de março de 2012 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 28 de fevereiro de 2012. A realização da Oferta Secundária, e a delegação à Diretoria da BVEP para praticar todos os atos necessários para a realização da Oferta, inclusive aprovar o Preço por Ação, foram aprovados pela BVEP em reunião do conselho de administração realizada em 04 de novembro de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 06 de dezembro de 2011 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio em 03 de janeiro de 2012. O Preço por Ação e o aumento de capital da Companhia serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia útil subsequente. Adicionalmente, o Preço por Ação será aprovado em ata da Reunião da Diretoria da BVEP a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio no dia útil subsequente.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas para a subscrição/aquisição das Ações, a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto) e neste Prospecto, as quais somente serão confirmadas aos subscritores/adquirentes no início do período de distribuição.

A OFERTA FOI REGISTRADA NA CVM EM [•] DE [•] DE 2012, SOB O N.° CVM/SRE/REM/2012/[•] E SOB O N.° CVM/SRE/SEC/2012/[•].

"O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas."

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS NOSSAS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 23 e 88, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM OS ITENS "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO NA PÁGINA 399, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DAS AÇÕES.

ANBIMA

"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos".

COORDENADORES DA OFERTA

Itaú BBA — **Coordenador Líder**

BTG Pactual — **Agente Estabilizador**

Bank of America Merrill Lynch

BancoVotorantim

BB INVESTIMENTOS

A data deste Prospecto Preliminar é 19 de abril de 2012.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **11**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO **12**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **14**
Principais Fatores de Risco relativos à Companhia 23
SUMÁRIO DA OFERTA **26**
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES LEGAIS E OS AUDITORES **40**
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA E OUTRAS INFORMAÇÕES **42**
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA **43**
Composição do Capital Social 43
Principais Acionistas 44
Acionistas Vendedores 45
Contrato de Associação e Acordo de Acionistas 46
Mecanismos de Dispersão de Participação Acionária 47
Coordenador Adicional 48
Características Gerais da Oferta 48
Descrição da Oferta 48
Aprovações Societárias 49
Preço por Ação 50
Reserva de Capital 50
Quantidade, Montante e Recursos Líquidos 50
Custos de Distribuição 52
Instituições Participantes da Oferta 53
Público Alvo 53
Cronograma Estimado da Oferta 54
Procedimento da Oferta 55
Oferta de Varejo 55
Oferta Institucional 59
Prazos da Oferta e Data de Liquidação 60
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 60
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta 61
Contrato de Estabilização 62
Negociação na BM&FBOVESPA 62
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 62
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações 63
Restrições à Negociação das Ações (Lock-up) 63
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 64
Suspensão e Cancelamento da Oferta 65
Inadequação da Oferta 65
Informações Adicionais 65
Instituições Consorciadas 67
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **68**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 68
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 71
Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch 73

Relacionamento entre a Companhia e o Votorantim 74
Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos 75
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 77
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual 77
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BofA Merrill Lynch 78
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Votorantim..... 78
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BB Investimentos 79
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA 80
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS..... 81
Banco Itaú BBA S.A. – Coordenador Líder 81
Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA 81
Banco BTG Pactual S.A. 82
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. 84
Banco Votorantim S.A..... 84
Atividade de *Investment Banking* do Votorantim 85
BB – Banco de Investimento S.A. 85
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS NOSSAS AÇÕES..... 88
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 94
CAPITALIZAÇÃO..... 95
DILUIÇÃO..... 97
Histórico do Preço de Emissão de Ações..... 98
Planos de Opção de Compra de Ações 98
ANEXOS..... 103
Estatuto Social Consolidado da Companhia..... 107
Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que aprovou a Oferta Primária..... 141
Ata da Reunião do Conselho de Administração da BVEP que aprovou a Oferta Secundária..... 153
Minuta da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovará o aumento de capital da Companhia e o Preço por Ação 157
Minuta da Ata da Reunião da Diretoria da BVEP que Aprovará o Preço por Ação..... 161
Declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder para fins do Artigo 56 Da Instrução CVM Nº 400, de 29 de dezembro de 2003 165
Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 177
Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 285
Formulário de Referência..... 399

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos "nós" e "nossos" e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Companhia, salvo referência diversa neste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

ABLA	Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis.
Acionistas Controladores	Até a realização da liquidação financeira da Oferta, o nosso controle será compartilhado pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a BVEP, nos termos do Acordo de Acionistas. Após a liquidação financeira da Oferta, (i) o Acordo de Acionistas será automaticamente extinto, de pleno direito, de acordo com os seus termos e condições, (ii) a BVEP não fará mais parte do grupo de controle da Companhia, em decorrência da venda de até 75% de sua participação acionária na Companhia e (iii) os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas concentrarão 47,1% do capital social votante (sem considerar o exercício das Ações Adicionais e das Ações Suplementares) e, consequentemente, não mais haverá um grupo de controle que detenha mais do que 50% das Ações da Companhia. Para mais informações, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações – *Após a Oferta, a nossa Companhia não terá mais um grupo de controle que detenha mais que 50% das nossas Ações, o que poderá nos deixar suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle definido"*, na página 91 deste Prospecto.
Acionistas Vendedores	BV Empreendimentos e Participações S.A. e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Luis Fernando Porto e Sérgio Resende, considerados em conjunto.
Acordo de Acionistas	Acordo de acionistas firmado em 31 de julho de 2008 entre a BVEP, o Luis Fernando Porto e o Sérgio Resende, o qual se encontra arquivado em nossa sede, conforme aditado em 15 de dezembro de 2009, 29 de janeiro de 2010, 30 de dezembro de 2010 e 27 de fevereiro de 2012.
Ações	30.331.062 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de nossa emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, compreendendo 18.181.818 ações a serem emitidas por nós e 12.149.244 ações de nossa emissão e de titularidade da BVEP, sem considerar as Ações Suplementares e Ações Adicionais.

Ações Adicionais	Sem prejuízo das Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a critério dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 6.066.213 ações ordinárias de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações Suplementares	Lote Suplementar de até 4.549.659 ações ordinárias de nossa emissão, equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta e objeto da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Ações em Circulação	Consideram-se em circulação todas as ações representativas do capital social de uma companhia, excetuadas as ações detidas por seu acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da companhia e as ações em tesouraria.
Administração	Nosso Conselho de Administração e nossa Diretoria.
Administradores	Membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria.
Agente Estabilizador	BTG Pactual, agindo por intermédio da Corretora.
Agentes de Colocação Internacional	Itaú BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital LLC, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Banco Votorantim Securities, Inc. e Banco do Brasil Securities LLC, considerados em conjunto.
Agile	Agile Car Ltda.
ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	O Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Companhia de Locação das Américas, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.

Anúncio de Retificação	O anúncio a ser eventualmente publicado informando a eventual revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Aviso ao Mercado	O comunicado a ser publicado em 02 de abril de 2012, e a ser republicado em 10 de abril de 2012, no jornal Valor Econômico, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo o recebimento de Pedidos de Reservas durante o Período de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.
BACEN	Banco Central do Brasil.
BB Investimentos	BB – Banco de Investimento S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BofA Merrill Lynch ou Coordenador Adicional	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
BVEP	BV Empreendimentos e Participações S.A., unidade de private equity do Votorantim e nosso acionista.
CAGR	Sigla em inglês, *Compounded Annual Growth Rate*, taxa composta de crescimento anual.
Câmara de Arbitragem	Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA.
CCB	Cédula de Crédito Bancário.
CDB	Certificado de Depósito Bancário.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição de Aquisição de Valores Mobiliários.
Companhia	Companhia de Locação das Américas.
Conselho de Administração	Nosso Conselho de Administração.
Contrato de Alienação Fiduciária	Contrato de Alienação Fiduciária celebrado entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a BVEP em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012.

Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas, a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, contrato a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, regulando os esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas, a ser celebrado entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, o BTG Pactual, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, nós e a BVEP.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas, a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e na qualidade de intervenientes anuentes, o Coordenador Líder o BofA Merrill Lynch, o Votorantim e o BB Investimentos.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, celebrado em 30 de março de 2012, entre nós, os Acionistas Controladores e a BM&FBOVESPA.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, BTG Pactual, BofA Merrill Lynch, Votorantim e BB Investimentos, considerados em conjunto.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CPF/MF	Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta que ocorrerá no 3º dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação da Opção das Ações Suplementares	Data de liquidação física e financeira das Ações Suplementares que ocorrerá no 3º dia útil contado da data do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.
Deliberação CVM 476	Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	Nossa Diretoria.
Dólar, USD, dólares, ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.

EBITDA	O EBITDA é a sigla em inglês de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, que é uma medição não contábil utilizada para avaliar a geração de caixa proveniente de uma sociedade. Calculamos o EBITDA conforme o Edital de Audiência Pública da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) no 13/2010 disponibilizado pela CVM em 18 de outubro de 2010, da seguinte forma: lucro (prejuízo) líquido, adicionado às despesas financeiras líquidas, despesas de imposto de renda e contribuição social e aos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA é uma medição não contábil elaborada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras e não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as IFRS. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de nossa dívida, mas funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade ou desempenho operacional, em razão de desconsiderar custos de depreciação de nossa frota e outros decorrentes de nossos negócios, que afetam, de maneira significativa, os nossos lucros.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Nosso Estatuto Social.
Final Offering Memorandum	Documento definitivo a ser utilizado nos esforços de colocação de Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros.
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.
FIP	BVIA Fundo de Investimento em Participações, acionista controlador da BVEP.
Formulário de Referência	Nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto, elaborado conforme exigido pela Instrução CVM 480 e arquivado na CVM em 02 de abril de 2012.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	*International Financial Reporting Standards*.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro junto à BM&FBOVESPA, convidadas pelos Coordenadores da Oferta para participar da Oferta e efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 476	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, junto aos quais serão realizados esforços de colocação das Ações em operações isentas de registro nos Estados Unidos em conformidade com o disposto no *Securities Act*; e investidores nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, com base no Regulamento S, e em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e da Lei 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$300.000,00, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados na forma da regulamentação da CVM.

Investidores Não-Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, que realizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, destinados à subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.
IPO	Oferta Pública Inicial de Ações.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Locarvel	Locarvel Locadora de Veículos Ltda.
Luis Fernando Porto	Luis Fernando Memoria Porto.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado.
NIRE	Número de Identificação do Registro de Empresas.
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações objeto da Oferta, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, destinada prioritariamente à colocação junto a Investidores Não Institucionais.
Oferta Institucional	Oferta pública de distribuição das Ações realizada junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas aos Investidores Institucionais, (i) não sendo admitidas reservas antecipadas, tampouco a estipulação de valores mínimo ou máximo de investimento, e (ii) assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos para participar da Oferta Institucional.

Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, 18.181.818 Ações de nossa emissão, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e/ou da Lei 4.131.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 12.149.244 Ações de nossa emissão e de titularidade da BVEP e, caso Luis Fernando e Sérgio Resende se valham da faculdade de distribuir as Ações Adicionais, a distribuição secundária de até 18.215.456 ações ordinárias de nossa emissão de titularidade da BVEP, Luis Fernando e Sérgio Resende, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e/ou da Lei 4.131.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum e Final Offering Memorandum*, em conjunto.
Opção de Lote Suplementar	Opção para distribuição das Ações Suplementares, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, que corresponde à data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta no momento da fixação do Preço por Ação.
Pedido de Reserva	Formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações a ser preenchido pelos Investidores Não Institucionais ao realizarem solicitação de reservas antecipadas de Ações durante o Período de Reserva.
Período de Colocação	Prazo de até três dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início, que se iniciará em 19 de abril de 2012 e se encerrará em 24 de abril de 2012.

Período de Reserva	Prazo para Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva, de 10 de abril de 2012 a 17 de abril de 2012, inclusive.
Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, são consideradas pessoas vinculadas à Oferta os Investidores que sejam: (i) nossos administradores ou controladores ou dos Acionistas Vendedores, (ii) administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.
PIB	Produto Interno Bruto.
Planos de Opção de Compra de Ações	Nossos Planos de Outorga de Opção de Compra de Ações.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e homologados pelos órgãos reguladores.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$11,00 e R$14,00, podendo, no entanto ser fixado fora dessa faixa indicativa. O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva e (iii) a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.
Preliminary Offering Memorandum	Documento preliminar a ser utilizado nos esforços de colocação de Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais que efetuarem Pedidos de Reserva no Período de Reserva, no âmbito da Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de fixação do Preço por Ação.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas, incluindo seus anexos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas, incluindo seus anexos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real ou R$	Moeda corrente do Brasil.
Regra 144A	*Rule 144A*, conforme alterada, editada pela SEC, ao amparo do Securities Act.
Regulamento de Sanções	Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Novo Mercado, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória constante do nosso Estatuto Social.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.
Regulamento S	*Regulation S*, conforme alterado, editado pela SEC, ao amparo do *Securities Act.*
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
SEC	*U.S. Securities* and *Exchange Commission*.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
Seminovos	Veículos de nossa frota disponibilizados para a venda após utilização de acordo com os nossos contratos de terceirização de frota.
Sérgio Resende	Sérgio Augusto Guerra de Resende.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	Valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e valor máximo de pedido de investimento de R$300.000,00 por Investidor Não Institucional no âmbito da Oferta de Varejo.
Valor Total da Oferta	R$379.138.275,00, considerando o Preço por Ação de R$12,50 (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais e no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação indicada na capa deste Prospecto), sendo R$227.272.725,00, decorrentes da Oferta Primária, e R$151.865.550,00, decorrentes da Oferta Secundária.
Votorantim	Banco Votorantim S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Companhia de Locação das Américas, sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 10.215.988/0001-60 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.359.569.
Registro na CVM	Somos registrados perante a CVM sob o nº 22691, na categoria de emissor "A", tendo em vista que em 01 de março de 2012, foi deferido pela CVM nosso pedido de conversão de registro de companhia aberta da categoria de emissor "B", obtido perante a CVM em 30 de dezembro de 2011, para a categoria de emissor "A".
Sede	A sede da Companhia está localizada na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, Limão, CEP 02.546-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, porém a nossa Diretoria Executiva e corpo administrativo, incluindo o nosso Diretor de Relações com Investidores, exercem suas funções em nosso escritório administrativo localizado na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar, Luxemburgo, CEP 30350-540, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Relações com Investidores	Avenida Raja Gabaglia, no 1.781, 12º andar, Luxemburgo, CEP 30350-540, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Joel Kos. O telefone do departamento de relações com investidores é (31) 3316-1990, o fax é (31) 3319-1573 e o e-mail é ri@locamerica.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	KPMG Auditores Independentes, para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	Nossas ações serão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o símbolo "LCAM3".
Jornais nos quais divulga informações	As publicações realizadas por nós nos termos da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.
***Site* na Internet**	Nosso *site* na internet é: www.locamerica.com.br. As informações constantes no nosso *site* não são parte integrante deste Prospecto, nem estão incorporadas por referência a este.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente nas seções "Sumário da Companhia – Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações" nas páginas 23 e 88, respectivamente, bem como nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto nas página 399. Declarações de natureza hipotética baseadas em ou relativas a eventos ou condições futuras, ou que incluam palavras, tais como "acreditamos", "compreendemos", "podemos", "poderíamos", "buscamos", "estimamos", "iremos", "continuamos", "antecipamos", "pretendemos", "esperamos" e outras palavras similares são utilizadas neste Prospecto para identificar estimativas e declarações futuras.

As estimativas e perspectivas sobre o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções concernentes a eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar os nossos negócios. Diversos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente nossos resultados. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- a alteração da conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil, incluindo flutuações da taxa de câmbio, de juros ou de inflação, e o impacto de condições financeiras internacionais na economia do Brasil;
- nossa capacidade de implementar nossa estratégia operacional e nosso plano de expansão;
- nossa capacidade de manter nossa rentabilidade média por contrato de prestação de serviços celebrados com nossos clientes;
- nossa capacidade em localizar pontos estratégicos para a abertura de novas unidades operacionais e de atrair e reter clientes;
- aumento no custo de aquisição de veículos e dos nossos custos operacionais, incluindo a depreciação efetiva da nossa frota;
- aumento da concorrência;
- nossa capacidade de manter os preços de nossos serviços face aqueles praticados por nossos concorrentes atuais, bem como aqueles que poderão ser praticados por novos concorrentes;
- nosso nível de endividamento, demais obrigações financeiras e nossa capacidade de contratar financiamentos quando necessário e em termos razoáveis;
- mudanças na demanda, preferência e condição financeira de nosso público-alvo ou tendências de mercado, incluindo o mercado de venda de Seminovos;
- intervenções governamentais, resultando em alterações na economia, nos tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- outros fatores que possam afetar nossa condição financeira, liquidez e resultados das nossas operações; e
- outros fatores discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações" constantes das páginas 23 e 88 deste Prospecto e nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" constantes do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Estimativas e declarações futuras envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras. Tendo em vista os riscos e incertezas descritos acima, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nessas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento. Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não assumimos qualquer obrigação de atualizar ou revisar qualquer estimativa e/ou declaração futura em virtude de novas informações, eventos futuros ou outros fatores.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO ESTÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

Visão Geral

Acreditamos ser uma das principais companhias de terceirização de frotas para clientes corporativos no Brasil, tendo sido a locadora de veículos que mais cresceu nos cinco exercícios sociais entre 2006 e 2010 em termos de índice composto de crescimento anual (CAGR) de frota total, considerando tanto as companhias abertas do setor como o crescimento médio do setor em geral, segundo dados mais recentes da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis ("ABLA") de 2006 a 2010. Alcançamos a segunda posição em número de veículos no segmento de terceirização de frotas, no qual detemos 9,4% de participação de mercado, conforme dados do anuário ABLA 2011 referente ao ano de 2010. [1]

Nossa atividade de terceirização de frotas consiste no aluguel de veículos novos para clientes corporativos por meio de contratos cujos prazos variam de 12 a 60 meses, com média de 27,6 meses em 31 de dezembro de 2011 (27,8 meses em 31 de dezembro de 2010). Nossos clientes corporativos compreendem pequenas, médias e grandes empresas, atuantes nos diversos setores da economia. Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos um período médio de relacionamento com nossos clientes de 44 meses (37,5 meses em 31 de dezembro de 2010), o que acreditamos representar um alto índice de fidelização. [2] Como parte complementar de nossas atividades, vendemos os veículos de nossa frota após o término de nossos contratos de terceirização de frota ("Seminovos"), o que nos permite renovar a nossa frota comprando com maiores descontos e reduzindo nossos custos de manutenção. Em 2009, 2010 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, investimos respectivamente R$117,8 milhões, R$294,1 milhões e R$312,6 milhões em aquisição de frota, resultando em uma redução de sua idade média operacional de 19,1 meses em 31 de dezembro de 2009, para 15,4 meses em 31 de dezembro de 2010 e 14,6 meses em 31 de dezembro de 2011.

Possuímos ampla atuação geográfica, com presença em 15 cidades brasileiras, localizadas em 12 Estados (Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. Tais localidades representam 93% do mercado potencial para terceirização de frotas no Brasil conforme dados mais recentes da ABLA, divulgados no anuário de 2011. Nossa rede de atendimento é composta por um escritório central localizado em Belo Horizonte, 15 unidades operacionais, sete revendas de Seminovos e cinco centros de desmobilização de frotas.

---

[1] Considerando as seguintes companhias abertas que atuam no mesmo segmento que a Companhia: Localiza Rent a Car S.A. e Unidas S.A. Para dados comparativos, ver item 7.9(e) – "Comparativo – Companhias Abertas" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

[2] O período médio de relacionamento é obtido pela média simples do prazo de vigência dos contratos de terceirização de frotas que representem individualmente mais que 2% da nossa receita.

Evolução dos Resultados

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossas informações operacionais e financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011:

	Informações Financeiras				
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2009	2010	2011	Variação 2010 x 2009(%)[1]	Variação 2011 x 2010(%)[1]
	(em R$ milhares, exceto quando indicado de forma diversa)				
Receita Líquida	212.066	309.185	390.682	45,8	26,4
Locação de veículos	162.757	216.557	301.535	33,1	39,2
Receita de Locação de veículos /Receita Líquida (%)	76,7%	70%	72,2%	(8,7)%	10,2%
Venda de veículos	64.501	112.426	118.157	74,3	5,1
Receita de Venda de veículos /Receita Líquida (%)	30,4%	36,4%	30,2%	19,5%	(16,8)%
Lucro Bruto	62.451	91.505	158.983	46,5	73,4
Margem Bruta (%)[2]	29,4%	29,6%	40,7%	–	–
Resultado do exercício	(8.462)	11.553	22.576	236,5	95,4
Margem Líquida (%)[3]	(4,0)%	3,7%	5,8%	–	–
EBITDA[4]	74.537	108.841	155.560	46,0	42,9
EBITDA / Receita Líquida (%)	35,1%	35,2%	39,8%	–	–
EBITDA / Receita de Locação (%)	45,8%	50,3%	51,6%	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	22.644	83.772	79.442	270,0	(5,2)
Títulos e valores mobiliários	–	–	11.305	–	100,0
Endividamento (curto prazo)	173.594	178.965	196.675	3,1	9,9
Endividamento (longo prazo)	92.932	298.208	417.931	220,9	40,1
Informações Operacionais					
Frota Total (em unidades de veículos)	15.335	21.913	27.262	42,9	24,4
Frota Operacional (em unidades de veículos)[5]	13.241	19.851	23.328	49,9	17,5

(1) Variação Horizontal.

(2) Lucro bruto do período/exercício dividido pela receita líquida.

(3) Resultado do período/exercício dividido pela receita líquida.

(4) O EBITDA é uma medição não contábil utilizada para avaliar a geração de caixa proveniente de uma sociedade. Calculamos o EBITDA conforme o Edital de Audiência Pública da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) no 13/2010 disponibilizado pela CVM em 18 de outubro de 2010, da seguinte forma: lucro (prejuízo) líquido, adicionado às despesas financeiras líquidas, despesas de imposto de renda e contribuição social e aos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA é uma medição não contábil elaborada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras e não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as IFRS. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de nossa dívida, mas funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade ou desempenho operacional, em razão de desconsiderar custos de depreciação de nossa frota e outros decorrentes de nossos negócios, que afetam, de maneira significativa, os nossos lucros. Para mais informações, ver definição de EBITDA no item 3.2 (i) do Formulário de Referência.

(5) Frota total subtraindo veículos à venda e veículos em mobilização.

Modelo de Negócios

Nossos serviços de terceirização de frotas abrangem, primordialmente, o dimensionamento da frota, o licenciamento dos veículos, o gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, a substituição de veículos avariados e a assistência emergencial. O principal benefício para nossos clientes advindo da terceirização de frota consiste na redução de custos, particularmente quanto à aquisição, renovação, gestão, manutenção e desinvestimento (venda) em frota, permitindo ao cliente manter o foco exclusivo na sua atividade principal. Nossos contratos com clientes são customizados para atender as especificações e necessidades de seus negócios.

Além disso, efetivamos a venda de Seminovos ao final dos nossos contratos, encerrando, assim, o ciclo de utilização desses veículos por nós. A venda de Seminovos é realizada por dois tipos de canais: (i) canais de atacado (revendedores, concessionários e leilões); e (ii) canais de varejo (nossas lojas próprias, feirões compartilhados, internet e nossos clientes e seus colaboradores). Nosso modelo de negócios nos permite atuar neste mercado oferecendo produtos diferenciados, veículos com baixa quilometragem, poucos anos de uso, com constante e rigorosa manutenção e procedência garantida. O fato de determos nossa própria frota nos permite gerenciar nossos veículos de modo a assegurar que sejam vendidos no momento em que atinjam a idade média e quilometragem desejadas e, adicionalmente, prepará-los para revenda e vendê-los por meio dos canais de distribuição que consideramos mais atraentes e apropriados. Sendo assim, temos grande capacidade de aproveitamento deste mercado para concluirmos o ciclo do nosso negócio de terceirização de frotas, com a venda dos Seminovos que compõem o nosso ativo.

Nosso modelo de negócios é baseado nos seguintes pilares:

- *Inteligência de precificação e monitoramento de contratos*

  Consideramos a nossa experiência fundamental na análise das variáveis (localização, tipo e volume de utilização, modelo adequado e preço de venda do veículo, e sinistralidade) que influenciam cada item do custo e margem de nossos contratos, principalmente, manutenção, depreciação e sinistros. Nossos contratos são monitorados diariamente, por meio da verificação dessas variáveis veículo a veículo.

- *Gestão orientada para baixo custo*

  Possuímos uma estrutura administrativa centralizada, responsável por definir o nosso planejamento estratégico, com metas claras e foco em resultados, por meio de rigoroso controle de custos e manutenção de estrutura organizacional enxuta.

- *Posicionamento geográfico*

  Estamos presentes em localidades que representam 93% do mercado de terceirização de frotas, conforme dados da ABLA, compreendendo todas as regiões do país, em 12 Estados e no Distrito Federal, que nos permite atender tanto clientes de grande porte com abrangência nacional como clientes de pequeno e médio portes com atuação regional.

- *Qualidade de serviços e fidelização de clientes*

  Fornecemos atendimento personalizado e regionalizado, com serviço de atendimento ao cliente (SAC) descentralizado em cada um dos Estados nos quais estamos presentes, e no Distrito Federal. Acreditamos que a descentralização e o pronto atendimento são os fatores que levam à alta taxa de fidelização de nossos clientes.

Setor de Atuação

De acordo com dados da ABLA, o setor brasileiro de locação de veículos e terceirização de frotas no Brasil tem apresentado crescimento superior ao PIB durante a última década. Com um faturamento de R$5,1 bilhões em 2010, o setor de locação apresentou um crescimento expressivo durante os anos de 2003 a 2010, com uma taxa anualizada de crescimento de 11,9%, valor relativamente superior à taxa de crescimento do mercado americano, que foi de 3,9% neste mesmo período, de acordo com o *Auto Rental News Factbook* de 2011. O crescimento de 17,0% no faturamento do setor em 2010 reforça as perspectivas futuras de crescimento para este ramo de atividade econômica.

Conforme dados da ABLA, o PIB brasileiro cresceu 7,5% em 2010 enquanto o faturamento do segmento de locação de veículos cresceu 17,0% no mesmo período, o que representou um crescimento de 2,26 vezes em relação ao PIB.

Ademais, o mercado brasileiro de locação de veículos encontra-se em fase de consolidação. Os três principais *players* do setor de terceirização de frotas detinham uma participação de mercado de aproximadamente 30% em 2010, número relativamente pequeno se comparado ao mercado norte-americano, onde as quatro maiores empresas do setor representavam 93,4% de participação de mercado em 2011, conforme dados da *US Car Rental Market* no *ARN Fact Book 2012*.

Tal crescimento vem sendo influenciado principalmente pelos seguintes fatores:

- *Ambiente macroeconômico favorável*. O aumento da atividade econômica no Brasil, o aumento da previsibilidade do cenário econômico e a estabilização da taxa de juros são fatores que favorecem o crescimento do setor em que atuamos. Conforme dados do IBGE, o crescimento do PIB em 2010 e 2011 foi de 7,5% e 2,7%, respectivamente, com previsão de crescimento para 2012 de 3,5%. Adicionalmente, a taxa básica de juros da economia finalizou os anos de 2010 e 2011 em 10,75% e 11,0%, respectivamente, e, em 08 de março de 2012, foi reduzida para 9,75%, conforme dados do BACEN.

- *Consolidação do setor.* O mercado de aluguel de veículos no Brasil é composto por aproximadamente 2,0 mil empresas, segundo dados da ABLA. Em 2010, os três principais *players* do setor de terceirização de frotas, incluindo a Companhia, detinham aproximadamente 30% do mercado brasileiro, ao passo que no mercado dos Estados Unidos, os quatro principais *players* representavam 93,4% daquele mercado em 2011, conforme dados da *US Car Rental Market* no *ARN Fact Book* 2012.

- *Potencial de crescimento do segmento de terceirização de frotas*. O segmento de terceirização de frotas apresenta um elevado potencial de crescimento, uma vez que, conforme dados da ABLA, em 31 de dezembro de 2010, havia uma frota terceirizada no Brasil de aproximadamente 232 mil veículos, o que corresponde a aproximadamente 11,5% do mercado potencial de terceirização de frotas no Brasil, ou seja, uma frota de aproximadamente 2,0 milhões de veículos conforme dados do *The Boston Consulting Group*. Comparativamente a esse cenário, o percentual de terceirização do mercado potencial é de 24,5% na França, 37,4% na Espanha, 46,6% no Reino Unido e 58,3% na Holanda, segundo a *Datamonitor.*

- *Mercado de Seminovos*. O mercado de Seminovos no Brasil mostrou-se bastante aquecido nos últimos cinco anos, atingindo um volume de vendas de 7,5 milhões de veículos em 2011, conforme dados da – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores – FENABRAVE, número três vezes maior que o número de emplacamentos no país em 2010. Considerando o referido período de cinco anos em análise, a taxa média composta de crescimento foi de 5,3% ao ano para este mercado.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que nosso modelo de negócio nos coloca em posição privilegiada para aproveitarmos as possibilidades de crescimento no nosso segmento de atuação. Descrevemos abaixo nossas principais vantagens competitivas.

Previsibilidade de receitas e característica acíclica de nosso negócio. Focamos nossas atividades na terceirização de frotas, cujo ciclo de receita apresenta maior previsibilidade em relação ao segmento *rent a car*. O setor de terceirização de frotas no Brasil se caracteriza por contratos corporativos de até 60 meses, cujos prazos médios são de 24 meses (no nosso caso de 27,6 meses e 27,8 meses em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente), o que nos permite antecipar a geração de receita para os períodos aplicáveis, em contraste com a receita de locação diária ou por curto período no caso do segmento *rent a car*. Reforçando a estabilidade da nossa receita, nossos contratos estipulam, ainda, multa na hipótese de rescisão antecipada, que variam até 50% do valor residual do contrato. Em 31 de dezembro de 2011, com base em nossas estimativas, contávamos com uma carteira de recebíveis contratada com nossos clientes, para os próximos 12 meses, de aproximadamente R$514,8 milhões (R$400,4 milhões em 31 de dezembro de 2010), com um prazo médio remanescente de 19,1 meses (21,2 meses em 31 de dezembro de 2010).

De forma similar, o modelo de terceirização de frotas reforça a previsibilidade na venda de Seminovos ao final do ciclo de terceirização. Ao contrário do setor *rent a car,* o modelo de terceirização de frotas garante um período equivalente ao prazo contratual (média de 24 meses) para planejar a estrutura de venda de tais veículos.

Finalmente, o setor de terceirização de frotas se caracteriza pela menor sazonalidade durante o ano e maior estabilidade em relação ao ambiente macroeconômico do País, em comparação com o setor *rent a car,* que é mais sensível às variações da economia e comportamento do turismo no País, dado o menor período dos contratos e seu forte vínculo com pessoas físicas. A terceirização de frotas traz benefícios para os clientes, tais como desmobilização do capital, redução de custos e manutenção do foco das empresas em sua atividade-fim, fazendo com que o segmento tenda a crescer com menor dependência de condições econômicas externas, conforme evidenciado pelo nosso crescimento de 9,3% e 6,2% em termos de receita bruta e EBITDA entre 2008 e 2009, respectivamente, a despeito dos efeitos da crise financeira internacional.

Cultura de baixo custo e ganhos de escala. Nossa forte cultura de baixo custo, um de nossos pilares, combinada com a escala de nossas operações, nos tem permitido aumentar consistentemente nossas margens.

Nossa filosofia de gestão é claramente refletida no nosso planejamento estratégico, sendo baseada no foco em resultados, rigoroso controle de custos (*orçamento base zero*), estrutura organizacional enxuta, desenvolvimento de talentos e ética empresarial, que por sua vez são implementadas por modernas ferramentas de gestão.

Outro importante fator que contribui para a redução dos nossos custos e ganhos de escala consiste no grande volume de compra de veículos, que fortalece nosso poder de negociação junto aos principais fornecedores de veículos e demais parceiros. Acreditamos ser um dos maiores compradores de veículos novos fabricados pelas principais montadoras do Brasil, como a Fiat, General Motors e Volkswagen, entre outros, o que nos permite obter condições favoráveis e descontos significativos na aquisição de veículos para expansão e renovação da nossa frota, mitigando os efeitos da depreciação dos nossos ativos. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011, adquirimos um total de 11.040 e 11.052 veículos, respectivamente. O preço médio de compra de nossos veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R$28,3 mil (R$26,6 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010), o que correspondeu a R$312,6 milhões (R$294,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010).

Operação integrada, de escala nacional e preparada para suportar nosso crescimento. Atuamos de forma integrada, desde a compra de veículos novos para a locação de frotas até a sua posterior venda ao final dos contratos por meio de nossas lojas próprias. Contamos com nossa administração central, 15 bases operacionais que realizam atendimento comercial e pós venda, cinco centros de desmobilização que preparam Seminovos para venda e sete lojas de Seminovos que atendem clientes de atacado e/ou varejo. Estamos estrategicamente localizados em 15 cidades brasileiras, em 12 Estados e no Distrito Federal, localidades que representam 93% do mercado potencial para terceirização de frotas segundo dados do Anuário ABLA 2011, o que nos confere maior proximidade com nossos clientes e capacidade de atendimento. Adicionalmente, possuímos uma vasta rede de prestadores de serviços credenciados para suportar nossas necessidades de assistência a clientes, composta por mais de 3,5 mil oficinas credenciadas. Investimos constantemente no aprimoramento de nossos sistemas e controles e, desde o ano de 2007, possuímos um sistema de tecnologia de informação que nos permite gerenciar, diariamente, nossa frota em todo o Brasil. A partir de janeiro de 2010, entrou em operação o sistema ERP SAP, o que trouxe maior robustez e eficácia aos nossos controles. Em nossa visão, nossa operação está dimensionada de forma adequada para atender a demanda de nossa atual operação e, devido à nossa presença e infraestrutura já estabelecidas em todas as regiões do Brasil, acreditamos estar preparados para suportar nosso crescimento futuro esperado, com baixos custos operacionais e administrativos incrementais, de forma consistente, e mantendo nosso elevado índice de eficiência operacional.

Controle de fluxo de caixa e gestão do perfil da dívida. Possuímos rígida disciplina de capital e contamos com um modelo de negócios que visa a maximizar o retorno sobre capital investido. Nosso planejamento financeiro baseia-se nas seguintes diretrizes: alongamento de dívida, controle e redução de alavancagem, e otimização das fontes de financiamento. Precificamos cada um de nossos contratos individualmente, de forma a garantir preços competitivos e rentabilidade para nossos acionistas. Ainda, a consistente geração de caixa operacional, aliada a uma política conservadora da administração financeira implementada ao longo dos últimos três anos, foi endossada pelas avaliações atribuídas pela *Fitch Ratings* para as nossas cinco emissões de debêntures realizadas em 2010, 2011 e 2012. Isto permitiu captações de recursos de longo prazo, alongando o perfil de nossa dívida e nos propiciando solidez financeira. Em dezembro de 2009, apresentávamos 65,1 % da nossa dívida no curto prazo, em comparação com 32,0% em 31 de dezembro de 2011.

Conhecimento e experiência de nossos acionistas fundadores, combinados à Administração experiente, capaz de alcançar eficiência operacional consolidada. Nossos acionistas fundadores estão presentes no mercado há 19 anos, atuando exclusivamente no segmento de terceirização de frotas e, como consequência, possuem conhecimento detalhado de nossos mercados de atuação e clientes, capacidade de planejamento e gestão de frota e forte disciplina financeira na precificação e administração de contratos. Adicionalmente, nossa administração desenvolveu, acumulou, aperfeiçoou e sistematizou ao longo de quase duas décadas essas características e procedimentos que, em conjunto com visão de longo prazo e percepção para captar novas oportunidades, acreditamos nos posicionar de forma diferenciada em relação aos concorrentes, conforme detalhado abaixo:

(i) *Conhecimento detalhado de mercados de atuação e de clientes*: O histórico de relacionamento com nossos clientes corporativos de diferentes setores da economia e localidades geográficas nos permite acumular profundo conhecimento de suas operações, o que nos permite melhor dimensionar suas necessidades e oferecer soluções customizadas. Esse conhecimento foi construído por meio de uma ampla e detalhada base de dados que possuímos de cada cliente e que é constantemente atualizada. Temos experiência em prestação de serviços em quase todos os segmentos de negócio e regiões do Brasil, oferecendo veículos populares, comerciais leves, executivos, blindados, 4x4 e caminhões.

(ii) *Capacidade de planejamento e gestão de frota*: Acreditamos que nossa capacidade diferenciada de planejamento, dimensionamento e gestão de frota seja crucial para nossa eficiência operacional e reflete-se em nossos altos índices de utilização de frota, como, por exemplo, de 95,4% em 31 de dezembro de 2009, 96,0% em 31 de dezembro de 2010 e 95,9% em 31 de dezembro de 2011, mesmo considerando o crescimento significativo de nossa frota de 16.518 veículos em 31 de dezembro de 2009 para 27.262 veículos em 31 de dezembro de 2011.

(iii) *Forte disciplina financeira na precificação e administração de contratos*: Desenvolvemos ao longo de quase duas décadas uma metodologia de precificação de contratos veículo a veículo, o que nos permite administrar contratos com rentabilidade e alto índice de assertividade, o que pode ser comprovado por nossas margens, inclusive, em períodos de crise, tais como a crise financeira mundial de 2008/2009. A precificação é embasada no nosso conhecimento de cada mercado e cliente, considerando sua localização, tipo e volume de utilização, modelo adequado e preço de venda do veículo, e sinistralidade. Nossa política de precificação e aprovação de contratos é validada por nossos principais executivos, sendo cada custo definido de maneira independente por especialistas de suas respectivas áreas (financeiro, administrativo, manutenção, vendas de Seminovos e compras).

Nossa Estratégia

Nossas principais estratégias estão descritas abaixo. Acreditamos que essa abordagem nos permitirá manter nosso ciclo de crescimento diferenciado, maximizando o retorno do investimento de nossos acionistas.

Fortalecimento de nossa estrutura de capital. Acreditamos que uma estrutura de capital sólida aliada à nossa cultura de baixo custo nos fortalecerá ainda mais e viabilizará a manutenção da nossa estratégia de forte crescimento e riscos controlados, uma vez que nos deixará preparados para aumentar nosso volume de negócios e melhorar nossa lucratividade. Pretendemos utilizar uma parcela dos recursos de nossa oferta pública inicial de ações para fortalecer a nossa estrutura de capital, reduzindo nosso custo financeiro, em razão da contratação de um volume menor de financiamentos e a taxas de juros e prazos de vencimento mais atrativos. Pretendemos, ainda, focar no alongamento de nossa dívida por meio da contratação de novas operações com prazos cada vez mais longos. O acesso a condições competitivas de captação de recursos no longo prazo nos permitirá incrementar nosso resultado e obter ganhos de escala e, como consequência, crescer de forma mais rápida e eficiente.

Continuar desenvolvendo nossa cultura de baixo custo com elevado índice de eficiência operacional. Temos como principais diretrizes do nosso negócio reduzir nossos custos operacionais e administrativos e operar com elevado índice de eficiência. Pretendemos nos valer de nossos custos operacionais baixos para oferecer preços altamente competitivos aos clientes e aumentar nossa participação no mercado. Nesse sentido, continuaremos a desenvolver nossa cultura de baixo custo visando sustentar o nosso crescimento de médio e longo prazo, com rentabilidade, a partir da otimização de nossa estrutura corporativa e aperfeiçoamento de nossos sistemas de gestão.

A aquisição de uma quantidade significativa de novos veículos nos confere maior poder de negociação junto às montadoras (preço e prazo), reduzindo os efeitos da depreciação sobre os mesmos. Assim, pretendemos aumentar nossos ganhos de escala na aquisição de novos veículos à medida em que promovemos a renovação e expansão de nossa frota. A constante renovação da nossa frota, que também constitui um importante fator à redução de custos de manutenção, usualmente mais elevados em frotas mais antigas.

Adicionalmente, reformulamos no início de 2011 nossa área de tecnologia da informação que vem implementando melhorias em nossos controles, processos e rotinas, permitindo, dentre outros, a gestão de um maior número de veículos por um menor número de pessoas. Pretendemos nos aproveitar dessas melhorias para reforçar nossa eficiência operacional e rentabilidade dos nossos negócios.

Manter nosso foco em crescimento com rentabilidade e acima das taxas de crescimento do setor. Nos exercícios de 2010 e 2011, nossa receita líquida cresceu 45,8% e 26,4%, respectivamente. Adicionalmente, nossa frota cresceu 43,7% ao ano entre 2005 e 2010, comparado a um crescimento de 13,1% ao ano da frota do setor no mesmo período, com base em dados do Anuário ABLA 2011.

Pretendemos manter o nosso ciclo de crescimento superior às taxas de crescimento do mercado, por meio:

(i) da ampliação da nossa carteira de clientes, com foco em empresas de setores específicos da economia (tais como consumo e infraestrutura), empresas com mais de 100 funcionários e/ou empresas que ainda operam com frota própria, os quais acreditamos nos permitirão operar com melhores margens e, como consequência, rentabilidade elevada;

(ii) da expansão e diversificação da nossa frota, o que nos permitirá conquistar novos clientes alvo, atender novas demandas de nossos atuais clientes e abrir mercados que acreditamos possuírem potencial de crescimento elevado;

(iii) da pulverização de nossa carteira de clientes, procurando manter e até mesmo reduzir o limite de contratação máxima por cliente abaixo de 10% do nosso faturamento total;

(iv) de maior investimento na nossa capacidade de vendas de Seminovos, para permitir maior agilidade na renovação de nossa frota, reduzindo custos de manutenção; e

(v) do contínuo investimento e aperfeiçoamento de nossos sistemas de tecnologia e gestão para monitoramento dos índices de performance dos nossos contratos vigentes.

Adicionalmente, pretendemos avaliar eventuais oportunidades de aquisições estratégicas de empresas de pequeno e médio porte e/ou compra de carteira de clientes, caso identifiquemos oportunidades que apresentem taxas de retorno vantajosas ou possibilidade de atuação em regiões e nichos de mercado compatíveis com o nosso modelo de negócios. Entendemos que, uma vez que o mercado brasileiro de terceirização de frotas é altamente fragmentado, podemos nos tornar potenciais consolidadores a partir do nosso crescimento sustentável e obtenção de ganhos de escala.

Nossa História

Iniciamos nossas atividades em 1993, por meio da Locarvel, fundada por nosso acionista controlador, Luis Fernando Porto, juntamente com quatro outros sócios, na região Sudeste, no Estado de Minas Gerais, com apenas 16 veículos, com uma atuação regional e atendendo clientes de pequeno e médio portes. Em 1997, possuíamos 100 veículos e adquirimos a carteira de clientes de uma locadora regional, aumentando a nossa frota para 200 veículos. No mesmo ano, o acionista Sérgio Resende ingressou no capital social da Locarvel com a aquisição de quotas pertencentes aos demais sócios fundadores.

No período de 2000 a 2007, com a finalidade de aproveitar oportunidades de crescimento no setor, iniciamos um processo de expansão nacional, por meio de crescimento orgânico e aquisição de pequenas e médias empresas e de carteiras de clientes corporativos, com a abertura de filiais nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória, Fortaleza, Cuiabá e Porto Alegre. Em 2007, passamos a atuar também em Brasília, com a aquisição de uma locadora local com frota de 500 veículos.

Ainda em 2007, com o objetivo de aproveitar as oportunidades de crescimento de mercado iniciamos tratativas no intuito de alienar uma participação na Companhia para um investidor estratégico. Para viabilizar essa alienação, nossa constituição absorveu, por meio de incorporação, relevante parcela cindida das operações (incluindo os ativos e passivos) da Locarvel e criamos a marca "Locamerica".

Fomos constituídos em 18 de julho de 2008, por meio da incorporação de uma relevante parcela cindida das operações (incluindo os ativos e passivos) da Locarvel. Neste mesmo mês, o Votorantim adquiriu, por meio de sua unidade de *private equity,* a BVEP, 21,2% do nosso capital social por meio de uma subscrição privada de ações. Adicionalmente, em dezembro de 2009, o Votorantim realizou uma nova subscrição privada de ações, de 13,4% de nosso capital, reafirmando sua confiança em nosso modelo de negócios, totalizando, na data deste Prospecto, uma participação de 34,6% no nosso capital. Na qualidade de nosso acionista estratégico, a BVEP participa de nossos negócios com capital e disponibilizando seu extenso *know-how* do mercado financeiro, contribuindo com uma nova perspectiva financeira, governança corporativa e gestão altamente qualificadas, práticas estas que se consolidaram na nossa cultura nestes últimos anos.

Em janeiro de 2010, adquirimos a totalidade das quotas da Locarvel pertencentes aos sócios Luis Fernando Porto (nosso Diretor Presidente) e Sérgio Resende (nosso Conselheiro), pelo valor de R$12,0 milhões. Após a aquisição passamos a deter uma participação de 99,99% na Locarvel (sendo 1 (uma) quota detida por Luis Fernando Porto).

Em 31 de dezembro de 2010, nos tornamos a segunda maior locadora de frotas do Brasil, com uma frota total de 21.913 veículos.[3]

Em 30 de dezembro de 2011, obtivemos o registro de companhia aberta na Categoria "B".

Após realização de um diagnóstico de marca, lançamos para o mercado, em janeiro de 2012, nossa nova identidade, pautada nos pilares de marca de criatividade, paixão por agir e ética, preservando o nome Locamerica e a cor vermelha.

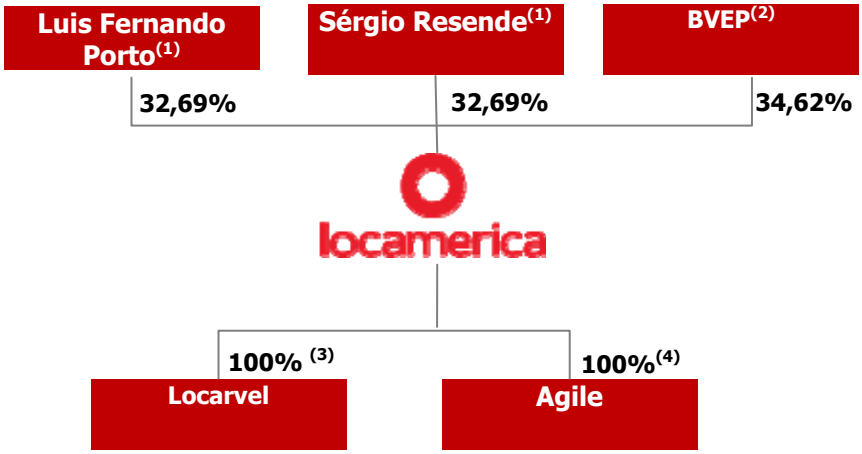
Em 31 de dezembro de 2011 atingimos uma frota total de 27.262 veículos.

Em 01 de março de 2012, foi deferido pela CVM nosso pedido de conversão de registro de companhia aberta da categoria de emissor "B", obtido perante a CVM em 30 de dezembro de 2011, para a categoria de emissor "A".

[3] Considerando as seguintes companhias abertas que atuam no mesmo segmento que a Companhia: Localiza Rent a Car S.A. e Unidas S.A. Para dados comparativos, ver item 7.9(e) – "Comparativo – Companhias Abertas" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Estrutura Societária

O seguinte organograma apresenta nossa estrutura corporativa na data deste Prospecto:



(1) As ações detidas por Luís Fernando Porto e Sérgio Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação da Oferta. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da Oferta. Para mais informações ver o item "Contrato de Associação e Acordado de Acionistas", na página 46 deste Prospecto e no item "15.7 – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência.

(2) BVEP, unidade de private equity do Banco Votorantim S.A., cujo principal acionista é o FIP BVIA Fundo de Investimento em Participações, detentor de 100% de suas ações. O único quotista do FIP é o Banco Votorantim S.A.

(3) 1 (uma) quota detida por Luis Fernando Porto.

(4) 1 (uma) quota detida por Luis Fernando Porto e 1 (uma) quota detida por Sérgio Resende.

Principais Fatores de Risco relativos à Companhia

Esta Seção contempla, por exigência do parágrafo 3º do artigo 40 da Instrução CVM 400, apenas alguns dos fatores de risco relacionados a nós. Esta Seção não descreve todos os fatores de risco relativos a nós e a nossas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de subscrever/adquirir as Ações no âmbito da Oferta.

Assim, antes de tomar uma decisão de investimento nas Ações, nós e os Coordenadores da Oferta recomendamos a leitura cuidadosa de todas as informações disponíveis neste Prospecto e, nas Seções 4 – "Fatores de Risco" e 5 – "Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto na página 399, em que poderão ser avaliados todos os riscos aos quais estamos expostos. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorram, os nossos negócios, a nossa situação financeira e/ou os nossos resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Ações. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de manter o nosso crescimento.

Pretendemos continuar a expandir nossas atividades nos mercados em que atuamos, bem como em mercados de outras regiões ainda não exploradas, para aproveitarmos oportunidades de crescimento de mercado existentes e potenciais. Nossos resultados operacionais nos últimos períodos ou exercícios não são indicativos de nosso desempenho futuro. Caso não sejamos capazes de crescer e manter um índice composto de crescimento anual satisfatório, nossa situação financeira e nossos resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

O crescimento e a expansão em nossos mercados atuais e em novos mercados poderão requerer adaptações de nossa estrutura operacional, incluindo, mas não se limitando, à abertura de novos centros de operação, centros de desmobilização e de pontos de venda de Seminovos, bem como de expansão e gerenciamento da nossa frota. Se não respondermos de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação, nossos resultados operacionais poderão vir a ser adversamente afetados.

Nossos resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços e no cálculo da desvalorização efetiva estimada de nossa frota.

O preço de aluguel de nossas frotas inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e dos veículos que a compõem, e consequentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo de aquisição dos veículos e acessórios menos o preço de venda mais receita adicional obtida da venda). Caso superestimemos a desvalorização efetiva dos nossos veículos, poderemos ter que aumentar os aluguéis para valores superiores aos de nossos concorrentes para que consigamos recuperar os custos efetivos com a depreciação, o que poderá reduzir nossa competitividade. Por outro lado, caso subestimemos a depreciação efetiva dos veículos, poderemos ter que reduzir nossos aluguéis no ato da contratação, o que poderá causar uma redução em nossa margem operacional. Em ambos os casos, se a estimativa de depreciação efetiva futura não for adequadamente realizada, nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente. Este é um risco significativo nos contratos de aluguel de frotas por estes serem contratos de longo prazo.

Nossos resultados podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos na aquisição de veículos novos com as montadoras.

Nossa frota de veículos é renovada constantemente, após um ciclo médio de utilização de aproximadamente 24 meses. Temos nos beneficiado de descontos na compra de veículos novos em virtude de nosso grande volume de compras de tais veículos. Nossos resultados podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos junto às montadoras para aquisição de veículos novos, o que pode ser provocado quer pelo aumento na demanda por veículos novos quer por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes.

No caso de um aumento na demanda pela compra de veículos novos, o que, consequentemente, impactará a capacidade disponível de produção dos fabricantes de veículos no Brasil, ou uma mudança desfavorável na política de venda de veículos às empresas de locação de veículos e terceirização de frotas, podemos não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, da vantagem de obter tais descontos. Como os preços que cobramos de nossos clientes levam em consideração o custo de aquisição de veículos novos, nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

Estamos sujeitos ao risco de não renovação de contratos de terceirização de frotas com nossos principais clientes.

Nossos dez maiores clientes representaram aproximadamente 48,1% de nossa receita bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo que com cada um desses clientes possuímos diversos contratos com prazos de vencimento variados. A não renovação de contratos de terceirização de frotas com tais clientes após os seus respectivos vencimentos poderá resultar em uma redução significativa de nossa receita e, consequentemente, poderá impactar adversamente nossos negócios, condição financeira e nossos resultados.

O nível do nosso endividamento pode gerar um efeito material adverso em nossa saúde financeira, diminuindo a nossa habilidade de obter recursos adicionais para financiar nossas operações e de reagir às mudanças da economia ou do setor de locação de veículos.

Em 31 de dezembro de 2011, o nosso endividamento total era de R$614,6 milhões, sendo que deste valor, R$196,7 milhões se referiam ao nosso endividamento de curto prazo. Este endividamento, líquido da posição de caixa, representava 3,3 vezes o nosso patrimônio líquido. Na mesma data, a nossa posição de caixa era de R$90,7 milhões, incluindo títulos e valores mobiliários.

O nível e a composição do nosso endividamento podem: (i) implicar no uso de uma parcela maior dos nossos recursos para efetuar o pagamento das nossas dívidas, com a consequente redução do caixa disponível para financiar o nosso capital de giro e os nossos investimentos; (ii) limitar a nossa flexibilidade no planejamento ou na reação a mudanças em nosso negócio ou no setor de locação de veículos; (iii) limitar a nossa capacidade de levantar novos recursos no futuro ou aumentar o custo de nosso capital; (iv) nos posicionar em desvantagem competitiva em relação aos nossos concorrentes que possuam menor nível de endividamento.

Não podemos garantir que seremos capazes de obter fundos tempestivamente e nos montantes necessários ou a taxas competitivas. Se não formos capazes de captar recursos conforme planejado, poderemos não ser capazes de satisfazer nossos compromissos, o que poderia prejudicar nosso negócio, condição financeira ou perspectivas futuras.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, 78% do nosso endividamento era indexado a taxas flutuantes, como por exemplo o CDI. Qualquer aumento das taxas de juros poderá gerar impacto negativo sobre as nossas despesas financeiras e consequentemente sobre a nossa situação financeira.

Informações Adicionais

Nossa sede social localiza-se na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150. A Diretoria Executiva e o nosso corpo administrativo, incluindo a nossa Diretoria de Relações com Investidores, exercem suas atividades em nosso escritório administrativo localizado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Belo Horizonte, na Avenida Raja Gabaglia, no 1.781, 12º andar, Luxemburgo, CEP 30350-540, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores é (55 31) 3316-1990 e o fax é (55 31) 3319-1573. O responsável por tal diretoria é o Sr. Joel Kos.

Nosso *website* é www.locamerica.com.br/ri. As informações constantes do nosso *website* não são parte integrante deste Prospecto e não são a ele incorporadas por referência.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", a partir das páginas 23 e 88, respectivamente, deste Prospecto, nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto na página 177, para melhor compreensão das nossas atividades e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações. Segue abaixo resumo dos termos da Oferta.

Companhia	Companhia de Locação das Américas.
Acionistas Controladores	Até a realização da liquidação financeira da Oferta, o nosso controle será compartilhado pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a BVEP, nos termos do Acordo de Acionistas. Após a liquidação financeira da Oferta, (i) o Acordo de Acionistas será automaticamente extinto, de pleno direito, de acordo com os seus termos e condições, (ii) a BVEP não fará mais parte do grupo de controle da Companhia, em decorrência da venda de até 75% de sua participação acionária na Companhia e (iii), os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas concentrarão 47,1% do capital social votante (sem considerar o exercício das Ações Adicionais e das Ações Suplementares) e, consequentemente, não mais haverá um grupo de controle que detenha mais do que 50% das Ações da Companhia. Para mais informações, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações – Após a Oferta, a nossa Companhia não terá mais um grupo de controle que detenha mais que 50% das nossas Ações, o que poderá nos deixar suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle definido", na página 91 deste Prospecto.
Acionistas Vendedores	BV Empreendimentos e Participações S.A. e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Luis Fernando Porto e Sérgio Resende, considerados em conjunto.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
BofA Merrill Lynch ou Coordenador Adicional	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Votorantim	Banco Votorantim S.A.
BB Investimentos	BB – Banco de Investimento S.A.
BVEP	BV Empreendimentos e Participações S.A., unidade de *private equity* do Votorantim e nosso acionista.

Agente Estabilizador	BTG Pactual, agindo por intermédio da Corretora.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, BTG Pactual, BofA Merrill Lynch, Votorantim e BB Investimentos, considerados em conjunto.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro junto à BM&FBOVESPA, convidadas pelos Coordenadores da Oferta para participar da Oferta e efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., o BTG Pactual US Capital LLC, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Banco Votorantim Securities, Inc. e Banco do Brasil Securities LLC, considerados em conjunto.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas, a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, contrato a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, regulando os esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas, a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e na qualidade de intervenientes anuentes, o Coordenador Líder, o BofA Merrill Lynch, o Votorantim e o BB Investimentos.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas, a ser celebrado entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, o BTG Pactual, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, nós e a BVEP.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária consideradas em conjunto.

Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, 18.181.818 Ações de nossa emissão, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e/ou da Lei 4.131.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 12.149.244 Ações de nossa emissão e de titularidade da BVEP e, caso Luis Fernando e Sérgio Resende se valham da faculdade de distribuir as Ações Adicionais, a distribuição secundária de até 18.215.456 ações ordinárias de nossa emissão de titularidade da BVEP, Luis Fernando e Sérgio Resende, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e/ou da Lei 4.131.
Ações	30.331.062 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de nossa emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, compreendendo 18.181.818 ações a serem emitidas por nós e 12.149.244 ações de nossa emissão e de titularidade da BVEP, sem considerar as Ações Suplementares e Ações Adicionais.
Ações Adicionais	Sem prejuízo das Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a critério da dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 6.066.212 ações ordinárias de titularidade de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações Suplementares	Lote Suplementar de até 4.549.659 ações ordinárias de nossa emissão, equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta e objeto da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.

Opção de Ações Suplementares	Opção para distribuição das Ações Suplementares, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, que corresponde à data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta no momento da fixação do Preço por Ação.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$11,00 e R$14,00, podendo, no entanto ser fixado fora dessa faixa indicativa. O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva (iii) a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% do valor da Oferta. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de nossa emissão no mercado secundário.** Para mais informações ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Nossas Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação de preço e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das nossas Ações.*", na página 89 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais que efetuarem Pedidos de Reserva no Período de Reserva, no âmbito da Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de fixação do Preço por Ação.
Valor Total da Oferta	R$379.138.275,00, considerando o Preço por Ação de R$12,50 (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais e no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação indicada na capa deste Prospecto), sendo R$227.272.725,00, decorrentes da Oferta Primária, e R$151.865.550,00, decorrentes da Oferta Secundária.
Público Alvo da Oferta	As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 e conforme previsto no Contrato de Colocação, por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, sendo que (i) a Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais; e (ii) a Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações objeto da Oferta, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, destinada prioritariamente à colocação junto a Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva	Prazo para Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva, de 10 de abril de 2012 a 17 de abril de 2012, inclusive.
Pedido de Reserva	Formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações a ser preenchido pelos Investidores Não Institucionais ao realizarem solicitação de reservas antecipadas de Ações durante o Período de Reserva.
Oferta Institucional	Oferta pública de distribuição das Ações realizada junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas aos Investidores Institucionais, (i) não sendo admitidas reservas antecipadas, tampouco a estipulação de valores mínimo ou máximo de investimento, e (ii) assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos para participar da Oferta Institucional.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, que realizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e o Período de Reserva, destinados à subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$300.000,00, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados na forma da regulamentação da CVM.
Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, junto aos quais serão realizados esforços de colocação das Ações em operações isentas de registro nos Estados Unidos em conformidade com o disposto no *Securities Act*; e investidores nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base no Regulamento S, e em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e da Lei 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, são consideradas pessoas vinculadas à Oferta os Investidores que sejam: (i) nossos administradores ou controladores ou dos Acionistas Vendedores, (ii) administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.
Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Qualquer Pedido de Reserva recebido de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá ser cancelado pela Instituição Participante da Oferta, caso haja excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais).

Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Poderão ser aceitas intenções de investimento de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* até o limite de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das nossas ações no mercado secundário. Para mais informações sobre os riscos da participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding,* ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às nossas Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação de preço e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das nossas Ações."* na página 89 deste Prospecto.
Período de Colocação	Prazo de até três dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início, que se iniciará em 19 de abril de 2012 e se encerrará em 24 de abril de 2012.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta que ocorrerá no 3º dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação da Opção de Ações Suplementares	Data de liquidação física e financeira das Ações Suplementares que ocorrerá no 3º dia útil contado da data do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.
Regime de Colocação – Garantia Firme de Liquidação	A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de liquidação das Ações (exceto as Ações Suplementares) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreveram/adquiriram, na proporção e até o limite individual da garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta nos termos do Contrato de Colocação. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e concedido o registro da Oferta pela CVM, publicado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações efetivamente subscritas/adquiridas (sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações (sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a subscrever/adquirir Ações nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas abaixo.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 dias contados do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, que corresponde à data de início das negociações das Ações na BMF&BOVESPA, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi submetido à análise prévia e aprovação da CVM e da BM&FBOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da publicação do Anúncio de Início.

Listagem na BM&FBOVESPA

As ações ordinárias de nossa emissão serão listadas na BM&FBOVESPA, sob o símbolo "LCAM3". Em 30 de março de 2012, nós, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os Acionistas Controladores e a BM&FBOVESPA celebraram o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor no dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações garantem aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos no nosso Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas nossas assembleias gerais, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e as disposições do nosso Estatuto Social, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) direito de alienar as ações ordinárias, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada por nós ou pelos nossos acionistas controladores, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das Ações no Novo Mercado, pelo, no mínimo, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, independente e indicada nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(e) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser por nós declarados a partir da Data de Liquidação e, no caso das Ações Suplementares, a partir da Data de Liquidação das Ações Suplementares; e

(f) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo nosso Estatuto Social.

Resolução de Conflitos

Conforme estabelecido no nosso Estatuto Social, nós, os nossos acionistas, Administradores e membros do nosso Conselho fiscal (caso instalado) nos obrigamos a resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

Direito de Venda Conjunta (*tag along rights*)

Conforme estabelecido no nosso Estatuto Social, a alienação do nosso controle, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos nossos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante. Para informações adicionais, ver os itens "18.1. Direito das ações" e "18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

Nós, os Acionistas Vendedores, bem como cada um dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria nos comprometeremos perante os Coordenadores da Oferta a celebrar os acordos de restrição à venda de ações de nossa emissão ("Instrumentos de *Lock-up*"), por meio dos quais concordaremos, sujeitos a algumas exceções, em não oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, quaisquer ações de nossa emissão de que sejamos titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de nossa emissão, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de nossa emissão, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não poderão vender ou ofertar à venda ações de nossa emissão ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros seis meses após o início da negociação das ações no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% das ações de nossa emissão e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações de nossa emissão e de nossa titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações, ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Nossas Ações – *A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações, inclusive pelos nossos Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e o período de lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado de nossas Ações ou a percepção dos investidores sobre nós*", na página 89 deste Prospecto.

A vedação não se aplicará nas hipóteses de: (i) cessão ou empréstimo de ações de nossa emissão que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA; (ii) empréstimo de ações de nossa emissão pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao Agente Estabilizador para a realização das atividades de estabilização do preço das Ações; (iii) transferência das Ações Suplementares resultante do exercício da Opção das Ações Suplementares; e (iv) transferência de ações de nossa emissão no âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações.

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais), após a dedução das comissões e das despesas estimadas por nós no âmbito da Oferta, serão destinados na seguinte proporção: (i) R$124,9 milhões, correspondentes a 60,0% da Oferta Primária, para a aquisição de veículos para expansão e renovação da nossa frota; e (ii) R$83,3 milhões, correspondentes a 40,0 % da Oferta Primária para o reforço do nosso capital de giro. Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 94 deste Prospecto.

Os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores.

Dividendos

O nosso Estatuto Social estabelece o pagamento de dividendo obrigatório, em cada exercício social, aos nossos acionistas, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a não ser que o nosso Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a nossa condição financeira. Nesse caso, a distribuição do dividendo obrigatório será suspensa. Para informações adicionais, ver o item "3.4 – Política de destinação dos resultados" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399. Aqueles que adquirirem/subscreverem Ações terão o direito de recebimento de dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados por nós a partir da Data de Liquidação ou, no caso das Ações Suplementares, a partir da Data de Liquidação das Ações Suplementares. Além disso, nossas escrituras de emissão de debêntures preveem determinadas restrições à distribuição de dividendos (inclusive à distribuição de dividendo mínimo obrigatório), sob pena de ser declarado o vencimento antecipado das debêntures. Para informações adicionais, ver itens "10.1 – Comentários dos Diretores" e "18.5 – Descrição de Outros Valores Mobiliários Emitidos" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", a partir das páginas 23 e 88 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às nossas Ações, a nós, ao setor em que atuamos, aos nossos acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais ou relativos à liquidez. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, em nosso entendimento, inadequado.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, bem como seus termos e condições, foram aprovados em nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 08 de março de 2012 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 28 de fevereiro de 2012. A realização da Oferta Secundária, e a delegação à diretoria da BVEP para praticar todos os atos necessários para realização da Oferta, inclusive aprovar o Preço por Ação, foram aprovados pela BVEP em reunião do conselho de administração realizada em 04 de novembro de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 06 de dezembro de 2011 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio em 03 de janeiro de 2012. O Preço por Ação e o nosso aumento de capital serão aprovados em Reunião do nosso Conselho de Administração a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia útil subsequente. Adicionalmente, o Preço por Ação será aprovado em ata Reunião da Diretoria da BVEP a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio no dia útil subsequente.

Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta não existiam ações de nossa emissão em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais, 30.331.062 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 46,7%% de nosso capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais, um montante de até 40.946.933 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 58,9% de nosso capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 43 deste Prospecto.
Cronograma da Oferta	Veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 54 deste Prospecto.
Admissão à negociação das Ações objeto da Oferta	A negociação das Ações objeto da Oferta terá início no dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início.
Nosso Poder de Controle	Até a realização da liquidação financeira da Oferta, o nosso controle será compartilhado pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a BVEP, nos termos do Acordo de Acionistas. Após a liquidação financeira da Oferta, (i) o Acordo de Acionistas será automaticamente extinto, de pleno direito, de acordo com os seus termos e condições, (ii) a BVEP não fará mais parte do grupo de controle da Companhia, em decorrência da venda de até 75% de sua participação acionária na Companhia e (iii) os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas concentrarão 47,1% do capital social votante (sem considerar o exercício das Ações Adicionais e das Ações Suplementares) e, consequentemente, não mais haverá um grupo de controle que detenha mais do que 50% das Ações da Companhia. Para mais informações, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações – Após a Oferta, a nossa Companhia não terá mais um grupo de controle que detenha mais que 50% das nossas Ações, o que poderá nos deixar suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle definido", na página 91 deste Prospecto.

Mecanismos de Garantia à Dispersão

Nosso Estatuto Social contém, em seu artigo 43, mecanismo que exige que qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento ou investidor de outra natureza que adquira ou torne-se titular de ações de nossa emissão ou de direitos que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia ou que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de nossa emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 25% do nosso capital social deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 25% do total de ações de emissão da nossa Companhia, realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de nossa emissão, de acordo com as demais condições estabelecidas pelo nosso Estatuto Social, pela regulamentação aplicável da CVM, e pelo Regulamento do Novo Mercado. Esta disposição pode ser alterada de acordo com as regras previstas no nosso próprio Estatuto Social e de acordo com a legislação brasileira relativas a alterações estatutárias. Para informações adicionais, ver o item "18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Informações Adicionais

Nos termos da Instrução CVM 400, nós, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder solicitamos o registro da Oferta perante a CVM, estando, portanto, a presente Oferta sujeita à prévia aprovação da CVM.

Informações adicionais sobre a Oferta poderão ser obtidas perante as Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção "Informações Relativas à Oferta – Informações Adicionais" na página 65 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES LEGAIS E OS AUDITORES

Companhia

Companhia de Locação das Américas
Departamento de Relações com Investidores
Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar
Belo Horizonte, MG, CEP 30350-540
At.: Sr. Joel Kos
Tel.: + 55 31 3316-1990
Fax: + 55 31 3319-1573
www.locamerica.com.br/ri

Acionistas Vendedores

Luis Fernando Memoria Porto
Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar
Belo Horizonte, MG, CEP 30350-540

Sergio Augusto Guerra de Resende
Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar
Belo Horizonte, MG, CEP 30350-540

BV Empreendimentos e Participações S.A.
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A,
18º andar, Vila Gertrudes
São Paulo, SP, CEP 04794-000
At.:Sr. Mario Antonio Thomazi
Tel.: + 55 11 5171-1907
Fax: + 55 11 5171-2316
www.bancovotorantim.com.br

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400,
4º andar
São Paulo, SP, CEP 04538-132
At.: Sr. Fernando Fontes Iunes
Tel.: + 55 11 3708-8000
Fax: + 55 11 3708-8107
www.itaubba.com.br

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729,
9º andar
São Paulo, SP, CEP 04538-133
At.: Sr. Fábio Nazari
Tel.: + 55 11 3383-2000
Fax: + 55 11 3383-2001
www.btgpactual.com

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400,
18º andar
São Paulo, SP, CEP 04538-132
At.: Sr. João Paulo Torres
Tel.: + 55 11 2188-4000
Fax: + 55 11 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br

Banco Votorantim S.A.
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A,
18º andar
São Paulo, SP, CEP 04797-000
At.: Sr. Alberto Kiraly
Tel.: + 55 11 5171-1714
Fax: + 55 11 5171-2656
www.bancovotorantim.com.br

BB – Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-923
At.: Sr. Marcelo de Souza Sobreira
Tel.: + 55 21 3808-3625
Fax: + 55 21 2262-3862
www.bb.com.br/ofertapublica

Consultores Legais Locais da Companhia	Consultores Legais Externos da Companhia
Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 11º andar São Paulo, SP, CEP 01451-000 At.: Sr. Daniel de Miranda Facó/ Sra. Ana Luiza Franco Tel.: + 55 11 3150-7733 Fax: + 55 11 3150-7071 www.machadomeyer.com.br	**White & Case LLP** Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 4º andar São Paulo, SP, CEP 01452-000 At.: Sr. Donald Baker Tel.: + 55 11 3147-5600 Fax: + 55 11 3147-5611 www.whitecase.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447 São Paulo, SP, CEP 01403-00 At.: Sr. Jean Marcel Arakawa Tel.: + 55 11 3147-7600 Fax: + 55 11 3147-7700 www.mattosfilho.com.br	**Simpson Thacher & Bartlett LLP** Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 12º andar São Paulo, SP, CEP 04543-011 At.: Sr. Jaime Mercado Tel.: + 55 11 3546-1004 Fax: + 55 11 3546-1002 www.stblaw.com

Auditores Independentes da Companhia

KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, nº 1.122
Belo Horizonte, MG, CEP 30130-918
At.: Sr. Marco Túlio Ferreira
Tel.: + 55 31 2128-5712
Fax: + 55 31 2128-5712
www.kpmg.com.br

As nossas declarações e as declarações dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto, a partir da página 165.

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA E OUTRAS INFORMAÇÕES

As informações referentes às seções relacionadas (i) aos fatores de risco da Companhia e de seu mercado de atuação; (ii) à sua situação financeira; e (iii) a outras informações relativas à Companhia, tais como histórico, atividades, estrutura organizacional, capital social, Administração, pessoal, contingências judiciais e administrativas e operações com partes relacionadas, podem ser encontradas no Formulário de Referência, o qual está anexo a este Prospecto na página 399 e disponível nos seguintes *websites*:

I. www.locamerica.com.br/ri, neste *website* acessar "Prospecto Preliminar";

II. http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/, neste *website* acessar "Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia de Locação das Américas – Prospecto Preliminar";

III. www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento, neste *website* clicar em "Mercado de Capitais" no menu à esquerda, depois acessar "2012" no menu abaixo e posteriormente clicar em "Prospecto Preliminar" logo abaixo de "Companhia de Locação das Américas";

IV. www.merrilllynch-brasil.com.br, neste *website* acessar "Companhia de Locação das Américas";

V. www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas, neste *website*, na seção "Prospectos das Operações de Renda Variável", acessar "Locamerica – Companhia de Locação das Américas – Prospecto Preliminar de Emissão de Ações (IPO)";

VI. www.bb.com.br/ofertapublica, neste *website*, em "Ofertas em Andamento", acessar "Companhia de Locação das Américas" e depois "Leia o Prospecto Preliminar"; e

VII. www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição", depois digitar "Companhia de Locação das Américas", clicar em "Companhia de Locação das Américas", e posteriormente em "Prospecto de Distribuição Pública ("Prospecto Preliminar"), acessar "Consulta";

VIII. www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-pblicas.aspx?Idioma=pt-br – neste website acessar "Ofertas em andamento", depois clicar "Companhia de Locação das Américas", e posteriormente acessar Prospecto Preliminar.

Nos itens I a VIII acima, o investidor terá acesso a este Prospecto que contém o Formulário de Referência anexo.

Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta", nas páginas 23 e 88 deste Prospecto, respectivamente, e os itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R$135.291.240,41, totalmente subscrito e integralizado, representado por 46.784.835 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nosso capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$600,0 milhões, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização das Ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas.

Os quadros abaixo indicam a composição do nosso Capital Social, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
		(em R$)		(em R$)
Ordinárias	46.784.835	135.291.240,41	64.966.653	343.416.251,45
**Total..... **	**46.784.835**	**135.291.240,41**	**64.966.653**	**343.416.251,45**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
		(em R$)		(em R$)
Ordinárias	46.784.835	135.291.240,41	69.516.312	396.195.568,98
**Total..... **	**46.784.835**	**135.291.240,41**	**69.516.312**	**396.195.568,98**

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e incluindo as Ações Adicionais:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
		(em R$)		(em R$)
Ordinárias	46.784.835	135.291.240,41	64.966.653	343.416.251,45
**Total..... **	**46.784.835**	**135.291.240,41**	**64.966.653**	**343.416.251,45**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
		(em R$)		(em R$)
Ordinárias	46.784.835	135.291.240,41	69.516.312	396.195.568,98
Total.....	**46.784.835**	**135.291.240,41**	**69.516.312**	**396.195.568,98**

Principais Acionistas

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de nossa emissão detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de ações ordinárias de nossa emissão, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Luís Fernando Porto....	15.292.922[(1)]	32,69[(1)]	15.292.922	23,54
Sérgio Resende	15.292.920[(1)]	32,69[(1)]	15.292.920	23,54
BVEP	16.198.993	34,62	4.049.749	6,23
Tesouraria.....	–	–	–	–
Ações em circulação ...	–	–	30.331.062	46,69
Total.....	**46.784.835**	**100,00**	**64.966.653**	**100,00**

(1) As ações detidas por Luís Fernando Porto e Sérgio Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação da Oferta. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da Oferta. Para mais informações ver o item "Contrato de Associação e Acordos de Acionistas", na página 46 deste Prospecto e o item "15.7 – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Luís Fernando Porto....	15.292.922[(1)]	32,69[(1)]	15.292.922	22,00
Sérgio Resende	15.292.920[(1)]	32,69[(1)]	15.292.920	22,00
BVEP	16.198.993	34,62	4.049.749	5,83
Tesouraria.....	–	–	–	–
Ações em circulação ...	–	–	34.880.721	50,18
Total.....	**46.784.835**	**100,00**	**69.516.312**	**100,00**

(1) As ações detidas por Luís Fernando Porto e Sérgio Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação da Oferta. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da Oferta. Para mais informações ver o item "Contrato de Associação e Acordos de Acionistas", na página 46 deste Prospecto e o item "15.7 – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Luís Fernando Porto	15.292.922[(1)]	32,69[(1)]	12.259.816	18,87
Sérgio Resende	15.292.920[(1)]	32,69[(1)]	12.259.814	18,87
BVEP	16.198.993	34,62	4.049.749	6,23
Tesouraria	–	–	–	–
Ações em circulação	–	–	36.397.274	56,02
Total	**46.784.835**	**100,00**	**64.966.653**	**100,00**

(1) As ações detidas por Luís Fernando Porto e Sérgio Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação da Oferta. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da Oferta. Para mais informações ver o item "Contrato de Associação e Acordos de Acionistas", na página 46 deste Prospecto e o item "15.7 – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Luís Fernando Porto	15.292.922[(1)]	32,69[(1)]	12.259.816	17,64
Sérgio Resende	15.292.920[(1)]	32,69[(1)]	12.259.814	17,64
BVEP	16.198.993	34,62	4.049.749	5,83
Tesouraria	–	–	–	–
Ações em circulação	–	–	40.946.933	58,90
Total	**46.784.835**	**100,00**	**69.516.312**	**100,00**

(1) As ações detidas por Luís Fernando Porto e Sérgio Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação da Oferta. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da Oferta. Para mais informações ver o item "Contrato de Associação e Acordos de Acionistas", na página 46 deste Prospecto e o item "15.7 – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Acionistas Vendedores

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

BVEP. BV Empreendimentos e Participações S.A., unidade de *private equity* do Banco Votorantim, é uma companhia fechada, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 6º andar, Conjunto 604, Sala A, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.959.996/0001-79. A BVEP detém ações representativas de 34,62% de nosso capital social, sendo controlada pelo FIP, detentor de 100,0% de suas ações. O principal quotista do FIP é o Votorantim que detém 100% das suas quotas. Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Luis Fernando Porto. O Sr. Luis Fernando Memoria Porto, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade de nº M-5.437.158, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 915.133.326-00, detém ações representativas de 32,69% de nosso capital social. O acionista Luis Fernando Porto é residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte e exerce as suas atividades como nosso Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente em nosso escritório administrativo localizado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar, Luxemburgo, CEP 30350-540.

Sérgio Resende. O Sr. Sérgio Augusto Guerra de Resende, brasileiro, empresário, divorciado, portador da Cédula de Identidade de nº M-6.057.461, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 865.258.326-91, detém ações representativas de 32,69% de nosso capital social. O acionista Sergio Resende é residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte e exerce as suas atividades como nosso Vice-Presidente do Conselho de Administração em nosso escritório administrativo localizado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar, Luxemburgo, CEP 30350-540.

Contrato de Associação e Acordo de Acionistas

Em 08 de julho de 2008, a BVEP e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas celebraram um contrato de associação ("Contrato de Associação") com o objetivo de determinar a forma por meio da qual o investimento da BVEP na Companhia seria realizado e o relacionamento entre nossos acionistas a partir do ingresso da BVEP. Em garantia ao cumprimento de determinadas obrigações assumidas no Contrato de Associação e no Acordo de Acionista, as partes firmaram na referida data um Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, por meio do qual as ações detidas por Luis Fernando Porto e por Sérgio Resende foram alienadas fiduciariamente para a BVEP. Em 30 de março de 2012, foi celebrado um aditivo ao referido Contrato de Alienação Fiduciária por meio do qual foram liberadas da referida garantia as ações de titularidade de Luis Fernando Porto e de Sérgio Resende que serão objeto (i) da Oferta Secundária, caso os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas se valham da faculdade de distribuir as Ações Adicionais; e (ii) do empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da Oferta. Adicionalmente o referido aditivo dispôs que a alienação fiduciária sobre as demais ações de titularidade de Luis Fernando Porto e por Sérgio Resende deixará automaticamente de existir quando da liquidação financeira da presente Oferta.

Somos parte do Acordo de Acionistas celebrado em 31 de julho de 2008, com os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a BVEP, o qual está arquivado em nossa sede e entrou em vigor na data de sua celebração, conforme aditado em 15 de dezembro de 2009, 29 de janeiro de 2010, 30 de dezembro de 2010, e 27 de fevereiro de 2012.

O Acordo de Acionistas tem por objeto regular o relacionamento dos acionistas com relação à nossa gestão e dessa forma contém disposições que regulam (i) a composição e indicação dos membros da nossa Administração pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a BVEP; (ii) o exercício do direito de voto em deliberações das Assembleias Gerais e Reuniões do Conselho de Administração; (iv) o direito de preferência dos demais acionistas signatários do Acordo de Acionistas no caso de alienação por um acionista de sua participação acionária na Companhia; bem como (v) restrições transferência das ações objeto do referido Acordo. Para mais informações, ver o item "15.5. Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte" constante do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Até a realização da liquidação financeira da Oferta, o nosso controle será compartilhado pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a BVEP, nos termos do Acordo de Acionistas. Após a liquidação financeira da Oferta, (i) o Acordo de Acionistas será automaticamente extinto, de pleno direito, de acordo com os seus termos e condições, (ii) a BVEP não fará mais parte do grupo de controle da Companhia, em decorrência da venda de até 75% de sua participação acionária na Companhia e (iii) os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas concentrarão 47,1% do capital social votante (sem considerar o exercício das Ações Adicionais e das Ações Suplementares) e, consequentemente, não mais haverá um grupo de controle que detenha mais do que 50% das Ações da Companhia. Para mais informações, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações – Após a Oferta, a nossa Companhia não terá mais um grupo de controle que detenha mais que 50% das nossas Ações, o que poderá nos deixar suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle definido", na página 91 deste Prospecto.

Em 27 de fevereiro os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas celebraram um acordo de acionistas com a finalidade de regular o relacionamento entre os mesmos com relação à nossa gestão, cuja condição precedente para a sua vigência consiste na efetivação da presente Oferta. Para mais informações sobre o referido acordo, ver o item "15.5. Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte" constante do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Mecanismos de Dispersão de Participação Acionária

Com o objetivo de mitigar o risco de tentativas hostis, o nosso Estatuto Social em seu artigo 43 dispõe que qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento ou investidor de outra natureza que adquira ou torne-se titular de ações de nossa emissão ou de direitos que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia ou que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de nossa emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 25% do nosso capital social deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 25% do total de ações de emissão da nossa Companhia, realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de nossa emissão, de acordo com as demais condições estabelecidas pelo nosso Estatuto Social, pela regulamentação aplicável da CVM, e pelo Regulamento do Novo Mercado. Esta disposição pode ser alterada de acordo com as regras previstas no nosso próprio Estatuto Social e de acordo com a legislação brasileira relativas a alterações estatutárias. Para informações adicionais, ver o item "18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto. Para mais informações, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações – *Após a Oferta, na medida em que sejam distribuídas as Ações Adicionais e seja exercida a Opção de Lote Suplementar, a nossa Companhia não terá mais um grupo de controle que detenha mais que 50% das nossas Ações, o que poderá nos deixar suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle definido"*, na página 91 deste Prospecto.

Coordenador Adicional

Para fins do artigo 16 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas, o BofA Merrill Lynch será o Coordenador Adicional na Oferta, tendo em vista que o Votorantim, um dos Coordenadores da Oferta, também é cotista do FIP, que, por sua vez detém 100,0% das ações emitidas pela BVEP, titular de 34,62% do nosso capital e acionista vendedor no âmbito da Oferta Secundária. Essa participação foi calculada de acordo com os critérios específicos do artigo 16, §4º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas. Para mais informações sobre a participação do Votorantim na Companhia, ver a seção "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta" na página 68 deste Prospecto. O BofA Merrill Lynch não receberá qualquer remuneração em razão de sua condição de Coordenador Adicional, recebendo somente as comissões de coordenação, garantia firme de liquidação, colocação e, eventualmente, de incentivo em razão de sua condição de Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) de 18.181.818 Ações a serem emitidas por nós, no âmbito da Oferta Primária; e (ii) de 12.149.244 Ações de nossa emissão e de titularidade da BVEP, no âmbito da Oferta Secundária, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas Instituições Consorciadas, convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Serão também realizados, simultaneamente, esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, em operações isentas de registro, em conformidade com o disposto no *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, com base na Regulamento S e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131, da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, por meio dos Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 4.549.659 ações ordinárias de nossa emissão, em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador no Contrato de Colocação, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, que corresponde à data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta no momento da fixação do Preço por Ação.

Adicionalmente, sem prejuízo das Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a critério da dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 6.066.212 ações ordinárias de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das nossas Ações, será realizada com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

As Ações, sem considerar as Ações Suplementares, serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos e na proporção disposta no Contrato de Colocação e observadas as disposições do item "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta" desta seção. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, bem como seus termos e condições, foram aprovados na nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 08 de março de 2012 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 28 de fevereiro de 2012. A realização da Oferta Secundária, e a delegação à diretoria da BVEP para praticar todos os atos necessários para a realização da Oferta, inclusive aprovar o Preço por Ação, foram aprovados pela BVEP em reunião do conselho de administração realizada em 04 de novembro de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 06 de dezembro de 2011 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio em 03 de janeiro de 2012. O Preço por Ação e o nosso aumento de capital serão aprovados em Reunião do nosso Conselho de Administração a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia útil subsequente. Adicionalmente, o Preço por Ação será aprovado em ata da Reunião da Diretoria da BVEP a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio no dia útil subsequente.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de emissão por Ação estará situado entre R$11,00 e R$14,00, podendo, no entanto, ser fixado fora dessa faixa indicativa. O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva de Ações no Período de Reserva e no Período de Reserva de Pessoas Vinculadas; e (ii) a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens firmes de subscrição/aquisição das Ações no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais que efetuarem Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% do valor da Oferta. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de nossa emissão no mercado secundário. Para mais informações ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Nossas Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação de preço e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das nossas Ações.", na página 89 deste Prospecto.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, incluindo operações de *total return swap*, contratadas com terceiros que não sejam Pessoas Vinculadas foram permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não foram consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Reserva de Capital

A totalidade do valor da emissão das Ações objeto da Oferta Primária será alocada integralmente à conta de nosso capital social, não sendo constituídas reservas específicas.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas por nós e pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta recebidos por nós e pelos Acionistas Vendedores.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante[1]	Comissões e Despesas Por Ação[2]	Recursos líquidos[1] (R$)
Oferta Primária.....	18.181.818	12,50	227.272.725,00	19.147.713,96	208.125.011,04
BVEP	12.149.244	12,50	151.865.550,00	9.920.951,31	141.944.598,69
Luis Fernando Porto.....	–	12,50	–	–	–
Sergio Resende	–	12,50	–	–	–
Total	**30.331.062**	**12,50**	**379.138.275,00**	**29.068.665,27**	**350.069.609,73**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considerando os custos de comissões e de despesas da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, levando em consideração o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante[1]	Comissões e Despesas Por Ação[2]	Recursos líquidos[1] (R$)
Oferta Primária.....	22.731.477	12,50	284.143.462,50	23.239.133,93	260.904.328,57
BVEP	12.149.244	12,50	151.865.550,00	9.920.951,31	141.944.598,69
Luis Fernando Porto.....	3.033.106	12,50	37.913.825,00	2.727.613,31	35.186.211,69
Sergio Resende	3.033.106	12,50	37.913.825,00	2.727.613,31	35.186.211,69
Total	**40.946.933**	**12,50**	**511.836.662,50**	**38.615.311,86**	**473.221.350,64**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considerando os custos de comissões e de despesas da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, levando em consideração o exercício integral da Opção das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante[1]	Comissões e Despesas Por Ação[2]	Recursos líquidos[1] (R$)
Oferta Primária.....	22.731.477	12,50	284.143.462,50	23.239.133,93	260.904.328,57
BVEP	12.149.244	12,50	151.865.550,00	9.920.951,31	141.944.598,69
Luis Fernando Porto.....	–	12,50	–	–	–
Sergio Resende	–	12,50	–	–	–
Total	**34.880.721**	**12,50**	**436.009.012,50**	**33.160.085,24**	**402.848.927,26**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considerando os custos de comissões e de despesas da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e levando em consideração as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)[(1)]	Montante[(1)]	Comissões e Despesas Por Ação[(2)]	Recursos líquidos[(1)] (R$)
Oferta Primária.....	18.181.818	12,50	227.272.725,00	19.147.713,96	208.125.011,04
BVEP	12.149.244	12,50	151.865.550,00	9.920.951,31	141.944.598,69
Luis Fernando Porto.....	3.033.106	12,50	37.913.825,00	2.727.613,31	35.186.211,69
Sergio Resende	3.033.106	12,50	37.913.825,00	2.727.613,31	35.186.211,69
Total	**36.397.274**	**12,50**	**454.965.925,00**	**34.523.891,89**	**420.442.033,11**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Considerando os custos de comissões e de despesas da Oferta.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, consultores e publicidades descritas abaixo serão pagas exclusivamente pela Companhia, totalizando o valor de R$3,75 milhões. As comissões e outras despesas abaixo relacionadas serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente ao número de ações por eles ofertadas, sendo, contudo, o pagamento devido pela BVEP em relação às "outras despesas" limitado ao valor de US$100.000,00 (cem mil dólares americanos), nos termos do Contrato de Colocação. As taxas de registro da Oferta junto à CVM serão arcadas por nós, no caso da Oferta Primária, e pelos Acionistas Vendedores, no caso da Oferta Secundária.

Segue, abaixo, detalhamento dos custos estimados da Oferta assumidos pela Companhia:

Custos[(1)]	Valor (R$)[(2)(3)]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[(2)(3)(4)]	Valor por Ação (R$)[(2)(3)]	% em Relação ao Preço por Ação[(2)(3)(4)]
Comissão de Coordenação	1.927.272,71	0,85%	0,11	0,85%
Comissão de Colocação.....	5.781.818,12	2,54%	0,32	2,54%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação.....	1.927.272,71	0,85%	0,11	0,85%
Comissão de Incentivo.....	3.409.090,88	1,50%	0,19	1,50%
Total de Comissões.....	**13.045.454,42**	**5,74%**	**0,72**	**5,74%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	1.393.344,05	0,61%	0,08	0,61%
Taxa de Registro na CVM.....	138.915,50	0,06%	0,01	0,06%
Despesas com Auditores	750.000,00	0,33%	0,04	0,33%
Despesas com Advogados e Consultores	2.500.000,00	1,10%	0,14	1,10%
Despesas com publicidade	500.000,00	0,22%	0,03	0,22%
Outras Despesas[(5)]	820.000,00	0,36%	0,05	0,36%
Total de Despesas	**6.102.259,55**	**2,68%**	**0,34**	**2,68%**
Total de Comissões e Despesas...	**19.147.713,96**	**8,42%**	**1,05**	**8,42%**

(1) Custos estimados da Oferta assumidos pela Companhia.
(2) Com base no Preço por Ação de R$12,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(3) Sem levar em consideração o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.
(4) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.
(5) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*Roadshow*).

Segue, abaixo, detalhamento dos custos estimados da Oferta assumidos pelos Acionistas Vendedores:

Custos[1]	**Valor (R$)[2][3]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[2][3][4]**	**Valor por Ação (R$)[2][3]**	**% em Relação ao Preço por Ação[2][3][4]**
Comissão de Coordenação	1.287.819,86	0,85%	0,11	0,85%
Comissão de Colocação.....	3.863.459,59	2,54%	0,32	2,54%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação.....	1.287.819,86	0,85%	0,11	0,85%
Comissão de Incentivo.....	2.277.983,25	1,50%	0,19	1,50%
Total de Comissões.....	**8.717.082,57**	**5,74%**	**0,72**	**5,74%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções....	931.044,24	0,61%	0,08	0,61%
Taxa de Registro na CVM.....	92.824,50	0,06%	0,01	0,06%
Despesas com Auditores	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesas com Advogados e Consultores	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesas com publicidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Despesas[5]	180.000,00	0,12%	0,01	0,12%
Total de Despesas	**1.203.868,74**	**0,79%**	**0,10**	**0,79%**
Total de Comissões e Despesas.....	**9.920.951,31**	**6,53%**	**0,82**	**6,53%**

(1) Custos estimados da Oferta assumidos pelos Acionistas Vendedores.
(2) Com base no Preço por Ação de R$12,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(3) Sem levar em consideração o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.
(4) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.
(5) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*Roadshow*).

Não há outra remuneração devida por nós às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração devida por nós às Instituições Financeiras Participantes da Oferta, descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta convidaram as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações objeto da Oferta.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Segue abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas previstas[1][2]
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	27 de fevereiro de 2012
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações de *Roadshow* Início do Procedimento de *Bookbuilding*	02 de abril de 2012
3.	Republicação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva	10 de abril de 2012
4.	Encerramento do Período de Reserva	17 de abril de 2012
5.	Encerramento das Apresentações de *Roadshow* Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*	18 de abril de 2012
6.	Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e de outros contratos relacionados à Oferta Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	19 de abril de 2012
7.	Disponibilização do Prospecto Definitivo Registro da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início	20 de abril de 2012
8.	Início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA	23 de abril de 2012
9.	Data de Liquidação	25 de abril de 2012
10.	Encerramento do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	22 de maio de 2012
11.	Data Máxima de Liquidação das Ações Suplementares	25 de maio de 2012
12.	Data Máxima para Publicação do Anúncio de Encerramento	22 de outubro de 2012

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a nosso critério, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta.

(2) **Para informações sobre posterior alienação de Ações que eventualmente venham a ser integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta em decorrência do exercício da garantia firme, ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta", na página 61 deste Prospecto.**

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de publicação no jornal Valor Econômico.

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizaremos apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Procedimento da Oferta

Após o encerramento do Período de Reserva, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão do registro da Oferta, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações de forma individual e não solidária, na proporção e até o limite previsto no Contrato de Colocação, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme descritas abaixo, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% do total de Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações no mercado secundário.** Para mais informações ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Nossas Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação de preço e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das nossas Ações.*", na página 89 deste Prospecto.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, incluindo operações de *total return swap*, contratadas com terceiros que não sejam Pessoas Vinculadas foram permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não foram consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Os Coordenadores da Oferta, com a nossa expressa anuência e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual leva em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e nossas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta nossa, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais que realizem solicitação de reserva antecipada mediante Pedido de Reserva durante o Período de Reserva.

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j), (k) e (l) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j), (k) e (l) abaixo, durante o Período de Reserva, conforme o caso, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva. O Investidor Não Institucional que seja *Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada,* sob pena de ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada*;*

(b) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados;

(c) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação como condição de eficácia do seu Pedido de Reserva, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não Institucional opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal Investidor Não Institucional, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

(d) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo;

(e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda nacional corrente, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada na qual tal reserva foi realizada irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item (i) abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (e) acima e (j), (k) e (l) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração;

(g) tendo a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais sido igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais destinadas a Investidores Institucionais;

(h) tendo a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais sido superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e a quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R$3.000,00 por Investidor Não Institucional, e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, dos Acionistas Vendedores e da Companhia, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva após o início do Período de Colocação. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada, conforme dados abaixo) em conformidade com os termos e no prazo de cinco dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Retificação, que será então cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não Institucional não informe por escrito a Instituição Consorciada de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de cinco dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Retificação, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

(j) na hipótese de (a) não haver a conclusão da Oferta, (b) resilição do Contrato de Colocação, (c) cancelamento da Oferta; (d) revogação da Oferta, que torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, ou, ainda, (e) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de publicação de aviso ao mercado, aos Investidores Não Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva;

(k) na hipótese de haver descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer uma das Instituições Consorciadas, de qualquer das normas de conduta previstas no instrumento de adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, de emissão de relatórios e de material publicitário da Oferta, tal Instituição Consorciada, a critério dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta (i) deixará de integrar o grupo das Instituições Participantes da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido, sendo que os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações serão devolvidos sem juros ou correção monetária e sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira, no prazo de três dias úteis da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contado da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item (k) deverá informar imediatamente, sobre o referido cancelamento, os Investidores Não Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva;

(l) em caso de suspensão ou modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. O Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Retificação. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será cancelado pela referida Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, à Instituição Consorciada sobre sua desistência do Pedido de Reserva no prazo disposto acima, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

(m) em qualquer hipótese de (i) revogação da Oferta; (ii) cancelamento da Oferta; (iii) desistência do Pedido de Reserva; (iv) cancelamento do Pedido de Reserva; (v) suspensão ou modificação da Oferta; (vi) divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional ou a sua decisão de investimento, devem ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis contados da data (x) de divulgação da revogação ou do cancelamento da Oferta; (y) do cancelamento do Pedido de Reserva nas hipóteses e nos termos previstos neste Prospecto Preliminar; ou (z) do recebimento da comunicação da desistência, em caso de suspensão, modificação ou em caso de divergência relevante conforme mencionado acima, sem juros ou correção monetária e sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira; e

(n) os Investidores Não Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional. A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta, e as informações constantes deste Prospecto, em especial as seções "Sumário da Companhia – Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações" nas páginas 23 e 88 deste Prospecto, respectivamente, bem como nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto; (b) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a necessidade de manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos para a realização do Pedido de Reserva, ou, se for o caso, para a realização de cadastro naquela Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta, (i) não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, tampouco a estipulação de valores mínimo ou máximo de investimento, e (ii) assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos para participar da Oferta Institucional.

Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não Institucionais, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a nosso critério, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as nossas perspectivas, nosso setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações no mercado secundário.**

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações a eles alocados na Oferta Institucional mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição/aquisição das Ações. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações por meio dos mecanismos previstos na Lei 4.131, na Resolução CMN 2.689 e na Instrução CVM 325.

Prazos da Oferta e Data de Liquidação

O prazo para a distribuição das Ações terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início. Não serão negociados recibos ou direitos de subscrição de Ações durante o Prazo de Distribuição.

Os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação das Ações no Período de Colocação. A liquidação física e financeira da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares) deverá ocorrer na Data de Liquidação, mediante a entrega das Ações aos investidores. A liquidação física e financeira das Ações Suplementares, caso a Opção das Ações Suplementares seja exercida, deverá ocorrer na Data de Liquidação das Ações Suplementares, mediante a entrega das Ações Suplementares aos investidores. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a BM&FBOVESPA. Contratamos cada um dos Coordenadores da Oferta, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Colocação, para realizar a Oferta das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Os Coordenadores da Oferta prestarão garantia firme de liquidação, conforme disposto no item "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta", na página 61 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em nossos negócios, a execução de certos procedimentos pelos nossos Auditores Independentes, entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação de Ações por nós, pelos Acionistas Controladores e pelos membros de nossa Administração, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, nós e os Acionistas Vendedores assumimos a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos obriga, bem como obriga aos Acionistas Vendedores a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente formos condenados em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso em nós. Para informações adicionais, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações – *Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações, o que poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil*", na página 90 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta ou obtenção de cópia, a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados no item "Informações Adicionais" que se encontra na página 65 deste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de liquidação das Ações (exceto as Ações Suplementares) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreveram/adquiriram, na proporção e até o limite individual da garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta nos termos do Contrato de Colocação. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação, concedido o registro da Oferta pela CVM, e publicado o Anúncio de Início e a disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações efetivamente subscritas/adquiridas (sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações (sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*.

Segue abaixo relação das Ações objeto de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	6.066.214	20,0
BTG Pactual	6.066.212	20,0
BofA Merrill Lynch	6.066.212	20,0
Votorantim	6.066.212	20,0
BB Investimentos	6.066.212	20,0
Total	**30.331.062**	**100%**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a subscrever/adquirir Ações nos termos acima e tenham interesse em vender tal saldo de Ações antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização.

Contrato de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 dias contados do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, que corresponde à data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi submetido à análise prévia e aprovação da CVM e da BM&FBOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da publicação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos endereços na Seção "Informações Relativas à Oferta – Informações Adicionais", na página 65 deste Prospecto.

Negociação na BM&FBOVESPA

Em 30 de março de 2012, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor no dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início. As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o símbolo "LCAM3".

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações garantem aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos no nosso Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas nossas assembleias gerais, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e as disposições do nosso Estatuto Social, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) direito de alienar as ações ordinárias, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada por nós ou pelos nossos acionistas controladores, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das Ações no Novo Mercado, pelo, no mínimo, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, independente e indicada nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(e) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser por nós declarados a partir da Data de Liquidação e, no caso das Ações Suplementares, a partir da Data de Liquidação das Ações Suplementares; e

(f) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo nosso Estatuto Social.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração das ações ordinárias de nossa emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Restrições à Negociação das Ações (Lock-up)

Nós, os Acionistas Vendedores, bem como cada um dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria nos comprometeremos perante os Coordenadores da Oferta a celebrar os acordos de restrição à venda de ações de nossa emissão ("Instrumentos de *Lock-up*"), por meio dos quais concordaremos, sujeitos a algumas exceções, em não oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, quaisquer ações de nossa emissão de que sejamos titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de nossa emissão, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de nossa emissão, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não poderão vender ou ofertar à venda ações de nossa emissão ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros seis meses após o início da negociação das ações no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% das ações de nossa emissão e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações de nossa emissão e de nossa titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações, ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Nossas Ações – *A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações, inclusive pelos nossos Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta, poderá afetar negativamente o preço de mercado de nossas Ações ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 89 deste Prospecto.

A vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) cessão ou empréstimo de ações de nossa emissão que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA; (ii) empréstimo de ações de nossa emissão pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao Agente Estabilizador para a realização das atividades de estabilização do preço das Ações; (iii) transferência das Ações Suplementares resultante da exercício da Opção das Ações Suplementares; e (iv) transferência de ações de nossa emissão no âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos por nós e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta. Adicionalmente, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação. Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados cinco dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em caso de modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que os investidores estão cientes de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente o Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Nessa hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. Caso o investidor não informe por escrito à Instituição Participante da Oferta sua desistência da ordem no Procedimento de *Bookbuilding* ou do Pedido de Reserva, conforme o caso, no prazo acima estipulado, será presumido que tal investidor manteve sua ordem no Procedimento de *Bookbuilding* ou seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos no Pedido de Reserva, no Contrato de Compra e Venda ou no Boletim de Subscrição, conforme o caso.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, a nós, ao setor em que atuamos, aos nossos acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais ou relativos à liquidez. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no nosso entendimento e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Informações Adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", a partir das páginas 23 e 88 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto. É recomendada a todos os investidores a leitura atenta deste Prospecto antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre nós, os Acionistas Vendedores e a Oferta, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertamos os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Os investidores que desejarem obter informações adicionais sobre a Oferta, bem como exemplar deste Prospecto, deverão ser dirigir aos endereços e/ou *websites* indicados abaixo:

Companhia de Locação das Américas
Departamento de Relações com Investidores
Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar
CEP 30350-540, Belo Horizonte, MG
At.: Sr. Joel Kos
Tel.: + 55 31 3316-1990
Fax: +55 31 3319-1573
www.locamerica.com.br/ri, neste *website* acessar "Prospecto Preliminar"

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fernando Fontes Iunes
Tel.: +55 11 3708-8000
Fax: +55 11 3708-8107
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/, neste *website* acessar "Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia de Locação das Américas – Prospecto Preliminar".

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fábio Nazari
Tel.: +55 11 3383-2000
Fax: +55 11 3383-2001
http://www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento, neste *website* clicar em "Mercado de Capitais" no menu à esquerda, depois acessar "2012" no menu abaixo e posteriormente clicar em "Prospecto Preliminar" logo abaixo de "Companhia de Locação das Américas".

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 18º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. João Paulo Torres
Tel.: +55 11 2188-4000
Fax: +55 11 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br, neste *website* acessar "Companhia de Locação das Américas"

Banco Votorantim S.A.
Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 18º andar
CEP 04794-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Alberto Kiraly
Tel.: +55 11 5171-1714
Fax: +55 11 5171-2656
www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas, neste *website*, na seção "Prospectos das Operações de Renda Variável", acessar "Locamerica – Companhia de Locação das Américas – Prospecto Preliminar de Emissão de Ações (IPO)"

BB - Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
CEP 20031-923, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marcelo de Souza Sobreira
Tel.: +55 21 3808-3625
Fax: +55 21 2262-3862
www.bb.com.br/ofertapublica, neste *website*, em "Ofertas em Andamento" acessar "Companhia de Locação das Américas" e depois "Leia o Prospecto Preliminar"

Instituições Consorciadas

Informações das Instituições Consorciadas participantes da Oferta, conforme indicadas no Aviso ao Mercado. Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas no *website* da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Adicionalmente, o Prospecto Preliminar estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição", depois digitar "Companhia de Locação das Américas", clicar em "Companhia de Locação das Américas", e posteriormente em "Prospecto de Distribuição Pública ("Prospecto Preliminar"), acessar "Consulta"); e **BM&FBOVESPA** (http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-publicas.aspx?Idioma=pt-br – neste *website* acessar "Ofertas em andamento", depois clicar "Companhia de Locação das Américas", e posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, na data deste Prospecto, mantemos com o Coordenador Líder e sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico, relacionamento comercial que inclui, principalmente: (i) prestação de serviços bancários; (ii) estruturação, coordenação e colocação de debêntures de nossa segunda, e terceira e quarta emissão, aquisição e outros serviços relacionados às debêntures; (iii) operações de crédito; (iv) operação de derivativo; (v) seguros; e (vi) operações compromissadas, as quais descrevemos com mais detalhes abaixo.

Prestação de Serviços Bancários

Na data deste Prospecto, mantemos relacionamento com o Coordenador Líder por meio da contratação de determinados serviços bancários, quais sejam: (i) sistema eletrônico de pagamentos "SISPAG" fornecedores, tributos e salários; (ii) recebimento de títulos; (iii) folha de pagamentos dos funcionários; (iv) empréstimo consignado e (v) débito direto automático (DDA).

Debêntures de nossa Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Emissão

Em 09 de dezembro de 2010, o Itaú BBA foi coordenador líder da nossa segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$100,0 milhões, com vencimento em 09 de dezembro de 2013. Tais debêntures fazem jus à remuneração equivalente a 100% do CDI acrescidos de um *spread* de 4,0% ao ano e contam com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de contrato de locação de veículos celebrados com nossos clientes; (ii) alienação fiduciária de veículos; e (iii) fiança prestada pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas. Os valores decorrentes da subscrição e integralização das debêntures da segunda emissão foram liberados a nós em tranches na medida em que foram sendo constituídas as referidas garantias e nos termos da respectiva escritura de emissão.

O Coordenador Líder, respectivas sociedades integrantes do seu conglomerado econômico, assim como fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades detêm 65 debêntures da nossa segunda emissão, que, em conjunto, totalizam o valor de R$65,0 milhões.

Em 20 de junho de 2011, o Itaú BBA foi coordenador da nossa terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$160,0 milhões, dos quais R$80,0 milhões foram liquidados em junho de 2011 e R$15,7 milhões (correspondentes ao valor nominal acrescido dos juros remuneratórios desde a data da emissão) foram liquidados em outubro de 2011, quando foram canceladas 65 debêntures não subscritas. Tais debêntures fazem jus à remuneração equivalente a 100% do CDI acrescidos de um spread de 2,5% ao ano, com *step up* da referida taxa para 100% do CDI acrescidos de um *spread* de 3,75% ao ano, caso a Oferta não ocorra em 18 meses a partir da data de sua emissão; e contam com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de contrato de locação de veículos celebrados com nossos clientes; (ii) alienação fiduciária de veículos; e (iii) fiança prestada pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas. Os valores decorrentes da subscrição e integralização das debêntures da terceira emissão foram liberados a nós em tranches na medida em que foram sendo constituídas as referidas garantias e nos termos da respectiva escritura de emissão. As debêntures de nossa terceira emissão vencem em 20 de junho de 2014.

O Coordenador Líder, respectivas sociedades integrantes do seu conglomerado econômico, assim como fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades detêm 40 debêntures de nossa terceira emissão, que, em conjunto, totalizam o valor de R$40,0 milhões.

Em 28 de novembro de 2011, o Coordenador Líder foi coordenador líder da nossa quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$150,0 milhões, com vencimento em 28 de novembro de 2014. Tais debêntures fazem jus à remuneração equivalente a 100% do CDI acrescidos de um *spread* de 3,0% ao ano e contam com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de contrato de locação de veículos celebrados com nossos clientes; (ii) alienação fiduciária de veículos; e (iii) fiança prestada pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas. Os valores decorrentes da subscrição e integralização das debêntures da terceira emissão foram liberados a nós em tranches na medida em que foram sendo constituídas as referidas garantias e nos termos da respectiva escritura de emissão.

Em 19 de janeiro de 2012, a escritura de nossa quarta emissão de debêntures foi aditada com o cancelamento de 3.000 debêntures (equivalentes a R$30,0 milhões), passando, assim, o valor nominal total da emissão, de R$150,0 milhões para R$120,0 milhões.

O Coordenador Líder, respectivas sociedades integrantes do seu conglomerado econômico, assim como fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades detêm 50 debêntures de nossa quarta emissão, que, em conjunto, totalizam o valor de R$50,0 milhões.

As debêntures são simples, não conversíveis, da espécie com garantia flutuante, com garantia adicional real e fidejussória. Em janeiro de 2012, foram liquidados R$121,7 milhões (R$120,0 milhões em valor nominal) de debêntures de nossa quarta emissão.

Em 14 de fevereiro de 2012, aprovamos nossa quinta emissão de debêntures, no montante de R$35,0 milhões, que foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, liquidada integralmente em 09 de março de 2012.

O Itaú Unibanco S.A. e a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedades pertencentes ao conglomerado econômico do Coordenador Líder, foram constituídas como (i) banco mandatário e (ii) instituição depositária e agente escriturador de nossas debêntures da segunda, terceira, quarta e quinta emissão. Em razão dos serviços mencionados, pagamos uma taxa fixa mensal no valor de R$1.200,00, com relação às debêntures de nossa segunda emissão; R$1.200,00, com relação às debêntures de nossa terceira emissão; R$1.000,00 com relação às debêntures de nossa quarta emissão; e R$950,00 com relação às debêntures de nossa quinta emissão. Além disso, o Itaú Unibanco S.A. e a Itaú Corretora de Valores S.A. prestam serviços de *trustee* (conta vinculada) para nós, a um custo fixo mensal de R$3.800,00, acrescido de taxa de implantação no valor de R$2.660,00, com relação às debêntures de nossa segunda emissão; R$3.300,00, isento de taxa de implantação, com relação às debêntures de nossa terceira emissão; R$3.000,00, isento de taxa de implantação, com relação às debêntures de nossa quarta emissão; e R$2.800,00, isento de taxa de implantação, com relação às debêntures de nossa quinta emissão.

Adicionalmente, contratamos as seguintes operações de crédito com o Coordenador Líder:

Arrendamento Mercantil de veículos ("Leasing*")*

Há um contrato de Leasing com a Locarvel, no valor total de, aproximadamente, R$3,9 milhões, cujo saldo em 13 de fevereiro de 2012 era de R$69 mil, com taxas pré-fixadas que variam de 17,80% ao ano a 18,99% ao ano. Em tais operações os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas figuram como devedores solidários ao cumprimento das obrigações assumidas pela Locarvel.

Nos anos de 2008 a 2011, celebramos 27 contratos de *Leasing*, com prazo de vigência de dois a três anos, no valor total de, aproximadamente, R$20,6 milhões, cujo saldo, em 13 de fevereiro de 2012, era de R$3,8 milhões, com taxas pré-fixadas que variam de 16,73% ao ano a 42,78% ao ano. Em tais operações, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas figuram como devedores solidários ao cumprimento das obrigações assumidas por nós.

FINAME

Há 13 contratos de abertura de crédito fixo com recursos originários de repasses do FINAME celebrados com a Locarvel, todos firmados em 2011 e com vigência de até 12 meses, no valor total de R$1,0 milhão, cujo saldo, em 13 de fevereiro de 2012, era de R$0,3 milhão, com taxas equivalentes a TJLP, acrescida de um spread de, aproximadamente, 3,80% ao ano. Em tais operações os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas figuram como devedores solidários ao cumprimento das obrigações assumidas por nós.

Há, ainda, 14 contratos de abertura de crédito fixo com recursos originários de repasses do FINAME celebrados conosco em 15 de abril de 2011 e com data de vencimento em 15 de março de 2013. O valor total é de, aproximadamente, R$2,3 milhões, cujo saldo, em 13 de fevereiro de 2012, era de R$1,4 milhão, com taxas equivalentes a TJLP, acrescida de um *spread* de, aproximadamente, 1,75% ao ano. Em tais operações os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas figuram como devedores solidários ao cumprimento das obrigações assumidas por nós.

Operação de Cessão de Crédito

Em março de 2012, o Coordenador Líder, por meio de cessão de crédito sem coobrigação da cedente, adquiriu créditos contra a nossa Companhia no valor total de, aproximadamente, R$12,7 milhões, com encargos remuneratórios equivalentes a 1,1049% ao mês e vencimentos em abril de 2012. Esta operação de crédito não conta com garantias.

Conta Garantida

Celebramos três operações de conta garantida com vigência até abril de 2012, no valor total de R$8,5 milhões, sendo que até 13 de fevereiro de 2012, não havia saldo devedor. Tais operações são remuneradas com taxas equivalentes a 100% do CDI acrescidas de um spread de 6,16% ao ano e 6,55% ao ano, sendo, uma das operações remunerada a uma taxa pré-fixada em 1,31% ao mês. Essas operações de conta garantida contam com aval prestado pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.

Carta de Fiança

Nós e o Coordenador Líder celebramos, em 11 de julho de 2011, a emissão de carta de fiança emitida pelo Coordenador Líder para garantir determinada operação de crédito, no valor de R$3,9 milhões, com vencimento a partir de 17 de dezembro de 2012, com taxa de comissão fixada em 4,55% ao ano. A prestação de fiança emitida pelo Coordenador Líder conta com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de contratos de locação de veículos e (ii) os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas são devedores solidários ao cumprimento das obrigações assumidas por nós.

Operação de Derivativo

Em 31 de março de 2011, contratamos termo de negociação para realização de operações de opção de *swap* com prêmio junto ao Coordenador Líder com valor nocional de R$50,0 milhões, e está vigente até 02 de janeiro de 2013. Mediante o pagamento de um prêmio de opção de *swap* ao Coordenador Líder, este instrumento reduz a nossa exposição à taxa de juros caso o CDI supere o percentual de 13% ao ano.

Seguros

Contratamos apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores ("D&O") junto à Itaú Seguros S.A., em benefício de nossos diretores e administradores com o intuito de garantir o reembolso de eventuais custos com defesa legal e indenizações, decorrentes de processos judiciais e de processos administrativos, bem como decorrentes de reclamações de nossos acionistas minoritários ou de terceiros prejudicados, relacionadas às suas atividades de gestão. O período de vigência da apólice é de 27 de janeiro de 2012 a 27 de janeiro de 2013. Pela contratação do seguro, pagamos à Itaú Seguros S.A. um prêmio equivalente a R$145,8 mil. Além disso, em 2011 contratamos apólices de seguro-garantia junto ao Itaú Unibanco S.A. e sociedades pertencentes ao conglomerado econômico do Coordenador Líder, para a cobertura de contratos de prestação de serviço e riscos de contenciosos trabalhistas vinculados a estes contratos.

Operações Compromissadas

Contratamos, em janeiro e fevereiro de 2012, três operações compromissadas de títulos de dívida com o Coordenador Líder, no valor total agregado de R$74,6 milhões, que rendem juros de aproximadamente 100% do CDI e com vencimentos em abril de 2012 e dezembro de 2013.

Exceto pela remuneração prevista em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto, e pelos eventuais ganhos decorrentes das atividades de estabilização de nossas ações, não há qualquer outro ganho ou remuneração a ser paga por nós ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Exceto pelo disposto acima, não possuímos qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, e o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos últimos 12 meses de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos por nós ou nossas controladas. Poderemos, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de nossas atividades.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência. O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, na data deste Prospecto, mantemos com o BTG Pactual e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico relacionamento comercial que inclui, principalmente: (i) manutenção de conta bancária; (ii) aplicação em renda fixa; (iii) concessão de empréstimos e financiamentos por meio de CCBs, e (iv) estruturação, coordenação e colocação de debêntures da nossa terceira emissão e aquisição, as quais descrevemos com mais detalhes abaixo.

Manutenção de conta bancária

Mantemos, com o BTG Pactual, duas contas bancárias, registradas sob o nº 103540 e nº 103550, ambas com data de abertura em 27 de janeiro 2010, nas quais realizamos movimentações para os desembolsos e amortizações dos empréstimos e financiamentos contraídos por nós e descritos abaixo, bem como realizamos outras transações típicas de crédito e débito.

Concessão de empréstimos e financiamentos por meio de emissão de CCBs

Emitimos, em favor do BTG Pactual, 21 CCBs, sendo dez emitidas em 12 de março de 2010, cinco emitidas em 31 de março de 2010, cinco CCBs emitidas em 17 de setembro de 2010 e uma CCB em 29 de março de 2011, totalizando, em conjunto, o valor de R$52,0 milhões. O valor principal das CCBs emitidas em 12 de março de 2010 e em 31 de março de 2010 será pago por nós, acrescido de uma remuneração equivalente a 100% do CDI mais um *spread* de 6,8034%. O valor principal das CCBs emitidas em 17 de setembro de 2010 será pago por nós, acrescido de uma remuneração equivalente a 100% do CDI mais um *spread* de 4,5% ao ano, e o valor principal da CCB emitida em 29 de março de 2011 será pago por nós, acrescido de uma remuneração, nos primeiros 60 dias a contar da data de sua emissão, equivalente a 100% do CDI mais um *spread* de 3,9% ao ano e, decorrido referido prazo de 60 dias, o equivalente a 100% do CDI mais um *spread* de 4,5% ao ano. Tais operações contam com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de contratos de locação de veículos; e (ii) alienação fiduciária de veículos.

Aplicação em renda fixa

Fomos detentores de Letra de Crédito do Agronegócio – LCA emitida pelo BTG Pactual, em 18 de maio de 2011, no montante de R$2,0 milhões, sendo que tal título fazia jus à remuneração de 35% do CDI. Esta aplicação foi liquidada em 19 de maio de 2011.

Debêntures de nossa terceira emissão

Em 29 de março de 2011, o BTG Pactual foi coordenador líder da nossa terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, distribuída nos termos da Instrução CVM 476, no valor nominal total de R$160 milhões, dos quais R$80,0 milhões foram liquidados em junho de 2011 e R$15,7 milhões (correspondentes ao valor nominal acrescido dos juros remuneratórios desde a data da emissão) foram liquidados em outubro de 2011, quando foram canceladas 65 debêntures não subscritas. Tais debêntures fazem jus à remuneração equivalente a 100% do CDI acrescidos de um *spread* de 2,50% ao ano, com *step up* da referida taxa para 100% do CDI acrescidos de um *spread* de 3,75% ao ano, caso a Oferta não ocorra em 18 meses a partir da data de sua emissão; e, ainda, contam com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de contrato de locação de veículos celebrados com nossos clientes; (ii) alienação fiduciária de veículos; e (iii) fiança prestada pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas. Os valores decorrentes da subscrição e integralização das debêntures da terceira emissão foram liberados a nós em tranches na medida em que foram sendo constituídas as referidas garantias e nos termos da respectiva escritura de emissão. As debêntures de nossa terceira emissão vencem em 20 de junho de 2014. Pela coordenação, colocação e garantia firme, o BTG Pactual recebeu o valor total de R$0,4 milhão.

O BTG Pactual detém 40 debêntures de nossa terceira emissão, que, em conjunto, totalizam o valor nominal de R$40,0 milhões.

Conforme mencionado acima, as sociedades integrantes do conglomerado econômico do BTG Pactual eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades e que tenham em sua composição capital do conglomerado econômico do BTG Pactual investido, adquiridas em operações regulares em mercado de balcão organizado ou bolsa de valores, conforme o caso, a preço e condições de mercado. Nos últimos 12 meses e na data deste Prospecto, o BTG Pactual não possuiu e não possui participação acionária na Companhia.

Exceto pela Oferta e além das debêntures de nossa terceira emissão, o BTG Pactual e outras sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos últimos 12 meses de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos por nós ou nossas controladas.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Nesse sentido, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico podem subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Poderemos vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, por nós, ao BTG Pactual ou sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, na data deste Prospecto, mantemos com o BofA Merrill Lynch e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico relacionamento comercial, conforme descrito abaixo.

Celebramos com o Bank of America N.A., sociedade pertencente ao conglomerado econômico do BofA Merrill Lynch, um empréstimo no valor de US$25,0 milhões, que correspondia, à época da contratação, ao valor de R$40,0 milhões, com vencimento em 7 de julho de 2014. Este empréstimo tem prazo de carência de 18 meses, com taxa de juros pré-fixada em 2,43% ao ano, sendo garantido por (i) carta de fiança emitida pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis decorrentes de contrato de locação de veículos, (iii) alienação fiduciária de veículos e (iv) nota promissória. Em 30 de junho de 2011, contratamos uma operação de *swap* com valor nocional de igual valor ao valor do empréstimo, trocando a variação cambial pela variação do CDI. Adicionalmente, mantemos uma conta corrente com o BofA Merrill Lynch onde são depositados os créditos dos contratos dados em garantia ao empréstimo.

O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Nesse sentido, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Sociedades integrantes do conglomerado econômico do BofA Merrill Lynch eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em mercado de balcão organizado ou bolsa de valores, conforme o caso, a preço e condições de mercado. Nos últimos 12 meses e na data deste Prospecto, o BofA Merrill Lynch não possuiu e não possui participação acionária na Companhia.

Exceto pela Oferta, o BofA Merrill Lynch e outras sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos últimos 12 meses de oferta pública de valores mobiliários emitidos por nós ou nossas controladas.

Poderemos vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, por nós, à referida instituição intermediária ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Para fins do artigo 16 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas, o BofA Merrill Lynch será o Coordenador Adicional na Oferta, tendo em vista que o Votorantim, um dos Coordenadores da Oferta, também é cotista do FIP, que, por sua vez detém 100,0% das ações emitidas pela BVEP, titular de 34,62% do nosso capital e acionista vendedor no âmbito da Oferta Secundária. Essa participação foi calculada de acordo com os critérios específicos do artigo 16, §4º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas. Para mais informações sobre a participação do Votorantim na Companhia, ver seção "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta" na página 68 deste Prospecto. O BofA Merrill Lynch não receberá qualquer remuneração em razão de sua condição de Coordenador Adicional, recebendo somente as comissões de coordenação, garantia firme de liquidação, colocação e, eventualmente, de incentivo em razão de sua condição de Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

Relacionamento entre a Companhia e o Votorantim

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, na data deste Prospecto, mantemos com o Votorantim e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico relacionamento comercial, conforme descrito abaixo.

A BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento é locatária de nossos veículos, nos termos do contrato de locação firmado em 26 de novembro de 2008, cujo valor mensal, atualmente, está fixado em R$1,4 milhão.

Em 09 de dezembro de 2010, o Banco Votorantim participou como coordenador na nossa segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$100,0 milhões, com vencimento em 09 de dezembro de 2013. Tais debêntures fazem jus à remuneração equivalente a 100% do CDI acrescidos de um spread de 4,0% ao ano, e contam com as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de contrato de locação de veículos celebrados com nossos clientes; (ii) alienação fiduciária de veículos; e (iii) fiança prestada pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas. Os valores decorrentes da subscrição e integralização das debêntures da segunda emissão foram liberados a nós em tranches na medida em que foram sendo constituídas as referidas garantias e nos termos da respectiva escritura de emissão.

O Votorantim, respectivas sociedades integrantes do seu conglomerado econômico, assim como fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades detêm 25 debêntures de nossa segunda emissão, cada uma com valor nominal, na data de emissão, de R$1,0 milhão.

Adicionalmente, como forma de nos proteger de possíveis elevações nas taxas de juros, contratamos, no final do ano de 2010, dois termos de negociação para realização de operações de opção de *swap* junto ao Votorantim com valor nocional de R$50,0 milhões cada, totalizando R$100,0 milhões com o objetivo de reduzir nossa exposição à taxa de juros variável. Esses instrumentos trocam taxas médias de 100% do CDI pelas taxas fixas de, respectivamente, 12,0% ao ano e 12,5% ao ano e tem vigência até 02 de janeiro de 2013.

O Votorantim também é cotista do FIP, que, por sua vez detém 100,0% das ações emitidas pela BVEP, titular de 34,62% do nosso capital e acionista vendedor no âmbito da Oferta Secundária. Para mais detalhes sobre esta relação societária, ver o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto e a seção "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às nossas Ações – Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado ao Preço por Ação, uma vez que são acionistas indiretos da BVEP, um dos Acionistas Vendedores da presente Oferta", na página 93 deste Prospecto.

Conforme mencionado acima, as sociedades integrantes do conglomerado econômico do Votorantim eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades e que tenham em sua composição capital do conglomerado econômico do Votorantim investido, adquiridas em operações regulares em mercado de balcão organizado ou bolsa de valores, conforme o caso, a preço e condições de mercado.

Exceto pela Oferta e além das debêntures de nossa segunda emissão, o Votorantim e outras sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos últimos 12 meses de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos por nós ou nossas controladas.

O Votorantim e/ou sociedades de seu grupo econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Nesse sentido, o Votorantim e/ou sociedades de seu grupo econômico podem subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Poderemos vir a contratar, no futuro, o Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, por nós, ao Votorantim ou sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, na data deste Prospecto, mantemos com o BB Investimentos e sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico relacionamento comercial que inclui, principalmente: (i) operações de capital de giro; (ii) cartão de crédito; e (iii) aplicações financeiras em CDB, conforme descrevemos com mais detalhes abaixo:

Operações de capital de giro

Em 30 de junho de 2011, celebramos com o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") operação de crédito objetivando investimentos em capital de giro, no valor de R$40,0 milhões, acrescido de uma remuneração equivalente a 100% do CDI mais um *spread* de 2,0% ao ano, com vencimento em 13 de junho de 2014. Em 13 de fevereiro de 2012, o saldo devedor desse contrato (incluindo principal e juros) era de R$40,8 milhões. Esta operação conta com as seguintes garantias: (i) fiança prestada pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas; (ii) alienação fiduciária de veículos; e (iii) cessão fiduciária de recebíveis decorrentes dos contratos de locação de veículos.

Em 27 de setembro de 2011, celebramos com o Banco do Brasil a novação e alongamento de dívidas através de uma operação de capital de giro CDI Pós, no valor de R$24,0 milhões. Sobre o valor principal incide remuneração equivalente 125% do CDI ao ano. O pagamento do valor principal é anual e da remuneração é mensal até o vencimento do contrato, em 25 de novembro de 2014. Em 13 de fevereiro de 2012, o saldo devedor desse contrato (incluindo principal e juros) era de R$24,1 milhões. Esta operação conta com as seguintes garantias: (i) fiança prestada pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas; e (ii) recebíveis decorrentes de determinado contrato de locação de veículos.

Cartão de Crédito

Em 11 de julho de 2011, celebramos com o Banco do Brasil operação de cartão de crédito corporativo, com limite de até R$2,5 milhões, com vencimento em 11 de julho de 2012, sendo renovável automaticamente por iguais períodos.

Aplicações Financeiras em CDB

Em 30 de junho de 2011, realizamos com o Banco do Brasil aplicação financeira em CDB, com prazo de vigência de 1.800 dias, acrescido de uma remuneração equivalente a 100,2% do CDI. Em 13 de fevereiro de 2012, o valor aplicado era de R$2,1 milhões.

O Banco do Brasil, controlador do BB Investimentos, detém 49,99% das ações ordinárias emitidas pelo Votorantim, único cotista do FIP, que, por sua vez detém 100,0% das ações emitidas pela BVEP, titular de 34,17% do nosso capital social, e Acionista Vendedor no âmbito da Oferta Secundária. Para mais detalhes sobre esta relação societária, ver o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto e a seção "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às nossas Ações – Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado ao Preço por Ação, uma vez que são acionistas indiretos da BVEP, um dos Acionistas Vendedores da presente Oferta", na página 93 deste Prospecto.

O BB Investimentos e/ou sociedades de seu grupo econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos relacionadas com as Ações. Nesse sentido, o BB Investimentos e/ou sociedades de seu grupo econômico podem subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou as empresas de seu grupo econômico não (i) participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de nossa emissão; e (ii) realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários de nossa emissão ou de nossas controladas.

Poderemos, no futuro, contratar o BB Investimentos e/ou sociedades de seu grupo econômico para nos assessorar na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de nossas atividades, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga, por nós, ao BB Investimentos ou sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas afiançaram, avalizaram ou foram constituídos como devedores solidários em determinas operações de crédito tomadas por nós ou pela Locarvel junto a instituições financeiras pertencentes ao conglomerado econômico do Coordenador Líder. Para mais informações sobre as referidas operações de crédito, ver item "Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder" deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e outras sociedades de seu conglomerado econômico não (i) participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pela BVEP; e (ii) realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários emitidos pela BVEP.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores, ao Coordenador Líder ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas afiançaram, avalizaram ou foram constituídos como devedores solidários em determinas operações de crédito tomadas por nós ou pela Locarvel junto a instituições financeiras pertencentes ao conglomerado econômico do BTG Pactual. Para mais informações sobre as referidas operações de crédito, ver item "Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual" deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o BTG Pactual e outras sociedades de seu conglomerado econômico não (i) participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pela BVEP; e (ii) realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários emitidos pela BVEP.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores, ao BTG Pactual ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BofA Merrill Lynch

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas emitiram carta de fiança para garantir determinada operação de crédito tomada por nós junto ao Bank of America N.A., instituição financeira pertencente ao conglomerado econômico do BofA Merrill Lynch. Para mais informações sobre a referida operações de crédito, ver item "Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch" deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o BofA Merrill Lynch e outras sociedades de seu conglomerado econômico não (i) participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pela BVEP; e (ii) realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários emitidos pela BVEP.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores, ao BofA Merrill Lynch ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Para fins do artigo 16 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas, o BofA Merrill Lynch será o Coordenador Adicional na Oferta, tendo em vista que o Votorantim, um dos Coordenadores da Oferta, também é cotista do FIP, que, por sua vez detém 100,0% das ações emitidas pela BVEP, titular de 34,62% do nosso capital e acionista vendedor no âmbito da Oferta Secundária. Essa participação foi calculada de acordo com os critérios específicos do artigo 16, §4º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas. Para mais informações sobre a participação do Votorantim na Companhia, ver seção "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta" na página 68 deste Prospecto. O BofA Merrill Lynch não receberá qualquer remuneração em razão de sua condição de Coordenador Adicional, recebendo somente as comissões de coordenação, garantia firme de liquidação, colocação e, eventualmente, de incentivo em razão de sua condição de Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Votorantim

O Votorantim é o único cotista do FIP, que, por sua vez detém 100,0% das ações emitidas pela BVEP, titular de 34,62% do nosso capital social, e Acionista Vendedor no âmbito da Oferta Secundária. Para mais detalhes sobre esta relação societária, ver o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto e a seção "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às nossas Ações – *Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado ao Preço por Ação, uma vez que são acionistas indiretos da BVEP, um dos Acionistas Vendedores da presente Oferta*", na página 93 deste Prospecto.

Com relação aos demais Acionistas Vendedores, na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, não mantêm relacionamento comercial relevante com o Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores, ao Votorantim ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BB Investimentos

O Banco do Brasil S.A., controlador do BB Investimentos, detém 49,99% das ações emitidas pelo Votorantim, único cotista do FIP, que, por sua vez detém 100,0% das ações emitidas pela BVEP, titular de 34,62% do nosso capital social, e Acionista Vendedor no âmbito da Oferta Secundária. Para mais detalhes sobre esta relação societária, ver o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto e a seção "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às nossas Ações – Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado ao Preço por Ação, uma vez que são acionistas indiretos da BVEP, um dos Acionistas Vendedores da presente Oferta", na página 93 deste Prospecto.Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Além disso, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas afiançaram, avalizaram ou foram constituídos como devedores solidários em determinas operações de crédito tomadas por nós ou pela Locarvel junto a instituições financeiras pertencentes ao conglomerado econômico do BB Investimentos. Para mais informações sobre as referidas operações de crédito, ver item "Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos" deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores, ao BB Investimentos ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Para informações sobre operações envolvendo a Companhia e os Coordenadores da Oferta, ver a seção "Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e as Instituições Participantes da Oferta" na página 68 deste Prospecto. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga por nós ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou às sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Banco Itaú BBA S.A. – Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2011, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos de R$191,6 bilhões, patrimônio líquido de R$10,4 bilhões e lucro líquido de R$2,6 bilhões.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e tesouraria da América Latina.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* ("DRs"), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa.

Em 2011, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R$15,5 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2011 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 82,6%. No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2011, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R$15,8 bilhões. De acordo com o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2011 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 28,9%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários.

De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da *Thomson Finance*, com base no número de operações realizadas em 2011, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 38 transações.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como *Global Finance*, *Latin Finance* e *Euromoney*. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista *Global Finance*, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Banco BTG Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento de *corporate finance*. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2011 pelo número de operações, participando de um total de mais de 100 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional *Dealogic*. Além disso, ficou em 1º lugar em 2010 em número de ofertas e 2º em volume de ofertas, ambos de acordo com a ANBIMA. Em 2009, como assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia, criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia, e depois como coordenador líder do *Follow-on* subsequente à fusão, recebeu o prêmio de *Follow-on* do Ano na América Latina pela *LatinFinance*. O BTG Pactual também recebeu o prêmio de IPO do Ano em 2009 na América Latina por sua atuação na oferta de Visanet.

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 e 2011 como o *"Brazil's Equity House of the Year*". O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (*Euromoney*, em 2003, 2004 e 2007), além de *"Equity House of the Year"* (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam seis vezes o título de "*Best Equity House Latin America"* (*Euromoney* de 2002 a 2005 e 2007 a 2008). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" de 2003 a 2007 *(Institutional Investor)*. No entanto, sua *expertise* é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no *ranking* da *Institutional Investor* de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista *Institutional Investor*.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e os IPOs de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e *lead settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros, mostrando assim sua forte capacidade de distribuição internacional.

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha. Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição.

Como assessor financeiro em fusões e aquisições, o BTG Pactual também apresentou forte atuação tanto em 2010 como em 2011, ficando em primeiro lugar no *ranking* de fusões e aquisições nos dois anos, de acordo com a Thomson Reuters, conforme informações em 31 de dezembro em 2010 e 31 de dezembro de 2011. O BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações de fusões e aquisições em 2010, como, por exemplo, fusão da TAM com a LAN, *joint-venture* entre Cosan e Shell, consolidação da participação detida pela Petrobras em Braskem e Quattor e venda de participação minoritária no Teuto para a Pfizer; em 2011, também participou de importantes transações, tais como aquisição do controle da Usiminas pela Ternium, assessor dos controladores da Schincariol na venda do controle para a Kirin, fusão da Vanguarda com a Brasil Ecodiesel e venda da WTorre Properties para a BR Properties. Em 2012, o BTG Pactual tem assessorado seus clientes em importantes transações, tais como *Joint Venture* da CIBE com a divisão de concessão do grupo Atlantia e parceria da MPX com a E.ON.

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que acreditamos ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema *online* que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a *U.S. Fortune* e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a *Fortune Global*. As ações da *Bank of America Corporation* (NYSE: BAC), controladora do BofA Merrill Lynch, fazem parte do índice *Dow Jones Industrial Average* e são listadas na *New York Stock Exchange*.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e *equity* e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de *equity*, *bonds* e financiamentos, de acordo com a *Dealogic*.

Banco Votorantim S.A.

O Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. O sucesso inicial da Votorantim DTVM motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo BACEN em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Originalmente criado para ser o braço financeiro do grupo Votorantim, o Banco Votorantim S.A. passou a desenvolver ativamente sua carteira de clientes fora do grupo Votorantim a partir de 1991, quando adquiriu o *status* de banco múltiplo. Procurando atender às necessidades de sua clientela, expandiu suas operações, prestando serviços a diversos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ou não ao grupo Votorantim.

Em 11 de setembro de 2009, o BACEN aprovou a aquisição de participação acionária do Votorantim pelo Banco do Brasil S.A., nos termos do fato relevante divulgado em 09 de janeiro de 2009, conforme comunicado ao mercado publicado em 14 de setembro de 2009. Com a aprovação, o Banco do Brasil S.A. passa a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, o Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio da BV Financeira S.A. e BV Leasing Ltda., suas controladas, na gestão de fundos de investimento, com a Votorantim Asset Management DTVM Ltda., e como corretora de valores mobiliários, com a Votorantim CTVM Ltda.

O Votorantim tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas) e um escritório de representação localizado em Londres. Além disso, foi autorizado o funcionamento do *Banco Votorantim Securities, Inc.*, que passou a atuar como *broker dealer* em Nova Iorque e em Londres, respectivamente desde 2006 e 2011.

Atividade de *Investment Banking* do Votorantim

Na área de *investment banking*, o Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada e produtos inovadores com acesso abrangente aos mercados de capitais.

Em renda variável, o Votorantim oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações, além de ofertas públicas para aquisição e permuta de ações. Para contribuir com a distribuição das ofertas, a Votorantim CTVM Ltda. possui amplo acesso aos vários grupos de investidores, além de possuir área de pesquisa (*research*) que faz a análise independente de várias empresas de diversos setores da economia.

Em renda fixa, o Votorantim assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*, sendo que, no ano de 2011, o Votorantim ocupou a 1ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), a 3ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição de securitização e a 4ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição consolidado, todos divulgados pela ANBIMA. Com relação à atuação internacional, no ano de 2011 o Votorantim ocupou a 12ª colocação no *ranking* de emissões externas divulgado pela *Bloomberg*.

Em fusões e aquisições, o Votorantim possui uma equipe focada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação/*fairness* opinion.

BB – Banco de Investimento S.A.

Com mais de 200 anos de história, o Banco do Brasil é um banco múltiplo com sede em Brasília, Distrito Federal, tem presença significativa em todos os estados brasileiros, além de desenvolver atividades em importantes centros financeiros mundiais.

Seu foco é realizar negócios orientados à geração de resultados sustentáveis e desempenho compatível com suas lideranças de mercado. Como agente de políticas públicas, o Banco do Brasil apoia o agronegócio, as micro e pequenas empresas e o comércio exterior brasileiros, tanto por meio da execução de programas federais como pelo desenvolvimento de soluções que buscam simplificar as operações e serviços que atendem esses segmentos da economia.

Durante o ano de 2011, o Banco do Brasil registrou 36,1 milhões de contas correntes atendidos por uma rede de 55 mil pontos de atendimento incluindo a rede compartilhada e 43,6 mil terminais de autoatendimento (TAA) próprios, com envolvimento de mais de 113 mil funcionários. Para oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo, o Banco do Brasil segmenta seus clientes em três grandes mercados: Varejo, Atacado e Setor Público.

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB Investimentos, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento.

O BB Investimentos mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. Em 2010 atuou como coordenador líder do *follow on* do Banco do Brasil, como coordenador dos IPOs da Julio Simões Logística e da Droga Raia e dos *follow on* da JBS S.A e da Petrobras, além de ter sido coordenador contratado nas operações da Aliansce, Multiplus, Hypermarcas e Mills. No acumulado de 2010 do *ranking* ANBIMA de distribuição de renda variável, ocupa a primeira posição com 60,5% de participação. Em 2011, o BB Investimentos atuou como coordenador do IPO do Magazine Luiza, da emissão de debêntures obrigatoriamente conversíveis de Minerva e como coordenador contratado das ofertas públicas de Tecnisa, Autometal, QGEP Participações e Qualicorp.

Em 2011 o BB Investimentos liderou 13 emissões de notas promissórias, no valor de R$4.135 milhões e 19 emissões de debêntures, no valor de R$7.017 milhões. Também participou de cinco emissões de notas promissórias, no valor de R$1.110 milhões e de 20 emissões de debêntures, no valor de R$3.517 milhões. No acumulado de 2011, o BB Investimentos ficou em segundo lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R$16.990 milhões originados e 19,7% de participação de mercado.

No mesmo período o BB Investimentos liderou duas emissões de cotas de IDC, no valor total de R$584,5 milhões, uma emissão de Fundo de Investimento Imobiliário no valor total de R$159 milhões e em duas operações de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor total de R$272,6 milhões. Atuou também como Coordenador em mais duas operações de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários no valor de R$152,4 milhões e em outras três emissões de cotas de FIDC no valor de R$408 milhões, totalizando R$1,576 bilhões, dentre elas os FIDC Cobra e o FIDC CEDAE, o Fundo de Investimento Imobiliário BB Renda Corporativa e o CRI da MRV Engenharia.

O BB Investimentos conta ainda com uma equipe dedicada para assessoria e estruturação de operações de fusões e aquisições e reestruturações societárias. No mercado de fusões e aquisições, o BB Investimentos participou de duas operações que somaram R$349 milhões.

No mercado de capitais internacional, em 2011, o Banco do Brasil, por meio de suas corretoras externas BB Securities Ltd (Londres) e Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), atuou em 16 das 60 operações de captação externa realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, das quais doze na condição de *lead-manager* e quatro como *co-manager*. Do total de aproximadamente US$36,96 bilhões emitidos em 2011, o Banco do Brasil participou em cerca de US$12,64 bilhões. Adicionalmente, o Banco do Brasil atuou em três operações de emissores estrangeiros, sendo um como *lead-manager* e dois *co-manager*, que totalizaram US$2,65 bilhões e EUR750 milhões.

Nos dois primeiros meses de 2012, das 21 emissões externas realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, o Banco do Brasil atuou em 10 operações. No período, do total de cerca de US$16,87 bilhões emitidos, o BB participou em aproximadamente US$11,52 bilhões. Além disso, o BB atuou como co-manager em duas operações de emissor estrangeiro, sendo um *eurobond* e um estrutura de ABS (*Asset Backed Securities*), que totalizaram US$2,27 bilhões.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS NOSSAS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá "um efeito adverso para nós" ou nos "afetará adversamente" significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão.

Nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Um mercado ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

Não existe, na data deste Prospecto, um mercado ativo ou líquido para as nossas ações, não sendo possível prever em que medida o interesse dos nossos investidores ocasionarão o desenvolvimento de um mercado para a negociação das suas ações na BM&FBOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2011, a capitalização de mercado da BM&FBOVESPA era de aproximadamente R$2,3 trilhões, com um volume médio diário de R$6,5 bilhões durante o período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado. As cinco principais ações negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por 34,2% do volume total de ações negociadas nessa bolsa em 2011.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações, inclusive pelos nossos Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e o período de lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado de nossas Ações ou a percepção dos investidores sobre nós.

Nós, os membros de nossa Administração e os Acionistas Vendedores, celebramos acordos de restrição à venda das Ações de nossa emissão (*lock-up*) nos termos do Contrato de Colocação Internacional, por meio dos quais nos comprometemos a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das Ações de nossa titularidade após a liquidação da Oferta.

Adicionalmente, no termos do Regulamento do Novo Mercado, nos primeiros seis meses subsequentes à Oferta, após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado, nossos Acionistas Controladores e os membros da nossa Administração não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das Ações de nossa emissão e derivativos destas de que eram titulares, imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nossos Acionistas Controladores e nossos Administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de nossa emissão e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, nossas Ações estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de nossas Ações pode afetar adversamente o valor de mercado das Ações de nossa emissão. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) na página 63 deste Prospecto.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das nossas Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das nossas ações e na diluição da participação do investidor em nosso capital social.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação de preço e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das nossas Ações.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, caso a demanda verificada na Oferta seja inferior a quantidade de ações da Oferta base acrescida de 1/3 (um terço), poderão ser aceitas no Procedimento de *Bookbuilding,* intenções de investimento de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, até o limite máximo de 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), o que poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e promover a redução da liquidez das Ações no mercado secundário. Sociedades dos conglomerados econômicos dos Coordenadores da Oferta poderão subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta como forma de proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo *total return swaps*) por elas realizadas por conta e ordem dos seus clientes. Tais operações poderão influenciar a demanda e o Preço por Ação sem gerar demanda artificial durante a Oferta.

Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações, o que poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a oferta pública de distribuição primária e secundária das nossas Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das nossas Ações (i) nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A, em operações isentas de registro, em conformidade com o disposto no *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, com base na Regulamento S e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131, da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325. Os esforços de colocação das nossas Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, nós e os Acionistas Vendedores somos parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que nós e os Acionistas Vendedores indenizemos tais Agentes de Colocação Internacional, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Nós e os Acionistas Vendedores também fazemos diversas declarações e garantias relacionadas ao nosso negócio e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Nossa eventual condenação em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá nos afetar adversamente.

Após a Oferta, a nossa Companhia não terá mais um grupo de controle que detenha mais que 50% das nossas Ações, o que poderá nos deixar suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle definido.

Após a liquidação financeira da Oferta, (i) o Acordo de Acionistas será automaticamente extinto, de pleno direito, de acordo com os seus termos e condições, (ii) a BVEP não fará mais parte do grupo de controle da Companhia, em decorrência da venda de até 75% de sua participação acionária na Companhia e (iii) os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas concentrarão 47,1% do capital social votante (sem considerar o exercício das Ações Adicionais e das Ações Suplementares) e, consequentemente, não mais haverá um grupo de controle que detenha mais do que 50% das Ações da Companhia. Em especial, caso surja um grupo de controle definido e este passe a deter o poder decisório, poderemos sofrer mudanças repentinas e inesperadas das nossas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos nossos administradores. A ausência de um grupo de controle que detenha mais de 50% de Ações de nossa emissão poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quorum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança repentina ou inesperada em nossa equipe de administradores, em nossa política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem nos afetar adversamente.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos emergentes ou nos Estados Unidos, pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos Estados Unidos, pela União Europeia e pelos mercados emergentes. A crise financeira iniciada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 criou uma recessão global. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros. Crises nos Estados Unidos, na União Européia e nos mercados emergentes podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós.

Além disso, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Não podemos assegurar que o mercado de capitais brasileiro continuará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar nosso futuro acesso ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado de nossas Ações.

Poderá haver diluição imediata do valor econômico de seu investimento, bem como posterior diluição em decorrência de exercício de direitos decorrentes de outorgas realizadas no âmbito de nossos Planos de Opção de Compra de Ações.

Esperamos que o Preço por Ação exceda o valor patrimonial de nossas ações após a Oferta. Consequentemente, os investidores que subscreverem/adquirirem nossas Ações no âmbito da Oferta irão sofrer imediata redução e substancial diluição do valor contábil de seu investimento. Para mais informações sobre a diluição gerada pela realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 97 deste Prospecto.

Além da diluição imediata do valor contábil do investimento feito logo após a Oferta, os investidores estarão sujeitos a diluição em caso de exercício de direitos de opção de compra de ações de nossa emissão por beneficiários de tais opções. Nossos acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária, o Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, em 21 de dezembro de 2010, conforme alterado nas assembleias gerais extraordinárias de 23 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012 e, em 23 de fevereiro de 2012, bem como nosso Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, em 23 de fevereiro de 2012, conforme aditado em 30 de março de 2012, os quais estabelecem as condições gerais para outorgas de opções de compra de ações de nossa emissão, aos nossos empregados, Administradores e terceiros considerados estratégicos para nós (prestadores de serviço a nossa Companhia ou a sociedades sob nosso controle, bem como profissionais que pretendemos atrair para nossa equipe), a serem indicados pelo nosso Conselho de Administração, tendo por objetivo incentivar e reter profissionais considerados estratégicos e alinhados com os nossos objetivos. As condições específicas para a outorga e exercício dos direitos de compra pelos Beneficiários serão estabelecidas em contratos celebrados entre nós e cada um dos Beneficiários. Qualquer outorga e exercício dos direitos de opção de compra de nossas ações pelos Beneficiários poderá ocasionar diluição adicional para nossos acionistas no futuro.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares das ações ordinárias de nossa emissão.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício, caso nosso Conselho de Administração determine que não possuímos lucro líquido ou reservas de lucro nos termos da Lei das Sociedades por Ações para distribuir dividendos, ou que a distribuição de dividendos seja incompatível com a nossa situação financeira naquele momento, e nossos acionistas deliberem não distribuí-los. Além disso, nossas escrituras de emissão de debêntures preveem determinadas restrições à distribuição de dividendos (inclusive à distribuição de dividendo mínimo obrigatório), sob pena de vencimento antecipado das debêntures. Para informações adicionais, ver os itens "10.1 – Comentários dos Diretores" e "18.5 – Descrição de Outros Valores Mobiliários Emitidos" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Os interesses dos nossos Administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de nossa emissão, uma vez que participam de planos de opção de compra de ações.

Os nossos Administradores e executivos são participantes dos Planos de Opção de Compra de Ações, cujo potencial ganho está vinculado ao maior valor de mercado das ações de nossa emissão.

O fato de nossos Administradores e executivos participarem dos Planos de Opção de Compra de Ações pode levar a nossa Administração a dirigir nossos negócios e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre nossos Planos de Opção de Compra de Ações, ver a seção "Diluição – Planos de Opção de Compra de Ações" na página 98 e o item "13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária", do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Determinados Coordenadores da Oferta podem ter interesse vinculado ao Preço por Ação, uma vez que são acionistas indiretos da BVEP, um dos Acionistas Vendedores da presente Oferta.

Os potenciais subscritores/adquirentes das Ações devem levar em consideração a existência de um potencial conflito de interesse pelo fato de (i) o Banco do Brasil S.A., controlador do BB Investimentos, um dos Coordenadores da Oferta, deter 49,99% das ações emitidas pelo Votorantim; e (ii) o Votorantim, um dos Coordenadores da Oferta, ser detentor da totalidade das quotas do FIP que, por sua vez, detém 100,0% das ações de emissão da BVEP, titular de 34,62% do nosso capital social, sendo este um dos Acionistas Vendedores no âmbito da Oferta Secundária. Em razão dos relacionamentos societários existentes entre o Votorantim, o BB Investimentos e a BVEP, na qualidade de acionista vendedora, tal fato poderá levá-los a ter interesse vinculado ao Preço por Ação. Para uma descrição detalhada do relacionamento societário existente entre o Votorantim, o BB Investimentos e a BVEP, ver o item "15. Controle" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

A nossa Companhia será responsável pelo pagamento da maior parte das despesas relativas à Oferta, o que impactará os valores líquidos recebidos em decorrência da Oferta.

Nos termos do Contrato de Colocação, exceto pelas despesas diretamente relacionadas à Oferta Secundária (taxa de registro na CVM, comissões de coordenação, colocação, garantia firme devidas aos Coordenadores da Oferta, e parcela menos relevante das despesas com *roadshow*), nossa Companhia será responsável pelo pagamento de todas as demais despesas da Oferta, dentre as quais a totalidade das despesas com advogados e auditores externos e publicidade (incluindo parcela mais significativa das despesas com *roadshow*). O desembolso desses valores pela nossa Companhia impactará os valores líquidos por nós recebidos em decorrência da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido. Para mais informações sobre os custos totais incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a Seção "Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$12,50, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, estimamos que os recursos líquidos que receberemos provenientes da Oferta Primária serão da ordem, após a dedução das despesas e comissões devidas por nós no âmbito da Oferta, de (i) R$208,1 milhões, sem considerar as Ações Suplementares, ou (ii) R$260,9 milhões, considerando as Ações Suplementares. Para informações detalhadas sobre as comissões e as despesas da Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 52 deste Prospecto.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, sem considerar as Ações Suplementares, para: (i) a aquisição de veículos para expansão e renovação da nossa frota; e (ii) o reforço do nosso capital de giro, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido**
		(em R$ milhões)
Aquisição de veículos para expansão e renovação de frota	60,0	124,9
Reforço do nosso capital de giro	40,0	83,2
Total	**100,0**	**208,1**

Além dos recursos advindos da Oferta Primária e de nossos resultados operacionais, não há na data deste Prospecto outras fontes de recursos para a consecução dos objetivos acima descritos.

Não receberemos quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, visto que tais recursos serão integralmente revertidos aos Acionistas Vendedores.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em nossas projeções e análises. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem alterar a destinação dos recursos estabelecida na data deste Prospecto.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem destinados para os fins acima descritos, serão aplicados no mercado financeiro, em CDBs de instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos por nós captados sejam inferiores à nossa estimativa, reduziremos a aplicação dos recursos líquidos captados de forma proporcional àquela informada na tabela acima.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos por nós auferidos em decorrência da Oferta Primária em nossa situação patrimonial, ver a seção "Capitalização", na página 95 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta o nosso endividamento total (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2011, indicando a situação real naquela data e a posição ajustada para refletir (a) (i) o cancelamento da totalidade das 415.848 ações ordinárias mantidas em tesouraria no valor de R$3,1 milhões conforme aprovado por nossos acionistas em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012; (ii) a captação de recursos de nossa quarta emissão de debêntures no valor de R$121,7 milhões (R$120,0 milhões de valor nominal), liquidada em janeiro de 2012, e de nossa quinta emissão de debêntures no valor de R$35,0 milhões (valor nominal), liquidada em março de 2012, e (iii) a capitalização de juros sobre o capital próprio no valor líquido de impostos de R$2,0 milhões efetivada em 30 de março de 2012; e (b) ajustado também para refletir os recursos líquidos estimados em aproximadamente R$208,1 milhões (oferta base primária de R$227,3 milhões, líquidos de comissões e despesas de R$19,1 milhões) a serem recebidos por nós em função da Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares), após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta.

As informações abaixo, referentes à coluna "Real", foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, elaboradas de acordo com as IFRS e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com os itens "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do nosso Formulário de Referência, bem como com nossas demonstrações financeiras, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

	Em 31 de dezembro de 2011		
	Real	**Ajustado Pós-Eventos Subsequentes[(1)]**	**Ajustado Pós-Oferta[(2)]**
		(em R$ mil)	
Empréstimos e financiamentos Circulante	**196.675**	**196.675**	**196.675**
Empréstimos e financiamentos Não-Circulante	**417.931**	**574.661**	**574.661**
Patrimônio Líquido	**158.916**	**160.898**	**369.023**
Capital social	133.309	135.291	343.416
Ações em tesouraria	(3.074)	–	–
Reserva de capital	4.833	4.833	4.833
Reservas de lucros	23.848	20.774	20.774
Lucros Acumulados	–	–	–
Capitalização total[(3)]	**773.522**	**932.234**	**1.140.359**

(1) Ajustado após (i) o cancelamento da totalidade das 415.848 ações ordinárias mantidas em tesouraria no valor de R$3,1 milhões, conforme aprovado por nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012, (ii) a captação de recursos de nossa quarta emissão de debêntures, no valor de R$121,7 milhões (R$120,0 milhões de valor nominal), liquidada em janeiro de 2012, e de nossa quinta emissão de debêntures, no valor de R$35,0 milhões (valor nominal)liquidada em março de 2012; e (iii) a capitalização de juros sobre o capital próprio no valor líquido de impostos de R$2,0 milhões efetivada em 30 de março de 2012.

(2) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares), estimados em aproximadamente R$208,1 milhões (oferta base primária de R$227,3 milhões, líquidos de comissões e despesas de R$19,1 milhões), considerando o Preço por Ação de R$12,50, ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação indicada na capa deste Prospecto, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas a serem devidas por nós no âmbito da Oferta.

(3) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante e do patrimônio líquido.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$12,50, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, aumentaria (reduziria) o valor do nosso patrimônio líquido em R$21,1 milhões. O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Excetuando-se o descrito acima, não houve mudanças relevantes em nossa capitalização desde 31 de dezembro de 2011.

Para informações mais detalhadas sobre os eventos societários acima descritos, ver o item "3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem desta Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor do nosso patrimônio líquido era de R$158,9 milhões e o valor patrimonial por ação de nossa emissão, na mesma data, era de R$5,09. O referido valor patrimonial representa o valor contábil de nosso patrimônio líquido dividido pelo número total de nossas ações em 31 de dezembro de 2011, excluindo ações em tesouraria.

Em 27 de fevereiro de 2012, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os nossos acionistas aprovaram o cancelamento da totalidade das 415.848 ações ordinárias de nossa emissão mantidas em tesouraria.

Em 30 de março de 2012, nossos acionistas, reunidos em assembleia geral extraordinária, aprovaram um desdobramento de ações na proporção de três ações ordinárias em substituição a cada duas ações ordinárias de emissão da Companhia. Em razão dos referidos cancelamento e desdobramento, nosso capital social, que era dividido em 31.189.890 ações ordinárias, passou a ser dividido em 46.784.835 ações ordinárias, sem ocorrer, entretanto, qualquer alteração em nossa composição acionária. Após os referidos cancelamento e desdobramento, o valor patrimonial por ação de nossa emissão passou a ser de R$3,44. O valor patrimonial por ação de nossa emissão, após os referidos canelamento e desdobramento, foi determinado pela divisão do nosso patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 pelo número total de nossas ações, após o cancelamento das ações em tesouraria e o desdobramento das ações do nosso capital social.

Considerando-se (i) o cancelamento da totalidade das ações ordinárias de nossa emissão mantidas em tesouraria; (ii) o desdobramento das ações ordinárias de nossa emissão; e (iii) a subscrição de 18.181.818 Ações objeto da Oferta Primária, sem considerar as Ações Suplementares, pelo Preço por Ação de R$12,50, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, e após a dedução das comissões e despesas devidas por nós no âmbito da Oferta, nosso patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2011 seria de aproximadamente R$369,0 milhões, representando um valor de R$5,68 por ação. Isso significaria um aumento imediato do valor patrimonial por ação correspondente a R$2,24 para os acionistas existentes e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação correspondente a R$6,82 para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas sobre as comissões de distribuição e as despesas da Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base em nosso patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011:

	Após a Oferta[2]
	(em R$, exceto percentual)
Preço por Ação[1]	12,50
Valor Patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2011	5,09
Valor Patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2011 Ajustado[3]	3,44
Aumento no valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2011[3] para os acionistas existentes	2,24
Valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2011[3] ajustado pela Oferta	5,68
Diluição por ação para novos investidores	6,82
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta	**54,6%**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$12,50 estimado com base no ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto.
(2) A tabela não considera os Planos de Opção de Compra de Ações.
(3) Considerando o cancelamento da totalidade das 415.848 ações ordinárias mantidas em tesouraria, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012, a capitalização de juros sobre o capital próprio no valor líquido de impostos de R$2,0 milhões efetivada em 30 de março de 2012 e o desdobramento de ações de nossa emissão, na proporção de três ações para cada duas ações pré-existentes ao desdobramento.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de nossa emissão e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do Procedimento de *Bookbuilding* e das condições da Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta" na página 43 deste Prospecto.

Um acréscimo (redução) de R$1,00 no Preço por Ação, conforme estimado neste Prospecto, acarretaria um acréscimo (diminuição), após a conclusão da Oferta, (i) no valor do nosso patrimônio líquido contábil; (ii) no valor do patrimônio líquido contábil por ação de nossa emissão; (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação aos investidores desta Oferta em R$1,11 por Ação, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações, e após deduzidas as comissões e despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre aumentos do nosso capital social, nos quais emitimos novas ações, realizados desde a data de nossa constituição, sendo que não foi exercida qualquer opção de subscrição de ações de nossa emissão no período.

Data	Valor do Aumento (R$)	Quantidade de Ações	Valor por Ação (R$)	Classe	Modalidade
31.07.2008	29.616.364,31	20.792.314	1,4244	Ordinárias	Subscrição particular
31.07.2008	19.934,00	13.995	1,4244	Ordinárias	Subscrição particular
31.07.2008	69.999.792,67	5.601.014	12,4977	Preferenciais	Subscrição particular
14.12.2009	40.000.000,00	5.198.315	7,6948	Preferenciais	Subscrição particular

Para informações adicionais referentes aos últimos aumentos de nosso capital social, ver o item "17.2. Aumentos do capital social" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto na página 399.

Planos de Opção de Compra de Ações

Plano de Opção I

Nossos acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária, o Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, em 21 de dezembro de 2010, conforme alterado nas assembleias gerais extraordinárias de 23 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012 ("Plano de Opção I"), o qual estabelece as condições gerais para outorgas de opções de compra de ações de nossa emissão, aos nossos empregados, Administradores e terceiros considerados estratégicos para nós (prestadores de serviço a nossa Companhia ou a sociedades sob nosso controle, bem como profissionais que pretendemos atrair para nossa equipe), a serem indicados pelo nosso Conselho de Administração, tendo por objetivo incentivar e reter profissionais considerados estratégicos e alinhados com os nossos objetivos.

Em 21 de dezembro de 2010, 12 de janeiro de 2011, 23 de maio de 2011 e 23 de fevereiro de 2012, nosso Conselho de Administração aprovou as listas de beneficiários do referido Plano de Opção I e a assinatura dos respectivos contratos com os beneficiários. Adicionalmente, em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012, o Conselho de Administração aprovou a atualização da quantidade e do preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do referido Plano de Opção I e a celebração de aditivos aos contratos acima mencionados para refletir tais alterações, em virtude do cancelamento das ações em tesouraria da Campanhia e do desdobramento de ações do capital social da Companhia, aprovados, respectivamente, pelas Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012. Para mais informações sobre o desdobramento vide o item 6.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

Seguem abaixo as condições gerais do Plano de Opção I, aplicáveis a todos os seus beneficiários:

- *Opções Outorgadas*: as Opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção I conferem direitos de subscrição de ações correspondentes a até 3% do total do nosso capital social.

- *Preço de exercício*: R$3,03 para as outorgas deliberadas pelo nosso Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2010, 12 de janeiro de 2011 e 23 de maio de 2011, e R$3,40 para as outorgas deliberadas pelo nosso Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2012.

- *Correção do Preço de Exercício*: anualmente, a contar da data de assinatura do contrato de outorga da opção, pela variação positiva do IGP-M ou, em caso de sua extinção, pelo índice nacional que reflita a inflação do período, conforme aplicado pela Administração Pública Federal.

- *Quantidade de Ações:* poderão ser outorgadas opções correspondentes a até 1.403.545 ações de nossa emissão (considerando o nosso capital na data deste Prospecto), sendo que até a data deste Prospecto foram outorgadas, 1.328.113 opções.

- *Beneficiários*: Administradores, empregados e terceiros considerados estratégicos.

- *Condições*: as opções outorgadas ficarão integralmente condicionadas à realização da presente Oferta. Alternativamente ficariam também condicionadas à realização de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária nos envolvendo que resulte em (i) uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ou (ii) permuta de ações de nossa emissão por ações de uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores.

- *Datas de exercício (vesting)*: considerando a realização de nossa Oferta como condição, as opções tornar-se-ão exercíveis, da seguinte forma: 20% exercíveis imediatamente após a data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes à data da respectiva publicação do Anúncio de Encerramento.

- *Prazo de Exercício*: As Opções poderão ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo de cinco anos a contar da(s) respectiva(s) data(s) de exercício *(vesting)*;

- *Rescisão:* a rescisão do contrato de opção de compra de ações será automática caso o beneficiário deixe de manter vínculo empregatício ou estatutário conosco, caso não ocorra uma das condições de exercício no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do contrato de opção ou, ainda, após o exercício de todas as opções de compra de ações, o que ocorrer primeiro.

Plano de Opção II

Nossos acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária, nosso Segundo Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção II") em 23 de fevereiro de 2012, conforme aditado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2012, o qual estabelece as condições gerais para novas outorgas de opções de compra de ações de nossa emissão, a nossos Administradores e terceiros considerados estratégicos para nós (prestadores de serviço a nossa Companhia ou a sociedades sob nosso controle, bem como administradores e profissionais que pretendemos atrair para nossa equipe), a serem indicados pelo nosso Conselho de Administração, tendo por objetivo incentivar e reter profissionais considerados estratégicos e alinhados com os nossos objetivos.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção II conferem direitos de subscrição de ações correspondentes a até 1,5% do total do nosso capital social na data de sua aprovação.

Seguem abaixo as condições aplicáveis a cada Programa de Outorga de Opção de Compra de Ação, celebrados no âmbito do Plano de Opção II:

Programa de Opção I

Nosso Conselho de Administração aprovou, no âmbito do referido Plano de Opção II, o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações, em 23 de fevereiro de 2012, conforme aditado em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012 ("Programa de Opção I"), bem como as listas de beneficiários do referido Programa e assinatura dos respectivos contratos com os beneficiários. Adicionalmente, em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012, o Conselho de Administração aprovou a atualização da quantidade e do preço de exercício das Opções outorgadas no âmbito do referido Programa de Opção I e a celebração de aditivos aos contratos acima mencionados para refletir tais alterações, em virtude do cancelamento das ações em tesouraria da Companhia e do desdobramento de ações do capital social da Companhia, aprovados, respectivamente, pelas Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012. Para mais informações sobre o desdobramento vide o item 6.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

As opções outorgadas no âmbito do Programa de Opção I conferem direitos de subscrição de ações correspondentes a até 1,05% do total do nosso capital social na data de sua aprovação. Abaixo estão as principais características do Programa de Opção I:

- *Preço de exercício*: R$3,40.

- *Correção do Preço de Exercício*: anualmente, a contar da data de assinatura do contrato de outorga da opção, pela variação positiva do IGP-M ou, em caso de sua extinção, pelo índice nacional que reflita a inflação do período, conforme aplicado pela Administração Pública Federal.

- *Quantidade de Ações*: poderão ser outorgadas opções correspondentes a até 491.240 ações de nossa emissão (considerando o nosso capital social na data deste Prospecto) sendo que até a data deste Prospecto foram outorgadas, 467.847 opções.

- *Beneficiários*: Administradores e terceiros considerados estratégicos para nós (prestadores de serviço a nossa Companhia ou a sociedades sob nosso controle, bem como profissionais que pretendemos atrair para nossa equipe).

- *Condições*: as opções outorgadas ficarão integralmente condicionadas à realização da Oferta. Alternativamente ficariam também condicionadas à realização de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária nos envolvendo que resulte em (i) uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ou (ii) permuta de ações de nossa emissão por ações de uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores.

- *Datas de exercício (vesting):* considerando a realização da presente Oferta como condição, as opções tornar-se-ão exercíveis da seguinte forma: 20% (vinte por cento) imediatamente após a data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta (observadas as restrições regulamentares aplicáveis aos Administradores) e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes à data da respectiva de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

- *Prazo de Exercício*: As opções poderão ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo de cinco anos a contar da(s) respectiva(s) data(s) de exercício (vesting).

- *Condições de Permanência*: o exercício das opções fica plenamente condicionado à permanência obrigatória e ininterrupta dos nossos beneficiários na qualidade de empregados ou de administradores, desde a presente data até o cumprimento de cada período de carência salvo se o vínculo for resolvido por nós sem justa causa atribuível aos beneficiários.

- *Rescisão*: a rescisão dos contratos de opção de compra de ações será automática, independentemente de qualquer comunicação às partes: (i) caso os beneficiários deixem de manter vínculo conosco, salvo em caso de desligamento ou resolução do vínculo por nossa iniciativa sem justa causa atribuível aos beneficiários; (ii) após o exercício de todas as opções; ou (iii) na hipótese de não ocorrência de nenhuma das hipóteses de gatilho no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato de opção.

Programa de Opção II

Nosso Conselho de Administração aprovou, no âmbito do referido Plano de Opção II, o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações, em 23 de fevereiro de 2012, conforme aditado em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012 ("Programa de Opção II", bem como as listas de beneficiários e assinatura dos respectivos contratos com os beneficiários. Adicionalmente, em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012, o Conselho de Administração aprovou a atualização da quantidade e do preço de exercício das Opções outorgadas no âmbito do referido Programa de Opção II e a celebração de aditivos aos contratos acima mencionados para refletir tais alterações, em virtude do cancelamento das ações em tesouraria da Companhia e do desdobramento de ações do capital social da Companhia, aprovados, respectivamente, pelas Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012. Para mais informações sobre o desdobramento vide o item 6.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto na página 399.

As opções outorgadas no âmbito do Programa de Opção II conferem direitos de subscrição de ações correspondentes a até 0,45% do total do nosso capital social na data de sua aprovação. Abaixo estão as principais características do Programa de Opção II:

- *Preço de exercício*: R$3,40.

- *Correção do Preço de Exercício*: anualmente, a contar da data de assinatura do contrato de outorga da opção, pela variação positiva do IGP-M ou, em caso de sua extinção, pelo índice nacional que reflita a inflação do período, conforme aplicado pela Administração Pública Federal.

- *Quantidade de Ações*: poderão ser outorgadas opções correspondentes a até 210.531 ações de nossa emissão (considerando o nosso capital social na data deste Prospecto), sendo que até a data deste Prospecto foram outorgadas, 91.970 opções.

- *Beneficiários*: Administradores e terceiros considerados estratégicos para nós (prestadores de serviço a nossa Companhia ou a sociedades sob nosso controle, bem como profissionais que pretendemos atrair para nossa equipe).

- *Condições*: as opções outorgadas ficarão integralmente condicionadas à realização da Oferta. Alternativamente ficariam também condicionadas à realização de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária nos envolvendo que resulte em (i) uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ou (ii) permuta de ações de nossa emissão por ações de uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores.

- *Datas de exercício (vesting)*: considerando a realização da Oferta como condição, as opções tornar-se-ão exercíveis da seguinte forma: (i) 40% (quarenta por cento) imediatamente após a data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta; (ii) 30% (trinta por cento) após 12 (doze) meses a contar da data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta; e (iii) 30% (trinta por cento) após 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

- *Prazo de Exercício*: As Opções II poderão ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo de cinco anos a contar da(s) respectiva(s) data(s) de exercício (vesting).

- *Condições de Permanência*: não se aplica.

- *Rescisão*: a rescisão dos contratos de opção de compra de ações será automática, independentemente de qualquer comunicação às partes (i) após o exercício de todas as Opções; ou (ii) na hipótese de não ocorrência de nenhuma das hipóteses de exercício no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato de outorga de opção.

Abaixo apresentamos a **hipótese de diluição** máxima adicional, considerando a **hipótese de outorga e exercício** de todas as opções previstas para os Planos de Opção de Compra de Ações, com a emissão de todas as ações passíveis de serem emitidas no âmbito dos Planos, equivalentes a 4,5% do nosso capital social na data deste Prospecto, ou 2.105.317 ações de nossa emissão, ao Preço por Ação, equivalente ao ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto:

	Considerando o Preço por Ação[1]
Preço de exercício da Opção[2]	3,21
Quantidade de ações de nossa emissão[3][4]	46.784.835
Quantidade de Ações no âmbito do Plano	2.105.317
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2011[3]	3,44
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2011[3] ajustado pela Oferta	5,68
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2011 considerando o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano[5]	5,60
Diluição do valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano e o Preço de Exercício de Opção[3][6]	(0,08)
Preço total de exercício	**6.758.067,57**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$12,50 estimado com base no ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto.
(2) Considerando o preço médio dos preços de exercício dos Programas de Opção de Compra de Ações.
(3) Considerando o cancelamento da totalidade das 415.848 ações ordinárias mantidas em tesouraria, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012, a capitalização de juros sobre o capital próprio no valor líquido de impostos de R$2,0 milhões efetivada em 30 de março de 2012 e o desdobramento de ações de nossa emissão, na proporção de três ações para cada duas ações pré-existentes ao desdobramento.
(4) Considera a quantidade de ações de nossa emissão após a conclusão da Oferta.
(5) Considera o valor patrimonial contábil após a conclusão da Oferta, acrescido pelo valor total do exercício da Opção, dividido pelo número de ações após a Oferta (sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares) e acrescido pela quantidade de ações no âmbito do Plano.
(6) Diferença entre o valor contábil por ação em 31 de dezembro de 2011 considerando o exercício da totalidade das Opções, subtraído pelo valor patrimonial contábil por ação após a realização da Oferta. O valor contábil por ação em 31 de dezembro de 2011 considera o cancelamento da totalidade das 415.848 ações ordinárias mantidas em tesouraria, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012, a capitalização de juros sobre o capital próprio no valor líquido de impostos de R$2,0 milhões efetivada em 30 de março de 2012 e o desdobramento de ações de nossa emissão, na proporção de três ações para cada duas ações pré-existentes ao desdobramento.

Para informações adicionais sobre os Planos de Opção de Compra de Ações, ver o item "13.4. Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária", do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto na página 399.

ANEXOS

- Estatuto Social Consolidado da Companhia
- Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que aprovou a Oferta Primária
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da BVEP que aprovou a Oferta Secundária
- Minuta da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovará o aumento de capital da Companhia e o Preço por Ação
- Minuta da Ata da Reunião da Diretoria da BVEP que aprovará o Preço por Ação
- Declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder para fins do Artigo 56 Da Instrução CVM Nº 400, de 29 de dezembro de 2003
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Formulário de Referência

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
CNPJ/MF: 10.215.988/0001-60
NIRE: 35.300.359.569
(Companhia Aberta)

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A Companhia de Locação das Américas ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Parágrafo 1º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Novo Mercado" e "BM&FBOVESPA", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 2º - A Companhia tem sede social e domicílio legal na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, Bairro Limão, CEP 02546-000.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, escritórios ou estabelecimentos de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, sem autorização prévia do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (i) a atividade de locação de veículos nacionais e importados, com ou sem motorista, e (ii) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$135.291.240,41 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 46.784.835 (quarenta e seis milhões, setecentas e oitenta e quatro mil, oitocentas e trinta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social da Companhia é representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo 2º - Cada ação ordinária nominativa confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º - Todas as ações da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a qual a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo 4º - Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo 5º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 6º - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 6º deste Estatuto Social.

Artigo 6º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo 1º - Ocorrendo subscrição de novas ações em aumento de capital com integralização em bens, o respectivo laudo de avaliação deverá ser previamente aprovado pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações ordinárias.

Parágrafo 3º - A critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e, no caso do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 8º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades Controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

Artigo 9º - Todo aquele que adquirir ações de emissão da Companhia, ainda que já seja acionista ou Grupo de Acionistas (conforme definido no Artigo 41 deste Estatuto Social), é obrigado a divulgar, mediante comunicação (i) à Companhia, e esta às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão; e (ii) à CVM, a aquisição de ações que, somadas às já possuídas, representem percentual igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital da Companhia.

Parágrafo Único - Igual dever terão os titulares de debêntures ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e bônus de subscrição que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nos percentuais previstos neste artigo. Sem prejuízo das demais cominações previstas em lei e na regulamentação da CVM, o acionista que descumprir esta obrigação terá suspensos seus direitos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 30 deste Estatuto Social, ressalvados os direitos essenciais previstos no artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação.

CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 10 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pelo presente Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação aplicável.

Artigo 11 - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 1º - Os administradores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA, a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus Derivativos.

Parágrafo 2º - Os administradores da Companhia deverão aderir à política de divulgação de ato ou fato relevante e à política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão.

Artigo 12 - O Conselho de Administração poderá criar comitês técnicos ou consultivos para assessorá-lo na administração da Companhia, com objetivos e funções definidos.

Parágrafo 1º - A Companhia terá um Comitê de Auditoria Interna, um Comitê de Seminovos e um Comitê de Gestão de Pessoas. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos referidos comitês, incluindo função, composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Parágrafo 2º - Serão aplicáveis aos membros dos comitês as mesmas obrigações e vedações impostas aos administradores da Companhia pela Lei, por este Estatuto Social.

Artigo 13 – A Assembleia Geral Ordinária fixará um limite de remuneração anual global dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição entre seus membros.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14 - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo 05 (cinco) e, no máximo 07 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado e constante do Artigo 41 deste Estatuto Social, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. Também será(ão) considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da definição constante do Artigo 41 deste Estatuto.

Parágrafo 2º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos e no exercício de suas funções, até a investidura de seus sucessores, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo mediante dispensa expressa da Assembleia Geral que os elegerem, aqueles que: (i) ocuparem cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuírem ou representarem interesses conflitantes com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelos membros do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

Parágrafo 5º - Os membros do Conselho de Administração não poderão ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesses conflitantes com os da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

Parágrafo 6º - Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo no caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

Parágrafo 7º - Após o final do prazo de 3 (três) anos do início de negociação das ações da Companhia no Novo Mercado, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 15 - O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer vacância naqueles cargos.

Artigo 16 - O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ordinariamente, (a) mensalmente, até dezembro de 2013, salvo pelo mês de janeiro de cada ano, e (b) a cada 3 (três) meses, a partir do exercício social de 2014; e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado por quaisquer de seus membros, por meio de carta registrada ou correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento) entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, contendo a data, horário e a pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º - Não poderão ser aprovados nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia assuntos que não tenham sido incluídos na pauta apresentada na convocação da respectiva reunião, exceto se de outra forma acordado pela totalidade dos conselheiros da Companhia.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros, e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo 3º - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes, incluindo aqueles que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 17, parágrafo 1º deste Estatuto Social.

Parágrafo 5º - Na hipótese de empate nas deliberações caberá ao Presidente do Conselho de Administração, além do voto próprio, o voto de qualidade ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo.

Artigo 17 - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo 1º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados,

manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado. Ocorrendo a ausência temporária do Presidente, do Vice-Presidente ou de qualquer outro membro do Conselho de Administração, este poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro do Conselho de Administração indicado por escrito, o qual, além de seu próprio voto, expressará o voto do Conselheiro temporariamente ausente.

Parágrafo 2º - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, por Assembleia Geral. Em caso de vacância da maioria dos cargos, convocar-se-á imediatamente a Assembleia Geral para proceder à eleição dos substitutos que completarão o mandato dos substituídos. Para os fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, ausência superior a 30 (trinta) dias ou invalidez.

Parágrafo 3º - A renúncia ao cargo de conselheiro será feita mediante comunicação escrita à Companhia, dirigida ao Presidente do Conselho de Administração ou, no caso de renúncia do Presidente do Conselho de Administração, aos acionistas, tornando-se eficaz perante a Companhia a partir do momento da entrega da comunicação e, perante terceiros, após a publicação do arquivamento do documento de renúncia na Junta Comercial.

Artigo 18 - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, ou outros meios de comunicação, sendo que tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do artigo 17, parágrafo 1º deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 19 - Sem prejuízo das demais competências previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, zelando por sua boa execução;

b) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;

c) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à Assembleia Geral;

d) eleger e destituir a Diretoria e fixar-lhe as atribuições e a remuneração, bem como deliberar sobre a alteração do número de membros e composição, observadas as disposições aplicáveis neste Estatuto Social e na legislação aplicável;

e) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela Assembleia Geral;

f) aprovar a criação de comitês técnicos ou consultivos para assessorar o Conselho de Administração;

g) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária e submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido de cada exercício social;

h) aprovar o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia, eventuais projetos de expansão e programas de investimento, bem como acompanhar a sua execução;

i) apreciar os resultados trimestrais da Companhia;

j) aprovar (i) qualquer aquisição ou alienação de participação no capital social de qualquer Controlada, afiliada ou qualquer outra sociedade ou consórcio e (ii) a criação e extinção de subsidiárias e Controladas, no País ou no exterior;

k) aprovar a contratação de obrigações financeiras pela Companhia e suas controladas cujo valor, individualmente considerado, seja superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais);

l) aprovar a realização ou resolução de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou respectivas partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades Controladas, seus Controladores ou pessoas sob Controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas Controladas;

m) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia e sobre quaisquer outros atos que julgar necessário;

n) aprovar a política de recursos humanos e critérios de remuneração, direitos e vantagens dos administradores e empregados da Companhia;

o) outorgar opções de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, nos termos do Artigo 8º deste Estatuto Social;

p) escolher e destituir auditores independentes;

q) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;

r) autorizar a emissão de ações ou debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, debêntures não conversíveis em ações ou outros títulos ou valores mobiliários, bem como emissões para a captação de recursos, tais como *notes*, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando sobre as suas condições de emissão e resgate, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis dentro do capital autorizado cuja convocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou (ii) subscrição pública ou (iii) permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na lei aplicável;

s) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda, recolocação no mercado ou cancelamento, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

t) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;

u) aprovar a prestação de quaisquer garantias;

v) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

w) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de oferta pública de aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;

x) deliberar sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;

y) aprovar a realização de operações com partes relacionadas.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração que também sejam Diretores deverão abster-se de votar nas matérias previstas nas alíneas (e), (n) e (o) deste artigo 19, sem prejuízo de outras restrições impostas por lei.

Artigo 20 - Compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais.

Seção III - Da Diretoria

Artigo 21 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo 02 (dois) e no máximo 06 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de funções por um mesmo Diretor, sendo designado 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e 4 (quatro) diretores sem designação específica.

Artigo 22 – Os Diretores serão eleitos pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração, tendo mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. Os diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro competente e permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo 1º - Os Diretores podem ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Ocorrendo vaga na Diretoria, seja por renúncia, destituição, impedimento ou ausência temporária, competirá ao Conselho de Administração, em até 10 (dez) dias contados da data da vacância, eleger o seu substituto para o prazo de mandato remanescente. Caberá ao Diretor Presidente exercer as funções do cargo de diretoria vago até a respectiva eleição do substituto.

Parágrafo 3º - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Artigo 23 - A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente ou por qualquer dos demais Diretores, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, sendo que tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente. Ocorrendo a ausência temporária do Diretor Presidente ou de qualquer outro membro da Diretoria, este poderá ser representado nas reuniões da Diretoria por outro Diretor indicado por escrito, o qual, além de seu próprio voto, expressará o voto do Diretor temporariamente ausente, devendo contudo observar o disposto no artigo 26 deste Estatuto Social a respeito da representatividade da sociedade.

Parágrafo 3º - Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da

Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 1º deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 24 - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 23, parágrafo 2º deste Estatuto Social. Na hipótese de empate nas deliberações, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Artigo 25 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Compete exclusivamente à Diretoria:

a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

b) elaborar e propor ao Conselho de Administração, o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia, eventuais projetos de expansão e programas de investimento e cumprir e fazer cumprir as suas diretrizes;

c) representar a Companhia, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;

d) deliberar sobre a abertura, transferência e/ou encerramento de filiais, escritórios ou estabelecimentos de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior;

e) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

f) aprovar contratações de obrigações financeiras observados os limites das competências atribuídas ao Conselho de Administração; e

g) deliberar sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor Presidente, além de exercer constante coordenação das atividades dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Companhia; (ii) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, com direito a voto, inclusive o de qualidade; (iv) traçar as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia; (v) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (vi) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e as que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira e contábil da Companhia e sociedades controladas, incluindo a gestão das áreas de tesouraria, aplicação e captação de recursos, controle de recebíveis e de contas a pagar, de orçamento e controle das operações e de planejamento, incluindo a preparação do orçamento da Companhia; e (ii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, Banco Central do Brasil, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior.

Artigo 26 - A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

a) por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente; ou

b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído nos termos do parágrafo 1º deste artigo; ou

c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, devidamente constituídos nos termos do parágrafo 1º deste artigo.

Parágrafo 1º - As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e devem conter poderes específicos e prazo de

vigência não superior a 01 (um) ano, vedado o substabelecimento (exceto se autorizado expressamente em qualquer procuração outorgada), ressalvado, em qualquer caso, a outorga de procurações para fins judiciais.

Parágrafo 2º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos por procurador devidamente constituído nos termos previstos no parágrafo 1º acima.

Parágrafo 3º - Não obstante o disposto acima, para atos que obriguem a Companhia:

a) Em valores até R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma única operação ou em uma série de operações interligadas, a Companhia será representada: (i) em conjunto, pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro e de Relação com Investidores; (ii) pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Financeiro e de Relação com Investidores em conjunto com um procurador devidamente constituído na forma prevista neste Estatuto Social; ou (iii) por 2 (dois) procuradores, em conjunto, devidamente constituídos na forma prevista neste Estatuto Social;

b) Para atos que obriguem a Companhia em valores que excedam a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma única operação ou em uma série de operações interligadas, a Companhia será representada somente pela assinatura, em conjunto, do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relação com Investidores.

Parágrafo 4º - Na hipótese de não haver consenso entre o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, com relação à prática de qualquer ato e/ou a assinatura de qualquer documento que obrigue a Companhia nos termos do parágrafo 3º acima ("Impasse") a decisão será levada à deliberação extraordinária do Conselho de Administração.

Artigo 27 – É vedado à Diretoria, nos termos deste Estatuto Social e da lei praticar atos que dependam de prévia aprovação ou autorização da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, antes de obtida a respectiva aprovação ou autorização.

Parágrafo Único - São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, quaisquer atos praticados por Conselheiros, Diretores, procuradores ou empregados em operações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como aval, fiança, hipoteca, caução, penhor, endosso ou quaisquer outras garantias, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovados nos termos do disposto neste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV
ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 28 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º - As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e 08 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação, se necessária.

Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, que indicará o secretário e, no caso de sua ausência ou impedimento, por qualquer membro do Conselho de Administração, ou na ausência destes, por qualquer diretor presente escolhido pelos acionistas.

Parágrafo 3º - Será considerada regular, independentemente das formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Artigo 29 - Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá apresentar até 24 (vinte e quatro) horas antes da data da realização da respectiva Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo 1º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Parágrafo 2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos entre os presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 3º - As atas das Assembleias deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a

transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei exigir *quorum* mais elevado e observadas as disposições deste Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Artigo 30 - A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou por este Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

Parágrafo 2º - A suspensão de direitos cessará logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à referida suspensão.

Artigo 31 - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

d) reformar o Estatuto Social;

e) deliberar sobre operação de fusão, cisão ou incorporação (ou de ações), ou outra operação com efeitos similares (tais como, dentre outros, *drop-down* de ativos) envolvendo a Companhia ou qualquer uma de suas subsidiárias;

f) deliberar sobre dissolução, liquidação, extinção, ou autorização para requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou confissão de falência pela ou da Companhia ou qualquer uma de suas subsidiárias;

g) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

h) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

i) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre o estabelecimento ou alteração da política de dividendos e alocação de lucros e resultados do exercício da Companhia (incluindo-se distribuição de dividendos, dentre outros);

j) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, ou emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, exceto quando em conformidade com o disposto no artigo 6º deste Estatuto Social;

k) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

l) deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta na CVM;

m) deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias;

n) suspender o exercício de direitos dos acionistas, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações; e

o) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação nos casos e na forma prevista neste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice formulada pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 32 - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal deverão, ainda, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive Derivativos.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal elegerão seu Presidente na primeira reunião do Conselho Fiscal a ser realizada após a sua instalação.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 5º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 6º - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada (conforme definidos no artigo 41) de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada de concorrente.

Parágrafo 7º - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

Artigo 33 - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Artigo 34 - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará a sua remuneração, que não será inferior, para cada membro em exercício, a um décimo da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 35 - O exercício fiscal terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado.

Parágrafo Único - A administração deverá elaborar, para apresentação com as demonstrações financeiras do exercício, proposta de destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância no disposto neste Estatuto Social.

Artigo 36 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante de reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

b) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, observado o disposto no

caput deste artigo, o parágrafo 3º abaixo e o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

d) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

e) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 2º - a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por finalidade o reforço de caixa para condução dos negócios da Companhia, bem como possibilitar o crescimento orgânico da Companhia, e que será formada por 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções e destinações legais e estatutárias , salvo se de outra forma deliberado pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral. O limite máximo para a constituição da Reserva de Investimentos será o montante correspondente ao valor do capital social da Companhia subtraído dos saldos das demais reservas de lucros da Companhia, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que, atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Parágrafo 3º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuídos ou acrescidos os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º - O valor do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Parágrafo 5º - O dividendo previsto no parágrafo 4º deste artigo 36 não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser o pagamento desse dividendo incompatível com a situação financeira da Companhia. Essa situação deverá ser comunicada à CVM, no prazo de 05 (cinco) dias contados da realização da Assembleia Geral Ordinária, devidamente acompanhada da justificativa

apresentada pelo Conselho de Administração e de parecer do Conselho Fiscal a respeito.

Artigo 37 - Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar aos acionistas, juros sobre o capital próprio, observada a legislação aplicável, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º- O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 38 - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 06 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 39 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 40 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 41 - A Alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 1º - A oferta pública referida no *caput* acima também será exigida:

(i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou

(ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Parágrafo 2º - Para fins deste Estatuto Social, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

a) "Acionista Controlador" significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

b) "Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador, quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

c) "Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado, do Poder de Controle da Companhia.

d) "Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria e preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados,sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante.

e) "Adquirente" significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

f) "Alienação de Controle da Companhia" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

g) "Conselheiro Independente" significa o Conselheiro que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

h) "Derivativos" significa títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia.

i) "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de Controle,; ou (iii) sob Controle Comum.

j) "Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

k) "Poder de Controle" (bem como os seus termos correlatos, "Controle", "Controlador", "sob Controle comum" ou "Controlada") significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o

funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Poder de Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

l) "Valor Econômico" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Artigo 42 - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 41 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Parágrafo único - Após uma operação de Alienação de Controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 41 e *caput* desse artigo 42, o adquirente do Controle, quando necessário, deverá tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Artigo 43 - Qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento ou investidor de outra natureza que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste artigo.

Parágrafo 1º - A oferta pública de aquisição de ações deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de ações de cada ação de emissão da Companhia deverá ser o maior valor entre: (i) o valor de avaliação da Companhia, apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 51 deste Estatuto Social; (ii) o preço de emissão das ações no último aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido antes da realização da oferta pública de aquisição de ações; e (iii) a cotação média ponderada das ações de emissão da Companhia durante os 90 (noventa) dias anteriores ao anúncio acerca da realização da oferta pública de aquisição de ações.

Parágrafo 3º - A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - A realização da oferta pública de aquisição de ações no *caput* deste artigo poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras: (i) a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e (ii) não serão computadas as ações detidas pelo adquirente para fins do quorum de deliberação, conforme item (i) acima.

Parágrafo 5º - O adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à oferta pública de aquisição de ações, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 6º - Na hipótese de o adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7º - Qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento ou investidor de outra natureza que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos que deem direito a ações da Companhia representando 25% (vinte e cinco por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma oferta pública de aquisição de ações, nos termos descritos neste Artigo 43.

Parágrafo 8º - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e dos Artigos 41 e 42 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo adquirente das obrigações constantes neste artigo.

Parágrafo 9º - O disposto neste Artigo 43 não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas ou mediante procedimento de *bookbuilding* no contexto de oferta pública de distribuição de ações; ou (vi) de sucessão por força de reorganização societária ou disposição legal – incluindo a sucessão por força de herança – envolvendo acionistas da Companhia e (a) suas respectivas controladas, direta ou indiretas, ou (b) suas respectivas Controladoras, diretas ou indiretas. Para fins deste parágrafo, entende-se por controle a titularidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital votante da controlada e o exercício dos direitos a que se referem as alíneas (a) e (b) do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 10 - Para fins do cálculo do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de redução do capital

social da Companhia com o cancelamento de ações, ou de eventual resgate ou reembolso de ações.

Parágrafo 11 - O disposto neste Artigo 43 também deverá ser observado nas hipóteses em que o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia seja atingido pelo adquirente mediante a realização de oferta pública de aquisição de ações obrigatória, nos termos da Instrução CVM nº 361/02 ou de qualquer outra norma que a substitua. A eventual diferença do preço unitário por ação apurada entre a oferta pública de aquisição de ações realizada com base neste artigo e a desempenhada nos termos da Instrução CVM nº 361/02 antes mencionada deverá ser paga em favor dos acionistas aceitantes da oferta pública de aquisição de ações.

Artigo 44 - Adicionalmente ao disposto no Artigo 9º deste Estatuto Social, a partir da data em que a Companhia deixar de ter Acionista Controlador, qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento ou investidor de outra natureza que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que deseje realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na BM&FBOVESPA, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão.

Artigo 45 - O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 46 - Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Controle poderá ser registrado na sede da Companhia, enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 47 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o adquirente do Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 48 - Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 51 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 49 - A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser (i) previamente aprovada em Assembleia Geral, exceto nos casos de saída do Novo Mercado por

cancelamento do registro de companhia aberta; e (ii) comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência prévia mínima de 30 (trinta) dias.

Artigo 50 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou, em virtude de uma reorganização societária da qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 51 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 51 - O laudo de avaliação previsto nos artigos acima deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e dos Acionistas Controladores além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo.

Parágrafo 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 52 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 50 acima.

Parágrafo 1º - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 53 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 51 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - Caso a assembleia geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 54 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de

oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 55 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição de ações até que seja concluída, com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII
JUÍZO ARBITRAL

Artigo 56 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado) obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

Parágrafo 1º - A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida desta natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído, ficando eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer

controvérsias que, excepcionalmente, não estejam sujeitas ao juízo arbitral nos termos deste artigo 56.

CAPÍTULO IX
LIQUIDAÇÃO

Artigo 57 - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 58 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Parágrafo Único - A Companhia deverá providenciar e completar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do pedido feito pelo acionista, o arquivamento de acordos de acionistas na sede da Companhia, bem como a averbação de suas obrigações ou ônus nos livros de registros da Companhia.

Artigo 59 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, observado o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Artigo 60 - Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 61 - As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações serão realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em outro jornal de grande circulação.

Artigo 62 – O disposto nos artigos 43 e 44 deste Estatuto Social não se aplica aos atuais acionistas ou Grupo de Acionistas da Companhia (considerados individualmente ou em conjunto) que já sejam titulares de quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data de publicação do anuncio de início da

primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia a partir da referida data de publicação.

Artigo 63 - As disposições contidas no Capítulo VII, bem como as regras decorrentes do Regulamento do Novo Mercado constantes desse Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública de ações, referente à primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia e à adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Artigo 64 – As disposições contidas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 26 deste Estatuto somente serão válidas até a publicação do anúncio de início da distribuição pública de ações, referente à primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia.

_____

- Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que aprovou a Oferta Primária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP PROTOCOLO
0.216.790/12-8

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
CNPJ/MF Nº 10.215.988/0001-60
NIRE 35.300.359.569
(Companhia Aberta)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 de FEVEREIRO DE 2012

1. **DATA, HORA E LOCAL**: Realizada aos 27 dias do mês de fevereiro de 2012, às 08:00 horas, na sede social da Companhia de Locação das Américas ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, Limão, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. Presente ainda o Sr. Joel Kos, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, para prestar eventuais esclarecimentos necessários e dispensada pelos acionistas representando a unanimidade do capital social a presença de representante dos auditores independentes da Companhia, nos termos do artigo 134, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações. Relatório de Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Empresas e Negócios", nas edições do dia 18 de fevereiro de 2012, nas páginas 21 a 28 e páginas 11 a 13, respectivamente, considerando-se sanada a falta de publicação dos anúncios referidos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, conforme dispensa nos termos do parágrafo quarto do referido artigo.

3. **MESA**: Presidida pelo Sr. Luis Fernando Memoria Porto, presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia ("Presidente"), e secretariada pelo Sr. Rodrigo Nogueira Mendes ("Secretário"), conforme indicação do Presidente.

4. **ORDEM DO DIA**:

4.1 Em Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre:

4.1.1 a alteração do jornal de grande circulação a ser utilizado pela Companhia para publicação dos seus atos societários;

4.1.2 tomar as contas dos administradores, examinar e discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011;

4.1.3 deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011;

4.1.4 eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e

4.1.5 aprovar a remuneração global dos administradores da Companhia.

4.2 em Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre:

4.2.1 a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias;

4.2.2 a extinção da classe de ações preferenciais da Companhia;

4.2.3 o cancelamento da totalidade das ações ordinárias da Companhia mantidas em tesouraria e consequente alteração da quantidade de ações ordinárias representativas do capital social da Companhia;

4.2.4 a alteração do capital social;

4.2.5 a alteração do limite do capital autorizado da Companhia;

4.2.6 a reforma integral e consolidação do Estatuto Social, de forma a, dentre outros, adequá-lo às alterações decorrentes das matérias contidas nos itens acima e às regras do segmento de governança corporativa do Novo Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Novo Mercado" e "BM&FBOVESPA");

4.2.7 a conversão do registro de companhia aberta da Companhia da Categoria "B" para a Categoria "A" e a submissão do referido pedido de conversão perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");

4.2.8 a aprovação do pedido de adesão da Companhia ao segmento de governança corporativa do Novo Mercado, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado");

4.2.9 a realização de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta");

4.2.10 a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das novas ações, em decorrência da Oferta;

4.2.11 a contratação de instituição depositária para prestação à Companhia de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia;

4.2.12 a aprovação da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia;

4.2.13 aprovação do Código de Conduta Ética da Companhia;

4.2.14 a autorização para que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia possam tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários ou convenientes ao pedido de conversão de categoria de registro de companhia aberta, à adesão da Companhia ao Novo Mercado e à realização da Oferta; e

4.2.15 a ratificação de todos os atos que tenham sido aprovados ou praticados pelo Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia para a conversão de categoria de registro de companhia aberta, a adesão da Companhia ao Novo Mercado e a realização da Oferta.

5. **DELIBERAÇÕES**: Os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovaram o quanto segue:

5.1 **Em Assembleia Geral Ordinária:**

5.1.1 alteração do jornal de grande circulação a ser utilizado pela Companhia para publicação dos seus atos societários, em atendimento à Lei das Sociedades por Ações, que passa a ser o jornal "Valor Econômico";

5.1.2 aprovação integral e sem reservas das contas, do Relatório de Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, documentos esses publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Empresas e Negócios", nas edições do dia 18 de fevereiro de 2012, nas páginas 21 a 28 e páginas 11 a 13, respectivamente, considerando-se sanada a falta de publicação dos anúncios referidos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, conforme dispensa nos termos do parágrafo quarto do referido artigo;

5.1.3 aprovação da destinação do lucro líquido do exercício, no montante total de R$22.576.000,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais), sendo (i) R$1.129.000,00 (um milhão, cento e vinte e nove mil reais) para a constituição de Reserva Legal, (ii) R$7.002.000,00 (sete milhões e dois mil reais) já distribuídos aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, distribuição esta ora ratificada, e (iii) R$13.163.928,32 (treze milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos),

que seriam distribuídos a título de dividendos mínimos aos acionistas, na proporção das ações respectivamente detidas no capital social da Companhia, vertidos à conta de reserva de lucros, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

5.1.4 eleição, para compor o Conselho de Administração da Companhia, dos Srs. (i) **LUIS FERNANDO MEMORIA PORTO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº M.5.437.158, expedida pela SSP/MG, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o nº 915.133.326-00; (ii) **SÉRGIO AUGUSTO GUERRA DE RESENDE**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº M.6.057.461, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 865.258.326-91, ambos residentes e domiciliados na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30350-540; (iii) **VALTER PASQUINI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.643.843-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 297.183.928-15, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, Limão, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02546-000; (iv) **FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES**, português, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 35927780, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 695.099.216-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, Limão, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02546-000; e (v) **MARIO ANTONIO THOMAZI**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 600.208.785-3, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 290.272.500-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. Os conselheiros são eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, contatos da presente data. O conselheiro **FRANCISCO NUNO PONTES CORREIA NEVES** é eleito na qualidade de conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e do Estatuto Social da Companhia. Os conselheiros ora eleitos aceitaram o cargo para os quais foram indicados, afirmando que conhecem plenamente a legislação aplicável, e declararam não estarem inclusos em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades mercantis, ou a administração de sociedades mercantis, tendo firmado os respectivos Termos de Posse constantes do Anexo II à presente ata; e

5.1.5 fixação da verba global para remuneração da administração da Companhia em até R$5.112.200,00 (cinco milhões, cento e doze mil e duzentos reais) para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2012. A verba para remuneração global dos administradores deverá ser individualmente distribuída entre os Diretores e Conselheiros, por deliberação do Conselho de

Administração em reunião convocada para este fim, podendo ser fixada de forma desigual entre os Diretores e os Conselheiros, levando-se em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação do profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

5.2 **Em Assembleia Geral Extraordinária:**

5.2.1 aprovação da conversão de todas as ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes, nesta data, a 10.799.329 (dez milhões, setecentos e noventa e nove mil, trezentas e vinte nove) ações preferenciais, em ações ordinárias nominativas, sem qualquer tipo de classificação, na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, observadas as disposições do Quarto Aditamento ao Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado nesta data entre Luis Fernando Memoria Porto, Sérgio Augusto Guerra de Resende, BV Empreendimentos e Participações S.A. e a Companhia ("Aditamento"), estando a eficácia desta deliberação sujeita à ratificação dos acionistas detentores titulares das ações preferenciais de emissão da Companhia, reunidos em assembleia geral especial, observadas as disposições do Aditamento;

5.2.2 extinção da classe de ações preferenciais da Companhia, passando o capital social da Companhia a ser representado exclusivamente por ações ordinárias, estando a eficácia desta deliberação sujeita à ratificação dos acionistas detentores titulares das ações preferenciais de emissão da Companhia, reunidos em assembleia geral especial, observadas as disposições do Aditamento;

5.2.3 cancelamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, adquiridas mediante autorização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2009, sem redução do seu capital social, equivalentes, nesta data, a 415.848 (quatrocentas e quinze mil, oitocentas e quarenta e oito) ações ordinárias;

5.2.4 alteração da composição do capital social da Companhia em decorrência das deliberações acima, que passará a ser representado por 31.189.890 (trinta e um milhões, cento e oitenta e nove mil, oitocentas e noventa) ações ordinárias;

5.2.5 alteração do limite de capital autorizado da Companhia, que passará de 33.027.996 (trinta e três milhões, vinte e sete mil, novecentas e noventa e seis) ações para R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais);

5.2.6 aprovação da reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo III à presente, com a finalidade de, dentre outros (i) refletir as alterações decorrentes das deliberações tomadas nos itens acima, e (ii) adaptá-lo às regras do Novo Mercado. Tendo em vista a nova redação do parágrafo 2º do artigo 36 do Estatuto Social, saldos já

existentes e os valores destinados à formação de reserva de lucros, nos termos da deliberação 5.1.3 acima, passarão a ser registrados como Reserva de Investimentos;

5.2.7 aprovação do pedido de conversão do registro de companhia aberta da Companhia da categoria "B" para a categoria "A" e a submissão do referido pedido perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480, sendo a referida conversão condicionada à realização da Oferta;

5.2.8 aprovação do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, a ser realizada nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

5.2.9 aprovação da realização da Oferta, nos termos e condições dispostos a seguir:

(i) a Oferta compreenderá a realização da distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A ("Coordenador Líder"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), Banco Votorantim S.A. ("Votorantim"), BB – Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" e, em conjunto com o Coordenador Líder, BTG Pactual, BofA Merrill Lynch, Votorantim, "Coordenadores da Oferta") com a participação de determinadas corretoras consorciadas, autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro credenciadas junto à BM&FBOVESPA ("Instituições Consorciadas") e de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de coordenadores contratados ("Coordenadores Contratados" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, "Instituições Participantes da Oferta"), e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior pelo *Itaú BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital LLC, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Banco Votorantim Securities, Inc., BB Securities Limited, Banco do Brasil Securities LLC, BB Securities Asia Pte. Ltd* e determinadas instituições financeiras por eles contratadas ("Agentes de Colocação Internacional"), exclusivamente (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada

investidor, com base na *Regulation S* no âmbito do Securities Act, editada pela SEC (em conjunto, "Investidores Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada e da Instrução nº 325 da CVM, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC;

(ii) a Oferta deverá, obrigatoriamente, ser composta por, no mínimo, oferta primária de ações da Companhia, no valor de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e, concomitantemente, oferta secundária de ações de emissão da Companhia, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da participação societária detida pela BV Empreendimentos e Participações S.A. na Companhia observadas as disposições do Aditamento ou outra quantidade de ações a ser expressamente aceita pela BV Empreendimentos e Participações S.A. mediante assinatura do respectivo contrato de colocação e demais documentos da Oferta;

(iii) a Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas a ser celebrado entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta, os acionistas vendedores e, como interveniente anuente, a BM&FBOVESPA ("Contrato de Colocação"), e com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os acionistas vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("*Placement Facilitation Agreement*");

(iv) a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de Ações, equivalente a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, conforme definido abaixo ("Ações Suplementares"), com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, conforme opção de distribuição de Ações Suplementares outorgada pela Companhia ao BTG Pactual, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM 400 ("Opção de Ações Suplementares"), que poderá ser exercida pelo BTG Pactual, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações, no momento em que for fixado o preço por Ação, seja tomada em comum acordo entre o BTG Pactual e os demais Coordenadores da Oferta, total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, a partir da data de assinatura (inclusive) do Contrato de Colocação e no prazo de até 30

(trinta) dias contados do início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, ou seja, o dia útil (inclusive) após a publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública da Oferta;

(v) sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ainda, a critério dos acionistas vendedores pessoas físicas, com a concordância dos Coordenadores da Oferta, ser aumentada em até 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400;

(vi) o preço por Ação ("Preço por Ação") será fixado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta no Brasil ("Procedimento de *Bookbuilding*"), em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44, ambos da Instrução CVM 400. O Preço por Ação será aprovado em reunião do conselho de administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão do registro da Oferta pela CVM; e

(vii) fica aprovada a eventual condução de atividades de estabilização do preço das ações de emissão da Companhia no âmbito da Oferta conforme regulamentação da CVM aplicável.

5.2.10 aprovação de que o aumento de capital a ser deliberado oportunamente em decorrência da Oferta será realizado com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do parágrafo 3º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia;

5.2.11 contratação da Itaú Corretora de Valores S.A., para atuar como instituição depositária para prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia;

5.2.12 aprovação da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, nos termos do Anexo IV à presente ata;

5.2.13 aprovação do Código de Conduta Ética da Companhia, nos termos do Anexo V a presente ata;

5.2.14 a autorização para que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia possam praticar ou fazer com que sejam praticados

quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para abertura do capital da Companhia, à adesão da Companhia ao Novo Mercado e à consecução da Oferta incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Participação no Novo Mercado, ao contrato de prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia, ao Contrato de Colocação, ao Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, ao Contrato de Prestação de Serviços da BM&FBOVESPA, ao *Placement Facilitation Agreement*, aos prospectos a serem arquivados na CVM, ao *Preliminary Offering Memorandum*, e ao *Final Offering Memorandum*; e

5.2.15 a ratificação de todos os atos que tenham sido praticados pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para a conversão do registro de companhia aberta da Companhia da Categoria "B" para a Categoria "A", a adesão da Companhia ao Novo Mercado e a realização da Oferta, inclusive com relação à contratação dos Coordenadores da Oferta, bem como dos Agentes de Colocação Internacional, dos assessores legais e da KPMG Auditores Independentes.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. São Paulo, 27 de fevereiro de 2012. Luis Fernando Memoria Porto – Presidente; Rodrigo Nogueira Mendes – Secretário. Acionistas: Luis Fernando Memoria Porto, Sérgio Augusto Guerra de Resende e BV Empreendimentos e Participações S.A.

Confere com o documento original lavrado no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais arquivado na sede da Companhia.

RODRIGO NOGUEIRA MENDES
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
8 MAR. 2012
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 103.555/12-2
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da BVEP que aprovou a Oferta Secundária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 08.959.996/0001-79
NIRE 35.300.385.329

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2011

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL – Dia 04 de novembro de 2011, às 15:00 horas, na sede social, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 6º andar, Conjunto 604, Sala A, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, na Capital do Estado de São Paulo.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA – Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

3. MESA – Os trabalhos foram presididos pelo Sr. João Roberto Gonçalves Teixeira, e secretariados pela Sra. Marta Cibella Knecht.

4. DELIBERAÇÕES: Os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovaram, em observância ao disposto no Artigo 8º do Estatuto Social da Sociedade, a estratégia de desinvestimento da Companhia de Locação das Américas ("Locamérica"), autorizando a oferta pública de ações e condições mínimas necessárias para participar da oferta (*valuation* aceitável pela Sociedade; e venda secundária de acordo com o máximo permitido pelo mercado, limitado a 75% da posição atual da Sociedade), ficando a Diretoria autorizada a praticar todos os atos necessários para a realização da oferta pública de ações, inclusive aprovar o valor do preço por ação.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS - O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação. Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. (aa) João Roberto Gonçalves Teixeira, Presidente; Marta Cibella Knecht, Secretária; João Roberto Gonçalves Teixeira, Milton Roberto Pereira, Walter Guilherme Piacksek Junior.

A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

São Paulo, 04 de novembro de 2011.

Marta Cibella Knecht
Secretária

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 06 DEZ 2011

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 486.709/11-5
KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Minuta da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovará o aumento de capital da Companhia e o Preço por Ação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
CNPJ/MF Nº 10.215.988/0001-60
NIRE 35.300.359.569
(Companhia Aberta)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2012

1. **DATA, HORA E LOCAL**: Realizada aos [•] dias do mês de [•] de 2012, às [•]:00 horas, na sede social da Companhia de Locação das Américas ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, Limão, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **PRESENÇA, QUORUM E CONVOCAÇÃO**: Presença de todos os membros do Conselho de Administração, independentemente de convocação.

3. **MESA**: Presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Luis Fernando Memoria Porto, e secretariada pelo Sr. **[•]**.

4. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre (a) o preço de subscrição de R$[•] por ação ordinária a ser emitida pela Companhia no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"); (b) a destinação contábil dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta; (c) o aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de Ações, dentro do limite do seu capital autorizado, conforme previsto no artigo 6º de seu Estatuto Social, e com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (d) o teor do Prospecto Definitivo e do *Final Offering Memorandum*.

5. **DELIBERAÇÕES**: Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

5.1 o preço de emissão unitário das Ações no âmbito da Oferta a ser realizada nos termos da Instrução CVM 400. O preço de emissão de R$[•] por Ação foi fixado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos Coordenadores da Oferta no Brasil ("Procedimento de *Bookbuilding*"), em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44, ambos da Instrução CVM 400.

5.2 a destinação da totalidade dos recursos obtidos pela Companhia com a Oferta à conta de capital social da Companhia;

5.3 o aumento de capital da Companhia, mediante emissão de [●] Ações, ao preço de emissão unitário de R$[●], dentro do limite do capital social autorizado, conforme previsto no artigo 6º de seu Estatuto Social, e com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, que serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis, no ato da subscrição, passando o capital social da Companhia de R$[135.291.240,41 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e um centavos)], representado por [46.784.835 (quarenta e seis milhões, setecentas e oitenta e quatro mil, oitocentos e trinta e cinco)] ações ordinárias de emissão da Companhia, para R$[●], representado por [●] ações ordinárias de emissão da Companhia. O conselho de administração da Companhia esclareceu que, a partir da data de liquidação, todas as Ações conferirão aos seus titulares direito a dividendos integrais, outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia e os mesmos direitos atribuídos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações.

5.4 o inteiro teor do prospecto definitivo e do *Final Offering Memorandum* da Oferta, datados desta data.

5.5 reiterar a autorização conferida à diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à consecução da Oferta, incluindo a celebração de todos os contratos e documentos necessários à realização da Oferta, dentre os quais o Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas, a ser celebrado entre a Companhia, os acionistas vendedores, os Coordenadores da Oferta e, como interveniente anuente, a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Contrato de Colocação"), e o *Placement Facilitation Agreement* a ser celebrado entre a Companhia, os acionistas vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

6. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. São Paulo, [•] de [•] de 2012. Luis Fernando Memória Porto - Presidente; [●] – Secretário. Conselheiros: Luis Fernando Memoria Porto, Sérgio Augusto Guerra de Resende, Valter Pasquini, Francisco Nuno Pontes Correia Neves e Mário Antonio Thomazi.

Confere com o documento original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração arquivado na sede da Companhia.

_____

[•]
Secretário

- Minuta da Ata da Reunião da Diretoria da BVEP que aprovará o Preço por Ação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 08.959.996/0001-79
NIRE 35.300.386.329
(Companhia Fechada)

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2012

1. **DATA, HORA E LOCAL**: Realizada aos [•] dias do mês de [•] de 2012, às [•]:00 horas, na sede social da BV Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 6º andar, Conjunto 604, Sala A, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **PRESENÇA, QUORUM E CONVOCAÇÃO**: Presença de todos os membros da Diretoria, independentemente de convocação.

3. **MESA**: Presidida pelo Diretor Presidente, Sr. [•], e secretariada pelo Sr. **[•]**.

4. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre (a) o preço de R$[•] por ação ordinária ("Preço por Ação") de emissão da Companhia de Locação das Américas e de titularidade da Companhia no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"); e (b) a aprovação do inteiro teor dos documentos relacionados à Oferta.

5. **DELIBERAÇÕES**: Os membros da Diretoria, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições aprovaram:

5.1 o Preço por Ação no âmbito da Oferta a ser realizada pela Companhia de Locação das Américas nos termos da Instrução CVM 400. O preço de R$[•] por Ação foi fixado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos Coordenadores da Oferta no Brasil ("Procedimento de *Bookbuilding*"), em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44, ambos da Instrução CVM 400.

5.3 o inteiro teor de todos os contratos e documentos necessários à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando ao Prospecto Definitivo da Oferta, ao *Final Offering Memorandum*, ao Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas, a ser celebrado entre a Companhia, a Companhia

de Locação das Américas, os Coordenadores da Oferta e, como interveniente anuente, a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e o *Placement Facilitation Agreement* a ser celebrado entre a Companhia, a Companhia de Locação das Américas e os Agentes de Colocação Internacional.

6. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. São Paulo, [•] de [•] de 2012. [•] - Presidente; [•] – Secretário. Diretores: [•], [•], [•].

Confere com o documento original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria arquivado na sede da Companhia.

_____

[•]
Secretário

- Declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder para fins do Artigo 56 Da Instrução CVM Nº 400, de 29 de dezembro de 2003

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

locamerica

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS, companhia aberta de capital autorizado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, Limão, CEP 02546-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 10.215.988/0001-60, neste ato representada em conformidade com o seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") da Companhia, compreendendo (i) a distribuição primária de Ações de emissão da Companhia, e (ii) a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade da BV empreendimentos e Participações S.A. ("BVEP") e, exclusivamente no caso de exercício da Opção de Ações Adicionais, de Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende (em conjunto, "Acionistas Pessoas Físicas" e e, em conjunto com ao BVEP, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A ("Coordenador Líder"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e BB Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" e, em conjunto com o Coordenador Líder, BTG Pactual, BofA Merrill Lynch, Votorantim, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores Contratados") e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados e os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), e, ainda, com esforços de colocação das Ações pelo *Itau BBA USA Securities, Inc.*, o *BTG Pactual US Capital LLC*, o *Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated*, o *Banco Votorantim Securities Inc.*, o *BB Securities Limited*, o *Banco do Brasil Securities LLC e o BB Securities Asia Pte. Ltd,* (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("*SEC*"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S,* no âmbito do *Securities Act*, editada pela *SEC* (em conjunto, "Investidores Institucionais Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(a) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) está sendo efetuada auditoria jurídica da Companhia, iniciada em 10 de julho de 2011, sendo que tal auditoria prosseguirá até a data da divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Prospecto Definitivo");

(c) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para a análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(d) a Companhia e os Acionistas Vendedores, juntamente com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

A COMPANHIA DECLARA QUE:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas no Prospecto Preliminar e a serem prestadas no Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(iii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 02 de abril de 2012.

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Nome: Luis Fernando Memória Porto
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Joel Kos
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

LUIS FERNANDO MEMORIA PORTO, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade de nº M-5.437.158, expedida pela SSP/MG, inscrito no Cadastro de Pessoa Física ("CPF/MF") sob o nº 915.133.326-00 ("Luis Fernando Porto"), residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida Raja Gabaglia, no 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30350-540, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") de emissão da **COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS** ("Companhia"), compreendendo (i) a distribuição primária de Ações de emissão da Companhia, e (ii) a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade da BV Empreendimentos e Participações S.A. ("BVEP") e, exclusivamente no caso de exercício da Opção de Ações Adicionais, de Luis Fernando Porto e Sergio Augusto Guerra de Resende, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade de nº M-6.057.461, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 865.258.326-91, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida Raja Gabaglia, no 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30350-540 ("Sergio Resende", em conjunto com Luis Fernando Porto e com a BVEP, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A ("Coordenador Líder"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e BB Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" e, em conjunto com o Coordenador Líder, BTG Pactual, BofA Merrill Lynch, Votorantim, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores Contratados") e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados e os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), e, ainda, com esforços de colocação das Ações pelo *Itau BBA USA Securities, Inc.*, o *BTG Pactual US Capital LLC*, o *Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated*, o *Banco Votorantim Securities Inc.*, o *BB Securities Limited*, o *Banco do Brasil Securities LLC e o BB Securities Asia Pte. Ltd* (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("*SEC*"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S,* no âmbito do *Securities Act*, editada pela *SEC* (em conjunto, "Investidores Institucionais Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(a) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) está sendo efetuada auditoria jurídica da Companhia, iniciada em 10 de julho de 2011, sendo que tal auditoria prosseguirá até a data da divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Prospecto Definitivo");

(c) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para a análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(d) a Companhia e os Acionistas Vendedores, juntamente com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

LUIS FERNANDO PORTO DECLARA QUE:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas no Prospecto Preliminar e a serem prestadas no Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(iii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 10 de abril de 2012.

Luis Fernando Memoria Porto
CI: M-5.437.158 (SSP/MG)
CPF: 915.133.326-00

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

SERGIO AUGUSTO GUERRA DE RESENDE, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade de nº M-6.057.461, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 865.258.326-91 ("Sergio Resende"), residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida Raja Gabaglia, no 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30350-540, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") de emissão da **COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS** ("Companhia"), compreendendo (i) a distribuição primária de Ações de emissão da Companhia, e (ii) a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade da BV Empreendimentos e Participações S.A. ("BVEP") e, exclusivamente no caso de exercício da Opção de Ações Adicionais, de Sergio Resende e Luis Fernando Memoria Porto, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade de nº M-5.437.158, expedida pela SSP/MG, inscrito no Cadastro de Pessoa Física ("CPF/MF") sob o nº 915.133.326-00, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida Raja Gabaglia, no 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30350-540 ("Luis Fernando Porto", em conjunto com Sergio Resende e com a BVEP, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A ("Coordenador Líder"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e BB Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" e, em conjunto com o Coordenador Líder, BTG Pactual, BofA Merrill Lynch, Votorantim, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores Contratados") e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados e os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), e, ainda, com esforços de colocação das Ações pelo *Itau BBA USA Securities, Inc.*, o *BTG Pactual US Capital LLC*, o *Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated*, o *Banco Votorantim Securities Inc.*, o *BB Securities Limited*, o *Banco do Brasil Securities LLC e o BB Securities Asia Pte. Ltd* (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("*SEC*"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S*, no âmbito do *Securities Act*, editada pela *SEC* (em conjunto, "Investidores Institucionais Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(a) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) está sendo efetuada auditoria jurídica da Companhia, iniciada em 10 de julho de 2011, sendo que tal auditoria prosseguirá até a data da divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Prospecto Definitivo");

(c) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para a análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(d) a Companhia e os Acionistas Vendedores, juntamente com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

SERGIO RESENDE DECLARA QUE:

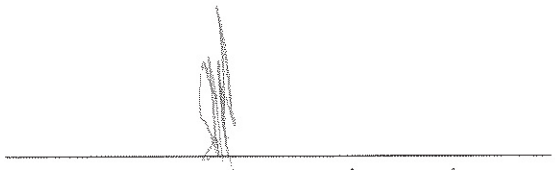
(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas no Prospecto Preliminar e a serem prestadas no Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(iii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 10 de abril de 2012.



Sergio Augusto Guerra de Resende
CI: M-6.057.461 (SSP/MG)
CPF: 865.258.326-91

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., companhia fechada, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 6º andar, Conjunto 604, sala A, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 08.959.996/0001-79, neste ato representada em conformidade com o seu Estatuto Social ("BVEP"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") de emissão da **COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS** ("Companhia"), compreendendo (i) a distribuição primária de Ações de emissão da Companhia, e (ii) a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade da BVEP e, exclusivamente no caso de exercício da Opção de Ações Adicionais, de Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende ("Acionistas Pessoas Físicas" e, em conjunto com a BVEP, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A ("Coordenador Líder"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e BB Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" e, em conjunto com o Coordenador Líder, BTG Pactual, BofA Merrill Lynch, Votorantim, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores Contratados") e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados e os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), e, ainda, com esforços de colocação das Ações pelo *Itau BBA USA Securities, Inc.*, o *BTG Pactual US Capital LLC*, o *Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated*, o *Banco Votorantim Securities Inc.*, o *BB Securities Limited*, o *Banco do Brasil Securities LLC e o BB Securities Asia Pte. Ltd,* (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("*SEC*"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S*, no âmbito do *Securities Act*, editada pela *SEC* (em conjunto, "Investidores Institucionais Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(a) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) está sendo efetuada auditoria jurídica da Companhia, iniciada em 10 de julho de 2011, sendo que tal auditoria prosseguirá até a data da divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de

Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Prospecto Definitivo");

(c) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para a análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Locação das Américas ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(d) a Companhia e os Acionistas Vendedores, juntamente com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

A BVEP DECLARA QUE:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas no Prospecto Preliminar e a serem prestadas no Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(iii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 02 de abril de 2012.

BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: Marcos Lima Monteiro
Cargo: Diretor

Nome: Mário A. Thomazi
Cargo: Diretor

Itaú BBA

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da **Companhia de Locação das Américas** ("Oferta" e "Companhia", respectivamente), cujo pedido de registro está sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 10 de julho de 2011, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA nº 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;

(iv) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores; e

(vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

Itaú - BBA GSAR Departamento Jurídico

O Coordenador Líder declara que:

(a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(c) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, 02 de abril de 2012.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome: Roderick Greenless
Cargo: Diretor
Investment Banking Department

Nome: Fernando Henrique Meira de Castro
Cargo: Managing Director
Investment Banking Department

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Companhia de Locação das Américas

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010 e 2009

KPMG

Companhia de Locação das Américas

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 179 - 181

Relatório da administração 182 - 187

Balanços patrimoniais 188

Demonstrações de resultados 189

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 190

Demonstrações dos fluxos de caixa 191

Demonstrações do valor adicionado 192

Notas explicativas às demonstrações financeiras 193 - 281

KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 1.122 - 13º
30130-918 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 509
30123-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia de Locação das Américas
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Locação das Américas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Locação das Américas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Locação das Américas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia de Locação das Américas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa 3f, a Companhia decidiu reapresentar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2011, sobre as quais emitimos relatório de auditoria em 12 de agosto de 2011, para incluir aperfeiçoamentos em algumas divulgações em conexão com o pedido de registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, bem como em atendimento ao ofício da CVM nº 332/2011, além de algumas reclassificações que no entanto não modificam de forma relevante as informações apresentadas anteriormente. Tais modificações estão detalhadas na nota 3f e não resultaram em modificação dos saldos contábeis. Portanto, a presente opinião não contém ressalva relacionada a este assunto e se sobrepõe à emitida em 12 de agosto de 2011.

Outros assuntos

Valores correspondentes do saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2010, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 5 que foram efetuados para alterar os saldos patrimoniais em 1º de janeiro de 2009 na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os saldos patrimoniais em 1º de janeiro de 2009 da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 2 de fevereiro de 2009 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre esses saldos patrimoniais tomados em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2011

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

Relatório da Administração

1 - Mensagem da Administração

A Locamérica teve um ano de grandes realizações em 2010. Consolidamos a nossa estrutura administrativa e operacional, voltando a apresentar vigorosos crescimentos na nossa frota, faturamento e EBITDA.

Superamos os impactos da crise de 2008, fortalecendo o nosso caixa e alongando o nosso endividamento. Em 2008 a Companhia apresentava 60% de sua dívida líquida no curto prazo, passando para 22% em 2010. Isto foi alcançado com a nossa estréia ao mercado de capitais, através da captação de R$225 milhões em duas emissões de debêntures. Em Julho de 2010, a Companhia recebeu o *rating* BBB+ pela *FitchRatings*.

Atingimos um crescimento anual composto de 50,9% na nossa frota e de 46% do nosso faturamento nos últimos 5 anos. Este crescimento só foi possível devido ao nosso foco no cliente e excelência no atendimento. Com isto conquistamos em dezembro de 2010 a posição de segunda maior empresa de locação de frotas do Brasil, com 21,9 mil carros.

Investimos R$ 294,0 milhões na expansão e renovação da nossa frota, comprando 11 mil carros em 2010. Com isto diminuímos a idade média da nossa frota, com expectativa de conseqüente redução do nosso custo de manutenção.

Nosso expertise em renovação de frota foi comprovado pelo aumento do faturamento do negócio de seminovos. Vendemos mais de 5,4 mil carros em 2010, um aumento de 74% em relação a 2009. Consolidamos o nosso canal de atacado, onde atuamos de forma diferenciada, e desenvolvemos o nosso canal de varejo, que já representa 20% das nossas vendas.

O mercado de terceirização de frota continua dividido entre grandes concorrentes nacionais, três grandes redes internacionais e diversas locadoras locais.

Continuamos a incrementar a nossa equipe gerencial de forma a suportar o projeto de crescimento estratégico da empresa. Intensificamos os nossos investimentos em capacitação e treinamento da nossa equipe, fundamental para o nosso sucesso. A partir de primeiro de janeiro de 2010 passamos a operar dentro do ERP SAP, visando propiciar ambiente seguro e confiável aos nossos negócios.

Entendemos que o nosso diferencial competitivo está na especialização no segmento de terceirização de frota, no nosso foco na excelência no atendimento ao cliente, na nossa expertise operacional e de comercialização de seminovos, na nossa cultura de baixo custo e na nossa estrutura de capital.

Em 2011, continuaremos nosso processo de valorização de nossa gente e de implantação da Governança Corporativa, em busca do fortalecimento de nossa atuação na terceirização de frotas, com rentabilidade e segurança para nossos acionistas e parceiros.

Reafirmamos a nossa confiança no nosso negócio e no nosso modelo de gestão. Sentimo-nos preparados para aproveitar as oportunidades de crescimento, construindo junto com os nossos clientes a maior empresa de terceirização de frotas do Brasil.

2 – Política de destinação de lucros e distribuição de dividendos

Os lucros ou prejuízos apurados tiveram a destinação determinada pela Assembléia Geral Ordinária, observados os limites da lei e de nosso estatuto social. Mantemos, além da reserva legal, uma reserva de lucros que tem por finalidade o reforço de caixa para a condução de nossos negócios, bem como possibilitar nosso crescimento orgânico. O percentual de 5% do resultado do exercício deve ser destinado à reserva legal, que não poderá exceder 20% de nosso capital social, salvo se de outra forma não for deliberado em Assembléia Geral. O limite máximo da reserva de lucros é o total de nosso capital social. Em 30 de abril de 2011 nossos acionistas deliberaram em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária destinar o resultado do exercício de 2010, no montante total de R$11.553, da seguinte forma: (i) R$3.035 para a reserva de lucros; e (ii) R$8.518 para absorção de prejuízos acumulados. Por meio do acordo de acionistas e, considerada a necessidade de capitalização da Companhia não foram distribuídos dividendos sobre o lucro do exercício de 2010.

3 – Negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Destacamos como principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2010:

(i) Em 31 de janeiro de 2010, a Companhia adquiriu o controle da Locarvel Locadora de Veículos Ltda., ao adquirir de 99,999% das ações dessa Entidade, que pertencia a dois dos sócios controladores da Companhia de Locação das Américas. O valor dos ativos líquidos adquiridos da Locarvel, em 31 de janeiro de 2010, foi R$12.000. A aquisição de controle da Locarvel permitirá ao Grupo reduzir seus custos por meio da economia por escala;

(ii) O incremento de novos clientes e investimentos nos negócios sociais da Companhia proporcionaram um acréscimo nos ativos imobilizados que resultaram num aumento de 45,5% em 31 de dezembro de 2010 se comparado a 31 de dezembro de 2009, passando de R$365,4 milhões para R$531,5 milhões, em razão dos investimentos citados de R$294,0 milhões realizados na expansão de nossa frota, além do saldo de veículos adicionados em razão da aquisição da Locarvel Locadora de Veículos Ltda. em janeiro de 2011, no montante de R$50,7 milhões;

(iii) Realizamos 2 emissões de debêntures , não conversíveis em ações: no dia 8 de julho de 2010, realizamos a liquidação de nossa 1ª emissão de debêntures, emitindo 12.500 debêntures ao preço unitário de R$1.000.000, com data de emissão em 28 de junho de 2010, que resultou na captação de R$125,0 milhões. No dia 28 de dezembro de 2010, realizamos a liquidação de nossa 2ª emissão de debêntures, emitindo 100 debêntures ao preço unitário de R$1.000.000, com data de emissão em 9 de dezembro de 2010, que resultando na captação de R$100,0 milhões;

(iv) Os investimentos em nossa atividade própria utilizando recursos provenientes de nossas emissões de debêntures não conversíveis em ações proporcionaram um aumento em nossa receita líquida operacional de 45,8%, ou R$97,1 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando totalizou R$309,2 milhões, comparado a R$212,1

milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu principalmente do aumento de 33,1%, ou R$53,8 milhões em nossas receitas com atividades de locação de veículos no exercício de 2010, em razão do aumento de 51,1% na quantidade de veículos alugados e na celebração de novos contratos de locação de frotas;

(v) Celebramos, em 30 de dezembro de 2010, um aditamento ao nosso acordo de acionistas por meio do qual foram alterados os termos e condições relativas à possibilidade de resgate das ações preferenciais de nossa emissão e, conseqüentemente, tais ações foram reclassificadas como capital social ao final do exercício, com a reversão dos juros incidentes sobre tais ações resgatáveis em nosso favor no montante de R$26,5 milhões que foi contabilizado como receita financeira e;

(vi) Aprovamos, em Assembléia Geral Extraordinária,, datada de 21 de dezembro de 2010, a criação do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia para parte dos empregados e administradores da Companhia. As opções são condicionadas à oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia ou à realização de outra operação que resulte que a Companhia tenha ações listadas em bolsa de valores.

4 – Relação dos investimentos relevantes em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia de Locação das Américas (controladora) possui um investimento na controlada Locarvel Locadora de Veículos Ltda. – com quem mantém operações de conta corrente, sendo que há contrato de mútuo firmado entre as partes, e contrato de parceria onde a Locamérica se compromete a realizar a gestão de frota de veículos locados a clientes da Locarvel e gestão de venda de veículo . Em 31 de dezembro de 2010 o saldo a receber da controlada era de R$12.256.

5 – Relacionamento com os auditores independentes

A Companhia adota a prática de não contratar serviços de consultoria dos auditores externos para evitar conflitos de interesse que possam eventualmente afetar a independência dos auditores.

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) é a firma contratada para proceder a auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). O início da prestação se deu em 01 de janeiro de 2009.

Adicionalmente, contratamos a KPMG para fazer um diagnóstico sobre as diferenças existentes entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil (BRGAAP) e as IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e também contratamos revisão contábil sobre a adequação das bases de cálculo dos impostos de renda e da contribuição social diferidos. Esses serviços foram contratados pela Companhia por não resultarem em perda de independência dos auditores e não constarem nos impedimentos previstos no artigo n°23 da instrução CVM n°308/99. Os serviços adicionais mencionados foram contratados exclusivamente para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e perfazem o montante de R$160, o que corresponde a 27% do valor dos honorários da auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010.

A Administração

6 – Demonstrações Financeiras Pro - Forma

Antecipando-se à obrigatoriedade de conversão, desde 2008 a Locamerica já vinha adotando determinadas práticas do IFRS em suas demonstrações financeiras. Em 2010 esse processo consolidou-se definitivamente, com a adoção completa destas práticas internacionais. Em linha, adicionalmente, com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Com este processo de conversão completa das demonstrações financeiras neste ano de 2010, dois impactos merecem destaque. O primeiro deles é o reconhecimento no ativo circulante dos veículos desativados de clientes. Outro impacto relevante foi o reconhecimento como dívida, desde o balanço de abertura do ano de 2009, dos aportes realizados em 2008 e 2009 através de ações preferenciais resgatáveis. Em 2010, referidas ações preferenciais deixaram de ser resgatáveis, não sendo mais ponto de conversão das demonstrações financeiras.

Para uma melhor leitura e entendimento das demonstrações financeiras da Companhia e dos ajustes de conversão efetuados, segue abaixo um comparativo entre a prática anterior e a prática atual. Outras informações bem como a explicação de cada ajuste estão detalhadas na nota explicativa nº 5.

	1o de janeiro 2009		31 de dezembro 2009		31 de dezembro 2010	
	GAAP anterior	IFRS	GAAP anterior	IFRS	GAAP anterior	IFRS
Ativo Consolidado						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.308	1.308	22.644	22.644	83.772	83.772
Contas a receber de clientes	20.590	20.590	28.659	28.659	41.102	41.102
Carros em desativação para renovação da frota	-	5.928	-	21.748	-	34.615
Impostos a recuperar	92	92	117	117	2.311	2.311
Ativos fiscais diferidos	3.386	-	10.369	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	137	137	-	-
Despesas Antecipadas	592	592	581	581	2.194	2.194
Outras contas a receber	69	69	338	338	742	742
Total do ativo circulante	**26.037**	**28.579**	**62.845**	**74.224**	**130.121**	**164.736**
Não circulante						
Depósitos judiciais	-	-	-	-	264	264
Ativos fiscais diferidos	8.222	13.075	12.922	27.679	24.419	24.419
Contas a receber de clientes	-	-	646	646	1.103	1.103
Partes Relacionadas	4.677	4.677	6	6	275	275
Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	900
Outras contas a receber	38	38	47	47	52	52
Imobilizado	370.180	364.252	387.144	365.396	567.009	531.494
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Intangível	162	162	1.094	1.094	1.526	1.526
Total do ativo não circulante	**383.279**	**382.204**	**401.859**	**394.868**	**594.648**	**560.033**
Total do ativo consolidado	**409.316**	**410.783**	**464.704**	**469.092**	**724.769**	**724.769**

	1o de janeiro 2009		31 de dezembro 2009		31 de dezembro 2010	
	GAAP anterior	IFRS	GAAP anterior	IFRS	GAAP anterior	IFRS
Passivo Consolidado						
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	152.422	152.422	173.594	173.594	178.965	178.965
Fornecedores	1.285	1.285	11.098	11.098	49.854	49.854
Salários, encargos e contribuições sociais	1.535	1.535	2.888	2.888	2.724	2.724
Obrigações tributárias	676	676	570	570	1.436	1.436
Passivos fiscais diferidos	9.928	-	19.756	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	142	142	20	20
Parcelamento de impostos	4.616	4.616	1.245	1.245	1.571	1.571
Outras contas a pagar	-	-	-	-	66	66
Total do passivo circulante	-	-	-	-	-	-
	170.462	**160.534**	**209.293**	**189.537**	**234.636**	**234.636**
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	102.915	102.915	92.932	92.932	298.208	298.208
Ações resgatáveis	-	74.313	-	122.905	-	-
Provisões	4.004	4.004	3.091	3.091	3.066	3.066
Passivos fiscais diferidos	8.676	18.605	9.093	28.850	34.190	34.190
Parcelamento de impostos	18.135	18.135	16.036	16.036	17.280	17.280
Outras contas a pagar	5.000	5.000	-	-	95	95
Total do passivo não circulante	**138.730**	**222.972**	**121.152**	**263.814**	**352.839**	**352.839**
Patrimônio líquido						
Capital social	90.812	20.812	130.812	20.812	126.307	126.307
Ações em tesouraria	-	-	(3.074)	(3.074)	(3.074)	(3.074)
Reserva de capital	-	-	-	-	4.505	4.505
Reservas de lucros	9.312	9.312	6.521	6.521	9.556	9.556
Prejuízos acumulados	-	(2.847)	-	(8.518)	-	-
Total do patrimônio líquido	**100.124**	**27.277**	**134.259**	**15.741**	**137.294**	**137.294**
Total do passivo consolidado	**409.316**	**410.783**	**464.704**	**469.092**	**724.769**	**724.769**

DRE Consolidada	2009		2010	
	GAAP anterior	IFRS	GAAP anterior	IFRS
Receita Operacional	212.066	212.066	309.185	309.185
Custos de locação e venda de veículos	(149.615)	(149.615)	(217.680)	(217.680)
Lucro bruto	**62.451**	**62.451**	**91.505**	**91.505**
Outras (despesas) receitas operacionais				
Vendas	(6.792)	(6.792)	(8.265)	(8.265)
Administrativas e gerais	(17.779)	(17.779)	(20.324)	(20.324)
Outras (despesas) receitas operacionais	4.909	4.909	80	80
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**42.789**	**42.789**	**62.996**	**62.996**
(Despesas) receitas financeiras				
Despesas financeiras	(48.045)	(56.637)	(62.556)	(76.109)
Receitas financeiras	1.403	1.403	4.714	31.172
(Despesas) receitas financeiras líquidas	**(46.642)**	**(55.234)**	**(57.842)**	**(44.937)**
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-
Resultado antes dos impostos	**(3.853)**	**(12.445)**	**5.154**	**18.059**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(374)	(374)	(385)	(385)
Diferido	1.436	4.357	(1.733)	(6.121)
Resultado do exercício	**(2.791)**	**(8.462)**	**3.036**	**11.553**

Companhia de Locação das Américas

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1 º de janeiro de 2009

(Em milhares de Reais)

		Consolidado IFRS			Controladora BR GAAP		
Ativo	**Nota**	**2010**	**2009**	**01/01/09**	**2010**	**2009**	**01/01/09**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	9	83.772	22.644	1.308	83.188	22.644	1.308
Contas a receber de clientes	10	41.102	28.659	20.590	34.708	28.639	20.570
Carros em desativação para renovação da frota	11	34.615	21.748	5.928	29.014	21.748	5.928
Impostos a recuperar		2.311	117	92	596	117	92
Partes relacionadas	21	-	137	-	-	137	-
Despesas Antecipadas		2.194	581	592	2.194	581	592
Outras contas a receber		742	338	69	738	338	69
Total do ativo circulante		**164.736**	**74.224**	**28.579**	**150.438**	**74.204**	**28.559**
Não circulante							
Depósitos judiciais		264	-	-	264	-	-
Ativos fiscais diferidos	12	24.419	27.679	13.075	23.228	27.679	13.075
Contas a receber de clientes	10	1.103	646	-	1.103	646	-
Partes Relacionadas	21	275	6	4.677	12.411	6	4.677
Propriedades para investimento		900	-	-	900	-	-
Outras contas a receber		52	47	38	-	47	38
Imobilizado	14	531.494	365.396	364.252	499.938	365.396	364.252
Investimentos	13	-	-	-	11.930	20	20
Intangível		1.526	1.094	162	1.526	1.094	162
Total do ativo não circulante		**560.033**	**394.868**	**382.204**	**551.300**	**394.888**	**382.224**
Total do ativo		**724.769**	**469.092**	**410.783**	**701.738**	**469.092**	**410.783**

		Consolidado IFRS			Controladora BR GAAP		
Passivo	**Nota**	**2010**	**2009**	**01/01/09**	**2010**	**2009**	**01/01/09**
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	178.965	173.594	152.422	166.071	173.594	152.422
Fornecedores	15	49.854	11.098	1.285	49.690	11.098	1.285
Salários, encargos e contribuições sociais		2.724	2.888	1.535	2.715	2.888	1.535
Obrigações tributárias		1.436	570	676	1.288	570	676
Partes relacionadas	21	20	142	-	20	142	-
Parcelamento de impostos	17	1.571	1.245	4.616	1.571	1.245	4.616
Outras contas a pagar		66	-	-	57	-	-
Total do passivo circulante		**234.636**	**189.537**	**160.534**	**221.412**	**189.537**	**160.534**
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	298.208	92.932	102.915	292.213	92.932	102.915
Ações resgatáveis	16	-	122.905	74.313	-	122.905	74.313
Provisões	18	3.066	3.091	4.004	2.609	3.091	4.004
Passivos fiscais diferidos	12	34.190	28.850	18.605	30.912	28.850	18.605
Parcelamento de impostos	17	17.280	16.036	18.135	17.280	16.036	18.135
Outras contas a pagar		95	-	5.000	18	-	5.000
Total do passivo não circulante		**352.839**	**263.814**	**222.972**	**343.032**	**263.814**	**222.972**
Patrimônio líquido							
Capital social	22	126.307	20.812	20.812	126.307	20.812	20.812
Ações em tesouraria	22	(3.074)	(3.074)	-	(3.074)	(3.074)	-
Reserva de capital	22	4.505	-	-	4.505	-	-
Reservas de lucros	22	9.556	6.521	9.312	9.556	6.521	9.312
Prejuízos acumulados	5	-	(8.518)	(2.847)	-	(8.518)	(2.847)
Total do patrimônio líquido		**137.294**	**15.741**	**27.277**	**137.294**	**15.741**	**27.277**
Total do passivo		**587.475**	**453.351**	**383.506**	**564.444**	**453.351**	**383.506**
Total do passivo e patrimônio líquido		**724.769**	**469.092**	**410.783**	**701.738**	**469.092**	**410.783**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Locação das Américas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido do exercício básico por ação)

		Consolidado IFRS		Controladora BR GAAP	
	Nota	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Receita líquida operacional	23	309.185	212.066	285.222	212.066
Custos de locação e venda de veículos	24	(217.680)	(149.615)	(201.231)	(149.615)
Lucro bruto		**91.505**	**62.451**	**83.991**	**62.451**
Outras (despesas) receitas operacionais					
Vendas		(8.265)	(6.792)	(8.056)	(6.792)
Administrativas e gerais	25	(20.324)	(17.779)	(18.538)	(17.779)
Outras (despesas) receitas operacionais	26	80	4.909	14	4.909
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		**62.996**	**42.789**	**57.411**	**42.789**
(Despesas) receitas financeiras					
Despesas financeiras	27	(76.109)	(56.637)	(70.401)	(56.637)
Receitas financeiras	27	31.172	1.403	31.162	1.403
(Despesas) receitas financeiras líquidas		**(44.937)**	**(55.234)**	**(39.239)**	**(55.234)**
Resultado da equivalência patrimonial		-	-	(108)	-
Resultado antes dos impostos		**18.059**	**(12.445)**	**18.064**	**(12.445)**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	28	(385)	(374)	-	(374)
Diferido	12	(6.121)	4.357	(6.511)	4.357
Resultado do exercício		**11.553**	**(8.462)**	**11.553**	**(8.462)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		11.553	(8.462)	11.553	(8.462)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Resultado do exercício		**11.553**	**(8.462)**	**11.553**	**(8.462)**
Resultado por ação ordinária e preferencial - básico - R$	30	0,57	(0,41)	0,57	(0,41)
Resultado por ação ordinária e preferencial - diluído - R$	30	0,57	(0,41)	0,57	(0,41)
Quantidade média de ações em circulação no final do exercício		20.420.559	20.390.561	20.420.559	20.390.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Locação das Américas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009 (Consolidado IFRS e Controladora BR GAAP)

(Em milhares de Reais)

				Reservas de lucros			
	Capital social	**Ações em tesouraria**	**Reserva de capital**	**Legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros / Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldo em 1º de janeiro de 2009	20.812	-	-	1	9.311	(2.847)	27.277
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(8.462)	(8.462)
Destinações:							
Absorção de prejuízo com reserva de lucros retidos	-	-	-	-	(2.791)	2.791	-
Ações próprias adquiridas	-	(3.074)	-	-	-	-	(3.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**20.812**	**(3.074)**	**-**	**1**	**6.520**	**(8.518)**	**15.741**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	11.553	11.553
Destinações:							
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	3.035	(3.035)	-
Aumento de capital	105.495	-	4.505	-	-	-	110.000
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**126.307**	**(3.074)**	**4.505**	**1**	**9.555**	**-**	**137.294**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BR GAAP	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	11.553	(8.462)	11.553	(8.462)
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	6.506	(3.983)	6.511	(3.983)
Depreciação e amortização	45.845	31.748	38.354	31.748
Valor residual dos carros em desativação para renovação de frota baixado	113.207	72.672	110.542	72.672
Encargos financeiros	44.518	52.320	39.278	52.320
Equivalência patrimonial	-	-	108	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.013	1.957	955	1.957
Provisões	(382)	(913)	(588)	(913)
Provisão para redução de valor recuperável	-	(873)	-	(873)
Ganho com parcelamento novo Refis	-	(4.392)	-	(4.392)
Variações nos ativos e passivos				
Aumento em contas a receber	(10.603)	(10.672)	(7.481)	(10.672)
Aumento em impostos recuperar	(984)	(25)	(479)	(25)
(Aumento) redução em impostos diferidos líquidos	6.121	(4.359)	6.513	(4.359)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(1.339)	11	(1.613)	11
(Aumento) redução em partes relacionadas	(815)	4.534	(12.268)	4.534
Aquisição de veículos, líquido de fornecedores (montadoras) e arrendamentos financeiros	(193.202)	(14.070)	(194.430)	(14.070)
Aumento em outros ativos	(1.478)	(278)	(1.517)	(278)
Aumento (redução) em fornecedores	(7.902)	9.813	(7.805)	9.813
Juros pagos referente a empréstimos, financiamentos e debêntures	(52.934)	(37.289)	(44.873)	(37.289)
Redução em outros passivos	(4.280)	(706)	(4.355)	(706)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**(44.156)**	**87.033**	**(61.595)**	**87.033**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de outros imobilizados e intangível	(4.257)	(2.647)	(3.366)	(2.647)
Aquisição de investimentos	(12.097)	-	(12.000)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(16.354)**	**(2.647)**	**(15.366)**	**(2.647)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	398.180	91.244	394.600	91.244
Captação de mútuos e empréstimos com partes relacionadas	-	49.092	-	49.092
Compra de ações próprias	-	(3.074)	-	(3.074)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(276.542)	(185.312)	(257.095)	(185.312)
Amortização de mútuos e empréstimos com partes relacionadas	-	(15.000)	-	(15.000)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	**121.638**	**(63.050)**	**137.505**	**(63.050)**
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**61.128**	**21.336**	**60.544**	**21.336**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	22.644	1.308	22.644	1.308
No fim do período	83.772	22.644	83.188	22.644
	61.128	**21.336**	**60.544**	**21.336**
Informação suplementar				
Imposto de renda e contribuição social pagos	60	-	60	-
Atividades que não afetaram o caixa				
Aquisição de ativos com assunção direta do respectivo passivo ou por meio de arrendamento financeiro	47.102	104.726	46.943	104.726
Emissão de ações preferenciais compensado com mútuos com partes relacionadas	-	25.908	-	25.908
Integralização de capital com ações preferencias (passivo financeiro)	110.000	-	110.000	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Locação das Américas

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
Em milhares de Reais

	Consolidado - IFRS		Controladora - BR GAAP	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Receitas				
Receita bruta deduzida de descontos	328.983	227.258	302.253	227.258
Outras receitas	80	4.909	14	4.909
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.065)	(1.957)	(991)	(1.957)
Total das receitas	**326.998**	**230.210**	**301.276**	**230.210**
Custos e despesas adquiridos de terceiros:				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.542)	(13.524)	(10.638)	(13.524)
Custos das locações de carros/frotas e dos carros alienados	(52.909)	(39.574)	(46.623)	(39.574)
Custo de venda de veiculos	(113.207)	(69.335)	(110.542)	(69.335)
Outras	-	-		-
Total dos custos e despesas adquiridos de terceiros	**(177.658)**	**(122.433)**	**(167.803)**	**(122.433)**
Valor Adicionado Bruto	**149.340**	**107.777**	**133.473**	**107.777**
Depreciação, amortização e exaustão	(45.845)	(31.748)	(38.354)	(31.748)
Valor adicionado líquido gerado	103.495	76.029	95.119	76.029
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	31.172	1.403	31.162	1.403
Equivalência patrimonial	-	-	(108)	-
Valor adicionado total a distribuir	**134.667**	**77.432**	**126.173**	**77.432**
Distribuição do valor adicionado				
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	9.739	(2.895)	8.834	(2.895)
Estaduais	9.620	6.204	8.126	6.204
Municipais	195	427	183	427
Pessoal				
Remuneração direta	20.289	18.550	19.978	18.550
Benefícios	2.643	2.669	2.596	2.669
FGTS	1.419	1.226	1.402	1.226
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	71.342	55.171	66.078	55.171
Aluguéis	3.100	3.076	3.100	3.076
Outras	4.767	1.466	4.323	1.466
Remuneração de capitais próprios				
Participação dos controladores nos lucros retidos	11.553	(8.462)	11.553	(8.462)
Valor adicionado distribuído e retido	**134.667**	**77.432**	**126.173**	**77.432**

Ver nota explicativa 32 para mais informações sobre a DVA.

Companhia de Locação das Américas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e Balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia de Locação das Américas (a "Companhia") é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é Av. Gastão Vidigal, 507, Vila Leopoldina, São Paulo, SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na locação de veículos nacionais e importados com ou sem motorista.

A Companhia é uma Sociedade por Ações de capital fechado e foi constituída em 18 de julho de 2008 e absorveu, por meio de incorporação, relevante parcela cindida das operações (incluindo os ativos e passivos) da Locarvel Locadora de Veículos Ltda. O início das operações da Companhia se deu em 1º de agosto de 2008.

A Companhia atua em diversos estados brasileiros, por meio de suas filiais. As unidades operacionais estão localizadas nas seguintes cidades:

- São Paulo
- Belo Horizonte
- Rio de Janeiro
- Curitiba
- Vitória
- Salvador
- Fortaleza
- Porto Alegre
- Cuiabá
- Brasília
- Recife
- Campinas
- Manaus

Em 31 de dezembro de 2010, a frota da Companhia era composta por 21.913 carros (15.335 em 31 de dezembro de 2009 e 13.796 em 1º de janeiro de 2009). A frota de carros é renovada após sua vida útil-econômica, que pode variar entre 12 e 60 meses, de acordo com as características dos veículos locados e das condições dos contratos firmados com os clientes. A vida útil-econômica dos veículos varia de acordo com as condições individuais de cada veículo e contrato. Após o encerramento da vida útil-econômica para a Companhia, os veículos são vendidos para revendedores que possuem pontos de vendas próprios e independentes da Companhia ou vendidos em lojas próprias.

Conforme se pode observar no balanço patrimonial, o capital circulante líquido da Companhia está negativo em R$70.974 e R$69.900, na controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010 (R$115.333 e R$115.313, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009 e R$131.975 e R$131.955, respectivamente, em 1º de janeiro de 2009). Essa situação decorre da estratégia de negócios da Companhia, em que parte significativa da captação de recursos de terceiros advêm de operações de arrendamento mercantil com prazo médio de dois anos, período equivalente aos contratos de locação firmados com seus clientes e à renovação da respectiva frota de veículos arrendada / locada, registrada no ativo imobilizado. Como informações adicionais, com base nas estimativas da administração, atualmente os clientes da Companhia responsáveis pela receita de locação somam valores contratuais a pagar para a Companhia, nos próximos 12 meses, de aproximadamente R$330.000. Somado a este fato, há que se considerar a relevante contribuição ao caixa da Companhia advinda da venda dos veículos quando do término do contrato de locação e, correlatamente, do contrato de arrendamento, no montante de aproximadamente R$171.000 para este período.

Neste contexto, a estratégia atual da Companhia passa pelo alongamento do perfil de sua dívida e aumento de seu caixa, principalmente por meio de contratação de operações com características de longo prazo. Em linha com essa estratégia, a Companhia obteve um financiamento junto ao BNDES no montante de R$38.400 em outubro de 2009, dos quais foram recebidos R$18.900 em dezembro de 2009, R$9.500 em janeiro de 2010 e R$10.000 em junho de 2010. Além disso, a Companhia captou, em julho de 2010, R$125.000 por meio de emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento em 11 de abril de 2016 e, em 29 de dezembro de 2010, captou mais R$100.000, sendo que R$50.000 vencem em dezembro de 2012 e R$50.000 em dezembro de 2013.

2 Aquisição de controladas

Em 31 de janeiro de 2010, a Companhia adquiriu o controle da Locarvel Locadora de Veículos Ltda., ao adquirir de 99,999% das ações dessa Entidade, que pertencia a dois dos sócios controladores da Companhia de Locação das Américas, o que implicou na não aplicação do CPC 15 – Combinação de Negócios. O valor dos ativos líquidos adquiridos da Locarvel, o valor pago e o custo contábil em 31 de janeiro de 2010, foi R$12.000. A aquisição de controle da Locarvel permitirá ao Grupo reduzir seus custos por meio da economia por escala.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativos circulantes	6.433
Ativo imobilizado	46.844
Demais ativos não circulantes	52
Passivos circulantes	(24.615)
Passivos não circulantes	(16.714)
Total líquido de ativos identificáveis	12.000

De 31 de janeiro até 31 de dezembro de 2010, a Locarvel contribuiu com uma receita de R$31.404 e prejuízo de R$70. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2010, a administração estimou que a receita consolidada teria sido de R$312.167 e o lucro líquido para o período teria sido de R$ 11.763.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

Uma explicação de como a transição para as normas IFRS afetou a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo estão apresentados na nota explicativa 5.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07 de dezembro de 2011.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos derivativos.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 – contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil;
- Nota 4 – classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa:

- Nota 12 – utilização de prejuízos fiscais;
- Nota 14 – vida útil e valor residual da frota;
- Nota 17 – provisões e contingências.

e. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não foi elaborada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, os resultados dos exercícios são iguais aos resultados abrangentes totais.

f. Reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia decidiu reapresentar as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2011, para incluir aperfeiçoamentos em algumas divulgações em atendimento ao Ofício n° 332/2011 de 03 de novembro de 2011 da CVM, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta, além de alguns ajustes e reclassificações que no entendimento da Companhia não modificam as informações apresentadas anteriormente na data base. Esse ofício requereu aprimoramentos de divulgação relacionados as notas 6 iv, 16, 21, 22f, e 33 que não resultaram em modificações dos saldos contábeis. Segue abaixo um resumo das modificações efetuadas pela Administração e que foram aprovados pelo Conselho de Administração em 07 de dezembro de 2011:

- critério da determinação do valor justos da opções (Nota 6 iv);
- expansão na divulgação referente a custos incorridos na emissão de debêntures (Nota 16);
- esclarecimento quanto a aspectos de divulgação que não se aplicam aos arrendamentos efetuados pela Companhia (Nota 16);
- inclusão de maiores detalhes das operações existentes entre partes relacionadas (Nota 21);
- inclusão de detalhes referentes a opção de pagamentos baseados em ações condicionadas a oferta pública de ações ainda não realizada pela Companhia (Nota 22f);

- Inclusão de eventos subseqüentes ocorridos após a data de emissão destas demonstrações Financeiras, em função do pedido de reapresentação efetuada pela CVM (Nota 33).

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas BR GAAP, exceto nos casos indicados em contrário.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Aquisições de entidades sob controle em comum

Combinações de negócios oriundas de transferências de participações em entidades que estejam sob o controle dos acionistas que controlam o Grupo são contabilizadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. Os ativos e passivos adquiridos são reconhecidos pelos valores contábeis reconhecidos anteriormente nas demonstrações financeiras consolidadas dos acionistas controladores do Grupo.

(iii)Transações eliminadas na consolidação

Saldos intragrupo e quaisquer receitas ou despesas decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as participações diretas nas seguintes empresas:

Entidade	**Nota**	**Participação acionária (%)**		
		2010	**2009**	**01/01/2009**
No Brasil				
Agile Car Ltda.	13	99,999	99,999	99,999
Locarvel Locadora de veículos Ltda.	13	99,999	-	-

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tem o direito legal ou a intenção de liquidar os valores em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os saldos de opção de swap de taxa de juros e equivalentes de caixa, que abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, outras contas a pagar e ações resgatáveis (este último em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.
Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subseqüentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para lucros acumulados.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Administração do Grupo optou por não adotar o custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009, pois considera que seus ativos são novos em função da prática de renovação freqüente da frota de veículos, e estão razoavelmente próximos ao valor justo na data de transição – principalmente pelo fato de parte substancial do ativo imobilizado da Companhia ser de veículos com até 2 anos de uso.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.
Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii)Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	A partir de 01/01/2010	**A partir de 01/01/2009**
Veículos	2 anos	2 anos
Acessórios para veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de Informática	10 anos	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Outros	10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos o Grupo assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

e. Carros em desativação para renovação da frota

A frota de carros é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5).

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O preço estimado de venda é avaliado e definido pelo Comitê de Gestão e utiliza como base os preços de referência no mercado, evidências históricas de comercialização e uso e aplicação da frota.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

f. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, como carros em desativação para renovação da frota, imobilizado e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Os ativos corporativos do Grupo não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Perdas por redução ao valor recuperável relacionadas a ativos reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Receita líquida operacional

(i) Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de aluguel de frotas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

O Grupo está envolvido em locação de veículo e serviços relacionados. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita são realizadas sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente.

(ii) Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Pagamentos feitos para leasings operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear sobre o período do contrato de arrendamento. Incentivos do arrendamento são reconhecidos como uma parte integral do total das despesas de leasing, também, sobre o período do contrato do arrendamento.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados no encerramento de cada exercício social e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

m. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Os segmentos operacionais são definidos de acordo como a administração avalia o desempenho do negócio e ainda de acordo com a disponibilidade de informações financeiras individualizadas.

A administração considera que as operações da Companhia e suas controladas compõem um único segmento operacional identificável, tendo em vista que a renovação da frota é inerente ao processo de locação de veículos, e que, na forma como o negócio da Companhia é estruturado, uma atividade não é separável da outra.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- IFRS 9 Financial Instruments
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues
- IFRS 10- Consolidated Financial Statements
- IFRS 11- Joint Arrangements
- IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia não espera efeitos relevantes destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

5 Conciliações entre as práticas contábeis anteriores e o IFRS / BR GAAP (Consolidado)

Como mencionado na nota explicativa 3, estas são as primeiras demonstrações financeiras do Grupo preparadas de acordo com as IFRS e CPC.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 4 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS e CPC para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição do Grupo).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS e CPC, o Grupo ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada.

A aplicação destas novas normas impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia conforme como demonstrado a seguir:

a. Reclassificação dos carros da rubrica de “imobilizado” para a rubrica “carros em desativação para renovação da frota”. A nova prática contábil, CPC 31/IFRS 5, requer que os itens do ativo imobilizado sejam transferidos para o ativo circulante pelo valor de custo quando os ativos deixam de ser alugados e passam a ser mantidos para venda.

b. Reclassificação do imposto de renda e contribuição social diferidos anteriormente registrados no “ativo circulante” e no “passivo circulante” para o “ativo não circulante” e o “passivo não circulante”, respectivamente, com base no CPC 32/IAS 12.

c. Reclassificação das ações preferenciais resgatáveis, em 01/01/2009 e 31/12/2009, de “capital social” para “passivo não circulante”, com o reconhecimento dos juros incorridos no período na rubrica de “despesas financeiras”, conforme determina o CPC 39/IAS 32. Em 2010, referidas ações deixaram de ser resgatáveis, voltando a compor o capital social. Os juros incorridos anteriormente foram revertidos na rubrica de “receitas financeiras”.

d. Ajuste do efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes do reconhecimento das despesas e receitas financeiras, mencionado no item "c" acima, baseado no CPC 32/IAS 12.

i. Conciliações entre as novas práticas contábeis (IFRS) e as práticas contábeis anteriores

- ***Balanços patrimoniais***

	1o de janeiro 2009			31 de dezembro 2009			31 de dezembro 2010		
	GAAP anterior	**Ajustes**	**IFRS**	**GAAP anterior**	**Ajustes**	**IFRS**	**GAAP anterior**	**Ajustes**	**IFRS**
Ativo Consolidado									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	1.308	-	1.308	22.644	-	22.644	83.772	-	83.772
Contas a receber de clientes	20.590	-	20.590	28.659	-	28.659	41.102	-	41.102
Carros em desativação para renovação da frota	-	5.928 < a	5.928	-	21.748 < a	21.748	-	34.615 < a	34.615
Impostos a recuperar	92	-	92	117	-	117	2.311	-	2.311
Ativos fiscais diferidos	3.386	(3.386) < b	-	10.369	(10.369) < b	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	137	-	137	-	-	-
Despesas Antecipadas	592	-	592	581	-	581	2.194	-	2.194
Outras contas a receber	69	-	69	338	-	338	742	-	742
Total do ativo circulante	**26.037**	**2.542**	**28.579**	**62.845**	**11.379**	**74.224**	**130.121**	**34.615**	**164.736**
Não circulante									
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	264	-	264
Ativos fiscais diferidos	8.222	4.853 < b	13.075	12.922	14.757 < b	27.679	24.419	-	24.419
Contas a receber de clientes	-	-	-	646	-	646	1.103	-	1.103
Partes Relacionadas	4.677	-	4.677	6	-	6	275	-	275
Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	-	900	900
Outras contas a receber	38	-	38	47	-	47	52	-	52
Imobilizado	370.180	(5.928) < a	364.252	387.144	(21.748) < a	365.396	567.009	(35.515) < a	531.494
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	162	-	162	1.094	-	1.094	1.526	-	1.526
Total do ativo não circulante	**383.279**	**(1.075)**	**382.204**	**401.859**	**(6.991)**	**394.868**	**594.648**	**(34.615)**	**560.033**
Total do ativo consolidado	**409.316**	**1.467**	**410.783**	**464.704**	**4.388**	**469.092**	**724.769**	**-**	**724.769**

	1o de janeiro 2009			31 de dezembro 2009			31 de dezembro 2010		
	GAAP anterior	Ajustes	IFRS	GAAP anterior	Ajustes	IFRS	GAAP anterior	Ajustes	IFRS
Passivo Consolidado									
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	152.422	-	152.422	173.594	-	173.594	178.965	-	178.965
Fornecedores	1.285	-	1.285	11.098	-	11.098	49.854	-	49.854
Salários, encargos e contribuições sociais	1.535	-	1.535	2.888	-	2.888	2.724	-	2.724
Obrigações tributárias	676	-	676	570	-	570	1.436	-	1.436
Passivos fiscais diferidos	9.928	(9.928) < b	-	19.756	(19.756) < b	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	142	-	142	20	-	20
Parcelamento de impostos	4.616	-	4.616	1.245	-	1.245	1.571	-	1.571
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	66	-	66
Total do passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	170.462	**(9.928)**	**160.534**	**209.293**	**(19.756)**	**189.537**	**234.636**	**-**	**234.636**
Não circulante									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	102.915	-	102.915	92.932	-	92.932	298.208	-	298.208
Ações resgatáveis	-	74.313 < c	74.313	-	122.905 < c	122.905	-	-	-
Provisões	4.004	-	4.004	3.091	-	3.091	3.066	-	3.066
Passivos fiscais diferidos	8.676	9.929 < b / d	18.605	9.093	19.757 < b / d	28.850	34.190	-	34.190
Parcelamento de impostos	18.135	-	18.135	16.036	-	16.036	17.280	-	17.280
Outras contas a pagar	5.000	-	5.000	-	-	-	95	-	95
Total do passivo não circulante	**138.730**	**84.242**	**222.972**	**121.152**	**142.662**	**263.814**	**352.839**	**-**	**352.839**
Patrimônio líquido									
Capital social	90.812	(70.000) < c	20.812	130.812	(110.000) < c	20.812	126.307	-	126.307
Ações em tesouraria	-	-	-	(3.074)	-	(3.074)	(3.074)	-	(3.074)
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-	4.505	-	4.505
Reservas de lucros	9.312	- < d	9.312	6.521	- < d	6.521	9.556	-	9.556
Prejuízos acumulados	-	(2.847)	(2.847)	-	(8.518)	(8.518)	-	-	-
Total do patrimônio líquido	**100.124**	**(72.847)**	**27.277**	**134.259**	**(118.518)**	**15.741**	**137.294**	**-**	**137.294**
Total do passivo consolidado	**409.316**	**1.467**	**410.783**	**464.704**	**4.388**	**469.092**	**724.769**	**-**	**724.769**

- ***Demonstrações de resultados***

	2009			2010		
DRE Consolidada	**GAAP anterior**	**Ajustes**	**IFRS**	**GAAP anterior**	**Ajustes**	**IFRS**
Receita Operacional	212.066	-	212.066	309.185	-	309.185
Custos de locação e venda de veículos	(149.615)	-	(149.615)	(217.680)	-	(217.680)
Lucro bruto	**62.451**	**-**	**62.451**	**91.505**	**-**	**91.505**
Outras (despesas) receitas operacionais						
Vendas	(6.792)	-	(6.792)	(8.265)	-	(8.265)
Administrativas e gerais	(17.779)	-	(17.779)	(20.324)	-	(20.324)
Outras (despesas) receitas operacionais	4.909	-	4.909	80	-	80
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**42.789**	**-**	**42.789**	**62.996**	**-**	**62.996**
(Despesas) receitas financeiras						
Despesas financeiras	(48.045)	(8.592) < c	(56.637)	(62.556)	(13.553) < c	(76.109)
Receitas financeiras	1.403	-	1.403	4.714	26.458 < c	31.172
(Despesas) receitas financeiras líquidas	**(46.642)**	**(8.592)**	**(55.234)**	**(57.842)**	**12.905**	**(44.937)**
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos impostos	**(3.853)**	**(8.592)**	**(12.445)**	**5.154**	**12.905**	**18.059**
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	(374)	-	(374)	(385)	-	(385)
Diferido	1.436	2.921 < d	4.357	(1.733)	(4.388) < d	(6.121)
Resultado do exercício	**(2.791)**	**(5.671)**	**(8.462)**	**3.036**	**8.517**	**11.553**

- ***Conciliação do resultado (Consolidado IFRS e Controladora BR GAAP)***

Conciliação do lucro líquido consolidado e controladora	Período findo em 31/12/2009		Período findo em 31/12/2010	
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	**(2.791)**		**3.036**	
Efeitos da adoção do IFRS:				
Reconhecimento dos juros das ações resgatáveis	(8.592)	< c	(13.553)	< c
Reversão dos juros das ações resgatáveis	-		26.458	< c
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.921	< d	(4.388)	< d
Total	**(5.671)**		**8.517**	
Lucro líquido em IFRS / BR GAAP	**(8.462)**		**11.553**	

- ***Conciliação do patrimônio líquido (Consolidado IFRS e Controladora BR GAAP)***

Conciliação do patrimônio líquido consolidado e controladora	Período findo em 31/12/2008		Período findo em 31/12/2009		Período findo em 31/12/2010	
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	**100.124**		**134.259**		**137.294**	
Efeitos da adoção do IFRS:						
Reconhecimento de dívida - ações resgatáveis	(74.313)	< c	(122.906)	< c	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.466	< d	4.388	< d	-	
Total	**(72.847)**		**(118.518)**		-	
Patrimônio líquido em IFRS / BR GAAP	**27.277**		**15.741**		**137.294**	

Não houve impacto significativo nas demonstrações dos fluxos de caixa preparadas quando comparadas com aquelas preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada.

6 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Contas a receber e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

ii. Derivativos

O valor justo de contratos de opção de swap de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

iii. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

iv. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Este modelo leva em consideração as variações de mensuração que incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a vida média ponderada dos instrumentos, dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos) e total de ações do capital social condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

O valor justo das opções outorgadas aos diretores e principais gerentes executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o benefício é adquirido conforme pré-requisitos específicos. A administração da Companhia revisa as estimativas quanto a quantidade de opções nas datas dos balanços, cujos direitos devem ser reconhecidos com base nas condições pré-definidas no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido quando aplicável.

7 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes e em títulos de investimento.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Os clientes do Grupo são pulverizados, onde o maior cliente do Grupo representa 9,5% das receitas totais. Com isso, o Grupo não considera que seus recebíveis estejam concentrados e a Diretoria do Grupo realiza análises periódicas visando pulverizar ainda mais os seus recebíveis. As receitas de vendas de veículos também são pulverizadas, e são concentradas em atacadistas, o que reduz o risco associado.

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. O principal componente desta provisão está relacionado a riscos significativos individuais.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, o Grupo garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 90 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

Vide maiores considerações sobre a liquidez da Companhia na nota de contexto operacional (Nota 1).

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo compra derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

(i) Risco de taxa de juros

O Grupo adota uma política de proteger a exposição a mudanças de taxa de juros variável quando a exposição superar 20% de seus empréstimos vinculados a taxa de juros.

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em termos de diversas instituições financeiras.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (cambio, taxa de juros e etc.) o qual é apreciado pela diretoria para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração do grupo.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;

- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Propor ações corretivas para situações de prejuízos operacionais;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida consolidada do grupo para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2010	**2009**	**01/01/2009**
Total do passivo circulante e não circulante	587.475	453.351	383.506
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(83.772)	(22.644)	(1.308)
	503.703	430.707	382.198
Total do patrimônio líquido	137.294	15.741	27.277
Relação divida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro	367%	2.736%	1.401%

Abaixo demonstramos a exposição líquida consolidada do Grupo ao final dos exercícios:

	2010	2009	01/01/2009
Empréstimos, financiamentos e debêntures e ações resgatáveis	(477.173)	(389.431)	(329.650)
Caixa e equivalentes de caixa	83.772	22.644	1.308
Exposição líquida	(393.401)	(366.787)	(328.342)

Não houve alterações na abordagem do Grupo à administração de capital durante o ano.

Nem a Companhia, nem suas controladas estão sujeitas às exigências externas impostas de capital.

O Grupo gerencia os requisitos de capital de forma agregada.

8 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento de locação de veículos como o único segmento operacional, baseando-se nos relatórios utilizados pelo Conselho de Administração para a tomada de decisões estratégicas.

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

O negócio da Companhia é locação de veículos. Como parte de seu programa de renovação de veículos, a Companhia aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, por meio de revendedores e de pontos de venda direta para consumidores finais.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado IFRS			Controladora BR GAAP		
	2010	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Caixa e bancos	2.408	15.994	1.308	1.824	15.994	1.308
Aplicações financeiras	81.364	6.650	-	81.364	6.650	-
Total de caixa e equivalente de caixa	83.772	22.644	1.308	83.188	22.644	1.308

Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta-corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário remunerados a aproximadamente 100% do Certificado de deposito bancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo, as quais foram qualificadas como instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado, e como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 19.

10 Contas a receber de clientes

	Consolidado IFRS			Controladora BR GAAP		
	2010	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Locação de veículos	40.131	25.834	18.836	33.105	25.814	18.816
Venda de veículos	5.628	6.487	2.407	5.202	6.487	2.407
(-) Ajuste a valor presente	(759)	(406)	-	(759)	(406)	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.795)	(2.610)	(653)	(1.737)	(2.610)	(653)
Total	42.205	29.305	20.590	35.811	29.285	20.570
Circulante	41.102	28.659	20.590	34.708	28.639	20.570
Não circulante	1.103	646	-	1.103	646	-

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 19.

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contraparte foi:

	Consolidado IFRS			Controladora BR GAAP		
Faixa	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
A vencer	30.981	21.954	15.976	28.713	21.934	15.956
Vencidos:						
De 1 a 60 dias	6.842	4.962	3.708	3.460	4.962	3.708
De 61 a 90 dias	409	520	607	312	520	607
De 91 a 180 dias	1.210	1.277	381	735	1.277	381
Acima de 180 dias	6.317	3.608	571	5.087	3.608	571

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Consolidado IFRS	Controladora BR GAAP
Saldo em 1º de janeiro de 2009	653	653
Reversão da provisão	-	-
Constituição de provisão	1.957	1.957
Saldo 31 de dezembro de 2009	2.610	2.610
Reversão da provisão	(717)	(586)
Baixa para perda	(1.828)	(1.828)
Constituição de provisão	2.730	1.541
Saldo 31 de dezembro de 2010	2.795	1.737

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica despesas de vendas na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos a provisão para créditos de liquidação duvidosa são realizados contra a baixa definitiva do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber por idade de vencimento.

11 Carros em desativação para renovação da frota

	Consolidado IFRS			Controladora BR GAAP		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Veículos	35.319	25.496	10.549	29.693	25.496	10.549
Provisão para perda (impairment)	(704)	(3.748)	(4.621)	(679)	(3.748)	(4.621)
Total	34.615	21.748	5.928	29.014	21.748	5.928

A Companhia mantém políticas e procedimentos para analisar e comparar o valor contábil dos carros em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (impairment) é constituída.

A movimentação da provisão para perdas (impairment) na realização dos carros em desativação para renovação da frota é como segue:

	Consolidado IFRS	**Controladora BR GAAP**
Saldo em 1º de janeiro de 2009	4.621	4.621
Utilização da provisão	(4.621)	(4.621)
Constituição de provisão	3.748	3.748
Saldo 31 de dezembro de 2009	3.748	3.748
Utilização da provisão	(3.044)	(3.069)
Saldo 31 de dezembro de 2010	704	679

Durante os exercícios de 2008 e 2009, a Companhia verificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O principal indicador foi a redução no preço de mercado na comercialização de veículos usados, motivado em parte pelo incentivo do governo com a redução do IPI para veículos novos em 2008 e 2009.

Com base nesses indicadores, a Companhia efetuou teste de redução no valor recuperável para esses ativos e reconheceu uma provisão de R$4.621 em 31 de dezembro de 2008 e, em 2009, encerrou o exercício com uma provisão de R$3.748.

Em julho de 2010, a Companhia efetuou novamente o teste de redução no valor recuperável e não foi identificado necessidade de aumento na provisão já efetuada em anos anteriores.

12 Ativos e passivos fiscais diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

Consolidado

	Ativos			Passivos			Líquido		
	2010	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.095	1.473	454	-	-	-	2.095	1.473	454
Provisão para perda (impairment)	239	1.275	1.571	-	-	-	239	1.275	1.571
Arrendamento mercantil	-	-	-	(34.190)	(28.850)	(18.605)	(34.190)	(28.850)	(18.605)
Juros s/ ações preferenciais (RTT)	-	4.388	1.467	-	-	-	-	4.388	1.467
Provisões	1.042	1.051	1.361	-	-	-	1.042	1.051	1.361
Prejuízo fiscal a compensar	21.043	19.492	8.222	-	-	-	21.043	19.492	8.222
Impostos (ativos) passivos	24.419	27.679	13.075	(34.190)	(28.850)	(18.605)	(9.771)	(1.171)	(5.530)
Montante passível de compensação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto líquido ativos (passivos)	24.419	27.679	13.075	(34.190)	(28.850)	(18.605)	(9.771)	(1.171)	(5.530)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

O montante registrado com passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda diferido ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e ao qual pretende realizar em base liquida.

Controladora	**Ativos**			**Passivos**			**Líquido**		
	2010	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.067	1.473	454	-	-	-	1.067	1.473	454
Provisão para perda (impairment)	231	1.275	1.571	-	-	-	231	1.275	1.571
Arrendamento mercantil	-	-	-	(30.912)	(28.850)	(18.605)	(30.912)	(28.850)	(18.605)
Juros s/ ações preferenciais (RTT)	-	4.388	1.467	-	-	-	-	4.388	1.467
Provisões	887	1.051	1.361	-	-	-	887	1.051	1.361
Prejuízo fiscal a compensar	21.043	19.492	8.222	-	-	-	21.043	19.492	8.222
Impostos (ativos) passivos	23.228	27.679	13.075	(30.912)	(28.850)	(18.605)	(7.684)	(1.171)	(5.530)
Montante passível de compensação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto líquido ativos (passivos)	23.228	27.679	13.075	(30.912)	(28.850)	(18.605)	(7.684)	(1.171)	(5.530)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os impostos diferidos ativos da Companhia são gerados, substancialmente, em função de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e de diferenças temporárias, causadas pela constituição de provisões para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e de provisões para contingências.

Os tributos diferidos passivos são gerados, substancialmente, em função da Companhia computar as contraprestações pagas de arrendamento mercantil para aquisição de veículos na base de apuração dos impostos correntes, conforme previsto pela legislação fiscal.

Os impostos diferidos tiveram a seguinte movimentação nos períodos apresentados:

Consolidado	**Saldo em 1° de janeiro de 2009**	**Reconhecidos no resultado**	**Saldo em 31 de dezembro de 2009**	**Reconhecidos no resultado**	**Saldos da aquisição Locarvel**	**Saldo em 31 de dezembro de 2010**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	454	1.019	1.473	622	-	2.095
Provisão para perda (impairment)	1.571	(296)	1.275	(1.119)	83	239
Arrendamento mercantil	(18.605)	(10.245)	(28.850)	(732)	(4.608)	(34.190)
Ações preferenciais	1.467	2.921	4.388	(4.388)		
Provisões	1.361	(310)	1.051	(27)	18	1.042
Prejuízo fiscal a compensar	8.222	11.270	19.492	(479)	2.030	21.043
Impostos ativos (passivos)	(5.530)	4.359	(1.171)	(6.123)	(2.477)	(9.771)

Controladora	**Saldo em 1° de janeiro de 2009**	**Reconhecidos no resultado**	**Saldo em 31 de dezembro de 2009**	**Reconhecidos no resultado**	**Saldo em 31 de dezembro de 2010**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	454	1.019	1.473	(406)	1.067
Provisão para perda (impairment)	1.571	(296)	1.275	(1.044)	231
Arrendamento mercantil	(18.605)	(10.245)	(28.850)	(2.062)	(30.912)
Juros s/ ações preferenciais (RTT)	1.467	2.921	4.388	(4.388)	-
Provisões	1.361	(310)	1.051	(164)	887
Prejuízo fiscal a compensar	8.222	11.270	19.492	1.551	21.043
Impostos ativos (passivos)	(5.530)	4.359	(1.171)	(6.513)	(7.684)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conforme as estimativas da Administração do Grupo, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existentes em 31 de dezembro de 2010, conforme a seguir:

	Consolidado IFRS	**Controladora BR GAAP**
2011	7.440	6.353
2012	3.785	3.734
2013	348	295
2014	1.560	1.560
2015 em diante	11.286	11.286

13 Investimentos

A Companhia reconheceu perda de R$108 em 2010 (R$0 em 2009) de equivalência patrimonial em controladas.

A Controladora não recebeu dividendos de controladas registradas por equivalência patrimonial em 2010 e nem em 2009.

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Partic.	Quant. ações	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativo	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência
1° de janeiro de 2009													
Controladora BRGAAP													
Agile Car Ltda.	99,999%	19.999	94	-	94	74	-	74	20	985	(985)	-	-
		19.999	94	-	94	74	-	74	20	985	(985)	-	-
2009													
Controladora BRGAAP													
Agile Car Ltda.	99,999%	19.999	295	-	295	275	-	275	20	1.642	(1.642)	-	-
		19.999	295	-	295	275	-	275	20	1.642	(1.642)	-	-
2010													
Controladora BRGAAP													
Locarvel locadora de veículos Ltda.	99,999%	6.399.399	8.678	39.311	47.989	25.589	9.823	35.412	12.576	34.386	(34.246)	140	(70)
Agile Car Ltda.	99,999%	19.999	151	-	151	169	-	169	(18)	1.739	(1.777)	(38)	(38)
		6.419.398	8.829	39.311	48.140	25.758	9.823	35.581	12.558	36.125	(36.023)	102	(108)

Movimentação dos investimentos

	2010			2009	
	Locarvel Locadora de Veículos Ltda.	**Agile Car Ltda.**	**Total**	**Agile Car Ltda.**	**Total**
Saldos no início do exercício	-	20	20	20	20
Aquisição de Cotas	12.647	-	12.647	-	-
Ajuste de menos valia	(647)		(647)	-	-
Equivalência patrimonial	(70)	(38)	(108)	-	-
Registro a pagar no passivo	-	18	18	-	-
Saldos no final do exercício	11.930	-	11.930	20	20

14 Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação – Consolidado IFRS

Movimentação do custo	**Veículos operacionais**	**Acessórios para veículos**	**Equipamentos de informática**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Outros ativos fixos**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2009	375.151	3.283	362	340	255	670	380.061
Adições	117.788	982	412	414	66	773	120.435
Baixas	(3.471)	(129)	-	(6)	-	-	(3.606)
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	(97.379)	-	-	-	-	-	(97.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	392.089	4.136	774	748	321	1.443	399.511
Adições	294.069	2.610	709	157	92	257	297.894
Baixas	(3.565)	-	-	-	-	-	(3.565)
Saldos da aquisição da Locarvel	50.679	-	-	-	-	-	50.679
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	(156.305)	-	-	-	-	-	(156.305)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	576.967	6.746	1.483	905	413	1.700	588.214

Movimentação da depreciação							
Saldos em 1º de janeiro de 2009	(15.457)	(273)	(17)	(9)	(12)	(41)	(15.809)
Depreciação no período	(30.480)	(707)	(128)	(62)	(31)	(231)	(31.639)
Baixa	202	33	-	1	-	-	236
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	13.097	-	-	-	-	-	13.097
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(32.638)	(947)	(145)	(70)	(43)	(272)	(34.115)
Depreciação no período	(43.981)	(980)	(176)	(78)	(36)	(269)	(45.520)
Perda por redução ao valor recuperável		-	-	-	-	-	
Saldos da aquisição da Locarvel	(4.633)	(213)-	-	-	-	-	(4.846)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	27.761	-	-	-	-	-	27.761
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(53.491)	(2.140)	(321)	(148)	(79)	(541)	(56.720)
Saldos em 1º de janeiro de 2009	359.694	3.010	345	331	243	629	364.252
Saldos em 31 de dezembro de 2009	359.451	3.189	629	678	278	1.171	365.396
Saldos em 31 de dezembro de 2010	523.476	4.606	1.162	757	334	1.159	531.494

b. Movimentação do custo e depreciação – Controladora BR GAAP

Movimentação do custo	**Veículos operacionais**	**Acessórios para veículos**	**Equipamentos de informática**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Outros ativos fixos**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2009	375.151	3.283	362	340	255	670	380.061
Adições	117.788	982	412	414	67	772	120.435
Baixas	(3.471)	(129)	-	(6)	-	-	(3.606)
Transferência para Veículos Disponíveis para Venda	(97.379)	-	-	-	-	-	(97.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	392.089	4.136	774	748	322	1.442	399.511
Adições	290.258	1.722	709	157	91	255	293.192
Baixas	(3.134)	-	-	-	-	-	(3.134)
Transferência para Veículos Disponíveis para Venda	(142.151)	-	-	-	-	-	(142.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	537.062	5.858	1.483	905	413	1.697	547.418

Movimentação da depreciação							
Saldos em 1º de janeiro de 2009	(15.457)	(273)	(17)	(9)	(12)	(41)	(15.809)
Depreciação no período	(30.480)	(707)	(128)	(62)	(31)	(231)	(31.639)
Baixa	202	33	-	1	-	-	236
Transferência para Veículos Disponíveis para Venda	13.097	-	-	-	-	-	13.097
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(32.638)	(947)	(145)	(70)	(43)	(272)	(34.115)
Depreciação no período	(36.669)	(802)	(176)	(78)	(35)	(269)	(38.029)
Perda por redução ao valor recuperável		-	-	-	-	-	
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Veículos Disponíveis para Venda	24.664	-	-	-	-	-	24.664
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(44.643)	(1.749)	(321)	(148)	(78)	(541)	(47.480)
Saldos em 1º de janeiro de 2009	359.694	3.010	345	331	243	629	364.252
Saldos em 31 de dezembro de 2009	359.451	3.189	629	678	279	1.170	365.396
Saldos em 31 de dezembro de 2010	492.419	4.109	1.162	757	335	1.156	499.938

A descrição dos ativos registrados no imobilizado da companhia e mantidos como garantia são referenciados na nota explicativa 16.

Veículos arrendados

O Grupo arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamento. Alguns arrendamentos proporcionam ao Grupo a opção de compra do equipamento a um preço vantajoso. O veículo arrendado contém obrigações de arrendamento (ver nota explicativa 16). Em 31 de dezembro de 2010, o valor contábil dos veículos era de R$ 285.852 (R$ 297.957 em 2009 e R$ 283.541em 1º de Janeiro de 2009).

Garantias

Em 31 de dezembro de 2010, veículos com o valor de R$ 431.642 (R$ 321.315 em 2009 e R$ 350.276 em 1º de janeiro de 2009) estão sujeitas a uma fiança registrável para garantir empréstimos bancários, financiamento e arrendamento mercantil em andamento.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em função de determinados indicadores identificados, a Companhia efetuou testes do valor recuperável de seus veículos operacionais para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, segregando a frota em veículos locados e em veículos disponíveis para venda para o cálculo do valor recuperável. Para os veículos locados, a Companhia efetuou o cálculo pelo valor em uso, com base na estimativa de fluxos de caixa futuros, e não identificou necessidade de registro de perda. Para os veículos disponíveis para venda, a Companhia efetuou o cálculo do valor líquido de venda e efetuou o registro de provisões para redução ao valor recuperável de ativos, conforme mencionado na nota explicativa 11.

Conciliação da depreciação e amortização para fins de elaboração do fluxo de caixa.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Depreciação	45.520	31.639	38.029	31.639
Amortização	325	109	325	109
	45.845	**31.748**	**38.354**	**31.748**

15 Fornecedores

	Consolidado IFRS			Controladora BRGAAP		
	2010	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Montadoras	46.397	-	-	46.397	-	-
Outros	3.457	11.098	1.285	3.293	11.098	1.285
	49.854	11.098	1.285	49.690	11.098	1.285

16 Empréstimos, financiamentos, debêntures e ações resgatáveis

As informações contidas nessa nota referem-se aos termos dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são mensurados pelo custo amortizado. Informações sobre exposição ao risco de taxa, variação cambial e liquidez estão apresentadas na nota explicativa 19.

	Consolidado IFRS			Controladora BRGAAP		
	2010	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Passivo circulante	**178.965**	**173.594**	**152.422**	**166.071**	**173.594**	**152.422**
Passivos de arrendamento financeiro	79.574	105.670	83.912	73.491	105.670	83.912
Empréstimos bancários garantidos	99.325	67.924	68.510	92.514	67.924	68.510
Debêntures		-	-		-	-
1ª Emissão de debênture	66	-	-	66	-	-
2ª Emissão de debênture	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	**298.208**	**215.837**	**177.228**	**292.213**	**215.837**	**177.228**
Passivos de arrendamento financeiro	32.295	50.187	88.338	32.220	50.187	88.338
Empréstimos bancários garantidos	38.511	42.745	14.577	32.591	42.745	14.577
1ª Emissão de debênture	126.737	-	-	126.737	-	-
2ª Emissão de debênture	100.665	-	-	100.665	-	-
Ações resgatáveis	-	122.905	74.313	-	122.905	74.313
Total	**477.173**	**389.431**	**329.650**	**458.284**	**389.431**	**329.650**

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Consolidado IFRS

Modalidade	Moeda contratada	Taxa % a.m.	Ano de venc.	2010	2009	01/01/2009
Ações resgatáveis	R$	CDI + 1,5%a.a.	2013	-	122.905	74.313
Capital de Giro	R$	CDI + 2% a 6,8%a.a	2016	123.752	85.586	40.861
1ª Emissão de debênture	R$	CDI + 6,5%a.a.	2016	126.803	-	-
2ª Emissão de debênture	R$	CDI + 4%a.a.	2013	100.665	-	-
Finame	R$	0,62% a 0,79%	2013	12.390	19.371	30.979
Leasing	R$	1,02% a 1,94%	2013	110.903	150.318	131.251
Leasing back	R$	1,32% a 1,65%	2011	966	5.539	40.999
CDC/Compror	R$	0,53% a 2,06%	2013	1.694	5.712	11.247
				477.173	389.431	329.650
Parcela classificada no passivo circulante				178.965	173.594	152.422
Parcela classificada no passivo não-circulante				298.208	215.837	177.228

Controladora BRGAAP

Modalidade	Moeda contratada	Taxa % a.m.	Ano de venc.	2010	2009	01/01/2009
Ações resgatáveis	R$	CDI + 1,5%a.a.	2013	-	122.905	74.313
Capital de Giro	R$	CDI + 2% a 6,8%a.a	2016	111.021	85.586	40.861
1ª Emissão de debênture	R$	CDI +6,5%a.a.	2016	126.803	-	-
2ª Emissão de debênture	R$	CDI + 4%a.a.	2013	100.665	-	-
Finame	R$	0,62% a 0,78%	2013	12.390	19.371	30.979
Leasing	R$	1,01% a 1,87%	2013	104.765	150.318	131.251
Leasing back	R$	1,31% a 1,65%	2011	946	5.539	40.999
CDC/Compror	R$	0,52% a 2,06%	2013	1.694	5.712	11.247
				458.284	389.431	329.650
Parcela classificada no passivo circulante				166.071	173.594	152.422
Parcela classificada no passivo não-circulante				292.213	215.837	177.228

Cronograma de amortização da dívida

Consolidado IFRS

	Vencimento			
Modalidade	**2011**	**2012**	**2013**	**Até 2016**
1ª Emissão de debênture	66	-	-	126.737
2ª Emissão de debênture	-	50.106	50.559	-
Capital de Giro	81.588	42.164	-	-
Finame	4.995	4.643	2.752	-
Leasing	78.607	32.156	140	-
Leasing back	966	-	-	-
CDC/Compror	1.242	440	12	-
	167.464	129.509	53.503	126.737

Controladora

	Vencimento			
Modalidade	**2011**	**2012**	**2013**	**Até 2016**
1a Emissão de debêntures	66	-	-	126.737
2ª Emissão de debêntures	-	50.106	50.559	-
Capital de Giro	74.776	36.245	-	-
Finame	4.995	4.643	2.752	-
Leasing	72.544	32.081	140	-
Leasing back	946	-	-	-
CDC/Compror	1.242	440	12	-
	154.569	123.515	53.463	127.737

Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado da Companhia, nos processos das duas emissões de debêntures da Companhia ocorridas em 28 de junho e 09 de dezembro de 2010, foram apresentados reduzindo o saldo do passivo.

Os valores emitidos líquidos do custo de transação, por debênture, são assim demonstrados:

Valor líquido – Controladora e Consolidado

	2010
1ª Emissão de debêntures	125.000
Custo de transação	3.000
Valor líquido captado	**122.000**
Taxa efetiva de juros	CDI + 6,9% a.a
2ª Emissão de debêntures	100.000
Custo de transação	2.907
Valor líquido captado	**97.093**
Taxa efetiva de juros	CDI + 4,9% a.a

Do total dos custos de transações ocorridos na emissão das debêntures R$ 308 foram apropriados ao reseultado do exercício de 2010. O saldo remanescente será apropriado a proporção:

Ano de 2011	1.514
Ano de 2012	1.514
Ano de 2013	1.434
Ano de 2014	545
Ano de 2015 em diante	591

Cláusulas contratuais de vencimento antecipado (covenants)

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com clausulas restritivas (“covenants”), com exigibilidade de cumprimento trimestrais, coincidentes com os últimos dias de cada trimestre civil.

As seguintes cláusulas restritivas "covenants" constam nos contratos em aberto em 31 de dezembro de 2010, e foram integralmente alcançadas na data base:

A) Divida liquida(2)/ EBITDA(1): igual ou inferior a 3,75;
B) EBITDA(1)/ Desp. Financeira liquida: igual ou superior a 1,75
C) Divida Liquida(2) / Patrimônio Liquido: igual ou inferior a 3,25;
D) Divida Liquida(2)/ Valor contábil da frota: igual ou inferior a 78%

Passivos de arrendamentos financeiros

Os passivos de arrendamentos financeiros compreendem somente os valores relacionados a veículos, os quais foram arrendados com cláusula de transferência ao final do contrato por um valor significativamente menor do que o valor de mercado. Esses contratos não contém cláusulas de renovação.

Os contratos de arrendamentos financeiros são efetuados a taxas pré-fixadas com parcelas fixas até o final do contrato. Os contratos de subarrendamentos efetuados pela Companhia são canceláveis. Os veículos adquiridos através de arrendamento são objeto de arrendamento operacional junto a seus clientes que podem ser reincindidos, a qualquer tempo, por ambas as partes, mediante aviso formal a outra parte com aviso prévio de 60 (sessenta) dias, sem pagamento de multa.

Índices Financeiros (Convenants) Aplicáveis a Emissões de Debêntures:

(1) EBITDA = somatório do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, das despesas de depreciação e amortização, das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e do resultado não operacional ocorrido no mesmo período;

(2) Dívida líquida = dívida bruta(3) deduzido do caixa;

(3) Dívida bruta =o somatório das dívidas consolidadas junto a fundos de investimento, autoridades governamentais, pessoas físicas e jurídicas, inclusive dívidas contraídas nos mercados financeiro e de capitais locais e internacionais, derivativos, empréstimos e financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, além de avais, fianças e outras garantias reais e fidejussórias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, e valores a pagar, líquido do saldo a receber, decorrentes de contratos de hegde ou outros derivativos, e dívidas junto a autoridades governamentais que excedam R$ 18.000, sendo certo que para fins de cálculo da dívidas tributárias será considerada apenas a eventual diferença entre o somatório total das dívidas Tributárias e R$ 18.000.

Os vencimentos destas obrigações estão distribuídos conforme segue:

	Consolidado IFRS			Controladora BRGAAP		
	2010	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Até um ano	79.574	105.670	83.912	73.491	105.670	83.912
De dois a cinco anos	32.295	50.187	88.338	32.220	50.187	88.338
Total	111.869	155.857	172.250	105.711	155.857	172.250

Os veículos relacionados aos saldos de arrendamentos financeiros acima estão dados em garantia até a liquidação do contrato. O total dos veículos dados em garantia a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos financeiros está mencionado na nota explicativa 14.

Adicionalmente, a Companhia possui limites de contas garantidas pré aprovadas em 31 de dezembro de 2010 no montante de R$ 15.000, sendo que, ainda que não haja quaisquer restrições legais/ contratuais para uso, não foi necessária a utilização desses recursos no curso normal das operações da Companhia em razão do acesso a outras fontes de recursos para capital de giro com taxas menos onerosas.

17 Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia protocolou sua adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A opção da Companhia foi a de efetuar o parcelamento do saldo em 180 meses. Com esta adesão, o parcelamento ordinário anteriormente homologado foi migrado para este novo programa, aproveitando-se dos benefícios oferecidos de redução de 100% da multa de mora e de ofício e de 40% dos juros moratórios. Essa adesão teve um efeito de R$4.392 no resultado da Companhia em 2009.

Segue abaixo a movimentação do saldo de parcelamento no exercício de 2010:

(=) Saldo em 1º de janeiro de 2009	**22.498**
(-) Pagamentos efetuados no exercício	(2.491)
(+) Atualização	1.434
(-) Ganho gerado pela adesão ao parcelamento da lei 11.941/09	(4.392)
(=) Saldo em 2009	**17.049**
(-) Pagamentos efetuados no exercício	(1)
(+) Atualização	1.617
(=) Saldo em 2010	**18.665**

Apresentamos abaixo o cronograma de liquidação para o saldo de 31 de dezembro de 2010:

Ano de 2011	1.344
Ano de 2012	1.344
Ano de 2013	1.344
Do ano de 2014 a 2025	14.633

Adicionalmente, a Companhia possui tributos parcelados, na esfera estadual, cujos saldos devedores somam R$186 em 31 de Dezembro de 2010 (R$232 em 31 de dezembro de 2009 e R$253 em 1º de janeiro de 2009), dos quais R$50 encontram-se registrados no curto prazo (R$42 em 31 de dezembro de 2009).

18 Provisões

As movimentações das provisões estão demonstradas abaixo:

Consolidado IFRS	**Cíveis**	**Trabalhista**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	4004	4.004
Provisões constituídas durante o período	-	12	12
Provisões utilizadas / revertidas no período	-	(925)	(925)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	3.091	3.091
Provisões constituídas durante o período	357	570	927
Provisões utilizadas / revertidas no período	-	(952)	(952)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	357	2.709	3.066

Controladora BRGAAP	**Cíveis**	**Trabalhista**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	4.004	4.004
Provisões constituídas durante o período	-	12	12
Provisões utilizadas / revertidas no período	-	(925)	(925)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	3.091	3.091
Provisões constituídas durante o período	106	364	470
Provisões utilizadas / revertidas no período	-	(952)	(952)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	106	2.503	2.609

Depósitos judiciais

A empresa possui depósitos judiciais na esfera trabalhista, cível e tributário, registrados no valor de R$55, R$209 e R$ 351 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente, que estão apresentados pelo líquido às respectivas provisões. Não existiam depósitos judiciais em exercícios anteriores.

Contingências

O Grupo não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível.

A Controladora possui diversos processos no montante total estimado de R$2.163 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 1.121 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 2.017 em 1º de janeiro de 2009), cuja opinião dos advogados é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar nenhuma provisão.

No Consolidado, a estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda classificadas como possíveis pelos advogados do Grupo é de R$5.943, tendo questionamentos do Estado de Minas Gerais de R$712, em sua maioria sobre IPVA, além de processos relacionados a causas Cíveis e Trabalhistas.

19 Instrumentos financeiros

Riscos de crédito

Exposição aos riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Consolidado IFRS	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado (Caixa e equivalentes de caixa)	83.772	22.644	1.308
Partes relacionadas	275	143	4.677
Empréstimos e recebíveis (Contas a receber de clientes e outros recebíveis)	42.999	29.690	20.697
Total	127.046	52.477	26.682

Controladora BR GAAP	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado (Caixa e equivalentes de caixa)	83.188	22.644	1.308
Partes relacionadas	12.411	143	4.677
Empréstimos e recebíveis (Contas a receber de clientes e outros recebíveis)	36.549	29.670	20.677
Total	132.148	52.457	26.662

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável, no consolidado e na controladora, de R$2.795 e R$1.737 em 2010, respectivamente (R$2.610 em 2009 e R$653 em 1º de janeiro de 2009, tanto no consolidado quanto na controladora), com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período e na análise individual dos clientes. Vide nota explicativa 10.

Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado IFRS	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Passivo financeiro não derivativo			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	577.609	266.526	255.337
Ações resgatáveis	-	122.905	74.313
Partes relacionadas	20	142	-
Impostos parcelados	18.851	17.271	22.751
Fornecedores e outras contas a pagar	50.015	11.098	6.285
	646.495	417.942	358.686

Controladora BR GAAP	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Passivo financeiro não derivativo			
Empréstimos e financiamentos	551.744	309.738	302.797
Ações resgatáveis	-	142.832	88.126
Partes relacionadas	20	142	-
Impostos parcelados	18.851	17.271	22.751
Fornecedores e outras contas a pagar	49.765	11.098	6.285
	620.380	481.081	419.959

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.
Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da companhia:

Consolidado

31 de dezembro de 2010 *Em milhares de Reais*	**Valor contábil**	**12 meses ou menos**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	577.609	202.712	156.768	218.159
Partes Relacionadas	20	20	-	-
Impostos parcelados	18.851	1.571	1.344	15.936
Fornecedores e outras contas a pagar	50.015	50.015	-	-
Total	**646.495**	**254.318**	**158.112**	**234.095**

Controladora

31 de dezembro de 2010 *Em milhares de Reais*	**Valor contábil**	**12 meses ou menos**	**1 – 2 anos**	**2 – 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	544.744	187.102	149.513	218.129
Partes Relacionadas	20	20	-	-
Impostos parcelados	18.851	1.571	1.344	15.936
Fornecedores e outras contas a pagar	49.765	49.765	-	-
Total	**613.380**	**238.458**	**150.857**	**234.065**

Risco de taxa de juros

Conforme sua política de gerenciamento de riscos financeiros, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção sua exposição de taxa de juros nos custos financeiros dentro de determinados níveis.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Consolidado			Controladora		
Valor contábil	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Instrumentos de taxa variável						
Ativos financeiros	81.364	6.650	-	81.364	6.650	-
Passivos financeiros	(370.419)	(406.712)	(352.401)	(356.919)	(406.712)	(352.401)
	(289.055)	(400.062)	(352.401)	(275.555)	(400.062)	(352.401)
Instrumentos de taxa fixa						
Passivos financeiros	(125.605)	-	-	(120.216)	-	-
	(125.605)	-	-	(120.216)	-	-

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, baseada em pesquisas externas, estima que, em um Cenário Provável, a taxa SELIC, em 31 de dezembro de 2011, será de 12,06%. A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50%, em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

Risco nas taxas de juros	**2010 Cenário Base**	**2011**		
		Cenário Provável Selic 12,06%	Cenário Possível Selic 15,08%	Cenário Remoto Selic 18,09%
Ativos financeiros	81.364	91.176	93.634	96.083
Passivos financeiros	(370.419)	(393.967)	(404.584)	(415.167)
Total	(289.055)	(323.916)	(332.644)	(341.345)
Efeito no resultado		(34.861)	(43.589)	(52.290)
Efeito da proteção de opção de swap de taxa de juros		30	2.830	5.840
Efeito líquido no resultado		(34.831)	(40.759)	(46.450)

A Companhia contratou, no final do ano de 2010, dois termos de negociação para realização de operações de opção de swap junto ao Banco Votorantim S.A com valor de nocional de R$50.000 cada, totalizando R$100.000 de nocional, com o objetivo de reduzir sua exposição a taxa de juros variável, demonstrada acima. Esses instrumentos trocam taxas médias de 100% do CDI (ponta ativa) pelas taxas fixas dos contratos acima de 12,0% ao ano e 12,5% ao ano (pontas passivas), sendo que a ponta ativa remunera no mínimo 12,0% ao ano e 12,5% ao ano, respectivamente, e têm vigência até 2 de janeiro de 2013. O efeito dessa proteção está incluída no quadro acima.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2010		2009		01/01/2009	
Consolidado	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos mensurados pelo valor justo						
Equivalentes de caixa	81.364	81.364	6.650	6.650	-	-
Opção de swap de taxa de juros	575	575	-	-	-	-
Custo amortizado						
Contas a receber e outros recebíveis	44.186	44.186	29.807	29.807	20.677	20.677
Partes relacionadas a receber	275	275	6	6	4.677	4.677
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(476.404)	(476.404)	(266.526)	(266.526)	(255.337)	(255.337)
Fornecedores e outras contas a pagar	(50.015)	(50.015)	(11.098)	(11.098)	(6.285)	(6.285)
Impostos parcelados	(18.851)	(18.851)	(17.281)	(17.281)	(22.751)	(22.751)
Partes relacionadas a pagar	(20)	(20)	(142)	(142)	-	-

	2010		2009		01/01/2009	
Controladora	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos mensurados pelo valor justo						
Equivalentes de caixa	81.364	81.364	6.650	6.650	-	-
Opção de swap de taxa de juros	575	575	-	-	-	-
Custo amortizado						
Contas a receber e outros recebíveis	37.077	37.077	29.807	29.807	20.677	20.677
Partes relacionadas a receber	12.411	12.411	6	6	4.677	4.677
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(458.284)	(458.284)	(266.526)	(266.526)	(255.337)	(255.337)
Fornecedores e outras contas a pagar	(49.765)	(49.765)	(11.098)	(11.098)	(6.285)	(6.285)
Impostos parcelados	(18.851)	(18.851)	(17.281)	(17.281)	(22.751)	(22.751)
Partes relacionadas a pagar	(20)	(20)	(142)	(142)	-	-

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.
Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Equivalentes de caixa -** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.

- **Opção de swap de taxa de juros -** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial correspondem ao valor justo. O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração.

- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações do Grupo, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os saldos classificados em outras contas a pagar que se referem ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos não estão incluídos nesse valor.

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades do Grupo.

20 Hierarquia pelo Valor justo

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

		Valor justo em 31 de dezembro de 2010		
	Saldo em 31/12/2010	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo - Titulo Patrimonial (Nível 3)
Caixa e Equivalentes de Caixa	81.364	-	81.364	-
Opção de swap de taxa de juros	575	-	575	-

21 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2010, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R$1.189 em 2010 (R$968 em 2009), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria, uma vez que o Conselho de Administração não era remunerado em 2010 e 2009.

A remuneração do pessoal-chave da administração por categoria para os exercícios de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	**2009**
Benefícios de curto prazo	1.188	967
Outros benefícios de longo prazo	1	1
	1.189	968

A remuneração individual máxima, mínima e média da diretoria estatutária para os exercícios de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	**2009**
Valor da maior remuneração	823	823
Valor da menor remuneração	367	145
Valor médio da remuneração	649	683

Companhia de Locação das Américas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Grau de relacionamento exercido entre a companhia e suas partes relacionadas

Veja referências no quadro abaixo:

(a) Controlada da Companhia
(b) Entidade que possui um dos sócios controladores da Companhia como acionista
(c) Entidade que possui o controle compartilhado da Companhia

Descrição das transações realizadas com as entidades - Partes Relacionadas:

- Agile Car Locações Ltda. – Operações de sublocação de veículos envolvendo valores e prazos equivalentes aos firmados pela Agile Car Locações Ltda e seus clientes;
- Locarvel Locadora de Veículos Ltda. – (i) operações de conta corrente com a Companhia formalizado através do Contrato de Mútuo Financeiro com linha de crédito de R$15.000. O saldo devedor é corrigido conforme a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescido da taxa de juros de 0,40 (zero vírgula quarenta por cento) ao mês. , com vencimento em parcela única do saldo devedor até 31 de dezembro de 2012; e (ii) contrato de parceria onde a Locamérica se compromete a realizar a gestão da frota de veículos locados aos clientes da Locarvel e gestão de venda de veículos nos valores de R$350,00 por veículo locado e R$350,00 por veículo vendido.
- Armal Empreendimentos e Participações Ltda. – A Companhia mantém um imóvel locado da Armal;
- Guerra Empreendimentos e Participações Ltda. – A Companhia mantém um imóvel locado da Guerra;
- BV Empreendimentos e Participações Ltda. – a empresa detinha um contrato de mútuo com a Companhia em 2009;
- Banco Votorantim S.A. – Conforme mencionado na nota 19 a Companhia firmou dois termos de negociação para a realização de operações de opção de swap com valor nocional de R$50.000 cada e vigência até 02 de janeiro de 2013. Esses instrumentos trocam taxas médias de 100% do CDI por taxas fixas de 12,0% ao ano e 12,5% ao ano;
- SLR Comercio de Veículos Ltda. – Mantém operação de compra e venda de veículos
- Barão Motors Ltda. – Mantém operação de compra e venda de veículos
- Via Jap Comercio de Veículos Ltda. – Mantém operação de compra e venda de veículos

Os saldos com as companhias do Grupo, bem como transações ocorridas no período, estão apresentadas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

	Consolidado					Controladora				
	Valor da transação Exercício encerrado 31 de dezembro de		Saldo em aberto em			Valor da transação Exercício encerrado 31 de dezembro de		Saldo em aberto em		
	2010	2009	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo circulante										
Agile Car Locações Ltda.(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	137	-
Banco Votorantim	-	-	575	-	-	-	-	575	-	-
Ativo não circulante										
Agile Car Locações Ltda. (a)	-	-	-	-	-	-	-	155	6	-
Locarvel Locadora de Veículos Ltda.(a)	-	-	-	-	-	-	-	12.256	-	4.677
Passivo circulante										
Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	122	-
Armal Empreendimentos e Participações Ltda.(b)	-	-	10	10	-	-	-	10	10	-

Guerra Empreendimentos e Participações Ltda.(b)	-	-	10	10	-	-	-	10	10	-
BV Empreendimentos e Participações Ltda.(c)	-	-	-	-	5.000	-	-	-	-	5.000
Compras										
Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	-	6.765	-	-	-

Vendas										
SLR Comercio de Veículos Ltda. (b)	1	157	-	-	-	1	157	-	-	-
Barão Motors Ltda.(b)	-	47	-	-	-	-	47	-	-	-
Via Jap Comercio de Veículos Ltda. (b)	205	106	-	-	-	165	106	-	-	-
Receita c/ juros										
Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	252	226	-	-	-
Receita serviços										
Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	6.576	653	-	-	-

Aluguel										
Armal Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	120	120	-	-	-	120	120	-	-	-
Guerra Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	120	120	-	-	-	120	120	-	-	-
Despesa c/ juros										
BV Empreendimentos e Participações Ltda. (c)	-	1.404	-	-	-	-	1.404	-	-	-
	446	1.954	595	20	5.000	7.234	9.598	13.006	285	9.6777

As contas em que os montantes estão incluídos são os seguintes:

	Consolidado			Controladora		
	Saldo em aberto em			Saldo em aberto em		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	137	-
Partes relacionadas (ativo)	-	-	-	12.411	6	4.677
Outras contas a receber	575	-	-	575	-	-
Fornecedores	20	20	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	5.000	-	-	5.000
Partes Relacionadas (passivo)	-	-	-	20	142	-
Total	595	20	5.000	13.006	285	9.677

Os termos e condições das transações, com pessoal-chave da administração e de suas partes relacionadas, não foram mais favoráveis que aquelas disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes com entidades relacionadas ao pessoal não chave da administração em termos de mercado.

Os saldos pendentes com estas partes relacionadas são avaliados com base em termos do mercado e devem ser liquidados dentro de seis meses da data do relatório. Nenhum dos saldos detém garantias. Durante o exercício social não houve operações nem saldos pendentes com a Controladora do Grupo.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da controladora é constituído de 20.806 mil ações ordinárias (20.806 mil em 2009 e 20.806 mil em 1º de janeiro de 2009) e 10.799 ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis em 2010. As ações ordinárias e preferenciais não possuem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas.

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia. Ações preferenciais dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

Em 2008 e 2009, existia uma opção de resgate das ações preferenciais contra a Companhia, por meio de acordo de acionistas, que caracteriza uma obrigação contratual de entregar caixa aos detentores das ações preferenciais da Companhia, com valores e datas específicas para o resgate. Isso fazia com que as ações preferenciais da Companhia não tivessem características idênticas às ações ordinárias, e assim, foram classificadas como passivo financeiro e não como instrumento patrimonial no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009.

Em 30 de dezembro de 2010, foi assinado um aditivo ao acordo de acionistas que retirou a cláusula de resgate contra a Companhia e equiparou as ações preferenciais às ações ordinárias da Companhia. Em função disso, as ações preferenciais passaram a ser tratadas como instrumento de patrimonial, sendo consideradas como aumento de capital no exercício de 2010. Os efeitos do tratamento das ações preferências como passivo financeiro no balanço patrimonial foram integralmente eliminados em 2010.

b. Reserva de Capital

A reserva de capital refere-se a ágio na subscrição de ações preferenciais, no valor R$4.505.

c. Reserva de lucros

- Reserva legal

  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de retenção de lucros

  É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de 2011 e manutenção do capital de giro da Companhia.

d. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria 415 mil ações preferenciais de sua própria emissão, adquiridas no mercado pelo montante de R$ 3.074 (R$ 3.074 em 2009 e R$ - em 01 de janeiro de 2010) para futura alienação e/ou cancelamento.

Dividendos

Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembléia Geral. Por meio de acordo entre os acionistas, e face da necessidade de capitalização da Companhia para a condução dos seus negócios, a Companhia, as distribuições de dividendos foram suspensas nos anos de 2009 e 2010.

e. Pagamento baseado em ações

Em 31 de dezembro de 2010, o grupo possui o seguinte acordo de pagamentos baseados em ações:

Programa de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, datada de 21 de dezembro de 2010, a criação do plano de outorga de opção de compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para parte dos empregados e administradores da Companhia, de acordo com as regras e condições estabelecidas nos instrumentos contratuais de opção de compra de ações instituídos nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Seguem abaixo as condições gerais do único tipo de plano aplicável ao Programa de Opção de compra de ações da Companhia:

- Beneficiários: os Beneficiários serão administradores e empregados (notadamente diretores não estatutários e principais gerentes executivos) da companhia, a serem indicados pelo Conselho de Administração, que na data da emissão destas demonstrações financeiras, representam aproximadamente 2% do quadro de empregados da Companhia. Até 31 de dezembro de 2010 foram firmados contratos de opção somente com empregados da Companhia, não havendo contratos de ortoga firmados compessoas chave da Administração;

- Condições Gerais: as opções ficarão integralmente condicionadas à realização de oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia ("Oferta pública" ou "IPO"), ou, alternativamente, à realização de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que resulte em (i) uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ou (ii) permuta de ações da Companhia por ações de uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ("M&A Cia Aberta" e em conjunto com IPO, simplesmente "Gatilho");

- Datas de exercício (vesting):

    (i) No caso de realização de IPO pela Companhia: as opções poderão ser exercidas durante o prazo de cinco anos, sendo 20% exercíveis imediatamente após a data de publicação do anúncio de encerramento do IPO e 20% em cada um dos quatro aniversários subseqüentes à data da publicação do anúncio de encerramento do IPO;

(ii) No caso de realização de operação de M&A Companhia Aberta: as opções poderão ser exercidas durante o prazo de cinco anos, porém sujeita a período de carência, sendo que o primeiro exercício somente poderá ocorrer após 12 (doze) meses a contar da data do fechamento do M&A Companhia Aberta 20%, e as demais, 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis), 48 (quarenta e oito) e 60 (sessenta) meses contar da data do fechamento do M&A Companhia Aberta;

- Prazo de Exercício: As opções poderão ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo de cinco anos a contar da(s) respectiva(s) data(s) de exercício (vesting);

- Número máximo de ações abrangidas: Limitar-se-ão as outorgadas ao máximo de 1.422.258 ações. As ações que por ventura venham a ser emitidas em decorrência de aumento dentro do limite do capital autorizado, não estarão sujeitas ao direito de preferências estabelecido no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e em nosso acordo de acionistas;

- Outras condições para o Exercício da Opção: o exercício das opções pelo Beneficiário ficará plenamente condicionado a sua permanência obrigatória e ininterrupta na Companhia na qualidade de empregado ou administrador, desde a data de celebração do contrato de outorga de opção de compra de ações até o efetivo cumprimento dos respectivos períodos de carência;

- Preço de exercício: O preço de exercício das opções de compra outorgadas, a ser pago pelos respectivos beneficiários, será de R$4,49 (quatro reais e quarenta e nove centavos);

- Correção do Preço de Exercício: o preço de exercício será corrigido anualmente, a contar da data de assinatura do Contrato de Opção pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - IGP-M ou, em caso de sua extinção, pelo índice nacional que reflita a inflação do período, conforme aplicado pela Administração Pública Federal. Esta correção ocorrerá somente nas datas de aniversário da assinatura dos Contratos de Opção;

- Liquidação das Opções: o preço do exercício poderá ser pago pelo Beneficiário, a vista, em até 20 dias úteis contados da data de ciência da Companhia do exercício da Opção. Alternativamente, o preço poderá ser quitado por liquidação financeira mediante a compensação de preço a ser pago pelo Beneficiário com eventual crédito devido pela Companhia ao Beneficiário em razão do contrato de opção de compra de ações;

- Rescisão: a rescisão do contrato de opção de compra de ações será automática caso o beneficiário deixe de manter vínculo empregatício ou estatutário com a Companhia; na hipótese de não ocorrência de uma das hipóteses de gatilho no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do respectivos contratos de opção ou, ainda, após o exercício de todas as opções de compra de ações, o que ocorrer primeiro.

Contratos de opção

O Exercício das Opções pelo Beneficiário observadas as condições de realização de IPO ou operação de M&A Companhia Aberta (“gatilho”), as respectivas quantidades e o cumprimento dos Períodos de Carência previstos no plano de pagamento baseado em ações e no contrato de opções, fica plenamente condicionado à permanência obrigatória e ininterrupta do Beneficiário na Companhia na qualidade de empregado ou de administrador, desde a data de assinatura do contrato de opões até o cumprimento de cada Período de Carência.

O gatilho descrito anteriormente para o exercício da oferta publica de ações é uma condição de não aquisição. Esta característica foi incorporada ao valor justo na data do outorga.

Os serviços recebidos de empregados durante período são reconhecidos como despesas independentemente de as condições de não aquisição de direito terem sido satisfeitas.

Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia havia firmado contratos de outorga com 16 (dezesseis) empregados, em um total de 640.696 opções, equivalentes a 2% das ações da Companhia a época. Conforme descrito na nota 33, em 19 de janeiro de 2011 a Companhia firmou contrato com mais quatro funcionários, contemplando 114.364 opções e em 25 de maio de 2011 foram assinados sete novos contratos com funcionários da empresa contemplando mais 357.060 opções, e ainda prescritas 175.444 opções, todas inicialmente concedidas em 23 de dezembro de 2010, por desligamento de empregados.. Para que estas opções sejam exercíveis a Companhia precisa passar por um dos gatilhos citados nas condições gerais do plano acima. As condições descritas nos contratos de opção refletem todas as condições do plano acima divulgadas.

Detalhamos abaixo as condições das opções outorgadas pela Companhia até a presente data:

	31/12/2010
Quadro – Opções de Ações Outorgadas	
Data da outorga	23/12/2010
Período de exercício	5 anos
Data do exercício (a)	-
Data final do bloqueio das opções (a)	-
Volatilidade (% a.a)	34,99
Taxa de juros (% a.a)	5,81%
Quantidade de opções em circulação no início do período	640.696
Quantidade total de opções outorgadas	640.696
Quantidade de opções canceladas	-
Quantidade de opções com direito prescrito	175.444
Quantidade de opções exercidas (a)	-
Quantidade de opções não exercidas (a)	465.252
Quantidade de opções em circulação no final do período	465.252
Quantidade de opções exercíveis no final do período	465.252
Preço de exercício	4,49
Preço da ação na data da outorga	5,11
Valor da opção (*)	2,73
Prazo médio remanescente	6,5 (anos)
Valor intrínseco em R$1,00 por ação	1,76
Efeitos no resultado do exercício:	
Outorga de opções de ações (despesa incorridas) R$ mil até 31/12/2010.	156

(*) Calculo considerando o modelo *Black-Scholes*

(a) Condicionada da data do evento da oferta publica inical da Companhia (vide gatilhos definidos anteriormente).

Premissas para a avaliação de valores justos na data da outorga

O valor justo na data de outorga de direitos concedidos através do plano de compra de ações de funcionários foi avaliado com base na fórmula de Black-Scholes. A volatilidade esperada é estimada considerando a volatilidade de histórico de preço médio de ação do nosso segmento operacional cotada no mercado. A política de determinação do calculo do valor justo esta descrita no nota explicativa 6 item iv.

23 Receita líquida operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Locação de veículos	216.557	162.757	192.473	162.757
Venda de veículos	112.426	64.501	109.780	64.501
Deduções de vendas	(19.798)	(15.192)	(17.031)	(15.192)
Receita líquida operacional	309.185	212.066	285.222	212.066

O Grupo não possui concentração de receita.

24 Custo de locação e venda de veículos

Descrição	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Custos de manutenção	(49.067)	(41.581)	(43.149)	(41.581)
Custos com depreciação	(44.862)	(31.186)	(37.371)	(31.186)
Custo com pessoal	(10.544)	(7.513)	(10.169)	(7.513)
Custo dos veículos Vendidos	(113.207)	(69.335)	(110.542)	(69.335)
Total	(217.680)	(149.615)	(201.231)	(149.615)

25 Despesas administrativas

Descrição	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Despesas gerais	(5.339)	(1.859)	(3.565)	(1.859)
Despesas tributárias	(195)	(427)	(183)	(427)
Depreciação	(983)	(561)	(983)	(561)
Despesas com pessoal	(13.807)	(14.932)	(13.807)	(14.932)
Total	(20.324)	(17.779)	(18.538)	(17.779)

26 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Ganho novo Refis	-	4.400	-	4.400
Leaseback	-	1.224	-	1.224
Retorno financiamento	11	312	-	312
Ganho na recuperação	-	380	-	380
Perda de valor recuperável (impairment)	-	(3.748)	-	(3.748)
Outros	69	2.341	14	2.341
	80	4.909	14	4.909

27 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
Receitas financeiras	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Juros de clientes	663	583	663	583
Juros aplicações financeira	2.034	32	2.034	32
Descontos	1.156	536	1.156	536
Reversão de juros ações resgatáveis	26.453	-	26.453	-
Atualização monetária de mútuo	254	252	254	252
Retorno de financiamento	566	-	566	-
Outras receitas financeiras	46	-	36	-
	31.172	1.403	31.162	1.403

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
Despesas financeiras	**2010**	**2.009**	**2.010**	**2.009**
Juros passivos	371	1.395	347	1.395
Descontos concedidos	249	-	249	-
Despesas bancárias	1.192	1.422	1.186	1.422
Juros sobre financiamentos	57.418	45.184	52.178	45.184
Juros ações resgatáveis	13.553	8.592	13.553	8.592
Despesa de atualização monetária de mutuo	254	-	-	-
Atualização de impostos parcelados	1.741	-	1.741	-
IOF	1.295	-	1.217	-
Outras despesas financeiras	36	44	(70)	44
	76.109	56.637	70.401	56.637

28 Despesa com imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Lucro contábil antes dos impostos	18.059	(12.445)	18.064	(12.445)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(6.140)	4.231	(6.142)	4.231
Adições / exclusões permanentes				
Outros	(366)	(248)	(369)	(248)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(6.506)	3.983	(6.511)	3.983
Alíquota efetiva	36%	32%	36%	32%

29 Comprometimentos de Capital

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que compreendem apenas os pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme cronograma apresentado na nota explicativa 16.

30 Lucro Líquido por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível os acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício de 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício de 2009 conforme o quadro abaixo:

	Consolidado IFRS			**Controladora BRGAAP**		
	2010			**2009**		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
Resultado do Exercício			11.553			(8.462)
Média Ponderada de Ações	20.390.561	-	20.390.561	20.702.447	-	20.702.447
Saldo em 1º de janeiro	20.390.561	-	20.390.561	20.806.409	-	20.806.409
Efeito de Compra de ações Próprias em 02/10/2009	-	-	-	(415.848)	-	(415.848)
Efeito de Emissão de Ações em 30/12/2010	-	10.799.329	10.799.329	-	-	-
Resultado por Ação Básico			0,57			(0,41)
Resultado Por Ação Diluído			0,57			(0,41)

31 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros do Grupo era composta por R$10/carro por danos contra terceiros e R$100/carro para dano corporal a terceiros, e cerca de 3.000 veículos são segurados diretamente pelo cliente.

32 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

33 Eventos subseqüentes

Contração de opções de swap de taxa de juros

Em 22 de fevereiro de 2011 e em 31 de março de 2011, a Companhia contratou, no final do ano de 2010, dois termos de negociação para realização de operações de opção de swap junto ao Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. para R$50.000 de nocional, cada, com o objetivo de reduzir sua exposição a taxa de juros variável. Esses instrumentos trocam taxas médias de 100% do CDI (ponta ativa) pelas taxas fixas dos contratos acima de 12,0% ao ano e 12,5% ao ano (pontas passivas), sendo que a ponta ativa remunera no mínimo 12,0% ao ano e 12,5% ao ano, respectivamente.

Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures

Em junho de 2011, a Companhia captou R$ 80.000 com vencimento em junho de 2014 por meio de emissão de debêntures não conversíveis em ações. Adicionalmente, em de junho de 2011, firmamos mais dois contratos com instituições financeiras para financiamento de capital de giro, contendo as características semelhantes das debêntures, no montante total de R$80.000, cujos vencimentos se estendem até julho de 2014.

Em outubro de 2011, a Companhia efetuou captação adicional de R$ 15.700 com vencimento em junho de 2014 por meio de emissão de debêntures não conversíveis em ações.

Outorgas de opções

Em 19 de janeiro de 2011 Companhia firmou contrato com mais quatro funcionários, contemplando 114.364 opções e em 25 de maio de 2011 foram assinados sete novos contratos com funcionários da empresa contemplando mais 357.060 opções, e ainda prescritas 175.444 opções, todas inicialmente concedidas em 23 de dezembro de 2010, por desligamento de empregados. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras o volume total de opções outorgadas eram de 936.676.

Companhia de Locação das Américas

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

Solicitação de registro de Companhia Aberta junto a CVM

Em 05 de outubro de 2011 a Companhia de Locação das Américas (Locamérica) protocolou junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro de companhia aberta, na categoria "B" de emissor, nos termos da Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009.

Ofício da CVM nº 332/2011

Em 03 de novembro de 2011 a Companhia recebeu Ofício da CVM em resposta ao pedido de registro de Emissor Categoria B. Não foram observados pela CVM fatos que alterassem materialmente os números das Demonstrações Financeiras arquivadas, porém foram solicitados aprimoramentos nas divulgações contábeis que foram acatados pela Administração da Companhia.

Belo Horizonte, 07 dedezembro de 2011

Luis Fernando M. Porto
Presidente

Joel Kos
Diretor Financeiro

Marco Túlio Felicíssimo
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 060046/O-2

Alder Rodrigues Barbosa
Contador Responsável CRC- MG 075.295/O-4

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Companhia de Locação das Américas

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

KPMG

Companhia de Locação das Américas

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 287 - 289

Relatório da administração 290 - 293

Balanços patrimoniais 294

Demonstrações de resultados 295

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 296

Demonstrações dos fluxos de caixa 297

Demonstrações do valor adicionado 298

Notas explicativas às demonstrações financeiras 299 - 395

KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 1.122 - 13º
30130-918 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 509
30123-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia de Locação das Américas
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Locação das Américas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Locação das Américas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Locação das Américas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Registro de Companhia Aberta

Conforme mencionado na nota 1, em 30 de dezembro de 2011 a Companhia obteve registro de Companhia Aberta Categoria "B", de acordo com a Instrução n.º 480/2009, emitida pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM), em consequencia do deferimento de seu processo protocolado em 05 de outubro de 2011. A CVM habilitou a Companhia a negociar, a partir da data do registro, valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários, exceto ações e certificados de depósito de ações, ou valores mobiliários que confiram ao titular o direito de adquirir ações e certificados de depósito de ações. Em 1º. de março de 2012, a CVM deferiu pedido de conversão da Companhia de Categoria "B" para Categoria "A" protocolado em 27 de fevereiro de 2012, autorizando então a Companhia a negociar quaisquer valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reapresentação de demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa 3f, a Companhia decidiu reapresentar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, cuja emissão foi originalmente aprovada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2012, e sobre as quais emitimos relatório de auditoria em 17 de fevereiro de 2012, para incluir aperfeiçoamentos em algumas divulgações em atendimento ao ofício da CVM nº 14/2012, emitido como parte do processo de revisão do pedido de registro de distribuição pública primária e secundária de ações da Companhia. Tais modificações estão detalhadas na nota 3f e não resultaram em modificação dos saldos nas demonstrações financeiras. Portanto, a presente opinião não contém ressalva relacionada a este assunto e se sobrepõe à emitida em 17 de fevereiro de 2012.

São Paulo,31 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC 1MG058176 – F SP

Relatório da Administração

1 - Mensagem da Administração

A Locamérica (“Companhia”) percorreu 2011 com grandes realizações. Consolidamos a nossa estrutura administrativa e operacional, e apresentamos fortes crescimentos na nossa frota, faturamento, EBITDA e Lucro.

Ao lado disso, em 05 de outubro de 2011 a Companhia protocolou junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro de companhia aberta, na categoria “B” de emissor, nos termos da Instrução da CVM n.º 480 de 7 de dezembro de 2009. Em 30 de dezembro de 2011 foi deferido o nosso pedido de registro como Companhia aberta na Categoria B sob o número de registro CVM nº 2269-1. A CVM habilitou a Companhia a negociar valores mobiliários em mercados regulamentados no Brasil, exceto ações e certificado de depósitos em ações ou valores mobiliários que confiram ao titular o direito de adquirir ações emissor Categoria “B” de que trata a Instrução CVM n.º 480/2009 a partir da data do registro.

Em 27 de fevereiro a Companhia protocolou junto a CVM pedido de conversão de seu registro na categoria “B” de emissor para a categoria “A”. Em 01 de março de 2012 a CVM deferiu o pedido. Veja nota explicativa 33.

Superamos os impactos da crise de 2008, fortalecendo o nosso caixa e alongando o nosso endividamento. Em 31 de dezembro 2010 a Companhia apresentava o percentual de 45% de sua dívida líquida, representada por empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos de disponibilidades de caixa, registrados no passivo de curto prazo e em 31 de dezembro de 2011 esse percentual de dívida de curto prazo foi reduzido para 37%. Isto foi alcançado com a nossa entrada ao mercado de capitais, através da captação de R$320,7 milhões em três emissões de debêntures até 31 de dezembro de 2011, Adicionalmente, no início de 2012 captamos mais R$121 milhões em nossa 4ª emissão. Em 2011, nosso EBITDA alcançou R$155 milhões ante a R$109 milhões em 2010, representando um aumento 42%. Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu o *rating* Longo Prazo BBB+ pela *FitchRatings*.

Nossa frota atingiu um crescimento anual de 24,4% se comparado com 2010 e com faturamento evoluindo para 26% em relação ao exercício de 2010. Este crescimento só foi possível devido ao nosso foco no cliente e excelência no atendimento. Nós somos a segunda maior empresa de locação de frotas do Brasil, com 27,2 mil carros.

Investimos R$313 milhões na expansão e renovação da nossa frota, comprando 11 mil carros em 2011 reduzindo a idade média da nossa frota em relação a 2010.

Vendemos 5.489 carros em 2011,e consolidamos o nosso canal de atacado, onde atuamos de forma diferenciada e desenvolvemos o nosso canal de varejo, que já representa cerca de 18% das nossas vendas de seminovos.

O mercado de terceirização de frotas continua dividido entre grandes concorrentes nacionais, três grandes redes internacionais e diversas locadoras locais e somos a segunda maior empresa do Brasil nesse segmento.

Continuamos a incrementar a nossa equipe gerencial de forma a suportar o projeto de crescimento estratégico da empresa. Intensificamos os nossos investimentos em capacitação e treinamento da nossa equipe, fundamental para o nosso sucesso. Em 2011 investimos aproximadamente R$688 em treinamentos de pessoas e nossa participação nos lucros para todos mos colaboradores da Companhia alcançou R$2.427. Adicionalmente, no segundo semestre de 2011 a Companhia investiu aproximadamente R$757 na modernização e melhoria dos seus sistemas operacionais de tecnologia da informação e, passamos a operar novos sistemas de controle do imobilizado, suprimentos, controladoria de custos, financeiro e faturamento.

Esses fatos foram as principais razões que levaram a Companhia a apresentar, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, aumento considerável do lucro líquido que alcançou R$22,5 milhões, representando um aumento de mais de 95% ante ao lucro de 2010 que foi de R$11,5 milhões. A Nossa rentabilidade sobre o patrimônio liquido também teve um acréscimo de mais de 6.8% passando de 8,41% em 2010 para 15,2% em 2011

A Administração da Companhia acredita que nosso diferencial competitivo está na especialização no segmento de terceirização de frota, no foco na excelência no atendimento ao cliente, na nossa expertise operacional e de comercialização de seminovos, aliados a nossa cultura de baixo custo sustentada por nossa estrutura de capital.

Em 2012, continuaremos nosso processo de valorização de nossa gente e de melhorias na Governança Corporativa, em busca do fortalecimento de nossa atuação na terceirização de frotas, com rentabilidade e segurança para nossos acionistas e parceiros.

Reafirmamos a nossa confiança no nosso negócio e no nosso modelo de gestão. Sentimo-nos preparados para aproveitar as oportunidades de crescimento, construindo junto com os nossos clientes para sermos a maior empresa de terceirização de frotas do Brasil.

2 – Política de destinação de lucros e distribuição de dividendos

Os lucros ou prejuízos apurados devem seguir o disposto no Estatuto Social e a destinação proposta pela Diretoria e Conselho de Administração para a Assembleia Geral Ordinária, observados os limites da lei societária. Durante o exercício de 2011, foram creditados juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R$7 milhões líquidos de imposto de renda retido na fonte que foram integramente vertidos para aumento de capital. Mantemos, além da reserva legal com destinação de 5% sobre o lucro e que não poderá exceder 20% de nosso capital social, salvo se de outra forma não for deliberado em Assembléia Geral, uma reserva de lucros que tem por finalidade o reforço de caixa para a condução de nossos negócios, bem como possibilitar nosso crescimento orgânico. A Diretoria propôs aos nossos acionistas deliberarem em Assembléia Geral Ordinária a destinação do resultado do exercício de 2011 após a constituição da reserva legal e da capitalização dos juros sobre o capital próprio, o montante total de R$13.163 para essa reserva de lucros. Por meio do acordo de acionistas e, considerada a necessidade de capitalização da Companhia não foram distribuídos dividendos sobre o lucro do exercício de 2011.

3 – Negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Destacamos como principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2011:

(i) Realizamos a terceira emissão de debêntures, não conversíveis em ações cujo montante captado alcançou R$95,7 milhões, além disso alongamos os nosso prazos de novas captações nas modalidades de capital de giro possibilitando em 31 dezembro de 2011 o aumento de 23% nosso caixa e equivalentes mais títulos e valores mobiliários em relação a 31 de dezembro de 2010.

(ii) Os investimentos em nossa atividade própria utilizando recursos provenientes de nossas emissões de debêntures não conversíveis em ações proporcionaram um aumento em nossa receita líquida operacional de 26,4%, ou R$81,5 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizaram R$390,7 milhões comparado a R$309,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu principalmente do aumento de 39,2%, ou R$85milhões em nossas receitas com atividades de locação de veículos no exercício de 2011, em razão do aumento de 17,4% na quantidade de veículos alugados e na celebração de novos contratos de locação de frotas.

(iii) Mantivemos o plano de opções de compra de ações, para parte dos empregados e administradores da Companhia. As opções são condicionadas à oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia ou à realização de outra operação que resulte que a Companhia tenha ações listadas em bolsa de valores.

4 - Relação dos investimentos relevantes em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia de Locação das Américas (controladora) possui um investimento na controlada Locarvel Locadora de Veículos Ltda. – com quem mantém operações de conta corrente, sendo que há contrato de mútuo firmado entre as partes, e contrato de parceria onde a Locamérica se compromete a realizar a gestão de frota de veículos locados a clientes da Locarvel e gestão de venda de veículo. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo a receber da controlada era de R$19.461

5 – Relacionamento com os auditores independentes

A Companhia adota a prática de não contratar serviços de consultoria dos auditores externos para evitar conflitos de interesse que possam eventualmente afetar a independência dos auditores.

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) é a firma contratada para proceder a auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), Revisão sobre a adequação das bases de cálculo dos tributos diferidos, Aplicação de determinados procedimentos em relação a dados contábeis da Companhia. O início da prestação se deu em 01 de janeiro de 2009.

O Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

1. Auditoria das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2011 – R$452.

2. Auditoria das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2010. Diagnóstico das diferenças existentes entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil (BRGAAP) e as IFRS/CPC nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010. Revisão das bases de cálculo dos tributos diferidos de 31 de dezembro de 2010 – R$762, sendo R$602 referentes aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, R$130 referentes aos serviços de diagnóstico e R$30 referentes aos serviços de revisão dos tributos diferidos.

3. Auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2009 - R$315.

4. Aplicação de determinados procedimentos em relação a dados contábeis da Companhia – R$490.

A DIRETORIA,

Companhia de Locação das Américas

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8-a	79.442	83.772	77.435	83.188
Títulos e valores mobiliários	8-b	11.305	-	11.305	-
Contas a receber de clientes	9	66.867	41.102	61.574	34.708
Carros em desativação para renovação da frota	10	70.816	34.615	61.948	29.014
Impostos a recuperar		6.149	2.311	2.378	596
Despesas Antecipadas		2.241	2.194	2.254	2.194
Outras contas a receber		3.466	742	3.466	738
Total do ativo circulante		**240.286**	**164.736**	**220.360**	**150.438**
Não circulante					
Depósitos judiciais	18	770	264	699	264
Ativos fiscais diferidos	11	34.635	24.419	32.597	23.228
Contas a receber de clientes	9	1.103	1.103	1.103	1.103
Partes Relacionadas	21	288	275	19.986	12.411
Propriedades para investimento		1.785	900	1.785	900
Outras contas a receber		-	52	-	-
Imobilizado	13	647.460	531.494	630.476	499.938
Investimentos	12	-	-	13.266	11.930
Intangível	14	3.387	1.526	3.387	1.526
Total do ativo não circulante		**689.428**	**560.033**	**703.299**	**551.300**
Total do ativo		**929.714**	**724.769**	**923.659**	**701.738**

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Nota**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	196.675	178.965	195.853	166.071
Fornecedores	15	73.095	49.854	72.904	49.690
Salários, encargos e contribuições sociais		5.522	2.724	5.520	2.715
Obrigações tributárias		2.544	1.436	2.123	1.288
Partes relacionadas	21	-	20	-	20
Parcelamento de imposto	17	1.510	1.571	1.510	1.571
Outras contas a pagar		597	66	590	57
Total do passivo circulante		**279.943**	**234.636**	**278.500**	**221.412**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	417.931	298.208	417.931	292.213
Provisões	18	3.151	3.066	2.694	2.609
Passivos fiscais diferidos	11	51.742	34.190	47.682	30.912
Parcelamento de imposto	17	17.936	17.280	17.936	17.280
Outras contas a pagar		95	95	-	18
Total do passivo não circulante		**490.855**	**352.839**	**486.243**	**343.032**
Patrimônio líquido					
Capital social	22	133.309	126.307	133.309	126.307
Ações em tesouraria	22	(3.074)	(3.074)	(3.074)	(3.074)
Reserva de capital	22	4.833	4.505	4.833	4.505
Reservas de lucros	22	23.848	9.556	23.848	9.556
Total do patrimônio líquido		**158.916**	**137.294**	**158.916**	**137.294**
Total do passivo		**770.798**	**587.475**	**764.743**	**564.444**
Total do passivo e patrimônio líquido		**929.714**	**724.769**	**923.659**	**701.738**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Locação das Américas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto resultado do exercício básico por ação)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Receita operacional	23	390.682	309.185	371.040	285.222
Custos de locação e venda de veículos	24	(231.699)	(217.680)	(217.654)	(201.231)
Lucro bruto		**158.983**	**91.505**	**153.386**	**83.991**
Outras (despesas) receitas operacionais					
Vendas		(7.032)	(8.265)	(4.515)	(8.056)
Administrativas e gerais	25	(39.780)	(20.324)	(39.432)	(18.538)
Outras (despesas) receitas operacionais	26	1.512	80	1.486	14
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		**113.683**	**62.996**	**110.925**	**57.411**
Resultado da equivalência patrimonial		-	-	1.354	(108)
(Despesas) receitas financeiras					
Despesas financeiras	27	(94.447)	(76.109)	(93.510)	(70.401)
Receitas financeiras	27	11.250	31.172	11.209	31.162
(Despesas) receitas financeiras líquidas		**(83.197)**	**(44.937)**	**(82.301)**	**(39.239)**
Resultado antes dos impostos		**30.486**	**18.059**	**29.978**	**18.064**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	28	(573)	(385)	-	-
Diferido	11	(7.337)	(6.121)	(7.402)	(6.511)
Resultado do período		**22.576**	**11.553**	**22.576**	**11.553**
Resultado por ação ordinária e preferencial - básico e diluído - R$	30	0,72	0,57	0,72	0,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Locação das Américas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Consolidado e Controladora)

(Em milhares de Reais)

				Reservas de lucros			
	Capital social	**Ações em tesouraria**	**Reserva de capital**	**Legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros (Prejuízos) acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.812	(3.074)	-	1	6.520	(8.518)	15.741
Lucro líquido no período	-	-	-	-	-	11.553	11.553
Destinações:							
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	3.035	(3.035)	-
Aumento de Capital e extinção de passivo financeiro	105.495	-	4.505	-	-	-	110.000
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**126.307**	**(3.074)**	**4.505**	**1**	**9.555**	**-**	**137.294**
Lucro líquido no período	-	-	-	-	-	22.576	22.576
Opção de compra de ações (nota 22.e)	-	-	328	-	-		328
Transações com os acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-		
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(8.284)	(8.284)
Aumento de capital com juros sobre capital próprio- (nota 22.f)	7.002						7.002
Destinações							-
Constituição de reserva Legal	-	-	-	1.129	0	(1.129)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-		13.163	(13.163)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**133.309**	**(3.074)**	**4.833**	**1.130**	**22.718**	**-**	**158.916**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	22.576	11.553	22.576	11.553
Resultado do período				
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	7.910	6.506	7.402	6.511
Depreciação e amortização	41.877	45.845	39.618	38.354
Valor residual dos carros em desativação para renovação de frota baixado	118.674	113.207	109.543	110.542
Provisão de pagamento baseado em ações	328	-	328	-
Encargos financeiros	87.929	44.518	87.036	39.278
Equivalência patrimonial	-	-	(1.354)	108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.147	2.013	675	955
Provisão para Contingências	85	(382)	85	(588)
		-	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(28.912)	(10.603)	(27.541)	(7.481)
Impostos recuperar	(3.838)	(984)	(1.782)	(479)
Impostos diferidos líquidos	-	6.121	-	6.513
Impostos a parcelados	-	-	-	-
Despesas antecipadas	(47)	(1.339)	(60)	(1.613)
Partes relacionadas	(13)	(815)	(7.575)	(12.268)
Aquisição de veículos, líquido de fornecedores (montadoras) e arrendamentos financeiros	(148.846)	(193.202)	(148.273)	(194.430)
Outros ativos	(4.063)	(1.478)	(4.030)	(1.517)
Fornecedores	(43.680)	(7.902)	(43.707)	(7.805)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais	(85.497)	(52.934)	(84.604)	(44.873)
Outros passivos	3.289	(4.280)	3.448	(4.355)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**(29.081)**	**(44.156)**	**(48.215)**	**(61.595)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de outros imobilizados e intangível	(9.969)	(4.257)	(10.324)	(3.366)
Aquisição de investimentos		(12.097)	-	(12.000)
Aquisição de aplicações financeiras não consideradas como caixa e equivalente caixa				
Aquisição de títulos e valores imobiliários	(11.305)	-	(11.305)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(21.274)**	**(16.354)**	**(21.629)**	**(15.366)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	263.698	398.180	263.698	394.600
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(217.673)	(276.542)	(199.607)	(257.095)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	**46.025**	**121.638**	**64.091**	**137.505**
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(4.330)**	**61.128**	**(5.753)**	**60.544**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	83.772	22.644	83.188	22.644
No fim do período	79.442	83.772	77.435	83.188
	(4.330)	**61.128**	**(5.753)**	**60.544**
Atividades que não afetaram o caixa				
Aquisição de ativos com assunção direta do respectivo passivo ou por meio de arrendamento financeiro	155.897	47.102	155.897	46.943
Aumento de capital por meio de juros sobre capital próprio	7.002		7.002	
Aumento de capital com ações preferenciais (passivo financeiro)	-	110.000	-	110.000
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.	-	-	-	

Companhia de Locação das Américas

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de Reais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Receitas				
Receita bruta deduzida de descontos	419.710	328.983	397.460	302.253
Outras receitas	1.512	80	1.486	14
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.528)	(2.065)	(1.011)	(991)
Total das receitas	**417.694**	**326.998**	**397.935**	**301.276**
Custos e despesas adquiridos de terceiros:				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.968)	(11.542)	(11.830)	(10.638)
Custos das locações de carros/frotas e dos carros alienados	(62.205)	(52.909)	(60.372)	(46.623)
Custo de venda de veiculos	(117.997)	(113.207)	(109.543)	(110.542)
Total dos custos e despesas adquiridos de terceiros	**(194.170)**	**(177.658)**	**(181.745)**	**(167.803)**
Valor Adicionado Bruto	**223.524**	**149.340**	**216.190**	**133.473**
Depreciação, amortização	(41.877)	(45.845)	(39.618)	(38.354)
Valor adicionado líquido gerado	181.647	103.495	176.572	95.119
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	11.250	31.172	11.209	31.162
Equivalência patrimonial	-	-	1.354	(108)
Valor adicionado total a distribuir	**192.897**	**134.667**	**189.135**	**126.173**
Distribuição do valor adicionado				
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	28.805	9.739	25.644	8.834
Estaduais	12.766	9.620	11.725	8.126
Municipais	550	195	549	183
Pessoal				
Remuneração direta	22.567	20.289	22.482	19.978
Benefícios	4.909	2.643	4.768	2.596
FGTS	2.128	1.419	2.125	1.402
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	94.142	71.342	93.465	66.078
Aluguéis	4.137	3.100	4.130	3.100
Outras	317	4.767	1.671	4.323
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8.284		8.284	
Participação dos trabalhadores nos lucros				
Participação dos controladores nos lucros retidos	14.292	11.553	14.292	11.553
Valor adicionado distribuído e retido	**192.897**	**134.667**	**189.135**	**126.173**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Locação das Américas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia de Locação das Américas ("Companhia") é uma sociedade anônima aberta domiciliada no Brasil (companhia aberta). O endereço do escritório da Companhia é Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 150, Limão, São Paulo-SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na locação de veículos nacionais e importados com ou sem motorista.

A Companhia foi constituída em 18 de julho de 2008 e absorveu, por meio de incorporação, relevante parcela cindida das operações (incluindo os ativos e passivos) da Locarvel Locadora de Veículos Ltda. O início das operações da Companhia se deu em 1º de agosto de 2008.

E m 30 de dezembro de 2011 a Companhia obteve registro de Companhia Aberta Categoria "B", conforme definido pela Instrução n.º 480/2009, emitida pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM), como resultado do deferimento de seu processo protocolado em 05 de outubro de 2011. A CVM habilitou a Companhia a negociar, a partir da data do registro, valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários, exceto ações e certificados de depósito de ações, ou valores mobiliários que confiram ao titular o direito de adquirir ações e certificados de depósito de ações. Em 1º. de março de 2012, a CVM deferiu pedido de conversão da Companhia de Categoria "B" para Categoria "A" protocolado em 27 de fevereiro de 2012, autorizando então a Companhia a negociar quaisquer valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários.
A Companhia atua em diversos estados brasileiros, por meio de suas filiais. As principais unidades operacionais estão localizadas nas seguintes cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Vitória, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba, Cuiabá, Brasília, Belém e Manaus.

Em 31 de dezembro de 2011, a frota da Companhia era composta por 27.262 carros (21.913 em 31 de dezembro de 2010). A frota de carros é renovada após o término de sua vida útil-econômica, que pode variar entre 12 e 60 meses, de acordo com as características dos veículos locados e das condições dos contratos firmados com os clientes. Após o encerramento da vida útil-econômica para a Companhia, os veículos são vendidos para revendedores que possuem pontos de vendas próprios e independentes da Companhia ou vendidos em lojas próprias.

O capital circulante líquido da Companhia está negativo em R$39.657 e R$58.140 no consolidado e na controladora, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011 (negativo em R$69.900 e R$ 70.974, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010). Essa situação patrimonial decorreu da estratégia de negócios da Companhia, em que parte da captação de recursos de terceiros advêm de operações junto a fornecedores e montadoras com prazo inferior a 12 meses e de arrendamento mercantil com prazo médio de dois anos, período equivalente aos contratos de locação firmados com seus clientes e à renovação da respectiva frota de veículos arrendada / locada, registrada no ativo imobilizado. Como informações adicionais, com base nas estimativas da administração, atualmente os clientes da Companhia responsáveis pela receita de locação somam valores contratuais a pagar para a Companhia, nos próximos 12 meses, de aproximadamente R$ 267.550(1), de um total da carteira de R$ 514.764(1) de contratos assinados até 31 de dezembro de 2011. Somado a este fato, há que se considerar a relevante contribuição ao caixa da Companhia advinda da venda dos veículos quando do término do contrato de locação.

Neste contexto, a estratégia atual da Companhia passa pelo alongamento do perfil de sua dívida e aumento de seu caixa, principalmente por meio de contratação de operações com características de longo prazo. Em linha com essa estratégia, a Companhia captou, até 31 de dezembro de 2011 recursos no montante de R$321 milhões, por meio de emissão de debêntures não conversíveis em ações, cujos vencimentos se estendem até abril de 2016. Adicionalmente, em janeiro de 2012 a Companhia efetuou captações através de sua 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações no montante de R$121,7 milhões cujo vencimento final se dará em 2014 e em fevereiro de 2012 aprovou sua 5ª emissão de debêntures no montante de R$35 milhões com vencimento final em abril de 2016.

(1) – Números não auditados

2 Aquisição de controladas

Em 31 de janeiro de 2010, a Companhia passou a deter o controle da Locarvel Locadora de Veículos Ltda., ao adquirir 99,99% das ações dessa Entidade, que pertenciam a dois dos sócios controladores da Companhia de Locação das Américas, o que implicou na não aplicação do CPC 15 – Combinação de Negócios. O valor dos ativos líquidos adquiridos da Locarvel, o valor pago e o custo contábil em 31 de janeiro de 2010, foi R$12.000. A aquisição de controle da Locarvel permitirá ao Grupo reduzir seus custos por meio da economia por escala.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativos circulantes	6.433
Ativo imobilizado	46.844
Demais ativos não circulantes	52
Passivos circulantes	(24.615)
Passivos não circulantes	(16.714)
Total líquido de ativos identificáveis	12.000

De 31 de janeiro até 31 de dezembro de 2010, a Locarvel contribuiu com uma receita de R$31.404 e lucro de R$70. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2010, a administração estimou que a receita consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 teria sido de R$312.167 e o lucro líquido para o exercício teria sido de R$11.763.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuas da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado da Companhia apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras aqui apresentadas e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos derivativos.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 – empréstimos, financiamentos, debêntures;
- Nota 4 f –ativos arrendados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 – ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota 13 – imobilizado;
- Nota 18 – provisões.

e. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não foi elaborada para os exercícios findos em 2011 e 2010, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, os resultados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são iguais aos resultados abrangentes totais.

f - Reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia decidiu reapresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja emissão foi originalmente aprovada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2012, e posteriormente aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2012, para incluir aperfeiçoamentos em algumas divulgações em atendimento ao Ofício CVM n° 14/2012 de 29 de março de 2012, emitido como parte do processo de revisão do pedido de registro de distribuição pública primária e secundária de ações da Companhia, além de alguns ajustes que no entendimento da Companhia não modificam materialmente as informações apresentadas anteriormente. Esse ofício requereu aprimoramentos de divulgação relacionados às notas 3,8,9,12,13,16,19, 22,26 e 30 que não resultaram em modificações dos saldos das demonstrações financeiras. Segue abaixo um resumo das modificações efetuadas:

- Nota 3 - inclusão da declaração dos diretores nos termos da Instrução CVM Instrução n.º 480/2009;
- Nota 9 - inclusão de informação adicional sobre premissas utilizadas pela administração no cálculo dos ajustes a valor presente de contas a receber registradas no ativo não circulante;
- Notas 8,9,12,13,16,19,22,26 e 30 – correção numérica de alguns saldos e de algumas referências internas apresentadas.
- Nota 19 – inclusão de informações sobre a qualidade do crédito de ativos financeiros que não estão nem vencidos nem com evidências de perda;
- Nota 22 - inclusão de informações adicionais sobre o período utilizado para o cálculo da volatilidade referente ao plano de pagamento baseado em ações; e

Como conseqüência da re-emissão destas demonstrações financeiras a Nota 33 – foi complementada por eventos subseqüentes ocorridos após 14 de fevereiro de 2012.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Aquisições de entidades sob controle em comum

Combinações de negócios oriundas de transferências de participações em entidades que estejam sob o controle dos acionistas que controlam o Grupo são contabilizadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. Os ativos e passivos adquiridos são reconhecidos pelos valores contábeis reconhecidos anteriormente nas demonstrações financeiras consolidadas dos acionistas controladores do Grupo.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos intragrupo e quaisquer receitas ou despesas decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as participações diretas nas seguintes empresas:

Entidade	**Nota**	**Participação acionária (%)**	
		30/09/2011	**31/12/2010**
No Brasil			
Agile Car Ltda.	12	99,999	99,999
Locarvel Locadora de veículos Ltda.	12	99,999	99,999

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos

para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tem o direito legal ou a intenção de liquidar os valores em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os saldos de opção de swap de taxa de juros, swap de taxa cambial, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa, que abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os equivalentes de caixa estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto da Companhia são reconhecidos como passivo, quando declarados.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subseqüentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para lucros acumulados.

(iii)Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e de taxa variável de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

(ii) Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	2011	**2010**
Veículos	2 anos	2 anos
Acessórios para veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de Informática	5 anos	5 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Outros	10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos intangíveis

i. Desenvolvimento de softwares

Os gastos de desenvolvimento e aquisição de softwares são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Marcas e patentes 3 - 20 anos
- Custos de desenvolvimento capitalizados 2 - 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos o Grupo assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

g. Carros em desativação para renovação da frota

A frota de carros é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser destinados para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O preço estimado de venda é avaliado e definido pelo Comitê de Gestão da Companhia e utiliza como base os preços de referência no mercado, evidências históricas de comercialização e uso e aplicação da frota.
A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

h. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo como imobilizado e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Os ativos corporativos do Grupo não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Perdas por redução ao valor recuperável relacionadas a ativos reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Transações de pagamentos baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Receita líquida operacional

(i) Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de aluguel de frotas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

O Grupo está envolvido em locação de veículo e serviços relacionados. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita são realizadas sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente.

(ii) Venda de veículos

A receita líquida da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

l. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Pagamentos feitos para leasings operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear sobre o período do contrato de arrendamento. Incentivos do arrendamento são reconhecidos como uma parte integral do total das despesas de leasing, também, sobre o período do contrato do arrendamento.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos,ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado,; As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e sobre ações preferenciais liquidados em 31 de dezembro de 2010, classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contibuição social sobre o pagamento dos juros sobre capital próprio (dividendos) é reconhecido no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, quando aplicável, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados no encerramento de cada período social e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

p. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Os segmentos operacionais são definidos de acordo como a administração avalia o desempenho do negócio e ainda de acordo com a disponibilidade de informações financeiras individualizadas.

A administração considera que as operações da Companhia e suas controladas compõem um único segmento operacional identificável, tendo em vista que a renovação da frota é inerente ao processo de locação de veículos, e que, na forma como o negócio da Companhia é estruturado, uma atividade não é separável da outra.

q. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, preparadas de acordo com as normas BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- IAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*Presentation of financial statements*) – As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais inciados a partir de 1º de julho de 2012.

- IAS 12 – Tributos sobre o lucro – A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 – Propriedades de investimento são recuperados através do uso ou através da venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

- IAS 19 – Benefícios a empregados (*Employee Benefits)* – As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. As novas exig~encias passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

- IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros – Apresentação para esclarecer a a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

- IAS 27 - As alterações tem o objetivo de estabelecer a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, joint ventures, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas.

- IAS 28 - O objetivo desta norma, revisada em 2011, é o de prescrever a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e joint ventures.

- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros – Divulgação – As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

- IFRS 9- Instrumentos Financeiros- Classificação e Mensuração *(Financial Instruments)*- Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição do IAS 39 – Instrumentos financeiros:Reconhecimento e mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

- IFRS 10- *Consolidated Financial Statements* - IFRS 10 fornece um modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas, incluindo as entidades que são SPEs no escopo do SIC 12. Esta norma passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11- *Joint Arrangements* – Através desta norma foram introduzidas mudanças no IAS 31, sendo extraído desta norma as entidades controladas em conjunto, em que embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão. Outra alteração foi de que as entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, não sendo mais permitida a consolidação proporcional. Esta norma passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013.
- *IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities*- Esta norma traz requerimentos de divulgações extensas para entidades que possuem participações em subsidiárias, joint arrangements, coligadas e/ou entidades não consolidadas. As divulgações exigidas têm como objetivo fornecer informações para possibilitar com que os usuários avaliem dentre outros, a natureza e os riscos associados às participações de uma entidade em outras entidades e os efeitos dessas participações na posição financeira da entidade, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa. Esta norma passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 – Mensuração do valor justo (*Fair Value Measurement)* – Esta norma agrega em um único standard a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFR´s exigem ou permitem a

mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 com aplicação antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia não espera efeitos relevantes destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo descritos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Contas a receber e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado no reconhecimento inicial e ajustado pelos efeitos do valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

ii. Derivativos

O valor justo de contratos de opção de swap de taxas de juros e de swap de taxa cambial é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

iii. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

iv. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Este modelo leva em consideração as variações de mensuração que incluem valor justo na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada baseada no valor das ações de nossos concorrentes, a vida média ponderada dos instrumentos, dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos) e total de ações do capital social. Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

O valor justo das opções outorgadas aos diretores e principais gerentes executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o benefício é adquirido conforme pré-requisitos específicos. A administração da Companhia revisa as estimativas quanto a quantidade de opções nas datas dos balanços, cujo os direitos devem ser reconhecidos com base nas condições pré-definidas no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido quando aplicável.

6 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes e em títulos de investimento.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Os clientes do Grupo são pulverizados, onde o maior cliente do Grupo representa menos que 10% das receitas totais. Com isso, o Grupo não considera que seus recebíveis estejam concentrados e a Diretoria do Grupo realiza análises periódicas visando pulverizar ainda mais os seus recebíveis. As receitas de vendas de veículos também são pulverizadas, e são concentradas em atacadistas, o que reduz o risco associado.

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. O principal componente desta provisão está relacionado a riscos significativos individuais.

(ii) Investimentos

O Grupo limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que o Grupo tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, o Grupo garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 90 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.
Vide maiores considerações sobre a liquidez da Companhia na nota de contexto operacional (Nota 1).

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo contrata derivativos com o objetivo de hedge e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

(i) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em termos de diversas instituições financeiras.

O Grupo adota uma política de proteger a exposição a mudanças de taxa de juros variável quando a exposição superar 20% de seus empréstimos vinculados a taxa de juros.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros) o qual é apreciado pela Diretoria para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração do Grupo.

d. Risco de moeda

O Grupo está sujeito ao risco de moeda nos empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional das entidades do Grupo, o Real (R$). A moeda na quais estas transações são denominadas é o Dólar Norte-Americano (US$).

A política atual do Grupo é de proteger a exposição integralmente a mudança de taxa de câmbio relacionada a seus empréstimos vinculados a moedas estrangeiras.

Os montantes dos empréstimos bancários do Grupo em US$ foram completamente protegidos, utilizando contratos de swap de moedas que vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Propor ações corretivas para situações de prejuízos operacionais;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida consolidada do grupo para relação ajustada do capital ao final do período/exercício é apresentada a seguir:

	31/12/11	**31/12/2010**
Total do passivo circulante e não circulante	770.798	587.475
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(90.747)	(83.772)
	680.051	503.703
Total do patrimônio líquido	158.916	137.294
Relação capital de terceiros sobre o patrimônio líquido	428%	367%

Abaixo demonstramos a exposição líquida consolidada do Grupo ao final do período/exercício:

	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(614.606)	(477.173)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	90.747	83.772
Exposição líquida	(523.859)	(393.401)

Não houve alterações na abordagem do Grupo à administração de capital durante o ano.
A Companhia e suas controladas não estão sujeitas às exigências externas impostas de capital.

O Grupo gerencia os requisitos de capital de forma agregada.

7 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento de locação de veículos como o único segmento operacional, baseando-se nos relatórios utilizados pelo Conselho de Administração para a tomada de decisões estratégicas.

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

O negócio da Companhia é locação de veículos. Como parte de seu programa de renovação de veículos, a Companhia aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, por meio de revendedores e de pontos de venda direta para consumidores finais.

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalente de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Caixa e bancos	8.368	2.408	6.361	1.824
Aplicações financeiras	71.074	81.364	71.074	81.364
Total de caixa e equivalente de caixa	79.442	83.772	77.435	83.188

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário remunerados a aproximadamente 100% do Certificado de deposito bancário (CDI) e são concentradas em bancos de 1ª linha, classificadas pelas principais agências de *rating.*

O cálculo de valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. Na data de apresentação das demonstrações financeiras não existia diferenças entre o valor justo e o valor de custo de caixa e equivalentes de caixa.

(b) Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Títulos de Valores Mobiliários	11.305	-	11.305	-
Total de títulos e valores mobiliários	11.305	-	11.305	-

Títulos e valores mobiliários foram captados em 31 de dezembro de 2011, estão travados em garantia até que a companhia apresente a carta de liberação de recebíveis e/ou imobilizado, e estão sendo remunerados a 100% CDI. Nossas aplicações financeiras são concentradas em bancos de 1ª linha, classificadas em AA+ e AAA, pelas principais agências de *rating.*

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 19.

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Locação de veículos	57.669	40.131	50.765	33.105
Veículos alienados para venda	17.002	5.628	15.083	5.202
(-) Ajuste a valor presente	(759)	(759)	(759)	(759)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.942)	(2.795)	(2.412)	(1.737)
Total	67.970	42.205	62.677	35.811
Circulante	66.867	41.102	61.574	34.708
Não circulante	1.103	1.103	1.103	1.103

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 19.

Premissas utilizadas pela administração para cálculo do ajuste a valor presente

- A Companhia utilizou a taxa de juros de 16,97% a.a, que representa a remuneração média do CDI (10, 56% a.a.) acrescido de um prêmio de risco de 6,39% a.a., aplicado sobre os montantes estimados de fluxos de caixa contratuais recebíveis até 31 de março de 2018.

- A Companhia ponderou como fatores de risco a possibilidade de ocorrência da taxa do CDI variar acima da taxa média de 10,5% a.a.

- Companhia estimou dos seus recebíveis a longo prazo até o ano de 2018 e descontou a valor presente com base na taxa média do CDI acrescida do prêmio de risco

- Com base nesse modelo a Companhia não identificou ajustes relevantes a título de ajuste a valor presente do seu contas a receber de longo prazo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório foi:

	Consolidado		Controladora	
Faixa	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
A vencer	50.125	30.981	46.783	28.713
Vencidos:				
De 1 a 60 dias	13.267	6.842	12.114	3.460
De 61 a 90 dias	1.636	409	1.485	312
De 91 a 180 dias	1.800	1.210	1.751	735
Acima de 180 dias	7.843	6.317	3.715	5.087

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.795	1.737
Reversão da provisão	(1.531)	(1.330)
Constituição da provisão	4.678	2.005
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.942	2.412

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica despesas de vendas na demonstração do resultado do período. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa são realizados contra a baixa definitiva do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber por idade de vencimento.

Em atendimento ao disposto no item 36(c) do CPC 40- Instrumentos financeiros: Evidenciação, a manutenção da adequada qualidade dos créditos da Companhia é assegurada pela Companhia através de nossas diretrizes comerciais direcionadas para a pulverização e diversificação de nossa carteira de clientes, com foco em segmentos previamente definidos. A Companhia geralmente concede crédito para clientes que tenham histórico de solvência. . Também utilizamos práticas de análise de crédito de nossos clientes, anteriores à contratação. e, para contratos relevantes, efetuamos análise de crédito específica. Adicionalmente, possuímos um comitê (não estatutário) com responsabilidade de análise de contas a receber.

10 Carros em desativação para renovação da frota

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Veículos	71.104	35.319	62.202	29.693
Ajuste a valor realizável líquido	(288)	(704)	(254)	(679)
Total	70.816	34.615	61.948	29.014

A Companhia mantém políticas e procedimentos para analisar e comparar o valor contábil dos carros em desativação para renovação da frota com seu valor justo. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para ajuste ao valor realizável líquido é constituída.

A movimentação da provisão para ajuste ao valor realizável líquido dos carros em desativação para renovação da frota é como segue:

	Consolidado	**Controladora**
Saldo em 31 de dezembro de 2010	704	679
Utilização da provisão	(416)	(425)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	288	254

A Companhia não identificou indicadores de mercado de redução no valor registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

11 Ativos e passivos fiscais diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

Consolidado	**Ativos**		**Passivos**		**Líquido**	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.448	2.095	-	-	3.448	2.095
Provisões	916	1.042	-	-	916	1.042
Provisão para perda	42	239	-	-	42	239
Arrendamento Mercantil	-	-	(51.742)	(34.190)	(51.742)	(34.190)
Prejuízo fiscal a compensar	30.229	21.043	-	-	30.229	21.043
Impostos ativos (passivos)	34.635	24.419	(51.742)	(34.190)	(17.107)	(9.771)

Controladora	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.410	1.067	-	-	1.410	1.067
Provisões	916	887	-	-	916	887
Provisão para perda	42	231	-	-	42	231
Arrendamento Mercantil	-	-	(47.682)	(30.912)	(47.682)	(30.912)
Prejuízo fiscal a compensar	30.229	21.043	-	-	30.229	21.043
Impostos ativos (passivos)	32.597	23.228	(47.682)	(30.912)	(15.085)	(7.684)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os impostos diferidos ativos da Companhia são gerados, substancialmente, em função de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e de diferenças temporárias, causadas pela constituição de provisões para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e de provisões para contingências.

Os tributos diferidos passivos são gerados, substancialmente, em função da Companhia computar as contraprestações pagas de arrendamento mercantil financeiro para aquisição de veículos na base de apuração dos impostos correntes, conforme previsto pela legislação fiscal.

Os impostos diferidos tiveram a seguinte movimentação nos períodos apresentados:

	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Consolidado			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.095	1.353	3.448
Provisão para perda (impairment)	239	(197)	42
Arrendamento Mercantil	(34.190)	(17.552)	(51.742)
Provisões	1.042	(126)	916
Prejuízo fiscal a compensar	21.043	9.186	30.229
Impostos ativos (passivos)	(9.771)	(7.336)	(17.107)

	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Controladora			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.067	343	1.410
Provisão para perda (impairment)	231	(189)	42
Arrendamento Mercantil	(30.912)	(16.770)	(47.682)
Provisões	887	29	916
Prejuízo fiscal a compensar	21.043	9.186	30.229
Impostos (ativos) passivos	(7.684)	(7.401)	(15.085)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conforme as estimativas da Administração do Grupo, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existentes em 31 de dezembro de 2011, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2012	4.156	3.646
2013	10.243	9.224
2014	12.175	11.665
2015	8.061	8.061
Total	34.635	32.597

12 Investimentos

A Companhia reconheceu ganho de R$ 1.354 em 31 de dezembro de 2011 (perda de R$ 108 em 31 de dezembro de 2010) de equivalência patrimonial em controladas.

A Controladora não recebeu dividendos de controladas registradas por equivalência patrimonial em 2011 e nem em 2010.

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

	Participação	Quantidade de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativo	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência
31 de dezembro de 2011													
Controladora													
Locarvel locadora de veículos Ltda.	99,999%	6.399.999	12.627	26.161	38.788	24.934	552	25.486	13.284	42.426	(41.072)	1.336	1.336
Agile Car Ltda.	99,999%	19.998	61	-	61	97	-	97	(18)	913	(931)	18	18
		6.419.997	12.688	26.161	38.849	25.031	552	25.583	13.266	43.339	(42.003)	1.354	1.354

31 de dezembro de 2010	Participação	Quantidade de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativo	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência
Controladora													
Locarvel locadora de veículos Ltda.	99,999%	6.399.999	8.678	38.682	47.360	25.589	9.823	35.412	11.948	34.386	(34.246)	140	(70)
Agile Car Ltda.	99,999%	19.999	151	-	151	169	-	169	(18)	1.739	(1.777)	(38)	(38)
		6.419.998	8.829	38.682	47.511	25.758	9.823	35.581	11.930	36.125	(36.023)	102	(108)

Movimentação dos investimentos	**31/12/2011**			**31/12/2010**		
	Locarvel Locadora de Veículos Ltda.	**Agile Car Ltda.**	**Total**	**Locarvel Locadora de Veículos Ltda.**	**Agile Car Ltda.**	**Total**
Saldos no início do exercício	11.930	-	11.930	-	20	20
Aquisição de cotas				12.647	-	12.647
Ajuste de menos valia	-	-	-	(647)	-	(647)
Equivalência patrimonial	1.336	18	1.354	(70)	(38)	(90)
Registro a pagar no passivo	-	(18)	(18)	-	18	-
Saldos no final do exercício	13.266	-	13.266	11.930	-	11.930

13 Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação – Consolidado

Movimentação do custo	Veículos	Acessórios para veículos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Outros ativos fixos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	392.089	4.136	774	748	321	1.443	399.511
Adições	344.748	2.610	709	157	92	257	348.573
Baixas	(3.565)	-	-	-	-	-	(3.565)
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	(156.305)	-	-	-	-	-	(156.305)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	576.967	6.746	1.483	905	413	1.700	588.214
Adições	312.588	3.345	414	787	99	2.969	320.202
Baixas	(5.236)	-	-	(27)	-	-	(5.263)
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	(191.026)	-	-	-	-	-	(191.026)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	693.293	10.091	1.897	1.665	512	4.669	712.127

Movimentação da depreciação

Saldos em 31 de dezembro de 2009	(32.638)	(947)	(145)	(70)	(43)	(272)	(34.115)
Depreciação no período	(48.614)	(1.193)	(176)	(78)	(36)	(269)	(50.366)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	27.761	-	-	-	-	-	27.761
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(53.491)	(2.140)	(321)	(148)	(79)	(541)	(56.720)
Depreciação no período	(39.175)	(1.660)	(258)	(90)	(21)	(153)	(41.357)
Transferência para carros em desativação para renovação da frota	33.285	-	-	-	-	-	33.285
Baixa	125	-	-	-	-		125
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(59.256)	(3.800)	(579)	(238)	(100)	(694)	(64.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	523.476	4.606	1.162	757	334	1.159	531.494
Saldos em 31 de dezembro de 2011	634.037	6.291	1.318	1.427	412	3.975	647.460

b. Movimentação do custo e depreciação – Controladora

Movimentação do custo	**Veículos**	**Acessórios para veículos**	**Equipamentos de informática**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Outros ativos fixos**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2009	392.089	4.136	774	748	322	1.442	399.511
Adições	290.258	1.722	709	157	91	255	293.192
Baixas	(3.134)	-	-	-	-	-	(3.134)
Transferência para Veículos Disponíveis para Venda	(142.151)	-	-	-	-	-	(142.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	537.062	5.858	1.483	905	413	1.697	547.418
Adições	312.015	3.345	414	787	99	2.970	319.630
Baixas	(4.809)	-	-	(27)	-	-	(4.836)
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	(173.095)	-	-	-	-	-	(173.095)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	671.173	9.203	1.897	1.665	512	4.667	689.117

Movimentação da depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(32.638)	(947)	(145)	(70)	(43)	(272)	(34.115)
Depreciação no período	(36.669)	(802)	(176)	(78)	(35)	(269)	(38.029)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Veículos Disponíveis para Venda	24.664	-	-	-	-	-	24.664
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(44.643)	(1.749)	(321)	(148)	(78)	(541)	(47.480)
Depreciação no período	(36.588)	(1.660)	(258)	(90)	(21)	(153)	(38.770)
Transferência para carros em desativação para renovação da frota	27.484	-	-	-	-	-	27.484
Baixa	125	-	-	-	-	-	125
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(53.622)	(3.409)	(579)	(238)	(99)	(694)	(58.641)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	492.419	4.109	1.162	757	335	1.156	499.938
Saldos em 31 de dezembro de 2011	617.551	5.794	1.318	1.427	413	3.973	630.476

A descrição dos ativos registrados no imobilizado da companhia e mantidos como garantia são (referenciados na nota explicativa 16).

Veículos arrendados

O Grupo arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamento. Alguns arrendamentos proporcionam ao Grupo a opção de compra do equipamento a um preço vantajoso. O veículo arrendado contém obrigações de arrendamento (ver nota explicativa 16). Em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil dos veículos era de R$184.478 (R$285.852 em 31 de dezembro de 2010).

Garantias

Em 31 de dezembro de 2011, veículos com o valor de R$520.026 (R$431.642 em 31 de dezembro de 2010) estão sujeitas a uma fiança registrável para garantir empréstimos bancários, financiamento e arrendamento mercantil em andamento.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em função de determinados indicadores identificados, a Companhia efetuou testes do valor recuperável de seus veículos operacionais para o exercício de 2010 segregando a frota em veículos locados e em veículos disponíveis para venda para o cálculo do valor recuperável. Para os veículos locados, a Companhia efetuou o cálculo pelo valor em uso, com base na estimativa de fluxos de caixa futuros, e não identificou necessidade de registro de perda. Para os carros em desativação para renovação da frota, a Companhia efetuou o cálculo do valor líquido de venda e efetuou o registro de provisões para registro ao valor realizável líquido. No exercício de 2011, não foram identificados indicadores de perda de valor.

Conciliação da depreciação e amortização para fins de elaboração do fluxo de caixa.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Depreciação	41. 357	45.520	38.770	38.029
Amortização	520	325	848	325
	41.877	45.845	39.618	38.354

14 Ativos Intangíveis

Foram realizados novos investimentos em ativos intangíveis (software) no exercício de 2011 com a finalidade de melhorar e implantar novos módulos dos sistemas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Software				
Custo	3.980	1.963	3.980	1.635
Amortização	(955)	(437)	(955)	(109)
	3.025	1.526	3.025	1.526

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Marcas e Patentes				
Custo	363	-	363	-
Amortização	(1)	-	(1)	-
	362	-	362	-

O período de amortização dos *softwares* é de 5 anos. A estimativa para as despesas de amortização para os próximos cinco anos é de R$ 677 ao ano.

15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Montadoras	59.076	46.397	59.076	46.397
Outros	14.019	3.457	13.828	3.293
	73.095	49.854	72.904	49.690

16 Empréstimos, financiamentos, debêntures

As informações contidas nessa nota referem-se aos termos dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são mensurados pelo custo amortizado. Informações sobre exposição ao risco de taxa, variação cambial e liquidez estão apresentadas na nota explicativa19.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Passivo circulante	**196.675**	**178.965**	**195.853**	**166.071**
Passivos de arrendamento financeiro	82.904	79.574	82.904	73.491
Empréstimos bancários garantidos	64.126	99.325	63.304	92.514
1ª Emissão de debênture	478	66	478	66
2ª Emissão de debênture	49.167	-	49.167	-
3ª Emissão de debênture	-	-	-	-
Passivo não circulante	**417.931**	**298.208**	**417.931**	**292.213**
Passivos de arrendamento financeiro	26.862	32.295	26.862	32.220
Empréstimos bancários garantidos	121.973	38.511	121.973	32.591
1ª Emissão de debênture	125.000	126.737	125.000	126.737
2ª Emissão de debênture	50.000	100.665	50.000	100.665
3ª Emissão de debênture	94.096	-	94.096	-
Total	**614.606**	**477.173**	**613.784**	**458.284**

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Consolidado

Modalidade	Moeda contratada	Taxa (%)	Ano de venc.	31/12/2011	31/12/2010
Capital de Giro	R$	CDI + 1,12% a 9,13% a.a	2016	166.535	123.752
1ª Emissão de debênture	R$	CDI + 6,5% a.a	2016	125.478	126.803
2ª Emissão de debênture	R$	CDI + 4% a.a	2013	99.167	100.665
3ª Emissão de debênture	R$	CDI + 2,5 %a.a	2014	94.096	-
Finame	R$	TJLP +1,75% a 13% a.a	2016	19.112	12.390
Leasing	R$	0,15% a 1,87% a.m	2014	109.766	110.903
Leasing back	R$	1,31% a 1,65% a.m	2011	-	966
CDC/Compror	R$	1,50% a 1,73% a.m	2013	452	1.694
				614.606	477.173

Parcela classificada no passivo circulante	196.675	178.965
Parcela classificada no passivo não-circulante	417.931	298.208

Controladora

Modalidade	Moeda contratada	Taxa(%)	Ano de venc.	31/12/2011	31/12/2010
Capital de Giro	R$	CDI + 1,12% a 9,13%a.a	2016	165.713	111.021
1ª Emissão de debênture	R$	CDI + 6,5% a.a	2016	125.478	126.803
2ª Emissão de debênture	R$	CDI + 4% a.a	2013	99.167	100.665
3ª Emissão de debênture	R$	CDI + 2,5 %a.a	2014	94.096	-
Finame	R$	TJLP +1,75% a 13% a.a	2016	19.112	12.390
Leasing	R$	0,15% a 1,87% a.m	2014	109.766	104.765
Leasing back	R$	1,31% a 1,65%a.m	2011	-	946
CDC/Compror	R$	1,50% a 1,73%a.m	2013	452	1.694
				613.784	458.284

Parcela classificada no passivo circulante	195.853	166.071
Parcela classificada no passivo não-circulante	417.931	292.213

Cronograma de amortização da dívida

Consolidado

	Vencimento			
Modalidade	**2012**	**2013**	**2014**	**Até 2016**
1ª Emissão de debênture	478	-	-	125.000
2ª Emissão de debênture	49.167	50.000	-	-
3ª Emissão de debênture	-	46.596	47.500	-
Capital de Giro	55.395	53.219	57.921	-
Finame	8.289	5.916	3.272	1.635
Leasing	82.904	25.728	1.134	-
Leasing back	-	-	-	-
CDC/Compror	442	10	-	-
	196.675	181.469	109.829	126.635

Controladora

	Vencimento			
Modalidade	**2012**	**2013**	**2014**	**Até 2016**
1ª Emissão de debênture	478	-	-	125.000
2ª Emissão de debênture	49.167	50.000	-	-
3ª Emissão de debênture	-	46.596	47.500	-
Capital de Giro	54.573	53.219	57.921	-
Finame	8.289	5.916	3.272	1.635
Leasing	82.904	25.728	1.134	-
Leasing back	-	-	-	-
CDC/Compror	442	10	-	-
	195.853	181.469	109.827	126.635

Os custos de transações incorridas, ainda não apropriados ao resultado da Companhia, nos processos de emissão de debêntures da Companhia, ocorridas em junho e dezembro de 2010 e junho e outubro de 2011, foram apresentados reduzindo o saldo do passivo e computados na taxa efetiva de juros.

Os valores emitidos líquidos do custo de transação, por debênture, são assim demonstrados:

Valor líquido captado – Controladora e Consolidado	
	31/12/2011
1ª Emissão de debênture	125.000
Custo de transação	3.059
Valor líquido captado	**121.941**
Taxa efetiva de juros	CDI + 6,9% a.a
2ª Emissão de debênture	100.000
Custo de transação	2.907
Valor líquido captado	**97.093**
Taxa efetiva de juros	CDI + 4,9% a.a
3ª Emissão de debênture	95.000
Custo de transação	1.601
Valor líquido captado	**93.399**
Taxa efetiva de juros	CDI + 3,1% a.a

Do total dos custos de transações ocorridos na emissão das debêntures R$ 1.664 foram apropriados ao resultado do exercício de 2011. O saldo remanescente será apropriado a proporção:

Ano de 2012	2.087
Ano de 2013	2.032
Ano de 2014	786
Ano de 2015 em diante	644

Cláusulas contratuais de vencimento antecipado (covenants)

A Companhia possui alguns contratos de Empréstimos e Financiamentos, com clausulas restritivas ("covenants"), com exigibilidade de cumprimento trimestrais, coincidentes com os últimos dias de cada trimestre civil.

As seguintes cláusulas restritivas "covenants" constam nos contratos em aberto em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, e foram integralmente alcançadas nas datas-base:

A) Divida liquida(2)/ EBITDA(1): igual ou inferior a 3,50;
B) EBITDA(1)/ Desp. Financeira liquida: igual ou superior a 1,75;
C) Divida Liquida(2) / Patrimônio Liquido: igual ou inferior a 3,50;
D) Divida Liquida(2)/ Valor contábil da frota (4): igual ou inferior a 80%

Passivos de arrendamentos financeiros

Os passivos de arrendamentos financeiros compreendem somente os valores relacionados a veículos, os quais foram arrendados com cláusula de transferência ao final do contrato por um valor significativamente menor do que o valor de mercado. Esses contratos não contém cláusulas de renovação.

Os contratos de arrendamentos financeiros são efetuados a taxas pré-fixadas com parcelas fixas até o final do contrato. Os contratos de subarrendamentos efetuados pela Companhia são canceláveis. Os veículos adquiridos através de arrendamento são objeto de arrendamento operacional junto a seus clientes que podem ser reincididos, a qualquer tempo, por ambas as partes, mediante aviso formal a outra parte com aviso prévio de 60 (sessenta) dias, sem pagamento de multa.

Os vencimentos destas obrigações estão distribuídos conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Até um ano	82.904	79.574	82.904	73.491
De dois a cinco anos	26.862	32.295	26.862	32.220
Total	**109.766**	**111.869**	**109.766**	**105.711**

Índices Financeiros (') Aplicáveis a Emissões de Debêntures:

(1) EBITDA = somatório do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, das despesas de depreciação e amortização, das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e do resultado não operacional ocorrido no mesmo período;

(2) Dívida líquida = dívida bruta(3) deduzido do caixa;

(3) Dívida bruta = o somatório das dívidas consolidadas junto a fundos de investimento, autoridades governamentais, pessoas físicas e jurídicas, inclusive dívidas contraídas nos mercados financeiro e de capitais locais e internacionais, derivativos, empréstimos e financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, além de avais, fianças e outras garantias reais e fidejussórias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, e valores a pagar, líquido do saldo a receber, decorrentes de contratos de hegde ou outros derivativos, e dívidas junto a autoridades governamentais que excedam R$ 18.000, sendo certo que para fins de cálculo da dívidas tributárias será considerada apenas a eventual diferença entre o somatório total das Dívidas Tributárias e R$ 18.000.

(4) O valor contábil da frota inclui os veículos adquiridos por meio de arrendamento mercantil reconhecidos no imobilizado e veículos disponíveis para venda.

Os veículos relacionados aos saldos de arrendamentos financeiros acima estão dados em garantia até a liquidação do contrato. O total dos veículos dados em garantia a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos financeiros estão mencionado na nota explicativa 13.

Adicionalmente, a Companhia possui limites de contas garantidas pré aprovadas em 31 de dezembro de 2011 no montante de R$ 15.000, sendo que, ainda que não haja quaisquer restrições legais/ contratuais para uso, não foi necessária a utilização desses recursos no curso normal das operações da Companhia em razão do acesso a outras fontes de recursos para capital de giro com taxas menos onerosas.

17 Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia protocolou sua adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A opção da Companhia foi a de efetuar o parcelamento do saldo em 180 meses. Com esta adesão, o parcelamento ordinário anteriormente homologado foi migrado para este novo programa, aproveitando-se dos benefícios oferecidos de redução de 100% da multa de mora e de ofício e de 40% dos juros moratórios.

Segue abaixo a movimentação do saldo de parcelamento no período findo em 31 de dezembro de 2011:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	**18.665**
Atualização	1.501
Amortização	(888)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**19.278**

Apresentamos abaixo o cronograma de liquidação para o saldo de 31 de dezembro de 2011:

Ano de 2012	1.510
Ano de 2013	1.510
Ano de 2014	1.510
Do ano de 2014 a 2025	14.748

Adicionalmente, a Companhia possui tributos parcelados, na esfera estadual, cujos saldos devedores somam R$168 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 186 em 31 de Dezembro de 2010), dos quais R$55 encontram-se registrados no passivo circulante e R$113 no passivo não circulante.

18 Provisões

O Grupo constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda foi considerada provável e que existe uma obrigação presente na data do balanço.

As movimentações das provisões estão demonstradas abaixo:

Consolidado	Cíveis e Trabalhistas	Tributarias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.066	-	3.066
Provisões registradas durante o período	42	43	85
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.108	43	3.151

Controladora	Cíveis e Trabalhistas	Tributarias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.609	-	2.609
Provisões registradas durante o período	42	43	85
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.651	43	2.694

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera trabalhista, cível e tributária, registrados no valor de R$ 770 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 264 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

Contingências

A Controladora possui diversos processos no montante total estimado de R$6.664, em sua maioria de natureza trabalhista, em 31 de dezembro de 2011 (R$2.163 em 31 de dezembro de 2010), cuja opinião dos advogados é que o risco de perda é possível e para qual não há nenhuma provisão.

No Consolidado, a estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda classificadas como possíveis pelos advogados do Grupo é de R$7.847 (R$5.943 em 31 de dezembro de 2010), a maioria de natureza trabalhista tendo ainda questionamentos do Estado de São Paulo em razão da Lei Estadual 13.296/2008 (IPVA) de R$1.533 (R$712 em 31 de dezembro de 2010), além de processos relacionados a causas Cíveis e Trabalhistas.

19 Instrumentos financeiros

Riscos de crédito

Exposição aos riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Consolidado	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado -Caixa e equivalentes de caixa	79.442	83.772
Partes Relacionadas	288	275
Títulos e valores mobiliários	11.305	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	70.333	42.999
Total	161.368	127.046

Controladora	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado - Caixa e equivalentes de caixa	77.435	83.188
Partes relacionadas	19.986	12.411
Títulos e valores mobiliários	11.305	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	65.040	36.549
Total	173.766	132.148

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável, no consolidado e na controladora, de R$5.819 e R$ 2.412 em 31 de dezembro de 2011 respectivamente (R$2.795 e R$1.737 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período e na análise individual dos clientes. Vide nota explicativa 9.

Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Passivo financeiro não derivativo		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	785.811	577.609
Partes relacionadas	-	20
Impostos parcelados	19.446	18.851
Fornecedores e outras contas a pagar	73.788	50.015
	879.045	646.495

Controladora	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Passivo financeiro não derivativo		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	755.733	551.744
Partes relacionadas	-	20
Impostos parcelados	19.446	18.851
Fornecedores e outras contas a pagar	73.494	49.765
	848.673	620.380

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

Consolidado

31 de dezembro de 2011

	Valor contábil	**12 meses ou menos**	**1 - 2 anos**	**2 – 5 Anos**
Passivos financeiros não Derivativos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	614.606	196.675	291.296	126.635
Impostos parcelados	19.446	1.510	3.024	14.912
Fornecedores e outras contas a pagar	73.788	73.693	95	-
Total	**707.840**	**271.878**	**294.415**	**141.547**

Controladora

31 de dezembro de 2011	**Valor contábil**	**12 meses ou menos**	**1 – 2 anos**	**2 – 5 anos**
Passivos financeiros não Derivativos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	613.784	195.853	291.296	126.635
Impostos parcelados	19.446	1.510	3.024	14.912
Fornecedores e outras contas a pagar	73.494	73.494	-	-
Total	**706.724**	**270.857**	**294.320**	**141.547**

Risco de taxa de juros

Conforme sua política de gerenciamento de riscos financeiros, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção sua exposição de taxa de juros nos custos financeiros dentro de determinados níveis.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Consolidado		Controladora	
Valor contábil	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	82.666	81.364	82.378	81.364
Passivos financeiros	(504.722)	(370.071)	(503.900)	(357.340)
	(422.056)	(288.707)	(421.522)	(275.976)
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	(129.330)	(125.953)	(129.330)	(119.795)
	(129.330)	(125.953)	(129.330)	(119.795)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, baseada em pesquisas externas, estima que, em um Cenário Provável, a taxa SELIC, em 31 de dezembro de 2012, será de 10,3%. A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50%, em relação ao Cenário

Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI geralmente acompanha a variação da taxa SELIC.

Risco nas taxas de juros	31/12/2012 (12 meses)		
	Cenário Provável Selic	Cenário Possível Selic	Cenário Remoto Selic
Taxas efetiva	10,5%	10,5%	10,5%
Taxas Selic conforme cenários	10,5%	13,13%	15,75%
Dívida líquida com juros variáveis	413.975	413.975	413.975
Efeito no resultado:			
- Conforme a taxa efetiva (10,5%a.a.)	(43.467)	(43.467)	(43.467)
- Conforme cenários de *stress*	(43.467)	(54.355)	(65.201)
Efeito da proteção de opção de swap de taxa de juros	0	1.625	7.000
Efeito líquido no resultado	(0)	(9.263)	(14.734)

A Companhia contratou, no final do ano de 2010, dois termos de negociação para realização de operações de opção de swap junto ao Banco Votorantim S.A com valor nocional de R$50.000 cada, totalizando R$100.000 de nocional com o objetivo de reduzir sua exposição à taxa de juros variável, demonstrada acima. Esse instrumento troca taxas médias de 100% do CDI pelas taxas fixas de, respectivamente, 12,0% ao ano e 12,5% ao ano e têm vigência até 02 de janeiro de 2013. Em 22 de fevereiro de 2011 e em 31 de março de 2011, a Companhia contratou dois termos de negociação para realização de operações de opção de swap junto ao Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. para R$50.000 de nocional, cada, com o objetivo de reduzir sua exposição à taxa de juros variáveis. Esse instrumento troca taxas médias de 100% do CDI pela taxa fixa de 13% ao ano e têm vigência até 02 de janeiro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2011, encontra-se registrado um ativo de R$1.176, na rubrica outras contas a receber nas demonstrações financeiras, referente aos prêmios pagos pelas opções, que

vem sendo amortizados pelo prazo de vigência das opções. No exercício de 2011, foi registrado um ganho relativo ao valor justo das opções no montante de R$533, como receita financeira, em contrapartida à rubrica outras contas a receber.

Risco de taxa de câmbio

Conforme sua política de gerenciamento de riscos financeiros, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção sua exposição de taxa de câmbio.

Na data das demonstrações financeiras, a exposição líquida do Grupo à taxa de câmbio era:

	Consolidado		Controladora	
Valor contábil	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Instrumentos de taxa cambial				
Passivos financeiros (US$ 25.000)	(46.895)	-	(46.895)	-
	(46.895)	-	(46.895)	-

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa de câmbio

No que se refere ao risco de taxa de câmbio mais relevante, a Companhia, baseada em pesquisas externas, estima que, em um Cenário Provável, a taxa do dólar norte-americano em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2012, será de R$1,79. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco nas taxas de câmbio	**31/12/2011 Cenário Base**	**31/12/2012 (12 meses)**		
		Cenário Provável (Dólar R$1,79)	Cenário Possível (Dólar R$2,24)	Cenário Remoto (Dólar R$2,69)
Passivos financeiros (US$)	(42.460)	(44.708)	(55.947)	(67.187)
Total	(42.460)	(44.708)	(55.947)	(67.187)
Efeito no resultado		(2.248)	(13.487)	(24.727)
Efeito da proteção de swap cambial		2.248	13.487	24.727
Efeito líquido no resultado		-	-	-

A Companhia contratou, em junho de 2011, um swap de taxa de câmbio junto ao Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. com valor de nocional de US$25.000 com o objetivo de proteger sua exposição à taxa do dólar norte-americano, demonstrada acima. Esse instrumento troca taxa do dólar norte-americano acrescida de 2,8589% ao ano por CDI mais 2,0% ao ano.

Até 31 de dezembro de 2011, não houve efeito relevante relativo ao valor justo do swap a ser registrado.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2011		31/12/2010	
Consolidado	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos mensurados pelo valor justo				
Caixa e Equivalentes de caixa	79.442	79.442	81.364	81.364
Títulos e valores mobiliários	11.305	11.305	-	-
Swap de taxa de juros	1.176	1.176	575	575
Custo amortizado				
Contas a receber e outros recebíveis	150.878	150.878	44.186	44.186
Partes relacionadas a receber	288	288	275	275
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(614.606)	(611.119)	(476.404)	(476.404)
Fornecedores e outras contas a pagar	(73.759)	(73.759)	(50.015)	(50.015)
Partes relacionadas a pagar	-	-	(20)	(20)

	31/12/2011		31/12/2010	
Controladora	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos mensurados pelo valor justo				
Caixa e Equivalentes de caixa	77.435	77.435	81.364	81.364
Títulos e valores mobiliários	11.305	11.305	-	-
Opção de swap de taxa de juros	1.176	1.176	575	575
Custo amortizado				
Contas a receber e outros recebíveis	143.578	143.578	37.077	37.077
Partes relacionadas a receber	19.986	19.986	12.411	12.411
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(613.784)	(611.837)	(458.284)	(458.284)
Fornecedores e outras contas a pagar	(73.466)	(73.466)	(49.765)	(49.765)
Partes relacionadas a pagar	-	-	(20)	(20)

Os valores de mercado dos empréstimos financiamentos e debêntures foram estimados pela administração da Companhia, considerando o valor futuro dos empréstimos na sua data de vencimento pela taxa contratada e descontados a valor presente pela taxa de mercado em 31 de dezembro de 2011 (Hierarquia nível 2).

A Administração entende que os demais instrumentos financeiros tais como contas a receber, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, impostos parcelados e partes relacionadas, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Equivalentes de caixa e títulos de valores imobiliários -** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.

- **Opção de swap de taxa de juros e swap de taxa cambial -** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial correspondem ao valor justo. O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros e swap de taxa cambial é baseado nas precificações de corretoras. Essas precificações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração.

- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações do Grupo, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os saldos classificados em outras contas a pagar que se referem ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos não estão incluídos nesse valor.

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades do Grupo.

20 Hierarquia pelo Valor justo

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

		Valor justo em 31 de dezembro de 2011		
Consolidado	**Saldo em 31/12/2011**	**Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)**	**Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)**	**Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)**
Equivalentes de Caixa	79.442		79.442	-
Títulos e valores mobiliários	11.305		11.305	-
Swap de taxa de juros	1.176		1.176	-

		Valor justo em 31 de dezembro de 2011		
Controladora	**Saldo em 31/12/2011**	**Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)**	**Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)**	**Sem Mercado Ativo - Titulo Patrimonial (Nível 3)**
Equivalentes de Caixa	77.435		77.435	-
Títulos e valores mobiliários	11.305		11.305	-
Swap de taxa de juros	1.176		1.176	-

21 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

No período findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla Diretores Estatutários e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R$1.217 mil (R$1.189 mil em 2010), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria, uma vez que o Conselho de Administração não era remunerado em 2010.

A remuneração do pessoal-chave da administração por categoria para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	**2010**
Benefícios de curto prazo	1.217	1.188
Outros benefícios de longo prazo	-	1
	1.217	1.189

A remuneração individual máxima, mínima e média da diretoria estatutária para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	**2010**
Valor da maior remuneração	823	823
Valor da menor remuneração	16	367
Valor médio da remuneração	420	649

Grau de relacionamento exercido entre a companhia e suas partes relacionadas

Veja referências no quadro abaixo:

(a) Controlada da Companhia
(b) Entidade que possui um dos sócios controladores da Companhia como acionista
(c) Entidade que possui o controle compartilhado da Companhia

Descrição das transações realizadas com as entidades - Partes Relacionadas:

- Agile Car Locações Ltda. (a) – Operações de sublocação de veículos envolvendo valores e prazos equivalentes aos firmados pela Agile Car Locações Ltda e seus clientes.

- Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (a) – (i) operações de conta corrente com a Companhia formalizado através do Contrato de Mútuo Financeiro com linha de crédito de R$15.000. O saldo devedor é corrigido conforme a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescido da taxa de juros de 0,40 (zero vírgula quarenta por cento) ao mês com vencimento em parcela única do saldo devedor até 31 de dezembro de 2012.(ii) contrato de parceria onde a Locamérica se compromete a realizar a gestão da frota de veículos locados aos clientes da Locarvel e gestão de venda de veículos nos valores de R$350,00 por veículo locado e R$350,00 por veículo vendido.
- Armal Empreendimentos e Participações Ltda. (b) – A Companhia mantém um imóvel locado da Armal;
- Guerra Empreendimentos e Participações Ltda. (b) – A Companhia mantém um imóvel locado da Guerra
- BV Empreendimentos e Participações Ltda.(c) – a empresa detinha um contrato de mútuo com a Companhia em 2009
- Banco Votorantim S.A. (b) – Conforme mencionado na nota 19 a Companhia firmou dois termos de negociação para a realização de operações de opção de swap com valor nocional de R$50.000 cada e vigência até 02 de janeiro de 2013. Esses instrumentos trocam taxas médias de 100% do CDI por taxas fixas de 12,0% ao ano e 12,5% ao ano;
- SLR Comercio de Veículos Ltda.(b) – Mantém operação de compra e venda de veículos
- Barão Motors Ltda. (b) – Mantém operação de compra e venda de veículos
- Via Jap Comercio de Veículos Ltda.(b) – Mantém operação de compra e venda de veículos

Os saldos com as companhias do Grupo, bem como transações ocorridas no período, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Valor da transação				Valor da transação			
	Exercício encerrado 31 de dezembro de		Saldo em aberto em		Exercício encerrado 31 de dezembro de		Saldo em aberto em	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Ativo não circulante								
Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	-	19.928	12.256
Agile Car Locações Ltda. (a)	-	-	-	-	-	-	-	155
Acionistas	-	-	288	275	-	-	58	-
Banco Votorantim	-	-	1.100	575	-	-	1.100	575
Passivo circulante								
Armal Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	-	-	10	10	-	-	10	10
Guerra Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	-	-	10	10	-	-	10	10

Compras								
Via Jap Comercio de Veículos Ltda. (b)		205	8	-	-	165	-	-
Receita serviços								
Agile Car Locações Ltda. (a)	-	-	-	-	909	1.295	-	-
Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	22.784	6.576	-	-
Aluguel								
Armal Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	120	120	-	-	120	120	-	-
Guerra Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	120	120	-	-	120	120	-	-
	240	**445**	**1.416**	**870**	**23.933**	**8.276**	**21.106**	**13.006**

As contas em que os montantes estão incluídos são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	Saldo em aberto em		Saldo em aberto em	
	2011	2010	2011	2010
Partes relacionadas (ativo)	288	275	19.986	12.411
Outras contas a receber	575	575	575	575
Fornecedores	28	20	20	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	525	-	525	-
Partes Relacionadas (passivo)	-	-	-	20
Total	1.416	870	21.106	13.006

Os termos e condições das transações, com pessoal-chave da administração e de suas partes relacionadas, não foram mais favoráveis que aquelas disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes com entidades relacionadas ao pessoal não chave da administração em termos de mercado.

Os saldos pendentes com estas partes relacionadas são avaliados com base em termos do mercado e devem ser liquidados dentro de doze meses da data do relatório. Nenhum dos saldos detém garantias. Durante o exercício social não houve operações nem saldos pendentes com a Controladora do Grupo.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da controladora no montante de R$ 133.309 é constituído de 20.806 mil ações ordinárias e 10.799 mil ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. As ações ordinárias e preferenciais não possuem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas reuniões de acionistas da Companhia. Ações preferenciais dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

Em 2008 e 2009, existia uma opção de resgate das ações preferenciais contra a Companhia, por meio de acordo de acionistas, que caracteriza uma obrigação contratual de entregar caixa aos detentores das ações preferenciais da Companhia, com valores e datas específicas para o resgate. Isso fazia com que as ações preferenciais da Companhia não tivessem características idênticas às ações ordinárias, e assim, foram classificadas como passivo financeiro e não como instrumento patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e em 30 de setembro de 2010.

Em 30 de dezembro de 2010, foi assinado um aditivo ao acordo de acionistas que retirou a cláusula de resgate contra a Companhia e equiparou as ações preferenciais às ações ordinárias da Companhia. Em função disso, as ações preferenciais passaram a ser tratadas como instrumento de patrimonial, sendo consideradas como aumento de capital no final do exercício de 2010.

b. Reserva de Capital

A reserva de capital refere-se a ágio na subscrição de ações preferenciais, no valor R$4.505 e adicionalmente, foi reconhecido no exercício de 2011 o montante de R$328 de capital adicional referente ao valor justo dos contratos de outorgas do programa de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais).

c. Reserva de lucros

- Reserva legal

  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de retenção de lucros

  É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de 2012 e manutenção do capital de giro da Companhia, conforme aprovações da Diretoria e Conselho de Administração.

d. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria 415 mil ações preferenciais de sua própria emissão, adquiridas no mercado pelo montante de R$ 3.074 para futura alienação e/ou cancelamento.

e. Dividendos

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembléia Geral. Durante o exercício de 2011, conforme descrito na nota 22.g adiante, foram creditados a acionistas da Companhia no montante de R$7.002 líquidos de imposto de renda retido na fonte que foram integramente vertidos para aumento de capital. Por meio de acordo entre os acionistas, e face da necessidade de capitalização da Companhia para a condução dos seus negócios, a Companhia, as distribuições de dividendos foram suspensas nos anos de 2010 e 2011. . O lucro do exercício de 2011 foi destinado conforme demonstrado abaixo:

Resultado do exercício	22.576
(-) Reserva legal	(1.129)
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(8.284)
(-) Imposto de renda retidos na fonte sobre o JCP	(1.282)
Juros sobre o capital próprio por ação	0,26

f. Pagamentos baseado em ações

Em 31 de dezembro de 2011, o grupo possui o seguinte acordo de pagamentos baseados em ações:

Programa de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, datada de 21 de dezembro de 2010, a criação do plano de outorga de opção de compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para parte dos empregados e administradores da Companhia, de acordo com as regras e condições estabelecidas nos instrumentos contratuais de opção de compra de ações instituídos nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Seguem abaixo as condições gerais do único tipo de plano aplicável ao Programa de Opção de compra de ações da Companhia:

- Beneficiários: os Beneficiários serão administradores e empregados (notadamente diretores não estatutários e principais gerentes executivos) da Companhia a serem indicados pelo Conselho de Administração, que na data da emissão destas demonstrações financeiras representam aproximadamente 3% do quadro de empregados da Companhia. Até 31 de dezembro de 2011 foram firmados contratos de opção somente com empregados da Companhia, não havendo contratos de outorgas firmados com pessoas-chave da Administração;

- Condições Gerais: as opções ficarão integralmente condicionadas à realização de oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia ("Oferta pública" ou "IPO"), ou, alternativamente, à realização de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que resulte em (i) uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ou (ii) permuta de ações da Companhia por ações de uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ("M&A Cia Aberta" e em conjunto com IPO, simplesmente "Gatilho");

- Datas de exercício (vesting):

(i) No caso de realização de IPO pela Companhia: as opções poderão ser exercidas durante o prazo de cinco anos, sendo 20% exercíveis imediatamente após a data de publicação do anúncio de encerramento do IPO e 20% em cada um dos quatro aniversários subseqüentes à data da publicação do anúncio de encerramento do IPO;

(ii) No caso de realização de operação de M&A Companhia Aberta: as opções poderão ser exercidas durante o prazo de cinco anos, porém sujeita a período de carência, sendo que o primeiro exercício somente poderá ocorrer após 12 (doze) meses a contar da data do fechamento do M&A Companhia Aberta 20%, e as demais, 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis), 48 (quarenta e oito) e 60 (sessenta) meses contar da data do fechamento do M&A Companhia Aberta;

- Prazo de Exercício: As opções poderão ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo de cinco anos a contar da(s) respectiva(s) data(s) de exercício (vesting);

- Número máximo de ações abrangidas: Limitar-se-ão as outorgadas ao máximo de 1.422.258 ações. As ações que por ventura venham a ser emitidas em decorrência de aumento dentro do limite do capital autorizado, não estarão sujeitas ao direito de preferências estabelecido no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e em nosso acordo de acionistas;

- Outras condições para o Exercício da Opção: o exercício das opções pelo Beneficiário ficará plenamente condicionado a sua permanência obrigatória e ininterrupta na Companhia na qualidade de empregado ou administrador, desde a data de celebração do contrato de outorga de opção de compra de ações até o efetivo cumprimento dos respectivos períodos de carência;

- Preço de exercício: O preço de exercício das opções de compra outorgadas, a ser pago pelos respectivos beneficiários, será de R$4,49 (quatro reais e quarenta e nove centavos);

- Correção do Preço de Exercício: o preço de exercício será corrigido anualmente, a contar da data de assinatura do Contrato de Opção pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - IGP-M ou, em caso de sua extinção, pelo índice nacional que reflita a inflação do período, conforme aplicado pela Administração Pública Federal. Esta correção ocorrerá somente nas datas de aniversário da assinatura dos Contratos de Opção;

- Liquidação das Opções: o preço do exercício poderá ser pago pelo Beneficiário, a vista, em até 20 dias úteis contados da data de ciência da Companhia do exercício da Opção. Alternativamente, o preço poderá ser quitado por liquidação financeira mediante a compensação de preço a ser pago pelo Beneficiário com eventual crédito devido pela Companhia ao Beneficiário em razão do contrato de opção de compra de ações;

- Rescisão: a rescisão do contrato de opção de compra de ações será automática caso o beneficiário deixe de manter vínculo empregatício ou estatutário com a Companhia; na hipótese de não ocorrência de uma das hipóteses de gatilho no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do respectivos contratos de opção ou, ainda, após o exercício de todas as opções de compra de ações, o que ocorrer primeiro.

Contratos de opção

O Exercício das Opções pelo Beneficiário observadas as condições de realização de IPO ou operação de M&A Companhia Aberta (“gatilho”), as respectivas quantidades e o cumprimento dos Períodos de Carência previstos no plano de pagamento baseado em ações e no contrato de opções, fica plenamente condicionado à permanência obrigatória e ininterrupta do Beneficiário na Companhia na qualidade de empregado ou de administrador, desde a data de assinatura do contrato de opões até o cumprimento de cada Período de Carência.

O gatilho descrito anteriormente para o exercício da oferta pública de ações é uma condição de não aquisição. Esta característica foi incorporada ao valor justo na data do outorga.
Os serviços recebidos de empregados durante período são reconhecidos como despesas independentemente de as condições de não aquisição de direito terem sido satisfeitas.

Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia havia firmado contratos de outorga com 17(dezessete) empregados, em um total de 640.696 opções, equivalentes a 2% das ações da Companhia a época. Em 19 de janeiro de 2011 Companhia firmou contrato com mais quatro funcionários, contemplando 114.364 opções e em 25 de maio de 2011 foram assinados sete novos contratos com funcionários da empresa contemplando mais 357.060 opções, e ainda prescritas 175.444 opções, todas inicialmente concedidas em 23 de dezembro de 2010, por desligamento de empregados. Em 31 de dezembro de 2011 o volume total de opções outorgadas eram de 936.676 opções, equivalentes a 3% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2011. Para que estas opções sejam exercíveis a Companhia precisa passar por um dos gatilhos citados nas condições gerais do plano acima. As condições descritas nos contratos de opção refletem todas as condições do plano acima divulgadas.

Detalhamos abaixo as condições das opções outorgadas pela Companhia até a presente data:

31/12/2011			
Quadro – Opções de Ações Outorgadas			
Data da outorga	23/12/2010	19/01/2011	25/05/2011
Período de exercício	5 anos	5 anos	5 anos
Data do exercício (a)	-	-	-
Data final do bloqueio das opções (a)	-	-	-
Volatilidade (% a.a)	34,99	35,39	35,88
Taxa de juros (% a.a)	5,81%	6,17%	6,23%
Quantidade de opções em circulação no início do período	640.696	465.252	579.616
Quantidade total de opções outorgadas	640.696	114.364	357.060
Quantidade de opções canceladas	-	-	-
Quantidade de opções com direito prescrito	175.444	-	-
Quantidade de opções exercidas (a)	-	-	-
Quantidade de opções não exercidas (a)	465.252	579.616	936.676
Quantidade de opções em circulação no final do período	465.252	579.616	936.676
Quantidade de opções exercíveis no final do período	465.252	579.616	936.676
Preço de exercício	4,49	4,49	4,49
Preço da ação na data da outorga	5,11	5,11	5,11
Valor da opção (*)	2,73	2,77	2,74

Prazo médio remanescente	6,5 (anos)	6,5 (anos)	6,5 (anos)
Valor intrínseco em R$1,00 por ação (b)	1,76	1,72	1,75
Efeitos no resultado do exercício:			
Outorga de opções de ações (despesa incorridas) R$ mil até 31/12/2011.			
	195	45	88

(*) Calculo considerando o modelo *Black-Scholes*

(a) Condicionada da data do evento da oferta publica inicial da Companhia (vide gatilhos definidos anteriormente).
(b) Valor intrínseco é a diferença entre o preço do exercício e o valor da opção

Premissas para a avaliação de valores justos na data da outorga

O valor justo na data de outorga de direitos concedidos através do plano de compra de ações de funcionários foi avaliado com base na metodologia *Black-Scholes*. . A volatilidade esperada tem cálculo estimado integralmente baseado na volatilidade de histórica do preço médio de ação do nosso segmento operacional cotada no mercado no período de cinco anos A volatilidade esperada é estimada considerando a volatilidade de histórico de preço médio de ação do nosso segmento operacional cotada no mercado. A política de determinação do calculo do valor justo esta descrita no nota explicativa 5 item IV.

g. Juros sobre o capital próprio

A Companhia optou pelo aumento de capital social por meio da capitalização do valor líquido dos juros sobre capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2011, nos montantes de R$3.449 mil, R$1.762 mil e R$ 1.791 respectivamente, a saber:

Individual (BR GAAP)			
Data da aprovação	**Valor total pago**	**Valor por ação (em R$)**	**Data da posição acionária**
30/06/2011	3.449	0,000111	30/06/2011
30/09/2011	1.762	0,000111	30/09/2011
31/12/2011	1.791	0,000111	31/12/2011
Total	**7.002**		

23 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Locação de veículos	301.553	216.557	288.065	192.473
Venda de veículos	118.157	112.426	109.394	109.780
Impostos sobre locação				
Impostos incidentes s/ vendas	(29.028)	(19.798)	(26.419)	(17.031)
Receita operacional	390.682	309.185	371.040	285.222

O Grupo não possui concentração de receita.

24 Custo de locação e venda de veículos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Custos de manutenção	(59.978)	(49.067)	(57.974)	(43.149)
Custos com depreciação	(40.356)	(44.862)	(37.673)	(37.371)
Custo com pessoal	(12.691)	(10.544)	(12.464)	(10.169)
Custo dos veículos Vendidos	(118.674)	(113.207)	(109.543)	(110.542)
Total	(231.699)	(217.680)	(217.654)	(201.231)

25 Despesas administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Despesas gerais	(15.527)	(5.339)	(15.190)	(3.565)
Despesas tributárias	(669)	(195)	(658)	(183)
Depreciação	(816)	(983)	(816)	(983)
Participação nos lucros	(2.427)	-	(2.427))	-
Despesas com pessoal	(20.341)	(13.807)	(20.341)	(13.807)
Total	(39.780)	(20.324)	(39.432)	(18.538)

26 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Ressarcimento de cliente	780	-	780	-
Retorno financiamento	22	11	-	
Cessão de uso de imóveis	-	-	-	-
Outros	710	69	706	14
	1.512	80	1.486	14

27 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
Receitas financeiras	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Juros de clientes	536	663	536	663
Juros aplicações financeira	9.057	2.034	9.057	2.034
Descontos	600	1.156	600	1.156
Retorno de financiamento	417	566	417	566
Reversão de juros ações resgatáveis	-	26.453	-	26.453
Outras Receitas financeiras	640	300	599	290
Total	11.250	31.172	11.209	31.162

	Consolidado		Controladora	
Despesas financeiras	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Juros passivos	(271)	(371)	(271)	(347)
Descontos concedidos	(327)	(249)	(327)	(249)
Despesas bancárias	(3.107)	(1.192)	(3.107)	(1.186)
Juros sobre financiamentos	(87.975)	(57.418)	(87.082)	(52.178)
Juros sobre ações resgatáveis	-	(13.553)	-	(13.553)
Atualização de impostos parcelados	(1.613)	(1.741)	(1.613)	(1.741)
IOF	(1.110)	(1.295)	(1.110)	(1.217)
Outras despesas financeiras	(44)	(290)	-	70
Total	(94.447)	(76.109)	(93.510)	(70.401)

28 Despesa com imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Resultado antes dos impostos	30.486	18.059	29.978	18.064
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(10.365)	(6.140)	(10.193)	(6.142)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	460	(37)
Juros sobre capital próprio	2.817	-	2.817	-
Outros líquidos	(362)	(366)	(486)	(332)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(7.910)	(6.506)	(7.402)	(6.511)
Alíquota efetiva	25,95%	36,03%	24,69%	36,04%

29 Comprometimentos de Capital

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que compreendem apenas os pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme cronograma apresentado na nota explicativa 17.

30 Lucro Líquido por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível os acionistas controladores da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2011 e 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação, podem ser demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado e controladora			Consolidado e controladora		
	Doze meses findos em 31/12/2011			Doze meses findos em 31/12/2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do período			22.576			11.553
Média ponderada de Ações ordinárias	20.390.561	-	20.390.561	20.390.561		20.390.561
Média ponderada de Ações preferenciais	-	10.799.329	10.799.329	-	10.799.329	10.799.329
Resultado por ação básico			0,72			0,57
Resultado por ação diluído			0,72			0,57

31 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia não possui cobertura de seguros contra danos físicos para a totalidade de sua frota. Existe uma cobertura limitada no que diz respeito a danos contra terceiros. Cerca de 3.000 dos veículos da frota da Companhia são segurados diretamente pelos clientes.

32 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

33 Eventos subseqüentes

Emissão de debêntures

Em janeiro de 2012, a Companhia efetuou captação adicional de R$ 121.730, decorrente da sua 4ª emissão de debêntures, cujos vencimentos se estendem até de 2014 e adicionalmente no início de fevereiro de 2012 aprovamos a nossa 5ª emissão de debêntures não conversíveis em ações no montante de R$35.000 cujo montante foi recebido integralmente pela Companhia em 09 de março de 2012.

Alteração do Primeiro Plano de outorga de ações ("Plano I") firmado em 21 de dezembro de 2010 e Aprovação do Segundo Plano de outorga de ações da Companhia ("Plano II")

Em 23 de fevereiro de 2012 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi efetuada a alteração de sua denominação para "Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Plano I")" e a retificação de determinados termos e condições do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações que passaram a ter a seguinte redação:

- Beneficiários e objetivo: os beneficiários são empregados e/ou administradores e/ou terceiros considerados estratégicos pela Companhia, a serem indicados pelo Conselho de Administração, tendo por objetivo incentivar e reter profissionais considerados estratégicos, talentosos e compromissados com os objetivos da Companhia;
- Liquidação das Opções: Uma vez comunicada à Companhia o Exercício da Opção, o Preço de Exercício poderá ser pago pelo Beneficiário, à vista, em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de ciência da Companhia do Exercício da Opção. O Exercício da Opção poderá ser realizado de forma total ou parcial, facultando-se ao Beneficiário a realização de exercícios parciais consecutivos."

  Adicionalmente, o Plano I conferirá aos seus beneficiários Opções de Compra de Ações da Companhia até o limite de 3% (três por cento) do capital social da Companhia nesta data.

Na mesma data, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária datada de o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia, por meio do qual serão outorgadas aos beneficiários opções de compra de até 1,5% do capital social da Companhia.

Conversão e cancelamento de Ações

Em 27 de fevereiro de 2011 a totalidade as ações preferenciais da Companhia (10.799.329 ações) foram convertidas em ações ordinárias. Desta forma foi extinta a classe de ações preferenciais da Companhia . Adicionalmente, nesta mesma data foram canceladas as ações ordinárias mantidas em tesouraria (415.848 ações). Após estas alterações o o capital social da Companhia passou a ser representado por 31.189.890 ações ordinárias.

Adesão ao Novo Mercado

Em 27 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou alterações em seu estatuto social de forma a se adequar as regras do segmento de governança coorporativa do Novo Mercado da BMF&BOVESPA S.A., nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado Bovespa.

Conversão do registro de Companhia Aberta do tipo "B" para o tipo "A"

Em 27 de fevereiro de 2012, a Companhia protocolou pedido para conversão de seu regiistro tipo "B" para tipo "A" junto a CVM. Em 01 de março de 2012 a CVM deferiu o pedido de conversão, sendo que a partir deste evento a Companhia está autorizada a negociar quaisquer valores mobiliários de sua emissão em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Oferta Pública

Em 27 de fevereiro de 2012, foi aprovada a realização de Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários, na Ata Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2012.

Distribuição de Juros sobre capital próprio intermediário e aumento de Capital

Em 30 de março de 2012 foi aprovado por meio de Assembleia Geral Extraordinária a distribuição intermediária de juros sobre o capital próprio no montante de R$2.332. Na mesma Assembléia foi aprovado o aumento de capital do capital social no montante de R$1.982 sem emissão de novas ações, por meio de capitalização do valor líquido dos juros sobre capital próprio creditados aos acionistas.

Desdobramento de ações de emissão da Companhia

Em 30 de março de 2011 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento das ações de emissão da Companhia na proporção de 3 (três) ações ordinárias em substituição a cada 2 (duas) ações ordinárias, pelo qual as 31.189.890 ações ordinárias que compunham o capital social da Companhia na data serão desdobradas em 46.784.835 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Companhia de Locação das Américas

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

Belo Horizonte, 31de março de 2012

Luis Fernando M. Porto
Presidente

Joel Kos
Diretor Financeiro

Marco Túlio Felicíssimo
Gerente Geral de Controladoria
CRC-MG 060046/O-2

Alder Rodrigues Barbosa
Contador Responsável
CRC-MG 075.295/O-4

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Formulário de Referência

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 405

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 406

2.3 - Outras informações relevantes 407

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 408

3.2 - Medições não contábeis 409

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 411

3.4 - Política de destinação dos resultados 413

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 415

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 416

3.7 - Nível de endividamento 417

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 419

3.9 - Outras informações relevantes 420

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 421

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 426

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 427

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 434

4.5 - Processos sigilosos relevantes 435

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 436

4.7 - Outras contingências relevantes 442

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 448

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 449

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 452
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 456
5.4 - Outras informações relevantes 457

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 458
6.3 - Breve histórico 459
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 461
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 467
6.7 - Outras informações relevantes 468

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 469
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 478
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 479
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 487
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 488
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 490
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 491
7.8 - Relações de longo prazo relevantes 492
7.9 - Outras informações relevantes 493

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 502
8.2 - Organograma do Grupo Econômico 504
8.3 - Operações de reestruturação 505
8.4 - Outras informações relevantes 506

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 507
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 508

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 509

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 512

9.2 - Outras informações relevantes 513

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 514

10.2 - Resultado operacional e financeiro 559

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 564

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 565

10.5 - Políticas contábeis críticas 572

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 575

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 576

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 578

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 579

10.10 - Plano de negócios 580

10.11 - Outros fatores com influência relevante 582

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 583

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 584

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 585

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 591

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 594

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 595

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 597

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 598

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 601

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 604

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 605

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 607

12.12 - Outras informações relevantes 608

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 611

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 615

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 618

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 620

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 628

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 629

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 632

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 633

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 634

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 635

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 636

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 637

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 638

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 639

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 640

13.16 - Outras informações relevantes 641

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 643

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 645

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 646

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 647

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 648

15.3 - Distribuição de capital 676

15.4 - Organograma dos acionistas 677

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 678

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 683

15.7 - Outras informações relevantes 684

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 685

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 686

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 693

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 694

17.2 - Aumentos do capital social 695

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 696

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 697

17.5 - Outras informações relevantes 698

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 699

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 700

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 702

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 703

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 704

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 707

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 708

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 709

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 710

18.10 - Outras informações relevantes 711

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 725

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 726

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 727

19.4 - Outras informações relevantes 728

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 729

20.2 - Outras informações relevantes 730

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 731

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 732

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 733

21.4 - Outras informações relevantes 734

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 735

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 736

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 737

22.4 - Outras informações relevantes 738

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luis Fernando Memória Porto**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Joel Kos**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	01/01/2009
Descrição do serviço contratado	1. Auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). 2. Diagnóstico sobre as diferenças existentes entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil e as IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e 2009. 3. Revisão sobre a adequação das bases de cálculo dos tributos diferidos. 4. Aplicação de determinados procedimentos em relação a dados contábeis da Companhia incluídos em documentos que incorporam por referência as demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	1. Auditoria das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as BR GAAP e IFRS para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 –R$451.914,60. 2. Auditoria das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as normas BR GAAP e IFRS em 31 de dezembro de 2010. Diagnóstico das diferenças existentes entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil e as IFRS/CPC nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010. Revisão das bases de cálculo dos tributos diferidos de 31 de dezembro de 2010 – R$762.122,60, sendo R$601.781,00 referentes aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, R$118.340,00 referentes aos serviços de diagnóstico e R$29.939,39 referentes aos serviços de revisão dos tributos diferidos. 3. Auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais preparadas de acordo com as BR GAAP em 31 de dezembro de 2009 - R$315.135,00. 4. Aplicação de determinados procedimentos em relação a dados contábeis da Companhia incluídos em documentos que incorporam por referência as demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas – R$490.000,00.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	01/01/2009	499.953.166-68	Rua Paraíba, nº1. 122, 13º andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (31) 21285712, Fax (31) 21285712, e-mail: Mtferreira@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não estejam descritas neste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	158.916.000,00	137.294.000,00	15.741.000,00
Ativo Total	929.714.000,00	724.769.000,00	469.092.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	390.682.000,00	309.185.000,00	212.066.000,00
Resultado Bruto	158.983.000,00	91.505.000,00	62.451.000,00
Resultado Líquido	22.576.000,00	11.553.000,00	-8.462.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	31.189.890	31.189.890	31.189.890
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	5,095113	4,401875	0,504683
Resultado Líquido por Ação	0,723824	0,370408	-0,271306

3.2 - Medições não contábeis

A seguir, apresentamos indicadores consolidados:

(i) EBITDA

a. valor

Vide item 3.2(i)(b) deste Formulário de Referência, abaixo.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

O EBITDA é a sigla em inglês de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, que é uma medição não contábil utilizada para avaliar a geração de caixa proveniente de uma sociedade. Calculamos o EBITDA conforme o Edital de Audiência Pública da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) no.13/2010 ("Edital No.13/2010") disponibilizado pela CVM em 18 de outubro de 2010, da seguinte forma: lucro (prejuízo) líquido, adicionado às despesas financeiras líquidas, despesas de imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) e aos custos e despesas de depreciação e amortização.

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA e o lucro (prejuízo) líquido divulgado em nossas demonstrações financeiras consolidadas e nossa margem EBITDA para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
	(em R$ mil, exceto percentual)		
Lucro (prejuízo) líquido	22.576	11.553	(8.462)
(+) Despesas financeiras líquidas	83.197	44.937	55.234
(+) IR / CSLL	7.910	6.506	(3.983)
(+) Depreciação e amortização	41.877	45.845	31.748
EBITDA conforme Edital No. 13/2010	155.560	108.841	74.537
Receita Líquida	390.682	309.185	212.066
Margem EBITDA[1]	39,8%	35,2%	35,1%

[1] *EBITDA dividido pela receita líquida operacional.*

c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

Nosso EBITDA é conciliado com nossas demonstrações financeiras partindo do lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelas despesas financeiras líquidas, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas com depreciação e amortização. Utilizamos o EBITDA para medir nosso desempenho, sendo que alguns investidores, agências de "*rating*" e analistas financeiros o utilizam como um indicador de nosso desempenho operacional e de nosso fluxo de caixa.

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada por nossa administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras e não é uma medida de desempenho financeiro segundo as BR GAAP ou as IFRS. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de nossa dívida mas funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade ou desempenho operacional, em razão de desconsiderar custos de depreciação de nossa frota que afetam, de maneira significativa, os nossos lucros.

(ii) Dívida líquida

3.2 - Medições não contábeis

a. Valor

Calculamos a nossa dívida líquida com base na soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos e debêntures registradas no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários, representados por saldos disponíveis em caixas e bancos e aplicações financeiras.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

	Em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
		(em R$ mil)	
Passivo Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	196.675	178.965	173.594
Passivo Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	417.931	298.208	92.932
Caixa e equivalentes de caixa	(79.442)	(83.772)	(22.644)
Títulos e valores mobiliários	(11.305)	-	-
Dívida Líquida	**523.859**	**393.401**	**243.882**

c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriadas para a correta compreensão das condições financeiras e do resultado das operações da Companhia

Nossos diretores entendem que o cálculo da dívida líquida, conforme demonstrado acima, é uma medição não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representa mais adequadamente nosso endividamento financeiro. Adicionalmente, nas cinco escrituras de debêntures de nossa emissão e no *Senior Term Loan Facility* celebrado entre nós e o Bank of America N.A., estamos sujeitos à observância de determinados índices financeiros (*covenants*) que utilizam a dívida líquida como parâmetro. Para maiores informações sobre (i) os contratos financeiros celebrados por nós, vide item 10.1(f)(iv) deste Formulário de Referência; (ii) sobre os índices financeiros (*covenants*) a que estamos sujeitos, vide itens 3.7 e 10.1(f)(iv) deste Formulário de Referência. Não existe uma definição padrão para a medição não contábil dívida liquida, e a nossa definição pode ser diferente daquela usada por outras companhias. Dívida liquida não é uma medida de endividamento segundo as BR GAAP e IFRS, assim como não é também uma medição dos nossos fluxos de caixa, liquidez ou recursos disponíveis para o serviço de nossa dívida.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Emissões de debêntures

Em janeiro de 2012, efetuamos captação adicional de R$121,7 milhões (R$120,0 milhões em valor nominal), decorrente de nossa quarta emissão de debêntures, cujos vencimentos se estendem até novembro de 2014 e, adicionalmente, no início de fevereiro de 2012 aprovamos a nossa quinta emissão de debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$35,0 milhões (valor nominal), com vencimento final em abril de 2016. Para maiores informações sobre as debêntures de nossa emissão, vide itens 18.5 e 18.10 deste Formulário de Referência.

Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio

Em 30 de março de 2012, nosso conselho de administração deliberou uma distribuição de juros sobre o capital próprio em favor de nossos acionistas, no montante total de R$2,3 milhões (R$2,0 milhões líquido de imposto de renda retido na fonte), sendo que os acionistas, em assembleia geral extraordinária ocorrida na mesma data, deliberaram a capitalização integral desse montante, sem emissão de novas ações. Em consequência, nosso capital social passou de R$133.309.096,99 para R$135.291.240,41.

Desdobramento de Ações

Em 30 de março de 2012, nossos acionistas, reunidos em assembleia geral extraordinária, aprovaram um desdobramento de ações em que se divide nosso capital social, na proporção de três ações para cada duas ações pré-existentes ao desdobramento. Em razão do referido desdobramento, nosso capital social, que era dividido em 31.189.890 ações ordinárias, passou a ser dividido em 46.784.835 ações ordinárias, sem ocorrer, entretanto, qualquer alteração em nossa composição acionária.

Alteração do Primeiro Plano de outorga de ações ("Plano I") firmado em 21 de dezembro de 2010 e Aprovação do Segundo Plano de outorga de ações da Companhia ("Plano II")

Em 23 de fevereiro de 2012 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi efetuada a alteração de sua denominação para "Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Plano I")" e a retificação de determinados termos e condições do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações que passaram a ter a seguinte redação:

- Beneficiários e objetivo: os beneficiários são empregados e/ou administradores e/ou terceiros considerados estratégicos pela Companhia, a serem indicados pelo Conselho de Administração, tendo por objetivo incentivar e reter profissionais considerados estratégicos, talentosos e compromissados com os objetivos da Companhia;

- Liquidação das Opções: Uma vez comunicada à Companhia o Exercício da Opção, o Preço de Exercício poderá ser pago pelo beneficiário, à vista, em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de ciência da Companhia do Exercício da Opção. O Exercício da Opção poderá ser realizado de forma total ou parcial, facultando-se ao beneficiário a realização de exercícios parciais consecutivos.

Adicionalmente, o Plano I conferirá aos seus beneficiários Opções de Compra de Ações da Companhia até o limite de 3% (três por cento) do capital social da Companhia.

Na mesma data, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia, por meio do qual serão outorgadas aos beneficiários opções de compra de até 1,5% do capital social da Companhia.

Conversão e cancelamento de Ações

Em 27 de fevereiro de 2012 a totalidade das ações preferenciais da Companhia (10.799.329 ações) foi convertida em ações ordinárias. Desta forma foi extinta a classe de ações preferenciais da Companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Adicionalmente, nesta mesma data foram canceladas as ações ordinárias mantidas em tesouraria (415.848 ações). Após estas alterações o capital social da Companhia passou a ser representado por 31.189.890 ações ordinárias.

Adesão ao Novo Mercado

Em 27 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou alterações em seu estatuto social de forma a se adequar as regras do segmento de governança coorporativa do Novo Mercado da BMF&BOVESPA S.A., nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado BM&FBovespa.

Conversão do registro de Companhia Aberta do tipo "B" para o tipo "A"

Em 27 de fevereiro de 2012, a Companhia protocolou pedido para conversão de seu registro tipo "B" para tipo "A" junto a CVM. Em 01 de março de 2012 a CVM deferiu o pedido de conversão, sendo que a partir deste evento a Companhia está autorizada a negociar quaisquer valores mobiliários de sua emissão em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Oferta Pública

Em 27 de fevereiro de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realização de Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2009	2010	2011
Regras sobre a retenção de lucros	Os lucros apurados tiveram a destinação determinada pela Assembleia Geral Ordinária, obedecidos os limites da lei e de nosso estatuto social. Mantemos, além da reserva legal, uma reserva de lucros que tem por finalidade o reforço de caixa para a condução de nossos negócios, bem como possibilitar nosso crescimento orgânico. O percentual de 5% do resultado do exercício deve ser destinado à reserva legal, que não poderá exceder 20% de nosso capital social, salvo se de outra forma não for deliberado em assembleia geral. Por sua vez, o limite máximo da reserva de lucros é o total de nosso capital social.No exercício social terminado em 31 de dezembro de 2009 foi apurado prejuízo, motivo pelo qual não houve qualquer retenção de valores.	Os lucros apurados tiveram a destinação determinada pela Assembleia Geral Ordinária, obedecidos os limites da lei e de nosso estatuto social. Mantemos, além da reserva legal, uma reserva de lucros que tem por finalidade o reforço de caixa para a condução de nossos negócios, bem como possibilitar nosso crescimento orgânico. O percentual de 5% do resultado do exercício deve ser destinado à reserva legal, que não poderá exceder 20% de nosso capital social, salvo se de outra forma não for deliberado em assembleia geral. Por sua vez, o limite máximo da reserva de lucros é o total de nosso capital social. Em 30 de abril de 2011 nossos acionistas deliberaram em assembleia geral ordinária e extraordinária destinar o resultado do exercício de 2010, no montante total de R$11.553.000,00, da seguinte forma: (i) R$3.035.000,00 para a reserva de lucros; e (ii) R$8.518.000,00 para absorção de prejuízos acumulados.	Os lucros apurados tiveram a destinação determinada pela Assembleia Geral Ordinária, obedecidos os limites da lei e de nosso estatuto social. Mantemos, além da reserva legal, uma reserva de lucros que tem por finalidade o reforço de caixa para a condução de nossos negócios, bem como possibilitar nosso crescimento orgânico. O percentual de 5% do resultado do exercício deve ser destinado à reserva legal, que não poderá exceder 20% de nosso capital social, salvo se de outra forma não for deliberado em assembleia geral. Por sua vez, o limite máximo da reserva de lucros é o montante correspondente ao valor de nosso capital social subtraído dos saldos das nossas demais reservas de lucros. Em 27 de fevereiro de 2012 nossos acionistas deliberaram em assembleia geral ordinária e extraordinária reter parte do resultado do exercício de 2011, no montante total de R$22.576.000,00, da seguinte forma: (i) R$1.129.000,00 para a reserva legal; e (ii) R$13.163.928,32 para reserva de retenção de lucros.
Regras sobre a distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de lucros, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela assembleia geral. O acordo de acionistas firmado entre nossos acionistas controladores previa, ainda, que o acionista BV Empreendimentos e Participações S.A. na qualidade de detentor de ações preferenciais no referido exercício, teria direito ao recebimento de dividendos fixos, calculados nos termos do acordo de acionistas. Este mesmo acordo de acionistas previa que, em face da necessidade de nossa capitalização para a condução de nossos negócios, as distribuições de dividendos	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de lucros, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela assembleia geral. O acordo de acionistas firmado entre nossos acionistas controladores previa, ainda, que o acionista BV Empreendimentos e Participações S.A. na qualidade de detentor de ações preferenciais no referido exercício, teria direito ao recebimento de dividendos fixos, calculados nos termos do acordo de acionistas. Este mesmo acordo de acionistas previa que, em face da necessidade de nossa capitalização para a condução de nossos negócios, as	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de lucros, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela assembleia geral. Em 27 de fevereiro de 2012 nossos acionistas deliberaram em assembleia geral ordinária e extraordinária destinar parcela do resultado do exercício de 2011, correspondente a R$7.002.000,00 (valor líquido de imposto de renda), para ser distribuída aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	seriam suspensas nos anos de 2010, 2009 e 2008.	distribuições de dividendos seriam suspensas nos anos de 2010, 2009 e 2008.	
Periodicidade das distribuições de dividendos	Nosso estatuto social prevê a possibilidade de declaração de dividendos anuais ou intermediários, observadas as disposições legais. Conforme mencionado acima, nos exercícios de 2011, 2010 e 2009 não houve distribuição de dividendos.	Nosso estatuto social prevê a possibilidade de declaração de dividendos anuais ou intermediários, observadas as disposições legais. Conforme mencionado acima, nos exercícios de 2011, 2010 e 2009 não houve distribuição de dividendos.	Nosso estatuto social prevê a possibilidade de declaração de dividendos anuais ou intermediários, observadas as disposições legais. Conforme mencionado acima, nos exercícios de 2011, 2010 e , 2009não houve distribuição de dividendos.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Nosso estatuto social, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 29 da lei das sociedades por ações, prevê que 5% do lucro líquido seja anualmente destinados a formação da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto estabelecido no parágrafo 1º. do artigo 193 da referida lei. Adicionalmente, nosso estatuto social prevê que o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser pago aos acionistas em relação ao exercício social em que nossa administração informe a assembleia geral que tal pagamento é incompatível com a nossa situação financeira.	Nosso estatuto social, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 29 da lei das sociedades por ações, prevê que 5% do lucro líquido seja anualmente destinados a formação da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto estabelecido no parágrafo 1º. do artigo 193 da referida lei. Adicionalmente, nosso estatuto social prevê que o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser pago aos acionistas em relação ao exercício social em que nossa administração informe a assembleia geral que tal pagamento é incompatível com a nossa situação financeira. As escrituras de emissão das debêntures de nossa emissão contém cláusulas restringindo o pagamento de dividendos em caso de descumprimento, por nós, de determinados índices financeiros. Para maiores informações, vide itens 3.7 e 18.5 deste Formulário de Referência.	Nosso estatuto social, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 29 da lei das sociedades por ações, prevê que 5% do lucro líquido seja anualmente destinados a formação da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto estabelecido no parágrafo 1º. do artigo 193 da referida lei. Adicionalmente, nosso estatuto social prevê que o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser pago aos acionistas em relação ao exercício social em que nossa administração informe a assembleia geral que tal pagamento é incompatível com a nossa situação financeira. As escrituras de emissão das debêntures de nossa emissão contém cláusulas restringindo o pagamento de dividendos em caso de descumprimento, por nós, de determinados índices financeiros. Para maiores informações, vide itens 3.7 e 18.5 deste Formulário de Referência.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	21.447.000,00	11.553.000,00	-8.462.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	32,647923	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	14,206247	8,414789	0,000000
Dividendo distribuído total	7.002.000,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	14.292.928,32	11.553.000,00	0,00
Data da aprovação da retenção	27/02/2012	30/04/2011	30/04/2010

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	2.270.000,00	30/06/2011				
Ordinária	1.160.000,00	30/09/2011				
Preferencial	602.000,00	30/09/2011				
Ordinária	1.179.000,00	31/12/2011				
Preferencial	1.179.000,00	30/06/2011				
Preferencial	612.000,00	31/12/2011				
Ordinária			0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 não houve dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	770.798.000,00	Índice de Endividamento	4,85034900	
	0,00	Outros índices	3,36980000	Utilizamos o cálculo da dívida líquida sobre EBITDA para cumprimento de “covenants” previstos em escrituras de debêntures de nossa emissão e no Senior Term Loan Facility celebrado entre nós e o Bank of America S.A. O EBITDA, para fins de cálculo deste covenant, é calculado conforme demonstrado no item 10.1.f.“iv” deste Formulário de Referência. Para maiores informações sobre a fórmula de cálculo deste índice, vide item 10.1.f. “iv” deste Formulário de Referência.
	0,00	Outros índices	1,86640000	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas - Utilizamos este índice para cumprimento de “covenants” previstos em escrituras de debêntures de nossa emissão e no Senior Term Loan Facility celebrado entre nós e o Bank of America S.A. O EBITDA, para fins de cálculo deste covenant, é calculado conforme demonstrado no item 10.1.f. “iv” deste Formulário de Referência. Para maiores informações sobre a fórmula de cálculo deste índice, vide item 10.1.f. “iv” deste Formulário de Referência.
	0,00	Outros índices	3,37750000	Dívida líquida/ Patrimônio líquido - Utilizamos este índice para cumprimento de “covenants” previstos em escrituras de debêntures de nossa emissão e no Senior Term Loan Facility celebrado entre nós e o Bank of America S.A. Entendemos que este índice é apropriado para o monitoramento de nossa estrutura de capital, por representar a relação entre o capital de terceiros e o capital de nossos acionistas. Para maiores informações sobre a fórmula de cálculo deste índice, vide item 10.1.f. “iv” deste Formulário de Referência.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	0,00	Outros índices	0,73870000	Divida líquida/ Valor contábil da frota - Utilizamos este índice para cumprimento de “covenants” previstos em escrituras de debêntures de nossa emissão e no Senior Term Loan Facility celebrado entre nós e o Bank of America S.A. Entendemos que este índice é apropriado por indicar o valor da frota necessário para liquidação integral da dívida. Para maiores informações sobre a fórmula de cálculo deste índice, vide item 10.1.f. “iv” deste Formulário de Referência.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	204.741.000,00	298.977.000,00	193.125.000,00	263.000,00	697.106.000,00
Garantia Flutuante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirografárias	73.692.000,00	0,00	0,00	0,00	73.692.000,00
Total	278.433.000,00	298.977.000,00	193.125.000,00	263.000,00	770.798.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As informações constantes deste item 3 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso site (www.locamerica.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Item 3.5 – Informamos que não foi constituída reserva legal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme balanço publicado de 31de dezembro 2010.

Item 3.1 – Informamos que, para fins de nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, o resultado líquido por ação (resultado básico por ação) foi calculado com base no resultado do período atribuível aos nossos acionistas nos respectivos exercícios e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação em tais exercícios.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Riscos Relacionados ao Emissor

Podemos não ser capazes de manter o nosso crescimento.

Pretendemos continuar a expandir nossas atividades nos mercados em que atuamos, bem como em mercados de outras regiões ainda não exploradas, para aproveitarmos oportunidades de crescimento de mercado existentes e potenciais. Nossos resultados operacionais nos últimos períodos ou exercícios não são indicativos de nosso desempenho futuro. Caso não sejamos capazes de crescer e manter um índice composto de crescimento anual satisfatório, nossa situação financeira e nossos resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

O crescimento e a expansão em nossos mercados atuais e em novos mercados poderão requerer adaptações de nossa estrutura operacional, incluindo, mas não se limitando, à abertura de novos centros de operação, centros de desmobilização e de pontos de venda de unidades de veículos seminovos, bem como de expansão e gerenciamento da nossa frota. Se não respondermos de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação, nossos resultados operacionais poderão vir a ser adversamente afetados.

Nossos resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços e no cálculo da desvalorização efetiva estimada de nossa frota.

O preço de aluguel de nossas frotas inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e dos veículos que a compõem, e consequentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo de aquisição dos veículos e acessórios menos o preço de venda mais receita adicional obtida da venda). Caso superestimemos a desvalorização efetiva dos nossos veículos, poderemos ter que aumentar os aluguéis para valores superiores aos de nossos concorrentes para que consigamos recuperar os custos efetivos com a depreciação, o que poderá reduzir nossa competitividade. Por outro lado, caso subestimemos a depreciação efetiva dos veículos, poderemos ter que reduzir nossos aluguéis no ato da contratação, o que poderá causar uma redução em nossa margem operacional. Em ambos os casos, se a estimativa de depreciação efetiva futura não for adequadamente realizada, nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente. Este é um risco significativo nos contratos de aluguel de frotas por estes serem contratos de longo prazo.

Nossos resultados podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos na aquisição de veículos novos com as montadoras.

Nossa frota de veículos é renovada constantemente, após um ciclo médio de utilização de aproximadamente 24 meses. Temos nos beneficiado de descontos na compra de veículos novos em virtude de nosso grande volume de compras de tais veículos. Nossos resultados podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos junto às montadoras para aquisição de veículos novos, o que pode ser provocado quer pelo aumento na demanda por veículos novos quer por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes.

No caso de um aumento na demanda pela compra de veículos novos, o que, consequentemente, impactará a capacidade disponível de produção dos fabricantes de veículos no Brasil, ou uma mudança desfavorável na política de venda de veículos às empresas de locação de veículos e terceirização de frotas, podemos não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, da vantagem de obter tais descontos. Como os preços que cobramos de nossos clientes levam em consideração o custo de aquisição de veículos novos, nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

Estamos sujeitos ao risco de não renovação de contratos de terceirização de frotas com nossos principais clientes.

Nossos dez maiores clientes representaram aproximadamente 48,1% de nossa receita bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo que com cada um desses clientes possuímos diversos contratos com prazos de vencimento variados. A não renovação de contratos de terceirização de frotas com tais clientes após os seus respectivos vencimentos poderá resultar em uma redução significativa de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossa receita e, consequentemente, poderá impactar adversamente nossos negócios, condição financeira e nossos resultados.

O nível do nosso endividamento pode gerar um efeito material adverso em nossa saúde financeira, diminuindo a nossa habilidade de obter recursos adicionais para financiar nossas operações e de reagir às mudanças da economia ou do setor de locação de veículos.

Em 31 de dezembro de 2011, o nosso endividamento total era de R$614,6 milhões, sendo que deste valor, R$196,7 milhões se referiam ao nosso endividamento de curto prazo. Este endividamento, líquido da posição de caixa, representava 3,3 vezes o nosso patrimônio líquido. Na mesma data, a nossa posição de caixa era de R$90,7 milhões, incluindo títulos e valores mobiliários.

O nível e a composição do nosso endividamento podem: (i) implicar no uso de uma parcela maior dos nossos recursos para efetuar o pagamento das nossas dívidas, com a consequente redução do caixa disponível para financiar o nosso capital de giro e os nossos investimentos; (ii) limitar a nossa flexibilidade no planejamento ou na reação a mudanças em nosso negócio ou no setor de locação de veículos; (iii) limitar a nossa capacidade de levantar novos recursos no futuro ou aumentar o custo de nosso capital; (iv) nos posicionar em desvantagem competitiva em relação aos nossos concorrentes que possuam menor nível de endividamento.

Não podemos garantir que seremos capazes de obter fundos tempestivamente e nos montantes necessários ou a taxas competitivas. Se não formos capazes de captar recursos conforme planejado, poderemos não ser capazes de satisfazer nossos compromissos, o que poderia prejudicar nosso negócio, condição financeira ou perspectivas futuras.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, 79% do nosso endividamento era indexado a taxas flutuantes, como por exemplo o CDI. Qualquer aumento das taxas de juros poderá gerar impacto negativo sobre as nossas despesas financeiras e consequentemente sobre a nossa situação financeira.

A perda de membros de nossa alta administração ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso material sobre nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nossa administração e nossas operações são dependentes em grande parte das contribuições de pessoas chave de nossa alta administração. Não podemos assegurar que seremos bem sucedidos na atração ou retenção de membros de nossa alta administração. A perda de qualquer dos membros de nossa alta administração, ou a nossa incapacidade de atrair e contratar outros executivos para integrá-la poderá afetar adversamente nossa capacidade de implementar nossa estratégia de negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nossos negócios exigem capital intensivo de longo prazo para financiar a renovação e expansão da nossa frota e para implementar a nossa estratégia de crescimento.

A implementação da nossa estratégia de crescimento depende de nossa capacidade de investir, renovar, bem como de expandir a nossa frota. A capacidade de financiar a renovação e a expansão da nossa frota depende, por sua vez, do nosso desempenho operacional e da nossa capacidade da obtenção de financiamento. Nossos investimentos em bens de capital relacionados a aquisições de veículos, líquidos de receita decorrente da venda dos veículos usados foram de R$53,3 milhões, R$181,6 milhões e de R$194,4 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Não podemos garantir que conseguiremos obter financiamento suficiente para financiar nossos investimentos em bens de capital e para financiar a nossa estratégia de expansão em custos aceitáveis. Adicionalmente, condições macroeconômicas negativas em geral ou outros fatores externos podem, por sua vez, afetar negativamente a nossa estratégia de crescimento.

A diminuição na demanda por veículos seminovos pode impactar adversamente nossos negócios.

Os fabricantes de veículos no Brasil não oferecem garantias de recompra de veículos seminovos às empresas que atuam nos segmentos de terceirização de frotas e locação de veículos, para protegê-las contra condições desfavoráveis no mercado de comercialização de veículos seminovos. Dessa forma, a venda de veículos seminovos complementa nosso negócio de terceirização de frotas. No caso de uma

4.1 - Descrição dos fatores de risco

redução na demanda por veículos seminovos, nossos negócios podem ser adversamente impactados em razão da redução de nossa capacidade de vender os veículos seminovos de nossa frota.

Estamos sujeitos a obrigações contratuais que impõem determinadas restrições (covenants), as quais podem afetar a nossa capacidade de crescimento.

Estamos sujeitos a determinadas obrigações contratuais que impõem determinadas restrições, de acordo com os termos e as condições de contratos de financiamento que celebramos e de nossas escrituras de emissões de debêntures. Na hipótese de descumprimento por parte da nossa Companhia de quaisquer dessas obrigações contidas nos referidos instrumentos, a totalidade do valor principal, juros futuros e quaisquer multas devidas nos termos dos referidos instrumentos poderão tornar-se imediatamente devidos e exigíveis. O vencimento antecipado de nossas obrigações poderá prejudicar nossa situação financeira, especialmente devido às disposições sobre inadimplemento cruzado (*cross default*) contidas em diversos de nossos contratos de financiamento.

Adicionalmente, a existência de limitações sobre nosso endividamento poderá nos impedir de celebrar novos contratos para financiamento de nossas operações ou para refinanciamento de nossas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Caso precisemos incorrer em novo endividamento em razão de nossa estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, poderemos ser impedidos de realizá-lo em virtude dessas restrições ou ser obrigados a pagar antecipadamente o endividamento a respeito do qual as restrições serão aplicadas, o que poderá limitar nossa estratégia de expansão e afetar negativamente nosso fluxo de caixa e nossos resultados operacionais.

De nossa frota total, 75% foi oferecida em garantia de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2011, 75% de nossa frota havia sido oferecida em garantia de nossas operações de empréstimo e financiamento sob o regime de arrendamento mercantil e alienação fiduciária em garantia. O montante total do saldo devedor em nossas operações de empréstimo e financiamento, em 31 de dezembro de 2011, era de R$614,6 milhões e o valor veículos dados em garantia representam R$520,0 milhões. Caso não sejamos capazes de cumprir com as obrigações previstas em tais operações, a totalidade ou parte dos veículos oferecidos em garantia poderá ser retomada ou vendida para satisfação do crédito dos respectivos credores e, portanto, não mais estará disponível para nossas operações, o que poderá afetar adversamente nossas atividades e resultados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nossa Companhia.

Somos e poderemos ser no futuro, réus ou, conforme o caso, autores em processos judiciais, seja nas esferas cível, tributária, trabalhista e criminal, seja em processos administrativos (perante autoridades ambientais, concorrenciais, tributárias, policiais, dentre outras). Não podemos garantir que os resultados destes processos nos serão favoráveis, ou, ainda, que manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e em nossa situação financeira. Para maiores informações sobre os processos relevantes nos quais somos partes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Não mantemos cobertura de seguro de nossa frota contra determinados riscos.

Não contratamos seguro de casco[1] para nossa frota e os seguros contra terceiros contratados possuem cobertura limitada. Os veículos da nossa frota podem sofrer avarias ou podem ser furtados ou roubados. Não mantemos apólices de seguro para cobrir custos de tais sinistros ou para cobrir o conserto ou a substituição de veículos avariados, furtados ou roubados. Dessa forma, podemos vir a estar expostos a responsabilidades a respeito das quais não estamos segurados e, na hipótese de não conseguirmos de outra forma cobrir os valores necessários, nossos negócios, situação financeira, nossos resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente.

[1] Seguro de casco: refere-se à cobertura do automóvel propriamente dito, excluídos os acessórios e equipamentos adicionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

b) Com relação aos fornecedores da Companhia

Há uma concentração de montadoras de automóveis com capacidade instalada limitada no Brasil.

Em 2010, aproximadamente 87,0% do setor de fabricação de automóveis no Brasil estavam concentrados em cinco montadoras de automóveis, isto é, Fiat, GM, Ford, Volkswagen e Renault conforme últimas informações disponíveis divulgadas pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis ("ABLA"). Com relação a 2011, a Associação Brasileira da Indústria de Autopeças ("ABIPEÇAS") estima um mercado de aproximadamente 34,9 milhões de veículos de passeio e de veículos comerciais leves e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores ("ANFAVEA") estima uma capacidade instalada do setor de aproximadamente 4,3 milhões de unidades por ano no Brasil, com expansão esperada para 5,0 milhões até 2013 para atender o aumento da demanda do mercado doméstico. Caso esse aumento em capacidade instalada não ocorra, ou caso haja uma mudança na política de vendas das montadoras de automóveis, os termos e as condições de compra de automóveis poderão ser afetados negativamente. Nesse sentido, nossa capacidade de renovar e expandir nossa frota e, consequentemente, nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente.

c) Com relação aos clientes da Companhia

Risco de crédito de clientes

Estamos sujeitos ao risco de crédito dos clientes e de instituições financeiras na venda de veículos desativados e de locação. Perdas acima das expectativas podem impactar adversamente os nossos resultados.

d) Com relação ao setor de atuação da Companhia

O segmento de locação de veículos é altamente competitivo.

O segmento de locação de veículos é altamente competitivo, tanto em termos de preço quanto de qualidade. Em 31 de dezembro de 2011, existiam aproximadamente 2 mil empresas de locação de veículos e frotas em operação no Brasil, conforme dados da ABLA. O segmento de locação de frotas apresenta poucas barreiras de entrada e as tarifas de locação consistem em um dos fatores importantes na decisão de contratação dos serviços de terceirização de frotas pelos clientes. Tal ambiente altamente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais operamos ou um aumento nos nossos custos de captação ou retenção de nossos clientes, afetando adversamente o nosso crescimento e a nossa rentabilidade. Além disso, enfrentamos concorrência de empresas de locação de veículos do Brasil e do exterior de diferentes portes. Nesse sentido, não podemos garantir que seremos capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado no segmento em que atuamos de acordo com a nossa estratégia atual.

e) Com relação à regulação do setor da Companhia

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir nossa margem bruta.

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças no regime tributário, representando potencial aumento da nossa carga tributária e da carga tributária de nossos clientes. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja receita é vinculada a finalidades governamentais específicas. Caso essas mudanças aumentem a nossa carga tributária, poderemos ter nossa margem bruta reduzida, impactando adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Mudanças na legislação ambiental podem resultar no aumento de nossos custos operacionais.

As emissões atmosféricas produzidas pela nossa frota estão sujeitas a programas de inspeção e manutenção de veículos em uso, que, em regra, são estaduais, mas, no caso dos municípios com frota igual ou superior a três milhões de veículos, podem ser municipais. No Estado do Rio de Janeiro e no município de São Paulo, nossa frota já é submetida a avaliações periódicas realizadas pelas autoridades

4.1 - Descrição dos fatores de risco

competentes. Embora tais programas ainda sejam incipientes, sabemos que a legislação ambiental tem se tornado progressivamente mais rigorosa. A exigência legal de eventuais novos padrões de controle de emissões atmosféricas geradas pelo setor de transporte, inclusive sobre os gases de efeito estufa liberados, pode elevar nossos custos operacionais.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Atualmente, não identificamos cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na Seção 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

Somos partes em processos judiciais e procedimentos administrativos tributários, trabalhistas, cíveis e policiais, conforme descrito a seguir.

Os processos descritos neste item foram selecionados considerando principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo ao nosso patrimônio, em nossa capacidade financeira ou em nossos negócios. Foram considerados, ainda, na seleção dos processos relevantes, os riscos de imagem inerentes à atribuição, de determinada conduta a nós, ou os riscos jurídicos relacionados à discussão judicial de encargos tributários.

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2011, éramos parte em 273 processos tributários judiciais e administrativos, no valor total de R$5,7 milhões, do qual o valor de R$43 mil estava provisionado. Os objetos dos referidos processos envolvem, em sua grande maioria, a discussão da incidência dos seguintes tributos: imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA), taxa de renovação do licenciamento anual do veículo (TRLAV), imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e imposto de renda retido na fonte (IRRF), conforme detalhamento abaixo. Não consideramos devidos os referidos tributos pelos seguintes fatos:

- **IPVA**: entendemos que a lei do Estado de São Paulo que instituiu a cobrança do IPVA é inconstitucional e fruto de guerra fiscal entre Estados, sendo atualmente discutida por meio da ação direta de inconstitucionalidade nº 4376, ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio – CNC, em curso perante o Supremo Tribunal Federal. Isto porque referida lei instituiu a cobrança do imposto sobre veículos que transitam no Estado de São Paulo, independentemente do local em que tenham sido registrados. Realizamos o pagamento do imposto exigido pelo Estado de São Paulo ao Estado de Minas Gerais, onde os carros são registrados;

- **TRLAV**: consideramos indevida a taxa exigida pelo Estado de Minas Gerais, em razão da inconstitucionalidade formal do processo legislativo que criou a norma que instituiu a mencionada taxa. Já há, inclusive, entendimento manifestado pela Corte Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais declarando a inconstitucionalidade da referida taxa;

- **ICMS**: acreditamos que nossas atividades operacionais não constituem fato gerador deste imposto, na medida em que representaram transferência de bens do ativo imobilizado entre empresas do mesmo grupo. O Estado do Mato Grosso, no entanto, teve entendimento diverso e lavrou termos de apreensão e depósito contra nós. No contexto desses termos de apreensão em depósito, em relação à multa aplicada por descumprimento de obrigação acessória (não emissão de nota fiscal), acreditamos ser possível que a exigência seja mantida, pelo fato de que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendido, em julgados recentes, que a emissão de nota fiscal é obrigatória, mesmo que a pessoa jurídica que realiza a operação qualifique-se como não contribuinte do ICMS. No entanto, apesar de tal jurisprudência, ainda julgamos ser controverso afirmar que este entendimento também será aplicado a pessoas jurídicas não-contribuintes do imposto. Ademais, as multas previstas na legislação mato-grossense para circulação de mercadorias desacompanhadas de documento fiscal incidem diretamente sobre a base de cálculo do ICMS (i.e., o valor da operação), no percentual de 50%, superior ao montante do ICMS que seria devido caso a operação fosse tributada, o que acreditamos nos fornecer bases para a contestação jurídica em prol da redução do valor da multa; e

- **IRRF**: o processo administrativo discute a obrigação de nossa subsidiária Locarvel Locadora de Veículos Ltda. ("Locarvel") de efetuar o recolhimento do imposto de renda retido na fonte, tendo em vista constatação, pela autoridade fiscal, da suposta

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ocorrência de pagamento sem causa a terceiros. Os documentos contábeis e as microfilmagens dos cheques apresentados nos autos do processo comprovam que os valores questionados corresponderam à distribuição de lucros para os sócios da pessoa jurídica. Tais cheques foram sacados por prepostos da Locarvel, mediante endosso dos títulos de crédito, para que, então, os dividendos fossem entregues aos sócios em espécie. Note-se, inclusive, que é possível verificar no verso dos cheques o nome dessas pessoas físicas autorizadas a proceder ao saque das quantias. Inexistiu, portanto, o suposto pagamento sem causa a terceiros alegado pela autoridade fiscal.

- **Tributos Federais discutidos no REFIS (Imposto de Renda, CSLL, PIS e COFINS)**: a Locarvel optou pela inclusão de seus débitos no Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009. Em razão de uma falha operacional nos sistemas da Receita Federal cuja causa nos é desconhecida, a etapa de consolidação do parcelamento não foi computada pela Secretaria da Receita Federal, fato que ensejou a exclusão da Locarvel do Parcelamento Federal. Em razão desse fato, foi proposto Mandado de Segurança em face do Delegado da Receita Federal, sob o argumento de que, em etapa anterior, a Locarvel já havia se manifestado pela inclusão da totalidade dos débitos no parcelamento, motivo pelo qual a etapa de consolidação constitui-se em mera formalidade procedimental. Informamos também, na oportunidade, que a exclusão do parcelamento é contrária, inclusive, aos interesses do fisco, posto que impede a arrecadação e prejudica a saúde financeira das empresas injustamente excluídas do benefício. O juízo de 1.º grau entendeu por razoáveis e justos os argumentos da companhia, motivo pelo qual determinou, liminarmente, sua reinclusão no parcelamento, bem como determinou que a Receita Federal calculasse o valor das parcelas a pagar no âmbito do Parcelamento Federal, parcelas estas que já foram devidamente quitadas;

Dentre as ações tributárias em que figuramos no pólo passivo ou ativo, aquelas que entendemos relevantes para nossos negócios, que não estão sob sigilo, encontram-se abaixo descritas:

(i) Processo nº 0025907-19.2010.8.13.0024

a. Juízo	4ª Vara de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	15/01/2010
d. Partes no processo	Companhia de Locação das Américas (autora); Locarvel Locadora de Veículos Ltda.(autora); e Diretor do Departamento Trânsito Estado de Minas Gerais (réu); Superintendente Regional da Fazenda do Estado de Minas Gerais; Estado de Minas Gerais
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.121.971,06
f. Principais fatos	Mandado de segurança. Concedida a liminar para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário da TRLAV mediante depósito judicial. O Estado de Minas Gerais interpôs agravo de instrumento contra a decisão liminar, tendo o tribunal negado provimento ao recurso, em seguida o Estado apresentou embargos de declaração ao qual foi negado provimento. Contra essa decisão, o Estado de Minas Gerais interpôs recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça que determinou o retorno do feito ao TJMG para apreciação dos embargos. O TJMG reapreciou os embargos de declaração e entendeu pelo seu não acolhimento. Foram estendidos os efeitos da decisão liminar para o exercício de 2011 e 2012, tendo sido providenciado, em seguida, o depósito judicial dos respectivos valores.
g. Chance de perda	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. Análise do impacto em caso de perda do processo	O valor depositado em juízo até dezembro de 2011 é de R$1.118.743,17 (atualizado) e poderá ser convertido em renda em favor do Estado de Minas Gerais.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há.

(ii) Processo nº 0137348-05.2010.8.13.0024

a. Juízo	3ª Vara de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	18/01/2010
d. Partes no processo	Companhia de Locação das Américas (autora); Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (autora); Estado de Minas Gerais (réu);
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$1.616.368,56
f. Principais fatos	Ação de repetição de indébito tributário para reconhecer a ilegalidade da cobrança da Taxa de Renovação do Licenciamento Anual de Veículo e determinar a restituição de valores recolhidos a maior nos anos de 2005 a 2009 devidamente corrigidos. A Fazenda Estadual impugnou o valor atribuído à causa. Em decisão prolatada em 11/08/2011, o incidente foi rejeitado, mantendo o valor atribuído à causa pela Impugnada.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não será possível obter a restituição da TRLAV paga nos últimos cinco anos.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

(iii) Processo nº 19515.001879/2010-15

a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo – DEFIS/SP
b. Instância	3ª
c. Data de Instauração	22/04/2009
d. Partes no processo	Receita Federal do Brasil (autora); Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (ré)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$523.352,91
f. Principais fatos	A Receita Federal verificou suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do imposto de renda retido na fonte pela Locarvel, tendo em vista suposta constatação da ocorrência de pagamento sem causa a terceiros indicados pela autoridade fiscal. Os documentos contábeis e as microfilmagens dos cheques apresentados nos autos do processo comprovam que os valores questionados pela autoridade fiscal representaram distribuição de lucros para os sócios da pessoa jurídica, sendo que os mencionados cheques, inclusive, foram sacados por funcionários devidamente autorizados para tanto. É possível verificar no verso dos cheques o nome dessas pessoas físicas como autorizadas somente para proceder ao saque da quantia. Inexistindo o pagamento a terceiros mencionado pela autoridade fiscal. Apresentamos Recurso Voluntário em face da decisão que não apreciou o mérito por intempestividade da defesa administrativa. Atualmente o processo não está

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	com a exigibilidade suspensa, conforme extrato emitido pela Receita Federal do Brasil em 13/02/2012. Tendo em vista a interposição de recurso voluntário pela Companhia, os débitos deveriam estar com sua exigibilidade suspensa. Considerando que tal procedimento não foi observado pela Receita Federal do Brasil, peticionamos na primeira quinzena de dezembro de 2011 a fim de requerer a suspensão da exigibilidade do débito e informando nossas razões para tal requerimento. Aguardamos retorno da Receita Federal do Brasil sobre o aludido requerimento.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Exigência do IRRF incidente sobre a operação. É possível, porém, continuar a discussão na esfera judicial.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

(iv) Processo nº 0020072.36.2011.4.03.6100

a. Juízo	14ª Vara Federal Cível
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	03/11/2011
d. Partes no processo	Locarvel Locadora de Veículos Ltda (Impetrante); Delegado da Receita Federal de Administração Tributaria em São Paulo (Impetrado) Procurador Chefe Procuradoria Geral Fazenda Nacional em São Paulo – SP (Impetrado)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Consideramos não haver, neste momento, forma de se estimar os valores envolvidos no processo, posto que se trata de mandado de segurança que pretende, tão somente, a reinclusão dos débitos da Locarvel no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009.
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança com Pedido de Liminar com objetivo de consolidar os débitos do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e manter a Companhia dentro do programa. Concedida liminar determinando a reinclusão dos débitos no parcelamento e, por consequência, a consolidação dos débitos com a respectiva determinação da parcela mensal. A União Federal apresentou agravo de instrumento em face dessa decisão que até o momento está concluso para decisão do Desembargador Relator. Muito embora tenha sido deferida medida liminar, constam perante o sistema da Receita Federal, conforme extrato emitido em 13/02/2012, débitos/pendências relativas ao processo nº 10880.414.083/2008-71 e 16152.720.841/2011-02 que correspondem a um processo de parcelamento ordinário migrado para o parcelamento da lei nº 11.941/2009 e o processo de acompanhamento do parcelamento pela Receita Federal, respectivamente, ambos ainda pendentes de regularização perante a Autoridade Fiscal.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Se proferida sentença definitiva que, eventualmente, declare a exclusão dos débitos da Locarvel do Parcelamento Federal, os débitos serão exigidos sem as benesses instituídas pela legislação

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	que instituiu o Parcelamento Federal.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, éramos parte em 49 processos trabalhistas. Os processos trabalhistas versam principalmente sobre horas extras, reconhecimento de vínculo empregatício, diferenças de comissões, FGTS, aviso prévio, indenização por danos morais. O valor total envolvido nesses processos é estimado em R$11,6 milhões, considerando o valor da causa atribuído por nossos advogados e consultores jurídicos. Constituímos uma provisão referente às demandas trabalhistas de R$2,0 milhões para eventuais perdas decorrentes destes processos.

Dentre as ações trabalhistas em que somos parte, aquelas que entendemos relevantes para nossos negócios, que não estão sob sigilo, encontram-se abaixo descritas:

(i) Processo nº 0000509-85.2011.5.04.0008

a. Juízo	8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	13/05/2011
d. Partes no processo	Isabel Cristina Silva da Costa (reclamante); Companhia de Locação das Américas (reclamada).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$552.089,78
f. Principais fatos	A reclamante requer vínculo empregatício, pois alega que laborou para reclamada, sem carteira assinada, durante o período compreendido entre 02/05/2007 a 01/09/2008. Em defesa, alegamos não ter existido relação de emprego neste período, e sim contrato de prestação de serviço entre pessoas jurídicas. Requer ainda a reclamante comissões, bônus e premiações, dano moral, hora extra, intervalo intrajornada, adicional de periculosidade, diferenças salariais, verbas rescisórias, reembolso de despesas com tributos. O laudo apresentado pelo perito foi favorável à Companhia, não reconhecendo o alegado ambiente periculoso. Atualmente o processo encontra-se em fase de manifestações acerca do laudo em comento.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$80.502,36
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há.

(ii) Processo nº 000512-86-2011.5.04.0025

a. Juízo	30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	18/05/2011
d. Partes no processo	Isabel Cristina Silva da Costa (reclamante); Companhia de Locação das Américas (reclamada).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$226.478,86
f. Principais fatos	A reclamante requer estabilidade, indenização por acidente de trabalho, dano moral e dano material. A reclamante alega ter sofrido de depressão em virtude de suposto assédio moral e que, por conta disto, tal enfermidade seria laboral. O laudo apresentado pelo perito foi favorável à Companhia, não reconhecendo o nexo de causalidade entre o

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	trabalho e a suposta doença. O processo encontra-se em fase de manifestações acerca do laudo em comento.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$226.478,86
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

(iii) Processo nº 00634.2009.014.01.00-6

a. Juízo	14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	21/05/2009
d. Partes no processo	João Alberto da Cruz Chaves Filho (reclamante); Companhia de Locação das Américas (reclamada)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$240.000,00
f. Principais fatos	O reclamante requer diferenças de aviso prévio, férias e de décimo terceiro, além de comissões, horas extras e diferenças de FGTS. O processo encontra-se em perícia contábil. O reclamante alega não ter recebido corretamente valores referentes a comissões. Em nossa defesa, alegamos termos efetuado os pagamentos da forma correta, de acordo com o pactuado em aditivo contratual. O processo encontra-se em fase de perícia contábil com fins de se verificar se houve ou não alterações contratuais lesivas que eventualmente repercutiram negativamente na remuneração do reclamante. A Companhia aguarda abertura de prazo para apresentar manifestação ao laudo pericial.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$80.000,00
i. Valor provisionado se houver provisão	R$80.000,00

(iv) Processo nº 0142500-51.2009.5.01.0057

a. Juízo	57ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	05/11/2009
d. Partes no processo	René Cavalcanti de Lourdes (reclamante); Companhia de Locação das Américas (reclamada)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$800.000,00
f. Principais fatos	O reclamante requer o reconhecimento de vínculo empregatício referente ao período compreendido entre 03/05/2004 e 01/07/2004, reconhecimento da unicidade contratual dos períodos trabalhados para a reclamada, declaração de nulidade da justa causa e seus reflexos, pagamento correto do FGTS e contribuições previdenciárias, horas extras e seus reflexos, pagamento saldo de salário, multa referente aos artigos 467 e 477 da CLT e indenização por danos materiais e morais. O processo encontra-se em fase de perícia. Buscamos demonstrar, em nossa defesa, que o reclamante iniciou a prestação de serviços em 01/07/2004, bem como que a relação havida, no período

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	compreendido entre os dois contratos de trabalho, não era trabalhista, mas, sim, comercial. O processo ainda encontra-se em fase de pericial. Ressalta-se que o Reclamante não apresentou quesitos nem indicou assistente técnico. Aguardamos, ainda o deslinde da perícia.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$200.000,00
i. Valor provisionado se houver provisão	R$200.000,00

Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2011, éramos parte em 286 ações cíveis, no valor de R$13,6 milhões, considerando o valor envolvido nas demandas por nossos advogados e assessores jurídicos. Constituímos uma provisão referente às demandas cíveis de R$1,1 milhão para eventuais perdas decorrentes destes processos. Tratam-se principalmente de ações indenizatórias versando sobre responsabilidade civil por acidentes causados por veículos alugados e ações de obrigação de fazer que versam sobre documentação dos veículos seminovos vendidos por nós, medidas cautelares para sustações de protestos indevidos, ações para revisão de termos e condições contratuais.

Dentre as ações cíveis em que somos parte, que não estão sob sigilo, entendemos que não há nenhuma que seja isoladamente relevante para nossos negócios.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Há um processo judicial, que não está sob sigilo, em que nós ou nossas controladas somos parte e cujas partes contrárias são nossos ex-administradores, conforme descrito abaixo:

Processo nº 0000700-42-2011-503-0111

a. Juízo	32ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	19/04/2011
d. Partes no processo	Pedro Marinho Ferolla (reclamante); Roberto Maurício Ferolla (reclamante); Companhia de Locação das Américas (reclamada);
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$8.500.000,00
f. Principais fatos	Ex-sócios administradores requerendo vínculo empregatício, comissões, bônus e premiações, diferenças salariais, verbas rescisórias, reembolso de despesas com tributos. Os reclamantes eram sócios da Locarvel e, posteriormente, nossos, por meio de interposta pessoa jurídica, entre meados do ano 2000 até o ano de 2010. Em 2010, os reclamantes efetuaram a venda de suas ações a nós. Alegamos, em nossa defesa, a inexistência de vínculo empregatício anterior a 18/07/2008, bem como a prestação de serviços vinculados a uma virtual relação de emprego a partir de março de 2009. O processo encontra-se em fase pericial. Atualmente, as partes foram intimadas para apresentar suas manifestações ao laudo pericial e foi designada audiência de instrução e julgamento para 06/06/2012.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 600.000,00
i. Valor provisionado se houver provisão	R$600.000,00

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de dezembro de 2011, dentre as ações tributárias e cíveis, baseadas em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estavam sob sigilo e que em conjunto entendemos relevantes para nossos negócios, em que figuramos no pólo passivo ou ativo, encontram-se abaixo descritas:

(i) Comunicações de Lançamento de IPVA e Ações Ordinárias (em número total de 258 processos, sendo 255 procedimentos administrativos e três ações judiciais)

a. Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de SP (administrativos); 7ª Vara da Fazenda Pública da comarca de São Paulo, 9ª Vara da Fazenda Pública da comarca de São Paulo e 6ª Vara da Fazenda Pública da comarca de São Paulo (judiciais);
b. Instância	1ª e 2ª (administrativos); e 1ª (judiciais).
c. Data de Instauração	22/11/2010, 25/05/2011, 18/08/2011, 20/08/2011, 24/08/2011 e 27/10/2011 (administrativos); 03/03/2011, 14/03/2011 e 18/11/2011 (judiciais).
d. Partes no processo	Estado de São Paulo (autuante nos processos administrativos, réu nas ações judiciais); Companhia de Locação das Américas (autuada nos processos administrativos, autora nas ações judiciais); Locarvel Locadora de Veículos (autuada nos processos administrativos, autora nas ações judiciais); BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento (autuada nos processos administrativos e autora nos processos judiciais). ALL América Latina Logística Malha Oeste S/A (autora nas ações judiciais); Wurth do Brasil Peças de Fixação Ltda. (autora nas ações judiciais).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$1.590.704,65, sendo R$1.118.153,16 relacionados aos processos administrativos e R$472.551,49 relacionados aos processos judiciais.
f. Principais fatos	Entendemos que a lei do Estado de São Paulo que instituiu a cobrança do IPVA é inconstitucional e fruto de guerra fiscal entre Estados, sendo atualmente discutida por meio da ação direta de inconstitucionalidade nº 4376, ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio – CNC, em curso perante o Supremo Tribunal Federal. Isto porque referida lei instituiu a cobrança do imposto sobre veículos que transitam no Estado de São Paulo, independentemente do local em que tenham sido registrados. Realizamos o pagamento do imposto exigido pelo Estado de São Paulo ao Estado de Minas Gerais, onde os carros são registrados. Individualmente, os procedimentos mais relevantes têm o seguinte status: (i) Ação Ordinária nº 0012267-59.2011.8.26.0053: Interposto agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela. Foi negado provimento ao agravo de instrumento. Realizado o depósito judicial para suspender a exigibilidade do crédito tributário. Apresentamos as provas que pretendemos produzir; (ii) Ação Ordinária nº 0006963-79.2011.8.26.0053: Concedida a liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário das autuações lavradas no ano

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

	de 2009, sendo que a Fazenda Estadual não recorreu da decisão. Apresentados embargos de declaração visando esclarecimentos sobre o deferimento da liminar também quanto à suspensão da exigibilidade dos créditos tributários dos exercícios subsequentes à 2009; (iii) Ação Ordinária nº 0043728-49.2011.8.26.0053: Concedida a liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário, sendo que a Fazenda Estadual não recorreu da decisão; (iv) Processos administrativos (Comunicados de Lançamento de IPVA): Em 241 processos administrativos já foi negado provimento às defesas em 1ª instância e então apresentamos recursos administrativos à respectiva Delegacia Tributária. Nos 12 procedimentos restantes, ainda não houve movimentação relevante; (v) Processo Administrativo (Auto de Infração): Foi lavrado um auto de infração em razão da não apresentação de 120 CRLV's – Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos, 120 contratos de locação e planilha em meio digital contendo a relação da frota que estava situada no pátio da companhia momento da fiscalização, bem como em razão da ausência de registro no cadastro de contribuintes do IPVA no Estado de SP. Entendemos que as razões do Auto de Infração, no entanto, não prosperam, tendo em vista que: (i) as cópias dos CRLV's não foram entregues por não estarem em nossa posse, já que são documentos de posse obrigatória do condutor do veículo; (ii) em relação aos outros documentos, quando o fisco esteve em nosso pátio esses documentos foram apresentados, não ocorrendo, então, embaraço à fiscalização. (iii) também não é possível atender à solicitação do Fisco a respeito da localização dos veículos locados, tendo em vista que os mesmos não estão limitados a uma área geográfica específica, estando aptos a circular em todo território nacional. Ademais, entendemos não ser possível exigir o cadastro de contribuinte do IPVA no Estado de São Paulo porque já somos cadastrados no Estado de Minas Gerais. Além disso, foi alegado ainda o fato de que o Fisco não observou aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na aplicação das multas. Em nosso entendimento, a multa aplicada tem caráter confiscatório, posto que em valor exorbitante. A defesa administrativa apresentada foi considerada intempestiva em decisão proferida, mantendo a autuação fiscal. Foi protocolado recurso voluntário.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso não haja resultado positivo na instância administrativa (para o caso Comunicados de lançamento de IPVA) e, em seguida, também não haja êxito na esfera judicial, haverá necessidade de pagamento do IPVA no montante do exigido, acrescido de juros e multa. Em relação ao auto de infração, da mesma forma (e após o esgotamento das esferas administrativas e judicial) será exigida a

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

	multa de ofício atualizada. Em relação à Ação Ordinária nº 0012267-59.2011.8.26.0053, o depósito judicial será convertido em renda do Estado de São Paulo. Já nos autos das Ações Ordinárias 0006963-79.2011.8.26.0053 e 0043728-49.2011.8.26.0053, haverá necessidade de pagamento do IPVA no montante do exigido, acrescido de juros e multa
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

(ii) Termos de Apreensão e Depósito (número total de 05 procedimentos administrativos)

a. Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	13/10/2010, 03/11/2010, 08/12/2010. 08/10/2010 e 12/04/2011.
d. Partes no processo	Estado do Mato Grosso (autuante); Companhia de Locação das Américas (autuada); Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (autuada).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$805.689,16
f. Principais fatos	Acreditamos que nossas operações não constituem fato gerador do imposto, na medida em que representaram transferência de bens do ativo imobilizado entre empresas do mesmo grupo. O Estado do Mato Grosso, no entanto, teve entendimento diverso e lavrou termos de apreensão e depósito contra nós. No contexto desses termos de apreensão em depósito, em relação à multa aplicada por descumprimento de obrigação acessória (não emissão de nota fiscal), acreditamos ser possível que a exigência seja mantida, pelo fato de que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendido, em julgados recentes, que a emissão de nota fiscal para acobertar a operação é obrigatória, mesmo que a pessoa jurídica que realiza a operação qualifique-se como não contribuinte do ICMS. No entanto, apesar de tal jurisprudência, ainda julgamos ser controverso afirmar que este entendimento também será aplicado a pessoas jurídicas não-contribuintes do imposto. Ademais, as multas previstas na legislação mato-grossense para circulação de mercadorias desacompanhadas de documento fiscal incidem diretamente sobre a base de cálculo do ICMS (i.e., o valor da operação), no percentual de 50%, superior ao montante do ICMS que seria devido caso a operação fosse tributada, o que acreditamos nos fornecer bases para a contestação jurídica em prol da redução do valor da multa. Foram apresentadas defesas administrativas, sendo que três delas foram julgadas improcedentes, e assim interpostos recursos voluntários.
g. Chance de perda	Remota em relação à exigência do ICMS e provável em relação à exigência da multa por descumprimento de obrigação acessória.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Exigência da multa por descumprimento de obrigação acessória e do ICMS.
i. Valor provisionado se houver provisão	R$43.000,04

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(iii) Processos referentes a sinistros (acidentes de veículos) – aproximadamente 163 ações.

a. Juízo	Diversos
b. Instância	Diversas
c. Data de Instauração	De 2002 a 2011.
d. Partes no processo	Terceiros (autores); Companhia de Locação das Américas (ré); Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (ré) Seguradoras (rés); Locatários de nossos veículos (clientes) (réus).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R$3.250.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de ações judiciais movidas, sobretudo, por terceiros que alegam ter sofridos danos decorrentes de acidentes de trânsito em que estavam envolvidos veículos locados por nós ou nossa subsidiária Locarvel no curso ordinário de seus negócios. Tais ações são, em regra, movidas contra nós, seguradoras e clientes locatários dos veículos. Por força da súmula nº 492 do Supremo Tribunal Federal, as locadoras de veículos respondem, civil e solidariamente, com o respectivo locatário pelos danos por este causados a terceiros no uso do carro locado. Tal súmula vem sendo combatida rotineiramente em nossas defesas, por ter sido equivocadamente interpretada, de acordo com o nosso entendimento, devendo ser aplicada somente quando a locação for realizada de forma inidônea (quando o locador agiu com culpa *in eligendo* etc.). Possuímos, ainda, apólice de seguro parcial para toda a nossa frota com relação a danos causados a terceiros. Além disso, os contratos de locação por nós firmados, como regra, dispõem que os respectivos locatários arcarão com os eventuais danos causados a terceiros cujo valor supere um montante pré-determinado no instrumento contratual. Assim, as seguradoras e os locatários dos nossos veículos, nos limites das respectivas coberturas securitárias e disposições contratuais, são denunciados à lide de modo a integrarem o processo e suportarem eventuais condenações judiciais imputadas a nós.
g. Chance de perda	Variável de acordo com o pedido
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Aproximadamente R$3.250.000,00
i. Valor provisionado se houver provisão	R$615.364,14

(iv) Processos referentes à venda de veículos seminovos desmobilizados de nossa frota – 50 ações.

a. Juízo	Diversos (judiciais e administrativos)
b. Instância	Diversas
c. Data de Instauração	De 2008 a 2011
d. Partes no processo	Consumidores finais (autores); Companhia de Locação das Américas (ré); Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (ré); Revendedores de veículos seminovos (réus).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$271.385,51
f. Principais fatos	Tais ações judiciais dizem respeito a fatos envolvidos na venda de veículos seminovos por nós a terceiros (revendedores e consumidores finais). Na maior parte das ações, os respectivos autores visam à nossa condenação à obrigação de entregar-

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

	lhes os Certificados de Registro de Veículo – CRV's, devidamente preenchidos em seus respectivos nomes, para que possam efetuar a transferência do registro dos veículos, adquiridos junto a nós, para si. Tal problema vem sendo causado (i) por revendedores de veículos (que adquirem nossos veículos após sua desmobilização) que, em situação de insolvência, encerram suas atividades sem entregar os CRV's a consumidores para quem venderam veículos seminovos cuja propriedade, anteriormente, era nossa; ou (ii) pela morosidade dos órgãos administrativos de trânsito em proceder à baixa de eventuais gravames constituídos sobre veículos, dentre outros fatores, causando, assim, demora na transferência do registro de veículos vendidos por nós a terceiros. Outra parte dos processos versa sobre alegados vícios ou defeitos existentes em veículos vendidos por nós a terceiros.
g. Chance de perda	Variável de acordo com cada processo
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Aproximadamente R$271.385,51
i. Valor provisionado se houver provisão	R$89.749,59

Em 31 de dezembro de 2011, dentre as ações trabalhistas, baseadas em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estavam sob sigilo e que em conjunto entendemos relevantes para nossos negócios, em que figuramos no pólo ativo ou passivo, encontram-se abaixo descritas:

(1) Processos trabalhistas referentes à horas extras, reconhecimento de vínculo empregatício, diferenças de comissões, FGTS, aviso prévio, indenização por danos morais – 49 ações.

a. Juízo	Diversos (judiciais)
b. Instância	Diversas
c. Data de Instauração	De 2007 a 2011
d. Partes no processo	Ex-empregados (autores); Terceiros (colaboradores terceirizados) Companhia de Locação das Américas (ré); Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (ré);
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R$11.600.000,00
f. Principais fatos	Tratam-se de ações judiciais movidas por ex-empregados ou por terceiros, requerendo a condenação da nossa Companhia em verbas salariais tais como, mas não se limitando a: horas extras, diferenças de comissões, FGTS, aviso prévio, indenização por danos morais, adicional de insalubridade/periculosidade, multa dos artigos 467 e 477 da CLT, 13º salário, bem como pedido de responsabilidade subsidiária dos colaboradores terceirizados, entre outros. Tais ações são causadas: (i) pela existência do vínculo empregatício; (ii) pela contratação de mão de obra terceirizada conforme súmula 331 do TST. Tais ações têm sido combatidas mediante o emprego de provas testemunhais e documentais. No caso de empresas prestadoras de serviços terceirizadas, eventuais condenações são garantidas por cláusulas contratuais protetivas.
g. Chance de perda	Variável de acordo com o pedido
h. Análise do impacto em caso de perda do	Aproximadamente R$11.600.000,00

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

processo	
i. Valor provisionado se houver provisão	R$2.000.000,00

4.7 - Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2011, éramos parte em um procedimento administrativo de natureza ambiental e seis procedimentos administrativos de natureza criminal.

As principais informações relativas a esses procedimentos administrativos encontram-se abaixo descritas:

(i) Auto de Infração nº 125977

a. Juízo	Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA/MT
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	08/09/2010
d. Partes no processo	Superintendência de Fiscalização da Secretaria de Estado e Meio Ambiente (autor); Locarvel Locadora de Veículos (ré).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.626,40
f. Principais fatos	Veículo de titularidade da Locarvel que foi alienado a terceiros. Após mais de um ano da data da venda, o referido veículo foi apreendido supostamente transportando madeira de forma ilegal, razão pela qual foi lavrado auto de infração ambiental. A Locarvel apresentou tempestivamente sua defesa em 18/10/2010 comprovando a venda anterior do veículo e pleiteando, assim, o reconhecimento de sua ilegitimidade passiva. Referido Auto de Infração deu origem ao auto de Inspeção n° 143752 e ao Termo de Apreensão n° 110454.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Arcar com a multa imputada no Auto de Infração.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

(ii) Inquérito Policial nº 113/2011

a. Juízo	1ª Delegacia do Consumidor de São Paulo/SP
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	15/02/2011
d. Partes no processo	Grigório Silva Ferreira (vítima); Companhia de Locação das Américas (investigada).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. Principais fatos	Alegação de suposto crime contra as relações de consumo decorrente da venda de veículo seminovo por nós, no qual o autor alega ter sido coagido a contratar despachante designado por nós (em suposta prática de venda casada). Em nosso depoimento, ressaltamos o total descabimento das alegações do denunciante, destacando que ele teve plena autonomia para escolher o despachante que procederia à transferência do registro do veículo adquirido para o seu nome, inexistindo, em absoluto, a alegada venda casada.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual propositura de ação penal fundada em suposto crime contra as relações de consumo
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

(iii) Inquérito Policial nº 669/2008

4.7 - Outras contingências relevantes

a. Juízo	1ª Delegacia de Divisão de Investigações Sobre Crimes Contra a Fazenda
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	01/07/2008
d. Partes no processo	Transnet Locadora de Veículos Ltda. (investigada); Intersystem Locadora Ltda. (investigada); Brasal Locadora de Veículos. (investigada); Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (investigada).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. Principais fatos	A investigação tem por objeto verificar a ocorrência de licenciamentos irregulares de veículos integrantes de frotas de locadoras de veículos, por serem esses realizados em estados que não os de circulação dos veículos apreendidos na operação "De Olho na Placa". Nosso Diretor Presidente e acionista controlador, Luis Fernando Porto, foi intimado e prestou depoimento na qualidade de representante legal da Locarvel, informando que a locadora adquiriu 521 veículos da Brasal Locadora de Veículos em 22/11/2007 e que não tinha sido informado pelo vendedor de que os veículos foram registrados no Estado do Tocantins. Em 06/05/2011 foi expedido ofício ao Delegado Regional Tributário da Capital (DRTC) para que este informasse sobre constituição definitiva do crédito tributário de IPVA.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual propositura de ação penal fundada em suposto crime contra a ordem tributária.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

(iv) Inquérito Policial nº 0199/10-1

a. Juízo	Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	01/02/2010
d. Partes no processo	Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (investigada); Luis Fernando Memoria Porto (investigado).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. Principais fatos	O Inquérito Policial n.º 0199/2010, que tramita perante o Departamento de Polícia Federal de São Paulo, foi instaurado a partir de medida cautelar de quebra de sigilo bancário e fiscal, relativa à peça informação n.º 1.30.011.000747/2008-18, ajuizada pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo era investigar uma suposta prática do delito de lavagem de dinheiro e de crime contra ordem tributária. Tal investigação decorre do levantamento de indícios de irregularidade em movimentações financeiras pelo COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão administrativo vinculado ao Ministério da Fazenda, que tem por finalidade, dentre outras, identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro) em contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas diversas relacionadas com contratos firmados com a Prefeitura do Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro. Em relação a nossa subsidiária, Locarvel, foi alegada movimentação

4.7 - Outras contingências relevantes

atípica em suas contas bancárias por meio de saques realizados por pessoas físicas no valor total de R$513.000,00, em espécie, ocorridos no período de março de 2006 a junho de 2007.

O Ministério Público apresentou parecer posicionando que (i) o feito deveria tramitar no domicílio fiscal de cada investigado apenas no tocante à investigação de eventual crime tributário praticado; e (ii) declinando a competência para a apuração de eventual prática de crime de lavagem de dinheiro à Justiça Estadual de São João do Meriti/RJ. No âmbito da investigação de lavagem de dinheiro, até a publicação deste Formulário de Referência, a Locarvel e o Sr. Luis Fernando Porto, um de nossos acionistas controladores, não eram partes em qualquer processo judicial correlato à referida apuração de lavagem de dinheiro em trâmite em São João de Meriti.

Em relação à apuração de eventual crime tributário praticado, o feito foi distribuído perante a Seção Judiciária de São Paulo/SP, que seria o domicílio fiscal, conforme parecer apresentado. Após a distribuição, o Procurador da República informou a necessidade de instauração do referido inquérito policial que foi registrado sob o n.º 0199/10, pela Polícia Federal de São Paulo, com objetivo de apurar, exclusivamente, o delito previsto nos incisos I e IV do artigo 1º da Lei nº 8.137/90, que consiste, basicamente, em omissão e em prestação de informação falsa ou inexata à Receita Federal com o objetivo de se eximir do pagamento de tributos.

Apesar do objeto do inquérito policial nº 199/10-1 ser apenas o delito previsto na lei 8.137/90, foi lavrada pela Polícia Federal de São Paulo carta precatória para a oitiva de depoimento do Sr. Luis Fernando Porto sobre fatos que, conforme decidido, são da competência da Justiça Estadual de São João do Meriti/RJ. Ainda que, a nosso ver, tal carta precatória tenha sido lavrada sem observar a incompetência da autoridade federal paulista para a investigação desses fatos inicialmente narrados, em dia 28 de junho de 2011, o Sr. Luis Fernando Memoria Porto prestou depoimento na Polícia Federal de Belo Horizonte por meio daquela carta precatória.

O Sr. Luis Fernando Porto peticionou nos autos requerendo o trancamento do inquérito policial com base na Súmula Vinculante nº 24 que determina que "não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I e IV, da Lei 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo". No caso, o eventual crédito tributário que deu origem ao inquérito não está definitivamente lançado porquanto está sendo discutido administrativamente nos autos do processo nº 19515.001879/2010-15. Para mais informações

4.7 - Outras contingências relevantes

	desse processo administrativo, ver item 4.3 deste Formulário de Referência. A Fazenda Pública identificou também a existência de processo administrativo de n.º 19515.003492/2010-1. Ressalte-se que este processo não tem relação com os saques que deram origem ao Inquérito Policial n.º 0199/2010. Contudo, o Sr. Luis Fernando Porto efetivou o pagamento do tributo gerador deste processo administrativo, o que ensejou seu encerramento. Ratificamos que até a data de publicação deste Formulário de Referência não havia constituição definitiva do crédito tributário em face da Locarvel e tampouco em face do Sr. Luis Fernando Porto e, conforme determina a Súmula Vinculante nº 24, não há crime tipificado contra a ordem tributária. É importante considerar, todavia, que, caso seja proferida decisão final administrativa desfavorável à Locarvel nos autos do processo administrativo nº 19515.001879/2010-15, não haverá mais óbice à continuidade da investigação para apuração de crime contra a ordem tributária praticada pela empresa. Até a publicação deste Formulário de Referência, o Inquérito Policia n.º 0199/2010 aguarda manifestação da Autoridade Policial Federal para, em seguida, ser encaminhado ao Ministério Público Federal expedir seu parecer.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual propositura de ação penal fundada em suposto crime contra a ordem tributária.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há
(v) Inquérito Policial nº 632/2011	
a. Juízo	Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	18/11/2010
d. Partes no processo	Companhia de Locação das Américas (investigada);
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. Principais fatos	Trata-se de inquérito policial nº 632/2011, instaurado em 19/09/2011 após investigação preliminar, motivada por denúncia anônima, visando à apuração de suposta prática de crimes contra a ordem tributária e relações de consumo. No tocante aos supostos crimes contra a ordem tributária, a citada investigação preliminar foi arquivada em 11/08/2011, mantendo-se o presente inquérito ativo com a finalidade de apuração de supostos crimes contra relação de consumos abaixo elencados: (i) venda de veículos a terceiros que supostamente estariam alienados a instituições financeiras; (ii) suposta imposição de despachante próprio para produção de documentos; (iii) suposto atraso na entrega dos documentos aquisição de

4.7 - Outras contingências relevantes

	veículos na troca. Entendemos que tais acusações não procedem, tendo em vista que: (i) a Locamerica somente providencia a venda dos bens após a quitação dos valores eventualmente pendentes, a fim de desonerar o bem e permitir a transferência do mesmo ao terceiro adquirente; (ii) A Locamerica não condiciona a venda de veículos à contratação de despachantes, apenas apresenta despachantes de sua confiança, os quais são contratados ou não, de acordo com o interesse dos clientes. Recebemos intimação em 09/02/2012 para prestar esclarecimentos nos autos do IP instaurado nº. 632/2011. Nosso preposto informou em seu depoimento que a Locamerica não realizada vendas casadas, que desconhece qualquer venda de veículo alienado, além de prestar maiores esclarecimentos a respeito do objeto social da investigada.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual propositura de ação penal fundada em suposto crime contra as relações de consumo.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

(vi) Inquérito Policial nº 392/2011

a. Juízo	1ª Delegacia Especializada de Investigação de Furtos e Roubos de Veículos
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	10/10/2011
d. Partes no processo	Policia Civil de Minas Gerais; Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (investigada).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. Principais fatos	Alegação de suposto crime de remarcação de chassi (10º dígito). Nosso veículo foi levado ao Detran para realização de vistoria para transferência de propriedade (já que o mesmo havia sido vendido), entretanto, restou verificado pelo vistoriador do Detran que o chassi apresentava suposta remarcação, tendo o mesmo apreendido o referido veículo para as devidas verificações. Em nosso depoimento, ressaltamos o total descabimento das alegações, informamos que o mesmo foi adquirido diretamente de fábrica, 0km, e que encontrava-se locado desde de 2005, tendo sido colocado à venda posteriormente, e que a referida venda restou prejudicada em razão da irregularidade apontada pelo funcionário do Detran. Ressaltamos ainda ser impossível indicar suspeitos da referida remarcação ou ainda em que época se deu, já que o veículo foi locado por diversas vezes e para clientes diversos. O Inquérito encontra-se concluso para a 12ª Promotoria para análise.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual propositura de ação penal fundada em suposto crime contra as relações de consumo
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

(vii) Inquérito Policial nº 90/10

4.7 - Outras contingências relevantes

a. Juízo	Primeiro Distrito Policial de Mauá/SP
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	11/03/2010
d. Partes no processo	Justiça Pública; Locarvel Locadora de Veículos Ltda. (investigada).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. Principais fatos	Versa sobre eventual Crime de Uso de Documento Falso relacionado ao processo cível 944/09. Foi expedido ofício nos autos do processo 944/09 ao delegado do 1º Distrito Policial de Mauá, relatando que a Locarvel teria apresentado notas fiscais forjadas para alterar a verdade dos fatos (que o veículo de propriedade da Locarvel estava sob reparos em outro Estado na data do sinistro, objeto de processo de natureza cível). Em depoimento nossa preposta informou que a empresa apresentou a documentação verdadeira e que a empresa não possui o intuito de omitir qualquer tipo de informação. Recebemos ofício para apresentação do veículo para vistoria no 1º Distrito Policial de Mauá. O mesmo não foi apresentado na DEPOL, uma vez que foi alienado para Metrosul veículos em 30/04/2011. Tal fato foi informado em resposta à intimação e em oitiva realizada em 19/03/2011.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual propositura de ação penal fundada em suposto crime de falsidade documental.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia do país. Essa influência e as condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente os nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia do Brasil e, ocasionalmente, realiza mudanças significativas nas políticas e regulamentações. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, dentre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, controles de preços e salários, desvalorizações cambiais, restrições a remessas para o exterior, limites a importações e congelamento de contas correntes. Não temos nenhum controle sobre as políticas ou regulamentações que o Governo Federal poderá adotar no futuro, nem capacidade para prevê-las. Nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvem ou afetam certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;
- instabilidades sociais ou políticas;
- políticas fiscais e mudanças na legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo no futuro podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente o nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas. Uma das medidas adotadas pelo Governo Federal para aumentar o nível de consumo no Brasil, que foi afetado negativamente pela crise de crédito, foi a redução temporária do imposto sobre produtos industrializados (ou IPI) de até 7,0% para veículos novos. Essa medida foi implementada em novembro de 2008 e resultou em uma forte queda nos preços de veículos usados, afetando negativamente o mercado para esses produtos. Como resultado, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, efetuamos testes de valor líquido de venda nos veículos disponíveis para esta situação, e reconhecemos um prejuízo decorrente de deterioração (*impairment)* de R$3,7 milhões do valor previsto, e aumentamos nossa depreciação, que era de 5,0% ao ano até 31 de março de 2009 para 8,0% ao ano a partir de 01 de abril de 2009 até o final daquele ano. Em dezembro de 2011, a taxa média girava em torno de 5,9% ao ano.

Os esforços governamentais para combater a inflação poderão prejudicar o crescimento da economia brasileira e as nossas atividades.

O Brasil, no passado, apresentou taxas de inflação extremamente elevadas e, portanto, seguiu políticas monetárias para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do país. Entre 2004 e 2010, a taxa básica de juros (SELIC) no Brasil apresentou variação entre 19,8% e 8,6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2010 e 2011, a taxa básica de juros ficou em 10,67% e 10,91%, respectivamente. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia do país e nossas atividades. O aperto das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, poderá restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e,

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

consequentemente, volatilidade de crescimento e a necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que podem afetar negativamente os nossos negócios.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá afetar os nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e perspectivas.

Nas quatro últimas décadas, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e várias políticas de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes tem sido diária ou mensal) e sistemas de taxas de câmbio flutuantes. Periodicamente, houve flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas estrangeiras. Por exemplo, o real desvalorizou 18,7% e 52,3% em relação dólar em 2001 e 2002, respectivamente, e valorizou 18,2%, 8,1%, 11,8%, 8,7% e 17,2% em relação ao dólar em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, principalmente como resultado da crise financeira internacional, o real apresentou desvalorização de 31,9% em relação ao dólar e fez com que investidores estrangeiros retirassem bilhões de reais da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). Em 2009, o real valorizou 25,5% em relação ao dólar e, em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio foi de R$1,74 para cada dólar. Em 2010, o real continuou valorizando em relação ao dólar e, em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio real/dólar foi de R$1,67 para cada dólar. Adicionalmente, no segundo semestre de 2011, o real se desvalorizou e em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio real/dólar foi de R$1,87 para cada dólar. Não há garantia de que o real não apresentará desvalorização ou será desvalorizado intencionalmente em relação ao dólar no futuro.

Desvalorizações do real em relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e levar a um aumento das taxas de câmbio, dos preços de aluguel de imóveis, dos preços de serviços e dos preços de produtos, que podem afetar negativamente os nossos resultados operacionais. Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar pode afetar as contas correntes no Brasil e a balança de pagamentos, bem como reduzir o Produto Interno Bruto - PIB devido ao aumento das importações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou valorização do real pode afetar substancialmente e negativamente o crescimento da economia brasileira, nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e perspectivas.

Desdobramentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, União Européia e em países do mercado emergente, poderão afetar negativamente nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissoras brasileiras é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive os Estados Unidos, a União Européia e do mercado emergente. Embora as condições econômicas nesses países possam ser significativamente diferentes das encontradas no Brasil, as reações dos investidores aos desdobramentos nesses outros países poderão afetar negativamente o valor de mercado dos valores mobiliários de emissoras brasileiras. As crises financeiras nos Estados Unidos, na União Européia ou em países do mercado emergente poderão diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissoras brasileiras, incluindo a nossa Companhia. Isso pode dificultar nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nosso negócio em termos aceitáveis no futuro, quando obtidos.

A crise financeira global, que teve início no segundo semestre de 2008, teve consequências negativas significativas, incluindo no Brasil, como volatilidade do mercado de ações e de crédito, indisponibilidade de crédito, aumento das taxas de juros, desaceleração econômica geral, volatilidade das taxas de câmbio e pressão inflacionária, dentre outras, que poderão, direta ou indiretamente, afetar negativamente nossas atividades e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros. Ainda não está claro que a economia global apresenta recuperação suficiente para reduzir significativamente as consequências da crise financeira global.

Flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. O endividamento de empresas no setor de locação de frotas, como nossa Companhia, está

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento crescerão.

Em 31 de dezembro de 2011, aproximadamente 79% de nosso endividamento estava atrelado a taxas flutuantes, como a TR e o CDI. Qualquer aumento do CDI poderá gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. Riscos para os quais se busca proteção;

Buscamos proteção para os seguintes riscos:

Risco de crédito

Corresponde a nosso risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro deixe de cumprir suas obrigações decorrentes principalmente dos nossos recebíveis, clientes e títulos de investimento. Nossa exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de encontrarmos dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com nossos passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outros ativos financeiros.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm nos nossos ganhos ou no valor de nossas posições em instrumentos financeiros.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a nossos processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura, além de fatores externos, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

b. Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*);

Risco de crédito

Para minimização do risco de crédito, nosso departamento comercial está direcionado para a pulverização e diversificação de nossa carteira de clientes, com foco em segmentos previamente definidos. Buscamos, ainda, ter como clientes, empresas em posição de destaque em seus segmentos de atuação e com notória credibilidade e capacidade financeira. Adicionalmente, utilizamos práticas comuns de mercado para análise de crédito de nossos clientes anteriormente à contratação e periodicamente, ao longo da duração do contrato. Para contratos materialmente relevantes, realizamos uma análise de crédito aprofundada específica. Finalmente, possuímos um comitê semanal de contas a receber (não estatutário), constituído por membros de nossas diretorias comercial, de seminovos, financeira e de pós-venda, com diversos critérios e políticas para ações rápidas em casos de inadimplência, tais como, por exemplo, a rescisão contratual para clientes inadimplentes por períodos superiores a dois meses. Com relação às vendas de veículos seminovos desmobilizados de nossa frota, buscamos pulverizar nossa carteira de clientes por meio de dois canais de venda: no atacado, seguindo os mesmos critérios acima identificados, e no varejo, apenas transferimos a posse do veículo após o pagamento, seja pelo cliente ou por seu financiador.

Estabelecemos uma provisão para redução ao valor recuperável que representa nossa estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. O principal componente desta provisão está relacionado a riscos significativos individuais.

Também limitamos nossa exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa, em instituições financeiras de primeira linha. Nossa administração monitora ativamente as classificações de créditos e nossa administração não considera que nenhuma contraparte falhará no cumprimento de suas obrigações.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nossos 10 maiores clientes representaram, coletivamente, 48,1% de nossa receita líquida operacional (59,8% e 60,9% respectivamente, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009).

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Risco de liquidez

Nossa abordagem na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com nossas obrigações tempestivamente, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de nos prejudicar.

Utilizamos o custeio baseado em atividades para precificar nossos produtos e serviços, o que nos auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de nosso retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, visamos possuir caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 90 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Adicionalmente, estamos trabalhando para ampliar essa disponibilidade de caixa para suprir nosso endividamento de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2011, nossas disponibilidades (correspondente ao nosso caixa e equivalentes de caixa somado a títulos e valores mobiliários) eram de R$90,7 milhões, enquanto nossos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo correspondiam a R$196,7 milhões. Acreditamos que esta medida mitiga o impacto potencial de circunstâncias extremas supervenientes que não podem ser razoavelmente previstas.

Risco de mercado

Parte de nossos financiamentos é captada com taxas de juros pré-fixadas, parte com taxas pós-fixadas e parte em moeda estrangeira. Com relação aos financiamentos com taxas pré-fixadas, entendemos não haver risco de perda para nossas atividades. No que tange aos financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas, contratamos instrumentos de proteção (*hedge*) por meio dos quais limitamos nossa exposição a possíveis aumentos da taxa de juros, em percentual definido por nosso Conselho de Administração. Com relação ao nosso endividamento em moeda estrangeira, obrigatoriamente contratamos instrumento para nos proteger do risco de variação cambial, conforme a orientação de nosso Conselho de Administração.

Risco operacional

Procuramos administrar os riscos operacionais a fim de evitar ocorrência de prejuízos financeiros e danos à nossa reputação. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à nossa alta administração. Esta responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de nossos riscos operacionais.

Estamos procedendo a uma revisão dos fluxos de nossos processos, com o objetivo de otimizá-los, assim como identificar eventuais falhas nos controles internos existentes. Também contamos com um departamento de auditoria interna que, dentre outros objetivos, efetua o monitoramento tempestivo dos processos e controles mapeados. Este departamento se reporta diretamente ao Conselho de Administração, possuindo total autonomia e independência.

c. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge);

Conforme descrito no item 5.2(b) deste Formulário de Referência, utilizamos os seguintes instrumentos para nossa proteção patrimonial:

- Riscos de liquidez: aplicação de nossas disponibilidades exclusivamente em instituições de primeira linha, unicamente em aplicações de renda fixa; e

- Risco de mercado:

    - com relação a riscos de taxas de juros:
        - Ajustes da tarifa de locação de frotas;
        - Aplicação de recursos financeiros em instrumentos atrelados à variação do CDI.
        - Contratação de operações de opção (*hedge*) por meio das quais limitamos nossa exposição a possíveis aumentos da taxa de juros.
    - Com relação a riscos cambiais: contratamos operações de *swap* para proteger nossa exposição à variação cambial.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Risco de crédito

Os parâmetros utilizados para os clientes de locação de veículos: Após 1 dia de inadimplência, nossa equipe de cobrança entra ativamente em contato com o cliente. Em caso de não recebimento por um prazo superior a 15 dias da data de inadimplência, fazemos o protocolo de apontamentos no SERASA. Quando a inadimplência ultrapassa 30 dias, entramos com bloqueio dos serviços e guarda dos veículos dos clientes. Em caso de não recebimento por um período superior a 60 dias a política adotada é de rescisão contratual e retirada de todos os veículos da operação alocada ao cliente. Todo este processo decisório é despachado em comitê de cobrança com a participação da Diretoria de Pós-Vendas, Diretoria Financeira e Diretoria Comercial.

Os parâmetros utilizados para os clientes de seminovos, venda no canal atacado: Após 1 dia de inadimplência, nossa equipe de cobrança entra ativamente em contato com o cliente, utilizando a força de venda como auxílio *in loco*. Em caso de não recebimento por um prazo superior a 7 dias, fazemos o protocolo de apontamento de protestos e a retomada da posse dos veículos. Todo este processo decisório é despachado em comitê de cobrança com a participação da Diretoria de Seminovos e Diretoria Financeira.

Os parâmetros utilizados para os clientes de seminovos, vendas no canal de varejo: Neste canal de venda não há inadimplência, pois temos somente venda à vista por recursos próprios dos compradores ou via repasse de financiamento bancário.

Risco de liquidez

Os parâmetros para controle efetivo do risco de liquidez são os seguintes:

- Manutenção de caixa disponível para suportar os gastos operacionais e os gastos relacionados ao serviço da dívida para os próximos 90 dias;
- Caixa livre para garantir a cobertura de no mínimo 80% da dívida de curto prazo;
- Índice de liquidez imediata acima de 40%.

Risco de mercado

Em relação aos contratos de financiamento, utilizamos os seguintes parâmetros:

- Taxa pré-fixada: Quando ocorrem reduções na taxa SELIC que resultam em diferenças nas taxas pré-fixadas do mercado, comparativamente às taxas atuais, em valores superiores a 0,20% a.m, nós buscamos novos contratos para quitação dos contratos vigentes, desde que não haja multas ou perda de benefícios fiscais em valores superiores à diferença apurada nas taxas de juros.
- Taxa pós-fixada: neste caso, utilizamos dos seguintes parâmetros proteção:
    - Dívida exposta à variação do CDI:
        - Manutenção de aplicações financeiras atreladas ao CDI, que suportam pelo menos 25% do total da dívida exposta a este indexador;
        - Para a exposição restante de 75%, definiu-se pela adoção de instrumentos de hedge nos casos em que a curva futura de juros DI, disponibilizada no site da BM&FBOVESPA e/ou por analistas de mercado, apontar para variações superiores a 15% do valor atual do CDI;
    - Dívida exposta à variação cambial:

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

- Neste caso, a orientação é realizar empréstimos em moeda estrangeira somente se for possível associar instrumentos financeiros de proteção, como por exemplo, um *swap* dólar x CDI, que garantam nenhuma exposição a possíveis variações cambiais e, no caso da exposição ao CDI, adotamos a prática do item anterior.

Risco operacional

Para controle e gerenciamento dos fatores de riscos operacionais acompanhamos os índices:

- Índice de não conformidades: através do cronograma anual de auditorias de padrões e auditoria nos fatores de riscos em todas as áreas e macroprocesso mapeados, acompanhamos a recorrência de falhas operacionais e descumprimento de normas da companhia;

- Percentual de alcance Programa de Excelência: Um programa de excelência que visa estimular a melhoria da qualidade da gestão através da excelência na execução da rotina, nos garante monitoramento constante da execução dos padrões aplicados às áreas e unidades de negócio. No programa temos os principais processos críticos e resultados esperados e são realizadas ao ano, 2 (duas) auto avaliações e 2 (duas) auditorias formais validando a pontuação obtida por cada unidade de negócio.

Através da metodologia de gerenciamento da rotina, para todas as variações negativas nos índices acima são realizados tratamentos, com identificação de causa e elaboração de plano de ação para eliminação da causa identificada.

e. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Somente contratamos instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial. Para maiores informações, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Nosso gerenciamento de riscos é responsabilidade das áreas de gestão de processos e auditoria interna, que trabalham em três diferentes etapas: (i) prevenção; (ii) verificação; e (iii) acompanhamento.

Na fase preventiva, a área de gestão é responsável pela padronização de processos, definição de indicadores e acompanhamento do tratamento de não conformidade, enquanto a auditoria interna mapeia os riscos, define os fatos geradores dos riscos e as melhores práticas para a mitigação destes riscos.

Na fase de verificação, a auditoria interna checa se os padrões gerenciais e operacionais sugeridos para a prevenção dos riscos estão sendo implementados sob os aspectos processuais, fiscais, legais, e com relação a fraudes e ouvidoria.

Por último, realizamos o acompanhamento destes processos por meio de nosso comitê de auditoria interna, reuniões mensais de diretoria e acompanhamento e tratamento de não conformidade.

g. Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Estamos procedendo a uma revisão dos fluxos de nossos processos, com o objetivo de otimizá-los, assim como identificar eventuais falhas nos controles internos existentes. Também contamos com um departamento de auditoria interna que, dentre outros objetivos, efetua o monitoramento tempestivo dos processos e controles mapeados. Este departamento se reporta diretamente ao Conselho de Administração, possuindo total autonomia e independência.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos sujeitos, bem como em nosso monitoramento de riscos.

5.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além das descritas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	18/07/2008
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	01/03/2012

6.3 - Breve histórico

Iniciamos nossas atividades em 1993, por meio da Locarvel, fundada por nosso acionista controlador, Luis Fernando Porto, juntamente com quatro outros sócios, na região Sudeste, no Estado de Minas Gerais, com apenas 16 veículos, com uma atuação regional e atendendo clientes de pequeno e médio portes. Em 1997, possuíamos 100 veículos e adquirimos a carteira de clientes de uma locadora regional, aumentando a nossa frota para 200 veículos. No mesmo ano, o acionista Sérgio Resende ingressou no capital social da Locarvel com a aquisição de quotas pertencentes aos demais sócios fundadores.

No período de 2000 a 2007, com a finalidade de aproveitar oportunidades de crescimento no setor, iniciamos um processo de expansão nacional, por meio de crescimento orgânico e aquisição de pequenas e médias empresas e de carteiras de clientes corporativos, com a abertura de filiais nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória, Fortaleza, Salvador, Cuiabá, Porto Alegre, Brasília, Recife, Paraupebas e Manaus. Em 2007, passamos a atuar também em Brasília, com a aquisição de uma locadora local com frota de 500 veículos.

Ainda em 2007, com o objetivo de aproveitar as oportunidades de crescimento de mercado iniciamos tratativas no intuito de alienar uma participação em nossa companhia para um investidor estratégico. Para viabilizar essa alienação, constituímos a nossa Companhia que absorveu, por meio de incorporação, relevante parcela cindida das operações (incluindo os ativos e passivos) da Locarvel e criamos a marca "Locamerica".

Fomos constituídos em 18 de julho de 2008, por meio da incorporação de uma relevante parcela cindida das operações (incluindo os ativos e passivos) da Locarvel. Neste mesmo mês, o Votorantim adquiriu, por meio de sua unidade de *private equity*, a BV Empreendimentos e Participações Ltda. ("BVEP"), 21,2% do capital social da nossa Companhia por meio de uma subscrição privada de ações. Adicionalmente, em dezembro de 2009, o Votorantim realizou uma nova subscrição privada de ações, de 13,4% de nosso capital, reafirmando sua confiança em nosso modelo de negócios, totalizando, nesta data, uma participação de 34,6% no nosso capital. Na qualidade de nosso acionista estratégico, a BVEP participa de nossos negócios com capital e disponibilizando seu extenso *know-how* do mercado financeiro, contribuindo com uma nova perspectiva financeira, governança corporativa e gestão altamente qualificadas, práticas estas que se consolidaram na cultura de nossa Companhia nestes últimos anos.

Em janeiro de 2010, a nossa Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Locarvel pertencentes aos sócios Luis Fernando Porto (nosso Diretor Presidente) e Sérgio Resende (nosso Conselheiro), pelo valor de R$12,0 milhões. Após a aquisição passamos a deter uma participação de 99,99% na Locarvel (sendo 1 (uma) quota detida por Luis Fernando Porto).

Ainda em 2010, realizamos duas emissões públicas de debêntures, sendo a primeira em 28 de junho de 2010, no valor de R$125,0 milhões, e a segunda em 09 de dezembro de 2010, no valor de R$100,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, nos tornamos a segunda maior locadora de frotas do Brasil, com uma frota total de 21.913 veículos. [1]

Adicionalmente, em 20 de junho de 2011, aprovamos nossa terceira emissão de debêntures, no valor inicial de R$160,0 milhões, dos quais R$80,0 milhões foram liquidados em 22 de junho de 2011. Em outubro de 2011, efetuamos captação adicional de R$15,7 milhões (correspondentes ao valor nominal acrescido dos juros remuneratórios desde a data da emissão) por meio da emissão de debêntures de nossa terceira emissão e foram canceladas 65 debêntures não subscritas devido a questões de mercado. Assim, nossa terceira emissão de debêntures totalizou R$95,0 milhões (em valor nominal).

Em 22 de dezembro de 2011, aprovamos nossa quarta emissão de debêntures, no montante inicial de R$150,0 milhões, que foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"). Em 19 de janeiro de 2012, a escritura de nossa quarta emissão de debêntures foi aditada com o cancelamento de 3.000 debêntures (equivalentes a R$30,0 milhões), passando, assim, o total da emissão, de R$150,0 milhões para R$120,0

[1] Considerando as seguintes companhias abertas que atuam no mesmo segmento que a Companhia: Localiza Rent a Car S.A. e Unidas S.A. Para dados comparativos, ver item 7.9(e) – "Comparativo – Companhias Abertas").

6.3 - Breve histórico

milhões (em valor nominal), com captação total de R$121,7 milhões, liquidada integralmente em janeiro de 2012. As debêntures são simples, não conversíveis, da espécie com garantia flutuante, com garantia adicional real e fidejussória.

Em 30 de dezembro de 2011 a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria "B", como resultado do deferimento de seu processo protocolado em 05 de outubro de 2011. Com o registro na Categoria "B", a Comissão de Valores Mobiliário (CVM) habilitou a Companhia, a partir da data do registro, a negociar valores mobiliários em mercados regulamentados no Brasil, exceto ações e certificado de depósitos em ações ou valores mobiliários que confiram ao titular o direito de adquirir ações ou certificado de depósitos em ações, conforme disposto na Instrução CVM n.º 480/2009.

Após realização de um diagnóstico de marca, lançamos para o mercado, em janeiro de 2012, nossa nova identidade, pautada nos pilares de marca de criatividade, paixão por agir e ética, preservando o nome Locamerica e a cor vermelha.

Em 14 de fevereiro de 2012, aprovamos nossa quinta emissão de debêntures, no montante de R$35 milhões, que foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, e foi liquidada integralmente em 09 de março de 2012.

Em 30 de março de 2012, realizamos um desdobramento de ações, em razão do qual nosso capital social, que era dividido em 31.189.890 ações ordinárias, passou a ser dividido em 46.784.835 ações ordinárias, sem ocorrer, entretanto, qualquer alteração em nossa composição acionária.

Em 31 de dezembro de 2011 atingimos uma frota total de 27.262 veículos.

Em 01 de março de 2012, foi deferido pela CVM nosso pedido de conversão de registro de companhia aberta da categoria de emissor "B", obtido perante a CVM em 30 de dezembro de 2011, para a categoria de emissor "A".

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Ano	2009
Evento:	Aquisição de ações de Pedro Marinho Ferolla para tesouraria.
Principais condições do negócio	Foi aprovada em 02 de outubro de 2009, a aquisição de 415.848 ações ordinárias de emissão da própria Companhia de titularidade do Sr. Pedro Marinho Ferolla e anteriormente detidas pela GFX Participações Ltda., pelo valor total de R$3.074.082,45 (três milhões, setenta e quatro mil e oitenta dois reais e quarenta e cinco centavos), ações estas que foram mantidas em tesouraria.
Sociedades envolvidas	Companhia de Locação das Américas
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Descritos abaixo.

Quadro societário antes e após a operação:

Antes

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto[1]	10.195.281	49,00	0	0,00	38,61
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	10.195.280	49,00	0	0,00	38,61
Pedro Marinho Ferolla	415.848	2,00	0	0,00	1,57
BV Empreendimentos e Participações Ltda. ("BVEP")	0	0	5.601.013	100,00	21,21
Valter Pasquini	0	0	1	0,00	0,00
Total	**20.806.409**	**100,00**	**5.601.013**	**100,00**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Após

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto[1]	10.195.281	49,00	0	0,00	38,61
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	10.195.280	49,00	0	0,00	38,61
Ações em tesouraria	415.848	2,00	0	0,00	1,57
BVEP	0	0	5.601.013	100,00	21,21
Valter Pasquini	0	0	1	0,00	0,00
Total	**20.806.409**	**100,00**	**5.601.013**	**100,00**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Ano	**2009**
Evento:	Aumento de capital mediante emissão de ações
Principais condições do negócio	Aumento de capital social no valor de R$19.892.139,00 mediante a emissão de 5.198.315 ações preferenciais ao preço unitário de emissão de R$7,69480110, sendo que R$3,82665132 por ação foram destinados ao aumento do capital social e R$3,86814979 por ação foram destinados à reseva de capital da Companhia. As ações foram integralmente subscritas e integralizadas pelo BVEP, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2009.
Sociedades envolvidas	Companhia de Locação das Américas e BVEP.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Descritos abaixo.

Quadro societário antes e após a operação:

Antes

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto[1]	10.195.281	49,00	0	0,00	38,61
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	10.195.280	49,00	0	0,00	38,61
Ações em tesouraria	415.848	2,00	0	0,00	1,57
BVEP	0	0	5.601.013	100,00	21,21
Valter Pasquini	0	0	1	0,00	0,00
Total	**20.806.409**	**100,00**	**5.601.013**	**100,00**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Após

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto[1]	10.195.281	49,00	0	0,00	32,26
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	10.195.280	49,00	0	0,00	32,26
Ações em tesouraria	415.848	2,00	0	0,00	1,32
BVEP	0	0	10.799.328	100,00	34,17
Valter Pasquini	0	0	1	0,00	0,00
Total	**20.806.409**	**100,00**	**10.799.329**	**100,00**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Ano	**2010**
Evento:	Aquisição de quotas da Locarvel Locadora de Veículos Ltda.
Principais condições do negócio	Aquisição de 6.399.999 quotas da Locarvel Locadora de Veículos Ltda, sendo 3.200.000,00 quotas de propriedade do Sr. Sérgio Augusto Guerra de Resende e 3.199.999 quotas de propriedade do Sr. Luis Fernando Memoria Porto, pelo valor de R$12.000.000,00, pagos em 6 parcelas de igual valor mensais e consecutivas, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de março de 2010.
Sociedades envolvidas	Companhia de Locação das Américas e Locarvel Locadora de Veículos Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Descritos abaixo.

Quadro societário antes e após a operação:

Antes

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto [1]	10.195.281	49,00	0	0,00	32,26
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	10.195.280	49,00	0	0,00	32,26
Ações em tesouraria	415.848	2,00	0	0,00	1,32
BVEP	0	0	10.799.328	100,00	34,17
Valter Pasquini	0	0	1	0,00	0,00
Total	**20.806.409**	**100,00**	**10.799.329**	**100,00**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Após

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto[1]	10.195.281	49,00	0	0,00	32,26
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	10.195.280	49,00	0	0,00	32,26
Ações em tesouraria	415.848	2,00	0	0,00	1,32
BVEP	0	0	10.799.328	100,00	34,17
Valter Pasquini	0	0	1	0,00	0,00
Total	**20.806.409**	**100,00**	**10.799.329**	**100,00**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Ano	**2012**
Evento:	Conversão de ações preferenciais em ordinárias, cancelamento de ações em tesouraria e aumento de capital sem emissão de novas ações
Principais condições do negócio	Conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, cancelamento de 415.848 ações ordinárias mantidas em tesouraria e aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R$7.002.000,00, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 27 de fevereiro de 2012.
Sociedades envolvidas	Companhia de Locação das Américas.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Descritos abaixo.

Quadro societário antes e após a operação:

Antes

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto [1]	10.195.281	49,00	0	0,00	32,26
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	10.195.280	49,00	0	0,00	32,26
Ações em tesouraria	415.848	2,00	0	0,00	1,32
BVEP	0	0	10.799.329	100,00	34,17
Total	**20.806.409**	**100,00**	**10.799.329**	**100,00**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Após

	Ações Ordinárias		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto[1]	10.195.281	32,69	32,69
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	10.195.280	32,69	32,69
Ações em tesouraria	0	0	0
BVEP	10.799.329	34,62	34,62
Total	**31.189.890**	**100,00**	**100,00**

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Ano	**2012**
Evento:	Aumento de capital sem emissão de novas ações
Principais condições do negócio	Em 30 de março de 2012, nosso conselho de administração deliberou uma distribuição de juros sobre o capital próprio em favor de nossos acionistas, no montante total de R$2,3 milhões (R$2,0 milhões líquido de imposto de renda retido na fonte), sendo que os acionistas, em assembleia geral extraordinária ocorrida na mesma data, deliberaram a capitalização integral desse montante (líquido dos tributos aplicáveis), sem emissão de novas ações. Em consequência, nosso capital social passou de R$133.309.096,99 para R$135.291.240,41.
Sociedades envolvidas	Companhia de Locação das Américas.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não houve alteração ao quadro societário.

Ano	**2012**
Evento:	Desdobramento de ações
Principais condições do negócio	Em 30 de março de 2012, nossos acionistas, reunidos em assembleia geral extraordinária, aprovaram um desdobramento de ações em que se divide nosso capital social, na proporção de três ações para cada duas ações pré-existentes ao desdobramento. Em razão do referido desdobramento, nosso capital social, que era dividido em 31.189.890 ações ordinárias, passou a ser dividido em 46.784.835 ações ordinárias, sem ocorrer, entretanto, qualquer alteração em nossa composição acionária.
Sociedades envolvidas	Companhia de Locação das Américas.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Descritos abaixo.

Quadro societário antes e após a operação:

Antes

	Ações Ordinárias		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto[1]	10.195.281	32,69	32,69
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	10.195.280	32,69	32,69
BVEP	10.799.329	34,62	34,62
Total	**31.189.890**	**100,00**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Após

	Ações Ordinárias		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	
Luis Fernando Memoria Porto[1]	15.292.922	32,69	32,69
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	15.292.920	32,69	32,69
BVEP	16.198.993	34,62	34,62
Total	**46.784.835**	**100,00**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não há qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Acreditamos ser uma das principais companhias de terceirização de frotas para clientes corporativos no Brasil, tendo sido a locadora de veículos que mais cresceu nos cinco exercícios sociais entre 2006 e 2010 em termos de índice composto de crescimento anual (CAGR) de frota total, considerando tanto as companhias abertas do setor, como o crescimento médio do setor em geral, segundo os dados mais recentes da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis ("ABLA") de 2006 a 2010. Alcançamos a segunda posição em número de veículos no segmento de terceirização de frotas, no qual detemos 9,4% de participação de mercado, conforme dados do anuário ABLA 2011 referente ao ano de 2010.[1]

Nossa atividade de terceirização de frotas consiste no aluguel de veículos novos para clientes corporativos por meio de contratos cujos prazos variam de 12 a 60 meses, com média de 27,6 meses em 31 de dezembro de 2011 (27,8 meses em 31 de dezembro de 2010). Nossos clientes corporativos compreendem pequenas, médias e grandes empresas, atuantes nos diversos setores da economia. Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos um período médio de relacionamento com nossos clientes de 44 meses (37,5 meses em 31 de dezembro de 2010), o que acreditamos representar um alto índice de fidelização[2]. Como parte complementar de nossas atividades, vendemos os veículos de nossa frota após o término de nossos contratos de terceirização de frota ("Seminovos"), o que nos permite renovar a nossa frota comprando com maiores descontos e reduzindo nossos custos de manutenção. Em 2009, 2010 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, investimos respectivamente R$117,8 milhões, R$294,1 milhões e R$312,6 milhões em aquisição de frota, resultando em uma redução de sua idade média operacional de 19,1 meses em 31 de dezembro de 2009, para 15,4 meses em 31 de dezembro de 2010 e 14,6 meses em 31 de dezembro de 2011.

Possuímos ampla atuação geográfica, com presença em 15 cidades brasileiras, localizadas em 12 Estados (Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. Tais localidades representam 93% do mercado potencial para terceirização de frotas no Brasil conforme os dados mais recentes da ABLA, divulgados no anuário de 2011. Nossa rede de atendimento é composta por um escritório central localizado em Belo Horizonte, 15 unidades operacionais, sete revendas de Seminovos e cinco centros de desmobilização de frotas.

[1] Considerando as seguintes companhias abertas que atuam no mesmo segmento que a Companhia: Localiza Rent a Car S.A. e Unidas S.A. Para dados comparativos, ver item 7.9(e) – "Comparativo – Companhias Abertas").

[2] O período médio de relacionamento é obtido pela média simples do prazo de vigência dos contratos de terceirização de frotas que representem individualmente mais que 2% da nossa receita.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Evolução dos Resultados

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossas informações operacionais e financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011:

Informações Financeiras
(em R$ milhares, exceto quando indicado de forma diversa)

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2009	2010	2011	Variação 2010 x 2009 (%)[1]	Variação 2011 x 2010 (%)[1]
	(em R$ milhares, exceto quando indicado de forma diversa)				
Receita Líquida	212.066	309.185	390.682	45,8	26,4
Locação de veículos	162.757	216.557	301.553	33,1	39,2
Receita de Locação de veículos/Receita Líquida (%)	76,7%	70%	77,2%	-	-
Venda de veículos	64.501	112.426	118.157	74,3	5,1
Receita de Venda de veículos/Receita Líquida (%)	30,4%	36,4%	30,2%	-	-
Lucro Bruto	62.451	91.505	158.983	46,5	73,4
Margem Bruta (%)[2]	29,4%	29,6%	40,7%	-	-
Resultado do exercício	(8.462)	11.553	22.576	236,5	95,4
Margem Líquida (%)[3]	(4,0)%	3,7%	5,8%	-	-
EBITDA[4]	74.537	108.841	155.560	46,0	42,9
EBITDA / Receita Líquida (%)	35,1%	35,2%	39,8%	-	-
EBITDA / Receita de Locação (%)	45,8%	50,3%	51,6%	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	22.644	83.772	79.442	270,0	(5,2)
Títulos e valores mobiliários	-	-	11.305	-	100,0
Endividamento (curto prazo)	173.594	178.965	196.675	3,1	9,9
Endividamento (longo prazo)	92.932	298.208	417.931	220,9	40,1
Informações Operacionais					
Frota Total (em unidades de veículos)	15.335	21.913	27.262	42,9	24,4
Frota Operacional (em unidades de veículos)[5]	13.241	19.851	23.328	49,9	17,5

(1) Variação Horizontal.

(2) Lucro bruto do período/exercício dividido pela receita líquida.

(3) Resultado do período/exercício dividido pela receita líquida.

(4) O EBITDA é uma medição não contábil utilizada para avaliar a geração de caixa proveniente de uma sociedade. Calculamos o EBITDA conforme o Edital de Audiência Pública da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) nº 13/2010 disponibilizado pela CVM em 18 de outubro de 2010, da seguinte forma: lucro (prejuízo) líquido, adicionado às despesas financeiras líquidas, despesas de imposto de renda e contribuição social e aos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA é uma medição não contábil elaborada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras e não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as IFRS. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de nossa dívida, mas funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade ou desempenho operacional, em razão de desconsiderar custos de depreciação de nossa frota e outros decorrentes de nossos negócios, que afetam, de maneira significativa, os nossos lucros. Para mais informações, ver definição de EBITDA no item 3.2 (i) do Formulário de Referência.

(5) Frota total subtraindo veículos à venda e veículos em mobilização.

Modelo de Negócios

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Nossos serviços de terceirização de frotas abrangem, primordialmente, o dimensionamento da frota, o licenciamento dos veículos, o gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, a substituição de veículos avariados e a assistência emergencial. O principal benefício para nossos clientes advindo da terceirização de frota consiste na redução de custos, particularmente quanto a aquisição, renovação, gestão, manutenção e desinvestimento (venda) em frota, permitindo ao cliente manter o foco exclusivo na sua atividade principal. Nossos contratos com clientes são customizados para atender as especificações e necessidades de seus negócios.

Além disso, efetivamos a venda de Seminovos ao final dos nossos contratos, encerrando, assim, o ciclo de utilização desses veículos por nós. A venda de Seminovos é realizada por dois tipos de canais: (i) canais de atacado (revendedores, concessionários e leilões); e (ii) canais de varejo (nossas lojas próprias, feirões compartilhados, internet e nossos clientes e seus colaboradores). Nosso modelo de negócios nos permite atuar neste mercado oferecendo produtos diferenciados, veículos com baixa quilometragem, poucos anos de uso, com constante e rigorosa manutenção e procedência garantida. O fato de determos nossa própria frota nos permite gerenciar nossos veículos de modo a assegurar que sejam vendidos no momento em que atinjam a idade média e quilometragem desejadas e, adicionalmente, prepará-los para revenda e vendê-los por meio dos canais de distribuição que consideramos mais atraentes e apropriados. Sendo assim, temos grande capacidade de aproveitamento deste mercado para concluirmos o ciclo do nosso negócio de terceirização de frotas, com a venda dos Seminovos que compõem o nosso ativo.

Nosso modelo de negócios é baseado nos seguintes pilares*:*

- *Inteligência de precificação e monitoramento de contratos*

  Consideramos a nossa experiência fundamental na análise das variáveis (localização, tipo e volume de utilização, modelo adequado e preço de venda do veículo, e sinistralidade) que influenciam cada item do custo e margem de nossos contratos, principalmente, manutenção, depreciação e sinistros. Nossos contratos são monitorados diariamente, por meio da verificação dessas variáveis veículo a veículo.

- *Gestão orientada para baixo custo*

  Possuímos uma estrutura administrativa centralizada, responsável por definir o nosso planejamento estratégico, com metas claras e foco em resultados, por meio de rigoroso controle de custos e manutenção de estrutura organizacional enxuta.

- *Posicionamento geográfico*

  Estamos presentes em localidades que representam 93% do mercado de terceirização de frotas, conforme dados da ABLA, compreendendo todas as regiões do país, em 12 Estados e no Distrito Federal, que nos permite atender tanto clientes de grande porte com abrangência nacional como clientes de pequeno e médio portes com atuação regional.

- *Qualidade de serviços e fidelização de clientes*

  Fornecemos atendimento personalizado e regionalizado, com serviço de atendimento ao cliente (SAC) descentralizado em cada um dos Estados nos quais estamos presentes, e no Distrito Federal. Acreditamos que a descentralização e o pronto atendimento são os fatores que levam à alta taxa de fidelização de nossos clientes.

Setor de Atuação

De acordo com dados da ABLA, o setor brasileiro de locação de veículos e terceirização de frotas no Brasil tem apresentado crescimento superior ao PIB durante a última década. Com um faturamento de R$5,1 bilhões em 2010, o setor de locação apresentou um crescimento expressivo durante os anos de 2003 a 2010, com uma taxa anualizada de crescimento de 11,9%, valor relativamente superior à taxa de crescimento do mercado americano, que foi de 3,9% neste mesmo período, de acordo com o *Auto Rental News Factbook* de 2011. O crescimento de 17,0% no faturamento do setor em 2010 reforça as perspectivas futuras de crescimento para este ramo de atividade econômica.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Conforme dados da ABLA, o PIB brasileiro cresceu 7,5% em 2010 enquanto o faturamento do segmento de locação de veículos cresceu 17,0% no mesmo período, o que representou um crescimento de 2,26 vezes em relação ao PIB.

Ademais, o mercado brasileiro de locação de veículos encontra-se em fase de consolidação. Os três principais *players* do setor de terceirização de frotas detinham uma participação de mercado de aproximadamente 30% em 2010, número relativamente pequeno se comparado ao mercado norte-americano, onde as quatro maiores empresas do setor representavam 93,4% de participação de mercado em 2011, conforme dados da *US Car Rental Market* no *ARN Fact Book 2012*.

Tal crescimento vem sendo influenciado principalmente pelos seguintes fatores:

- *Ambiente macroeconômico favorável*. O aumento da atividade econômica no Brasil, o aumento da previsibilidade do cenário econômico e a estabilização da taxa de juros são fatores que favorecem o crescimento do setor em que atuamos. Conforme dados do IBGE, o crescimento do PIB em 2010 e 2011 foi de 7,5% e 2,7%, respectivamente, com previsão de crescimento para 2012 de 3,5%. Adicionalmente, a taxa básica de juros da economia finalizou os anos de 2010 e 2011 em 10,75% e 11,0%, respectivamente, e, em 08 de março de 2012, foi reduzida para 9,75%, conforme dados do BACEN.

- *Consolidação do setor*. O mercado de aluguel de veículos no Brasil é composto por aproximadamente 2,0 mil empresas, segundo dados da ABLA. Em 2010, os três principais *players* do setor de terceirização de frotas, incluindo a Companhia, detinham aproximadamente 30% do mercado brasileiro, ao passo que no mercado dos Estados Unidos, os quatro principais *players* representavam 93,4% daquele mercado em 2011, conforme dados da *US Car Rental Market* no *ARN Fact Book* 2012.

- *Potencial de crescimento do segmento de terceirização de frotas*. O segmento de terceirização de frotas apresenta um elevado potencial de crescimento, uma vez que, conforme dados da ABLA, em 31 de dezembro de 2010, havia uma frota terceirizada no Brasil de aproximadamente 232 mil veículos, o que corresponde a aproximadamente 11,5% do mercado potencial de terceirização de frotas no Brasil, ou seja, uma frota de aproximadamente 2,0 milhões de veículos conforme dados do *The Boston Consulting Group*. Comparativamente a esse cenário, o percentual de terceirização do mercado potencial é de 24,5% na França, 37,4% na Espanha, 46,9% no Reino Unido e 58,3% na Holanda, segundo a *Datamonitor*.

- *Mercado de Seminovos*. O mercado de Seminovos no Brasil mostrou-se bastante aquecido nos últimos cinco anos, atingindo um volume de vendas de 7,5 milhões de automóveis em 2011, conforme dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - FENABRAVE, número três vezes maior que o número de emplacamentos no país em 2010. Considerando o referido período de cinco anos em análise, a taxa média composta de crescimento foi de 5,0% ao ano para este mercado.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que nosso modelo de negócio nos coloca em posição privilegiada para aproveitarmos as possibilidades de crescimento no nosso segmento de atuação. Descrevemos abaixo nossas principais vantagens competitivas.

Previsibilidade de receitas e característica acíclica de nosso negócio. Focamos nossas atividades na terceirização de frotas, cujo ciclo de receita apresenta maior previsibilidade em relação ao segmento *rent a car*. O setor de terceirização de frotas no Brasil se caracteriza por contratos corporativos de até 60 meses, cujos prazos médios são de 24 meses (no nosso caso de 27,6 meses e 27,8 meses em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente), o que nos permite antecipar a geração de receita para os períodos aplicáveis, em contraste com a receita de locação diária ou por curto período no caso do segmento *rent a car*. Reforçando a estabilidade da nossa receita, nossos contratos estipulam, ainda, multa na hipótese de rescisão antecipada, que variam até 50% do valor residual do contrato. Em 31 de dezembro de 2011, com base em nossas estimativas, contávamos com uma carteira de recebíveis contratada com nossos clientes, para os próximos 12 meses, de aproximadamente R$514,8 milhões (R$400,4 milhões em

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

31 de dezembro de 2010), com um prazo médio remanescente de 19,1 meses (21,2 meses em 31 de dezembro de 2010).

De forma similar, o modelo de terceirização de frotas reforça a previsibilidade na venda de Seminovos ao final do ciclo de terceirização. Ao contrário do setor *rent a car*, o modelo de terceirização de frotas garante um período equivalente ao prazo contratual (média de 24 meses) para planejar a estrutura de venda de tais veículos.

Finalmente, o setor de terceirização de frotas se caracteriza pela menor sazonalidade durante o ano e maior estabilidade em relação ao ambiente macroeconômico do País, em comparação com o setor *rent a car*, que é mais sensível às variações da economia e comportamento do turismo no País, dado o menor período dos contratos e seu forte vínculo com pessoas físicas. A terceirização de frotas traz benefícios para os clientes, tais como desmobilização do capital, redução de custos e manutenção do foco das empresas em sua atividade-fim, fazendo com que o segmento tenda a crescer com menor dependência de condições econômicas externas, conforme evidenciado pelo nosso crescimento de 9,3% e 6,2% em termos de receita bruta e EBITDA entre 2008 e 2009, respectivamente, a despeito dos efeitos da crise financeira internacional.

Cultura de baixo custo e ganhos de escala. Nossa forte cultura de baixo custo, um de nossos pilares, combinada com a escala de nossas operações, nos tem permitido aumentar consistentemente nossas margens.

Nossa filosofia de gestão é claramente refletida no nosso planejamento estratégico, sendo baseada no foco em resultados, rigoroso controle de custos (*orçamento base zero*), estrutura organizacional enxuta, desenvolvimento de talentos e ética empresarial, que por sua vez são implementadas por modernas ferramentas de gestão.

Outro importante fator que contribui para a redução dos nossos custos e ganhos de escala consiste no grande volume de compra de veículos, que fortalece nosso poder de negociação junto aos principais fornecedores de veículos e demais parceiros. Acreditamos ser um dos maiores compradores de veículos novos fabricados pelas principais montadoras do Brasil, como a Fiat, General Motors e Volkswagen, entre outros, o que nos permite obter condições favoráveis e descontos significativos na aquisição de veículos para expansão e renovação da nossa frota, mitigando os efeitos da depreciação dos nossos ativos. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011, adquirimos um total de 11.040 e 11.052 veículos, respectivamente. O preço médio de compra de nossos veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R$28,3 mil (R$26,6 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010), o que correspondeu a R$312,6 milhões (R$294,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010).

Operação integrada, de escala nacional e preparada para suportar nosso crescimento. Atuamos de forma integrada, desde a compra de veículos novos para a locação de frotas até a sua posterior venda ao final dos contratos por meio de nossas lojas próprias. Contamos com nossa administração central, 15 bases operacionais que realizam atendimento comercial e pós venda, cinco centros de desmobilização que preparam Seminovos para venda e sete lojas de Seminovos que atendem clientes de atacado e/ou varejo. Estamos estrategicamente localizados em 15 cidades brasileiras, em 12 Estados e no Distrito Federal, localidades que representam 93% do mercado potencial para terceirização de frotas segundo dados do Anuário ABLA 2011 o que nos confere maior proximidade com nossos clientes e capacidade de atendimento. Adicionalmente, possuímos uma vasta rede de prestadores de serviços credenciados para suportar nossas necessidades de assistência a clientes, composta por mais de 3,5 mil oficinas credenciadas. Investimos constantemente no aprimoramento de nossos sistemas e controles e desde o ano de 2007, possuímos um sistema de tecnologia de informação que nos permite gerenciar, diariamente, nossa frota em todo o Brasil. A partir de janeiro de 2010, entrou em operação o sistema ERP SAP, o que trouxe maior robustez e eficácia aos nossos controles. Em nossa visão, nossa operação está dimensionada de forma adequada para atender a demanda de nossa atual operação e, devido à nossa presença e infraestrutura já estabelecidas em todas as regiões do Brasil, acreditamos estar preparados para suportar nosso crescimento futuro esperado, com baixos custos operacionais e administrativos incrementais, de forma consistente, e mantendo nosso elevado índice de eficiência operacional.

Controle de fluxo de caixa e gestão do perfil da dívida. Possuímos rígida disciplina de capital e contamos com um modelo de negócios que visa a maximizar o retorno sobre capital investido. Nosso

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

planejamento financeiro baseia-se nas seguintes diretrizes: alongamento de dívida, controle e redução de alavancagem, e otimização das fontes de financiamento. Precificamos cada um de nossos contratos individualmente, de forma a garantir preços competitivos e rentabilidade para nossos acionistas. Ainda, a consistente geração de caixa operacional, aliada a uma política conservadora da administração financeira implementada ao longo dos últimos três anos, foi endossada pelas avaliações atribuídas pela *Fitch Ratings* para as nossas cinco emissões de debêntures realizadas em 2010, 2011 e 2012. Isto permitiu captações de recursos de longo prazo, alongando o perfil de nossa dívida e nos propiciando solidez financeira. Em dezembro de 2009, apresentávamos 65,1% da nossa dívida no curto prazo, em comparação com 32,0% em 31 de dezembro de 2011.

Conhecimento e experiência de nossos acionistas fundadores, combinados à Administração experiente, capaz de alcançar eficiência operacional consolidada. Nossos acionistas fundadores estão presentes no mercado há 19 anos, atuando exclusivamente no segmento de terceirização de frotas e, como consequência, possuem conhecimento detalhado de nossos mercados de atuação e clientes, capacidade de planejamento e gestão de frota e forte disciplina financeira na precificação e administração de contratos. Adicionalmente, nossa administração desenvolveu, acumulou, aperfeiçoou e sistematizou ao longo de quase duas décadas essas características e procedimentos que, em conjunto com visão de longo prazo e percepção para captar novas oportunidades, acreditamos nos posicionar de forma diferenciada em relação aos concorrentes, conforme detalhado abaixo:

(i) *Conhecimento detalhado de mercados de atuação e de clientes*: O histórico de relacionamento com nossos clientes corporativos de diferentes setores da economia e localidades geográficas nos permite acumular profundo conhecimento de suas operações, o que nos permite melhor dimensionar suas necessidades e oferecer soluções customizadas. Esse conhecimento foi construído por meio de uma ampla e detalhada base de dados que possuímos de cada cliente e que é constantemente atualizada. Temos experiência em prestação de serviços em quase todos os segmentos de negócio e regiões do Brasil, oferecendo veículos populares, comerciais leves, executivos, blindados, 4x4 e caminhões.

(ii) *Capacidade de planejamento e gestão de frota*: Acreditamos que nossa capacidade diferenciada de planejamento, dimensionamento e gestão de frota seja crucial para nossa eficiência operacional e reflete-se em nossos altos índices de utilização de frota, como, por exemplo, de 95,4% em 31 de dezembro de 2009, 96,0% em 31 de dezembro de 2010 e 95,9% em 31 de dezembro de 2011, mesmo considerando o crescimento significativo de nossa frota de 16.518 veículos em 31 de dezembro de 2009 para 27.262 veículos em 31 de dezembro de 2011.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

(iii) *Forte disciplina financeira na precificação e administração de contratos*: Desenvolvemos ao longo de quase duas décadas uma metodologia de precificação de contratos veículo a veículo, o que nos permite administrar contratos com rentabilidade e alto índice de assertividade, o que pode ser comprovado por nossas margens, inclusive, em períodos de crise, tais como a crise financeira mundial de 2008/2009. A precificação é embasada no nosso conhecimento de cada mercado e cliente, considerando sua localização, tipo e volume de utilização, modelo adequado e preço de venda do veículo, e sinistralidade. Nossa política de precificação e aprovação de contratos é validada por nossos principais executivos, sendo cada custo definido de maneira independente por especialistas de suas respectivas áreas (financeiro, administrativo, manutenção, vendas de Seminovos e compras).

Nossa Estratégia

Nossas principais estratégias estão descritas abaixo. Acreditamos que essa abordagem nos permitirá manter nosso ciclo de crescimento diferenciado, maximizando o retorno do investimento de nossos acionistas.

Fortalecimento de nossa estrutura de capital. Acreditamos que uma estrutura de capital sólida aliada à nossa cultura de baixo custo nos fortalecerá ainda mais e viabilizará a manutenção da nossa estratégia de forte crescimento e riscos controlados, uma vez que nos deixará preparados para aumentar nosso volume de negócios e melhorar nossa lucratividade. Pretendemos utilizar uma parcela dos recursos de nossa oferta pública inicial de ações para fortalecer a nossa estrutura de capital, reduzindo nosso custo financeiro, em razão da contratação de um volume menor de financiamentos e a taxas de juros e prazos de vencimento mais atrativos. Pretendemos, ainda, focar no alongamento de nossa dívida por meio da contratação de novas operações com prazos cada vez mais longos. O acesso a condições competitivas de captação de recursos no longo prazo nos permitirá incrementar nosso resultado e obter ganhos de escala e, como consequência, crescer de forma mais rápida e eficiente.

Continuar desenvolvendo nossa cultura de baixo custo com elevado índice de eficiência operacional. Temos como principais diretrizes do nosso negócio reduzir nossos custos operacionais e administrativos e operar com elevado índice de eficiência. Pretendemos nos valer de nossos custos operacionais baixos para oferecer preços altamente competitivos aos clientes e aumentar nossa participação no mercado. Nesse sentido, continuaremos a desenvolver nossa cultura de baixo custo visando sustentar o nosso crescimento de médio e longo prazo, com rentabilidade, a partir da otimização de nossa estrutura corporativa e aperfeiçoamento de nossos sistemas de gestão.

A aquisição de uma quantidade significativa de novos veículos nos confere maior poder de negociação junto às montadoras (preço e prazo), reduzindo os efeitos da depreciação sobre os mesmos. Assim, pretendemos aumentar nossos ganhos de escala na aquisição de novos veículos à medida em que promovemos a renovação e expansão de nossa frota. A constante renovação da nossa frota, que também constitui um importante fator à redução de custos de manutenção, usualmente mais elevados em frotas mais antigas.

Adicionalmente, reformulamos, no início de 2011, nossa área de tecnologia da informação, que vem implementando melhorias em nossos controles, processos e rotinas, permitindo, dentre outros, a gestão de um maior número de veículos por um menor número de pessoas. Pretendemos nos aproveitar dessas melhorias para reforçar nossa eficiência operacional e rentabilidade dos nossos negócios.

Manter nosso foco em crescimento com rentabilidade e acima das taxas de crescimento do setor. Nos exercícios de 2010 e 2011, nossa receita líquida cresceu 45,8% e 26,4%, respectivamente. Adicionalmente, nossa frota cresceu 43,7% ao ano entre 2005 e 2010, comparado a um crescimento de 13,1% ao ano da frota do setor no mesmo período, com base em dados do Anuário ABLA 2011.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Pretendemos manter o nosso ciclo de crescimento superior às taxas de crescimento do mercado, por meio:

(i) da ampliação da nossa carteira de clientes, com foco em empresas de setores específicos da economia (tais como consumo e infraestrutura), empresas com mais de 100 funcionários e/ou empresas que ainda operam com frota própria, os quais acreditamos nos permitirão operar com melhores margens e, como consequência, rentabilidade elevada;

(ii) da expansão e diversificação da nossa frota, o que nos permitirá conquistar novos clientes alvo, atender novas demandas de nossos atuais clientes e abrir mercados que acreditamos possuírem potencial de crescimento elevado;

(iii) da pulverização de nossa carteira de clientes, procurando manter e até mesmo reduzir o limite de contratação máxima por cliente abaixo de 10% do nosso faturamento total;

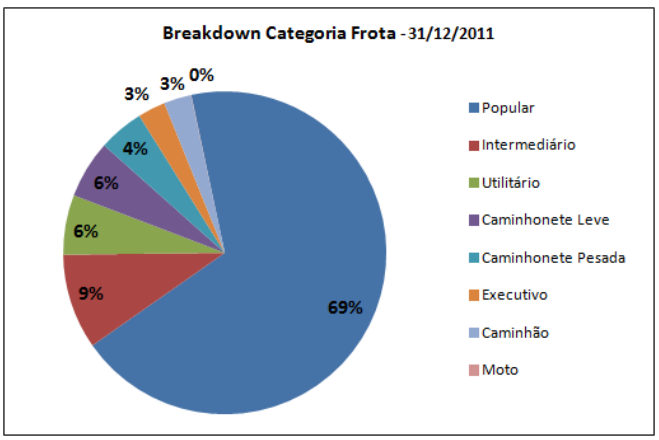
(iv) de maior investimento na nossa capacidade de vendas de Seminovos, para permitir maior agilidade na renovação de nossa frota, reduzindo custos de manutenção; e

(v) do contínuo investimento e aperfeiçoamento de nossos sistemas de tecnologia e gestão para monitoramento dos índices de performance dos nossos contratos vigentes.

Adicionalmente, pretendemos avaliar eventuais oportunidades de aquisições estratégicas de empresas de pequeno e médio porte e/ou compra de carteira de clientes, caso identifiquemos oportunidades que apresentem taxas de retorno vantajosas ou possibilidade de atuação em regiões e nichos de mercado compatíveis com o nosso modelo de negócios. Entendemos que, uma vez que o mercado brasileiro de terceirização de frotas é altamente fragmentado, podemos nos tornar potenciais consolidadores a partir do nosso crescimento sustentável e obtenção de ganhos de escala.

Frota

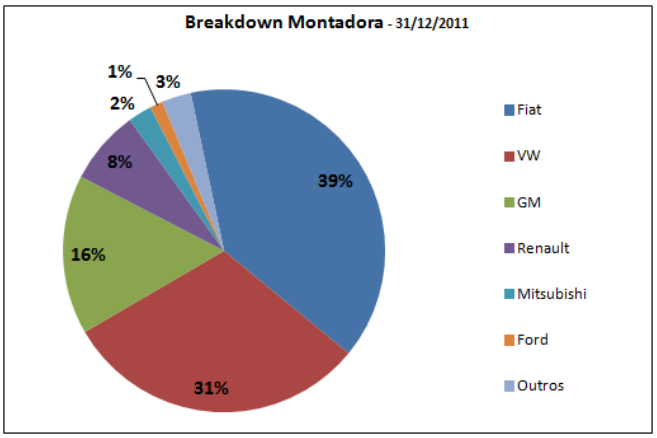
Nossa frota de veículos para locação era composta, em 31 de dezembro de 2011, por 27.262 veículos. Na mesma data, a idade média dos veículos de nossa frota operacional era de 14,6 meses, e estava distribuída da seguinte forma:



Fonte: Companhia de Locação das Americas.

Na mesma data, nossa frota era composta pelas seguintes marcas:

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas



Fonte: Companhia de Locação das Americas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, nossa frota era composta por 27.262 e 21.913 veículos, respectivamente, e idades médias da frota operacional de 14,6 e 15,4 meses.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Um segmento operacional é uma parcela de nossas operações que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com partes relacionadas. Os segmentos operacionais são definidos de acordo como nossa administração avalia o desempenho do negócio e ainda de acordo com a disponibilidade de informações financeiras individualizadas. Nossa administração considera que nossas operações compõem um único segmento operacional identificável, qual seja, o segmento de locação de veículos, tendo em vista que a venda de veículos seminovos para fins de renovação da frota é inerente ao processo de locação de veículos, e que, na forma como nossos negócios são estruturados, uma atividade é consequência da outra.

a. produtos e serviços comercializados

Conforme descrito no item 7.1, nossas atividades estão concentradas no ramo de locação de veículos, particularmente, na locação de frotas para nossos clientes. Como consequência ao negócio de aluguel de frotas, a Companhia possui pontos para vendas dos veículos desativados para renovação da frota. Para maiores informações sobre nossos negócios, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A nossa receita líquida operacional nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 corresponderam a R$212,1 milhões, R$309,2 milhões e R$390,7 milhões, respectivamente. Como possuímos um único segmento operacional em nossas demonstrações financeiras, a totalidade da nossa receita decorre desse segmento.

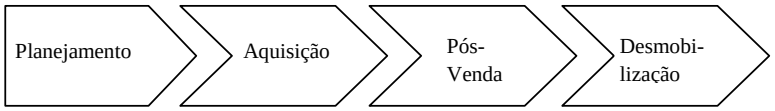
c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Tivemos um prejuízo de R$8,5 milhões e lucro líquido de R$11,6 milhões e R$22,6 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Como possuímos um único segmento operacional em nossas demonstrações, a totalidade de nosso resultado decorre desse segmento.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

Nosso ciclo operacional está segmentado nas seguintes fases, descritas a seguir:



Planejamento

Nossas atividades de planejamento consistem na prospecção de potenciais clientes e no estabelecimento de relacionamento com tais clientes.

Possuímos uma equipe própria voltada à prospecção de novos clientes composta, em 31 de dezembro de 2011, por 38 profissionais, responsáveis pela identificação de oportunidades de negócios de terceirização de frotas corporativas. Nossa equipe tem atuação focada em três grupos distintos, classificados de acordo com seu faturamento e potencial de terceirização de frota, avaliado em função do setor econômico e das atividades desenvolvidas:

- *Clientes chave (key clients)* – clientes com potencial de terceirização de mais de 100 veículos de sua frota corporativa, composta principalmente por grandes empresas de diferentes setores industriais, tais como infra-estrutura, bancos, alimentos e bebidas, que tipicamente apresentam crescimento superior ao PIB brasileiro. Tipicamente, são empresas que já terceirizam a sua frota de forma usual e para as quais encontramos forte concorrência. Em 31 de dezembro de 2011, 19,1% de nossos clientes pertenciam a essa categoria, com uma frota total mobilizada de 20.055 veículos (86,8% de nossa frota total mobilizada);

- *Middle market* – categoria composta principalmente por empresas médias, com potencial de terceirização de 20 a 99 veículos. Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos 34 clientes nessa categoria, com uma frota total mobilizada de 1.528 veículos; e

- *Pequenas e médias empresas ("PM&E")* – categoria que inclui pequenas e médias empresas com potencial de terceirização menor que 20 veículos, caracterizada por um mercado pulverizado se comparado aos demais segmentos, para o qual encontramos uma forte cultura de primarização da frota, mas com altas margens. Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos 144 clientes nessa categoria, com uma frota total mobilizada de 790 veículos.

Nossas atividades de prospecção são realizadas de forma ativa, a partir da análise de relatórios setoriais e monitoramento das grandes empresas dos setores chave da economia brasileira, aquisição e elaboração de *mailing lists* e inteligência de mercado. Tendo em vista que nossas atividades estão concentradas na terceirização de frotas corporativas, possuímos um público-alvo bem delineado se comparado ao varejo, o que nos permite reduzir nossos custos de *marketing* pelo direcionamento de nossas campanhas de mídia, sendo que nosso principal foco é a geração de relacionamento "contato com o *prospect*", ou seja, por meio do estabelecimento de contato com o cliente, seguido de uma visita para apresentar a Companhia, e cultivação de um relacionamento até surgir a oportunidade do cliente terceirizar. Este contato pode ser estabelecido por meio da participação em feiras e eventos setoriais, bem como na promoção de eventos de relacionamento envio de malas diretas.

Uma pesquisa contratada por nós junto à Comtexto Comunicação e Pesquisa, em julho de 2011, apontou a indicação por clientes atuais ou antigos como principal fonte de informação utilizada por potenciais clientes para conhecimento sobre oferta de terceirização, com um índice de 63%, à frente das opções de consulta em *website* (18%) e em anúncios em meio de comunicação (14%).

A partir do contato inicial de nossa equipe, buscamos aprofundar nosso relacionamento com potenciais clientes, por meio de visitas e reuniões, de modo a compreendermos as atividades desses clientes e identificar oportunidades de terceirização de frota, consubstanciadas em um estudo

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

diagnóstico desenvolvido com base nas particularidades e necessidades de cada cliente que oferece a estes soluções em terceirização de frota corporativa. Dentre os diversos fatores considerados em nosso estudo diagnóstico para a composição da frota, destacamos o objetivo e forma da utilização, tempo de renovação, perfil dos condutores, utilização da frota, além da quilometragem estimada e as particularidades da região geográfica onde a frota estará localizada (tais como índices de sinistralidade, condições das ruas e rodovias e composição para entrega e retorno dos veículos). Ao desenvolvermos o estudo diagnóstico e apresentarmos uma proposta a nossos clientes, buscamos não apenas a redução de custo obtida como consequência direta da terceirização, mas também apresentar uma solução em terceirização de frotas, agregando valor aos seus negócios pela obtenção de outros benefícios e vantagens, a partir de nossa experiência acumulada no setor e especialização no segmento de terceirização.

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos em nossa frota 285 modelos de veículos em locação a nossos clientes, customizados de acordo com seus interesses em diferentes cores e com diversos opcionais e acessórios (incluindo, dentre outros, alarme, som automotivo e adesivação promocional).

Os contratos de terceirização de frotas com nossos clientes são firmados com prazos de 12 a 60 meses. Em 31 de dezembro de 2011, nossos contratos possuíam um prazo médio de 27,6 meses e prazo restante de vigência de 19,1 meses. Tipicamente, visamos celebrar contratos com pelo menos 24 meses de duração, de modo a nos permitir financiar a aquisição dos veículos que vão compor a frota do cliente por meio de *leasing*, cujo prazo mínimo disponível para contratação é de 24 meses. O prazo contratual é diretamente influenciado pelo tipo de veículo e quilometragem estimada. A negociação dos termos de contrato é feita individualmente com cada cliente, e os valores são reajustados anualmente conforme a variação da inflação (IPCA ou IGP-M). Nossos contratos prevêem a aplicação de multa em caso de rescisão antecipada, que pode chegar a até 50% do valor residual do contrato.

Entendemos que a chave para ter sucesso no setor de locação de frotas é a capacidade de gerenciar e controlar as principais variáveis envolvidas no processo de precificação. Por este motivo, precificamos cada um de nossos contratos individualmente, de forma a garantir preços competitivos a nossos clientes e rentabilidade para nossos acionistas. Cada premissa utilizada no processo é independente e definido pela diretoria de cada área. Nossos diretores executivos reunem-se periodicamente para avaliação destas premissas e das condições e tendências do mercado.

Adicionalmente, tendo em vista a nossa atuação em diversos estados brasileiros e com empresas de diversos portes e setores, os dados históricos obtidos durante o relacionamento com nossos clientes também constituem um importante subsídio para nosso modelo de precificação de contratos, permitindo que nossas premissas estejam sempre atualizadas com a realidade de nossos clientes de diferentes localidades, porte e área de atuação.

Aquisição

Por concentrarmos nossa atuação no segmento de locação de frotas, só realizamos a aquisição, preparação e entrega dos veículos após a assinatura do contrato com o cliente, o que nos permite mitigar o risco na relação investimento/retorno e reduzir o percentual de frota não produtiva em nosso ativo.

Como parte do processo de elaboração do estudo diagnóstico e da proposta, solicitamos cotações de preços e prazos de entrega dos veículos junto às principais montadoras de veículos. Assim, após a assinatura do contrato, emitimos a ordem de compra dos veículos que vão compor a frota terceirizada. Não adquirimos a frota própria de clientes ao oferecermos nossos serviços de terceirização, tendo em vista que, ao adquirir veículos novos, conseguimos estimar mais precisamente a depreciação, custos de operação e desmobilização dos veículos. Os veículos são disponibilizados a nós para licenciamento e instalação dos acessórios contratados pelo cliente e, em seguida, realizamos a entrega em qualquer localidade do Brasil, no local acordado com cliente no momento da contratação.

Em 31 de dezembro de 2011, nosso prazo médio de mobilização da frota, a partir da efetivação de ordem de compra dos veículos e até a entrega dos mesmos aos clientes, era de, aproximadamente, 23 dias.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Pós-Venda

Após a entrega dos veículos e início das operações da frota terceirizada, iniciamos nossas atividades de pós-venda, que incluem dois processos principais: gestão da frota e gestão do contrato.

Gestão da frota

As atividades de gestão da frota estão diretamente relacionadas aos veículos terceirizados e seu funcionamento, incluindo as atividades de manutenção (preventiva e corretiva), licenciamento, gestão de sinistros e assistência mecânica. A gestão da frota é realizada por nossos 15 centros operacionais, localizados em 12 estados (Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. Cada centro operacional possui um estoque de veículos reservas em caso de necessidade de substituição emergencial, além de oferecer atendimento dedicado ao cliente prestado localmente, o que acreditamos ser um importante diferencial de nossas atividades.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, possuíamos uma rede credenciada composta por mais de 3.500 oficinas e concessionárias para a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos. Essas oficinas passam por um processo de credenciamento que envolve a análise, por nossa equipe, de sua capacidade técnica e situação documental. Como forma de assegurar a qualidade de nossa rede credenciada, possuímos um processo padrão de credenciamento o qual, segundo nossas políticas, é refeito a cada seis meses. Contamos ainda, com uma rede credenciada de oficinas ramificada por todo o território brasileiro, voltada para a prestação de serviços de manutenção emergenciais nos veículos da frota de nossos clientes. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nosso índice de utilização da frota operacional era de 95,9% (96,0% e 95,4%, respectivamente, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009) e, consequentemente, apenas 4,1% de nossa frota oepracional nesse período encontrava-se em manutenção preventiva ou corretiva (4,0% e 4,6% em 2010 e 2009, respectivamente). Adicionalmente, nosso tempo médio de manutenção por carro, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, era de 6,7 dias.

As atividades de gestão de frota nos permite um contato mais próximo com os condutores dos veículos terceirizados de nossos clientes, com a prestação local de serviços, estreitando nosso relacionamento com toda a cadeira produtiva de nosso cliente. Adicionalmente, nos permite desenvolver um importante canal de vendas dos veículos seminovos após sua desmobilização da frota, mediante a possibilidade de venda direta do veículo ao seu condutor, conforme descrito abaixo no item “Desmobilização”.

Gestão de contrato

A gestão de contrato envolve as atividades de faturamento e avaliação constante e periódica da rentabilidade do contrato, bem como a gestão de prestações acessórias. A gestão de prestação de serviços acessórios inclui a administração de infrações e de multas de trânsito recebidas, licenciamento anual dos veículos, sinistros e serviços de assistência 24 horas a nossos clientes. Os serviços de atendimento de eventuais sinistros ocorridos aos veículos é realizado por meio da prestação de serviços de assistência 24 horas prestada pela Saepar Serviços e Participações S.A., companhia do Grupo Sul América S.A., com cobertura em todo o território nacional. Os carros sinistrados são substituídos por outros disponíveis em nossos centros operacionais até o reparo ou substituição definitiva. Nosso índice médio anual de furtos e roubos de veículos correspondia, em 31 de dezembro de 2011, a 0,8% de nossa frota operacional, similar ao índice médio anual de furtos e roubos da frota brasileira de veículos. Para maiores informações sobre os seguros que contratamos, vide item 7.9 deste Formulário de Referência.

Acreditamos que a gestão dos contratos é um elemento essencial de nosso modelo de negócios, permitindo a manutenção de um relacionamento periódico e constante com nossos clientes, facilitado por nosso ciclo mensal de faturamento. Emitimos faturas a nossos clientes mensalmente, sempre conforme medição pré-aprovada pelo cliente. As faturas mensais compreendem, sempre que for o caso, não somente os serviços incluídos no contrato firmado com os clientes, bem como eventuais reembolsos de multas, avarias causadas aos veículos e quilometragem excedente à contratada. Esses

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

indicadores são importantes ferramentas para a gestão da rentabilidade de nossos contratos, gerando importantes dados utilizados durante seu prazo de duração, eventualmente subsidiando pedidos de reequilíbrio contratual ou até de rescisão para os casos em que as premissas de nossos estudos diagnósticos não corresponderem à realidade do cliente por fatores supervenientes ou peculiares que lhe sejam próprios. Adicionalmente, tendo em vista a nossa atuação em diversos estados brasileiros e com empresas de diversos portes e setores, esses dados históricos também constituem um importante subsídio para nosso modelo de precificação de contratos, permitindo que nossas premissas estejam sempre atualizadas com a realidade de nossos clientes de diferentes localidades, porte e área de atuação.

Tipicamente, nossas faturas concedem prazos médios de 25 dias para pagamento pelo cliente. Entretanto, devido a determinados clientes relevantes com um ciclo de faturamento mais longo, o prazo médio para pagamento de nossas faturas, em 31 de dezembro de 2011, era de 48 dias. Em caso de inadimplência, entramos em contato com o gestor do contrato no cliente para comunicá-lo sobre o atraso e compreender as razões que o causaram, buscando uma composição em até cinco dias após o vencimento. Não havendo negociação ou pagamento até o 5º dia após a data de vencimento, a inadimplência é levada ao conhecimento de nosso comitê semanal de crédito. Persistindo a inadimplência, no 15º dia após a data de vencimento, encaminhamos a fatura para protesto e cobrança e, conforme definição do comitê, podemos suspender a prestação dos serviços de terceirização, recolhendo os veículos a nosso centro de atendimento mais próximo. Caso as medidas de cobrança não surtam efeito, declaramos a rescisão contratual, com a cobrança das penalidades previstas no contrato de terceirização, e promovemos a desmobilização da frota. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nosso índice de inadimplência foi de 21,5% ao mês, e era caracterizado por atrasos pontuais em clientes de todos os portes, porém saneada, em aproximadamente 75,0% dos casos, antes mesmo do protesto da fatura vencida e não paga. Considerando apenas os pagamentos vencidos há mais de 45 dias, o índice de inadimplência no mesmo período correspondia a cerca de 5,0%. A tabela a seguir demonstra a composição dos montantes devidos e não pagos nas datas indicadas.

	Em 31 de dezembro de	
	2011	**2010**
	(em R$ mil)	
A vencer	**50.125**	**30.981**
Vencidos		
De 1 a 60 dias	13.267	6.842
De 61 a 90 dias	1.636	409
De 91 a 180 dias	1.800	1.210
Acima de 180 dias	7.843	6.317
Total	**24.546**	**14.778**

Nossa equipe de gestão de contratos também presta suporte no processo de renovação dos contratos com nossos clientes. Dada a alta competitividade do mercado de locação e a importância do preço como fator de decisão do cliente, nos beneficiamos dos dados obtidos a partir de nosso relacionamento com o cliente, nos permitindo iniciar a negociação com conhecimento da rentabilidade mínima para o contrato. No prazo de 90 dias antes da data de vencimento do contrato, emitimos um aviso de vencimento ao cliente e acionamos nosso departamento comercial para a realização de novo estudo diagnóstico do cliente, agora reforçado por dados históricos específicos deste, culminando com a apresentação de uma proposta de renovação contratual. Buscamos finalizar o processo de renovação até 60 dias antes da data de término do contrato original, de modo a nos permitir concluir o ciclo de mobilização de uma nova frota anteriormente à expiração do contrato inicial. Em praticamente todos os nossos casos de renovação, efetuamos a aquisição e preparação de uma nova frota de veículos, com a desmobilização e venda dos veículos utilizados no âmbito do contrato original. Nossa estratégia de renovação nos tem permitido obter um elevado índice de renovação dos contratos firmados com nossos clientes.

Desmobilização

Como consequência de nossas atividades de locação de veículos, e de modo a financiar a renovação de nossa frota, efetuamos a venda dos veículos seminovos desmobilizados das frotas terceirizadas de nossos clientes, tanto no caso de término quanto no de renovação contratual. No exercício encerrado

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

em 31 de dezembro de 2011, obtivemos aproximadamente 38,0% do *funding* necessário à renovação e expansão de nossa frota por meio da venda dos veículos seminovos desmobilizados (38% e 54%, respectivamente, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009).

Nossa atuação focada na terceirização de frotas, com prazos contratuais entre 12 e 60 meses, nos permite planejar, com antecedência, a venda de nossos veículos seminovos, bem como não nos submete à pressão de venda que eventualmente ocorre no segmento de locação diária de veículos (*rent-a-car*), especialmente em épocas de demanda reduzida. Possuímos um comitê estatutário de seminovos, formado pelo Sr. Luis Fernando Porto, nosso acionista controlador e Diretor Presidente, pelo Sr. Sérgio Resende, nosso acionista controlador e presidente do comitê, e pelo nosso Diretor não estatutário de Seminovos. Este comitê reúne-se mensalmente para uma avaliação detalhada das condições gerais do mercado de veículos seminovos, bem como analisa detalhadamente nossos estoques, preços e estratégia de vendas.

O processo de venda de nossos veículos seminovos inicia-se com o transporte dos veículos seminovos a um de nossos cinco centros de desmobilização, localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá e Curitiba, onde o veículo é preparado para a venda, mediante reparos de eventuais avarias, higienização, retirada de acessórios personalizados do cliente (tais como adesivos) e lavagem. O processo de preparação para a venda dura aproximadamente 20 dias, após o qual o veículo é transportado para uma de nossas sete lojas próprias destinadas à venda de veículos seminovos.

Na venda de nossos veículos seminovos, atuamos no atacado (venda para revendedores e concessionárias) e no varejo (venda direta ao consumidor final):

- *Atacado*: nossas vendas de veículos seminovos a revendedores e concessionárias é, atualmente, nosso principal canal de vendas de veículos seminovos, respondendo por 82,7% do total de veículos seminovos vendidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 (comparado a 80,9% e 81,5%, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009). Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos cinco lojas especializadas na venda de veículos seminovos no atacado, localizadas em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Cuiabá e Curitiba. A venda ao setor de atacado caracteriza-se por apresentar um custo operacional inferior à venda no varejo, pois tipicamente dispensa a necessidade de uma estrutura capilarizada de pontos de venda, bem como a necessidade de manutenção de um corpo de vendedores significativo e investimentos em mídia, o que entendemos compensar o eventual ganho de margem na venda direta ao varejo.

- *Varejo*: acreditamos que a venda direta ao consumidor constitui mais um importante canal de escoamento de nossos veículos seminovos. Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos duas lojas para atendimento ao varejo, localizadas em São Paulo. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, as vendas de veículos seminovos no varejo corresponderam 17,3% do total de nossas vendas (comparado a 19,1% e 18,5%, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009). As vendas no varejo nos permitem ampliar nossas margens de lucro pela agregação de outros serviços acessórios à venda, tais como acessórios, seguros (por meio de corretora de seguros terceirizada) e licenciamento. Ocasionalmente, quando nossos níveis de estoque estão elevados, realizamos feirões para a venda de nossos veículos seminovos como forma de equilibrar o estoque e realizar nosso ativo depreciado. Também efetuamos a venda direta de nossos veículos desmobilizados aos condutores desses veículos. A possibilidade de venda direta aos condutores é possível em razão do relacionamento desenvolvido por nossos centros operacionais em nossas atividades de gestão da frota, e nos permite reduzir os custos de frete associados à desmobilização da frota.

Buscamos oferecer, por meio de parceiros comerciais, alternativas de financiamento para nossos clientes de atacado e varejo. Frequentemente, realizamos visitas a potenciais compradores no atacado em conjunto com parceiros financiadores, o que nos permite, também, acessar o *expertise* e a carteira de potenciais clientes desses parceiros.

b. Características do processo de distribuição

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nosso escritório administrativo central está localizado em Belo Horizonte. Adicionalmente, acreditamos ter capacidade de atender todo o território brasileiro por meio de nossos centros de operação. Nossa dispersão geográfica, em 31 de dezembro de 2011, era conforme se segue:

Além de nossa administração central possuíamos, em 31 de dezembro de 2011, as seguintes operações:

- *Centros de operação*: 15 instalações compostas por centros de atendimento local ao cliente, contando com um estoque de carros reservas para atender a eventual demanda por nossos clientes, principalmente em casos de manutenção (preventiva ou corretiva) ou sinistros de veículos. Estão localizadas nas cidades de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, Brasília, Cuiabá, Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus e Belém.

- *Centros de desmobilização*: cinco centros de desmobilização de veículos, localizados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá e Curitiba. Nesses centros é feita a preparação para venda dos veículos desmobilizados de nossos clientes, que inclui o processo de reparação de avarias, higienização e retirada de acessórios personalizados do cliente (tais como adesivos).

- *Pontos de venda de veículos seminovos*: sete lojas de venda de veículos seminovos, sendo cinco destinadas a compradores no atacado, localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá e Curitiba, e duas orientadas a vendas ao varejo, ambas localizadas em São Paulo.

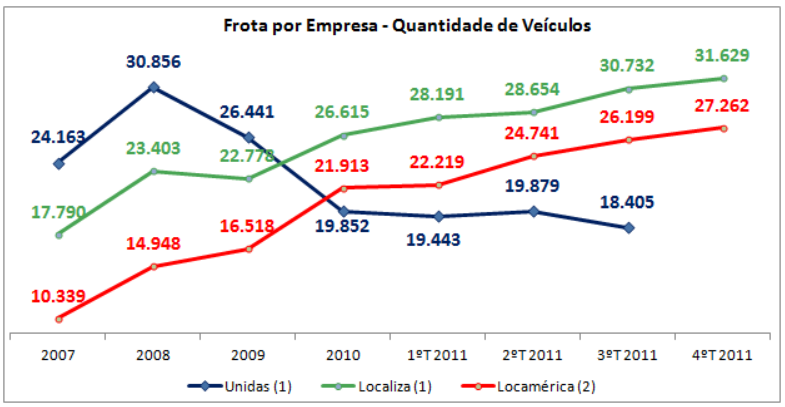
c. características dos mercados de atuação

i) Participação em cada um dos mercados

Atuamos no setor de locação de veículos, com foco exclusivo no segmento de terceirização de frotas. Somos a segunda maior locadora de frotas no Brasil, segundo dados de 2010 da Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis – ABLA, com um *market share* de 9,4% no setor de locação de frotas corporativas, em termos de tamanho de frota.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O gráfico abaixo evidencia o crescimento de nosso *market share* comparado ao de nossos principais concorrentes nacionais atuantes no segmento de terceirização de frotas, nos últimos três anos:



Fonte: Demonstrações financeiras das empresas arquivadas junto à CVM.
(1)Considerando nossa frota consolidada (incluindo a frota de nossa subsidiária Locarvel Locadora de Veículos Ltda.).

Para maiores informações sobre a indústria de locação de veículos, vide item 7.9(c) deste Formulário de Referência.

ii) Condições de competição nos mercados

O setor de locação de veículos no Brasil é extremamente pulverizado e caracterizado pela existência de *players* de diversos portes, desde pequenas locadoras com atuação local até grandes multinacionais do setor. Segundo dados da ABLA, em 31 de dezembro de 2010, o setor era composto por 2008 empresas, sendo que as três maiores empresas do setor possuem um *market share* conjunto de 29,5% do mercado total. Frequentemente, as empresas que atuam no aluguel diário de veículos (*rent-a-car*) também oferece serviços de terceirização de frotas. O setor de locação de frotas é tão pulverizado quanto o setor de locação diária, sendo que, em 31 de dezembro de 2010, segundo dados da ABLA, as três maiores empresas possuiam participação de mercado conjunta em locação de frotas de 29,5%.Para maiores informações sobre a indústria de locação de veículos, vide item 7.9(c) deste Formulário de Referência.

d. eventual sazonalidade

Nossos negócios de locação de frotas não apresentam flutuações relevantes ao longo do ano.

e. principais insumos e matérias primas

i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Nossos principais fornecedores são as montadoras brasileiras, junto às quais adquirimos os veículos para renovação e expansão de nossa frota. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, investimos R$312,6 milhões na aquisição de veículos (R$294,1 milhões e R$117,8 milhões, respectivamente, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009), correspondendo a 11.052 novos veículos adquiridos no período (11.040 e 4.467 veículos em 2010 e 2009), principalmente carros populares, que representavam 68,6% de nossa frota total em 31 de dezembro de 2011.

Nossas compras de veículos geralmente correspondem a elevadas quantidades, o que nos permite negociar descontos e condições especiais na compra de nossos veículos. Não possuímos contratos de fornecimento firmados com nenhuma montadora, e nunca tivemos problemas no atendimento a nossas ordens de compra, incluindo no que tange a prazos e condições de entrega.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nossas compras de veículos corresponderam a 0,3% do total de veículos produzidos no Brasil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 (0,3% e 0,2%, respectivamente, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009), segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA. A tabela abaixo evidencia o montante total de compras e volume de veículos adquiridos dividido por montadora para os períodos indicados:

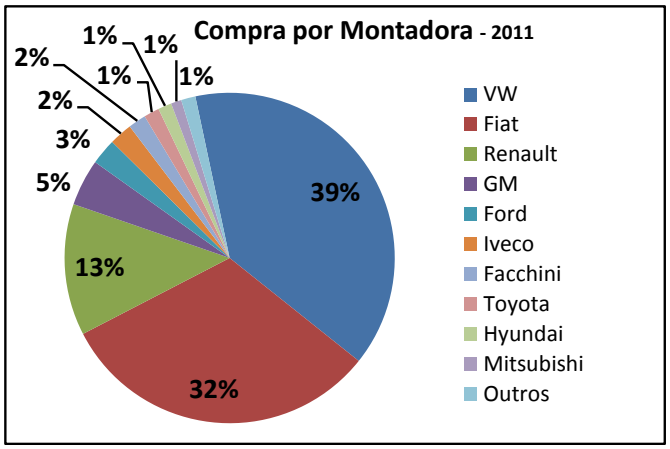
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2011		2010		2009	
Montadora	**(R$ mil)**	**(%)**	**(R$ mil)**	**(%)**	**(R$ mil)**	**(%)**
Fiat	99.032	31,7	99.445	33,8	48.323	41,0
Volkswagen	122.063	39,0	75.281	25,6	33.339	28,3
GM	14.285	4,6	68.715	23,4	17.860	15,2
Mitsubishi	3.211	1,0	29.507	10,0	3.959	3,4
Renault	40.288	12,9	11.722	4,0	9.513	8,1
Ford	7.967	2,5	4.616	1,6	2.963	2,5
Outros	25.742	8,2	4.783	1,6	1.830	1,5
Total	**312.588**	**100,0**	**294.069**	**100,0**	**117.788**	**100,0**

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2011		2010		2009	
Montadora	**(unidades)**	**(%)**	**(unidades)**	**(%)**	**(unidades)**	**(%)**
Fiat	3.848	34,8	4.217	38,2	2.219	49,7
Volkswagen	4.715	42,7	3.249	29,4	1.133	25,4
GM	405	3,7	2.594	23,5	593	13,3
Mitsubishi	37	0,3	392	3,6	66	1,5
Renault	1.420	12,8	424	3,8	327	7,3
Ford	177	1,6	91	0,8	98	2,2
Outros	793	4,1	73	0,7	31	0,7
Total	**11.052**	**100,0**	**11.040**	**100,0**	**4.467**	**100,0**

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Acreditamos que não somos dependentes de nenhuma montadora específica, tendo em vista que no segmento de terceirização de frotas, normalmente, a composição da frota é determinada pela categoria dos veículos, e não por marcas e modelos específicos. Adicionalmente, não acreditamos que os preços dos veículos que adquirimos estejam sujeitos a intensa volatilidade.

O gráfico abaixo evidencia nossas compras de veículos por montadora, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011:



Fonte: Companhia de Locação das Américas.

iii) Eventual volatilidade em seus preços

Vide item 10.2(c)(2) deste Formulário de Referência.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. montante total de receitas provenientes do cliente

No exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2011, não possuíamos clientes que representassem mais de 10% de nossa receita líquida total.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O exercício de nossas atividades e de nossas controladas não está sujeito à obtenção de quaisquer autorizações governamentais, exceto pela obtenção de CNPJ e alvarás de funcionamento junto à Receita Federal do Brasil e às prefeituras onde possuímos filiais.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Nossas atividades de aluguel de frotas não geram impactos ambientais significativos. Não geramos resíduos sólidos que necessitem de gerenciamento especial ou efluentes líquidos perigosos. Acreditamos cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos ambientais atualmente aplicáveis às nossas atividades. No entanto, estamos cientes de que a incapacidade de cumprir com quaisquer dessas disposições poderá sujeitar-nos à imposição de sanções administrativas, que podem chegar a multas de valor significativo, além de sanções criminais e da obrigação de reparar o meio ambiente.

As emissões atmosféricas produzidas pela nossa frota estão sujeitas a programas de inspeção e manutenção de veículos em uso, que, em regra, são estaduais, mas, no caso dos municípios com frota igual ou superior a três milhões de veículos, podem ser municipais. No Estado do Rio de Janeiro e no município de São Paulo, nossa frota já é submetida a avaliações periódicas realizadas pelas autoridades competentes. Embora tais programas ainda sejam incipientes, sabemos que a legislação ambiental tem se tornado progressivamente mais rigorosa. A exigência legal de eventuais novos padrões de controle de emissões atmosféricas geradas pelo setor de transporte, inclusive sobre os gases de efeito estufa liberados, pode elevar nossos custos operacionais.

Por fim, em razão de peculiaridades das legislações ambientais locais, estamos sujeitos ao licenciamento ambiental de nossas atividades em alguns municípios onde atuamos. Nesses casos, buscamos obter e manter válidas as licenças e autorizações ambientais necessárias a nossa operação. Sabemos que a realização de quaisquer atividades tidas como efetiva ou potencialmente poluidoras, ou mesmo utilizadoras de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, assim como em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes, enseja multa que varia de R$500,00 a R$10.000.000,00.

Não aderimos a nenhuma norma de conduta específica ou padrões internacionais relativos à proteção ambiental, porém mitigamos qualquer risco pela realização das manutenções programadas e pela prática de renovação constante da frota, que em 31 de dezembro de 2011 possuía idade operacional média de 14,6 meses.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Os pedidos de registro de marcas arquivados mas ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, inclusive em caso de oposição de terceiros. Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a marcas são: (i) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (iii) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (iv) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

constante do certificado de registro, por período igual ou superior a cinco anos, contados da data da concessão do registro; ou (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro depois de êxito em processo administrativo. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estejamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Somos titulares dos pedidos de registro das marcas "Locamerica", "Seminovos Locamerica" (cujos pedidos de registro ainda não foram publicados no INPI) e "Locamérica Gestão de Frotas". Celebramos contrato de cessão e transferência de direitos sobre marcas e outras avenças, com a L&R Serviços Negócios e Participações Ltda. ("L&R"), em 01 de setembro de 2011, por meio do qual nos foi cedida e transferida a titularidade do pedido de registro da marca "Locaméricas" e apresentada desistência, pela L&R, à oposição apresentada por esta contra nosso pedido de registro da marca "Locamerica Gestao de Frotas", sendo que, apesar dos efeitos da transferência e desistência terem se operado entre as partes, ainda aguardam publicação pelo INPI para produção de efeitos perante terceiros. Nossa subsidiária Locarvel é titular do registro das marcas "Locarvel" e "Carro & Cia". Para maiores informações sobre as marcas de nossa titularidade, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Todas as nossas receitas são provenientes do mercado brasileiro:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
			(em R$ mil)
Locação de Veículos	301.553	216.557	162.757
Venda de Veículos	118.157	112.426	64.501
Subtotal receita bruta	419.710	328.983	227.258
(-) deduções da receita bruta	(29.028)	(19.798)	(15.192)
Total da receita líquida	**390.682**	**309.185**	**212.066**

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não possuímos receita proveniente de país estrangeiro. Todas as nossas receitas são provenientes do mercado brasileiro.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável. Todas as nossas receitas são provenientes do mercado brasileiro.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não obtemos receitas em outros países que não o Brasil e, consequentemente, não estamos sujeitos à regulação de qualquer país estrangeiro.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não possuímos quaisquer relações de longo prazo relevantes que já não tenham sido descritas em outros itens deste Formulário de Referência.

7.9 - Outras informações relevantes

(a) Responsabilidade social e patrocínio cultural

Como política de responsabilidade social, apoiamos o Hospital da Baleia de Belo Horizonte, instituição de destaque no auxílio à saúde de pessoas carentes, por meio de patrocínios em eventos para arrecadação de recursos para a instituição.

Firmamos, ainda, uma parceria com a Tim Soier Promoções, por meio da qual patrocinamos grandes shows culturais realizados em Belo Horizonte**.**

(b) Seguros

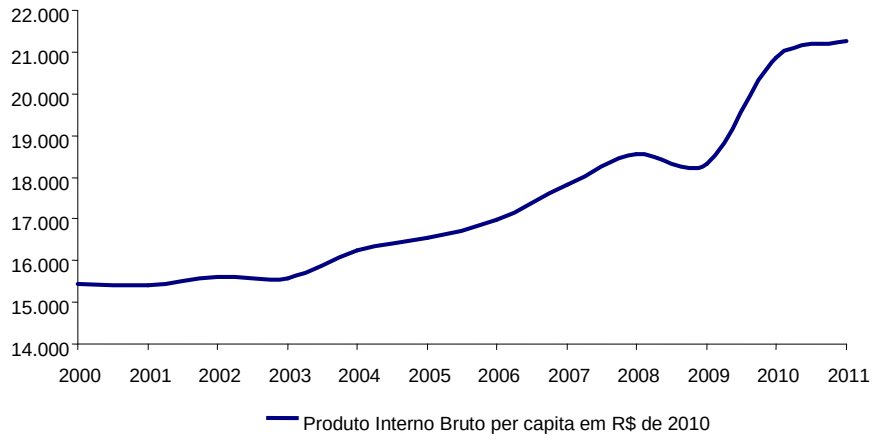
Consideramos baixo nosso índice de sinistralidade de veículos. Nosso índice médio de furtos e roubos de veículos correspondia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a 0,8% de nossa frota operacional, em linha com o índice médio de furtos e roubos de 0,9% da frota brasileira de veículos. Consequentemente, não mantemos seguro de casco para nossa frota, cujo custo entendemos ser mais oneroso do que a forma de operação atual, salvo quando expressamente solicitado por nossos clientes. Porém, para nos resguardarmos de eventuais prejuízos, nós e nossa subsidiária Locarvel, contratamos apólices de seguro de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos, as quais possuem cobertura de danos materiais e corporais a terceiros. Contratamos apólice de seguro para alguns clientes específicos, seguindo obrigações contratuais, com cobertura de danos materiais e corporais. Por fim, contratamos também apólice de seguro patrimonial para nossos principais estabelecimentos comerciais.

(c) A indústria de locação de veículos

Visão geral da indústria

A indústria de locação de automóveis no Brasil apresentou crescimento superior ao PIB durante a última década. Tal expansão está relacionada ao desempenho econômico do país no mesmo período em que se observou o considerável fortalecimento da atividade econômica e a melhora de diversos indicadores, como o aumento da renda *per capita* e a queda das taxas de desemprego, gerando um ciclo virtuoso para o setor de consumo no Brasil.

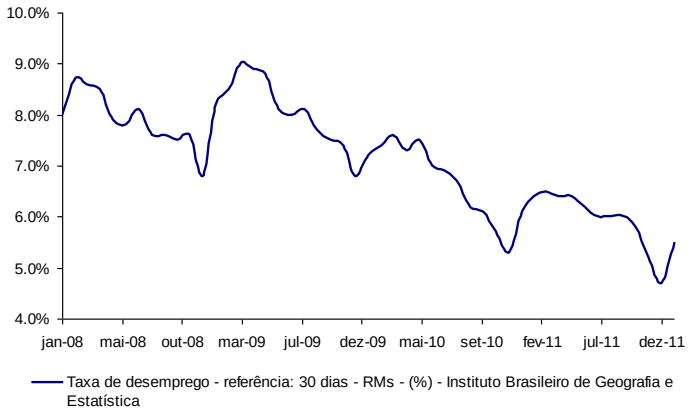
PIB per capita – 2010 (em R$)



Fonte: IPEADATA

Taxa de Desemprego (%)

7.9 - Outras informações relevantes

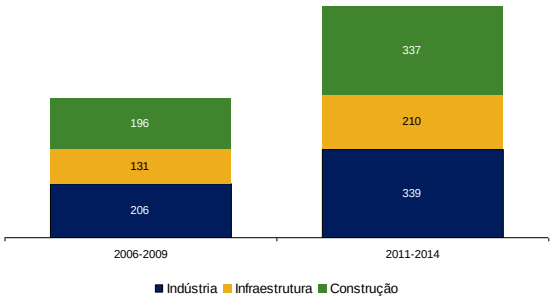


5,5% em janeiro de 2012

Fonte: IPEADATA

Além disso, houve significativo aumento dos investimentos em infraestrutura e construção no país, por meio de programas patrocinados pelo governo brasileiro:

Investimentos no Brasil (R$ bilhões)

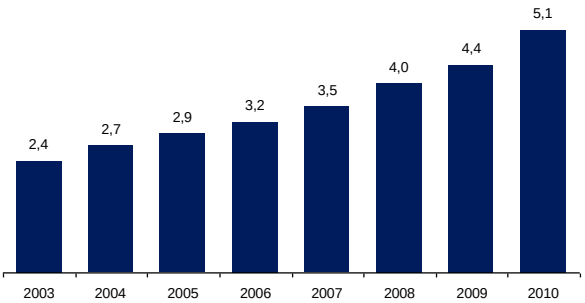


Fonte: BNDES (estimativa).

A convergência dos fatores mencionados acima contribuiu para a trajetória de crescimento da indústria de locação de automóveis.

Com um faturamento de R$5,1 bilhões em 2010, o setor de locação de veículos apresentou um crescimento expressivo no período que compreende os anos de 2003 a 2010. A taxa anualizada de crescimento para o período foi de 11,9%. O crescimento de 17,0% no faturamento do setor em 2010 reforça as perspectivas futuras de crescimento para a indústria.

Faturamento do Setor (R$ bilhões)



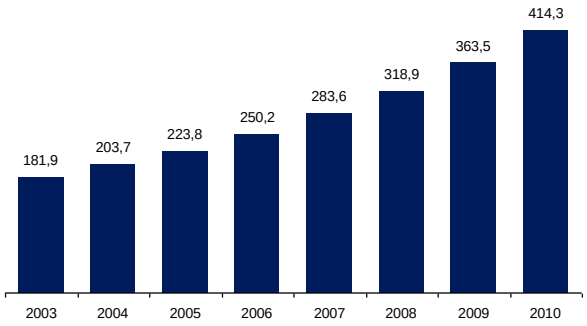
Fonte: Anuário ABLA 2011.

7.9 - Outras informações relevantes

A frota das empresas do setor de locação de veículos e terceirização de frotas cresceu 14% em 2010, ratificando a expansão acelerada do setor.

Ao analisar o período de 2003 a 2010, nota-se uma ampliação da frota do setor de locação de 181.900 veículos para 414.340 veículos, o que representa um CAGR de 12,5% ao ano. O crescimento total da frota do setor de locação de veículos no Brasil entre 2003 e 2010 foi de 127,8%.

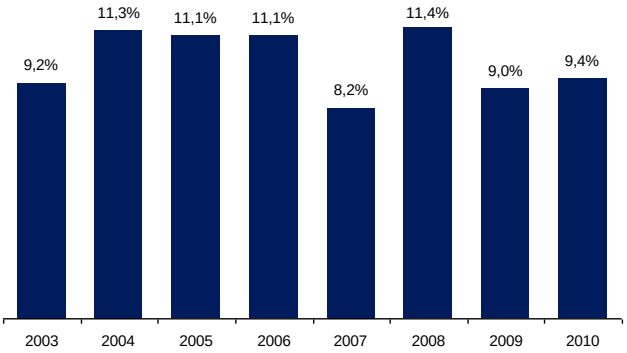
Frota do Setor (milhares de carros)



Fonte: Anuário ABLA 2011.

Ademais, vale destacar a importância das empresas de locação de veículos e terceirização de frotas no Brasil para o setor automobilístico. Em 2010 o setor de locação respondeu por 9,4% das vendas do setor automobilístico.

Participação na Venda do Setor Automobilístico (em %)

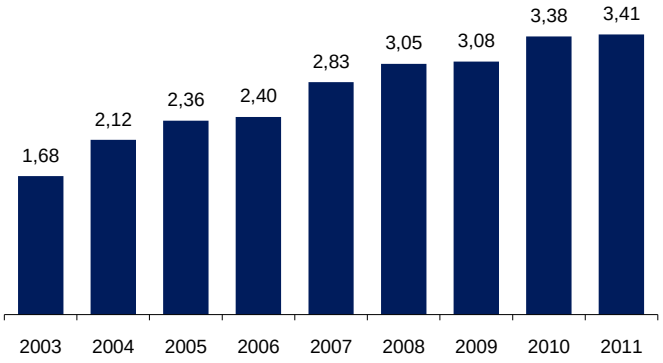


Fonte: Anuário ABLA 2011.

Assim como o setor de locação, a produção de veículos no Brasil também vem apresentando expansão acelerada nos últimos anos também em função do crescimento da renda, maior disponibilidade de crédito e aumento do mercado consumidor. O ritmo de produção das montadoras no Brasil vem acompanhando o forte crescimento do setor de locação, apresentando uma capacidade instalada de 4,5 milhões de veículos/ano de acordo com a ANFAVEA, representando um nível de utilização da capacidade instalada de aproximadamente 76%, considerando a quantidade de veículos produzidos em 2011. Ao analisar o período de 2003 a 2011, nota-se uma ampliação da produção de 1,72 milhões de veículos para 3,4 milhões de veículos, o que representa um CAGR de 9,2%. O crescimento total da produção de veículos no Brasil entre 2003 e 2011 foi de 102%.

Produção de Veículos no Brasil (em milhões de unid.)

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: ANFAVEA.

Devido ao fato de haver maior poder aquisitivo e concentração do PIB na região sudeste do país, a maior parte das locadoras se localiza nesta região.

Localização das Locadoras por Região do Brasil	2007	2008	2009	2010
Norte	6,0%	6,0%	6,2%	6,5%
Nordeste	24,4%	24,5%	27,6%	27,5%
Centro-Oeste	7,9%	7,6%	6,6%	7,1%
Sudeste	45,3%	45,3%	42,3%	41,5%
Sul	16,5%	16,6%	17,3%	17,3%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Anuário ABLA 2011.

Terceirização de Frotas

A terceirização de frotas apresenta características de um negócio de atacado com a centralização de suas atividades em uma unidade central com a vantagem de conseguir operar com poucas pessoas, até mesmo por causa do alto nível de tecnologia, e ter custos fixos baixos operando junto a uma rede de fornecedores. Este tipo de operação permite escalabilidade e um volume elevado de negócios, que com o uso intensivo de tecnologia, leva a um menor custo fixo.

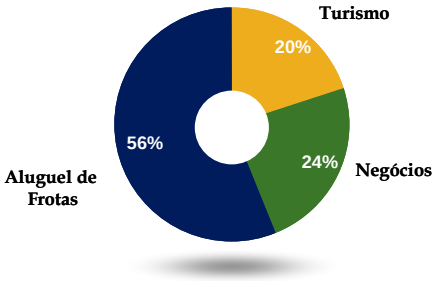
A terceirização de frotas tem uma base de clientes concentrada (comparada com segmento *rent a car*), opera basicamente com empresas, não possui brusca variação sazonal de negócios e tipicamente não utiliza o *yield management*, já que seus contratos têm preços reajustados de acordo com índices fixados em contrato entre terceirizadora de frota e cliente.

Sua taxa de utilização é gira em torno de 95% e sua frota é adquirida de acordo com a demanda do cliente, sendo que o uso do carro é de longo prazo.

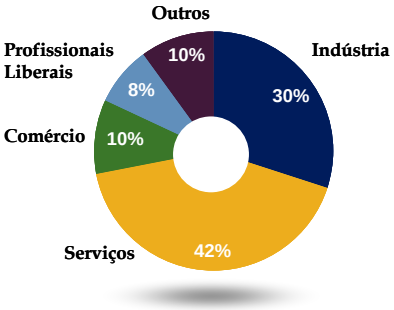
O mercado brasileiro de terceirização de frotas possui relevância destacada na indústria de locação de automóveis, representando 56% do faturamento do setor, enquanto locações diárias a turismo (lazer) e locações diárias a turismo (negócios) representam 20% e 24%, respectivamente.

Perfil da Indústria de Locação **Perfil do Segmento de Locação de Frotas**

7.9 - Outras informações relevantes



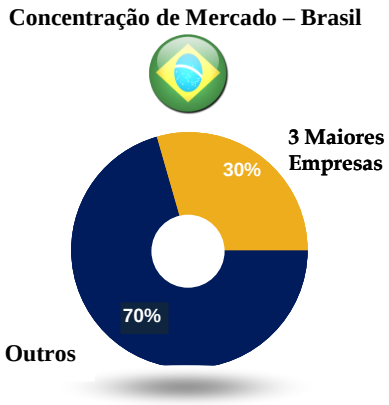
Fonte: Anuário ABLA 2011.



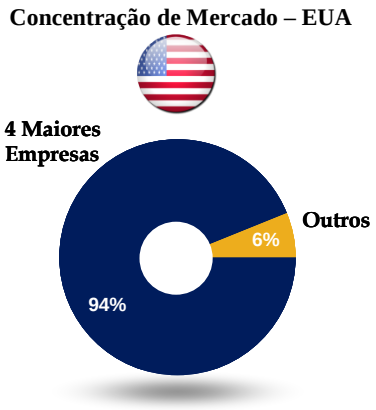
Fonte: Anuário ABLA 2011.

O mercado de locação de frotas ainda é extremamente fragmentado no país. As três maiores empresas do setor respondiam por aproximadamente 30% do *market share* em 2010, número relativamente pequeno se comparado com os Estados Unidos, onde as quatro maiores empresas representavam 93,4% do faturamento do setor em 2011 (94,4% em 2010).

7.9 - Outras informações relevantes



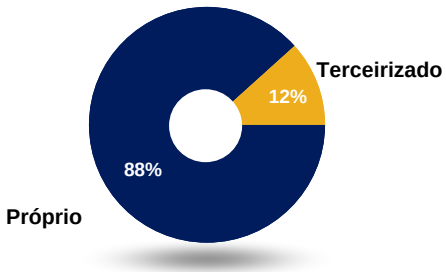
Fonte: Anuário ABLA 2011 e demonstrações financeiras de empresas do setor.



Fonte: Auto Rental News, Factbook 2012.

Além disso, segundo dados do *The Boston Consulting Group*, o Brasil contava, em 2010, com uma frota corporativa de aproximadamente 2 milhões de automóveis, dos quais apenas 232 mil compõem frotas terceirizadas.

Perfil da frota Corporativa Brasileira



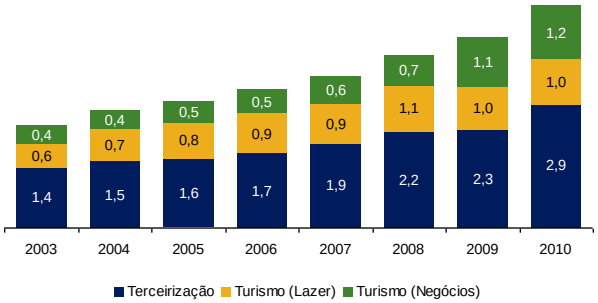
Fonte: The Boston Consulting Group

O faturamento do segmento de terceirização de frotas cresceu 25,9% em 2010, caracterizando-o como o mercado de maior crescimento do setor de locação de veículos. O crescimento dos segmentos de locações a turismo (lazer) e locações a turismo (negócios) foram, respectivamente, de 6,3% e 7,9%.

Além de ter o maior crescimento, o segmento de terceirização respondeu por 56% do faturamento do setor em 2010, enquanto turismo (lazer) e turismo (negócios) tiveram uma participação de 20% e 24%, respectivamente.

7.9 - Outras informações relevantes

Composição do Faturamento no Setor (R$ bilhões)



Fonte: Anuário ABLA 2011.

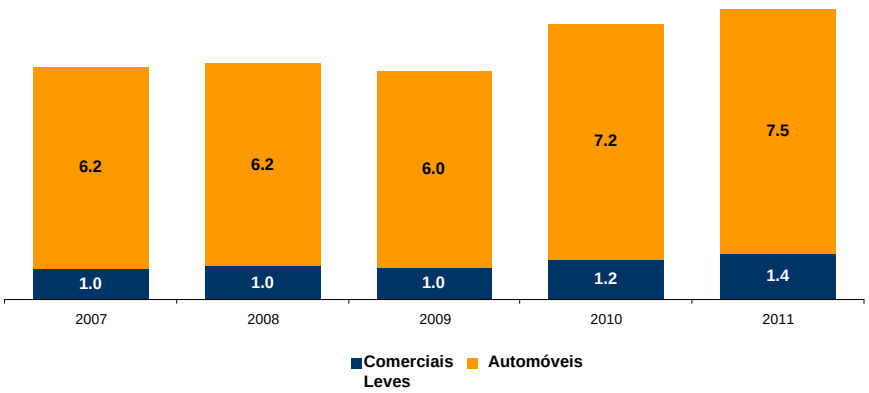
Uma característica peculiar do segmento de terceirização de frotas é que este possui característica também acíclica. Em situações econômicas desfavoráveis há uma tendência de as companhias aumentarem a liquidez e terceirizarem suas frotas, de modo a impactar positivamente as empresas que atuam no setor.

Seminovos

O mercado de seminovos no Brasil mostrou-se bastante aquecido nos últimos 5 anos, sobretudo no que se refere ao mercado de automóveis e de veículos comerciais leves.

Em 2011, o volume de vendas de veículos seminovos atingiu 7,5 milhões de automóveis, número 3 vezes maior que o número de emplacamentos no país em 2011. Para o período em análise, houve um crescimento CAGR de 4,0% ao ano para este mercado. Adicionalmente, a venda de veículos comerciais leves seminovos atingiu 1,4 milhão de veículos em 2011, o que representa um crescimento CAGR de 9,6% nos últimos cinco anos.

Vendas de automóveis e comerciais leves (em milhões de unidades)



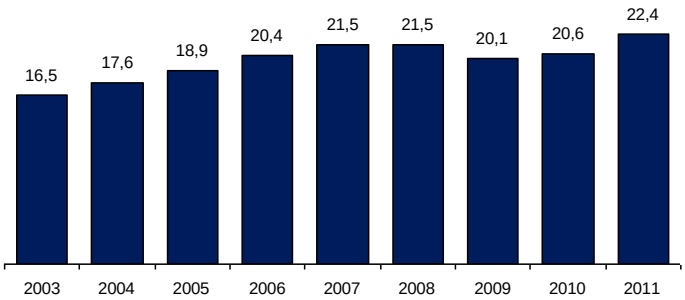
Fonte: FENABRAVE.

7.9 - Outras informações relevantes

Mercado americano de locação de veículos

Os Estados Unidos são o maior mercado de aluguel de veículos do mundo. Conforme dados da Auto Rental News – ARN, a indústria de aluguel de carros movimentou US$22,4 bilhões nos Estados Unidos em 2011. O mercado americano obteve crescimento não muito robusto nos últimos anos, reflexo de uma maturidade deste negócio em países desenvolvidos. O faturamento do setor teve um crescimento de 3,9% CAGR no período de 2003 a 2011.

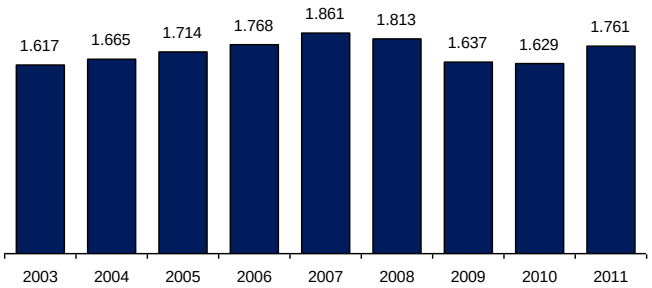
Faturamento Americano (US$ bilhões)



Fonte: Auto Rental News, Factbook 2012.

Em 2011, havia uma frota de cerca de 1,7 milhões de automóveis e mais de 17,7 mil pontos de locação espalhados em todo o território americano. Observando-se o período de 2003 a 2011, nota-se uma estagnação da frota americana. A redução do crescimento, de 2007 a 2010, pode ser explicada pelos efeitos da crise financeira na saúde econômica dos Estados Unidos.

Frota Americana (milhares de carros)

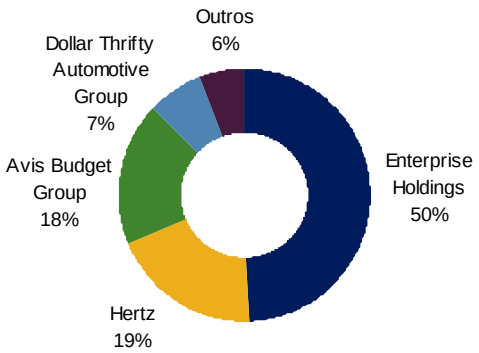


Fonte: Auto Rental News, Factbook 2012.

O mercado americano encontra-se em estágio avançado de maturação, de forma que 94% do faturamento do setor estão concentrados em quatro principais players da indústria, a saber: Enterprise Holdings, Hertz, Avis Budget Group e Dollar Thrifty Automotive Group.

7.9 - Outras informações relevantes

Estimativa de Participação de Mercado 2011



Fonte: Auto Rental News, Factbook 2012.

O mercado de locação de veículos no Brasil é ainda incipiente quando comparado ao mercado norte-americano. Nos Estados Unidos, o mercado encontra-se em estágio avançado de maturação, apresentando baixas taxas de crescimento. O faturamento do setor cresceu a uma taxa CAGR de 3,9% entre 2003 e 2011. Ademais, trata-se de um mercado bastante consolidado, sendo que as quatro principais companhias do setor possuem uma participação de mercado de 94%.

Em contrapartida, o mercado de locação de veículos no Brasil vem apresentando elevado crescimento. O faturamento do setor cresceu a uma taxa CAGR de 11,8% no período de 2003 a 2010. Adicionalmente, o mercado brasileiro é ainda bastante fragmentado, sendo que os três principais *players* do setor de terceirização de frotas detém uma participação de mercado de apenas 30%.

(d) Eventuais subscrições privadas de ações

Vide item 17.2 deste Formulário de Referência.

(e) Comparativo - Companhias Abertas

PARTICIPAÇÃO		2006	2007	2008	2009	2010	CAGR
Mercado de Terceirização de Frotas[3]	**Quantidade de carros**	**135.110**	**155.959**	**175.376**	**188.997**	**232.142**	**14,5%**
Unidas S.A.[1]	Quantidade de carros	18.189	24.163	30.856	26.441	19.852	2,2%
	Participação (%)	13,5%	15,5%	17,6%	14,0%	8,6%	
Localiza Rent a Car S.A.[2]	Quantidade de carros	14.630	17.790	23.403	22.778	26.615	16,1%
	Participação (%)	10,8%	11,4%	13,3%	12,1%	11,5%	
Locamérica[ca]	Quantidade de carros	5.549	10.339	14.948	16.518	21.913	41,0%
	Participação (%)	4,1%	6,6%	8,5%	8,7%	9,4%	

[1]Fonte: Dados empresa - www.unidas.com.br/ri
[2]Fonte: Dados empresa - www.localiza.com.br/ri
[3]Fonte: Anuário ABLA 2011, apenas segmento terceirização de frotas

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controlador Direto e Indireto (posição em 02 de abril de 2012):

Nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias. Somos controlados diretamente pelos acionistas Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende e BV Empreendimentos e Participações S.A. ("BVEP").

A participação direta detida pelos nossos acionistas controladores e o percentual das referidas participações em relação ao nosso capital social, encontram-se evidenciados na tabela abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias (Quantidade)	Participação no capital total (%)
Luis Fernando Memoria Porto[1]	15.292.922	32,69
Sérgio Augusto Guerra de Resende[1]	15.292.920	32,69
BVEP	16.198.993	34,62
Total	**46.784.835**	**100,00**

[1] As ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação de nossa oferta pública inicial de ações. Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão cujo pedido de registro foi protocolado perante a CVM em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da referida oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

b. Controladas e coligadas

Possuímos duas subsidiárias, ambas controladas por nós.

A Agile Car Locações Ltda. é nossa subsidiária, tendo sido constituída em 20 de dezembro de 2007 e adquirida por nós em 31 de julho de 2008. Seu objeto social é a locação de veículos e motos, e a prestação de serviços administrativos de frotas locadas.

A Locarvel Locadora de Veículos Ltda. é nossa subsidiária, tendo sido constituída em 19 de janeiro de 1993. Seu objeto social é a locação e arrendamento de veículos nacionais e estrangeiros, comercialização de automóveis e ônibus, bem como a comercialização e distribuição de vale transporte, embora, atualmente, suas atividades estejam restritas à locação de veículos.

c. Participações da Companhia em sociedades do grupo

A tabela a seguir mostra a nossa participação nas sociedades do grupo em 31 de dezembro de 2011:

Sociedade	Participação (%)
Locarvel Locadora de Veículos Ltda.	100,0[1]
Agile Car Ltda.	100,0[2]

[1] Uma quota detida por Luis Fernando Memoria Porto.
[2] Uma quota detida por Luis Fernando Memoria Porto e uma quota detida por Sérgio Augusto Guerra de Resende.

d. Participações de sociedades do grupo na Companhia:

Não existem sociedades do grupo que possuem participação em nossa Companhia.

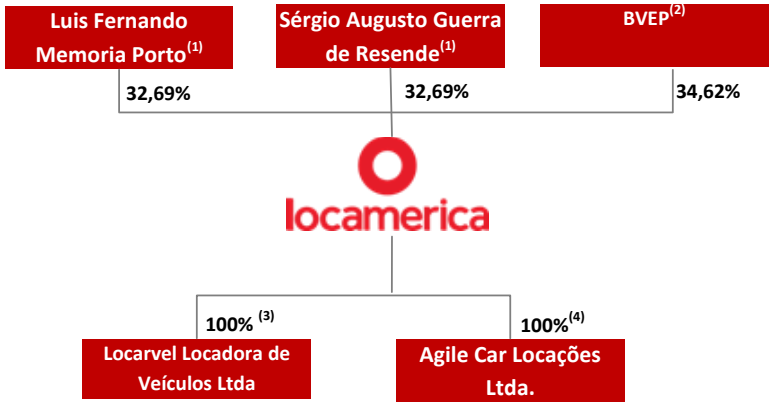
e. Sociedades sob controle comum

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Não detemos participação em quaisquer sociedades além daquelas descritas no item 8.1 (c) deste Formulário de Referência.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

O organograma do grupo na data deste Formulário de Referência é como segue:



(1) *As ações detidas por Luís Fernando Porto e Sérgio Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BVEP na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação da nossa oferta pública inicial de ações ("Oferta"). Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da Oferta.. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.*

(2) *BVEP, unidade de private equity do Banco Votorantim S.A., cujo principal acionista é o FIP BVIA Fundo de Investimento em Participações, detentor de 100% de suas ações. O único quotista do FIP é o Banco Votorantim S.A.*

(3) *1 (uma) quota detida por Luis Fernando Memoria Porto.*

(4) *1 (uma) quota detida por Luis Fernando Memoria Porto e 1 (uma) quota detida por Sérgio Augusto Guerra de Resende.*

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Para a descrição das operações de reestruturação ocorridas no grupo nos últimos três exercícios sociais, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta seção foram descritas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes

A tabela abaixo indica os principais domínios detidos pela Companhia na data deste Formulário de Referência:

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Domínio	aquitemcarromelhor.com.br	N/A	Registro válido até 02/03/2013	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.
Domínio	batidosbrasil.com.br	N/A	Registro válido até 04/12/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	locamerica.com.br	N/A	Registro válido até 18/09/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	locamericaribeiraopreto.com.br	N/A	Registro válido até 02/06/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	locamericaseminovos.com.br	N/A	Registro válido até 30/10/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	movaideias.com.br	N/A	Registro válido até 01/03/2013	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	seminovoslocamerica.com.br	N/A	Registro válido até 30/10/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	autohouse.com.br	N/A	Registro válido até 28/02/2013	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	locarvel.com.br	N/A	Registro válido até 26/06/2013	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	locamericas.com.br	N/A	Registro válido até 06/12/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	clafrotas.com.br	N/A	Registro válido até 03/09/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	euqueroumcarromelhor.com.br	N/A	Registro válido até 01/03/2013	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Domínio	seminovoslocarvel.com.br	N/A	Registro válido até 14/07/2013	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Carros	Brasil	MG	Diversos	Própria
Carros	Brasil	MG	Diversos	Arrendada
Acessórios para veículos	Brasil	MG	Diversos	Própria
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	SP	Diversos	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	ES	Vitória	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	DF	Brasilia	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	PE	Recife	Alugada
Benfeitorias imóveis de terceiros	Brasil	AM	Manaus	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LOCAMÉRICA GESTÃO DE FROTAS – nº 830.295.380, mista, classe 39	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	Pedido de Registro aguarda decisão do INPI. Apresentado pedido de desistência de oposição movido por terceiro, que aguarda análise formal do INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, inclusive em caso de oposição de terceiros. Podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: expiração do prazo de vigência, sem o devido pagamento das taxas oficiais para renovação; renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; ou declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	LOCARVEL – nº 817.157.824, nominativa, classe 40:20	Brasileiro	Registro válido até 22/12/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CARRO & CIA – nº 824.469.062, mista, classe 35	Brasileiro	Registro válido até 17/06/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LOCAMERICA nº 904401120, mista, classe.39	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	São os mesmos eventos descritos acima. Pedido de Registro aguardando publicação do INPI para produção de efeitos perante terceiros.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	LOCAMERICA nº 904401103, mista, classe 35	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	São os mesmos eventos descritos acima. Pedido de Registro aguardando publicação do INPI para produção de efeitos perante terceiros.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	LOCAMERICA nº 904090094, nominativa, classe 35	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	São os mesmos eventos descritos acima. Pedido de Registro aguardando decisão do INPI.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	LOCAMERICA nº 904090221, nominativa, classe 39	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	São os mesmos eventos descritos acima. Pedido de Registro aguardando decisão do INPI.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	LOCAMERICAS nº 830099298, mista, classe 39	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	São os mesmos eventos descritos acima. Pedido de Registro aguardando decisão do INPI. Pendente de publicação da transferência de titularidade pelo INPI para produção de efeitos perante terceiros.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	LOCAMERICA nº 904401081, mista, classe 39	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	São os mesmos eventos descritos acima. Pedido de Registro aguardando publicação do INPI para produção de efeitos perante terceiros.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	LOCAMERICA nº 904401030, mista, classe 35	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	São os mesmos eventos descritos acima. Pedido de Registro aguardando publicação do INPI para produção de efeitos perante terceiros.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SEMINOVOS LOCAMERICA nº 904401227, mista, classe 35	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	São os mesmos eventos descritos acima. Pedido de Registro aguardando publicação do INPI para produção de efeitos perante terceiros.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	SEMINOVOS LOCAMERICA nº 904401170, mista, classe 35	Brasileiro	10 anos a contar da concessão.	São os mesmos eventos descritos acima. Pedido de Registro aguardando publicação do INPI para produção de efeitos perante terceiros.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Agile Car Locações Ltda.	09.337.014/0001-70	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Sociedade empresária limitada que também conduz atividades de aluguel de frotas no Brasil.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	0,00
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa que atua em atividades de locação de frotas em paralelo à nossa Companhia.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Locarvel Locadora de Veículos Ltda.	38.524.609/0001-32	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Sociedade empresária limitada que também conduz atividades de aluguel de frotas no Brasil.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2011	11,198659	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	13.266,00
31/12/2010	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa que atua em atividades de locação de frotas em paralelo à nossa Companhia.

9.2 - Outras informações relevantes

Entendemos que os bens do ativo não-circulante mais relevantes são os veículos de nossa frota, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2011 era de R$634,0 milhões (R$523,5 milhões em 31 de dezembro de 2010), o que representava, na mesma data, 92,0% de nosso ativo não circulante total (93,5% em 31 de dezembro de 2010). Esse montante não contempla os veículos em desativação para renovação da frota, que estão disponíveis para venda e são registrados no ativo circulante, que somaram R$70,8 milhões registrados no ativo circulante em 31 de dezembro de 2011 (R$34,6 milhões em 31 de dezembro de 2010).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Acreditamos ser uma das principais companhias de terceirização de frotas para clientes corporativos no Brasil, tendo sido a locadora de veículos que mais cresceu nos cinco exercícios sociais entre 2006 e 2010 em termos de índice composto de crescimento anual (CAGR) de frota total, considerando tanto as companhias abertas do setor, como o crescimento médio do setor em geral, segundo os dados mais recentes da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis ("ABLA") de 2006 a 2010. Alcançamos a segunda posição em número de veículos no segmento de terceirização de frotas, no qual detemos 9,4% de participação de mercado, conforme dados do anuário ABLA 2011 referente ao ano de 2010.[1]

Nossa atividade de terceirização de frotas consiste no aluguel de veículos novos para clientes corporativos por meio de contratos cujos prazos variam de 12 a 60 meses, com média de 27,6 meses. Nossos clientes corporativos compreendem pequenas, médias e grandes empresas, atuantes nos diversos setores da economia. Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos um período médio de relacionamento com nossos clientes de 44 meses (37,5 meses em 31 de dezembro de 2010), o que acreditamos representar um alto índice de fidelização. [2] Como parte complementar de nossas atividades, vendemos os veículos de nossa frota após o término de nossos contratos de terceirização de frota ("Seminovos"), o que nos permite renovar a nossa frota comprando com maiores descontos e reduzindo nossos custos de manutenção. Em 2009, 2010 e 2011, investimos respectivamente R$117,8 milhões, R$294,1 milhões e R$312,6 milhões em aquisição de frota, resultando em uma redução de sua idade média operacional de 19,1 meses em 31 de dezembro de 2009, para 15,4 meses em 31 de dezembro de 2010 e 14,6 meses em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, nossa frota totalizou 27.262 veículos, representando um aumento de 5.349 unidades em relação a 31 de dezembro de 2010, quando nossa frota era de 21.913 veículos (15.335 veículos em 31 de dezembro de 2009). No período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2011, nossa frota aumentou 97,6%, passando de 13.796 veículos para 27.262 veículos. Esse aumento foi refletido nos aumentos percebidos em nossas receitas e EBITDA. Conquistamos, ainda em dezembro de 2010, a posição de segunda maior empresa de locação de frotas do Brasil. Em 31 de dezembro de 2011, 68,6% de nossa frota correspondiam a veículos populares, cuja característica principal é uma maior liquidez no momento da desmobilização se comparados aos demais modelos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, investimos um total de R$294,1 milhões na expansão e renovação de nossa frota, com a aquisição de 11 mil veículos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, os investimentos em renovação e expansão da frota totalizaram R$312,6 milhões, com um aumento de 5.349 veículos em nossa frota no período. Em consequência desse processo, a idade média operacional de nossa frota sofreu uma redução de 23,6% entre 31 de dezembro de 2009 (quando correspondia a 19,1 meses) e 31 de dezembro de 2011 (quando correspondia a 14,6 meses). Adicionalmente, a redução da idade média nos permitiu, ainda, reduzir os custos de manutenção dos veículos de nossa frota.

Nossa frota de veículos é renovada após o término de sua vida útil-econômica, que pode variar entre doze e 60 meses, de acordo com as características dos veículos locados e das condições dos contratos firmados com nossos clientes (que, por sua vez, possuem prazos entre 12 e 60 meses). Beneficiamo-nos de nossa experiência de mais de 19 anos em locação de frotas no processo de venda dos veículos usados desmobilizados de nossa frota. Após o encerramento de sua vida útil-econômica, os veículos são vendidos para revendedores que possuem pontos de vendas próprios e independentes ou para consumidores finais em lojas próprias ou por meio de venda direta aos condutores de nossos veículos alugados. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nossas vendas de veículos seminovos totalizaram 5.489 veículos, representando praticamente o mesmo volume de vendas se comparadas ao ano de 2010, em que foram vendidos 5.473 veículos. Já no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, o total de veículos vendidos foi

[1] Considerando as seguintes companhias abertas que atuam no mesmo segmento que a Companhia: Localiza Rent a Car S.A. e Unidas S.A. Para dados comparativos, ver item 7.9(e) – "Comparativo – Companhias Abertas".

[2] O período médio de relacionamento é obtido pela média simples do prazo de vigência dos contratos de terceirização de frotas que representem individualmente mais que 2% da nossa receita.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 5.473, um aumento de 93,5% se comparado aos 2.828 veículos vendidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Além disso, por meio de nossos pontos de venda, o total de vendas de veículos seminovos, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, atingiu um total de R$118,1 milhões, representando um aumento de 5,1% em relação ao mesmo período de 2010, quando totalizou R$112,4 milhões (R$64,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009).

A tabela a seguir evidencia nossa receita líquida e EBITDA para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
		(em R$ mil)	
Receita líquida operacional	390.682	309.185	212.066
EBITDA[1]	155.560	108.841	74.537

[1] *Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.*

Nossa receita líquida operacional apresentou um aumento de 26,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 se comparado ao mesmo período de 2010. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossa receita líquida apresentou aumento de 45,8%, ou R$97,1 milhões, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Em 2011, continuamos a apresentar os bons resultados alcançados ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, avançando na consolidação de nossas estruturas administrativa e operacional. Adicionalmente, também alcançamos um crescimento de 42,9% em nosso EBITDA no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R$46,7 milhões se comparado ao EBITDA do mesmo período de 2010. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso EBITDA apresentou um aumento de 46,0% se comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2011, nossa dívida líquida totalizou R$523,9 milhões, comparado a R$393,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R$243,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. Desde 2009, iniciamos um processo de alongamento da nossa dívida por meio de captações de linhas do BNDES, emissão de cinco debêntures, além de outras operações de crédito bancárias de longo prazo. Com isto, aumentamos a solidez da nossa estrutura de capital, resultando, em 31 de dezembro de 2011, em uma posição de caixa líquida de R$90,7 milhões (considerando R$11,3 milhões de títulos de valores mobiliários), comparado a um endividamento de curto prazo correspondente a R$196,7 milhões na mesma data. Em 31 de dezembro de 2009, 65,1% de nosso endividamento correspondente a empréstimos, financiamentos e debêntures estavam alocados no curto prazo. Conseguimos reduzir essa relação para 37,5% em 31 de dezembro de 2010 e reduzimos mais ainda este percentual para 32% em 31 de dezembro de 2011. Em junho de 2011, efetuamos nossa 3ª emissão de debêntures para distribuição pública, no montante de R$80,0 milhões, com captação adicional posterior de R$15,7 milhões (R$15,0 milhões em valor nominal) e, adicionalmente, captamos recursos por meio de instrumentos de dívida bancárias num montante total de R$80,0 milhões, cujos vencimentos se estendem até o ano de 2014. Em dezembro de 2011, aprovamos nossa quarta emissão de debêntures, no valor final de R$121,7 milhões (R$120,0 milhões em valor nominal, acrescido dos juros remuneratórios desde a data da emissão), cuja liquidação ocorreu em janeiro de 2012. Em 14 de fevereiro de 2012, aprovamos nossa quinta emissão de debêntures, no montante de R$35,0 milhões, que foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, liquidada integralmente em 09 de março de 2012.

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso site (www.locamerica.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Estrutura de capital

Nossos diretores entendem que possuímos estrutura de capital adequada ao cumprimento de nossas obrigações de curto e médio prazos e à condução de nossas operações de locação de frotas de veículos, em razão de nossa estratégia de contínua expansão da frota visando ganhos de escala e sinergias, diversificação da carteira de clientes e desenvolvimento de canais eficientes de vendas de veículos seminovos. O setor de locação de frotas é uma atividade que requer uso intensivo de capital. Assim, planejamos continuar acessando os mercados financeiro e de capitais local para financiar a expansão e renovação de nossa frota e fortalecer nossa posição de liquidez. Nossos contratos de locação com clientes, com prazo médio de 27,6 meses e prazo de vigência remanescente de 19,1 meses em 31 de dezembro de 2011, representavam, nesta data, recebíveis totais a performar de R$514,8 milhões, o que nos permite ter previsibilidade de nossas receitas e gerir com segurança a liquidez corrente. Adicionalmente, parte dos vencimentos de curto prazo também é liquidada com recursos provenientes da venda de veículos seminovos.

Nosso patrimônio líquido tem apresentado crescimento desde 2009 com relação a 2011, principalmente em razão do aumento de capital no montante de R$112,5 milhões, integralizado mediante utilização de parte de recursos de nossa dívida com ações resgatáveis existentes até 30 de dezembro de 2010, no montante de R$105,5 milhões e, adicionalmente, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 efetuamos a capitalização de juros sobre o capital próprio no montante líquido de imposto de renda na fonte de R$7,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, nossa estrutura de capital era composta por 17,1% de capital próprio e 82,9% de capital de terceiros, comparados a 18,9% de capital próprio e 81,1% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2010 e 3,4% de capital próprio e 96,6% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2009, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
		(em R$ mil)	
Capital próprio			
Capital social	133.309	126.307	20.812
Ações em tesouraria	(3.074)	(3.074)	(3.074)
Reserva de capital	4.833	4.505	-
Reserva de lucros	23.848	9.556	6.521
Prejuízos acumulados	-	-	(8.518)
Patrimônio líquido	**158.916**	**137.294**	**15.741**
Capital de terceiros			
Passivo circulante	279.943	234.636	189.537
Passivo não circulante	490.855	352.839	263.814
Total do passivo	770.798	587.475	453.351
Caixa e equivalentes de caixa	(79.442)	(83.772)	(22.644)
Títulos e valores mobiliários	(11.305)	-	-
Passivo líquido total	**680.051**	**503.703**	**430.707**
Total do passivo e patrimônio líquido	**929.714**	**724.769**	**469.092**

b. Possibilidade de resgate de ações

Até 30 de dezembro de 2010, existia uma opção de resgate de nossas ações preferenciais, por meio de acordo de acionistas, que se caracterizava como uma obrigação contratual de pagamento aos detentores de tais ações preferenciais, com valores e datas específicas para o resgate. Assim, tal característica atribuía às nossas ações preferenciais característica diversa quando comparadas às ações ordinárias e, por essa razão, tais ações foram classificadas como um passivo financeiro e não como instrumento patrimonial em 31 de dezembro de 2009.

Em 30 de dezembro de 2010, foi assinado um aditivo ao referido acordo de acionistas que excluiu a cláusula de resgate e equiparou nossas ações preferenciais às nossas ações ordinárias. Em função disso, as ações preferenciais passaram a ser tratadas contabilmente como instrumento patrimonial, tendo sido tal mudança considerada como aumento de capital no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Os efeitos do tratamento das ações preferenciais como

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

passivo financeiro em nossas demonstrações financeiras foram integralmente revertidos em 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer direito de resgate de ações em vigor e não havia qualquer hipótese de resgate de ações além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Acreditamos manter um nível de liquidez satisfatório, ainda que o capital circulante líquido se apresente negativo em R$39,7 milhões na posição de balanço em 31 de dezembro de 2011, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, e nossos diretores entendem que a Companhia tem condições adequadas para cumprir suas obrigações de curto prazo, pois em janeiro de 2012, efetuamos uma captação adicional de longo prazo por meio de nossa quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$121,7 milhões (R$120,0 milhões em valor nominal), que veio melhorar nossa liquidez corrente e capacidade de pagamento em relação de compromissos de curto prazo futuros.

Nossos diretores entendem que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócios, assim como para cumprir nossas obrigações contratuais de curto e médio prazos. Nossos diretores entendem que as condições macroeconômicas brasileiras continuam favoráveis ao nosso crescimento, permitindo que empresas de diferentes portes e setores (em especial, aqueles ligados a infraestrutura e consumo) apresentem crescimentos superiores ao do PIB nacional, com isso estimulando o foco em seu *core business* e, consequentemente, criando um ambiente propício à terceirização de frotas.

Nossos diretores acreditam que nossos níveis de geração de caixa e de endividamento nos permitem conduzir nossas atividades operacionais bem como implementar nossa estratégia de expansão e crescimento.

Nossos diretores acreditam que o EBITDA é um importante indicador de nosso desempenho operacional e de nosso fluxo de caixa. A tabela a seguir demonstra nossos principais indicadores de capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em ou em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
EBITDA (em R$ mil)[1]	155.560	108.841	74.537
Dívida líquida (em R$ mil)[1]	523.859	393.401	243.882
Dívida líquida[1] / EBITDA[1]	3,37	3,61	3,27
Despesas financeiras líquidas (em R$ mil)[2]	83.197	44.937	55.234
EBITDA[1] / Despesas financeiras líquidas[2]	1,87	2,42	1,35
Patrimônio líquido (em R$ mil)	**158.916**	**137.294**	**15.741**
Dívida líquida[1]/ Patrimônio líquido[3]	3,30	2,87	15,49

[1] Para maiores informações sobre o EBITDA e a Dívida líquida, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

[2] Correspondem ao total de despesas financeiras líquidas das receitas financeiras. Dos montantes apresentados, os montantes de R$12,9 milhões e R$8,6 milhões corresponderam, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, a despesas financeiras relativas às ações preferenciais resgatáveis de nossa emissão. Tendo em vista a exclusão da possibilidade de resgate das ações preferenciais em 2010, não registramos despesas ou receitas financeiras relativos às ações preferenciais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Para maiores informações, vide item 10.1(b) deste Formulário de Referência.

*[3] Para fins desta tabela, o patrimônio líquido corresponde àquele apontado em nossas demonstrações financeiras, não correspondendo à forma de cálculo utilizada na determinação dos índices financeiros (*covenants*) a que estamos sujeitos, conforme indicados no item 10.1.f (iv) deste Formulário de Referência.*

Em nossas atividades de locação de frotas, ao adquirir veículos, estimamos um valor de venda futura após o término da vida útil desse veículo e, consequentemente, a depreciação aplicável que, por sua vez, é apropriada linearmente até a desmobilização e venda do veículo. A depreciação corresponde a um custo contábil sem efeito em nosso caixa e, no momento da venda do veículo seminovo, se traduz em um efeito em nosso caixa. Por essa razão, entendemos que

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

estimar adequadamente a depreciação de nossos veículos é um elemento chave de nossos negócios, que afeta tanto a precificação de nossos produtos quanto nosso fluxo de caixa futuro. Para maiores informações, ver "Nossos resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços e no cálculo da desvalorização de nossa frota", no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Realizamos a gestão de liquidez com base no potencial de geração de caixa de nossa frota. Contamos com um fluxo de receitas que consideramos relativamente estável e previsível, decorrente de nossos contratos de locação de longo prazo, os quais incluem penalidades pecuniárias em caso de cancelamentos unilaterais. Entendemos, ainda, que o fato de realizarmos a compra dos veículos somente após a assinatura dos contratos de locação relativos a tais veículos, colabora para a nossa gestão de liquidez. Adicionalmente, a venda de nossos veículos seminovos também colabora para a geração de recursos para liquidação das dívidas de curto prazo. Os diretores acreditam que os efeitos do crescimento da frota na ordem de 24% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 ante a 2010 serão aproveitados em 2012 e 2013, tendo em vista que passamos a auferir receitas a partir da locação dos veículos adicionados à nossa frota.

Considerando nosso perfil de endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez, nossos diretores acreditam que possuímos recursos de capital suficientes, em níveis de liquidez satisfatórios, para honrar nossos compromissos financeiros. Ainda que seja necessária a contratação de empréstimos e financiamentos para a condução de nossos negócios e para a implementação de nossa estratégia de expansão e crescimento, nossos diretores acreditam que temos condições de obtê-los e capacidade para pagá-los no curso normal de nossas atividades.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Financiamos nosso capital de giro e investimentos em ativos imobilizados por meio de nossa geração de caixa, reforçada pela venda de veículos usados em nossas atividades de locação de frotas após sua desmobilização, bem como por meio da contratação de instrumentos de dívida e emissões de debêntures no mercado de capitais local. Nossos diretores entendem que nosso sucesso em captar recursos no mercado de capitais por meio de emissão de instrumentos representativos de dívida de longo prazo poderá beneficiar nosso perfil de dívida no médio e longo prazos. Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para cobertura de deficiências de liquidez eventualmente constatadas, nossos diretores pretendem utilizar, sem prejuízo de novas fontes de financiamento disponíveis, recursos do mercado de capitais. Em caso de eventual crise de liquidez, os diretores entendem que ainda poderemos buscar linhas de créditos em mercados externos e/ou recursos adicionais provenientes de acionistas. Em 31 de dezembro de 2011, nossa posição de caixa correspondia a R$90,7 milhões (incluindo R$11,3 milhões de títulos de valores mobiliários).

f. níveis de endividamento e características das dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures era de R$614,6 milhões (R$477,2 milhões e R$266,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente). Nossa dívida líquida é calculada pela adição de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, subtraídos de nosso caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e totalizou R$523,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 (R$393,4 milhões e R$243,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente). Na mesma data, nosso patrimônio líquido era de R$158,9 milhões (R$137,3 milhões e R$15,7

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente). A tabela a seguir apresenta a composição de nossos principais instrumentos de dívida:

	Em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
		(em R$ mil)	
Passivo circulante			
Passivos de arrendamento financeiro	82.904	79.574	105.670
Empréstimos bancários garantidos[1]	64.126	99.325	67.924
Debêntures - 1ª Emissão	478	66	-
Debêntures - 2ª Emissão	49.167	-	-
Passivo não circulante			
Passivos de arrendamento financeiro	26.862	32.295	50.187
Empréstimos bancários garantidos[1]	121.973	38.511	42.745
Debêntures - 1ª Emissão	125.000	126.737	-
Debêntures - 2ª Emissão	50.000	100.665	-
Debêntures - 3ª Emissão	94.096	-	-
Ações resgatáveis	-	-	122.905
Total	**614.606**	**477.173**	**389.431**

[1] Inclui os recursos do Senior Term Loan Facility *celebrado entre nós e o Bank of America N.A, considerando a taxa de juros após os efeitos do* swap *contratado em junho de 2011.*

As principais características de nossos empréstimos e financiamentos estão indicadas na tabela abaixo:

				Saldo em 31 de dezembro de		
				(em R$ mil)		
Modalidade	**Moeda**	**Taxa % a.a.[1]**	**Ano de venc.[2]**	**2011**	**2010**	**2009**
Ações resgatáveis	R$	CDI + 1,5%	2013	-	-	122.905
Capital de Giro[3]	R$	CDI + 1,12% a 9,13%	2016	166.535	123.752	85.586
Debêntures – 1ª Emissão	R$	CDI + 6,5%	2016	125.478	126.803	-
Debêntures – 2ª Emissão	R$	CDI + 4%	2013	99.167	100.665	-
Debêntures – 3ª Emissão	R$	CDI + 2,5%	2016	94.096	-	-
Finame	R$	TJLP + 0,72% a 13%	2013	19.112	12.390	19.371
Leasing	R$	14,79% a 25,93%	2013	109.766	110.903	150.318
Leasing back	R$	21,76%	2011	-	966	5.539
CDC/Compror	R$	18,03% a 22,91%	2013	452	1.694	5.712
Total				**614.606**	**477.173**	**389.431**

[1] Taxa de juros médio contendo indexador acrescido do spread *ao ano.*
[2] O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade de financiamento.
[3] Inclui os recursos do Senior Term Loan Facility *celebrado entre nós e o Bank of America N.A, considerando a taxa de juros após os efeitos do* swap *contratado em junho de 2011.*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, com o objetivo de alongar o perfil de vencimento de nossa dívida, realizamos duas emissões públicas de debêntures, totalizando R$225,0 milhões na data de emissão. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, efetuamos nossa 3ª emissão de debêntures para distribuição pública, no montante total de R$95,7 milhões (R$95,0 milhões em valor nominal, acrescido dos juros remuneratórios desde a data da emissão), dos quais R$80,0 milhões foram liquidados em junho de 2011 e os R$15,0 milhões restantes foram liquidados em outubro de 2011, e captamos recursos por meio de instrumentos de dívida bancária, num montante total de R$80,0 milhões, cujos vencimentos se estendem até o ano de 2014. Em dezembro de 2011, aprovamos nossa quarta emissão de debêntures, no valor final de R$121,7 milhões (R$120,0 milhões em valor nominal, acrescido dos juros remuneratórios desde a data da emissão), cuja liquidação ocorreu em janeiro de 2012. Em 19 de janeiro de 2012, a escritura de nossa quarta emissão de debêntures foi aditada com o cancelamento de 3.000 debêntures (equivalentes a R$30,0 milhões), passando, assim, o valor nominal total da emissão, de R$150,0 milhões para R$120,0 milhões. Em 14 de fevereiro de 2012, aprovamos nossa quinta emissão de debêntures, no montante de R$35,0 milhões, que foi

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, liquidada integralmente em 09 de março de 2012.

Como forma de nos proteger de possíveis elevações nas taxas de juros, contratamos, em setembro de 2010, dois termos de negociação para realização de operações de opção de *swap* junto ao Banco Votorantim S.A com valor nocional de R$50,0 milhões cada, totalizando R$100,0 milhões com o objetivo de reduzir nossa exposição à taxa de juros variável. Esses instrumentos trocam taxas médias de 100% do CDI pelas taxas fixas de, respectivamente, 12,0% ao ano e 12,5% ao ano e tem vigência até 02 de janeiro de 2013. Em 22 de fevereiro de 2011 e em 31 de março de 2011, contratamos outros dois termos de negociação para realização de operações de opção de *swap* junto ao Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. com valor nocional de R$50,0 milhões cada, com o objetivo de reduzir nossa exposição a taxas de juros variáveis. Esses instrumentos trocam taxas médias de 100% do CDI pela taxa fixa de 13% ao ano e ambos estão vigentes até 02 de janeiro de 2013.

Contratamos, em junho de 2011, um *swap* de taxa de câmbio junto ao Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. com valor de nocional de US$25,0 milhões, com o objetivo de proteger nossa exposição à taxa do dólar norte-americano, demonstrada acima. Esse instrumento troca taxa do dólar norte-americano acrescida de 2,8589% ao ano por CDI mais 2,0% ao ano.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização de nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011:

	Vencimento			
	2012	**2013**	**2014**	**2015 - 2016**
Modalidade	*(em R$ mil)*			
Capital de Giro	55.395	53.219	57.921	-
Debêntures – 1ª emissão	478	-	-	125.000
Debêntures – 2ª emissão	49.167	50.000	-	-
Debêntures – 3ª emissão	-	46.596	47.500	-
Finame	8.289	5.916	3.272	1.635
Leasing	82.904	25.728	1.134	-
Lease back	-	-	-	-
CDC/Compror	442	10	-	-
Total	**196.675**	**181.469**	**109.829**	**126.635**

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2009, protocolamos nossa adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009 (Refis), junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Optamos por efetuar o parcelamento do saldo em 180 meses, aproveitando os benefícios oferecidos (extinção da multa de mora e de ofício e redução de 40% dos juros moratórios). A divida remanescente em 31 de dezembro de 2011 será liquidada em 153 parcelas. A tabela abaixo evidencia o cronograma de liquidação para o saldo dessas obrigações em 31 de dezembro de 2011:

Vencimento	**Saldo**
	(em R$ mil)
2012	1.510
2013	1.510
2014	1.510
Após 2014	14.748
Total	**19.278**

Adicionalmente, possuímos parcelamentos de tributos estaduais cujos saldos devedores somavam, em 31 de dezembro de 2011, R$168 mil (dos quais R$55 mil estão registrados em nosso passivo circulante e R$113 mil em nosso passivo não circulante).

Contratos financeiros relevantes

Arrendamento mercantil

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2011, éramos parte em 26 contratos relevantes de arrendamento mercantil (assim considerados aqueles com valor nominal superior a R$1,0 milhão), envolvendo o arrendamento de veículos para a composição de nossa frota, com outorga de opção de compra dos mesmos ao final do contrato, firmados em 2009, 2010 e 2011, totalizando, aproximadamente R$45,5 milhões. Os prazos desses contratos são de 24 meses, com pagamentos mensais e sucessivos, sem prazo de carência, e a taxa média de juros aplicável aos mesmos corresponde a 1,32% ao mês. Os veículos objeto do arrendamento garantem o cumprimento de nossas obrigações em todos os contratos. Ademais, nossas obrigações são geralmente garantidas por fiança prestada pelo Sr. Luis Fernando Memoria Porto e pelo Sr. Sérgio Augusto Guerra de Resende ("Acionistas Garantidores") e por notas promissórias de nossa emissão. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto de contratos de *leasing* era de R$109,8 milhões.

FINAME

Em 31 de dezembro de 2011, éramos parte em seis contratos relevantes da modalidade FINAME (assim considerados aqueles com valor nominal superior a R$1,0 milhão), financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), para aquisição de veículos pesados, com taxas de juros indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional ("TJLP"). Os contratos têm prazos de vencimento entre quatro e cinco anos, com pagamentos mensais e sucessivos, com prazo de carência médio de três meses em média, com o término de vigência previsto para o período entre 2013 e 2015. Os veículos objeto dos financiamentos são dados em garantia ao cumprimento de nossas obrigações nesses contratos. Adicionalmente, os Acionistas Garantidores são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de nossas obrigações. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto dos contratos de FINAME era de R$19,1 milhões.

BNDES

Firmamos uma linha crédito, dividida em cinco subcontratos de financiamento com o BNDES na modalidade capital de giro iniciados, em sua maioria, em janeiro 2010 cujo valor totaliza R$38,4 milhões, com vencimentos em 15 de outubro e dezembro de 2012. Os contratos prevêem taxa de juros igual à TJLP acrescida de 4,5% ao ano, com pagamentos mensais e sucessivos, com prazo de carência de 12 meses. Para a realização de nossas emissões de debêntures, obtivemos autorizações (*waivers*) junto ao BNDES nos termos dos contratos. Em garantia ao cumprimento de nossas obrigações nesse contrato, foram prestadas cartas de fiança emitidas por instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto desses contratos era de R$17,2 milhões.

Debêntures

Em 2010, realizamos duas emissões de debêntures. A primeira, no montante de R$125,0 milhões, destinou-se ao alongamento de nossa dívida, além da aquisição de veículos para frota. A segunda, no montante de R$100,0 milhões destinou-se à renovação e expansão da nossa frota. Em 2011, aprovamos nossa terceira emissão de debêntures, no valor inicial de R$160,0 milhões, dos quais R$80,0 milhões foram liquidados em junho de 2011 e R$15,7 milhões (correspondentes ao valor nominal acrescido dos juros remuneratórios desde a data da emissão) foram liquidados em outubro de 2011, quando foram canceladas 65 debêntures não subscritas. Assim, nossa terceira emissão de debêntures totalizou R$95,7 milhões (R$95,0 milhões em valor nominal). Os recursos captados com as debêntures da terceira emissão destinaram-se, também, ao alongamento de nossa dívida. Para mais informações sobre as nossas emissões de debêntures, vide itens 18.5 e 18.10 deste Formulário de Referência. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto das debêntures de nossa emissão era de R$318,7 milhões.

Adicionalmente, em 22 de dezembro de 2011, aprovamos nossa quarta emissão de debêntures, no montante de R$150,0 milhões, que foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009. Em 19 de janeiro de 2012, a escritura de nossa quarta emissão de debêntures foi aditada com o cancelamento de 3.000 debêntures (equivalentes a R$30,0 milhões), passando, assim, o valor nominal total da emissão, de R$150,0 milhões para R$120,0 milhões. As debêntures são simples,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

não conversíveis, da espécie com garantia flutuante, com garantia adicional real e fidejussória. Em janeiro de 2012, foram liquidados R$121,7 milhões (R$120,0 milhões em valor nominal) de debêntures de nossa quarta emissão.

Em 14 de fevereiro de 2012, aprovamos nossa quinta emissão de debêntures, no montante de R$35 milhões, que foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, liquidada integralmente em 09 de março de 2012.

Capital de giro – BTG Pactual

Em outubro de 2011 firmamos, com o Banco BTG Pactual S.A., contratos de finaciamentos de capital de giro no montante de R$15,0 milhões, com caracteríticas similares as debêntures de nossa emissão. Esse contrato prevê juros de 4,5% ao ano, acrescido da variação do CDI e o vencimento final será em dezembro de 2012. Em garantia ao cumprimento desse contrato, alienamos fiduciariamente veículos de nossa propriedade e firmamos um contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto deste contrato era de R$13,8 milhões.

Senior Term Loan Facility – Bank of America N.A.

Em 27 de junho de 2011, firmamos com o Bank of America N.A. um *Senior Term Loan Facility* no montante de US$25,0 milhões, com vencimento em 07 de julho de 2014 e uma taxa de juros de 2,4300% ao ano, com pagamentos de juros semestrais e sucessivos, começando em janeiro de 2012, com amortização de principal nos últimos quatro pagamentos, começando em 7 de janeiro de 2013 e até 7 de julho de 2014. O cumprimento de nossas obrigações neste contrato é garantido por carta de fiança emitida pelos Acionistas Garantidores, cessão fiduciária de diretos creditórios e recebíveis, alienação fiduciária de veículos de nossa frota e por uma nota promissória de nossa emissão. Visando reduzir nossa exposição à taxa de câmbio, contratamos em 30 de junho de 2011 uma operação de *swap* trocando variação cambial pela variação do CDI acrescido de um *spread* de 2,0% ao ano. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto deste contrato era de R$42,5 milhões.

Capital de giro – Banco do Brasil

Em 30 de junho de 2011, celebramos um contrato de abertura de crédito fixo com o Banco do Brasil S.A. no valor de R$40,0 milhões, com vencimento em 13 de junho de 2014, sendo que o principal será quitado em duas prestações iguais, anuais e sucessivas de R$20,0 milhões cada, vencendo a primeira em 14 de junho de 2013 e os juros serão pagos semestral e sucessivamente devendo ser integralmente liquidados na referida data de vencimento. O cumprimento de nossas obrigações neste contrato é garantido por fiança prestada pelos Acionistas Garantidores e cessão fiduciária de uma cédula de depósito bancário, de igual valor, de nossa titularidade. O contrato prevê uma taxa de juros igual ao CDI acrescido de 2,00% ao ano. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto deste contrato era de R$42,6 milhões.

Capital de giro - diversos

Em 31 de dezembro de 2011, éramos parte em 10 contratos relevantes de financiamento de capital de giro (assim considerados aqueles com valor nominal superior a R$1,0 milhão), firmados em sua maioria em 2011, para o curso normal de nossos negócios e para possibilitar novos investimentos em frota. Os prazos destes contratos variam entre 12 e 36 meses, com pagamentos mensais e sucessivos, sendo que alguns possuem carência de até seis meses para amortização do principal, e a taxa média de juros aplicável aos mesmos corresponde a 1,12% ao mês. Nossas obrigações nestes contratos são geralmente garantidas por veículos de nossa frota e pela cessão de recebíveis. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto era de R$48,9 milhões.

Contratamos, em janeiro e fevereiro de 2012, três operações compromissadas de títulos de dívida com o Banco Itaú BBA S.A., no valor total agregado de R$74,6 milhões, que rendem juros de aproximadamente 100% do CDI e com vencimentos em abril de 2012 e dezembro de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em março de 2012, o Banco Itaú BBA S.A., por meio de cessão de crédito sem coobrigação da cedente, adquiriu créditos contra a nossa Companhia no valor total de, aproximadamente, R$12,7 milhões, com encargos remuneratórios equivalentes a 1,1049% ao mês e vencimentos em abril de 2012. Esta operação de crédito não conta com garantias.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, não possuíamos quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nossas dívidas são garantidas por alienação fiduciária de veículos, cessão fiduciária de recebíveis de clientes, assim como fiança e avais de nossos acionistas controladores e/ou bancários. As debêntures ainda contam com preferência de liquidação sobre as demais dívidas. Vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Cálculo de índices financeiros (*covenants*) aplicáveis a nossas emissões de debêntures

As escrituras de emissão de nossas debêntures da primeira, segunda, terceira, quarta e quinta emissões contém cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos, conforme descritos abaixo:

Debêntures da primeira emissão

A escritura de emissão das debêntures de nossa primeira emissão, conforme aditada, contém os seguintes índices financeiros (*covenants*) que devemos observar:

I. A razão entre a dívida liquida e o EBITDA dos últimos 12 meses:

a. Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2010 (inclusive), não poderá ser superior a 3,95;
b. Para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2010, até o trimestre encerrado em 30 de junho de 2011 (inclusive), não poderá ser superior a 3,75;
c. Para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de junho de 2011, até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50;
d. Para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011, até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014 (inclusive), não poderá ser superior a 3,25; e
e. Para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não poderá ser superior a 3,00, observado que, com relação ao período após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não obstante o disposto neste item (e), enquanto a classificação de risco (*rating*) das Debêntures feita pela Agência de Rating for no mínimo AA-, não estaremos obrigados a observar a razão entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses estabelecida na escritura.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,37.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

II. A razão entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida no mesmo período:

a. Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 30 de junho de 2011 (inclusive), não poderá ser inferior a 1,75;
b. Para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de junho de 2011, até o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011 (inclusive), não poderá ser inferior a 2,00;
c. Para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011 até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser inferior a 1,75;
d. Para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014 (inclusive), não poderá ser inferior a 1,90; e
e. Para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não poderá ser inferior a 3,00, observado que, com relação ao período após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não obstante o disposto neste item (e), enquanto a classificação de risco (*rating*) das debêntures feita pela agência de *rating* for no mínimo A+, não estaremos obrigados a observar a razão entre o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses e a despesa financeira líquida no mesmo período.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 1,87.

III. A razão entre a dívida líquida e o patrimônio liquido:

a. para cada trimestre, até o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011 (inclusive), não poderá ser superior a 3,25;
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011, até o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50;
c. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013, até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014 (inclusive), não poderá ser superior a 3,25; e
d. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não poderá ser superior a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,38.

IV. A razão entre a dívida líquida e o valor contábil do total de veículos de nossa propriedade e das nossas sociedades consolidadas mais o total de veículos objeto de arrendamento/*leasing* para nossa Companhia para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não poderá ser superior a 80%. Não obstante o quanto disposto neste item IV, enquanto a classificação de risco (*rating*) das debêntures feita pela agência de *rating* for no mínimo AA-, não estaremos obrigados a observar a razão entre nossa dívida líquida e o valor contábil de nossos veículos.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 74%.

V. A razão entre a dívida bruta e o valor contábil do total de veículos de nossa propriedade e das nossas sociedades consolidadas mais o total de veículos objeto de arrendamento/leasing para nossa Companhia para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não poderá ser superior a 80%, observado que, não obstante o quanto disposto neste item V, enquanto a classificação de risco (rating) das debêntures feita pela agência de rating for no mínimo AA-, não estaremos obrigados a observar a razão entre nossa dívida bruta e o valor contábil de nossos veículos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Este covenant somente será aplicável a nossa Companhia após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Os referidos limites e índices financeiros serão calculados com relação às nossas demonstrações financeiras, em bases consolidadas, e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados trimestralmente, no último dia de cada trimestre.

Para os fins dos cálculos dos índices dispostos na escritura de nossa primeira emissão, considera-se "EBITDA dos últimos 12 (doze) meses" o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos quatro últimos trimestres encerrando-se na data de verificação; "EBITDA" o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos (a) os impostos, tributos e contribuições, (b) participações minoritárias e (c) as despesas e receitas sem efeito no caixa relacionadas diretamente a nossos planos de opção de compra de ações usados como remuneração de funcionários, observado que somente serão considerados os planos (ou parcelas de tais planos) cuja liquidação seja feita com entrega de ações de nossa emissão (liquidação física) aos funcionários, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) do resultado não operacional ocorrido no mesmo período; "Dívida Bruta" o somatório das dívidas consolidadas junto a fundos de investimento, pessoas físicas e jurídicas, inclusive dívidas contraídas nos mercados financeiro e de capitais locais e internacionais, derivativos, empréstimos e financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, além de avais, fianças e outras garantias reais e fidejussórias prestadas, bem como valores a pagar aos nossos acionistas, e valores a pagar, líquido do saldo a receber, decorrentes de contratos de hedge ou outros derivativos, e dívidas junto a autoridades governamentais que excedam R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) ("Dívidas Tributárias"), sendo certo que para fins de cálculo das Dívidas Tributárias será considerada apenas a eventual diferença entre o somatório das Dívidas Tributárias e R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), e, sendo certo, ainda, que sem prejuízo do disposto neste item e de outras disposições da escritura, caso quaisquer das dívidas referidas nesta definição, cumulativamente, (i) não sejam decorrentes de contrato de derivativos; (ii) tenham prazo de vencimento igual ou inferior a seis anos; e (iii) tenham como garantia, no todo ou em parte, recursos aplicados (a) em fundos de investimento de renda fixa administrados e/ou geridos por Credit Suisse (Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ou qualquer outra socidedade integrante do conglomerado financeiro do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. (em conjunto, "Credit Suisse"); (b) em certificados de depósito bancário, com liquidez diária, de emissão de determinadas instituições financeiras definidas na escritura; ou (c) em certificados de depósito bancário, com liquidez diária, de emissão de outras instituições financeiras previamente aprovadas pelos debenturista e classificadas pela Standard & Poor's com "brAAA"; somente serão considerados como Dívida Bruta os respectivos saldos líquidos, isto é, os valores de cada respectiva dívida que não estejam garantidos por cessão fiduciária de aplicações, conforme os termos mencionados no item (iii) acima. Sem prejuízo do disposto neste item e de outras disposições da escritura, na hipótese de uma determinada dívida ter como garantia fiduciária aplicações em valore superior ao da própria dívida, o saldo líquido dessa dívida, para computo da Dívida Bruta, será considerado zero; "Caixa" saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, deduzido de quaisquer saldos em caixa ou aplicações financeiras que estejam onerados ou segregados em favor de terceiros ("Caixa Onerado"); "Dívida Líquida" Dívida Bruta deduzido do Caixa; "Despesa Financeira Líquida" (i) o somatório das despesas de juros, dividendos preferenciais, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, a IOF, descontado de (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras, variação cambial oriunda de empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos, sendo certo que as receitas de aplicações financeiras vinculadas ao Caixa Onerado não serão consideradas neste item (ii); e "Patrimônio Líquido" o patrimônio líquido contábil, deduzido do valor contábil dos ativos intangíveis.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Debêntures da segunda emissão

A escritura de emissão das debêntures de nossa segunda emissão, conforme aditada, contém os seguintes índices financeiros (*covenants*) que devemos observar:

I. A razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50; e
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, não poderá ser superior a 3,25.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,37.

II. A razão entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a Despesa Financeira liquida no mesmo período:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser inferior a 1,75; e
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, não poderá ser inferior a 1,90.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 1,87.

III. a razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50;
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013, não poderá ser superior a 3,25.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,38.

IV. A partir do exercício social de 2011 (inclusive), a razão entre a Dívida Líquida e o Valor Contábil do total de veículos de nossa propriedade e de propriedade de nossas sociedades consolidadas mais o total de veículos objeto de arrendamento/leasing à nossa Companhia e às nossas sociedades consolidadas (incluindo os veículos alienados em garantia das debêntures), para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013, não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento), observado que, não obstante o quanto disposto acima, enquanto a classificação de risco (*rating*) das Debêntures feita pela agência de *rating* for no mínimo AA-, não estaremos obrigados a manter o Índice Financeiro aqui previsto.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 74%

Para os fins dos cálculos dos índices dispostos nas escrituras de nossas segunda, terceira, quarta e quinta emissões, considera-se "EBITDA dos últimos 12 (doze) meses" o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos quatro últimos trimestres encerrando-se na data de verificação; "EBITDA" o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias (não deverão ser consideradas, para fins de apuração do lucro/prejuízo, as despesas meramente contábeis, sem efeito no caixa, relativas aos nossos planos de opção de compra de ações), (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) do resultado não operacional ocorrido no mesmo período; "Dívida Bruta" o somatório das dívidas consolidadas junto a fundos de investimento, pessoas físicas e jurídicas, inclusive dívidas contraídas nos mercados financeiro e de capitais locais e internacionais, derivativos, empréstimos e financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, além de avais, fianças e outras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

garantias reais e fidejussórias prestadas, bem como valores a pagar aos nossos acionistas, incluindo valores referentes a ações preferenciais resgatáveis e valores a pagar, líquido do saldo a receber, decorrentes de contratos de hedge ou outros derivativos, e dívidas junto a autoridades governamentais que excedam R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) ("Dívidas Tributárias"), sendo certo que para fins de cálculo das Dívidas Tributárias será considerada apenas a eventual diferença entre o somatório das Dívidas Tributárias e R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), e, sendo certo, ainda, que sem prejuízo do disposto neste item e de outras disposições da escritura, caso quaisquer das dívidas referidas nesta definição, tenham como garantia, no todo ou em parte, recursos aplicados (a) em fundos de investimento de renda fixa; (b) em certificados de depósito bancário, com liquidez diária; somente serão considerados como Dívida Bruta os respectivos saldos líquidos, isto é, os valores de cada respectiva dívida que não estejam garantidos por cessão fiduciária de aplicações, conforme os termos mencionados acima. Sem prejuízo do disposto neste item e de outras disposições da escritura, na hipótese de uma determinada dívida ter como garantia fiduciária aplicações em valore superior ao da própria dívida, o saldo líquido dessa dívida, para computo da Dívida Bruta, será considerado zero; "Caixa" saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, deduzido de quaisquer saldos em caixa ou aplicações financeiras que estejam onerados ou segregados em favor de terceiros ("Caixa Onerado"); "Dívida Líquida" Dívida Bruta deduzido do Caixa; "Despesa Financeira Líquida" (i) o somatório das despesas de juros, dividendos preferenciais, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, a IOF, descontado de (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras, variação cambial oriunda de empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos, sendo certo que as receitas de aplicações financeiras vinculadas ao Caixa Onerado não serão consideradas neste item (ii); e "Patrimônio Líquido" o patrimônio líquido contábil, deduzido do valor contábil dos ativos intangíveis.

Debêntures da terceira emissão

A escritura de emissão das debêntures de nossa terceira emissão, conforme aditada, contém os seguintes índices financeiros (*covenants*) que devemos observar:

I. A razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses:

   a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50; e
   b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, não poderá ser superior a 3,25.

   Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,37.

II. A razão entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a Despesa Financeira Líquida no mesmo período:

   a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser inferior a 1,75; e
   b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, não poderá ser inferior a 1,90.

   Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 1,87.

III. a razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido:

   a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013, não poderá ser superior a 3,25.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,38.

IV. A partir do exercício social de 2011 (inclusive), a razão entre a Dívida Líquida e o Valor Contábil do total de veículos de nossa propriedade e de propriedade de nossas sociedades consolidadas mais o total de veículos objeto de arrendamento/leasing à nossa Companhia e às nossas sociedades consolidadas (incluindo os veículos alienados em garantia das debêntures), para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013, não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento), observado que, não obstante o quanto disposto acima, enquanto a classificação de risco (*rating*) das Debêntures feita pela agência de *rating* for no mínimo AA-, não estaremos obrigados a manter o Índice Financeiro aqui previsto.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 74%.

Debêntures da quarta emissão

A escritura de emissão das debêntures de nossa quarta emissão contém os seguintes índices financeiros (*covenants*) que devemos observar:

I. A razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50; e
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, não poderá ser superior a 3,25.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,37.

II. A razão entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a Despesa Financeira Líquida no mesmo período:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser inferior a 1,75; e
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, não poderá ser inferior a 1,90.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 1,87.

III. a razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50;
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013, não poderá ser superior a 3,25.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,38.

IV. A partir do exercício social de 2011 (inclusive), a razão entre a Dívida Líquida e o Valor Contábil do total de veículos de nossa propriedade e de propriedade de nossas sociedades consolidadas mais o total de veículos objeto de arrendamento/leasing à nossa Companhia e às nossas sociedades consolidadas (incluindo os veículos alienados em garantia das debêntures), para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013, não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento), observado que, não obstante o quanto disposto acima, enquanto a classificação de risco (*rating*) das Debêntures feita

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

pela agência de *rating* for no mínimo AA-, não estaremos obrigados a manter o Índice Financeiro aqui previsto.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 74%.

Debêntures da quinta emissão

A escritura de emissão das debêntures de nossa quinta emissão contém os seguintes índices financeiros (*covenants*) que devemos observar:

I. A razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50;
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, não poderá ser superior a 3,25; e
c. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não poderá ser superior a 3,00, observado que, com relação ao período após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não obstante o disposto neste item (c), enquanto o *Rating* das Debêntures feito pela Agência de *Rating* for no mínimo brAA- ou braa-, a Companhia não estará obrigada a observar a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses aqui estabelecida.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,37.

II. A razão entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a Despesa Financeira Líquida no mesmo período:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser inferior a 1,75;
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, não poderá ser inferior a 1,90; e
c. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não poderá ser inferior a 3,00, observado que, com relação ao período após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não obstante o disposto neste item (c), enquanto o *Rating* das Debêntures feito pela Agência de *Rating* for no mínimo brA+ ou bra+, a Companhia não estará obrigada a observar a razão entre o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses e a Despesa Financeira Líquida no mesmo período aqui estabelecida.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 1,87.

III. a razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50;
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013, não poderá ser superior a 3,25; e
c. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não poderá ser superior a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,38.

IV. A razão entre a Dívida Líquida e o Valor Contábil do total de veículos de nossa propriedade e de propriedade de nossas sociedades consolidadas mais o total de veículos objeto de arrendamento/leasing à nossa Companhia e às nossas sociedades consolidadas (incluindo os veículos alienados em garantia das debêntures), para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013, não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento),

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

observado que, não obstante o quanto disposto acima, enquanto a classificação de risco (*rating*) das Debêntures feita pela agência de *rating* for no mínimo brAA- ou braa-, não estaremos obrigados a manter o Índice Financeiro aqui previsto.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 74%.

V. a razão entre a Dívida Bruta e o Valor Contábil do total de veículos de propriedade da Emissora e das sociedades consolidadas mais o total de veículos objeto de arrendamento/leasing à nossa Companhia e às nossas sociedades consolidadas (incluindo os veículos alienados em garantia das debêntures) para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014, não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento), observado que, não obstante o quanto disposto acima, enquanto o *Rating* das Debêntures feito pela Agência de *Rating* for no mínimo brAA- ou braa-, a Companhia não estará obrigada a manter o Índice Financeiro aqui previsto.

Cálculo de índices financeiros (*covenants*) aplicáveis ao *Senior Term Loan Facility* celebrado entre nós e o Bank of America N.A.

O *Senior Term Loan Facility* celebrado entre nós e o Bank of America N.A., conforme aditado em 11 de julho de 2011 e em 22 de dezembro de 2011, contém cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos, conforme descritos abaixo:

I. A razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50; e
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, até o trimestre encerrado em 30 de junho de 2014 (inclusive), não poderá ser superior a 3,25.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,37.

II. A razão entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a Despesa Financeira Líquida no mesmo período:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), não poderá ser inferior a 1,75; e
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, até o trimestre encerrado em 30 de junho de 2014 (inclusive), não poderá ser inferior a 1,90.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 1,87.

III. a razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido:

a. para cada trimestre até o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50; e
b. para cada trimestre após o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013, até o trimestre encerrado em 30 de junho de 2014 (inclusive), não poderá ser superior a 3,25.

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 3,38.

IV. A razão entre a Dívida Líquida e o Valor Contábil do total de veículos de nossa propriedade e de propriedade de nossas sociedades consolidadas mais o total de veículos objeto de arrendamento/leasing à nossa Companhia e às nossas sociedades consolidadas (incluindo os veículos alienados em garantia

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

das debêntures), para cada trimestre até o trimestre encerrado em 30 de junho de 2014, não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento).

Em 31 de dezembro de 2011 este índice correspondia a 74%.

Para os fins dos cálculos dos índices dispostos no *Senior Term Loan Facility* com o Bank of America N.A., considera-se "EBITDA dos últimos 12 (doze) meses" o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos quatro últimos trimestres encerrando-se na data de verificação; "EBITDA" o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias (não deverão ser consideradas, para fins de apuração do lucro/prejuízo, as despesas meramente contábeis, sem efeito no caixa, relativas aos nossos planos de opção de compra de ações), (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) do resultado não operacional ocorrido no mesmo período; "Dívida Bruta" o somatório das dívidas consolidadas junto a fundos de investimento, pessoas físicas e jurídicas, inclusive dívidas contraídas nos mercados financeiro e de capitais locais e internacionais, derivativos, empréstimos e financiamentos, emissão de títulos e valores mobiliários, além de avais, fianças e outras garantias reais e fidejussórias prestadas, bem como valores a pagar aos nossos acionistas, incluindo valores referentes a ações preferenciais resgatáveis e valores a pagar, líquido do saldo a receber, decorrentes de contratos de hedge ou outros derivativos, e dívidas junto a autoridades governamentais que excedam R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) ("Dívidas Tributárias"), sendo certo que para fins de cálculo das Dívidas Tributárias será considerada apenas a eventual diferença entre o somatório das Dívidas Tributárias e R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), e, sendo certo, ainda, que sem prejuízo do disposto neste item e de outras disposições da escritura, caso quaisquer das dívidas referidas nesta definição, tenham como garantia, no todo ou em parte, recursos aplicados (a) em fundos de investimento de renda fixa; (b) em certificados de depósito bancário, com liquidez diária; somente serão considerados como Dívida Bruta os respectivos saldos líquidos, isto é, os valores de cada respectiva dívida que não estejam garantidos por cessão fiduciária de aplicações, conforme os termos mencionados acima. "Caixa" saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, deduzido de quaisquer saldos em caixa ou aplicações financeiras que estejam onerados ou segregados em favor de terceiros ("Caixa Onerado"); "Dívida Líquida" Dívida Bruta deduzido do Caixa; "Despesa Financeira Líquida" (i) o somatório das despesas de juros, dividendos preferenciais, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, a IOF, descontado de (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras, variação cambial oriunda de empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos, sendo certo que as receitas de aplicações financeiras vinculadas ao Caixa Onerado não serão consideradas neste item (ii); e "Patrimônio Líquido" o patrimônio líquido contábil, deduzido do valor contábil dos ativos intangíveis.

Desde a data em que passamos a nos submeter a estes índices financeiros, todos eles foram atingidos. Para maiores informações sobre o EBITDA e a Dívida líquida, vide itens 3.2 e 3.7 deste Formulário de Referência.

Outras Restrições e Limitações impostas pelos Contratos Financeiros de que somos partes

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- limitações a nossa capacidade de contrair dívidas financeiras;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- limitações à nossa capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de nossos ativos;
- limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- manutenção de índices financeiros mínimos; e
- limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, nossa habilidade de pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio poderá ser restringida pela possibilidade de vencimento antecipado de nossas dívidas, nos termos das escrituras de emissão das debêntures de nossa emissão. Tais escrituras prevêem o vencimento antecipado da dívida em caso de declaração e/ou pagamento de dividendos (inclusive dividendos sobre ações preferenciais e dividendo mínimo obrigatório), juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos nossos acionistas, caso, considerando-se estes pagamentos como realizados na data da verificação dos índices financeiros descritos acima, os índices financeiros fossem extrapolados em razão destes pagamentos. É também causa de vencimento antecipado da dívida a declaração e/ou pagamento de dividendos (inclusive dividendos sobre ações preferenciais e dividendo mínimo obrigatório), juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos nossos acionistas enquanto esteja em curso um evento de vencimento antecipado, conforme definido nas escrituras, incluindo, por exemplo, a não observância dos índices financeiros descritos acima. Assim, o descumprimento destas restrições pode levar ao vencimento antecipado de tais obrigações financeiras, bem como de outros contratos financeiros que estipulem, como causa de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados por nós.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Possuímos como linhas de crédito disponíveis limites de contas garantidas que giram em torno de R$10,0 milhões a R$15,0 milhões, livre de quaisquer restrições legais/contratuais para uso. Embora tenhamos à nossa disposição limites de contas garantidas em determinados bancos com os quais mantemos operações, estes não são utilizados por se tratarem de modalidades de financiamento com taxas de juros não atrativas quando comparadas a outras fontes de recursos. Assim, caso a nossa administração opte por utilizar estes limites disponíveis, o custo de capital poderá se tornar oneroso. Adicionalmente, não temos intenções e planos de utilizar esses limites no futuro como fonte de recurso de capital de giro adicional para financiar nossas operações.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, as quais foram elaboradas com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As referidas demonstrações financeiras foram auditadas ou revisadas pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das principais contas de nossas demonstrações de resultados

Receita líquida operacional

Nossa receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de aluguel de frotas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel, em linha com o regime de competência, ou seja, as receitas, as despesas e custos associados à transação são reconhecidos simultaneamente. Nossos negócios incluem a locação de veículos e serviços relacionados. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita são realizadas sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente.

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de veículos possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma dedução de venda conforme as vendas são reconhecidas.

Custos de locação e vendas de veículos

Nossos custos de locação e vendas de veículos são compostos de (i) custo de venda de veículos, que corresponde aos veículos transferidos para a rubrica de carros em desativação para renovação da frota (ativo disponível para venda), que são mensurados pelo menor valor entre o custo (valor contábil dos veículos) e o valor realizável líquido (preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas); (ii) depreciação; (iii) manutenção de veículos; e (iv) outros custos rateados, incluindo salários e encargos, materiais, energia e serviços de terceiros.

Outras (despesas) receitas operacionais

As outras (despesas) receitas operacionais são compostas principalmente por (i) despesas com vendas, compostas principalmente pela provisão para créditos de liquidação duvidosa e custos de seminovos vendidos (ii) despesas administrativas e gerais, compostas por despesas com pessoal, publicidade e propaganda e treinamento e recrutamento; além de (iii) outras receitas operacionais líquidas, compostas por receitas relativas a ressarcimento por clientes e receita sobre venda de ativos líquidos de despesas incorridas com serviços de auditoria, consultoria, manutenção de equipamentos, aluguéis e viagens.

(Despesas) receitas financeiras líquidas

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros sobre fundos investidos e a reversão de juros sobre ações resgatáveis em 2010. A receita de juros é reconhecida no resultado, utilizando o método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado utilizando o método de juros efetivos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados no encerramento de cada exercício social e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2011		2010		Variação 2010 x 2011
	(em R$ mil)	(%)[1]	(em R$ mil)	(%)[1]	(%)
Receita líquida operacional	390.682	**100,0**	309.185	**100,0**	**26,4**
Custos de locação e venda de veículos	(231.699)	**(59,3)**	(217.680)	**(70,4)**	**6,4**
Lucro bruto	**158.983**	**40,7**	**91.505**	**29,6**	**73,7**
Outras (despesas) receitas operacionais					
Vendas	(7.032)	(1,8)	(8.265)	(2,7)	(14,9)
Administrativas e gerais	(39.780)	(10,2)	(20.324)	(6,6)	95,7
Outras receitas operacionais	1.512	0,4	80	-	1.790,0
Total	**(45.300)**	**(11,6)**	**(28.509)**	**(9,3)**	**58,9**
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos	**113.683**	**29,1**	**62.996**	**20,4**	**80,5**
(Despesas) receitas financeiras					
Despesas financeiras	(94.447)	(24,2)	(76.109)	(24,6)	24,1
Receitas financeiras	11.250	2,9	31.172	10,1	(63,9)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	**(83.197)**	**(21,3)**	**(44.937)**	**(14,5)**	**85,1**
Resultado antes dos impostos	**30.486**	**7,8**	**18.059**	**5,8**	**68,8**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(573)	(0,1)	(385)	(0,1)	48,8
Diferido	(7.337)	(1,9)	(6.121)	(2,0)	19,9
	22.576	**5,8**	**11.553**	**3,7**	**95,4**
Resultado do período					

[1] Em relação à receita líquida operacional.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados consolidadas para os exercícios encerrados em 31de dezembro de 2011 e 2010.

Receita líquida operacional

Nossa receita líquida operacional aumentou 26,4%, ou R$81,5 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizou R$390,7 milhões, comparado a R$309,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu principalmente (i) do aumento de 39,2%, ou R$85,0 milhões em nossas receitas com atividades de locação de veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizou R$301,6 milhões, comparado a R$216,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, em razão do aumento de 17,4% da quantidade de veículos alugados, bem como o aumento de 3,2% na tarifa média de aluguel de frotas; e (ii) do aumento de 5,1% ou R$5,7 milhões na venda de veículos seminovos, com a venda de 5.489 veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em razão de aumento correspondente no preço médio de venda dos veículos; parcialmente compensado por um aumento de 46,6%, ou R$9,2 milhões nas deduções de vendas, em razão da incidência de PIS e COFINS sobre as receitas auferidas na locação de veículos, em linha com o crescimento de nossas atividades no período, tendo em vista que a alíquota dos tributos se manteve estável no período. A abertura da receita líquida operacional no período é demonstrada no quadro abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2011	**2010**
	(em R$ mil)	
Locação de veículos	301.553	216.557
Venda de veículos	118.157	112.426
Deduções de vendas	(29.028)	(19.798)
Receita líquida operacional	390.682	309.185

Custos de locação e venda de veículos

Nossos custos de locação e venda de veículos apresentaram um aumento de 6,4%, ou R$14,0 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro 2011, totalizando R$231,7 milhões, comparados a R$217,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O aumento de nossos custos de locação e venda de veículos se deu, principalmente, em função do aumento de 22,2%, ou R$10,9 milhões, em nossos custos de manutenção, explicado pelos seguintes fatores: (i) aumento dos gastos com combustível, em razão da celebração, a partir do segundo semestre de 2010, de contratos de locação de frota que previam o abastecimento da frota alugada; (ii) aumento dos gastos com lubrificantes, tendo em vista que grande parte dos veículos adquiridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 passou por manutenção periódica preventiva no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; e (iii) aumento dos gastos com peças e acessórios decorrentes da manutenção que antecedeu a venda de 5.489 veículos seminovos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 (foram vendidos 5.473 veículos seminovos no mesmo período de 2010). Como percentual de nossa receita líquida operacional, nossos custos de locação e venda de veículos corresponderam a 59,3% de nossa receita líquida operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparados a 70,4% de nossa receita líquida operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que influenciou o aumento de nosso lucro bruto. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nossos custos representaram um percentual menor sobre nossa receita líquida operacional se comparados ao mesmo período de 2010, como consequência de programas implementados por nós para redução de custos e pela menor depreciação (em razão da renovação de nossa frota e consequente redução de sua idade média), resultando, dessa forma, na melhora de nossa rentabilidade bruta. Adicionalmente, nossos custos já se encontram deduzidos dos valores de R$22,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 (R$17,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010) lançados contabilmente a título de recuperação de créditos de PIS e Cofins, associados aos custos e apurados à alíquota nominal consolidada desses tributos de 9,25%. A tabela abaixo indica a composição de nossos custos de locação e venda de veículos para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2011	**2010**
	(em R$ mil)	
Custos de manutenção	(59.978)	(49.067)
Custos com depreciação	(40.356)	(44.862)
Custo com pessoal	(12.691)	(10.544)
Custo dos veículos vendidos	(118.674)	(113.207)
Total	(231.699)	(217.680)

Outras (despesas) receitas operacionais

Nossas outras (despesas) receitas operacionais apresentaram um aumento de 58,9%, ou R$16,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, totalizando R$45,3 milhões, ou 11,6% de nossa receita líquida operacional no período, comparados a R$28,5 milhões, ou 9,2% de nossa receita líquida operacional, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu, principalmente, do incremento em nossa estrutura administrativa, o que acarretou maiores gastos com pessoal, encargos sociais, benefícios e despesas administrativas e gerais, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas administrativas e gerais	2011	2010
	(em R$ mil)	
Despesas com pessoal	(20.341)	(13.807)
Participação nos lucros	(2.427)	
Despesas gerais	(15.527)	(5.339)
Depreciação[1]	(816)	(983)
Despesas Tributárias[2]	(669)	(195)
Total	(39.780)	(20.324)

[1] Refere-se à depreciação de móveis e utensílios que não estão diretamente vinculados à nossa atividade produtiva.
[2] Inclui taxas administrativas e tributos incidentes sobre imóveis ocupados por nós,bem como contribuições sindicais.

O aumento de 95,7% nas despesas administrativas e gerais, que totalizavam R$39,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparados a R$20,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, foi causado, principalmente, (i) pelo aumento de despesas gerais de R$10,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, decorrente de despesas com serviços profissionais contratados de terceiros e outras despesas tais como (a) publicidade e propaganda, que totalizaram R$0,4 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; (b) por um aumento dos gastos com treinamento e recrutamento, que totalizaram R$1,4 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$0,7 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; (c) por um aumento dos gastos com aluguéis e condomínios, que totalizaram R$0,8 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$0,5 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; (d) por um aumento dos gastos com serviços de terceiros, que totalizaram R$5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$3,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; e (e) por um aumento dos gastos com outras despesas administrativas, que totalizaram R$1,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$0,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e (ii) pelo aumento de despesas com pessoal de R$6,5 milhões, decorrente de (a) aumento dos gastos com salários e ordenados, que totalizaram R$9,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$6,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; (b) pelo reconhecimento da participação nos lucros de todos os nossos colaboradores, que totalizaram R$2,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; e (c) por um aumento nos encargos sociais sobre folha de pagamento, que totalizaram R$4,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Nossas despesas com vendas reduziram em R$1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizaram R$7,0 milhões, comparado a R$8,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, principalmente em razão da redução das despesas com uniformes da equipe de vendas (não houve aquisição de uniformes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011) e despesas com cartórios.

Adicionalmente, ocorreu um aumento de R$1,4 milhão em outras receitas operacionais, que corresponderam a R$1,5 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, principalmente em razão (i) do aumento de R$0,8 milhão em valores ressarcidos de clientes, que correspondem a acordos comerciais com clientes; e (ii) de uma receita de R$0,7 milhão correspondente à venda de sucata de veículos.

(Despesas) receitas financeiras líquidas

Nossas despesas financeiras líquidas sofreram um aumento de 85,1%, ou R$38,3 milhões, passando de R$44,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R$83,2 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2011	2010
Receitas financeiras	*(em R$ mil)*	
Juros de clientes	536	663

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Juros aplicações financeiras	9.057	2.034
Descontos	600	1.156
Retorno de financiamento	417	566
Reversão de juros ações resgatáveis		26.453
Outras receitas financeiras	640	300
Total das receitas financeiras	11.250	31.172
Despesas financeiras		
Juros passivos	(271)	(371)
Descontos concedidos	(327)	(249)
Despesas bancárias	(3.107)	(1.192)
Juros sobre financiamentos	(87.975)	(57.418)
Juros sobre ações resgatáveis	-	(13.553)
Atualização de impostos parcelados[1]	(1.613)	(1.741)
Imposto sobre operações financeiras	(1.110)	(1.295)
Outras despesas financeiras	(44)	(290)
Total das despesas financeiras	(94.447)	(76.109)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	(83.197)	(44.937)

[1] As despesas com atualização de impostos parcelados correspondem ao nosso parcelamento de tributos federais (Refis), programa ao qual aderimos em 30 de setembro de 2009, conforme a Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009.

Nossas receitas financeiras apresentaram uma redução de R$19,9 milhões, ou 63,9%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizaram R$11,3 milhões, comparado a R$31,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorreu, principalmente, da reversão dos juros sobre ações resgatáveis de R$26,5 milhões, que foram reclassificados do passivo circulante para capital social em 30 de dezembro de 2010.

Nossas despesas financeiras apresentaram aumento de R$18,3 milhões, ou 24,1%, totalizando R$94,4 milhões no exercício social de 2011, comparados a R$76,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento foi causado, principalmente, por (i) um aumento de R$30,6 milhões ocorrido nos juros sobre financiamentos devidos, relacionados a um aumento em nossos empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizaram R$614,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$477,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, relacionado, principalmente, às nossas emissões de debêntures realizadas em 2011, totalizando R$95,7 milhões, remuneradas a taxas vinculadas à variação do CDI; (ii) um aumento de R$1,9 milhão em nossas despesas bancárias, em razão do aumento em nossas captações de recursos que, consequentemente, implicou aumento das despesas bancárias relacionadas. O aumento observado foi parcialmente compensado com a reversão dos juros com ações resgatáveis que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 totalizou R$13,6 milhões, em decorrência da celebração, em 30 de dezembro de 2010, de um aditamento ao nosso acordo de acionistas por meio do qual foram alterados os termos e condições relativas à possibilidade de resgate das ações preferenciais de nossa emissão e, consequentemente, tais ações foram reclassificadas como capital social ao final do exercício, com a reversão dos juros incidentes sobre tais ações em nosso favor.

Imposto de renda e contribuição social

Os montantes devidos a título de imposto de renda e contribuição social podem ser demonstrados como segue:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2011	**2010**
	(em R$ mil)	
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos	30.486	18.059
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(10.365)	(6.140)
Juros sobre capital próprio	2.817	
Outros líquidos	(361)	(366)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(7.910)	(6.506)
Alíquota efetiva	25,9%	36,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O aumento das despesas com imposto de renda e contribuição social se deveu a apresentação de maior lucro tributável no exercício social de 2011, decorrente do incremento nas operações. A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social correspondeu a 25,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que se deveu, principalmente, ao aproveitamento de crédito fiscal decorrente da despesa com juros sobre o capital próprio declarados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, no montante de R$2,8 milhões.

Resultado do exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso resultado do exercício totalizou um lucro de R$22,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$11,6 milhões no exercício social de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2010		2009		Variação 2009 x 2010
	(em R$ mil)	(%)[1]	(em R$ mil)	(%)[1]	(%)
Receita líquida operacional	309.185	100,0	212.066	100,0	45,8
Custos de locação e venda de veículos	(217.680)	(70,4)	(149.615)	(70,6)	45,5
Lucro bruto	**91.505**	**29,6**	**62.451**	**29,4**	**46,5**
Outras (despesas) receitas operacionais					
Vendas	(8.265)	(2,7)	(6.792)	(3,2)	21,7
Administrativas e gerais	(20.324)	(6,6)	(17.779)	(8,4)	14,3
Outras receitas operacionais	80	0,0	4.909	2,3	(98,4)
Total	(28.509)	(9,2)	(19.662)	(9,3)	45,0
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**62.996**	**20,4**	**42.789**	**20,2**	**47,2**
(Despesas) receitas financeiras					
Despesas financeiras	(76.109)	(24,6)	(56.637)	(26,7)	34,4
Receitas financeiras	31.172	10,1	1.403	0,7	2.121,8
(Despesas) receitas financeiras líquidas	**(44.937)**	**(14,5)**	**(55.234)**	**(26,0)**	**(18,6)**
Resultado antes dos impostos	**18.059**	**5,8**	**(12.445)**	**(5,9)**	**n/a**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(385)	(0,1)	(374)	(0,2)	2,9
Diferido	(6.121)	(2,0)	4.357	2,1	n/a
Resultado do exercício	**11.553**	**3,7**	**(8.462)**	**(4,0)**	**n/a**

[1] Em relação à receita líquida operacional.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Receita líquida operacional

Nossa receita líquida operacional aumentou 45,8%, ou R$97,1 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando totalizou R$309,2 milhões, comparado a R$212,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu principalmente (i) do aumento de 33,1%, ou R$53,8 milhões em nossas receitas com atividades de locação de veículos no exercício de 2010, em razão do aumento de 51,1% na quantidade de veículos alugados e na celebração de novos contratos de locação de frotas; e (ii) do aumento de 74,3%, ou R$47,9 milhões, nas receitas com vendas de veículos usados desmobilizados (vendemos 5.473 veículos seminovos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado a 2.828 veículos seminovos vendidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009), em razão da redução dos efeitos da redução temporária do imposto sobre produtos industrializados para veículos novos, que desfavoreceu a venda de veículos seminovos em 2009. A tabela abaixo contém informações sobre a composição de nossa receita líquida operacional para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2010	2009
	(em R$ mil)	
Locação de veículos	216.557	162.757
Venda de veículos	112.426	64.501
Deduções de vendas	(19.798)	(15.192)
Receita líquida operacional	**309.185**	**212.066**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custos de locação e venda de veículos

Nossos custos de locação e venda de veículos apresentaram um aumento de 45,5%, ou R$68,1 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, totalizando R$217,7 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparados a R$149,6 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. A variação se deu, principalmente, em razão (i) do aumento de 63,3% ou R$43,9 milhões em nossos custos dos veículos vendidos, em razão do aumento do número de veículos seminovos vendidos em 2010 (5.473 veículos, comparado a 2.828 veículos vendidos em 2009); e (ii) do aumento de 18,0% ou R$7,5 milhões em nossos custos de manutenção, em decorrência do aumento de nossa frota operacional (no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram adquiridos 11 mil veículos para a renovação e expansão de nossa frota); (iii) do aumento de R$13,7 milhões na depreciação dos veículos, também como resultado da expansão de nossa frota. Como percentual de nossa receita líquida operacional, nossos custos de locação e venda de veículos corresponderam a 70,4% de nossa receita líquida operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparados a 70,6% de nossa receita líquida operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, ainda que tenhamos apresentado crescimento em nossa frota e receita, nossos custos se mantiveram com o mesmo percentual de representatividade sobre nossa receita líquida operacional se comparados ao mesmo período de 2010, devido aos programas implementados visando a redução de nossos custos e que resultaram, dentre outros benefícios, em um aumento da rentabilidade de nossos contratos de locação, melhorando nossa rentabilidade bruta. Adicionalmente, nossos custos já se encontram deduzidos dos valores de R$17,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 (R$14,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009) lançados contabilmente a título de recuperação de créditos de PIS e Cofins, associados aos custos e apurados à alíquota nominal consolidada desses tributos de 9,25%. A tabela abaixo indica a composição de nossos custos de locação e venda de veículos para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2010	**2009**
	(em R$ mil)	
Custos de manutenção	(49.067)	(41.581)
Custos com depreciação	(44.862)	(31.186)
Custo com pessoal	(10.544)	(7.513)
Custo dos veículos vendidos	(113.207)	(69.335)
Total	**(217.680)**	**(149.615)**

Outras (despesas) receitas operacionais

Nossas outras despesas operacionais apresentaram um aumento de 45,0%, ou R$8,8 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo a R$28,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, ou 9,2% de nossa receita líquida operacional no período, comparado a R$19,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, ou 9,3% de nossa receita líquida operacional no período.

Esse aumento decorreu principalmente de um aumento nas despesas com vendas, de R$1,5 milhões, ou 21,7%, em razão do aumento de 93,5% no volume de veículos seminovos vendidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 (5.473 veículos, comparado a 2.828 veículos vendidos em 2009). No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas despesas representaram um percentual menor sobre nossas receitas se comparados ao mesmo período de 2009, em razão dos programas implementados para redução de gastos e ao aumento de 45,8% de nossas vendas no período.

O aumento de R$2,5 milhões em nossas despesas administrativas e gerais também contribuiu para o aumento de nossas outras despesas operacionais. Esse aumento em nossas despesas administrativas e gerais decorreu, principalmente, do incremento em nossa estrutura administrativa, o que acarretou elevação das despesas, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Despesas administrativas e gerais	**2010**	**2009**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	(em R$ mil)	
Despesas com pessoal	(13.807)	(14.932)
Despesas gerais	(5.339)	(1.859)
Depreciação[1]	(983)	(561)
Tributárias[2]	(195)	(427)
Total	**(20.324)**	**(17.779)**

[1] Refere-se à depreciação de móveis e utensílios que não estão diretamente vinculados à nossa atividade produtiva.
[2] Inclui taxas administrativas e tributos incidentes sobre imóveis ocupados por nós,bem como contribuições sindicais.

O aumento de 14,3%, ou R$2,5 milhões, ocorrido nas despesas administrativas e gerais, que totalizaram R$20,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparados a R$17,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, se deveu principalmente ao aumento na rubrica despesas gerais de R$3,5 milhões. Adicionalmente, no período analisado, houve um incremento de R$2,2 milhões em serviços profissionais de pessoas jurídicas contratados, que alcançaram R$3,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 ante R$1,4 milhão no mesmo período de 2009.

Adicionalmente, nossas outras receitas operacionais apresentaram redução de R$4,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo que totalizavam R$4,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorreu de eventos extraordinários ocorridos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando reconhecemos um ganho de R$4,4 milhões, em razão de nossa adesão no programa de parcelamento de tributos estabelecido pela Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009 (Refis), gerando um ganho no resultado. Além disso, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, verificamos a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, sendo o principal desses indicadores a redução no preços de mercado na comercialização de veículos seminovos, motivado em parte pela redução do IPI para veículos novos em 2008 e 2009. Com base nesses indicadores, registramos uma provisão de R$3,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Em julho de 2010, efetuamos novamente o teste de redução no valor recuperável e não foi identificada a necessidade de aumento na provisão já efetuada em anos anteriores.

(Despesas) receitas financeiras

Nossas (despesas) receitas financeiras líquidas diminuíram 18,6%, ou R$10,3 milhões, de R$55,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R$44,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2010	**2009**
Receitas financeiras	*(em R$ mil)*	
Juros de clientes	663	583
Juros aplicações financeiras	2.034	32
Descontos	1.156	536
Reversão de juros ações resgatáveis	26.453	-
Atualização monetária de mútuo	254	252
Retorno de financiamento	566	-
Outras receitas financeiras	46	-
Total das receitas financeiras	**31.172**	**1.403**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(371)	(1.395)
Descontos concedidos	(249)	-
Despesas bancárias	(1.192)	(1.422)
Juros sobre financiamentos	(57.418)	(45.184)
Juros ações resgatáveis	(13.553)	(8.592)
Despesa de atualização monetária de mútuo	(254)	-
Atualização de impostos parcelados[1]	(1.741)	-
Imposto sobre operações financeiras	(1.295)	-
Outras despesas financeiras	(36)	(44)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total das despesas financeiras	**(76.109)**	**(56.637)**
(Despesas) receitas financeiras líquidas	**(44.937)**	**(55.234)**

[1] As despesas com atualização de impostos parcelados correspondem ao nosso parcelamento de tributos federais (Refis), programa ao qual aderimos em 30 de setembro de 2009, conforme a Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009.

Nossas receitas financeiras apresentaram um aumento de R$29,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando totalizaram R$31,2 milhões, comparado a R$1,4 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu, principalmente, da reversão de juros incidentes sobre ações resgatáveis, no montante de R$26,5 milhões, em decorrência da celebração, em 30 de dezembro de 2010, de um aditamento ao nosso acordo de acionistas por meio do qual foram alterados os termos e condições relativas à possibilidade de resgate das ações preferenciais de nossa emissão e, consequentemente, tais ações foram reclassificadas como capital social ao final do exercício, com a reversão dos juros incidentes sobre tais ações em nosso favor. Em 2008 e 2009, existia uma opção de resgate de nossas ações preferenciais que caracteriza uma obrigação contratual de entregar caixa aos detentores das ações preferenciais de nossa emissão, com valores e datas específicas para o resgate. Essa característica distinguia as ações preferenciais de nossa emissão das ações ordinárias de nossa emissão, e assim, nossas ações preferenciais foram classificadas como passivo financeiro e não como instrumento patrimonial em 31 de dezembro de 2009. Em 30 de dezembro de 2010, foi assinado um aditivo ao acordo de acionistas que excluiu a cláusula de resgate e equiparou nossas ações preferenciais às nossas ações ordinárias. Em função disso, as ações preferenciais passaram a ser tratadas contabilmente como instrumento patrimonial, sendo consideradas como aumento de capital no exercício de 2010. Adicionalmente, houve um aumento de R$2,0 milhões nas receitas de juros com aplicações financeiras, em razão de maior sobra de caixa em razão do aumento de receitas e novas captações e sobra de recursos captados.

Nossas despesas financeiras apresentaram aumento de R$19,5 milhões, ou 34,4%, totalizando R$76,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparados a R$56,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento foi causado, principalmente, por (i) um aumento de 27,1%, ou R$12,2 milhões, nas despesas com juros de financiamentos, em razão do aumento em nossos empréstimos, financiamentos e debêntures, que partiu de R$266,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 e atingiu R$477,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um acréscimo líquido de 79,1% de novos empréstimos, financiamentos e debêntures, em razão da conclusão de nossas duas primeiras emissões de debêntures no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, no montante total de R$225,0 milhões; (ii) um aumento de 57,7%, ou R$5,0 milhões, na rubrica de juros sobre ações resgatáveis, que se deu em razão do provisionamento contábil de juros sobre a dívida com os acionistas que detinham ações resgatáveis até 30 de dezembro de 2010, (iii) um aumento de R$1,7 milhão nas despesas com atualização de impostos parcelados, em razão de nossa adesão ao Refis em 2009, por meio do qual os saldos devedores foram atualizados conforme a variação da taxa SELIC, (iv) um aumento de R$1,3 milhão nas despesas com IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre as captações de recursos ocorridas no período, principalmente as nossas duas primeiras emissões de debêntures no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, no montante total de R$225,0 milhões, tendo em vista que, dado ao critério de apropriação dessas despesas aos resultados observando-se o regime de competência por duodécimos mensais, a despesa de IOF foi reconhecida no período de julho a dezembro de 2010, não havendo reconhecimento de IOF no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Imposto de renda e contribuição social

O montante devido a título de imposto de renda e contribuição social passou de uma receita de R$4,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma despesa de R$6,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme demonstrado a seguir:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2010	**2009**
	(em R$ mil, exceto percentuais)	
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos	18.059	(12.445)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(6.140)	4.231
Adições / exclusões permanentes / outros	(366)	(248)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(6.506)	3.983
Alíquota efetiva	36%	32%

O aumento das despesas com imposto de renda e contribuição social se deveu a apresentação de lucro tributável no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, decorrente do aumento em nossas operações, frente ao prejuízo apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Resultado do exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso resultado do exercício totalizou um lucro de R$11,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado a um prejuízo de R$8,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre nossa situação patrimonial e financeira

	Em 31 de dezembro de 2011		Em 31 de dezembro de 2010		Variação 2010 x 2011
	R$ mil	(%)[1]	R$ mil	(%)[1]	(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	79.442	8,5	83.772	11,6	(5,2)
Títulos e valores mobiliários	11.305	1,2	0	0,0	n/a
Contas a receber de clientes	66.867	7,2	41.102	5,7	62,7
Carros em desativação para renovação de frota	70.816	7,6	34.615	4,8	104,6
Impostos a recuperar	6.149	0,7	2.311	0,3	166,1
Despesas antecipadas	2.241	0,2	2.194	0,3	2,1
Outras contas a receber	3.466	0,4	742	0,1	367,1
Total do ativo circulante	**240.286**	**25,8**	**164.736**	**22,7**	**45,9**
Não circulante					
Depósitos judiciais	770	0,1	264	0,0	191,7
Ativos fiscais diferidos	34.635	3,7	24.419	3,4	41,8
Contas a receber de clientes	1.103	0,1	1.103	0,2	0
Partes relacionadas	288	0	275	0,0	4,7
Propriedades para investimento	1.785	0,2	900	0,1	98,3
Outras contas a receber	0	0	52	0,0	(100)
Imobilizado	647.460	69,6	531.494	73,3	21,8
Intangível	3.387	0,4	1.526	0,2	122
Total do ativo não circulante	**689.428**	**74,2**	**560.033**	**77,3**	**23,1**
Total do ativo	**929.714**	**100,0**	**724.769**	**100,0**	**28,3**

[1] Em relação ao total do ativo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Em 31 de dezembro de 2011		Em 31 de dezembro de 2010		Variação 2010 x 2011
	R$ mil	(%)[1]	R$ mil	(%)[1]	(%)
Passivo					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	196.675	21,2	178.965	24,7	9,9
Fornecedores	73.095	7,9	49.854	6,9	46,6
Salários, encargos e contribuições sociais	5.522	0,6	2.724	0,4	102,7
Obrigações tributárias	2.544	0,3	1.436	0,2	77,2
Partes relacionadas	0	0	20	0,0	(100)
Parcelamento de impostos	1.510	0,2	1.571	0,2	(3,9)
Outras contas a pagar	597	0	66	0,0	n/a
Total do passivo circulante	**279.943**	**30,1**	**234.636**	**32,4**	**19,3**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	417.931	45,0	298.208	41,1	40,1
Provisões	3.151	0,3	3.066	0,4	2,8
Passivos fiscais diferidos	51.742	5,6	34.190	4,7	51,3
Parcelamento de impostos	17.936	1,9	17.280	2,4	3,8
Outras contas a pagar	95	0	95	0,0	0
Total do passivo não circulante	**490.855**	**52,8**	**352.839**	**48,7**	**39,1**
Patrimônio líquido					
Capital social	133.309	14,3	126.307	17,4	5,5
Ações em tesouraria	(3.074)	(0,3)	(3.074)	(0,4)	0
Reserva de capital	4.833	0,5	4.505	0,6	7,3
Reservas de lucros	23.848	2,6	9.556	1,3	149,6
Total do patrimônio líquido	**158.916**	**17,1**	**137.294**	**18,9**	**15,7**
Total do passivo	**770.798**	**82,9**	**587.475**	**81,1**	**31,2**
Total do passivo e patrimônio líquido	**929.714**	**100,0**	**724.769**	**100,0**	**28,3**

[1] Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido.

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 comparado a 31 de dezembro de 2010.

Ativo

Ativo circulante

Nosso ativo circulante apresentou um aumento de 45,9% em 31 de dezembro de 2011 se comparado a 31 de dezembro de 2010, passando de R$164,7 milhões para R$240,3 milhões. As principais variações ocorridas no período seguem abaixo discriminadas pelas principais contas contábeis:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Nosso caixa e equivalentes de caixa não apresentou variações relevantes em 31 de dezembro de 2011 se comparado a 31 de dezembro de 2010, passando de R$83,8 milhões para R$79,4 milhões. A manutenção dos saldos em caixa e equivalentes de caixa é oriunda da entrada (i) de nossa 3ª emissão de debêntures, no montante de R$95,0 milhões, (ii) da contratação de financiamentos externos atrelados a variação do dólar americano, no valor total de R$40,0 milhões, para o qual contratamos uma operação de *swap* visando indexar a dívida correspondente com base na variação do CDI; e (iii) de captações normais para reforço de capital de giro, no montante de R$40,0 milhões. Deste ingresso total de R$175,0 milhões, R$11,3 milhões estão vinculados a títulos e valores mobiliários e o saldo, de R$163,7 milhões, foi destinado à manutenção de nossas atividades. Adicionalmente, colaboraram para o aumento dos saldos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa os recursos provenientes do aumento de nossas receitas em razão de nosso crescimento. Os principais eventos que resultaram em saídas contábeis nas contas de caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram (i) aquisições de veículos,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

com efeito de R$148,8 milhões; (ii) amortização de dívidas com fornecedores, com efeito de R$43,7 milhões, (iii) amortização de juros, com efeito de R$85,5milhões; (iv) aquisições de outros imobilizados e intangíveis, no montante de R$10,0 milhões; (v) aplicações em títulos e valores mobiliários, em R$11,3 milhões, e (vii) amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures com efeito contábil de R$217,7 milhões. Para maiores detalhes sobre a variação dos saldos de nosso caixa e equivalentes de caixa vide item 10.1(d) deste Formulário de Referência.

(b) Títulos e valores mobiliários

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de títulos e valores mobiliários corresponde a saldos aplicados no montante de R$11,3 milhões mantidos em garantia na operação de financiamento de capital de giro firmada com o Banco do Brasil S.A. em dezembro de 2011. Os títulos e valores mobiliários captados estão travados em garantia até que apresentemos uma carta de liberação de recebíveis e/ou imobilizado, e estão sendo remunerados a uma taxa correspondente a 100% da variação do CDI. Nossas aplicações financeiras são concentradas em bancos de primeira linha, classificados pelas principais agências de *rating*. Para maiores informações sobre este contrato de financiamento, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Contas a receber de clientes

Nossas contas a receber de clientes apresentaram um aumento de 62,7%, ou R$25,8 milhões, em 31 de dezembro de 2011, se comparado a 31 de dezembro de 2010. Esse aumento se deu pelo crescimento de 39,2% em nossas atividades de locação de frotas quando comparada com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, com o correspondente aumento de nossa frota, que passou de 21.913 veículos em 31 de dezembro de 2010 para 27.262 veículos em 31 de dezembro de 2011.

(d) Carros em desativação para renovação da frota

Os veículos disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2011 corresponderam a R$70,8 milhões, representando um acréscimo de 104,6% em relação ao montante de R$34,6 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação é justificada pelo aumento de nossos estoques de veículos disponíveis para venda e, consequentemente, um aumento no número de carros em desativação para renovação da frota, que corresponderam a 1.368 veículos em 31 de dezembro de 2011 e 1.344 veículos em 31 de dezembro de 2010.

(e) Demais ativos circulantes

Nossos demais ativos circulantes são compostos pelos saldos de (i) impostos a recuperar no montante de R$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, (ii) despesas antecipadas, que não apresentaram variação significativa e que corresponderam a R$2,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$2,2 milhões em 31 de dezembro de 2010; e (iii) e outras contas a receber, no montante de R$3,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$0,7 milhão em 31 de dezembro de 2010, variação causada principalmente pelo diferimento de prêmios pagos nas operações financeiras (*swap*) realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Para maiores detalhes sobre as operações de *swap* que contratamos, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante é representado principalmente por nosso ativo imobilizado e créditos de impostos diferidos, tendo apresentado um aumento de 23,1% em 31 de dezembro de 2011 quando comparado a 31 de dezembro de 2010, passando de R$560,0 milhões para R$689,4 milhões. As principais variações ocorridas no período seguem abaixo discriminadas pelas principais contas contábeis:

(a) Ativos fiscais diferidos

Nossos ativos fiscais diferidos apresentaram aumento de 41,8% em 31 de dezembro de 2011 quando comparado a 31 de dezembro de 2010, representando um incremento de R$10,2 milhões. Nossos impostos diferidos ativos são gerados, substancialmente, em função de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e, adicionalmente, por diferenças temporárias causadas pela constituição de provisões

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e de provisões para contingências. O aumento observado no período se deu em razão da geração de prejuízos fiscais decorrentes da contratação de arrendamentos mercantis para a compra de 6.718 veículos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, que resultou em aumento nas contraprestações de arrendamento mercantil, consideradas dedutíveis para fins fiscais.

(b) Ativo imobilizado

Nosso ativo imobilizado apresentou um aumento de 21,8% em 31 de dezembro de 2011 quando comparado a 31 de dezembro de 2010, passando de R$531,5 milhões para R$647,5 milhões. Esse aumento se deu principalmente em razão dos investimentos de R$312,6 milhões que realizamos na renovação e expansão de nossa frota no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, com a compra de 10.967 veículos, representando um aumento quantitativo de 24,4% no volume de veículos, que saltou de 21.913 em 31 de dezembro de 2010 para 27.262 veículos em 31 de dezembro de 2011, parcialmente compensado (i) pela depreciação incorrida no período, de R$41,4 milhões; e (ii) pela transferência de carros em desativação para renovação da frota, correspondente a R$157,7 milhões.

Ativo total

Como consequência das variações acima identificadas, o total de nosso ativo apresentou um aumento de 28,3%, passando de R$724,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$929,7 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Passivo

Passivo circulante

Nosso passivo circulante apresentou um aumento de 19,3%, ou R$45,3 milhões, totalizando R$279,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$234,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações ocorridas no período seguem abaixo discriminadas pelas principais contas contábeis:

(a) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentaram um aumento de 9,9%, passando de R$179,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$196,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, correspondente ao aumento do volume de juros devidos em razão ao aumento das captações de recursos realizadas no segundo semestre de 2010 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

(b) Fornecedores

Nossos passivos circulantes relativos a fornecedores apresentaram aumento de 46,6%, ou R$23,2 milhões, em 31 de dezembro de 2011, quando totalizaram R$73,1 milhões, comparado a R$49,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação se deveu, principalmente, pelo aumento de novos negócios, resultando em novos contratos firmados com montadoras de veículos para a aquisição de 10.967 veículos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

(c) Demais passivos circulantes

Nossos demais passivos circulantes são compostos pelos saldos de (i) salários, encargos e contribuições sociais, que totalizaram R$5,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 (R$2,7 milhões em 31 de dezembro de 2010), tendo sido o aumento decorrente de novas contratações, principalmente na área administrativa, com cargos normalmente mais altos se comparados à área operacional, e por encargos gerados por demissões ocorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; (ii) obrigações tributárias, no montante de R$2,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparadas a R$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2010; (iii) parcelamento de impostos, que corresponde a nossa adesão ao programa de parcelamento de tributos (Refis, da lei n. 11.941/09), apresentou uma redução no montante de R$0,1 milhão, em razão dos pagamentos das parcelas mínimas obrigatórias previstas em lei.

Passivo não circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nosso passivo não circulante apresentou um aumento de 39,1%, passando de R$352,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$490,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais variações ocorridas no período seguem abaixo discriminadas pelas principais contas contábeis:

(a) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentaram um aumento de 40,1%, passando de R$298,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$417,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. A variação está em linha com nossa estratégia atual de alongamento do perfil de nossa dívida e aumento de nosso caixa, principalmente por meio de contratação de operações de longo prazo. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, captamos recursos no montante total de R$175,0 milhões, por meio (i) de nossa 3ª emissão de debêntures, no montante de R$95,0 milhões, (ii) da contratação de financiamentos externos atrelados a variação do dólar americano, no valor total de R$40,0 milhões, para o qual contratamos uma operação de *swap* visando indexar a dívida correspondente com base na variação do CDI; e (iii) de captações normais para reforço de capital de giro, no montante de R$40,0 milhões.

(b) Provisões

Nosso saldo de provisões totalizou um montante de R$3,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, mantendo-se constante em relação a 31 de dezembro de 2010. Nossos principais passivos contingentes correspondem a causas trabalhistas em que somos rés e cujo prognóstico de perda é tido como provável.

(c) Passivos fiscais diferidos

Os passivos fiscais diferidos são gerados, substancialmente, em função de diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil tanto dos veículos próprios quanto dos adquiridos por meio de arrendamento mercantil. Nossos passivos fiscais diferidos tiveram um aumento de 51,3%, passando de R$34,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$51,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, em razão da aquisição de 3.344 veículos na modalidade *leasing* no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a 2.750 veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

(d) Parcelamento de impostos

A rubrica parcelamento de impostos apresentou um aumento de 3,8% no parcelamento de impostos, passando de R$17,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$17,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Protocolamos, em 30 de setembro de 2009, nossa adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 (Refis), parcelando nosso saldo de débitos tributários em 180 meses. O aumento se deu em razão da atualização do saldo devido nos termos da legislação.

(e) Demais passivos não circulantes

Nossos demais passivos não circulantes são compostos pelo saldo de outras contas a pagar, que corresponderam ao montante de R$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2011.

Total do passivo

Em razão dos motivos acima identificados, o total de nosso passivo apresentou um aumento de 31,2%, passando de R$587,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$770,8 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Patrimônio líquido

Nosso patrimônio líquido sofreu um aumento de 15,7%, totalizando R$158,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$137,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu principalmente do aumento em nosso capital social, no montante de R$7,0 milhões, decorrentes da capitalização do valor correspondente a juros sobre capital próprio (líquidos de imposto de renda retido na fonte) deliberados em 30 de junho de 2011, em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada em 21 de dezembro de 2010, foi aprovado plano de outorga de opção de compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para parte dos empregados e administradores da Companhia, de acordo com as regras e condições estabelecidas nos instrumentos contratuais de opção de compra de ações instituídos nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Reconhecemos contabilmente as despesas de serviços referentes aos direitos de outorgas existentes em 31 de dezembro de 2011, no montante de R$328 mil, em contrapartida de reserva de capital no patrimônio líquido.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Em 31 de dezembro de 2010		Em 31 de dezembro de 2009		Variação 2009 x 2010
	R$ mil	(%)[1]	R$ mil	(%)[1]	(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	83.772	11,6	22.644	4,8	270,0
Contas a receber de clientes	41.102	5,7	28.659	6,1	43,4
Carros em desativação para renovação de frota	34.615	4,8	21.748	4,6	59,2
Impostos a recuperar	2.311	0,3	117	0,0	1.875,2
Partes relacionadas	-	0,0	137	0,0	100
Despesas antecipadas	2.194	0,3	581	0,1	277,6
Outras contas a receber	742	0,1	338	0,1	119,5
Total do ativo circulante	**164.736**	**22,7**	**74.224**	**15,8**	**121,9**
Não circulante					
Depósitos judiciais	264	0,0	-	0,0	n/a
Ativos fiscais diferidos	24.419	3,4	27.679	5,9	(11,8)
Contas a receber de clientes	1.103	0,2	646	0,1	70,7
Partes relacionadas	275	0,0	6	0,0	4.483,3
Propriedades para investimento	900	0,1	-	0,0	n/a
Outras contas a receber	52	0,0	47	0,0	10,6
Imobilizado	531.494	73,3	365.396	77,9	45,5
Investimentos	-	0,0	-	0,0	0,0
Intangível	1.526	0,2	1.094	0,2	39,5
Total do ativo não circulante	**560.033**	**77,3**	**394.868**	**84,2**	**41,8**
Total do ativo	**724.769**	**100,0**	**469.092**	**100,0**	**54,5**

[1] Em relação ao total do ativo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Em 31 de dezembro de 2010		Em 31 de dezembro de 2009		Variação 2009 x 2010
	R$ mil	(%)[1]	R$ mil	(%)[1]	(%)
Passivo					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	178.965	24,7	173.594	37,0	3,1
Fornecedores	49.854	6,9	11.098	2,4	349,2
Salários, encargos e contribuições sociais	2.724	0,4	2.888	0,6	(5,7)
Obrigações tributárias	1.436	0,2	570	0,1	151,9
Partes relacionadas	20	0,0	142	0,0	(85,9)
Parcelamento de impostos	1.571	0,2	1.245	0,3	26,2
Outras contas a pagar	66	0,0	-	0,0	n/a
Total do passivo circulante	**234.636**	**32,4**	**189.537**	**40,4**	**23,8**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	298.208	41,1	92.932	19,8	220,9
Ações resgatáveis	-	0,0	122.905	26,2	(100)
Provisões	3.066	0,4	3.091	0,7	(0,8)
Passivos fiscais diferidos	34.190	4,7	28.850	6,2	18,5
Parcelamento de impostos	17.280	2,4	16.036	3,4	7,8
Outras contas a pagar	95	0,0	-	0,0	n/a
Total do passivo não circulante	**352.839**	**48,7**	**263.814**	**56,2**	**33,7**
Patrimônio líquido					
Capital social	126.307	17,4	20.812	4,4	506,9
Ações em tesouraria	(3.074)	(0,4)	(3.074)	(0,7)	0,0
Reserva de capital	4.505	0,6	-	0,0	n/a
Reservas de lucros	9.556	1,3	6.521	1,4	46,5
Prejuízos acumulados	-	0,0	(8.518)	(1,8)	(100)
Total do patrimônio líquido	**137.294**	**18,9**	**15.741**	**3,4**	**772,2**
Total do passivo	**587.475**	**81,1**	**453.351**	**96,6**	**29,6**
Total do passivo e patrimônio líquido	**724.769**	**100,0**	**469.092**	**100,0**	**54,5**

[1] Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Ativo

Ativo circulante

Nosso ativo circulante apresentou um aumento de 121,9% em 31 de dezembro de 2010 se comparado a 31 de dezembro de 2009, passando de R$74,2 milhões para R$164,7 milhões. As principais variações ocorridas no período seguem abaixo discriminadas pelas principais contas contábeis:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Nosso caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 270,0% em 31 de dezembro de 2010 se comparado a 31 de dezembro de 2009, passando de R$22,6 milhões para R$83,8 milhões. Esse aumento decorreu principalmente da maior entrada de recursos provenientes do aumento da receita com a frota, da base de clientes e também com as captações de recursos em debêntures efetuadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 no montante de R$225,0 milhões. O crescimento na receita líquida de locação e vendas de veículos em R$97,1 milhões, ou 45,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período de 2009 foi proporcionado pelo aumento da frota em 32,7% no período, o que colaborou para o reforço de nosso caixa, tendo em vista que apenas adquirimos os veículos após a assinatura de contratos de locação com nossos clientes. Os principais eventos que resultaram em saídas contábeis nas contas de caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram (i) aquisições de veículos, com efeito de R$193,2 milhões; (ii) amortização de dívidas com fornecedores, com efeito de R$7,9 milhões, (iii) amortização de juros, com efeito de R$52,9milhões; (iv) aquisições de outros imobilizados e intangíveis, no valor de R$4,3 milhões; e (v) amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures, com efeito contábil de R$276,5 milhões.

(b) Contas a receber de clientes

Nossas contas a receber de clientes apresentou um aumento de 43,4%, correspondendo a R$41,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$28,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento se deu (i) pelo crescimento de 33,1% em nossas atividades de locação de frotas, decorrentes da assinatura de novos contratos de locação de frotas com clientes; (ii) pelo aumento no volume de venda de veículos seminovos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando correspondeu a R$112,4 milhões, comparado a R$64,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, impulsionado pelo término da redução temporária do imposto sobre produtos industrializados aplicável a veículos novos ocorrido em 2009, o que havia desfavorecido a venda de veículos seminovos no período.

(c) Carros em desativação para renovação da frota

Nossos carros em desativação para renovação da frota apresentaram um aumento de 59,2%, cujo montante foi de R$34,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$21,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento se deu em razão dos investimentos realizados em renovação de nossa frota, que totalizaram R$294,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, com a aquisição de 11 mil veículos. O processo de renovação e expansão de nossa frota, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nos permitiu renovar 42,9% de nossa frota total no período.

(d) Demais ativos circulantes

Nossos demais ativos circulantes apresentaram um aumento de 347,3% em 31 de dezembro de 2010 se comparados a 31 de dezembro de 2009, passando de R$1,2 milhão para R$5,2 milhões. Nossos demais ativos circulantes são compostos pelos saldos de (i) impostos a recuperar, que totalizaram R$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2009; (ii) despesas antecipadas, no montante de R$2,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparadas a R$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2009, variação que se deveu a uma maior acumulação de despesas pagas antecipadamente, principalmente IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores) incidente sobre os veículos de nossa frota no início do exercício de 2011, pela disponibilidade de caixa; e (iii) outras contas a receber, no montante de R$0,7 milhão em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante apresentou um aumento de 41,8% em 31 de dezembro de 2010 se comparado a 31 de dezembro de 2009, passando de R$394,9 milhões para R$560,0 milhões. As principais variações ocorridas no período seguem abaixo discriminadas pelas principais contas contábeis:

(a) Ativos fiscais diferidos

Nossos ativos fiscais diferidos apresentaram uma diminuição de 11,8% em 31 de dezembro de 2010 se comparados a 31 de dezembro de 2009, passando de R$27,7 milhões para R$24,4 milhões. Nossos impostos diferidos ativos são gerados, substancialmente, em função de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e, adicionalmente, por diferenças temporárias causadas pela constituição de provisões para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e de provisões para contingências. A redução ocorrida no período se deu principalmente em razão da realização do prejuízo fiscal acumulado na apuração do imposto de renda e contribuição social do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

(b) Imobilizado

Nosso ativo imobilizado apresentou um aumento de 45,5% em 31 de dezembro de 2010 se comparado a 31 de dezembro de 2009, passando de R$365,4 milhões para R$531,5 milhões. Esse aumento se deu em razão dos investimentos de R$294,1 milhões realizados na expansão de nossa frota, com a aquisição de 11 mil veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, além do saldo de veículos adicionados em razão da aquisição da Locarvel Locadora de Veículos Ltda. em janeiro de 2010, no montante de R$50,7 milhões, parcialmente compensado (i) pela depreciação incorrida no período, de R$45,5 milhões; e (ii) pela transferência de carros em desativação para renovação da frota, correspondente a R$128,5 milhões. Como consequência dos investimentos realizados na expansão da nossa frota no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, o saldo de depreciação acumulada aumentou em 66,3%, passando de R$34,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$56,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício financeiro.

(c) Demais ativos não circulantes

Nossos demais ativos não circulantes apresentaram um aumento de 129,8% em 31 de dezembro de 2010 se comparados a 31 de dezembro de 2009, passando de R$1,8 milhão para R$4,1 milhões, principalmente em razão das seguintes variações: (i) depósitos judiciais, no montante de R$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2010, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2009, (ii) contas a receber de clientes, no montante de R$1,1 milhão em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2009, (iii) operações com partes relacionadas no montante de R$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2010, comparado a valor insignificante em 31 de dezembro de 2009, (iv) propriedades para investimento, no montante de R$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2010, sem saldo em 31 de dezembro de 2009, (v) intangível, que totalizou R$1,5 milhão em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$1,1 milhão em 31 de dezembro de 2009, e (vi) outras contas a receber, em valores insignificantes em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Ativo total

Como consequência das variações acima identificadas, o total de nosso ativo apresentou um aumento de 54,5%, passando de R$469,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$724,8 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Passivo

Passivo circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nosso passivo circulante apresentou um aumento de 23,8%, correspondendo a R$234,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$189,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais variações ocorridas no período seguem abaixo discriminadas pelas principais contas contábeis:

(a) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentaram um aumento de 3,1%, passando de R$173,6 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$179,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação foi decorrente, principalmente, do aumento de juros devidos em razão das captações de recursos por meio de nossa primeira emissão de debêntures, no montante de R$125,0 milhões.

(b) Fornecedores

Nossa rubrica fornecedores apresentou um aumento de 349,2%, totalizando R$49,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, principalmente pela aquisição de 11.040 veículos para a expansão e renovação de nossa frota, sendo parte do pagamento devido diretamente às montadoras.

(c) Demais passivos circulantes

Nossos demais passivos circulantes apresentaram um aumento de 20,1% em 31 de dezembro de 2010 se comparados a 31 de dezembro de 2009, passando de R$4,8 milhões para R$5,8 milhões. Nossos demais passivos circulantes são compostos pelos saldos de (i) salários, encargos e contribuições sociais, no montante de R$2,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparados a R$2,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, (ii) obrigações tributárias no montante de R$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2009, tendo sido o aumento causado, principalmente, em consequência do aumento de nossas atividades de locação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, (iii) operações com partes relacionadas, que não apresentou saldo significativo em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2009, (iv) parcelamento de impostos, que correspondeu a R$1,6 milhão em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$1,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, e (v) outras contas a pagar, que não apresentaram saldo significativo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Passivo não circulante

Nosso passivo não circulante apresentou um aumento de 33,7% em 2010, passando de R$263,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$352,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações ocorridas no período seguem abaixo discriminadas pelas principais contas contábeis:

(a) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentaram um aumento de 220,9%, passando de R$92,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$298,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação ocorreu, principalmente, por duas emissões de debêntures que realizamos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, que totalizaram R$225,0 milhões, em linha com nossa estratégia de alongamento do perfil de nossa dívida e aumento de nosso caixa, principalmente por meio de contratação de operações de longo prazo.

(b) Provisões

Nosso saldo de provisões totalizava R$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 e 2009, mantendo-se estável no período. Nossos principais passivos contingentes referem-se a causas trabalhistas em que somos rés e cujo prognóstico de perda é tido como provável.

(c) Passivos fiscais diferidos

Os tributos diferidos passivos são gerados, substancialmente, em função de computarmos as contraprestações de arrendamento mercantil pagas e relativas à aquisição de nossos veículos na base de apuração dos impostos correntes, conforme previsto pela legislação fiscal. Nossos passivos fiscais diferidos apresentaram um aumento de 18,5%, passando de R$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2009

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

para R$34,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, em razão da aquisição de 2.878 veículos nessa modalidade no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

(d) Parcelamento de impostos

A rubrica parcelamento de impostos apresentou um aumento de 7,8%, passando de R$16,0 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$17,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. Protocolamos, em 30 de setembro de 2009, nossa adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009 (Refis), parcelando nosso saldo de débitos tributários em 180 meses. O aumento se deu em razão da atualização do saldo devido, nos termos da legislação.

(e) Demais passivos não circulantes

Nossos demais passivos não circulantes são compostos pelo saldo de outras contas a pagar, que corresponderam ao montante de R$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2010, sendo que não apresentavam saldo significativo em 31 de dezembro de 2009.

Patrimônio líquido

Nosso patrimônio líquido sofreu um aumento de 772,2%, totalizando R$137,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$15,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu principalmente da reclassificação contábil de nossas ações preferenciais, antes denominadas em nosso passivo não circulante, e que passaram a ser contabilizadas em nosso capital social em razão da alteração das condições de resgate das referidas ações. Para maiores informações sobre a reclassificação contábil das ações preferenciais resgatáveis de nossa emissão, vide item 10.1(b) deste Formulário de Referência.

Total do passivo

Em razão dos motivos acima elencados, o total de nosso passivo apresentou um aumento de 29,6%, passando de R$453,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$587,5 milhões em 31 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia

Nosso fluxo de caixa divide-se entre nossas atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento, conforme indicadas na tabela abaixo:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
		(em R$ mil)	
Caixa e equivalentes de caixa (início do exercício)	83.772	22.644	1.308
Atividades operacionais	(29.081)	(44.156)	87.033
Atividades de investimentos	(21.274)	(16.354)	(2.647)
Atividades de financiamento	46.025	121.638	(63.050)
Caixa e equivalentes de caixa (encerramento do exercício)	79.442	83.772	22.644

Atividades operacionais

O fluxo de caixa de nossas atividades operacionais apresentou um fluxo utilizado de R$29,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a um fluxo utilizado de R$44,2 milhões no mesmo período de 2010. Essa variação positiva de R$15,1 milhões se deveu principalmente à melhoria do resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 em R$11,0 milhões, com um lucro líquido de R$22,6 milhões, comparado a R$11,6 milhões no mesmo período de 2010. As demais variações se referiram a uma maior elevação do valor residual baixado dos veículos em desativação para renovação da frota em R$5,5 milhões, em razão da venda dos veículos comprados em anos anteriores, decorrentes da estratégia de renovação de nossa frota.
O fluxo de caixa de nossas atividades operacionais apresentou um fluxo utilizado final de R$44,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado a um fluxo gerado de R$87,0 milhões no mesmo período de 2009. A maior utilização de recursos em 2010 se deveu, principalmente, ao incremento na aquisição de veículos, que aumentou em R$179,1 milhões ante o mesmo período de 2009.

Atividades de investimentos

O caixa usado por nossas atividades de investimentos totalizou R$21,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, se comparado a investimentos de R$16,4 milhões no mesmo período de 2010. Essa variação, de R$4,9 milhões, resultou, principalmente, do aumento da aplicação de recursos em aquisição de outros imobilizados e intangível, que alcançou R$10,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado a R$4,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Adicionalmente, os recursos aplicados em títulos e valores mobiliários no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 se referem, em sua maioria, à captação de debêntures ocorrida em outubro de 2011. Tal variação no fluxo de caixa foi parcialmente compensado pela realização de investimento de R$12,0 milhões em 27 de janeiro de 2010 para a aquisição de 99,99% das quotas da subsidiária Locarvel.

O caixa usado por nossas atividades de investimentos totalizou R$16,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, se comparado a investimentos de R$2,6 milhões no mesmo período de 2009. O aumento na utilização de recursos, de R$13,8 milhões, se deveu principalmente ao investimento de R$12,0 milhões, em 27 de janeiro de 2010, para a aquisição de 99,99% das quotas de nossa subsidiária Locarvel.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa de nossas atividades de financiamento apresentou uma geração líquida de R$46,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado a uma geração líquida de R$121,6 milhões no mesmo período de 2010. Essa variação resultou, principalmente, da diminuição ocorrida em nossas captações de empréstimos, financiamentos e debêntures, que correspondem a R$398,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$263,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, parcialmente compensada pela redução na amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures, de R$276,5 milhões no exercício social

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$217,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, em linha com a nossa estratégia de alongar o perfil de nossa dívida por meio de contratação de instrumentos de longo prazo.

O fluxo de caixa de nossas atividades de financiamento apresentou uma geração líquida de R$121,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado a uma utilização líquida de R$63,1 milhões no mesmo período de 2009. Essa variação positiva de R$184,7 milhões se deveu, principalmente, ao aumento ocorrido em nossas captações de empréstimos, financiamentos e debêntures, que corresponderam a R$398,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$91,2 milhões no mesmo período de 2009, em razão, principalmente, da captação de recursos por meio emissão de debêntures, no montante de R$225,0 milhões, além das captações adicionais de financiamentos contratados em sua maioria para reforço de capital de giro, que totalizaram R$173,2 milhões. O aumento da geração de caixa nas atividades de finaciamentos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi parcialmente reduzida pelas amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, que alcançaram R$276,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado a R$185,3 milhões no mesmo período de 2009, representando um acréscimo de R$91,2 milhões.

Saldo do caixa e equivalentes de caixa

Como resultado das variações explicadas acima, nosso caixa e equivalentes de caixa apresentou uma diminuição de R$4,4 milhões entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, totalizando R$79,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 quando comparado a R$83,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Adicionalmente, nosso caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R$61,2 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando correspondeu a R$83,8 milhões, se comparado a 31 de dezembro de 2009, quando totalizou R$22,6 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

a. resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita líquida operacional (exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010)

Nossa receita líquida operacional aumentou 26,4%, ou R$81,5 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizou R$390,7 milhões, comparado a R$309,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu principalmente (i) do aumento de 39,2%, ou R$85,0 milhões em nossas receitas com atividades de locação de veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando totalizou R$301,6 milhões, comparado a R$216,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, em razão do aumento de 17,4% da quantidade de veículos alugados, bem como o aumento de 3,2% na tarifa média de aluguel de frotas; e (ii) do aumento de 5,1% ou R$5,7 milhões na venda de veículos seminovos, com a venda de 5.489 veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em razão de aumento correspondente no preço médio de venda dos veículos; parcialmente compensado por um aumento de 46,6%, ou R$9,2 milhões nas deduções de vendas, em razão da incidência de PIS e COFINS sobre as receitas auferidas na locação de veículos, em linha com o crescimento de nossas atividades no período, tendo em vista que a alíquota dos tributos se manteve estável no período. A abertura da receita líquida operacional no período é demonstrada no quadro abaixo:

	Em 31 de dezembro de	
	2011	**2010**
	(em R$ mil)	
Locação de veículos	301.553	216.557
Venda de veículos	118.157	112.426
Deduções de vendas	(29.028)	(19.798)
Receita líquida operacional	390.682	309.185

Receita líquida operacional (exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009)

Nossa receita líquida operacional aumentou 45,8%, ou R$97,1 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando totalizou R$309,2 milhões, comparado a R$212,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu principalmente (i) do aumento de 33,1%, ou R$53,8 milhões em nossas receitas com atividades de locação de veículos no exercício de 2010, em razão do aumento de 51,1% na quantidade de veículos alugados e na celebração de novos contratos de locação de frotas; e (ii) do aumento de 74,3%, ou R$47,9 milhões, nas receitas com vendas de veículos usados desmobilizados (vendemos 5.473 veículos seminovos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado a 2.828 veículos seminovos vendidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009), em razão da redução dos efeitos da redução temporária do imposto sobre produtos industrializados para veículos novos, que desfavoreceu a venda de veículos seminovos em 2009. A tabela abaixo contém informações sobre a composição de nossa receita líquida operacional para os períodos indicados:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2010	**2009**
	(em R$ mil)	
Locação de veículos	216.557	162.757
Venda de veículos	112.426	64.501
Deduções de vendas	(19.798)	(15.192)
Receita líquida operacional	**309.185**	**212.066**

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 melhorou em relação ao exercício anterior devido ao aumento de nossas receitas com atividades de locação e venda de veículos seminovos de 39,2% e 5,1%, respectivamente, se comparado ao exercício anterior, acrescido à captação de novos clientes. Adicionalmente, nossos custos de locação e venda apresentaram um acréscimo de apenas 6,4% em 2011, resultando na melhoria de nossa margem bruta para 40,7% no exercício findo 31 de dezembro de 2011 se comparado a 29,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma melhoria de R$67,5 milhões. Colaborou para a melhoria da margem bruta a redução de 10,0%, ou R$4,5 milhões, no custo de depreciação da frota, como resultado dos nossos investimentos na renovação de nossa frota e obtenção de melhores preços de compra inicial de veículos.

O resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 melhorou em relação ao exercício anterior devido ao aumento de nossas receitas com atividades de locação e venda de veículos seminovos de 33,1% e 74,3%, respectivamente, se comparado ao exercício anterior, acrescido à captação de novos clientes. Outro fator que contribuiu foi o aumento de nossas receitas financeiras, principalmente por conta da reversão de juros incidentes sobre ações resgatáveis, no montante de R$26,5 milhões, em decorrência da celebração, em 30 de dezembro de 2010, de um aditamento ao nosso acordo de acionistas por meio do qual foram alterados os termos e condições relativas à possibilidade de resgate das ações preferenciais de nossa emissão e, consequentemente, tais ações foram reclassificadas como capital social ao final do exercício, com a reversão dos juros incidentes sobre tais ações em nosso favor.

A adesão à Lei n. 11.941/09, que instituiu o Refis, gerou um impacto positivo de R$4,4 milhões em nosso resultado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Com esta adesão, o parcelamento ordinário anteriormente homologado foi migrado para este novo programa, aproveitando-se dos benefícios oferecidos de redução de 100% da multa de mora e de ofício e de 40% dos juros moratórios. Optamos por um parcelamento do saldo a pagar em 180 meses. Adicionalmente, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, verificamos a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O principal indicador foi a redução no preço de mercado na comercialização de veículos seminovos, motivado em parte pelo incentivo implementado pelo governo federal com a redução temporária do IPI para veículos novos em 2008 e 2009. Com base nesses indicadores, efetuamos teste de redução no valor recuperável para esses ativos e reconhecemos uma provisão de R$3,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para uma descrição detalhada das variações dos principais componentes de nossas demonstrações financeiras, vide seção 10.1(h) deste Formulário de Referência.

1. Efeito da variação de preços e volumes em nossas receitas

(i) A tabela abaixo apresenta nossos principais dados operacionais para os exercícios encerrados em ou em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Aluguel de Frotas		
	Em 31 de dezembro de ou no exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**Variação**

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Frota Total	27.262	21.913	24,4%
Frota Operacional	23.328	19.851	17,5%
Frota Alugada	22.373	19.061	17,4%
% Frota Alugada/ Total	82,1%	87,0%	(5,6)%
% Frota Operacional/Total	85,6%	90,6%	(6,1)%
% Frota Alugada/Operacional	95,9%	96,0%	(0,1)%
Número de Veículos Comprados	11.052	11.040	0,1%
Número de Veículos Vendidos	5.489	5.473	(0,1)%
Tarifa Média (R$ Mensal)[1]	1.137	1.102	3,2%

[1] A tarifa média mensal é calculada por meio da razão entre a receita de locação de veículos líquida das avarias e a frota média alugada no período.

Os preços médios de aluguel de frotas são influenciados por (i) correção pelos índices previstos nos contratos vigentes, (ii) processos de renovação contratual, com o estabelecimento de preços revisados; e (iii) pela precificação de novos contratos. Em decorrência desses fatores, a tarifa média aumentou 3,2%, passando de R$1.102,00 em 31 de dezembro de 2010 para R$1.137,00 em 31 de dezembro de 2011, sendo que a precificação de contratos com novos clientes e das renovações contratuais passaram a refletir a expectativa do aumento dos juros de modo a manter nossas margens em níveis que consideramos satisfatórios.

O preço de compra e venda dos veículos de nossa frota não apresentaram nenhum efeito resultante da variação na taxa de câmbio.

Durante os períodos analisados, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço no mercado.

(ii) A tabela abaixo apresenta nossos principais dados operacionais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009:

	Aluguel de Frotas		
	Em 31 de dezembro de ou no exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	**2009**	**Variação**
Frota Total	21.913	15.335	42,9%
Frota Operacional	19.851	13.241	49,9%
Frota Alugada	19.061	12.616	51,1%
% Frota Alugada/ Total	87,0%	82,3%	5,7%
% Frota Operacional/Total	90,6%	86,3%	4,3%
% Frota Alugada/Operacional	96,0%	95,3%	(0,7)%
Número de Veículos Comprados	11.040	4.467	147,2%
Número de Veículos Vendidos	5.473	2.828	93,5%
Tarifa Média (R$ Mensal)[1]	1.102	1.057	4,3%

[1] A tarifa média mensal é calculada por meio da razão entre a receita de locação de veículos líquida das avarias e a frota média alugada no período.

Os preços médios de aluguel de frotas são influenciados por (i) correção pelos índices previstos nos contratos vigentes, (ii) processos de renovação contratual, com o estabelecimento de preços revisados; e (iii) pela precificação de novos contratos. Nossa frota alugada aumentou em 51,1% em 31 de dezembro de 2010 em comparação a 31 de dezembro de 2009, esse aumento implicou na melhoria de 4,2% em nossa tarifa média, que passou de R$1.056,00 em 31 de dezembro de 2009 para R$1.102,00 em 31 de dezembro de 2010, refletindo melhor rentabilidade dos contratos.

O preço de compra e venda dos veículos de nossa frota não foram impactados pela variação na taxa de câmbio.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Durante os períodos analisados, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço no mercado.

2. Efeitos da variação da taxa de câmbio em nossas receitas

Nossas receitas não são afetadas por variações na taxa de câmbio. Todos os nossos negócios são conduzidos no Brasil e os contratos com nossos clientes estão denominados em reais. Adicionalmente, nossos instrumentos de dívida denominados em moeda estrangeira estão integralmente protegidos da variação cambial por meio da contratação de instrumentos de *hedge* (*swap*). Além disso, variações cambiais não afetam diretamente nossos principais insumos e o preço de veículos que compõem a nossa frota.

3. Efeitos da inflação em nossas receitas

Nossos custos e despesas são denominados em reais. Procuramos compensar os aumentos de custos decorrentes de inflação e aumentos reais principalmente com ações de melhoria interna de produtividade e ganho de escala. Nos contratos de locação de frotas, buscamos compensar tais aumentos por meio de cláusulas contratuais que prevêem reajustes baseados no IGP-M ou outros índices de inflação. Como estratégia para consolidação do mercado, nem sempre repassamos o aumento dos custos para nossos preços no negócio de locação de frotas, tendo em vista os ganhos de escala, desde que não fique significativamente comprometida nossa rentabilidade. No que tange à venda de veículos seminovos, elevações dos preços de carros novos em decorrência de pressões inflacionárias tendem a implicar valorização de nossos estoques de veículos seminovos, potencialmente impactando positivamente nossos resultados.

4. Introdução de novos produtos e serviços

Não houve a introdução de novos produtos e serviços em nossos negócios no período abrangido por este Formulário de Referência.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

1. Impacto da inflação em nossos resultados operacionais e resultado operacional

Vide item 10.2(b)(3) deste Formulário de Referência.

2. Impacto da variação de preços dos principais insumos e produtos em nossos resultados operacionais e resultado operacional

Nossos insumos referem-se, substancialmente, a peças de reposição e serviços de manutenção preventiva e corretiva da nossa frota operacional, como também combustível consumido pela frota alugada para os contratos em que assumimos a responsabilidade pelo abastecimento dos veículos. A variação dos preços desses insumos está relacionada à oscilação do IGP-M e do preço do petróleo.

Nossos diretores adotam uma política de compras que nos permite, por meio de rotinas de cotações e de utilização de perfis de alçada de liberação de compras, mitigar o risco de que existam compras realizadas sem real necessidade e/ou fora dos parâmetros e condições de mercado.

Para a discussão sobre o impacto da variação dos preços e produtos em nossos resultados, vide item 10.2(b)(1) deste Formulário de Referência.

3. Impacto da taxa de câmbio em nossos resultados operacionais e resultado operacional

Vide item 10.2(b)(2) deste Formulário de Referência.

4. Impacto da taxa de juros em nossos resultados operacionais e resultado operacional

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Risco de taxa de juros

A tabela abaixo demonstra o perfil de nossos instrumentos financeiros remunerados por juros para as datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de		
Valor contábil	**2011**	**2010**	**2009**
Instrumentos de taxa variável		*(em R$ mil)*	
Ativos financeiros	82.666	81.364	6.650
Passivos financeiros	(504.722)	(370.071)	(406.712)
Total	**(422.056)**	**(288.707)**	**(400.062)**
Instrumentos de taxa fixa			
Passivos financeiros	(129.330)	(125.953)	-
Total	**(129.330)**	**(125.953)**	**-**

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante (taxa DI), baseados em pesquisas externas, estimamos que, em um cenário provável, a taxa SELIC, em 31 de dezembro de 2012, será de 10,5%. Fizemos uma análise de sensibilidade dos efeitos em nossos resultados advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50%, em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa DI acompanha a variação da taxa SELIC.

Risco nas taxas de juros	31/12/2012 (12 meses)		
	Cenário Provável Selic	Cenário Possível Selic	Cenário Remoto Selic
Taxas efetivas	10,5%	10,5%	10,5%
Taxas Selic conforme cenários	10,5%	13,13%	15,75%
Dívida líquida com juros variáveis	413.975	413.975	413.975
Efeito no resultado:			
- Conforme a taxa efetiva (10,5% a.a.)	(43.467)	(43. 467)	(43. 467)
- Conforme cenários de *stress*	(43. 467)	(54.355)	(65.201)
Efeito da proteção de opção de swap de taxa de juros	0	1.625	7.000
Efeito líquido no resultado	0	(9.263)	(14.734)

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais nos períodos abrangidos por este Formulário de Referência.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 31 de janeiro de 2010, passamos a deter o controle da Locarvel Locadora de Veículos Ltda. ("Locarvel") ao adquirirmos 99,999% das quotas da sociedade, que pertencia a Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende, dois de nossos acionistas controladores, o que implicou na não aplicação do CPC 15 – Combinação de Negócios. O valor dos ativos líquidos adquiridos da Locarvel, a custo contábil, em 31 de janeiro de 2010, era de R$12,0 milhões, e o valor pago foi de R$12,0 milhões. Acreditamos que a aquisição de controle da Locarvel tem permitido a redução de nossos custos por meio da economia de escala gerada pela sinergia dos negócios.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual nos períodos abrangidos por este Formulário de Referência.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") estabeleceu o ano de 2010 como data limite para adoção das normas internacionais de contabilidade ("IFRS") com relação às demonstrações financeiras consolidadas das companhias abertas.

Na preparação de nossas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e das informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como na preparação do balanço patrimonial de abertura para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009, os principais efeitos decorrentes da plena adoção do IFRS e das novas práticas contábeis adotadas no Brasil são as apresentadas a seguir:

(a) Reclassificação de veículos de nossa frota na rubrica de "imobilizado" para a rubrica "carros em desativação para renovação da frota". A nova prática contábil, residual, requer que os itens do ativo imobilizado sejam transferidos para o ativo circulante pelo valor de custo quando os ativos deixam de ser alugados e passam a ser estoques mantidos para venda.

(b) Reclassificação de imposto de renda e contribuição social diferidos anteriormente registrados no "ativo circulante" e no "passivo circulante" para o "ativo não circulante" e o "passivo não circulante", respectivamente, com base no CPC 32 / IAS 12.

(c) Reclassificação de nossas ações preferenciais resgatáveis, em 01 de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009, de "capital social" para "passivo não circulante", com o reconhecimento dos juros incorridos no período na rubrica "despesas financeiras", conforme determina o CPC 39 / IAS 32. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as referidas ações deixaram de ser resgatáveis, voltando a compor o capital social. Consequentemente, os juros anteriormente incorridos, no montante de R$26,5 milhões, foram revertidos na rubrica de "receitas financeiras".

(d) Ajuste do efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes do reconhecimento das despesas e receitas financeiras, mencionados no item (c) acima, baseado no CPC 32 / IAS 12.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Abaixo apresentamos os quadros com o detalhamento dos ajustes supracitados:

Balanços patrimoniais:

	31 de dezembro de 2009				31 de dezembro de 2010			
	GAAP anterior	**Ajustes**		**IFRS**	**GAAP anterior**	**Ajustes**		**IFRS**
Ativo Consolidado								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	22.644	-		22.644	83.772	-		83.772
Contas a receber de clientes	28.659	-		28.659	41.102	-		41.102
Carros em desativação para renovação da frota	-	21.748	< a	21.748	-	34.615	< a	34.615
Impostos a recuperar	117	-		117	2.311	-		2.311
Ativos fiscais diferidos	10.369	(10.369)	< b	-	-	-		-
Partes relacionadas	137	-		137	-	-		-
Despesas Antecipadas	581	-		581	2.194	-		2.194
Outras contas a receber	338	-		338	742	-		742
Total do ativo circulante	**62.845**	**11.379**		**74.224**	**130.121**	**34.615**		**164.736**
Não circulante								
Depósitos judiciais	-	-		-	264	-		264
Ativos fiscais diferidos	12.922	14.757	< b	27.679	24.419	-		24.419
Contas a receber de clientes	646	-		646	1.103	-		1.103
Partes Relacionadas	6	-		6	275	-		275
Propriedades para investimento	-	-		-	-	900		900
Outras contas a receber	47	-		47	52	-		52
Imobilizado	387.144	(21.748)	< a	365.396	567.009	(35.515)	< a	531.494
Investimentos	-	-		-	-	-		-
Intangível	1.094	-		1.094	1.526	-		1.526
Total do ativo não circulante	**401.859**	**(6.991)**		**394.868**	**594.648**	**(34.615)**		**560.033**
Total do ativo consolidado	**464.704**	**4.388**		**469.092**	**724.769**	**-**		**724.769**

a> *Reclassificação dos veículos da rubrica de "imobilizado" para a rubrica "carros em desativação para renovação da frota". A nova prática contábil, requer que os itens do ativo imobilizado sejam transferidos para o ativo circulante pelo valor de custo residual quando os ativos deixam de ser alugados e passam a ser estoques mantidos para venda.*

b> *Reclassificação do imposto de renda e contribuição social diferidos anteriormente registrados no "ativo circulante" e no "passivo circulante" para o "ativo não circulante" e o "passivo não circulante", respectivamente, com base no CPC 32/IAS 12.*

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

	31 de dezembro 2009				31 de dezembro 2010		
	GAAP anterior	Ajustes		IFRS	GAAP anterior	Ajustes	IFRS
Passivo Consolidado							
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	173.594	-		173.594	178.965	-	178.965
Fornecedores	11.098	-		11.098	49.854	-	49.854
Salários, encargos e contribuições sociais	2.888	-		2.888	2.724	-	2.724
Obrigações tributárias	570	-		570	1.436	-	1.436
Passivos fiscais diferidos	19.756	(19.756)	< b	-	-	-	-
Partes relacionadas	142	-		142	20	-	20
Parcelamento de impostos	1.245	-		1.245	1.571	-	1.571
Outras contas a pagar	-	-		-	66	-	66
Total do passivo circulante	**209.293**	**(19.756)**		**189.537**	**234.636**	**-**	**234.636**
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	92.932	-		92.932	298.208	-	298.208
Ações resgatáveis	-	122.905	< c	122.905	-	-	-
Provisões	3.091	-		3.091	3.066	-	3.066
Passivos fiscais diferidos	9.093	19.757	< b / d	28.850	34.190	-	34.190
Parcelamento de impostos	16.036	-		16.036	17.280	-	17.280
Outras contas a pagar	-	-		-	95	-	95
Total do passivo não circulante	**121.152**	**142.662**		**263.814**	**352.839**	**-**	**352.839**
Patrimônio líquido							
Capital social	130.812	(110.000)	< c	20.812	126.307	-	126.307
Ações em tesouraria	(3.074)	-		(3.074)	(3.074)	-	(3.074)
Reserva de capital	-	-		-	4.505	-	4.505
Reservas de lucros	6.521	-	< d	6.521	9.556	-	9.556
Prejuízos acumulados	-	(8.518)		(8.518)	-	-	-
Total do patrimônio líquido	**134.259**	**(118.518)**		**15.741**	**137.294**	**-**	**137.294**
Total do passivo consolidado	**464.704**	**4.388**		**469.092**	**724.769**	**-**	**724.769**

b> Reclassificação do imposto de renda e contribuição social diferidos anteriormente registrados no "ativo circulante" e no "passivo circulante" para o "ativo não circulante" e o "passivo não circulante", respectivamente, com base no CPC 32/IAS 12.

c> Reclassificação das ações preferenciais resgatáveis, em 31/12/2009, de "capital social" para "passivo não circulante", com o reconhecimento dos juros incorridos no período na rubrica de "despesas financeiras", conforme determina o CPC 39/IAS 32. Em 2010, referidas ações deixaram de ser resgatáveis, voltando a compor o capital social. Os juros incorridos anteriormente foram revertidos na rubrica de "receitas financeiras".

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Demonstrações de resultados:

DRE Consolidada	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009				Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010			
	GAAP anterior	Ajustes		IFRS	GAAP anterior	Ajustes		IFRS
Receita líquida operacional	212.066	-		212.066	309.185	-		309.185
Custos de locação e venda de veículos	(149.615)	-		(149.615)	(217.680)	-		(217.680)
Lucro bruto	**62.451**	**-**		**62.451**	**91.505**	**-**		**91.505**
Outras (despesas) receitas operacionais								
Vendas	(6.792)	-		(6.792)	(8.265)	-		(8.265)
Administrativas e gerais	(17.779)	-		(17.779)	(20.324)	-		(20.324)
Outras (despesas) receitas operacionais	4.909	-		4.909	80	-		80
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**42.789**	**-**		**42.789**	**62.996**	**-**		**62.996**
(Despesas) receitas financeiras								
Despesas financeiras	(48.045)	(8.592)	<c	(56.637)	(62.556)	(13.553)	<c	(76.109)
Receitas financeiras	1.403	-		1.403	4.714	26.458	<c	31.172
(Despesas) receitas financeiras líquidas	**(46.642)**	**(8.592)**		**(55.234)**	**(57.842)**	**12.905**		**(44.937)**
Resultado da equivalência patrimonial	-	-		-	-	-		-
Resultado antes dos impostos	**(3.853)**	**(8.592)**		**(12.445)**	**5.154**	**12.905**		**18.059**
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	(374)	-		(374)	(385)	-		(385)
Diferido	1.436	2.921	<d	4.357	(1.733)	(4.388)	< d	(6.121)
Resultado do exercício	**(2.791)**	**(5.671)**		**(8.462)**	**3.036**	**8.517**		**11.553**

c> Reclassificação das ações preferenciais resgatáveis, em 31/12/2009, de "capital social" para "passivo não circulante", com o reconhecimento dos juros incorridos no período na rubrica de "despesas financeiras", conforme determina o CPC 39/IAS 32. Em 2010, referidas ações deixaram de ser resgatáveis, voltando a compor o capital social. Os juros incorridos anteriormente foram revertidos na rubrica de "receitas financeiras".

d> Ajuste do efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes do reconhecimento das despesas e receitas financeiras, mencionado no item "c" acima, baseado no CPC 32/IAS 12.

Conciliação do resultado:

Conciliação do lucro líquido consolidado e controladora	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009		Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010	
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	**(2.791)**		**3.036**	
Efeitos da adoção do IFRS:				
Reconhecimento dos juros das ações resgatáveis	(8.592)	<c	(13.553)	< c
Reversão dos juros das ações resgatáveis	-		26.458	< c
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.921	<d	(4.388)	< d
Total	**(5.671)**		**8.517**	
Lucro líquido em IFRS / BR GAAP	**(8.462)**		**11.553**	

c> Reclassificação das ações preferenciais resgatáveis, em 31/12/2009, de "capital social" para "passivo não circulante", com o reconhecimento dos juros incorridos no período na rubrica de "despesas financeiras", conforme determina o CPC 39/IAS 32. Em 2010, referidas ações deixaram de ser resgatáveis, voltando a compor o capital social. Os juros incorridos anteriormente foram revertidos na rubrica de "receitas financeiras".

d> Ajuste do efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes do reconhecimento das despesas e receitas financeiras, mencionado no item "c" acima, baseado no CPC 32/IAS 12.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Conciliação do patrimônio líquido:

Conciliação do patrimônio líquido consolidado e controladora	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009		Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	**134.259**		**137.294**
Efeitos da adoção do IFRS:			
Reconhecimento de dívida - ações resgatáveis	(122.906)	**< c**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.388	**< d**	-
Total	**(118.518)**		**-**
Patrimônio líquido em IFRS / BR GAAP	**15.741**		**137.294**

c> *Reclassificação das ações preferenciais resgatáveis, em 01/01/2009 e 31/12/2009, de "capital social" para "passivo não circulante", com o reconhecimento dos juros incorridos no período na rubrica de "despesas financeiras", conforme determina o CPC 39/IAS 32. Em 2010, referidas ações deixaram de ser resgatáveis, voltando a compor o capital social. Os juros incorridos anteriormente foram revertidos na rubrica de "receitas financeiras".*

d> *Ajuste do efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes do reconhecimento das despesas e receitas financeiras, mencionado no item "c" acima, baseado no CPC 32/IAS 12.*

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nossos diretores acreditam que a entrada em vigor das normas e procedimentos contábeis mencionadas no item 10.4(a) acima provocou mudanças que foram praticadas na elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2010. No final de 2010, a fim de permitir a comparabilidade do resultado de 2010 com o de 2009, nossos diretores elaboraram um novo balanço para 2009 tendo como referência as alterações nas práticas contábeis adotadas em 2010. Em função disso, o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, que correspondeu a um prejuízo de R$2,8 milhões e que já havia sido divulgado nos termos da legislação societária, passou para um prejuízo de R$8,5 milhões segundo as novas práticas contábeis.

Nossos diretores reconhecem a relevância do impacto da alteração das práticas contábeis na apuração do lucro líquido do período, principalmente no tocante à apuração do resultado para distribuição de dividendos.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nossos diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, quaisquer ressalvas nos pareceres dos auditores da Companhia.

Os parágrafos de ênfase inseridos nos relatórios de nossos auditores independentes nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 estão descritos abaixo:

Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Ênfase e outros assuntos

"Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia de Locação das Américas essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto."

Demonstrações do Valor Adicionado

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

"Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto."

Registro de Companhia Aberta

"Conforme mencionado na nota 1, em 30 de dezembro de 2011 a Companhia obteve registro de Companhia Aberta Categoria "B", de acordo com a Instrução n.º 480/2009, emitida pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM), em consequencia do deferimento de seu processo protocolado em 05 de outubro de 2011. A CVM habilitou a Companhia a negociar, a partir da data do registro, valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários, exceto ações e certificados de depósito de ações, ou valores mobiliários que confiram ao titular o direito de adquirir ações e certificados de depósito de ações. Em 1º. de março de 2012, a CVM deferiu pedido de conversão da Companhia de Categoria "B" para Categoria "A" protocolado em 27 de fevereiro de 2012, autorizando então a Companhia a negociar quaisquer valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto."

Reapresentação de demonstrações financeiras

"Conforme descrito na nota explicativa 3f, a Companhia decidiu reapresentar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, cuja emissão foi originalmente aprovada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2012, e sobre as quais emitimos relatório de auditoria em 17 de fevereiro de 2012, para incluir aperfeiçoamentos em algumas divulgações em atendimento ao ofício da CVM nº 14/2012, emitido como parte do processo de revisão do pedido de registro de distribuição pública primária e secundária de ações da Companhia. Tais modificações estão detalhadas na nota 3f e não resultaram em modificação dos saldos nas demonstrações financeiras. Portanto, a presente opinião não contém ressalva relacionada a este assunto e se sobrepõe à emitida em 17 de fevereiro de 2012."

Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Ênfases e outros assuntos

"Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia de Locação das Américas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto."

Reapresentação das demonstrações financeiras

"Conforme descrito na nota explicativa 3f, a Companhia decidiu reapresentar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2011, sobre as quais emitimos relatório de auditoria em 12 de agosto de 2011, para incluir aperfeiçoamentos em algumas divulgações em conexão com o pedido de registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, bem como em atendimento ao ofício da CVM nº 332/2011, além de algumas reclassificações que no entanto não modificam de forma relevante as informações apresentadas anteriormente. Tais modificações estão detalhadas na nota 3f e não resultaram em modificação dos saldos contábeis. Portanto, a presente opinião não contém ressalva relacionada a este assunto e se sobrepõe à emitida em 12 de agosto de 2011."

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Valores correspondentes do saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009

"Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2010, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 5 que foram efetuados para alterar os saldos patrimoniais em 1º de janeiro de 2009 na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os saldos patrimoniais em 1º de janeiro de 2009 da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 2 de fevereiro de 2009 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre esses saldos patrimoniais tomados em conjunto."

Posicionamento de nossa Diretoria

Nossos diretores acreditam as ênfases contidas nos pareceres dos nossos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 não representam imprecisões nas demonstrações contábeis. Dessa maneira, nossa administração entende que nossas demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

Nossos diretores acreditam que as ênfases nos relatórios acima descritas não resultam em potencial de alteração significativa em nossas posições patrimonial e financeira consolidada e individual apresentadas nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas em razão do efeito no resultado e patrimônio líquido apresentados, de acordo com critério de avaliação atualmente adotado (método da equivalência patrimonial) para avaliação de investimentos em controladas e controladas em conjunto, não ser material em relação à totalidade de nossas receitas. Adicionalmente, esse critério não afetou a opinião dos auditores independentes sobre nossas demonstrações contábeis.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS exige que nossa administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As "Políticas Contábeis Críticas" são aquelas consideradas importantes na determinação de nossa posição financeira e resultados operacionais, cuja determinação é subjetiva e complexa, exigindo, frequentemente, estimativas sobre questões futuras ou inerentemente incertas por parte de nossa administração. A aplicação das "Políticas Contábeis Críticas" geralmente requer julgamento por parte de nossos diretores com relação aos efeitos dos assuntos que sejam relacionados ao valor dos ativos e passivos e dos resultados de nossas operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar nossa situação patrimonial e financeira, bem como nossos resultados das operações, se resultarem em valores diferentes dos estimados.

Apresentamos a seguir uma discussão de nossos diretores sobre o que consideramos como nossas "Políticas Contábeis Críticas", incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade às quais essas estimativas estão sujeitas:

Arrendamento mercantil

Os arrendamentos para os quais assumimos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens arrendados são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil e registrado como ativo imobilizado. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos em nosso balanço patrimonial.

No começo de um contrato, definimos se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira a nós o direito de controlar o uso do ativo subjacente. Separamos, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso acreditemos que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado em nossa taxa de juros incremental) e redução do passivo em aberto. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ("Impostos diferidos")

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Impostos diferidos não são reconhecidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos são reconhecidos por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e

10.5 - Políticas contábeis críticas

contra os quais serão utilizados.

A determinação sobre a existência de lucros futuros tributáveis requer que nossa administração utilize premissas e julgamento. Caso estas premissas sejam alteradas significativamente, nossa posição patrimonial e nossos resultados podem sofrer impactos relevantes. A realização dos impostos diferidos é revisada por nossa administração ao menos trimestralmente.

Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis de nossos ativos não financeiros, como carros em desativação para renovação da frota, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A determinação de fluxos de caixa futuros e valores recuperáveis requer que nossa administração utilize premissas, estimativas e julgamento. Caso estas premissas e estimativas sejam alteradas significativamente, nossa posição patrimonial e nossos resultados podem sofrer impactos relevantes.

Carros em desativação para renovação da frota

Nossa frota de carros é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser estoques mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O preço estimado de venda é avaliado e definido pelo Comitê de Gestão e utiliza como base os preços de referência no mercado, evidências históricas de comercialização e uso e aplicação da frota. Caso estas premissas e estimativas sejam alteradas significativamente, nossa posição patrimonial e nossos resultados podem sofrer impactos relevantes.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

Determinação do valor justo

Diversas de nossas políticas e divulgações contábeis exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados em diversos métodos que requerem que nossa administração utilize premissas, estimativas e julgamento. Caso estas premissas e estimativas sejam alteradas significativamente, nossa posição patrimonial e nossos resultados podem sofrer impactos relevantes.

Depreciação e vida útil dos ativos

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que corresponde ao custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que passaremos a deter a propriedade do ativo ao final do prazo do arrendamento.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 são de, aproximadamente:

	Anos
Veículos	2 anos
Acessórios para veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nossos diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, tendo sido implementadas melhorias a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 como, por exemplo, a implementação de novo sistema operacional (ERP) e revisão de rotinas operacionais críticas.

b. ressalvas e ênfases sobre controles internos presentes no parecer do auditor nos últimos 3 exercícios sociais

O objetivo do trabalho dos auditores é emitir opinião sobre as demonstrações financeiras e não sobre os sistemas de controles internos. Em complemento à auditoria das demonstrações financeiras, nossos auditores emitiram um relatório de recomendações dos controles internos. As recomendações abordam aspectos contábeis e de sistemas de informação e foram apresentadas como sugestões construtivas para nossa administração e, no entendimento desta, não foram identificadas deficiências que indiquem fraquezas materiais em nossos sistemas de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Realizamos cinco ofertas públicas de debêntures (descritas no item 18 deste Formulário de Referência).

1. Destinação dos recursos da 1ª emissão de debêntures

   Os recursos provenientes de nossa 1ª emissão de debêntures, realizada em julho de 2010, no montante de R$125,0 milhões (valor nominal), foram destinados ao alongamento de nossa dívida, além da aquisição de veículos para frota.

2. Destinação dos recursos da 2ª emissão de debêntures

   Os recursos provenientes de nossa 2ª emissão de debêntures, realizada em dezembro de 2010, no montante de R$100,0 milhões (valor nominal), foram destinados à renovação e expansão da frota.

3. Destinação dos recursos da 3ª emissão de debêntures

   Os recursos provenientes de nossa 3ª emissão de debêntures, realizada em junho de 2011, no montante de R$95,0 milhões (valor nominal), foram destinados ao alongamento de nossa dívida.

4. Destinação dos recursos da 4ª emissão de debêntures

   Os recursos provenientes de nossa 4ª emissão de debêntures, aprovada em dezembro de 2011 e liquidada em janeiro de 2012, no montante final de R$120,0 milhões (valor nominal), foram destinados ao alongamento de nossa dívida e à renovação e expansão da frota.

5. Destinação dos recursos da 5ª emissão de debêntures

   Os recursos provenientes de nossa 5ª emissão de debêntures, aprovada em fevereiro de 2012, no montante de R$35,0 milhões, serão destinados ao refinanciamento de dívidas, à renovação e expansão da frota e ao uso no curso ordinário de nossos negócios.

6. Destinação dos recursos de nossa oferta inicial de ações (IPO)

   Os recursos provenientes da oferta de ações da Companhia (IPO) viabilizará a manutenção da nossa estratégia de crescimento com destinação dos recursos para compra de veículos, além de fortalecer a nossa estrutura de capital, reduzindo a alavancagem, com a finalidade de garantir acessos a linhas de financiamentos a taxas de juros e prazos de vencimento mais atrativos.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação dos recursos divulgadas no âmbito de nossas emissões de debêntures.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

d. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação dos recursos divulgadas no âmbito de nossas emissões de debêntures.

e. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável, uma vez que não possuímos arrendamentos mercantis operacionais**.**

ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

iv) contratos de construção não terminada

Não aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme comentado no item 10.8 deste Formulário de Referência, não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

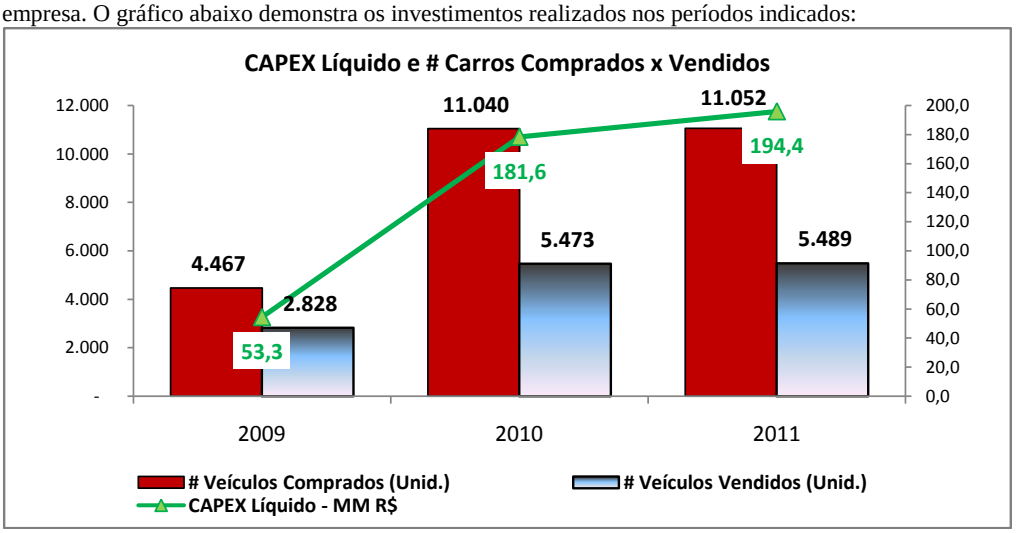
10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nosso principal objeto de investimento é a aquisição de veículos para execução da nossa atividade de locação de frotas. Em 31 de dezembro de 2011, nossa frota era composta de 27.262 veículos, correspondendo um imobilizado bruto de R$693,3 milhões.

Em 2011, realizamos investimentos de R$312,6 milhões com a acréscimo líquido (desconsiderada a substituição dos veículos furtados) de 5.349 veículos para nossa frota, destinados para renovação e crescimento. Em 2010, realizamos investimentos de R$294,1 milhões na expansão líquida de 6.578 veículos em nossa frota. Ao longo dos próximos anos, continuaremos adquirindo veículos para composição da nossa frota, permitindo o crescimento da empresa. O gráfico abaixo demonstra os investimentos realizados nos períodos indicados:



Nota: não considera a substituição dos veículos furtados. Os dados de 2010 consideram a incorporação da frota da Locarvel, adquirida em janeiro de 2010.

Os investimentos em ativos intangíveis (*software*, *marcas e patentes*) não representam parcela relevante do nosso ativo e somaram, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o montante de R$3,4 milhões, comparado a R$1,5 milhões e R$1,1 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Utilizamos estrutura de capital próprio e alavancagem para desenvolvermos nosso plano de negócios. A renovação de nossa frota utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais e venda dos veículos seminovos ao término dos contratos de locação. Como recurso para nossa estratégia de, obtemos empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, em sua maioria linhas de crédito de *leasing*, ou junto ao mercado, por meio de emissões de debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos relevantes em 2009, 2010 ou 2011. Não possuímos atualmente, projetos de desinvestimentos relevantes.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

10.10 - Plano de negócios

Não foi divulgada nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciem significativamente na nossa capacidade produtiva, desde a nossa constituição até a data deste Formulário de Referência.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

O ano de 2009, após a crise financeira internacional, foi caracterizado pela grande restrição de acesso a linhas de financiamento, pela queda no valor de nosso ativo, em razão da implementação de redução, pelo Governo Federal, do imposto sobre produtos industrializados para veículos novos, e pela diminuição da liquidez dos veículos seminovos, haja vista aumento da taxa de juros e restrição de crédito para financiamento junto aos consumidores.

Neste cenário, realizamos o alongamento dos contratos com nossos clientes, sem a necessidade de renovação dos veículos locados, o que refletiu diretamente em um menor volume de compra e venda de veículos, conforme indicado no quadro constante do item 10.10(a)(i) deste Formulário de Referência e, consequentemente, no aumento da idade média da frota operacional em 2009.

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM Nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que nossa administração não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não divulgamos projeções e estimativas até o momento, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a nossos negócios ou atividades.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não houve divulgação de projeções por nossa administração nos últimos três exercícios sociais.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuição de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de desempenho. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos nossos diretores.

Nosso Estatuto Social estabelece um número mínimo de 5 e máximo de 7 conselheiros, acionistas ou não, dos quais um será o Presidente e outro o Vice-Presidente. Os conselheiros são eleitos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores. A posse será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, no mínimo, 20% de nossos conselheiros deverão ser conselheiros independentes.

Compete ao Conselho de Administração, nos termos do nosso Estatuto Social e sem prejuízo das demais competências atribuídas por lei:

a) fixar a orientação geral dos nossos negócios, zelando por sua boa execução;

b) convocar a assembleia geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;

c) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à assembleia geral;

d) eleger e destituir a diretoria e fixar-lhe as atribuições e a remuneração, bem como deliberar sobre a alteração do número de membros e composição, observadas as disposições aplicáveis no nosso estatuto social e na legislação aplicável;

e) distribuir entre os conselheiros e diretores, individualmente, a parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela assembleia geral;

f) aprovar a criação de comitês técnicos ou consultivos para assessorar o conselho de administração;

g) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à assembleia Geral ordinária e submeter à assembleia geral ordinária proposta de destinação do lucro líquido de cada exercício social;

h) aprovar o nosso plano anual de negócios e o nosso orçamento anual, eventuais projetos de expansão e programas de investimento, bem como acompanhar a sua execução;

i) apreciar nossos resultados trimestrais;

j) aprovar (i) qualquer aquisição ou alienação de participação no capital social de qualquer controlada, afiliada ou qualquer outra sociedade ou consórcio e (ii) a criação e extinção de subsidiárias e controladas, no País ou no exterior;

k) aprovar a contratação de obrigações financeiras por nós e nossas controladas cujo valor, individualmente considerado, seja superior a R$50.000.000,00;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

l) aprovar a realização ou resolução de qualquer negócio entre, de um lado, nossos acionistas ou diretores ou respectivas partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, nós e nossas controladas;

m) fiscalizar a gestão da diretoria, examinar a qualquer tempo nossos livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos que julgar necessário;

n) aprovar nossa política de recursos humanos e critérios de remuneração, direitos e vantagens dos administradores e empregados;

o) outorgar opções de compra de ações a nossos administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, nos termos do artigo 8º do nosso estatuto social;

p) escolher e destituir auditores independentes;

q) submeter à assembleia geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, ou com integralização em bens, bem como de reforma do nosso estatuto social;

r) autorizar a emissão de ações ou debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, debêntures não conversíveis em ações ou outros títulos ou valores mobiliários, bem como emissões para a captação de recursos, tais como *notes*, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando sobre as suas condições de emissão e resgate, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis dentro capital autorizado cuja convocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou (ii) subscrição pública ou (iii) permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na lei aplicável;

s) deliberar sobre a aquisição de ações de nossa emissão para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda, recolocação no mercado ou cancelamento, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

t) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;

u) aprovar a prestação de quaisquer garantias;

v) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de nossa emissão por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os nossos interesses; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nossa companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

w) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para elaboração de laudo de avaliação das nossas ações nos casos de oferta pública de aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;

x) deliberar sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida pela diretoria; e

y) aprovar a realização de operações com partes relacionadas.

Diretoria

Nossos diretores são nossos representantes legais, responsáveis pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída a competência à assembleia geral ou ao Conselho de Administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, nossa Diretoria é composta por no mínimo 2 e no máximo 6 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reconduzidos, devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse a ser lavrado no livro próprio, observadas as prescrições legais. A posse será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. É vedado a cumulação do cargo de Diretor Presidente com o cargo de presidente do Conselho de Administração pela mesma pessoa, salvo os casos excepcionais previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. É autorizada a acumulação das demais funções por um mesmo Diretor, sendo designado um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e 4 diretores sem designação específica.

No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas a alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no nosso plano de negócios, orçamento anual e Estatuto Social.

Nos termos de nosso Estatuto Social, compete à Diretoria:

a) cumprir e fazer cumprir nosso Estatuto Social e as deliberações do conselho de administração e da assembleia geral;

b) elaborar e propor ao conselho de administração, o nosso plano anual de negócios e o orçamento anual, eventuais projetos de expansão e programas de investimento e cumprir e fazer cumprir as suas diretrizes;

c) nos representar, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos em nosso Estatuto Social, pela assembleia geral e pelo conselho de administração;

d) deliberar sobre a abertura, transferência e/ou encerramento de filiais, escritórios ou estabelecimentos de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e) submeter, anualmente, à apreciação do conselho de administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

f) aprovar contratações de obrigações financeiras observados os limites das competências atribuídas ao conselho de administração; e

g) deliberar sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da assembleia geral ou do conselho de administração.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal é um órgão societário independente de nossa administração e de nossos auditores independentes. O conselho fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

As principais responsabilidades do conselho fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da companhia aberta e reportar suas conclusões aos acionistas. A Lei das Sociedades por Ações exige que o conselho fiscal seja composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros efetivos e o igual número de suplentes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso conselho fiscal não poderá ser composto por (i) membros de nosso Conselho de Administração; (ii) membros de nossa Diretoria; (iii) nossos empregados; (iv) empregados de sociedade que controlamos ou de sociedade de nosso grupo; ou (v) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro de nosso Conselho de Administração ou de nossa Diretoria.

Os membros do conselho fiscal serão eleitos em assembleia geral, sendo que sua posse será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal.

Nosso Estatuto Social prevê um conselho fiscal de caráter não permanente. Atualmente, nosso conselho fiscal não está instalado.

Comitê de Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria Interna é composto por três membros, acionistas ou não, residentes no País e eleitos pelo Conselho de Administração, incluindo um auditor sênior. O comitê tem como principais atribuições (i) a supervisão de nossas atividades de controle financeiro; (ii) propor ao Conselho de Administração o nome de nossos auditores independentes; (iii) a análise do relatório da administração, das demonstrações financeiras, informações trimestrais e relatórios de demonstrações financeiras padronizadas elaboradas pela Companhia; e (iv) propor ao Conselho de Administração controles, políticas e práticas internas e processos de auditoria interna e independente.

Comitê de Gestão de Pessoas

O Comitê de Gestão de Pessoas é composto por até três membros, acionistas ou não, residentes no País e eleitos pelo Conselho de Administração. O comitê tem como principais finalidades: (i) a proposta, parâmetros, diretrizes e políticas de remuneração e benefícios a serem atribuídos aos administradores e empregados de alto escalão da Companhia; (ii) a proposta de remuneração global dos administradores da Companhia; (iii) a sucessão e rotatividade de administradores e empregados da Companhia; (iv) a criação, modificação e/ou extinção de plano de cargos e salários ou política semelhante; e (v) a adoção de políticas e modelos de competências, liderança, atração, retenção, e motivação de profissionais.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Comitê de Seminovos

O Comitê de Seminovos é composto por até quatro membros, acionistas ou não, residentes no País e eleitos pelo Conselho de Administração. O comitê tem como principais atribuições (i) avaliação das condições do mercado; (ii) definição de preços e estratégias de vendas; e (iii) definição da política de venda de veículos seminovos.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não possuímos conselho fiscal de funcionamento permanente e nosso Conselho Fiscal nunca foi instalado. Nossos comitês estatutários de auditoria interna, de gestão de pessoas e de seminovos foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2012.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Até a data deste Formulário de Referência, não possuímos mecanismos formais de avaliação de nossos administradores. Entretanto, dentre as atribuições de nosso Comitê de Gestão de Pessoas, está o estabelecimento de procedimentos de avaliação de órgãos de nossa administração e de seus membros.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao Diretor Presidente, além de exercer constante coordenação das atividades dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir nossas atividades; (ii) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, com direito a voto, inclusive o de qualidade; (iv) traçar as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia; (v) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (vi) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e as que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir nossas atividades relativas às operações de natureza financeira e contábil, bem como de nossas controladas, incluindo a gestão das áreas de tesouraria, aplicação e captação de recursos, controle de recebíveis e de contas a pagar, de orçamento e controle das operações e de planejamento, incluindo a preparação de nosso orçamento; e (ii) representar-nos perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, Banco Central do Brasil, às Bolsas de Valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior.

Os demais Diretores Estatutários terão as atribuições fixadas pelo nosso Conselho de Administração. Atualmente, nos termos de nosso estatuto social.

Atualmente, nossa Diretoria Estatutária é composta pelo nosso Diretor Presidente e pelo nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Até a data deste Formulário de Referência, não possuímos mecanismos formais de avaliação de nossos administradores. Até a data deste Formulário de Referência, não possuímos mecanismos formais de avaliação de nossos administradores.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Para mais informações de políticas e práticas de remuneração, vide item 13 deste Formulário de Referência.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

Conforme determina a Lei das Sociedades por Ações, nossas assembleias gerais são convocadas com no mínimo quinze dias corridos de antecedência em primeira convocação e oito dias corridos de antecedência em segunda convocação.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia: (i) aumentar, para até trinta dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até quinze dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b. competências

Conforme nosso estatuto social e a Lei das Sociedades por Ações, compete exclusivamente aos nossos acionistas, reunidos em assembleia geral, deliberar sobre as seguintes matérias:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

d) reformar o Estatuto Social;

e) deliberar operação de fusão, cisão ou incorporação (ou de ações), ou outra operação com efeitos similares (tais como, dentre outros, *drop-down* de ativos) envolvendo a Companhia ou qualquer uma de suas subsidiárias;

f) deliberar sobre dissolução, liquidação, extinção, ou autorização para requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou confissão de falência pela ou da Companhia ou qualquer uma de suas subsidiárias;

g) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

h) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

i) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre o estabelecimento ou alteração da política de dividendos e alocação de lucros e resultados do exercício da Companhia (incluindo-se distribuição de dividendos, dentre outros);

j) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, ou emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, exceto quando em conformidade com o disposto no artigo 6º deste Estatuto Social;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

k) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

l) deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta na CVM;

m) deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias;

n) suspender o exercício de direitos dos acionistas, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações; e

o) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação nos casos e na forma prevista neste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice formulada pelo Conselho de Administração.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados nos seguintes endereços eletrônicos:

www.locamerica.com.br/ri

www.cvm.gov.br

www.bmfbovespa.com.br

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados em nossa sede social, e em nosso escritório administrativo, onde nossa Diretoria Executiva e o nosso corpo administrativo, incluindo a Diretoria de Relações com Investidores, exercem suas atividades, conforme endereços abaixo:

a. São Paulo

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 150, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02546-000.

b. Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, Belo Horizonte, 12º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte, CEP 30350-540.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Admitimos solicitação de procurações pela nossa administração nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM n. 481, de 17 de dezembro de 2009.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o nosso caso, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias gerais

Não transmitimos ao vivo, em vídeo e/ou áudio, nossas assembleias gerais.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Ainda não adotamos uma política ou mecanismo para permitir inclusão de proposta de acionistas na ordem do dia em nossas assembleias gerais, visto que nunca nos foi solicitada tal inclusão. Podemos vir a atender tais solicitações, se apresentadas, observando sempre as disposições legais e regulamentares em cada caso específico.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de SP - SP	18/02/2012
		Empresas e Negócios - SP	18/02/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Empresas e Negócios - SP	28/02/2012
		Valor Econômico - SP	28/02/2012
			28/02/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de SP - SP	26/04/2011
		Empresas e Negócios - SP	21/04/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de SP - SP	13/03/2011
		Empresas e Negócios - SP	31/03/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de SP - SP	07/06/2011
		Empresas e Negócios - SP	07/06/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de SP - SP	26/03/2010
		Empresas e Negócios - SP	26/03/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de SP - SP	04/09/2010
		Empresas e Negócios - SP	04/09/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O nosso conselho de administração reunir-se-á, (i) ordinariamente, (a) mensalmente, até dezembro de 2013, salvo pelo mês de janeiro de cada ano, e (b) a cada 3 (três) meses, a partir do exercício social de 2014; e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado por quaisquer de seus membros, por meio de carta registrada ou correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento) entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, contendo a data, horário e a pauta dos assuntos a serem tratados.

As reuniões de nosso conselho de administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros, e, em segunda convocação, por qualquer número.

As reuniões de nosso conselho de administração serão realizadas, preferencialmente, em nossa sede. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, ou outros meios de comunicação, sendo que tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Em 31 de julho de 2008 foi celebrado um acordo de acionistas entre BVEP, o Sr. Luis Fernando Memoria Porto e o Sr. Sérgio Augusto Guerra de Resende, o qual se encontra arquivado em nossa sede, conforme aditado em 15 de dezembro de 2009, 29 de janeiro de 2010, 30 de dezembro de 2010, e 27 de fevereiro de 2012 ("Acordo de Acionistas BVEP").

O Acordo de Acionistas BVEP tem por objeto regular o relacionamento dos acionistas com relação à gestão da Companhia e contém disposições sobre compra e venda de ações, direito de preferência, direito de venda conjunta, obrigações de venda conjunta, bem como concede à BVEP direitos com relação à determinadas matérias objeto de aprovação pelos acionistas ou pelo Conselho de Administração. O Acordo de Acionistas BVEP será automaticamente terminado, de pleno direito, na data em que (i) o BVEP exercer a opção de venda da totalidade das ações de sua titularidade ou venda conjunta obrigatória nos termos estabelecidos no Acordo de Acionistas BVEP; (ii) for realizada uma abertura de capital qualificada, nos termos estabelecidos no Acordo de Acionistas BVEP; ou (iii) a participação do BV no capital social total da Companhia for reduzida a percentual inferior a 5%.

Para maiores informações sobre o Acordo de Acionistas BVEP, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o membro do Conselho de Administração de (i) realizar qualquer ato de liberdade às custas da companhia, bem como tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da assembleia geral ou do Conselho de Administração; (ii) receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da companhia.

Ademais, nosso Estatuto prevê que o membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou votar em reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha, ou represente, interesse conflitante com os nossos. Por fim, nosso Estatuto prevê que os membros do Conselho de Administração que também sejam Diretores estão

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

impedidos de votar nas matérias elencadas no item 12.1.a, alíneas “e”, “n” e “o” acima.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nosso estatuto social prevê que nós, nossos acionistas, administradores e os membros de nosso Conselho Fiscal são obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso estatuto social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Joel Kos	42	Pertence apenas à Diretoria	15/08/2011	2 anos
909.763.477-68	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	15/08/2011	Sim
Membro do Comitê Interno de Auditoria - Data da eleição: 27/02/2012; Data da Posse: 27/02/2012.				
Francisco Nuno Pontes Correia Neves	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	2 anos
695.099.216-53	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/02/2012	Sim
Membro do Comitê de Gestão de Pessoas - Data da eleição: 27/02/2012; Data da Posse: 27/02/2012.				
Mário Antônio Thomazi	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	2 anos
290.272.500-06	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/02/2012	Sim
Sérgio Augusto Guerra de Resende	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	2 anos
865.258.326-91	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/02/2012	Sim
Membro do Comitê de Seminovos - Data da eleição: 27/02/2012; Data da Posse: 27/02/2012.				
Valter Pasquini	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	2 anos
297.183.928-15	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/02/2012	Sim
Membro do Comitê Interno de Auditoria - Data da eleição: 27/02/2012; Data da Posse: 27/02/2012.				
Luis Fernando Memória Porto	39	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/02/2012	2 anos
915.133.326-00	Empresário	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	27/02/2012	Sim
Diretoria - Data da Eleição: 15/08/2011; Data da Posse:15/08/2011. Membro do Comitê de Seminovos - Data da eleição: 27/02/2012; Data da Posse: 27/02/2012. Membro do Comitê de Gestão e Pessoas Data da eleição: 27/02/2012; Data da Posse: 27/02/2012.				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Joel Kos - 909.763.477-68				

O Sr. Joel Kos é formado em engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia, e mestre em Sistemas de Gestão pela Rensselaer Polythechnic Institute. Entre 1993 e 1994, trabalhou como associado técnico do Credit Suisse (um banco global sediado na Suíça, com atuação no Brasil na área de gestão de recursos de terceiros). Entre 1994 e 1995 atuou como estagiário na área financeira em New York do Republic National Bank (banco com atuação na área de serviços financeiros, controlador do National Republic Bank of New York e do Banco Safra República). Entre 1997 e 2001 atuou como Venture Capital Fund Banker Manager/Corporate do Banco Modal S.A. (um banco de investimentos brasileiro com atuação em nichos específicos de mercado). Entre 2001 e 2003 atuou como superintendente Comercial do Banco Itaú S.A. (instituição com atuação destacada no mercado brasileiro de serviços financeiros) Entre 2003 e 2004 ocupou o cargo de diretor de relações corporativas do Banco Itaú BBA (o banco de atacado, investimentos e tesouraria institucional do grupo Itaú Unibanco). De 2004 a 2007 foi Diretor de relações corporativas do Banco Votorantim S.A. (um banco múltiplo com atuação em diversas áreas, tais como financiamento de veículos, crédito consignado, corporate, asset management, private bank, investment bank e corretagem de valores mobiliários). Entre 2008 e 2010 foi Presidente da CFA Society of Brasil (uma associação de profissionais de investimento local composta por gestores de carteira, analistas de segurança, consultores financeiros e outros profissionais da área financeira). No período compreendido entre 2007 e 2011 atuou como Diretor de private equity no Banco Votorantim. Em 2010 atuou como membro do conselho da CFA Society do Brasil. Atualmente é diretor financeiro e de relações com investidores de nossa Companhia. Por fim, o Sr. Joel Kos não ocupa, atualmente, cargos de administração em outras companhias abertas.

Não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Francisco Nuno Pontes Correia Neves - 695.099.216-53

O Sr. Francisco Nuno Pontes Correia Neves é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. No período compreendido entre 1991 e 2001 trabalhou na AmBev, onde chegou a ocupar o cargo de Gerente Geral de Distribuição Direta. Entre 2001 e 2006 exerceu o cargo de Diretor de Planejamento de Logística na Vale. Neste período ocupou também o cargo de Conselheiro de Administração da MRS Logística S.A. e Diretor Administrativo e Financeiro da Ferrovia Centro Atlântica S.A. – FCA (companhias abertas do Grupo Vale com atuação nos setores de logística e transporte ferroviário). Entre março e setembro de 2007 ocupou o cargo de CEO da CEMAR - Companhia Energética do Maranhão (companhia aberta com atuação no setor de distribuição de energia elétrica no Estado do Maranhão) e de Diretor da Equatorial Energia (uma holding com atuação no setor elétrico, nos segmentos de distribuição através da CEMAR, no Maranhão, e de geração através da Termoelétrica Geramar). Entre 2007 e 2009 ocupou o cargo de Diretor Executivo da ETH Bioenergia S.A. (que atua na produção e comercialização de etanol, energia elétrica e açúcar). Entre 2010 e 2011, ocupou os cargos de CEO na EmbraPort (um empreendimento da Odebrecht TransPort em parceria com a DP World e Coimex para a construção e operação do maior terminal privado multiuso do Brasil) e de Diretor na OTP – Odebrecht Transport (com atuação nos setores rodoviário, de transporte urbano, de infraestrutura de logística - portuária e dutos - e aeroportuário). Atualmente, além de membro do nosso Conselho de Administração, o Sr. Francisco Nuno ocupa, desde de outubro de 2011, o cargo de CEO da Haztec – Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. (um empreendimento do banco de investimento Bradesco BBI em parceria com o Infrabrasil (Santander) e o grupo Synthesis).

Em 2006, a CVM, no âmbito do processo administrativo de nº RJ2005/05132, aplicou a pena de advertência administrativa a todos os diretores da Ferrovia Centro Atlântica S.A., e, portanto, ao Sr. Francisco Nuno, por entender que tais diretores subscreveram propostas de aumento de capital da referida Companhia que não continham as justificativas pormenorizadas dos aspectos econômicos determinantes do preço de emissão, conforme preceitua o §7º do artigo 170 e o artigo 153 da Lei no 6.404/1976.

Não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Mário Antônio Thomazi - 290.272.500-06

O Sr. Mario Antonio Thomazi é graduado em Contabilidade pela Faculdade Judas Tadeu de Porto Alegre e Pós-graduado em Administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas. Iniciou sua carreira na área contábil do Banco Maisonnave S.A., onde trabalhou de 1975 a 1987. De 1987 a 1989, desenvolveu funções na área de informações gerenciais do Banco Iochpe S.A. De 1989 a 1991, foi responsável pelas áreas de controladoria, informações gerenciais e de processamento de operações do Banco Santander S.A. Desde 1991, tem trabalhado no Banco Votorantim S.A, nas funções de Gerente de Informações Gerenciais, Gerente de Produtos, Superintendente e Diretor de Riscos e Compliance. Atualmente, além de membro de nosso Conselho de Administração, o Sr. Mário Thomazi exerce, também, os cargos de: (i) Diretor de Riscos, Compliance e Recursos Materiais e membro do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A.; (ii) Conselheiro de Administração da Parati S.A.; (iii) Conselheiro de Administração da Redentor Energia S.A. (companhia aberta do setor de energia elétrica); (iv) membro suplente do Conselho de Administração da Light S.A. (companhia aberta do setor de energia elétrica); (v) Conselheiro Fiscal da Fundação OSESP; (vi) Diretor do BV Empreendimentos e Participações S.A., nosso controlador; (vii) Diretor da BV Financeira S.A.; (viii) Diretor da BV Leasing S.A. (companhia aberta integrante do Grupo Votorantim); (ix) Diretor da BVIA – BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A.; (x) Diretor da BVIP – BV Investimentos e Participações S.A.; (xi) Administrador da Votorantim Asset DTVM Ltda.; e (xii) Administrador da Votorantim Corretora CTVM Ltda.

Não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Sérgio Augusto Guerra de Resende - 865.258.326-91

Sr. Sérgio Augusto Guerra de Resende atua há mais de 20 anos no mercado automotivo. É um dos sócios-fundadores de nossa Companhia, e possui 32,69% de nosso capital. Atualmente, é membro de nosso Conselho de Administração. É Diretor-Presidente da Via Jap Comércio de Veículos Ltda., a 2ª maior concessionária de veículos da marca Mitsubishi do Brasil, fundada em 2003 e Diretor-Presidente da Via Natsu Comércio de Veículos Ltda., concessionária Suzuki, fundada em 2008. Em 2002, foi considerado o maior negociador de carros do Brasil pela sua atuação pelo Grupo Auto-house. Em 2004 e em 2005, conquistou o título de concessionária diamante do Grupo Mitsubishi pela performance da Via Jap Comércio de Veículos Ltda., sob sua gestão. Por fim, o Sr. Sérgio Resende não ocupa, nem ocupou cargos de administração em outras companhias abertas.

Não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Valter Pasquini - 297.183.928-15

Sr. Valter Pasquini é formado e pós graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politecnica da Universidade de São Paulo. No período compreendido entre 1986 e 1989 foi diretor de finanças e controle, e diretor comercial na Credicard Administradora de Cartões de Crédito (empresa que exerce posição de destaque no mercado de administração cartões de crédito brasileiro). Entre 1980 e 1985 ocupou os cargos de vice-presidente, diretor geral, diretor executivo de administração, diretor de controladoria do Grupo Financeiro Auxiliar, com atuação na indústria de serviços financeiros. Em 1989, o Sr. Valter ingressou no Grupo Abril (um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação e educação da América Latina, com atuação em mídia escrita, televisiva, digital e no setor de educação), tendo ocupado cargos de alta gestão, chegando inclusive à se tornar vice-presidente de Serviços Compartilhados. Em 2007, se aposentou de suas funções executivas e passou a atuar como consultor do Banco Votorantim (um banco múltiplo com atuação em diversas áreas, tais como financiamento de veículos, crédito consignado, corporate, asset management, private bank, investment bank e corretagem de valores mobiliários), para exercer as funções de Conselheiro no Frigorífico Mercosul (empresa com atuação no setor frigorífico com 11 plantas distribuídas em diversas regiões pecuárias do Brasil) e, atualmente, em nossa Companhia. O Banco Votorantim é único quotista do FIP BVIA Fundo de Investimento em Participações que, por sua vez, é detentor de 100% das ações da BV Empreendimentos e Participações S.A., acionista da Companhia. Para mais informações vide item 8.2 deste Formulário de Referência. Por fim, o Sr. Valter não ocupa, atualmente, cargos de administração em outras companhias abertas.

Não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luis Fernando Memória Porto - 915.133.326-00

Sr. Luis Fernando Memoria Porto, em 1993, aos 22 anos, foi um dos sócios fundadores da Locarvel Locadora de Veículos Ltda., e detém atualmente, 32,69% de nossa Companhia. Atualmente, ocupa os cargos de presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente de nossa Companhia. O Sr. Luis Fernando formou-se em administração de empresas pela Universidade FUMEC e fez sua especialização em Negócios pela Fundação Dom Cabral. Adicionalmente, é um dos sócios-fundadores da Via Jap Comércio de Veículos Ltda., a 2ª maior concessionária de veículos da marca Mitsubishi do Brasil, fundada em 2003, e da Via Natsu Comércio de Veículos Ltda., concessionária de veículos revendedora da marca Suzuki, fundada em 2008. Por fim, o Sr. Luis Fernando não ocupa, nem ocupou cargos de administração em outras companhias abertas.

Não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Idade**	**Data posse**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		**Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações**			
Eduardo Rocha de Matos Borba	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	27/02/2012	1 ano
706.996.906-68			40	27/02/2012	
Superintendente		O Sr. Eduardo Rocha de Matos é graduado em Administração de Empresas pela PUC-MG e possui MBA em Controladoria e Auditoria pela UNA. Atuou de 1999 a 2002 na FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de M.G – com gestão geral. De 2002 a 2005 trabalho na REAGE Auditoria e Consultoria de Gestão Empresarial atuou nas áreas Financeira, Controladoria e Administrativa com a Implantação de Sistema de Gerenciamento de Riscos. De 2005 a 2010 atuou na PRÓ-AGIR Consultoria e Auditoria Empresarial – nas áreas Financeira, Controladoria e Administrativa. Desde 2010 é responsável pelos trabalhos da equipe de auditoria interna na Locamerica. Por fim, o Sr. Eduardo Rocha não ocupa, nem ocupou cargos de administração em outras companhias abertas. Não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.			
Joel Kos	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	27/02/2012	1 ano
909.763.477-68			42	27/02/2012	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores		O Sr. Joel Kos é formado em engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia, e mestre em Sistemas de Gestão pela Rensselaer Polythechnic Institute. Entre 1993 e 1994, trabalhou como associado técnico do Credit Suisse (um banco global sediado na Suíça, com atuação no Brasil na área de gestão de recursos de terceiros). Entre 1994 e 1995 atuou como estagiário na área financeira em New York do Republic National Bank (banco com atuação na área de serviços financeiros, controlador do National Republic Bank of New York e do Banco Safra República). Entre 1997 e 2001 atuou como Venture Capital Fund Banker Manager/Corporate do Banco Modal S.A. (um banco de investimentos brasileiro com atuação em nichos específicos de mercado). Entre 2001 e 2003 atuou como superintendente Comercial do Banco Itaú S.A. (instituição com atuação destacada no mercado brasileiro de serviços financeiros) Entre 2003 e 2004 ocupou o cargo de diretor de relações corporativas do Banco Itaú BBA (o banco de atacado, investimentos e tesouraria institucional do grupo Itaú Unibanco). De 2004 a 2007 foi Diretor de relações corporativas do Banco Votorantim S.A. (um banco múltiplo com atuação em diversas áreas, tais como financiamento de veículos, crédito consignado, corporate, asset management, private bank, investment bank e corretagem de valores mobiliários). Entre 2008 e 2010 foi Presidente da CFA Society of Brasil (uma associação de profissionais de investimento local composta por gestores de carteira, analistas de segurança, consultores financeiros e outros profissionais da área financeira). No período compreendido entre 2007 e 2011 atuou como Diretor de private equity no Banco Votorantim. Em 2010 atuou como membro do conselho da CFA Society do Brasil. Atualmente é diretor financeiro e de relações com investidores de nossa Companhia. Por fim, o Sr. Joel Kos não ocupa, atualmente, cargos de administração em outras companhias abertas. Não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.			
Valter Pasquini	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Engenheiro	27/02/2012	1 ano
297.183.928-15			64	27/02/2012	

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Membro do Conselho de Administração		O Sr. Valter Pasquini é formado e pós graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politecnica da Universidade de São Paulo. No período compreendido entre 1986 e 1989 foi diretor de finanças e controle, e diretor comercial na Credicard Administradora de Cartões de Crédito (empresa que exerce posição de destaque no mercado de administração cartões de crédito brasileiro). Entre 1980 e 1985 ocupou os cargos de vice-presidente, diretor geral, diretor executivo de administração, diretor de controladoria do Grupo Financeiro Auxiliar, com atuação na indústria de serviços financeiros. Em 1989, o Sr. Valter ingressou no Grupo Abril (um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação e educação da América Latina, com atuação em mídia escrita, televisiva, digital e no setor de educação), tendo ocupado cargos de alta gestão, chegando inclusive à se tornar vice-presidente de Serviços Compartilhados. Em 2007, se aposentou de suas funções executivas e passou a atuar como consultor do Banco Votorantim (um banco múltiplo com atuação em diversas áreas, tais como financiamento de veículos, crédito consignado, corporate, asset management, private bank, investment bank e corretagem de valores mobiliários), para exercer as funções de Conselheiro no Frigorífico Mercosul (empresa com atuação no setor frigorífico com 11 plantas distribuídas em diversas regiões pecuárias do Brasil) e, atualmente, em nossa Companhia. O Banco Votorantim é único quotista do FIP BVIA Fundo de Investimento em Participações que, por sua vez, é detentor de 100% das ações da BV Empreendimentos e Participações S.A., acionista da Companhia. Para mais informações vide item 8.2 deste Formulário de Referência. Por fim, o Sr. Valter não ocupa, atualmente, cargos de administração em outras companhias abertas. Não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.			
Carlos Fabiano Bezerra	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	27/02/2012	1 ano
692.472.346-20	Comitê de Seminovos		43	27/02/2012	
Gerente geral de seminovos (atacado).					
Francisco Nuno Pontes Correia Neves	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Engenheiro	27/02/2012	1 ano
695.099.216-53	Comitê de Gestão de Pessoas		44	27/02/2012	
Conselheiro independente.					
Luis Fernando Memoria Porto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	27/02/2012	1 ano
915.133.326-00	Comitê de Seminovos e Comitê de Pessoas		39	27/02/2012	
Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente.					
Neide Ramos	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheira	27/02/2012	1 ano
706.251.076-91	Comitê de Gestão de Pessoas		38	27/02/2012	
Diretora não estatutária de Gente e Gestão.					
Sérgio Augusto Guerra de Resende	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Empresário	27/02/2012	1 ano

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
865.258.326-91	Comitê de Seminovos		36	27/02/2012	
Vice-Presidente do Conselho de Administração.					
Yuri Costa Dolabella	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	27/02/2012	1 ano
560.516.896-72	Comitê de Seminovos		44	27/02/2012	
Gerente geral de seminovos (varejo).					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas aos nossos administradores, nossas controladas e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2011			
Administrador do Emissor			
Mário Antônio Thomazi Conselheiro de Amdministração.	290.272.500-06	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Banco Votorantim S.A. Diretor e Membro do Comitê de Auditoria	59.588.111/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Mário Antônio Thomazi Conselheiro de Administração	290.272.500-06	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
BV Empreendimentos e Participações S.A. Diretor	08.959.996/0001-79		
Observação			
Exercício Social 31/12/2010			
Administrador do Emissor			
Joel Kos Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	909.763.477-68	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Banco Votorantim S.A. Diretor de private equity.	59.588.111/0001-03		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Até fevereiro de 2010, o Sr. Joel Kos integrava a equipe de private equity do Banco Votorantim S.A., controlador indireto do BV Empreendimentos e Participações S.A. que, por sua vez, desde julho de 2008, integra o nosso bloco de controle. A partir de março de 2010, o Sr. Joel Kos passou a integrar nossa equipe como representante do BV Empreendimentos e Participações S.A, tendo sido eleito, em outubro de 2010, para nossa diretoria, exercendo o cargo de Diretor Financeiro e de Diretor Administrativo e, posteriormente, de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Contratamos apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (“D&O”) junto à Itaú Seguros S.A., em benefício de nossos diretores e administradores com o intuito de garantir o reembolso de eventuais custos com defesa legal e com indenizações, decorrentes de processos judiciais e de processos administrativos, bem como decorrentes de reclamações de nossos acionistas minoritários ou de terceiros prejudicados, relacionadas às suas atividades de gestão. O período de vigência da apólice é de 27 de janeiro de 2012 a 27 de janeiro de 2013. Pela contratação do seguro, pagamos à Itaú Seguros S.A. um prêmio equivalente a R$145,8 mil.

12.12 - Outras informações relevantes

Em complementação às informações constantes do item 12.3 deste Formulário de Referência, informamos que as convocações para as assembleias gerais que apreciaram as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2011 foram dispensadas em razão da presença, nas referidas assembleias, de acionistas representando a totalidade de nosso capital social, em conformidade com o artigo 124, parágrafo 4º da Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

(a) Políticas de Ética e Conduta

Visando a uniformização de padrões éticos e princípios morais entre nossos colaboradores, elaboramos e instituímos nosso Código de Conduta Ética ("Código de Ética"). Entendemos que, para garantir nossa integridade e o sucesso e a sustentabilidade do nosso negócio é essencial o estabelecimento de regras referentes à conduta, convivência, relacionamento com a imprensa, sigilo profissional, dentre outras. Nossa diretriz é que os acionistas, diretores e colaboradores cumpram rigorosamente todas as leis e regulamentos aplicáveis e observem os mais elevados padrões de ética corporativa.

Neste sentido, nosso Código de Ética tem papel relevante na manutenção de nossa imagem e a imagem de nossos profissionais junto ao mercado. Por este motivo, exigimos rigorosamente de todos os nossos colaboradores, diretores e conselheiros a observância de todas as normas nele instituídas, sendo que o descumprimento e/ou a inobservância de suas disposições estão sujeitos a sanções disciplinares, desligamento e, inclusive, medidas judiciais.

Nos preocupamos, também, com eventuais conflitos de interesses entre nós e nossos colaboradores, sendo que nossos colaboradores devem abster-se de competir ou permitir que interesses pessoais ou familiares exerçam influência direta ou indireta sobre nossos negócios. Assim, o colaborador deve declarar-se impedido de participar de qualquer decisão que implique conflito de interesse, tais como:

I. ter participação individual ou familiar (incluindo parentes de primeiro grau: pais, irmãos, cônjuges e filhos) nos negócios de qualquer de nossos fornecedores ou clientes, a não ser que uma exceção seja autorizada por nosso Conselho de Administração;

II. ter participação substancial, individual ou familiar, em organização que faça negócios ou deseje fazer negócios conosco, exceto com relação a ações de companhias abertas adquiridas no mercado, que podem ser detidas para fins de investimento pessoal. Nenhum colaborador pode se beneficiar de informações confidenciais ou de oportunidades comerciais que lhes estejam disponíveis em virtude de seus cargos e, consequentemente, não podem usar essas informações de modo nos prejudicar.

Por fim, nosso Código de Ética também exige a honestidade e o compromisso com a verdade de nossos colaboradores na elaboração de todos os documentos, formulários e informações fornecidos ao mercado, à CVM e à outros órgãos reguladores nacionais e internacionais.

(b) Práticas de Governança Corporativa

Somos uma companhia comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, tratamento igualitário dos acionistas, prestação de contas, responsabilidade corporativa e respeito aos acionistas. Celebraremos com a BM&FBOVESPA– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. o contrato de participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, adotamos práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme descritas abaixo:

(i) Nosso capital social é dividido apenas em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

12.12 - Outras informações relevantes

(ii) Os acordos de acionistas firmados por nossos acionistas e arquivados em nossa sede são públicos e divulgados em nosso *website* e no *website* da CVM;

(iii) Nossa assembleia geral possui competência para deliberar sobre (i) aumentos ou redução de nosso capital social (exceto quanto a aumentos dentro do limite do capital autorizado) e sobre a reforma de nosso Estatuto Social; (ii) a eleição e destituição, a qualquer tempo, de membros de nosso conselho de administração e conselho fiscal (se instalado); (iii) a aprovação das contas apresentadas por nossos administradores e a aprovação de nossas demonstrações financeiras; (iv) transformação, cisão, dissolução ou liquidação envolvendo nossa Companhia; (v) a avaliação de bens que venham a integrar o capital social; e (vi) a aprovação da remuneração de nossos administradores;

(iv) A pauta de nossas assembleias gerais e a documentação pertinente, com o maior detalhamento possível, são tornadas públicas e disponibilizadas na data da primeira convocação, e não incluem o item "outros assuntos", bem como são acompanhadas de proposta da administração com informações detalhadas sobre cada item que dela conste (sendo que essas propostas são disponibilizadas em nosso *website* e encaminhadas à CVM e à BM&FBOVESPA;

(v) Nosso estatuto social prevê regras claras e objetivas para votação dos acionistas reunidos em assembleia geral;

(vi) Registramos, sempre que requerido por nossos acionistas, a ocorrência de votos dissidentes;

(vii) Enviamos à CVM e à BM&FBOVESPA todas as atas de nossas assembleias gerais na íntegra;

(viii) Nosso estatuto prevê que assuntos não apresentados expressamente na convocação somente poderão ser votados caso haja a presença de todos os acionistas;

(ix) Na hipótese de alienação direta ou indireta de nosso controle acionário, o adquirente do controle tem a obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações a todos os nossos acionistas, de modo a proporcionar tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante das ações representativas do controle;

(x) Contratamos empresa de auditoria independente para análise de nossos balanços e demais demonstrativos financeiros;

(xi) Os membros de nosso conselho de administração, que é composto por cinco a sete membros, possuem mandato unificado de dois anos, sem possibilidade de renovação automática;

(xii) Nosso diretor-presidente não poderá ocupar o cargo de presidente de nosso conselho de administração após o período máximo de três anos contados a partir da data do início de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no Novo Mercado;

(xiii) Possuímos uma política de divulgação de atos ou fatos relevantes, que elege nosso Diretor de Relações com Investidores como nosso principal porta-voz;

(xiv) Adotamos uma política de negociação com ações de nossa emissão, aprovada por nosso conselho de administração, e possuímos controles que viabilizam seu cumprimento;

(xv) Nosso estatuto social possui provisões para a instalação de conselho Fiscal;

(xvi) Possuímos um comitê de auditoria interna e um comitê de gestão de pessoas;

(xvii) Escolhemos os locais de nossas assembleias gerais de modo a facilitar a presença de nossos acionistas ou seus representantes;

12.12 - Outras informações relevantes

(xviii) Nosso estatuto social contém disposições claras sobre a forma (a) de convocação de nossas assembleias gerais; e (ii) de eleição, destituição e tempo de mandato de nossos conselheiros e diretores;

(xix) Nosso estatuto não prevê a eleição de suplentes aos membros efetivos de nosso conselho de administração;

(xx) Realizamos, com transparência, a divulgação pública do relatório anual de nossa administração;

(xxi) Os membros de nosso conselho de administração possuem livre acesso às nossas informações e instalações; e

(xxii) Nosso estatuto social prevê a resolução de conflitos entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros de nosso conselho fiscal (se instalado) por meio de arbitragem.

(c) Membros dos Comitês

Informamos que os membros eleitos para os Comitês de Seminovos, Gestão de Pessoas e Auditoria Interna, conforme indicado no item 12.7 deste Formulário de Referência, não possuem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que os tenham suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

Nossa política remuneratória está em consonância com as práticas de mercado e foi estruturada em parceria com a empresa de consultoria de gestão de negócio Hay Group, referência mundial no mercado de remuneração, com base no *TOP Executive Compensation*, pesquisa que considera como rendimentos o salário-base mais os bônus recebidos pelos profissionais. Dentre as companhias envolvidas no estudo, 27% são avaliadas como nível 1 de governança corporativa, 7% como nível 2 e 27% são do novo mercado.

Os principais objetivos da nossa política de remuneração são (a) a motivação dos nossos executivos, com o objetivo primordial de geração de valor para nossos acionistas; e (b) a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o nosso resultado.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Nos termos de nossa política de remuneração, nossos executivos (diretores estatutários e não estatutários) fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (a) remuneração fixa (pró-labore, no caso dos diretores estatutários), (b) remuneração variável anual (bônus), baseado em indicadores de desempenho quantitativos definidos no planejamento estratégico pelo desdobramento das diretrizes nele contidas, e (c) benefícios descritos no item 14.3 deste Formulário de Referência.

A remuneração dos membros do conselho de administração, exceto em casos em que os conselheiros também atuem como diretores executivos, é composta por uma remuneração mensal e fixa e participação no programa de opções de compra de ações.

Os membros do Comitês de Auditoria Interna e do Comitê de Gestão de Pessoas da Companhia que desenvolvam outras atividades na Companhia (exceto pela função de membros do conselho de administração) não percebem qualquer remuneração pela participação no comitê. Os membros do comitê que não desenvolvam outra atividade na Companhia além de serem membros do conselho de administração farão jus a uma remuneração por hora de trabalho, no valor de R$1.000,00, ou, na hipótese de deslocamento para as reuniões, de R$8.000,00 por dia. Os membros do Comitê de Seminovos da Companhia não fazem jus a qualquer remuneração pelo desempenho de suas funções.

Os comitês estatutários da Companhia foram instituídos em 27 de fevereiro de 2012 e dessa forma, a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria Interna e Gestão de Pessoas somente será devida com relação ao exercício social corrente.

Esta composição de remuneração tem como objetivo atrair, reter e motivar os melhores profissionais do mercado. A remuneração variável tem ainda o objetivo de incentivar o cumprimento de nossas metas de desempenho anual, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas.

Oferecemos ainda aos nossos executivos participação em plano de outorga de opções de compra de ações, com o objetivo de alinhar incentivos entre administradores e acionistas, bem como visando à retenção de longo prazo desses profissionais.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Diretoria Não Estatutária			
	R$	%	R$	%	R$	%
Remuneração Fixa	0,00	0,0	966.952,89	99,9	713.446,00	94,6

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Remuneração Variável	0,00	0,0	0,00	0,0	26.444,50	3,5
Programa de Opção	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Benefícios	0,00	0,0	627,00	0,1	14.099,50	1,9
Total	**0,00**	**0,0**	**967.579,89**	**100,0**	**753.990.00**	**100,0**

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010

	Conselho de Administração		**Diretoria Estatutária**		**Diretoria Não Estatutária**	
	R$	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**
Remuneração Fixa	0,00	0,0	1.114.600,00	93,7	604.358,80	88,4
Remuneração Variável	0,00	0,0	73.000,00	6,1	65.000,00	9,5
Programa de Opção	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Benefícios	0,00	0,0	1.520,00	0,1	14.618,60	2,1
Total	**0,00**	**0,0**	**1.189.120,00**	**100,0**	**683.977,40**	**100,0**

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011

	Conselho de Administração		**Diretoria Estatutária**		**Diretoria Não Estatutária**	
	R$	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**
Remuneração Fixa	48.000,00	100,0	1.217.400,00	74,9	1.469.983,99	65,0
Remuneração Variável	0,00	0,0	397.148,40	24,4	591.391,29	26,2
Programa de Opção	0,00	0,0	0,00	0,0	140.983,00	6,2
Benefícios	0,00	0,0	10.332,18	0,7	57.978,38	2,6
Total	**48.000,00**	100,0	**1.624.880,58**	**100,0**	**2.260.336,66**	**100,0**

Exercício atual

	Conselho de Administração		**Diretoria Estatutária**		**Diretoria Não Estatutária**		**Comitês[1]**	
	R$	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**
Remuneração Fixa	437.000,00	94,4	1.562.000,00	34,1	1.375.921,44	45,4	16.000,00	100,0
Remuneração Variável	0	0,0	1.418.000,00	30,9	1.266.601,20	41,8	0,00	0,0
Programa de Opção	26.000,00	5,6	1.439.000,00	31,4	172.515,00	5,7	0,00	0,0
Benefícios	0	0,0	163.200,00	3,6	215.400,00	7,1	0,00	0,0
Total	**463.000,00**	**100**	**4.582.200,00**	**100**	**3.030.437,64**	**100**	**0,00**	**100,0**

(1) Nota: Uma vez que os membros dos Comitês que receberão remuneração no exercício social atual são também membros do Conselho de Adminsitração da Companhia, a referida remuneração foi classificada no item 13.2 no Formulário de Referência no campo "Remuneração por Participação em Comitês".

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O salário base de nossa Diretoria estatutária e não estatutária e de nosso Conselho de Administração, bem como os benefícios citados no item 14.3 deste Formulário de Referência e atribuídos à nossa Diretoria, são reajustados de acordo com a revisão anual do *TOP Executive Compensation* pela empresa de consultoria de remuneração Hay Group, baseada nas melhores práticas de mercado.

A principal condição para o pagamento de remuneração variável é a obtenção de um resultado mínimo de lucro líquido definido pelo nosso conselho de administração. Uma vez atingido este resultado, 15% do lucro será distribuído aos nossos funcionários a titulo de remuneração variável.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Nossa remuneração variável é calculada de acordo com a consecução das metas financeiras e operacionais, metas internas de resultados e metas individuais de cada administrador. Qualquer alteração em nossa política de remuneração variável só poderá ser implementada mediante aprovação do conselho de administração.

A nossa avaliação do cumprimento de metas é feita primeiramente tomando por base os resultados da empresa, caso todos estes indicadores sejam avaliados positivamente, passa-se a análise do cumprimento das metas pessoais por funcionário.

O Conselho de Administração não aufere remuneração variável.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Acreditamos que a combinação dos elementos fixos e variáveis que compõem a remuneração da nossa Diretoria Estatutária alinha os interesses pessoais de nossos diretores aos nossos no curto, médio e longo prazo. A parcela fixa dos rendimentos é calculada de modo a proporcionar segurança para o cumprimento das obrigações cotidianas dos executivos, enquanto a parcela variável, associada a metas estabelecidas para cada exercício social.

O plano de opções de compra de ações, por sua vez, concretiza o alinhamento de interesses entre executivos e companhia no longo prazo, colaborando também para a retenção dos executivos.

Considera-se que a retenção do Conselho de Administração se dará pela própria base de remuneração – *TOP Executive Compensation* – que consideramos agressiva e alinhada com as melhores práticas de mercado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração são levados em consideração o desempenho do executivo e suas metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no nosso orçamento, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, como por exemplo, os objetivos relacionados à nossa receita de locação, EBITDA, lucro líquido, rotatividade de nossos funcionários (*turn over)* e satisfação de clientes, entre outros indicadores.

Nossa avaliação do cumprimento de metas é feita primeiramente tomando por base nossos resultados. Caso todos estes indicadores sejam avaliados positivamente, passa-se a análise do cumprimento das metas pessoais por funcionário.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A parcela variável da remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho. Esta parcela está diretamente ligada ao desempenho individual de cada executivo (metodologia de gestão por competência), da sua área (desmembramento das diretrizes) e de nosso desempenho, no alcance das metas definidas para cada departamento no período em questão. O valor do bônus está diretamente ligado ao desempenho do executivo demonstrado no período avaliado. Oferecemos aos nossos executivos participação em plano de outorga de opções de compra de ações com intenção de alinhar objetivos e de retenção em longo prazo.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

Nossa prática com relação aos componentes da remuneração total está diretamente alinhada aos nossos objetivos e interesses de curto e médio prazo, à medida que as metas internas, financeiras e de resultado estabelecidas por nossa administração estão atreladas aos resultados de remuneração variável. Para o longo prazo, alinhamos nossos interesses aos de nossos administradores por meio da outorga de opções de compra de ações, com prazo de exercício

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

diferido entre curto, médio e longo prazos, reafirmando o compartilhamento do risco e do resultado entre nós e nossos administradores.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Nenhum de nossos administradores possui remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

O exercício das opções outorgadas pelo nosso plano de opções de compra de ações está condicionado à realização de nossa oferta pública inicial de ações ("IPO") ou, alternativamente, à realização de operação de fusão, incorporação, cisão ou outra forma de reorganização societária envolvendo nossa Companhia que resulte em (i) uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ou (ii) permuta de ações de nossa emissão por ações de uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ("M&A Companhia Aberta" e em conjunto com IPO "Gatilho").

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,90	2,70		7,60
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	437.000,00	1.562.000,00		1.999.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	163.200,00		163.200,00
Participações em comitês	16.000,00	0,00		16.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.418.000,00		1.418.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	26.000,00	1.439.000,00		1.465.000,00
Observação	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme detalhado no item 3.16 deste Formulário de Referência.	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme detalhado no item 3.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração	479.000,00	4.582.200,00		5.061.200,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,30	2,00		5,30
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	48.000,00	1.217.400,00		1.265.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	10.332,18		10.332,18
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	397.148,40		397.148,40
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme detalhado no item 3.16 deste Formulário de Referência.	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme detalhado no item 3.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração	48.000,00	1.624.880,58		1.672.880,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.114.600,00		1.114.600,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.520,00		1.520,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	73.000,00		73.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme detalhado no item 3.16 deste Formulário de Referência.	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme detalhado no item 3.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração	0,00	1.189.120,00		1.189.120,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	966.952,89		966.952,89
Benefícios direto e indireto	0,00	627,00		627,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme detalhado no item 3.16 deste Formulário de Referência.	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme detalhado no item 3.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração	0,00	967.579,89		967.579,89

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2012)

	Conselho de Administração [1,3]	Diretoria Estatutária[1]	Conselho Fiscal[2]	Total
Nº de membros	N/A	2,7	N/A	2,7
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	0,00	N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.485.000,00	N/A	1.485.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	1.485.000,00	N/A	1.485.000,00

(1) Considera o número de membros apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/nº07/2011, conforme detalhado no item 13.16 deste Formulário de Referência, sendo que foram desconsiderados os membros do Conselho de Administração, uma vez que eles não recebem remuneração variável.
(2) Não temos conselho fiscal instalado
(3) Os membros do nosso conselho de administração não auferem remuneração variável.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração [1,3]	Diretoria Estatutária[1]	Conselho Fiscal[2]	Total
Nº de membros	N/A	2	N/A	2
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	-	N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.437.450,00	N/A	1.437.450,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	1.437.450,00	N/A	1.437.450,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	397.148,40	N/A	397.148,40

(1) Considera o número de membros apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/nº07/2011, conforme detalhado no item 13.16 deste Formulário de Referência, sendo que foram desconsiderados os membros do Conselho de Administração, uma vez que eles não receberam remuneração variável.
(2) Não temos conselho fiscal instalado
(3) Os membros do nosso conselho de administração não auferem remuneração variável.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2010

	Conselho de Administração [1,3]	Diretoria Estatutária[1]	Conselho Fiscal[2]	Total
Nº de membros	N/A	2	N/A	2
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	73.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	73.000,00	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	73.000,00	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A			

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	977.500,00	N/A	977.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	488.750,00	N/A	488.750,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Considera o número de membros apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/nº07/2011, conforme detalhado no item 13.16 deste Formulário de Referência, sendo que foram desconsiderados os membros do Conselho de Administração, uma vez que eles não receberam remuneração variável.
(2) Não temos conselho fiscal instalado
(3) Os membros do nosso conselho de administração não auferem remuneração variável.
Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2009

	Conselho de Administração (1,3)	Diretoria Estatutária(1)	Conselho Fiscal(,2)	Total
Nº de membros	N/A -	2	N/A	5
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	977.500,00	N/A	977.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	488.750,00	N/A	488.750,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Considera o número de membros apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/nº07/2011, conforme detalhado no item 13.16 deste Formulário de Referência, sendo que foram desconsiderados os membros do Conselho de Administração, uma vez que eles não receberam remuneração variável.
(2) Não temos conselho fiscal instalado.
(3) Os membros do nosso conselho de administração não auferem remuneração variável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais:

Plano I

Nossos acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária, o Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, em 21 de dezembro de 2010, conforme alterado nas assembleias gerais extraordinárias de 23 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012 ("Plano de Opção I"), o qual estabelece as condições gerais para outorgas de opções de compra de ações de nossa emissão, aos nossos empregados, Administradores e terceiros considerados estratégicos para nós (prestadores de serviço a nossa Companhia ou a sociedades sob nosso controle, bem como profissionais que pretendemos atrair para nossa equipe), a serem indicados pelo nosso Conselho de Administração, tendo por objetivo incentivar e reter profissionais considerados estratégicos e alinhados com os nossos objetivos.

Em 21 de dezembro de 2010, 12 de janeiro de 2011, 23 de maio de 2011 e 23 de fevereiro de 2012, nosso Conselho de Administração aprovou as listas de beneficiários do referido Plano I e a assinatura dos respectivos contratos com os beneficiários. Adicionalmente, em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012, o Conselho de Administração aprovou a atualização da quantidade e do preço de exercício das Opções outorgadas no âmbito do referido Plano de Opção I e a celebração de aditivos aos contratos acima mencionados para refletir tais alterações, em virtude do cancelamento das ações em tesouraria da Companhia e do desdobramento de ações do capital social da Companhia, aprovados, respectivamente, pelas Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012. Para mais informações sobre o desdobramento vide o item 6.5 deste Formulário de Referência.

Seguem abaixo as condições gerais do Plano de Opção I, aplicáveis a todos os seus beneficiários:

- *Opções Outorgadas*: as Opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção I conferem direitos de subscrição de ações correspondentes a até 3% do total do nosso capital social.

- *Preço de exercício*: R$3,03 para as outorgas deliberadas pelo nosso Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2010, 12 de janeiro de 2011 e 23 de maio de 2011, e R$3,40 para as outorgas deliberadas pelo nosso Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2012.

- *Correção do Preço de Exercício*: anualmente, a contar da data de assinatura do contrato de outorga da opção, pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - IGP-M ("IGP-M") ou, em caso de sua extinção, pelo índice nacional que reflita a inflação do período, conforme aplicado pela Administração Pública Federal.

- *Quantidade de Ações:* poderão ser outorgadas opções correspondentes a até 1.403.545 ações de nossa emissão (considerando o nosso capital em 02 abril de 2012), sendo que até a data deste Formulário de Referência foram outorgadas, 1.328.113 opções.

- *Beneficiários*: Administradores, empregados e terceiros considerados estratégicos.

- *Condições*: as opções outorgadas ficarão integralmente condicionadas à realização da oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia ("Oferta Pública Inicial"). Alternativamente ficariam também condicionadas à realização de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária nos envolvendo que resulte em (i) uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ou (ii) permuta de ações de nossa emissão por ações de uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- *Datas de exercício (vesting)*: considerando a realização de nossa Oferta Pública Inicial como condição, as opções tornar-se-ão exercíveis, da seguinte forma: 20% exercíveis imediatamente após a data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta Pública Inicial e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes à data da respectiva publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

- *Prazo de Exercício*: As Opções poderão ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo de cinco anos a contar da(s) respectiva(s) data(s) de exercício *(vesting)*;

- *Rescisão:* a rescisão do contrato de opção de compra de ações será automática caso o beneficiário deixe de manter vínculo empregatício ou estatutário conosco, caso não ocorra uma das condições de exercício no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do contrato de opção ou, ainda, após o exercício de todas as opções de compra de ações, o que ocorrer primeiro.

Plano II

Nossos acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária, nosso Segundo Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção II") em 23 de fevereiro de 2012, conforme aditado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2012, o qual estabelece as condições gerais para novas outorgas de opções de compra de ações de nossa emissão, a nossos Administradores e terceiros considerados estratégicos para nós (prestadores de serviço a nossa Companhia ou a sociedades sob nosso controle, bem como administradores e profissionais que pretendemos atrair para nossa equipe), a serem indicados pelo nosso Conselho de Administração, tendo por objetivo incentivar e reter profissionais considerados estratégicos e alinhados com os nossos objetivos.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção II conferem direitos de subscrição de ações correspondentes a até 1,5% do total do nosso capital social na data de sua aprovação.

Seguem abaixo as condições aplicáveis a cada Programa de Outorga de Opção de Compra de Ação, celebrados no âmbito do Plano de Opção II:

Programa de Opção I

Nosso Conselho de Administração aprovou, no âmbito do referido Plano II, o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações, em 23 de fevereiro de 2012, conforme aditado em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012 ("Programa de Opção I"), bem como as listas de beneficiários do referido Programa e assinatura dos respectivos contratos com os beneficiários. Adicionalmente, em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012, o Conselho de Administração aprovou a atualização da quantidade e do preço de exercício das Opções outorgadas no âmbito do referido Programa de Opção I e a celebração de aditivos aos contratos acima mencionados para refletir tais alterações, em virtude do cancelamento das ações em tesouraria da Companhia e do desdobramento de ações do capital social da Companhia, aprovados, respectivamente, pelas Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012. Para mais informações sobre o desdobramento vide o item 6.5 deste Formulário de Referência.

As opções outorgadas no âmbito do Programa de Opção I conferem direitos de subscrição de ações correspondentes a até 1,05% do total do nosso capital social na data de sua aprovação. Abaixo estão as principais características do Programa de Opção I:

- *Preço de exercício*: R$3,40.

- *Correção do Preço de Exercício*: anualmente, a contar da data de assinatura do contrato de outorga da opção, pela variação positiva do IGP-M ou, em caso de sua extinção, pelo índice nacional que reflita a inflação do período, conforme aplicado pela Administração Pública Federal.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- *Quantidade de Ações:* poderão ser outorgadas opções correspondentes a até 491.240 ações de nossa emissão (considerando o nosso capital social em 02 abril de 2012), sendo que até a data deste Formulário de Referência foram outorgadas, 467.847 opções.

- *Beneficiários*: Administradores e terceiros considerados estratégicos para nós (prestadores de serviço a nossa Companhia ou a sociedades sob nosso controle, bem como profissionais que pretendemos atrair para nossa equipe).

- Condições: as opções outorgadas ficarão integralmente condicionadas à realização da Oferta Pública Inicial. Alternativamente ficariam também condicionadas à realização de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária nos envolvendo que resulte em (i) uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ou (ii) permuta de ações de nossa emissão por ações de uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores.

- *Datas de exercício (vesting*): considerando a realização da Oferta Pública Inicial como condição, as opções tornar-se-ão exercíveis da seguinte forma: 20% (vinte por cento) imediatamente após a data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta (observadas as restrições regulamentares aplicáveis aos Administradores) e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes à data da respectiva de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta Pública Inicial.

- *Prazo de Exercício*: As opções poderão ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo de cinco anos a contar da(s) respectiva(s) data(s) de exercício *(vesting)*;

- *Condições de Permanência:* o exercício das opções fica plenamente condicionado à permanência obrigatória e ininterrupta dos nossos beneficiários na qualidade de empregados ou de administradores, desde a presente data até o cumprimento de cada período de carência salvo se o vínculo for resolvido por nós sem justa causa atribuível aos beneficiários.

- *Rescisão*: a rescisão dos contratos de opção de compra de ações será automática, independentemente de qualquer comunicação às partes: (i) caso os beneficiários deixem de manter vínculo conosco, salvo em caso de desligamento ou resolução do vínculo por nossa iniciativa sem justa causa atribuível aos beneficiários; (ii) após o exercício de todas as opções; ou (iii) na hipótese de não ocorrência de nenhuma das hipóteses de gatilho no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato de opção.

Programa de Opção II

Nosso Conselho de Administração aprovou, no âmbito do referido Plano II, o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações, em 23 de fevereiro de 2012, conforme aditado em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012 ("Programa de Opção II", bem como as listas de beneficiários e assinatura dos respectivos contratos com os beneficiários. Adicionalmente, em 30 de março de 2012 e 02 de abril de 2012, o Conselho de Administração aprovou a atualização da quantidade e do preço de exercício das Opções outorgadas no âmbito do referido Programa de Opção II e a celebração de aditivos aos contratos acima mencionados para refletir tais alterações, em virtude do cancelamento das ações em tesouraria da Companhia e do desdobramento de ações do capital social da Companhia, aprovados, respectivamente, pelas Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012. Para mais informações sobre o desdobramento vide o item 6.5 deste Formulário de Referência.

As opções outorgadas no âmbito do Programa de Opção II conferem direitos de subscrição de ações correspondentes a até 0,45% do total do nosso capital social na data de sua aprovação. Abaixo estão as principais características do Programa de Opção II:

- *Preço de exercício*: R$3,40.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- *Correção do Preço de Exercício*: anualmente, a contar da data de assinatura do contrato de outorga da opção, pela variação positiva do IGP-M ou, em caso de sua extinção, pelo índice nacional que reflita a inflação do período, conforme aplicado pela Administração Pública Federal.

- *Quantidade de Ações:* poderão ser outorgadas opções correspondentes a até 210.531 ações de nossa emissão (considerando o nosso capital em 02 abril de 2012), sendo que até a data deste Formulário de Referência foram outorgadas, 91.970 opções.

- *Beneficiários*: Administradores e terceiros considerados estratégicos para nós (prestadores de serviço a nossa Companhia ou a sociedades sob nosso controle, bem como profissionais que pretendemos atrair para nossa equipe).

- Condições: as opções outorgadas ficarão integralmente condicionadas à realização da Oferta Pública Inicial. Alternativamente ficariam também condicionadas à realização de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária nos envolvendo que resulte em (i) uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores ou (ii) permuta de ações de nossa emissão por ações de uma companhia que tenha suas ações listadas em bolsa de valores.

- *Datas de exercício (vesting*): considerando a realização da Oferta como condição, as Opções II tornar-se-ão exercíveis da seguinte forma: (i) 40% (quarenta por cento) imediatamente após a data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta Pública Inicial; (ii) 30% (trinta por cento) após 12 (doze) meses a contar da data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta; e (iii) 30% (trinta por cento) após 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta Pública Inicial.

- *Prazo de Exercício*: As Opções II poderão ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo de cinco anos a contar da(s) respectiva(s) data(s) de exercício *(vesting)*;

- *Condições de Permanência: não se aplica.*

- *Rescisão*: a rescisão dos contratos de opção de compra de ações será automática, independentemente de qualquer comunicação às partes (i) após o exercício de todas as Opções II; ou (ii) na hipótese de não ocorrência de nenhuma das hipóteses de exercício no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do respectivo contrato de outorga de opção.

b. principais objetivos do plano:

Os Planos têm por objetivo permitir que nossos administradores e empregados adquiram ações ordinárias de nossa emissão, visando alinhar interesses dos acionistas aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o nosso sucesso. Além disso, os Planos têm o objetivo de atrair administradores e empregados de alto nível, com a perspectiva de obter ganhos futuros a partir da valorização das ações.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos:

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem nossos acionistas, esperamos que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a se integrarem aos interesses de nossos acionistas, aos nossos objetivos sociais e planos de crescimento, colaborando ativamente para a maximização de nossos lucros.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O oferecimento de opções de compra de ações estimula os beneficiários por meio do seu comprometimento com a busca da valorização das ações no médio e longo prazos. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento de nossos riscos e ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas a partir do exercício das opções outorgadas. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização de nossas ações.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Os Planos representam ferramenta de retenção, no longo prazo, de nossos Administradores, executivos, funcionários e terceiros considerados estratégicos.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas de opções de compra de ações realizadas com base nos Planos trazem mecanismos que permitem o alinhamento de interesses de nossos administradores e empregados em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência fazem com que os beneficiários se comprometam com a constante valorização de nossas ações no curto, médio e longo prazos.

f. número máximo de ações abrangidas

Limitam-se as outorgas ao máximo de 2.105.317 ações, que corresponde a 4,5% do nosso capital social na data deste Formulário. As ações emitidas em decorrência de aumento dentro do limite do capital autorizado não estão sujeitas ao direito de preferência estabelecido no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e em nosso acordo de acionistas.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária de nossa emissão. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f"acima. Na data deste Formulário de Referência, esta quantia corresponde a 2.105.317 opções, na data deste Formulário.

h. condições de aquisição de ações

As opções tornar-se-ão exercíveis da forma descrita no item "a" acima.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra outorgadas a ser pago pelos respectivos beneficiários do Plano I será de (i) R$3,03 para as outorgas deliberadas pelo nosso Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2010, 12 de janeiro de 2011 e 23 de maio de 2011; e (ii) R$3,40 para as outorgas deliberadas pelo nosso Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2012, ajustado anualmente, pela variação do IGP-M. O preço de exercício das opções de compra outorgadas a ser pago pelos respectivos beneficiários do Plano II será de R$3,40, ajustado anualmente, pela variação do IGP-M.

Tais valores visam alinhar os interesses dos beneficiários e sua capacidade de gerar valor para nossos acionistas, na medida que os seus ganhos serão ampliados na medida em que as ações de nossa emissão se valorizem no mercado. Para maiores informações sobre o método de precificação das opções, vide item 15.9 deste Formulário de Referência.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções poderão ser exercidas a qualquer tempo pelo beneficiário, até o prazo máximo de cinco anos contados do decurso de cada um dos períodos de carência, sob pena de decadência do direito, conforme descrito no item 13.4 (h). O exercício das opções deverá ser formalizado por

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

carta registrada enviada para o endereço de nossa sede ou por outro documento escrito no qual nossa ciência seja certificada, na forma de nosso estatuto social.

k. forma de liquidação

Uma vez comunicado o exercício da opção, o preço de exercício poderá ser pago pelo beneficiário em até 20 dias úteis contados da data de nossa ciência do exercício da opção. O Exercício da opção poderá ser realizado de forma total ou parcial, facultando-se aos Beneficiários a realização de exercícios parciais consecutivos.

As ações correspondentes as opções exercidas pelos Beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, e homologado pelo Conselho de Administração. Também podemos utilizar as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

l. restrições à transferência das ações

Os Planos não estabelecem restrições à transferência de ações. No entanto, a transferência de ações por administradores que sejam beneficiários dos Planos está sujeita, no entanto, às restrições regulamentares aplicáveis.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos e seus respectivos Programas de Opção, conforme o caso, podem ser alterados ou mesmo extintos por nosso Conselho de Administração. Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão pode alterar: (i) o limite de ações objeto dos Planos; e (ii) os direitos e obrigações adquiridos pelo beneficiário, relativos a qualquer outorga dos Planos e seus respectivos Programas de Opção, conforme o caso.

Caso venham a ser feitas modificações em nossa estrutura acionária, incluindo eventual desdobramento, grupamento, bonificação em ações, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, ou operação análoga, nosso Conselho de Administração deverá ajustar o Plano às modificações ocorridas nas ações objeto das opções de compra não exercidas pelos seus titulares. O preço de exercício das opções de compra deverá ser reduzido na hipótese de distribuições valores aos acionistas, incluindo dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou qualquer outra operação que tenha efeito assemelhado.

Caso seja partes em operações de (i) fusão, incorporação resultando em nossa extinção, cisão com versão de todos ou substancialmente todos os nossos ativos operacionais para outra empresa; ou (ii) venda de todos ou substancialmente todos os nossos ativos operacionais; ou (iii) outra forma de reorganização societária que produza efeito similar, nosso Conselho de Administração deverá dispor, nos documentos relativos à operação em questão, sobre a alteração ou substituição do Plano e das opções de compra já outorgadas por novas opções de compra da entidade sucessora ou que adquirir nossos ativos.

n. efeitos da saída do beneficiário da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano I

Os contratos de outorga de opções de ações no âmbito do Plano I serão automaticamente rescindidos, independentemente de qualquer comunicação às partes: (i) caso o beneficiário deixe de manter vínculo com a Companhia; (ii) após o exercício de todas as Opções; ou (iii) na hipótese de não ocorrência de nenhuma das hipóteses de exercício no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do respectivo Contrato de opção.

Plano II – Programa I

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Os contratos de outorga de opções de ações no âmbito do Plano II – Programa I serão automaticamente rescindidos, independentemente de qualquer comunicação às partes:

(a) caso os beneficiários deixem de manter o vínculo com nossa Companhia, salvo em caso de desligamento ou resolução do vínculo por iniciativa de nossa Companhia, sem justa causa;
(b) após o exercício de todas as opções; ou
(c) na hipótese de não verificação de nenhuma das hipóteses de exercício no prazo de cinco anos a contar da data de assinatura dos contratos de opção respectivos.

No caso de dispensa dos beneficiários por iniciativa da Companhia com justa causa, ou de pedido de demissão ou de renúncia dos beneficiários, estes perderão automática e irrevogavelmente o direito de exercer as Opções cujo período de exercício ainda não tenha transcorrido integralmente, sem direito a qualquer indenização a ser paga pela Companhia ou qualquer de seus acionistas em virtude da perda do referido direito, sem prejuízo de outras verbas previstas em lei.

Na hipótese de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente e devidamente comprovada dos beneficiários (total ou parcial, desde que incapacitante para o desempenho das suas funções na Companhia), ocorrida antes de transcorrido qualquer dos períodos de exercício, a Companhia compromete-se a manter em vigor o equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Opções cujo respectivo período ainda não tenha transcorrido para exercício pelos beneficiários ou seus herdeiros legais (no caso de falecimento). As demais Opções serão revogadas de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou pagamento de indenização aos beneficiários.

"Justa Causa" deverá, além dos casos previstos na legislação, significar (i) insolvência do Beneficiário; (ii) o desempenho de atividade ou aprovação não autorizados, por parte do Beneficiário, de quaisquer questões para as quais haja necessidade de aprovação de outros membros da Companhia, do Conselho de Administração ou do CEO de acordo com o Estatuto Social; (iii) fraude, desvio ou apropriação indébita de qualquer bem da Companhia e de suas subsidiárias (conjuntamente designadas o "Grupo de Empresas"), uso inadequado do nome de qualquer membro do Grupo de Empresas, ou de maneira a prejudicar intencionalmente a imagem de qualquer membro do Grupo de Empresas; (iv) negociação no próprio nome do Beneficiário ou no nome de Terceiros sem a devida autorização da Companhia, se isso for considerado, dentro dos limites do razoável, um ato cometido contra os interesses do Grupo de Empresas ou que afete adversamente as atividades desempenhadas pelo Beneficiários para o Grupo de Empresas; (v) condenação criminal do Beneficiário ou uma declaração de culpa ou ausência de defesa em qualquer acusação de ato criminoso (exceção às violações de trânsito rotineiras), a menos que com relação a qualquer condenação criminal, o Beneficiário consiga demonstrar de maneira razoavelmente satisfatória para o Conselho, que a condenação foi determinada injustamente; (vi) prática intencional pelo Beneficiário de atos em conflito de interesses com a Companhia; (vii) violação substancial, pelo Beneficiário, de qualquer das outras disposições de seu Contrato ou qualquer ato de má conduta dolosa e/ou culposa ou negligência dolosa e/ou culposa no cumprimento das tarefas atribuídas ao Beneficiário; (viii) qualquer dependência química do Beneficiário não prescrita por médicos; (ix) violação, pelo Beneficiário do Código de Ética e Conduta da Companhia ou políticas similares da Companhia que se apliquem ao Beneficiário; (x) a adoção de comportamentos pelo Beneficiário os quais, de acordo com o entendimento razoável da Companhia e seus controladores, possam ser considerados materialmente prejudiciais à Companhia ou qualquer uma de suas subsidiárias diretas ou indiretas, ou que possa causar efeitos econômicos ou de qualquer outra natureza adversos às operações e à reputação da Companhia ou qualquer uma de suas subsidiárias diretas ou indiretas; e (xi) caso o Beneficiário não dedique o tempo e esforços necessários para o desempenho de suas atividades e tampouco o esforço esperado para a realização de suas obrigações como executivo da Companhia e não cumpra completamente com suas obrigações previstas na lei, no Estatuto Social.

Na hipótese de os beneficiários serem desligados da Companhia sem justa causa, assim também consideradas as hipóteses de Justa causa: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o presente, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, e (ii) os direitos já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

estabelecidos, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Plano II – Programa II

Os contratos de outorga de opções de ações no âmbito do Plano II – Programa II serão automaticamente rescindidos, independentemente de qualquer comunicação às partes: (i) após o exercício de todas as Opções; ou (ii) na hipótese de não ocorrência de nenhuma das hipóteses de exercício no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do respectivo Contrato de opção.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Ações Ordinárias	Opções de Compra de Ações
Conselho de Administração	20.390.561	-
Diretoria Estatutária	10.195.281	-
Diretoria não estatutária	-	434.904
Conselho Fiscal	N/A	N/A

Para maiores informações, vide item 13.7 deste Formulário de Referência.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Previsão 2012

Os valores abaixo são estimados. As outorgas de opções são definidas pelo Conselho de Administração com base no desempenho individual de cada participante durante o exercício, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente observados.

	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
b) Número de Membros	2	1
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	23/02/2012	23/02/2012
Quantidade de opções outorgadas	91.970	467.847
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	40% na data de publicação do anúncio de encerramento do IPO e 30% em cada um dos 2 aniversários subsequentes.	20% na data de publicação do anúncio de encerramento do IPO e 20% em cada um dos 4 aniversários subsequentes.
Prazo máximo para exercício das opções	5 anos contados do decurso de cada um dos respectivos períodos de carência	5 anos contados do decurso de cada um dos respectivos períodos de carência
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções		
- em aberto no início do exercício social	-	-
- perdidas durante o exercício social	-	-
- exercidas durante o exercício social	-	-
- expiradas durante o exercício social	-	-
d) Valor justo das opções na data da outorga	R$1,167	R$2,35
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,196%	0,999%

Notas:

1. A remuneração dos Conselheiros que fazem parte da Diretoria Estatutária está considerada na coluna "Diretoria Estatuária".
2. Considera apenas o número de administradores contemplados pelo programa de opção de compra de ações.
3. Apesar de serem elegíveis, até a data deste Formulário de Referência, não havia nenhuma opção de compra de ações outorgada aos nossos administradores no âmbito do Plano I.

Exercício 2011

	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
b) Número de Membros	N/A	N/A
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
- perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
d) Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Notas:

1. A remuneração dos Conselheiros que fazem parte da Diretoria Estatutária está considerada na coluna "Diretoria Estatuária".
2. Considera apenas o número de administradores contemplados pelo programa de opção de compra de ações.
3. Apesar de serem elegíveis, até a data deste Formulário de Referência, não havia nenhuma opção de compra de ações outorgada aos nossos administradores no âmbito do Plano I.

Exercício 2010

	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
b) Número de Membros	N/A	N/A
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A
- em aberto no início do exercício social		
- perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
d) Valor justo das opções no exercício na data da outorga	N/A	N/A
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Notas:

1. Considera apenas o número de administradores contemplados pelo programa de opção de compra de ações.
2. Apesar de serem elegíveis, até a data deste Formulário de Referência, não havia nenhuma opção de compra de ações outorgada aos nossos administradores no âmbito do Plano I.

Exercício 2009

	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
b) Número de Membros	N/A	N/A
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
- perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
d) Valor justo das opções no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009	N/A	N/A
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Notas:

1. Considera apenas o número de administradores contemplados pelo programa de opção de compra de ações.
2. Apesar de serem elegíveis, até a data deste Formulário de Referência, não havia nenhuma opção de compra de ações outorgada aos nossos administradores no âmbito do Plano I.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Exercício 2011

	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
b) Número de Membros	N/A	N/A
c) Opções ainda não exercíveis		
i) quantidade	N/A	N/A
ii) data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
iii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
iv) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
v) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
vi) valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
d) Opções exercíveis		
i) quantidade	N/A	N/A
ii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
iii) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
iv) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
v) valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
v) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

Notas:

1. Considera apenas o número de administradores contemplados pelo programa de opção de compra de ações.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício 2011

	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
b) Número de Membros	N/A	N/A
c) Em relação às opções exercidas	N/A	N/A
i) número de ações	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
d) Em relação às ações entregues informar	N/A	N/A
i) número de ações	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Exercício 2010

	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
b) Número de Membros	N/A	N/A
c) Em relação às opções exercidas	N/A	N/A
i) número de ações	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
d) Em relação às ações entregues informar	N/A	N/A
i) número de ações	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Exercício 2009

	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
b) Número de Membros	N/A	N/A
c) Em relação às opções exercidas	N/A	N/A
i) número de ações	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
d) Em relação às ações entregues informar	N/A	N/A
i) número de ações	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

O valor de mercado das opções concedidas é estimado usando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções para cada um de nossos programas. Todos os nossos programas foram precificados no momento de sua concessão, e as despesas associadas a esses programas são reconhecidas no nosso resultado, de acordo com a precificação e durante o prazo esperado de exercício.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Taxa livre de risco: SELIC no momento da concessão do Programa, especificamente 10,75% ao ano na avaliação do Primeiro Programa e 12,17% ao ano na avaliação do Segundo Programa.

Prazo de exercício: prazo médio do *vesting* das opções de compra das ações.

Volatilidade: calculada com base na volatilidade de empresas comparáveis do nosso segmento.

Preço de exercício: equivalente ao preço inicial corrigido pelo IGP-M, estimado em 5,63% ao ano.

Dividendos: não estimamos dividendos, já que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.

Avaliação do preço de mercado: equivalente ao preço por ação derivado a partir de projeção de EBITDA e dívida líquida da nossa companhia para o exercício de 2011, e a relação *enterprise value*/EBITDA de empresas comparáveis negociadas em bolsa.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As opções podem ser exercidas em 20% das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício das opções a partir da oferta pública primária de ações e os quatro aniversários subsequentes.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

O método de cálculo da volatilidade histórica foi baseado no histórico de empresas similares negociadas em bolsa.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não oferecemos planos de previdência aos membros do nosso conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	3,30	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.076.595,08	822.600,00	822.600,00	32.000,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	548.285,50	366.520,00	144.979,90	16.000,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	812.440,29	594.560,00	483.789,95	24.000,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2011	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme demonstrado no item 13.16 deste Formulário de Referência. (2) Calculamos o valor médio da remuneração dividindo o valor total da remuneração do órgão, informado no item 13.2 deste Formulário de Referência, pelo número de membros deste órgão, desde que esses membros tenham auferido alguma remuneração.
31/12/2010	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme demonstrado no item 13.16 deste Formulário de Referência. (2) Calculamos o valor médio da remuneração dividindo o valor total da remuneração do órgão, informado no item 13.2 deste Formulário de Referência, pelo número de membros deste órgão, desde que esses membros tenham auferido alguma remuneração.
31/12/2009	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme demonstrado no item 13.16 deste Formulário de Referência. (2) Calculamos o valor médio da remuneração dividindo o valor total da remuneração do órgão, informado no item 13.2 deste Formulário de Referência, pelo número de membros deste órgão, desde que esses membros tenham auferido alguma remuneração.

Conselho de Administração	
31/12/2011	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme demonstrado no item 13.16 deste Formulário de Referência. (2) No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, 2,8 (média mensal de conselheiros calculada conforme Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011) de nossos conselheiros não receberam remuneração. (3) Como 2,8 de nossos Conselheiros não receberam nenhum valor em 2011, calculamos o valor médio da remuneração em 2011 dividindo o valor total da remuneração do órgão pelo número absoluto (desconsiderando a média mensal) de membros que receberam remuneração neste período, totalizando dois conselheiros.
31/12/2010	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme demonstrado no item 13.16 deste Formulário de Referência. (2) Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, três de nossos conselheiros não receberam qualquer remuneração. (3) Calculamos o valor médio da remuneração dividindo o valor total da remuneração do órgão, informado no item 13.2 deste Formulário de Referência, pelo número de membros deste órgão, desde que esses membros tenham auferido alguma remuneração.
31/12/2009	(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011, conforme demonstrado no item 13.16 deste Formulário de Referência. (2) Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, três de nossos conselheiros não receberam qualquer remuneração. (3) Calculamos o valor médio da remuneração dividindo o valor total da remuneração do órgão, informado no item 13.2 deste Formulário de Referência, pelo número de membros deste órgão, desde que esses membros tenham auferido alguma remuneração.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício de 2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal (1)
Número de Membros	3,3	2	0
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	48.000,00	1.624.880,58	0
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	16.000,00	1.624.880,58	0
% da Remuneração total do órgão	33,3	100,0	0

(1) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício de 2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal (1)
Número de Membros	3	2	0
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	0	1.189.120,00	0
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0	1.189.120,00	0
% da Remuneração total do órgão	0	100,0	0

(1) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal (1)
Número de Membros	3	2	0
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	0	968.000,00	0
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0	968.000,00	0
% da Remuneração total do órgão	0	100,0	0

(1) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

(1) O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº007/2011.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores reconhecidos nos nossos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal.

13.16 - Outras informações relevantes

No item 13.2 deste Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso conselho de administração e de nosso conselho fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº07/2010, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

Previsão para 2012:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	**32**
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	**2,7**

Em 2011:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	**24**
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	**2**

Em 2010:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	**24**
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	**2**

Em 2009:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
TOTAL	**24**
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	**2**

13.16 - Outras informações relevantes

Conselho de Administração

Previsão para 2012:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	4
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
TOTAL	**59**
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	**4,9**

Em 2011:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	**40**
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	**3,3**

Em 2010:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	**36**
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	**3,0**

Em 2009:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
TOTAL	**36**
MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)	**3,0**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados:

	Em 31 de dezembro de					
	2009		2010		2011	
Região	Administrativo[1]	Operacional	Administrativo[1]	Operacional	Administrativo[1]	Operacional
Centro oeste	18	3	19	6	17	6
Nordeste	27	7	27	7	25	6
Norte	1	1	3	1	5	0
Sudeste	434	84	458	77	477	86
Sul	29	6	33	7	29	5
Total	**610**		**638**		**656**	

[1] Setores que prestam atendimento a todas as áreas de nossos negócios.

b) número de terceirizados:

Adotamos a política de operar, principalmente, com mão-de-obra própria e terceirizar apenas serviços de conservação, vigilância e recepção. Consequentemente, apresentamos um baixo índice de terceirizados. Em 31 de dezembro de 2011, concretizamos o processo de terceirização de 100% de nossos motoristas, encerrando o ano com 84 terceiros (comparado a 54 terceiros e 34 terceiros, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010 e 2009), por considerarmos que essa não é uma atividade fim do nosso negócio de locação de frotas corporativas. A tabela abaixo apresenta a quantidade de terceiros que contratamos nos períodos indicados, dispostos por região geográfica e tipo de função:

	Em 31 de dezembro de					
	2009		2010		2011	
Região	Administrativo[1]	Operacional	Administrativo[1]	Operacional	Administrativo[1]	Operacional
Centro oeste	0	2	0	2	0	3
Nordeste	0	3	0	3	0	6
Norte	0	1	0	1	0	2
Sudeste	0	25	15	30	22	43
Sul	0	3	0	3	0	8
Total	**34**		**54**		**84**	

[1] Setores que prestam atendimento a todas as áreas de nossos negócios.

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade médio (medido pela relação entre a quantidade de pessoas desligadas e de pessoas contratadas), para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, foi de 28,6% (44% e 30,7% nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente).

d) exposição a passivos e contingências trabalhistas

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011

Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos como reclamada em 49 processos judiciais de natureza trabalhista. Os valores envolvidos, de acordo com nossos advogados e consultores jurídicos, somavam R$11,6 milhões. Nesta data, mantínhamos uma provisão contábil no montante de R$2,0 milhões referente às demandas supracitadas. Para maiores informações, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010

Em 31 de dezembro de 2010, figurávamos como reclamada em 41 processos judiciais de natureza trabalhista. Os valores atribuídos nas petições iniciais somavam R$0,8 milhão. Nesta data, mantínhamos uma provisão contábil no montante de R$2,7 milhões, referente às demandas supracitadas.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2009, mantínhamos uma provisão contábil no montante de R$3,1milhões referente aos processos judiciais de natureza trabalhista.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Conforme observado no item 14.1 deste Formulário de Referência, apresentamos um índice de rotatividade que consideramos elevado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Entendemos que nosso índices de rotatividade nestes anos refletem um processo de renovação de nossas políticas de recursos humanos iniciado em 2009, visando à adequação de nosso quadro de funcionários aos padrões de excelência que buscamos agregar às nossas operações, bem como ao nosso crescimento nos últimos anos, com a consequente necessidade de profissionais mais qualificados e alinhados à nossa estratégia de crescimento. Como resultado da implementação dessas novas políticas, nosso índice de rotatividade já apresentava uma redução ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

Nossa política remuneratória está em consonância com as práticas de mercado e foi estruturada em parceria com a empresa de consultoria Hay Group Inc., referência mundial no mercado de remuneração. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso custo médio mensal com folha de pagamentos foi de R$1,8 milhão. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nosso custo médio mensal foi de R$1,9 milhão.

Possuímos um programa de participação nos lucros e resultados com o principal objetivo de incentivar os nossos executivos e colaboradores a atingir as metas e resultados desejados por nossa administração. A apuração do valor a ser partilhado é realizada com base em nossos resultados e na avaliação individual de cada gerência. Acreditamos que o plano é um instrumento incentivador do bom desempenho e do aprimoramento profissional, uma vez que visa à premiação dos nossos executivos e colaboradores pelo atendimento de metas previamente estabelecidas. Acreditamos que ao estimular um sentimento de propriedade em nossos colaboradores, estes se comprometerão de forma mais ativa com nossas metas, constituindo um importante fator de fidelização e manutenção da motivação. Nosso objetivo é promover nosso crescimento em conjunto com o de nossos colaboradores, sem prejuízo da qualidade de vida e dos serviços prestados.

b. Política de benefícios

Concedemos benefícios a nossos colaboradores, como forma de proporcionar uma maior segurança econômica e bem estar social. Tais benefícios variam de acordo com o cargo.

- **Benefícios comuns a todos os cargos**: dentre os benefícios oferecidos a todos os nossos colaboradores, estão a assistência médica e odontológica, vale-refeição ou vale-alimentação, convênio com rede credenciada de farmácias para a compra de medicamentos e produtos com desconto, convênios com outros parceiros para compra de serviços e produtos com desconto, auxílio creche e auxílio material escolar.

- **Benefícios exclusivos para os cargos de Gerência Geral e Gerência**: para nossos colaboradores em cargos de gerência geral, gerência e diretores, além dos benefícios oferecidos acima, oferecemos ainda check-up médico anual, desconto na aquisição de veículos desmobilizados de nossa frota e reembolso de despesas no aprendizado da língua inglesa.

- **Benefícios exclusivos para nossa Diretoria:** além dos benefícios oferecidos acima, oferecemos ainda a nossos diretores (estatutários ou não) um desconto parcial para aquisição de veículos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso custo médio mensal com benefícios foi de R$0,2 milhão. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o custo médio mensal foi de R$0,4 milhão.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando

Possuímos um plano de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão, do qual participam os membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria, além de 18 de nossos Superintendentes. Para maiores detalhes sobre o plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Nossos colaboradores são representados pelos sindicatos das localidades em que possuímos estabelecimentos. Embora nem todos os nossos empregados estejam filiados aos sindicatos, por lei todos gozam dos direitos e prerrogativas previstos nos acordos coletivos de trabalho.

Acreditamos ter bom relacionamento com nossos empregados e sindicatos que os representam, e jamais ocorreram greves ou qualquer paralisação significativa em nossas atividades ao longo de todo nosso histórico.

Cumprimos as convenções coletivas de trabalho definidas para cada localidade/região onde atuamos, e na hipótese de discordância legal, buscamos o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. Procuramos nos abster de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

As convenções coletivas atualmente em vigor são celebradas anualmente. Relacionamos abaixo os sindicatos que representam os nossos funcionários nas negociações coletivas anuais, bem como, nas tratativas negociais de jornadas de trabalho, benefícios, participação nos lucros e resultados, conferências das homologações, além das tradicionais negociações coletivas por categoria:

Sindicato	Cidade	UF
Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e Serviços do Estado do Amazonas	Manaus	AM
Sindicato dos Empregados Comércio da Cidade do Salvador	Salvador	BA
Sindicato dos Empregados no Comercio de Fortaleza	Fortaleza	CE
Sindicato Trabalhadores Transportes Rodoviários do Estado Ceará	Fortaleza	CE
Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal (SINDICOM/DF)	Brasília	DF
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos, Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo e Transporte de Carga do DF	Brasília	DF
Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Espírito Santo	Vitória	ES
Federação dos Empregados nos Grupos do Comércio do Estado de Mato Grosso	Cuiabá	MT
Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado de Mato Grosso	Cuiabá	MT
Sindicato dos Motoristas Profissionais e Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestre de Cuiabá e Região	Cuiabá	MT
Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário do Norte de Mato Grosso	Cuiabá	MT
Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário do Norte de Mato Grosso	Cuiabá	MT
Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário do Norte de Mato Grosso	Cuiabá	MT
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários de Tangara da Serra e Região – SINTROTAS	Cuiabá	MT
Sindicato Dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário de Cáceres	Cuiabá	MT
Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Locação em Geral no Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG
Sindicato Trabalhadores de Empresas Transporte de Passageiros Urbano,Semi-Urbano, Metropolitano, Rodoviário, Intermunicipais, Interestaduais, Intern, Fretamento, Turismo, Escolar de BH E Região Metropolitana	Belo Horizonte	MG
Federação dos Trabalhadores em Empresas Enquadradas no Terceiro Grupo Comercio e Empregados em Empresas Prestadoras de Serviços do Estado do Paraná	Curitiba	PR
Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná	Curitiba	PR
Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do Norte e do Nordeste	Recife	PE
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Coletivos Intermunicipais, Interestaduais Rodoviários de Turismo, Fretamento, Escolares, Alternativos e Similares no Recife Metropolitano e Regiões da Mata Sul e Norte de Pernambuco	Recife	PE
Sindicato dos Empregados: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Locadoras de Bens Móveis e de Assistência Técnica do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ
Sindicato Condutores Veículos Rodoviários e Transportes Terrestres Urbanos Do Município do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos no Comércio do Estado do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	RS
Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Turismo e Fretamento do Estado do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	RS
Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo	São Paulo	SP
Sindicato dos Trabalhadores em Tranportes Rodoviários de Belo Horizonte	Belo Horizonte	MG
Federação dos Empregadoos no Comércio e Congêneres do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG
Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários	Brasília	DF

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Luis Fernando Memoria Porto					
915.133.326-00	Brasileiro-MG	Sim	Sim	30/03/2012	
15.292.922	32,687775%	0	0,000000%	15.292.922	32,687775%
Sérgio Augusto Guerra de Resende					
865.258.326-91		Sim	Sim	30/03/2012	
15.292.920	32,687772%	0	0,000000%	15.292.920	32,687772%
BV Empreendimentos e Participações S.A.					
08.959.996/0001-79	Brasileiro-MG	Sim	Sim	30/03/2012	
16.198.993	34,624453%	0	0,000000%	16.198.993	34,624453%
OUTROS					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
46.784.835	100,000000%	0	0,000000%	46.784.835	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BV Empreendimentos e Participações S.A.				**08.959.996/0001-79**	
BVIA Fundo de Investimento em Participações					
10.347.614/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	10/02/2012	
478.600.000	100,000000	0	0,000000	478.600.000	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
478.600.000	100,000000	0	0,000000	478.600.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BVIA Fundo de Investimento em Participações				**10.347.614/0001-06**	
Banco Votorantim S.A.					
59.588.111/0001-03		Não	Sim	31/05/2011	
800	100,000000	0	0,000000	800	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
800	100,000000	0	0,000000	800	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Votorantim S.A.				**59.588.111/0001-03**	
Banco do Brasil S.A.					
00.000.000/0001-91	Brasileira-DF	Não	Não	01/12/2011	
33.356.791.198	49,999999	7.412.620.277	50,000001	40.769.411.475	50,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
66.713.582.406	100,000000	14.825.240.544	100,000000	81.538.822.950	100,000000
Votorantim Finanças S.A.					
01.386.256/0001-41		Não	Não	01/12/2011	
33.356.791.208	50,000001	7.412.620.267	49,999999	40.769.411.475	50,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Votorantim Finanças S.A.				**01.386.256/0001-41**	
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	Brasileira-SP	Não	Não		
945	0,000131	0	0,000000	945	0,000131
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Marcus Olyntho de Camargo					
067.020.158-87	Brasileira-SP	Não	Não		
711	0,000098	0	0,000000	711	0,000098
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
4	0,000001	0	0,000000	4	0,000001
TOTAL					
722.479.971	100,000000	0	0,000000	722.479.971	100,000000
Votorantim Participações S.A.					
61.082.582/0001-97	Brasileira-SP	Não	Não	19/11/2010	
722.478.311	99,999770	0	0,000000	722.478.311	99,999770
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Votorantim Participações S.A.				**61.082.582/0001-97**	
Hejoassu Administração S.A.					
61.194.148/0001-07	Brasileira	Não	Não	21/12/2010	
5.380.879.050	99,999999	0	0,000000	5.380.879.050	99,999999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
8	0,000001	0	0,000000	8	0,000001
TOTAL					
5.380.879.058	100,000000	0	0,000000	5.380.879.058	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Hejoassu Administração S.A.				**61.194.148/0001-07**	
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Hejoassu Administração S.A.				**61.194.148/0001-07**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.600.000	100,000000	0	0,000000	1.600.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.				**05.062.403/0001-89**	
Antonio Ermírio de Moraes					
004.806.578-15	Brasileira-SP	Não	Não		
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333333	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333333	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333334	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.				05.062.403/0001-89	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ERMAN Participações S.A.				**05.062.376/0001-44**	
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333333	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Ermírio Pereira de Moraes					
499.217.118-49	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333334	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333333	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ERMAN Participações S.A.				05.062.376/0001-44	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JEMF Participações S.A.				**05.062.394/0001-26**	
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333334	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333333	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
228.243.033	33,333333	0	0,000000	228.243.033	33,333332
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
José Roberto Ermírio de Moraes					
029.080.178-81	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
228.243.033	33,333333	0	0,000000	228.243.033	33,333332
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JEMF Participações S.A.				**05.062.394/0001-26**	
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333333	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Neide Helena de Morais					
041.978.048-30	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
228.243.034	33,333334	0	0,000000	228.243.034	33,333333
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MRC Participações S.A.				**05.062.355/0001-29**	

AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333333	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333334	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
0	0,000000	300	33,333333	300	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Maria Helena de Moraes Scripilliti					
174.502.828-52	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2009	
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MRC Participações S.A.				05.062.355/0001-29	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.				**05.062.403/0001-89**	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.				05.062.403/0001-89	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.				**05.062.403/0001-89**	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ERMAN Participações S.A.				**05.062.376/0001-44**	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ERMAN Participações S.A.				**05.062.376/0001-44**	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ERMAN Participações S.A.				05.062.376/0001-44	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JEMF Participações S.A.				**05.062.394/0001-26**	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JEMF Participações S.A.				**05.062.394/0001-26**	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JEMF Participações S.A.				**05.062.394/0001-26**	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MRC Participações S.A.				05.062.355/0001-29	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MRC Participações S.A.				05.062.355/0001-29	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MRC Participações S.A.				05.062.355/0001-29	
OUTROS					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/03/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

O organograma dos acionistas na data deste Formulário de Referência é como segue:

(1) *As ações detidas por Luís Fernando Porto e Sérgio Resende foram dadas em alienação fiduciária para a BVEP no âmbito do Contrato de Associação celebrado quando do ingresso da BV Empreendimentos e Participações S.A. na Companhia. Nos termos do contrato de alienação fiduciária celebrado em 31 de julho de 2008, conforme aditado em 30 de março de 2012, a referida garantia deixará automaticamente de existir quando da efetivação da nossa oferta pública inicial de ações ("Oferta"). Adicionalmente, nos termos do aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária foram liberadas da garantia as ações de titularidade de tais acionistas que serão objeto (i) de oferta pública secundária de ações de nossa emissão; e (ii) de empréstimo para a realização de atividades de estabilização no âmbito da Oferta. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.*

(2) *BV Empreendimentos e Participações S.A., unidade de private equity do Banco Votorantim S.A., cujo principal acionista é o FIP BVIA Fundo de Investimento em Participações, detentor de 100% de suas ações. O único quotista do FIP é o Banco Votorantim S.A.*

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

I - ACORDO DE ACIONISTAS BVEP

a) partes

São signatários do acordo de acionistas da Companhia ("Acordo de Acionistas") os Srs. Luis Fernando Memória Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende (em conjunto "Acionistas Originais"), a BV Empreendimentos e Participações S.A. ("BVEP") e a Companhia de Locação das Américas.

b) data de celebração

O Acordo de Acionistas foi celebrado em 31 de julho de 2008, e aditado em 15 de dezembro de 2009, 29 de janeiro de 2010, 30 de dezembro de 2010 e 27 de fevereiro de 2012.

c) prazo de vigência

O Acordo de Acionistas entrou em vigor na data de sua celebração e será automaticamente terminado, de pleno direito, na data em que (i) a BVEP exercer a opção de venda da totalidade das ações de sua titularidade ou venda conjunta Obrigatória; (ii) for financeiramente liquidada uma abertura de capital qualificada; ou (iii) a participação da BVEP no capital social total da Companhia for reduzida a percentual inferior a 5%, nos termos constantes do referido acordo de acionistas. Para mais informações, ver o item 15.7 – Outras Informações" deste Formulário de Referência.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Nos termos do Acordo de Acionistas, cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações em nossas assembleias gerais. Não obstante, a validade da contratação ou da prática dos seguintes atos estará sujeita à manifestação prévia, expressa e favorável da BVEP:

(i) quaisquer reduções ou aumentos do nosso capital social da Companhia e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social, exceto no caso de aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, no âmbito de uma oferta pública de distribuição de ações;

(ii) emissão, pública ou privada, de ações ou valores imobiliários ou a outorga de quaisquer direitos que possam conceder a terceiros o direito de subscrever ou adquirir ações de emissão da nossa Companhia;

(iii) fusão, aquisição, incorporação, inclusive de ações, envolvendo a nossa Companhia, e sua transformação em qualquer outro tipo societário, bem como a qualquer reorganização societária e/ou reestruturação de ativos da nossa Companhia, o início de qualquer processo voluntário buscando amparo lei de falência ou lei similar, a dissolução ou liquidação da nossa Companhia, bem como a nomeação de liquidante ou síndico;

(iv) exceto conforme expressamente previsto no nosso Acordo de Acionistas, a amortização, o resgate ou a recompra de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;

(v) aprovação (i) das demonstrações financeiras anuais da nossa Companhia, (ii) da contratação dos auditores independentes, (iii) da mudança de critérios contábeis, exceto se em virtude de determinação legal, (iv) do relatório anual da administração e (v) da destinação do resultado do exercício;

(vi) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio em percentual superior ao dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(vii) criação de novas classes de ações preferenciais e/ou de novas classes de ações ordinárias, bem como a modificação nas características, direitos, preferências ou vantagens das Ações; e

(viii) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia e de suas controladas, inclusive sua aprovação.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

O Acordo de Acionistas prevê que nosso Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, sendo que dois membros serão indicados pela BVEP e os demais (os quais incluirão Conselheiro(s) Independente(s)) indicados pelos Acionistas Originais, em conjunto). Cabe aos Acionistas orientar seus respectivos conselheiros para que sejam eleitos como presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração os membros indicados pelos Acionistas Originais.

Quanto à nossa Diretoria, o Acordo de Acionistas prevê que o Conselho de Administração, elegerá os diretores da Companhia e deliberará sobre a remuneração a eles aplicável, observado o valor global de tal remuneração aprovado pela assembleia geral de acionistas para cada exercício. Além disso, a Diretoria será composta por, no mínimo, dois e, no máximo, seis diretores. É assegurado à BVEP, desde que em comum acordo com os Acionistas Originais, o direito de indicar o Diretor Financeiro, sendo que os Acionistas Originais não poderão rejeitar as indicações por mais que duas vezes consecutivas. É assegurado aos Acionistas Originais, por sua vez, o direito de indicar os demais diretores, sendo que a BVEP não poderá rejeitar as indicações por mais que duas vezes consecutivas.

À BVEP é assegurado o direito de solicitar a destituição do Diretor Financeiro, direito este também assegurado aos Acionistas Originais, desde que por justo motivo devidamente comprovado. Nesta hipótese, a BVEP não poderá negar a destituição deliberadamente.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Os signatários do Acordo de Acionistas obrigaram-se a não transferir quaisquer das ações de que são titulares ou direitos decorrentes de tais ações, exceto na extensão permitida pelo Acordo de Acionistas. Neste sentido, quaisquer transferências de ações realizadas em discordância com as disposições do Acordo de Acionistas serão consideradas nulas e sem efeitos, cabendo a nós abster-nos de registrá-las em nossos livros.

Não obstante, toda e qualquer transferência de parte ou totalidade de ações ou de qualquer direito à subscrição de ações somente será válida se o potencial comprador aderir integralmente ao Acordo de Acionistas e o direito de preferência abaixo descrito for observado, ficando ressalvado que o direito de veto da BVEP, descrito no item 15.5(d) deste Formulário de Referência, não será transferido ao terceiro adquirente das ações, salvo se expressamente aprovado pelos demais acionistas signatários do Acordo de Acionistas.

Caso qualquer acionista deseje, direta ou indiretamente, ou seja obrigado em razão de meação, transferir as ações de sua titularidade, ou parte delas, a terceiros, durante a vigência do Acordo de Acionistas, somente poderá fazê-lo desde que ofereça, mediante notificação, tais ações primeiramente aos demais acionistas, os quais terão o direito de preferência para adquirir a totalidade das ações ofertadas, nas mesmas condições oferecidas pelo potencial comprador, podendo, inclusive, adquirir eventuais sobras. O direito de preferência será exercido na proporção da participação de cada acionista no capital social, excluindo-se de tal cálculo a participação do acionista ofertante das ações, bem como dos acionistas que, por ventura, tenham abdicado, expressa ou tacitamente, do direito de preferência.

Se nenhum acionista contra-notificar o acionista que pretenda vendar suas ações sobre sua decisão de exercer seu direito de preferência, ou, contra-notificá-lo informando que não exercerá seu direito de preferência, o acionista poderá vender todas as ações ofertadas, desde que tal

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

venda seja efetivada em condições idênticas àquelas previamente informadas aos demais acionistas.

Na hipótese do exercício do direito de venda nos termos acima descritos, será assegurado à BVEP o direito de vender 80% da totalidade das ações que estiverem sendo vendidas.

Adicionalmente, caso os Acionistas Originais recebam uma oferta para aquisição de controle da Companhia, é assegurado à BVEP, alternativamente ao direito de preferência acima descrito, o direito de vender a totalidade de suas ações em conjunto com os Acionistas Originais, mediante notificação escrita ("Direito de Venda Conjunta"). Nesta hipótese a venda das ações dos Acionistas Originais estará condicionada à venda das ações da BVEP.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

O Acordo de Acionistas prevê que a validade da contratação ou da prática, direta ou indireta, de quaisquer dos atos listados a seguir estará sujeita à manifestação prévia, expressa e favorável dos conselheiros eleitos pelo BVEP:

(i) aprovação, ao final do exercício social imediatamente anterior, de um plano de negócios anual da Companhia para o exercício seguinte, compreendendo, entre outros: (a) orçamento anual, (b) planos de investimentos de capital, (c) planos estratégicos, (d) programas de manutenção de instalações; e (e) índices de alavancagem financeira e suas eventuais alterações;

(ii) aquisição ou alienação de participação no capital social de qualquer controlada, afiliada ou de qualquer outra sociedade, consórcio ou qualquer outra forma de participação em empreendimentos;

(iii) (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência, arrendamento ou outra disposição, em qualquer exercício social, de quaisquer bens, direitos, ativos de qualquer natureza, ou participação societária detida pela nossa Companhia, cujo valor ultrapasse o valor especificado em plano de negócios anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 meses, ou que não estejam especificados no Acordo de Acionistas; ou (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza e qualquer das hipóteses da alínea (a), cujo valor ultrapasse o valor especificado no plano de negócios anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 meses, ou que não estejam especificados no Acordo de Acionistas;

(iv) a celebração pela Companhia de contratos e documentos relacionados ao seu endividamento, bem como a concessão de garantias pela Companhia, cujo valor, individual ou agregado, exceda o valor previsto no plano de negócios anual do respectivo exercício;

(v) aprovação, eleição e destituição dos diretores da Companhia, fixação de suas respectivas remunerações e outorga de incentivos (inclusive planos de opção de compra de ações, participação nos lucros e bonificações);

(vi) aprovação de política de recursos humanos e critérios de remuneração, direitos e vantagens dos empregados da nossa Companhia;

(vii) a concessão de garantia de qualquer natureza e/ou assunção de obrigações em nome ou em benefício de terceiros e/ou de qualquer dos acionistas ou qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, seja parte relacionada a qualquer dos acionistas, qualquer que seja o valor;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(viii) a celebração, pela nossa Companhia ou suas controladas, de quaisquer acordos, operações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza e a celebração de quaisquer contratos e quaisquer subsequentes modificações dos mesmos com partes relacionadas, e a resolução dos mesmos pela nossa Companhia ou por nossas Controladas, qualquer que seja o valor;

(ix) a aprovação das contas, do relatório da administração, das demonstrações financeiras da Companhia, bem como dos relatórios mensais da Diretoria; e

(x) a mudança da política de vendas de veículos da Companhia.

(xi) quaisquer aumentos do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado no âmbito de uma oferta pública de distribuição de ações, as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social.

II - ACORDO DE ACIONISTAS DOS CONTROLADORES

Nossos acionistas controladores Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende ("Acionistas Controladores"), celebraram em 27 de fevereiro de 2012, um acordo de acionistas que regulará o seu relacionamento no que se refere ao exercício do direito de voto e os direitos sobre a compra e venda de suas ações e preferência em sua aquisição. O referido acordo somente entrará em vigor a partir da data da liquidação financeira da oferta pública inicial de ações da Companhia, data na qual o Acordo de Acionistas BVEP será automaticamente rescindido, conforme descrito no item "I" acima.

a) partes

São signatários do novo acordo de acionistas da Companhia ("Acordo de Acionistas dos Controladores") os Srs. Luis Fernando Memoria Porto, Sérgio Augusto Guerra de Resende e a Companhia de Locação das Américas.

b) data de celebração

Celebrado em 27 de fevereiro de 2012.

c) prazo de vigência

(1) O Acordo de Acionistas dos Controladores entrará em vigor a partir da data da liquidação financeira da oferta pública inicial de ações da Companhia, data na qual o Acordo de Acionistas BVEP será automaticamente rescindido. O referido Acordo permanecerá em vigor pelo prazo de 15 anos, podendo ser rescindido antecipadamente, caso qualquer um dos acionistas controladores mencionados no item "a" acima, reduza a sua participação societária na Companhia para percentual inferior a 5,0% do capital social da mesma.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas Controladores deverão votar em bloco nas reuniões do Conselho de Administração e nas Assembleias Gerais realizadas pela Companhia nos termos da deliberação aprovada pelos Acionistas Controladores em reunião prévia a ser realizada anteriormente à realização de cada reunião do Conselho de Administração ou Assembleia Geral, conforme o caso, para deliberação sobre as matérias da respectiva ordem do dia e definição do voto dos Acionistas Controladores ou de seus representantes perante cada um dos referidos órgãos societários.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Os Acionistas Controladores exercerão nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia o direito de voto de suas ações objeto do Acordo de Acionistas dos Controladores, de maneira a assegurar, a partir da data de início de vigência do referido acordo, a eleição conjunta de quantos membros do Conselho de Administração da Companhia seja possível. Os Acionistas Controladores poderão destituir o Conselheiro por eles conjuntamente indicado e indicar o seu substituto, cuja substituição deverá ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas.

A indicação dos nomes dos candidatos a membro independente do Conselho de Administração deverá ser feita conjuntamente pelo Acionistas Controladores.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O Acionistas Controlador não poderá, direta ou indiretamente, alienar, contribuir ao capital de outra empresa ou de qualquer outra forma transferir a terceiros ou a outros acionistas as ações objeto do Acordo de Acionistas dos Controladores ("Acionista Vendedor" e "Ações Vinculadas Ofertadas", respectivamente), no todo ou em parte, sem ofertá-las primeiro ao outro Acionista Controlador ("Acionista Não Vendedor"), o qual terá o direito de preferência ("Direito de Preferência") para adquiri-las em sua totalidade, na proporção de sua respectiva participação acionária na companhia (excluída a participação do Acionista Vendedor), nos mesmos termos e condições da oferta recebida pelo Acionista Vendedor de um terceiro adquirente agindo de boa-fé, mediante envio de notificação pelo Acionista Vendedor ao Acionista Não Vendedor.

Durante os 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento da notificação acima mencionada, caso o Acionista Não Vendedor tenha interesse em exercer o seu Direito de Preferência, deverá notificar por escrito ao Acionista Vendedor informando de sua decisão de exercer o seu Direito de Preferência para a aquisição da totalidade (e não menos do que a totalidade) das Ações Vinculadas Ofertadas a que tiver direito, de acordo com os termos da oferta).

Caso o Acionista Não Vendedor (a) não exerça o seu Direito de Preferência sobre a totalidade das Ações Vinculadas Ofertadas; e/ou (b) deixe de notificar tempestivamente o Acionista Vendedor ou ainda deixe de efetuar o pagamento do preço no prazo definido nos termos do Acordo de Acionistas dos Controladores, então o Acionista Vendedor estará livre para, durante os 60 dias subsequentes, alienar todas (e não menos do que todas) as Ações Vinculadas Ofertadas a terceiro, nos termos da oferta.

O Direito de Preferência acima mencionado não será aplicável no caso de transferência das ações objeto do Acordo de Acionistas dos Controladores pelos Acionistas Controladores para qualquer afiliada aos referidos acionistas.

Adicionalmente, caso seja realizada uma oferta de ações objeto do Acordo de Acionistas dos Controladores para distribuição pública no mercado secundário, será assegurado às partes do referido acordo o direito de incluir em tal oferta, ações de sua propriedade na proporção de sua respectiva participação acionária em relação ao montante total da distribuição pública no mercado secundário.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Para informações sobre as cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros do conselho de administração da Companhia, vide o item "c" acima.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 2009:

Em 14 de dezembro de 2009, houve novo aumento de capital, desta vez de R$19.892.139,00, mediante a emissão de 5.198.315 novas ações preferenciais, todas subscritas pela BV Empreendimentos e Participações S.A.. Em decorrência deste aumento de capital, os acionistas Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende, que antes detinham em conjunto, aproximadamente 77,22% do capital social total, cerca de 38,61% cada um, passaram a deter em conjunto, aproximadamente, 64,52% de nosso capital social total e, individualmente, 32,26%. Já a BV Empreendimentos e Participações S.A. que antes detinha aproximadamente 21,21% de nosso capital social total, passou a deter cerca de 34,17% de nosso capital social total.

Em 2010:

Em 2010 não houve qualquer modificação substancial nas participações dos acionistas controladores da Companhia.

Em 2011:

Em 2011 não houve qualquer modificação substancial nas participações dos acionistas controladores da Companhia.

Em 2012:

Em 27 de fevereiro de 2012, realizamos o cancelamento das 415.848 ações ordinárias que mantínhamos em tesouraria e a conversão, na razão de uma ação preferencial para uma ação ordinária, de todas as ações preferenciais de nossa emissão. Em decorrência deste cancelamento, os acionistas Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende, que antes detinham em conjunto, aproximadamente 64,52% do capital social total, cerca de 32,26% cada um, passaram a deter em conjunto, aproximadamente, 65,38% de nosso capital social total e, individualmente, 32,69%. Já a BV Empreendimentos e Participações S.A. que antes detinha aproximadamente 34,17% de nosso capital social total, passou a deter cerca de 34,62% de nosso capital social total.

Para mais detalhes sobre as operações acima descritas, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

15.7 - Outras informações relevantes

BV Empreendimentos e Participações S.A.

A BV Empreendimentos e Participações S.A. é a unidade de *private equity* do Banco Votorantim S.A., cujo único acionista é o FIP BVIA Fundo de Investimento em Participações, detentor de 100% de suas ações. O único quotista do FIP é o Banco Votorantim S.A.

Contrato de Associação

Em 08 de julho de 2008, a BV Empreendimentos e Participações S.A., Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende celebraram um contrato de associação ("Contrato de Associação") com o objetivo de determinar a forma por meio da qual o investimento da BV Empreendimentos e Participações S.A. em nossa Companhia seria realizado e o relacionamento entre nossos acionistas a partir do ingresso da BV Empreendimentos e Participações S.A.. Em garantia ao cumprimento de determinadas obrigações assumidas no Contrato de Associação, as partes firmaram na referida data, dentre outros, um Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, por meio do qual as ações detidas por Luís Fernando Memoria Porto e as ações detidas por Sérgio Augusto Guerra de Resende encontram-se atualmente em alienação fiduciária para a BV Empreendimentos e Participações S.A..

Controle sobre nossa Companhia após nossa Oferta Pública Inicial de Ações

Em 27 de fevereiro de 2012, protocolamos, perante a CVM, pedido de registro de oferta pública primária e secundária de distribuição de ações de nossa emissão ("Oferta").

Até a data de liquidação da Oferta, nossos atuais acionistas controladores (BV Empreendimentos e Participações S.A., Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende) terão o poder de nos controlar, inclusive com poderes para: (i) eleger e destituir a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração, estabelecer a nossa política administrativa e exercer o controle geral sobre a nossa Administração e de nossas controladas; (ii) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por ele detidas, nos termos do nosso Estatuto Social; e (iii) determinar o resultado de qualquer deliberação de nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros. Após a conclusão da Oferta, tais acionistas deixarão de deter a maioria de nosso capital votante.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Celebramos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas em condições compatíveis com as de mercado.

As deliberações referentes a eventuais transações entre nós e nossas partes relacionadas são tomadas, conforme o caso, por nossos acionistas ou Conselho de Administração, nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
BV Empreendimentos e Participações S.A.	15/01/2009	10.000.000,00	R$ 0,00	Não é possível aferir.	12 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador						
Objeto contrato	Contrato de mútuo.						
Garantia e seguros	Penhor mercantil de direitos creditórios detidos pela Companhia						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	A Companhia pagará à BV Empreendimentos e Participações S.A. a quantia atualizada pela variação da taxa SELIC, conforme o contrato de mútuo para fins de capital de giro.						
BV Empreendimentos e Participações S.A.	27/07/2009	20.000.000,00	-	Não é possível aferir.	6 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador						
Objeto contrato	Contrato de mútuo.						
Garantia e seguros	Penhor mercantil de direitos creditórios detidos pela Companhia.						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	A Companhia pagará à BV Empreendimentos e Participações S.A. a quantia atualizada pela variação da taxa SELIC, conforme o contrato de mútuo para fins de capital de giro.						
SLR Comercio de Veículos Ltda.	31/12/2010	1.000,00	R$0,00	Não é possível aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui sócios como acionistas						
Objeto contrato	Compra e venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
SLR Comercio de Veículos Ltda.	31/12/2010	157.000,00	R$0,00	Não é possível aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui sócios como acionistas						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra e venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Barão Motors Ltda.	31/12/2009	47.000,00	R$0,00	Não é possível aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui sócios como acionistas						
Objeto contrato	Compra e venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Barão Motors Ltda.	30/06/2010	2.000,00	R$0,00	Não é possível aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui sócios como acionistas						
Objeto contrato	Compra e venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Via Jap Comércio de Veículos Ltda.	31/12/2010	205.000,00	R$0,00	Não é possível aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui sócios como acionistas						
Objeto contrato	Compra e venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Locarvel Locadora de Veículos Ltda.	02/08/2010	1.011.500,00	R$0,00	Não é possível aferir.	12 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Constituição de linha de crédito em favor da Locarvel com taxas de juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um spread de 0,40% ao mês.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Falência através de aviso prévio por escrito por uma das partes, pedido de recuperação judicial, dissolução, liquidação e inadimplemento contratual.						
Natureza e razão para a operação	Natureza: Empréstimo para capital de giro. Razão: Disponibilização de recursos entre a Companhia e controlada, com a finalidade de atender as necessidades de caixa desta última.						
Luis Fernando Memória Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende	27/01/2010	12.000.000,00	R$ 0,00	Não é possível aferir.	6 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionistas controladores						
Objeto contrato	Compra de quotas de titularidade do Sr. Luis Fernando Memória Porto e Sérgio Guerra de Resende da Locarvel pela Companhia de Locação das Américas.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Banco Votorantim S.A.	02/09/2010	325.000,00	Não é possível aferir antes do vencimento	Não é possível aferir	02/01/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto						
Objeto contrato	Termo de negociação para a realização de operações de opção de swap com valor nocional base de R$50.000.000,00 e vigência até 02 de janeiro de 2013. Esses instrumentos trocam taxas médias de 100% do CDI (ponta ativa) pelas taxas fixas dos contratos de 12,0% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento contratual, liquidação, falência, recuperação judicial ou extra-judicial, incorporação, fusão cisão da Companhia, transferência, cessão ou mudança de controle societário sem anuência do Banco Votorantim S.A.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Banco Votorantim S.A.	21/09/2010	250.000,00	Não é possível aferir antes do vencimento	Não é possível aferir	02/01/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto						
Objeto contrato	Termo de negociação para a realização de operações de opção de swap com valor nocional base de R$50.000.000,00 e vigência até 02 de janeiro de 2013. Esses instrumentos trocam taxas médias de 100% do CDI (ponta ativa) pelas taxas fixas dos contratos de 12,5% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento contratual, liquidação, falência, recuperação judicial ou extra-judicial, incorporação, fusão cisão da Companhia, transferência, cessão ou mudança de controle societário sem anuência do Banco Votorantim S.A.						
Natureza e razão para a operação							
Locarvel Locadora de Veículos Ltda.	01/08/2008	15.000.000,00	R$22.607,00	Não é possível aferir.	31/12/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Constituição de linha de crédito em favor da Locarvel (contas a pagar). A Locarvel pagará à Companhia juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um spread de 0,40% ao mês. Natureza: Empréstimo para capital de giro. Razão: Disponibilização de recursos entre a Companhia e controlada, com a finalidade de atender as necessidades de caixa desta última.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Natureza: Empréstimo para capital de giro. Razão: Disponibilização de recursos entre a Companhia e controlada, com a finalidade de atender as necessidades de caixa desta última.						
Locarvel Locadora de Veículos Ltda.	01/08/2008	17.102.000,00	R$ 19.461.116,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de parceria entre Locarvel e a Companhia pelo qual esta se compromete a auxiliar a Locarvel na gestão de suas operações de locação de frotas e de vendas de veículos da Locarvel, após a conclusão de cisão sofrida pela Locarvel com a incorporação dos ativos cindidos pela Companhia, que resultou, inclusive, na transferência de parte do quadro de pessoal da Locarvel para a Companhia.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Falência, inadimplência ou descumprimento do contrato mediante notificação com no mínimo 30 dias de antecedência.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Locarvel Locadora de Veículos Ltda.	31/07/2009	0,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Comodato do imóvel localizado na Avenida Barão Homem de Melo nº1.319. Aluguel de imóvel em Belo Horizonte.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Agile Car Locações Ltda.	31/12/2011	913.186,00	R$913.186,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Sublocação de veículos da Companhia, reembolso de avarias e multas de trânsito.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Agile Car Locações Ltda.	30/09/2011	913.000,00	R$ 913.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Sublocação de veículos da Companhia, reembolso de avarias e multas de trânsito.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Armal Empreendimentos e Participações Ltda.	01/09/2008	480.000,00	R$ 10.000,00	Não é possível aferir.	02/09/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui um sócio como acionista.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Aluguel no valor mensal de R$10.000,00 de imóvel localizado na Avenida Barão Homem de Melo, nº 1.319, Belo Horizonte – MG, para ser utilizado como filial operacional da Companhia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Falência, inadimplência ou descumprimento do contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Guerra Empreendimentos e Participações Ltda.	01/09/2008	480.000,00	R$ 10.000,00	Não é possível aferir.	02/09/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui um sócio como acionista						
Objeto contrato	Aluguel no valor mensal de R$10.000,00 de imóvel localizado na Avenida Barão Homem de Melo, nº 1.319, Belo Horizonte – MG, para ser utilizado como filial operacional da Companhia.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Falência, inadimplência ou descumprimento do contrato						
Natureza e razão para a operação							
BV Empreendimentos e Participações S.A.	30/12/2008	5.000.000,00	R$ 0,00	Não é possível aferir.	12 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador						
Objeto contrato	Contrato de mútuo.						
Garantia e seguros	Penhor mercantil de direitos creditórios detidos pela Companhia						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	A Companhia pagará à BV Empreendimentos e Participações S.A. a quantia atualizada pela variação da taxa SELIC, conforme o contrato de mútuo para fins de capital de giro.						
BV Empreendimentos e Participações S.A.	09/01/2009	5.000.000,00	R$ 0,00	Não é possível aferir.	12 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador						
Objeto contrato	Contrato de mútuo.						
Garantia e seguros	Penhor mercantil de direitos creditórios detidos pela Companhia						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	A Companhia pagará à BV Empreendimentos e Participações S.A. a quantia atualizada pela variação da taxa SELIC, conforme o contrato de mútuo para fins de capital de giro.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e
(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações celebradas entre nós e nossas partes relacionadas são feitas em condições de mercado e estão amparadas pela legislação aplicável, principalmente o artigo 246 da Lei das Sociedades por Ações e por nossas políticas de ética e conduta que vedam qualquer situação em que o interesse pessoal seja conflitante com nossos interesses.

As decisões sobre nossas operações são submetidas aos nossos órgãos decisórios, principalmente, ao nosso conselho de administração e, conforme disposto em nosso Estatuto Social, o membro do conselho de administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com os nossos. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do conselho de administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo. Adicionalmente, o membro do conselho de administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de conselho de administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os nossos.

Temos adotado as práticas de governança previstas pela legislação, incluindo as estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. As disputas e controvérsias que nos envolvam, ou envolvam nossos acionistas, administradores e/ou conselheiros fiscais, decorrentes ou relacionadas ao nosso Estatuto Social, às disposições da Lei das Sociedades por Ações e às demais normas aplicáveis que não possam ser solucionadas amigavelmente dentro de um prazo improrrogável de 30 dias, serão dirimidas por arbitragem pela Câmara de Arbitragem do Mercado, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Para maiores informações sobre conflitos de interesses, vide itens 12.2(a), 12.4(c) e 12.5 deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
30/03/2012	135.291.240,41	Totalmente integralizado	46.784.835	0	46.784.835
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
30/03/2012	135.291.240,41	Totalmente integralizado	46.784.835	0	46.784.835
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
30/03/2012	135.291.240,41		46.784.835	0	46.784.835
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
27/02/2012	600.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
14/12/2009	AGE	14/12/2009	40.000.000,00	Subscrição particular	0	5.198.315	5.198.315	1,51429335	7,69	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Valor patrimonial da ação.									
Forma de integralização	R$ 14.091.525,90 em moeda corrente nacional e R$25.908.474,10 mediante a conversão de créditos detidos contra a Companhia no prazo.									
01/12/2010	AGE	01/12/2010	80.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/06/2011	AGE	30/06/2011	3.449.356,48	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/09/2011	AGE	30/09/2011	1.762.734,39	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
31/12/2011	AGE	31/12/2011	1.789.906,12	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/03/2012	AGE	30/03/2012	1.982.143,42	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
30/03/2012	31.189.890	0	31.189.890	46.784.835	0	46.784.835

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não realizamos redução do nosso capital social nos três últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito de nosso capital social que não foram evidenciadas ao longo do item 17 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Mínimo de 25% do lucro líquido.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital, no caso de nossa liquidação.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por ações, nem o estatuto social nem a assembleia-geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais;(ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação;(iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na referida lei.
Outras características relevantes	Não há outras informações relevantes sobre os direitos referentes às nossas ações, que não tenham sido divulgadas ao longo deste Formulário de Referência.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A alienação do poder de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o comprador do poder de controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante.

A oferta pública de aquisição ("OPA") acima descrita também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em Ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o nosso poder de controle, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído a nós nessa alienação e anexar documentação que comprove a informação.

Na hipótese de haver controle difuso sobre nossa Companhia, qualquer acionista adquirente, que adquirir ou se tornar titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 25% do total de ações de nossa emissão deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 25% do total de ações de nossa emissão, realizar ou solicitar, conforme o caso, o registro de uma OPA da totalidade das ações de nossa emissão, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), no Regulamento do Novo Mercado, em outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos do nosso estatuto social. Neste caso, a OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os nossos acionistas; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto em nosso estatuto social; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de nossa emissão.

Na hipótese do acionista adquirente não cumprir com as obrigações impostas acima, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para o atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, nosso conselho de administração convocará assembleia geral extraordinária, na qual o acionista adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente que não cumpriu com qualquer das obrigações acima, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

A realização da OPA mencionada acima, não excluirá a possibilidade de outro de nossos acionistas ou, se for o caso, nós mesmos, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

A OPA poderá também ser dispensada mediante voto favorável de nossos acionistas reunidos em assembleia geral, especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras: (i) referida assembleia geral será instalada nos termos do artigo 29, parágrafo 4º, do nosso estatuto social; (ii) a dispensa de realização da OPA será considerada aprovada com a maioria absoluta de votos entre os acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação, não se computando os votos em branco; (iii) não serão computadas as ações detidas pelo acionista adquirente para fins do quorum de deliberação, conforme item "ii" acima.

Qualquer acionista adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos sobre as ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 25% do total de ações de nossa emissão, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 25% do total de ações de nossa emissão, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos no nosso Estatuto Social.

Adicionalmente, nosso estatuto social prevê que em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, seja para que as nossas ações passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja devido à reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista controlador ou nós, conforme o caso, deveremos realizar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, de acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado o correspondente ao valor econômico das nossas ações, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos do artigo 48 do nosso estatuto social e da legislação vigente.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A apuração do valor econômico das nossas ações para fins de saída do Novo Mercado ou cancelamento de registro de companhia aberta será realizada por instituição escolhida pela assembleia geral dentre as instituições qualificadas e indicadas em lista tríplice por nosso Conselho de Administração. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico em questão deverá ser tomada, não se computando os votos em branco, pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na respectiva assembleia geral, a qual, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem no mínimo 20% do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Nas hipóteses de nossa saída do Novo Mercado ou de cancelamento do registro de companhia aberta, os custos incorridos com a preparação do laudo de avaliação supra-referido serão integralmente suportados pelo ofertante.

Na hipótese de nosso controle passar a ser qualificado como difuso, (a) sempre que for aprovado em assembleia geral o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição das ações deverá ser efetivada por nós, sendo que, neste caso, somente poderemos adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em assembleia geral após ter adquirido as ações pertencentes aos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; ou (b) sempre que for aprovado em assembleia geral, a saída do Novo Mercado, seja em razão de registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária, os acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação na assembleia geral deverão efetivar a oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas de nossa Companhia.

Ainda no caso de haver Controle Difuso e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de nossa emissão sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários por nós emitidos tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado, em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, por ato ou fato da administração, deverá ser convocada assembleia geral, na forma do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, visando a destituir e substituir o Conselho de Administração ou tomar as decisões necessárias a sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Se as decisões acima não sanarem o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento do Novo Mercado no prazo definido pela BM&FBOVESPA para tanto, deveremos, respeitadas as disposições legais, efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas. Caso seja deliberada, em Assembleia Geral, a manutenção de nosso registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Na hipótese de termos controle difuso e a nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o descumprimento.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2011	Debêntures-1ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
31/12/2011	Debêntures-2ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	25.850.141	1.077.089,19	1.077.089,19	R$ por Unidade
31/12/2011	Debêntures-3ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
31/12/2011	Debêntures-4ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
30/09/2011	Debêntures-1ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
30/09/2011	Debêntures-2ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	47.515.412	1.039.689,28	1.024.174,53	R$ por Unidade
30/09/2011	Debêntures-3ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
30/06/2011	Debêntures-1ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
30/06/2011	Debêntures-2ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
30/06/2011	Certificado de Recebíveis do Agronegócio-3ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
31/03/2011	Debêntures-1ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
31/03/2011	Debêntures-2ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade

Exercício social **31/12/2010**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2010	Debêntures-1ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
31/12/2010	Debêntures-2ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
30/09/2010	Debêntures-1ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
30/06/2010	Debêntures-1ª Emissão			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Identificação do valor mobiliário	4ª emissão para distribuição pública de debêntures de nossa emissão.
Data de emissão	28/11/2011
Data de vencimento	28/11/2014
Quantidade (Unidades)	12.000
Valor total (Reais)	120.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.

Identificação do valor mobiliário	5ª emissão para distribuição pública de debêntures de nossa emissão.
Data de emissão	24/02/2012
Data de vencimento	11/04/2016
Quantidade (Unidades)	3.500
Valor total (Reais)	35.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.

Identificação do valor mobiliário	1ª emissão para distribuição pública com esforços restritos de colocação de debêntures de nossa emis

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Data de emissão	28/06/2010
Data de vencimento	11/04/2016
Quantidade (Unidades)	12.500
Valor total (Reais)	125.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Identificação do valor mobiliário	2ª emissão para distribuição pública de debêntures de nossa emissão.
Data de emissão	09/12/2010
Data de vencimento	09/12/2013
Quantidade (Unidades)	100
Valor total (Reais)	100.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Identificação do valor mobiliário	3ª emissão para distribuição pública de debêntures de nossa emissão.
Data de emissão	20/06/2011

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Data de vencimento	20/06/2014
Quantidade (Unidades)	95
Valor total (Reais)	95.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Nossas debêntures são negociadas conforme abaixo:

- *Debêntures da 1ª Emissão:*

  As Debêntures da 1ª emissão estão registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"). Para maiores informações sobre as debêntures da 1ª emissão, vide itens 18.4 e 18.5 deste Formulário de Referência.

- *Debêntures da 2ª Emissão:*

  As Debêntures da 2ª emissão estão registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP. Para maiores informações sobre as debêntures da 2ª emissão, vide itens 18.4 e 18.5 deste Formulário de Referência.

- *Debêntures da 3ª Emissão:*

  As Debêntures da 3ª emissão estão registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP. Para maiores informações sobre as debêntures da 3ª emissão, vide itens 18.4 e 18.5 deste Formulário de Referência.

- *Debêntures da 4ª Emissão:*

  As Debêntures da 4ª emissão estão registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP. Para maiores informações sobre as debêntures da 4ª emissão, vide itens 18.4 e 18.5 deste Formulário de Referência.

- *Debêntures da 5ª Emissão:*

  As Debêntures da 5ª emissão estão registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP. Para maiores informações sobre as debêntures da 5ª emissão, vide itens 18.4 e 18.5 deste Formulário de Referência

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

a. País

Não aplicável, tendo em vista que, não possuímos, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos a negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

No dia 8 de julho de 2010, realizamos a liquidação de nossa 1ª emissão de debêntures, emitindo 12.500 debêntures ao preço unitário de R$1.000.000, com data de emissão em 28 de junho de 2010, que culminou na captação de R$125,0 milhões.

No dia 28 de dezembro de 2010, realizamos a liquidação de nossa 2ª emissão de debêntures, emitindo 100 debêntures ao preço unitário de R$1.000.000, com data de emissão em 9 de dezembro de 2010, que culminou na captação de R$100,0 milhões.

Em 20 de junho de 2011, aprovamos nossa 3ª emissão de debêntures, no valor inicial de R$160,0 milhões, com data de emissão em 20 de junho de 2011, dos quais R$80,0 milhões foram liquidados em 22 de junho de 2011. Em outubro de 2011, efetuamos captação adicional de R$15,7 milhões (R$15,0 milhões em valor nominal) por meio da emissão de debêntures de nossa terceira emissão e foram canceladas 65 debêntures não subscritas. Assim, nossa terceira emissão de debêntures totalizou R$95,0 milhões (em valor nominal).

Em 22 de dezembro de 2011, aprovamos nossa quarta emissão de debêntures, no montante de R$150,0 milhões, emitindo 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R$10.000,00, com data de emissão em 28 de novembro de 2011. Em 19 de janeiro de 2012, a escritura de nossa quarta emissão de debêntures foi aditada com o cancelamento de 3.000 debêntures (equivalentes a R$30,0 milhões), passando, assim, o total da emissão, de R$150,0 milhões para R$120,0 milhões. As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009. Em janeiro de 2012, foram liquidados R$121,7 milhões (R$120,0 milhões em valor nominal) de debêntures de nossa quarta emissão.

Adicionalmente, em 14 de fevereiro de 2012, aprovamos nossa 5ª emissão de debêntures, no montante de R$35,0 milhões, emitindo 3.5000 debêntures com valor nominal unitário de R$10.000,00, com data de emissão em 14 de fevereiro de 2012. As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, e foram liquidadas integralmente em 09 de março de 2012.

Para maiores informações sobre esses títulos e valores mobiliários emitidos, vide itens 18.5 e 18.10 deste Formulário de Referência.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não realizamos qualquer oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Em adição às informações indicadas no item 18.5 deste Formulário de Referência, segue a descrição de características relevantes de nossas emissões de debêntures.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão para distribuição pública de debêntures de nossa emissão.
Data de emissão	28 de junho de 2010
Data de vencimento	11 de abril de 2016
Quantidade (Unidades)	12.500
Valor total (Reais)	R$125.000.000
Restrição a circulação	Sim.
Descrição da Restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não.
Possibilidade resgate	Sim.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI por proibição judicial ou legal, se não houver acordo quanto à nova remuneração entre nossa companhia e debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, poderemos optar, a nosso exclusivo critério, pelo resgate das debêntures com seu consequente cancelamento em no máximo, 60 dias. Neste caso, o valor a ser pago aos debenturistas será equivalente ao saldo do valor nominal unitário das debêntures objeto do resgate, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.
Características dos valores mobiliários	Foram emitidas 12.500 debêntures, em série única, nominativas, escriturais, sem emissão de cautela ou certificados, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, de valor nominal unitário de R$10.000,00, de acordo com e nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009. Seu valor nominal será amortizado em única parcela, na data de seu vencimento. Não obstante, constituímos um fundo de amortização mediante depósitos efetuados em uma conta vinculada à oferta mantida por nós. Os valores depositados neste fundo devem atingir em 15 de fevereiro de 2015, 15 de maio de 2015, 15 de agosto de 2015, 15 de novembro de 2015 e 15 de fevereiro de 2016, respectivamente, 20%, 40%, 60%, 80% e 100% do saldo devedor atualizado das Debêntures.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Poderemos, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional prevista na

18.10 - Outras informações relevantes

	escritura de emissão ou nos contratos de garantia, ficando o agente fiduciário obrigado a aditar os mesmos, conforme o caso, mediante aprovação prévia de debenturistas que representem no mínimo 75% das debêntures em circulação. Os debenturistas poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia, nos termos do artigo 71 da Lei de Sociedade por ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. Cada debênture em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de debenturistas, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 50% das debêntures em circulação. As alterações referentes a prazo de vigência das debêntures, remuneração, quorum de deliberação das assembleias gerais de debenturistas, e eventos de vencimento antecipado, deverão ser aprovados por debenturistas representando no mínimo 90% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	As debêntures farão jus a remuneração paga trimestralmente e equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua pagina da internet, acrescida exponencialmente do *spread* que varia entre 4,0% a 6,5%, de acordo com a classificação de risco atribuída às debêntures por agência de *rating*. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. Essas debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A garantia real prestada consiste na alienação fiduciária de veículos nossos e na cessão de recebíveis decorrentes de contratos de locação de veículos, e a garantia fidejussória foi prestada pelos acionistas Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende (“Fiadores”). As debêntures também estipulam que caso os índices financeiros previstos na escritura não sejam observados, ficaremos impedidos de pagar dividendos e juros sobre capital próprio a nossos acionistas. Para maiores informações sobre índices financeiros a serem observados, vide item 10.1 (f) (iv) deste Formulário de Referência. Por fim, a escritura também prevê como hipótese de vencimento antecipado o fato de os Fiadores deixarem de deter, de modo direto ou indireto, a maioria do capital votante de nossa companhia e/ou a BV Empreendimentos e Participações S.A. (“BVEP”) deixar de deter ao menos 20% do nosso capital social, exceto em caso de oferta pública, entendida como tal aquela que (i) resulte em captação de pelo menos R$150,0 milhões pela Companhia; e (ii) não resulte na perda de controle por parte dos Fiadores, nos termos da Lei nº 6.404/76, (iii) resulte na listagem de nossa Companhia no segmento do Novo Mercado da

18.10 - Outras informações relevantes

	BM&FBovespa; (iv) resulte na subscrição das ações por mais de 75 investidores (v) resulte em, no mínimo, 25% de ações de nossa Companhia em circulação (free float). Desta forma, a alienação de controle por parte de nossos acionistas controladores e a alienação pela BVEP de participação societária que resulte em participação desta em nosso capital social em montante inferior a 20% (se essa alienação não for feita em oferta pública com as características acima mencionadas) estão sujeitas a aprovação por parte dos debenturistas titulares das debêntures de nossa 1ª emissão.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª emissão para distribuição pública de debêntures de nossa emissão.
Data de emissão	9 de dezembro de 2010
Data de vencimento	9 de dezembro de 2013
Quantidade (Unidades)	100
Valor total (Reais)	R$100.000.000
Restrição a circulação	Sim.
Descrição da Restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não.
Possibilidade resgate	Sim.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Poderemos, a nosso exclusivo critério, realizar a qualquer tempo oferta de resgate antecipado das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurando a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das debêntures. Neste caso, o valor a ser pago aos debenturistas será equivalente ao saldo do valor nominal unitário das debêntures objeto do resgate, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, e um prêmio de resgate que poderá ser oferecido aos debenturistas, a nosso exclusivo critério, prêmio de resgate este que não poderá ser negativo. Adicionalmente, na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI por proibição judicial ou legal, se não houver acordo quanto à nova remuneração entre nossa companhia e debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, poderemos optar, a nosso exclusivo critério, pelo resgate das debêntures com seu consequente cancelamento em no máximo, 60

18.10 - Outras informações relevantes

	dias.
Características dos valores mobiliários	Foram emitidas 100 debêntures, em série única, nominativas, escriturais, sem emissão de cautela ou certificados, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, de valor nominal unitário de R$1.000.000,00, de acordo com e nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009. O valor nominal das debêntures será amortizado em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo a primeira em 09 de dezembro de 2010 e a final, na data de vencimento das debêntures.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Poderemos, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional prevista na escritura de emissão ou nos contratos de garantia, ficando o agente fiduciário obrigado a aditar os mesmos, conforme o caso, mediante aprovação prévia de debenturistas reunidos em assembleia, observando-se os quoruns mencionados abaixo. Os debenturistas poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia, nos termos do artigo 71 da Lei de Sociedade por ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. Cada debênture em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de debenturistas, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 50% das debêntures em circulação. As alterações referentes a prazo de vigência das debêntures, remuneração, quorum de deliberação das assembleias gerais de debenturistas, e eventos de vencimento antecipado, deverão ser aprovados por debenturistas representando no mínimo 90% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	As debêntures farão jus a remuneração paga semestralmente e equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua pagina da internet, acrescida exponencialmente do *spread* de 4,0%. Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão liberados em sete parcelas, na medida em que for comprovada a constituição das garantias reais abaixo especificadas nas proporções exigidas pela escritura de emissão, correspondendo, as seis primeiras parcelas, consecutivamente, a 40%, 10%, 10%, 10%, 10% e 10% dos recursos e a última parcela ao restante dos recursos decorrentes da integralização. Não obstante, os valores decorrentes da integralização das Debêntures, enquanto não forem liberados a nós, serão considerados cedidos fiduciariamente em garantia do cumprimento das obrigações decorrentes da emissão. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. Essas debêntures são da espécie

18.10 - Outras informações relevantes

com garantia adicional real e fidejussória. A garantia real prestada consiste na alienação fiduciária de veículos nossos e na cessão de recebíveis decorrentes de contratos de locação de veículos, e a garantia fidejussória foi prestada pelos acionistas Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende.

As debêntures também estipulam que caso os índices financeiros previstos na escritura não sejam observados, ficaremos impedidos de pagar dividendos e juros sobre capital próprio a nossos acionistas. Para maiores informações sobre índices financeiros a serem observados, vide item 10.1 (f) (iv) deste Formulário de Referência.

Por fim, a escritura também prevê como hipótese de vencimento antecipado o fato de os Fiadores deixarem de deter, de modo direto ou indireto, a maioria do capital votante de nossa companhia e/ou a BVEP deixar de deter ao menos 20% do nosso capital social, exceto em caso de oferta pública, entendida como tal a oferta que (i) seja exclusivamente primária; (ii) resulte em captação de pelo menos R$350,0 milhões; (iii) não resulte na perda de controle por parte dos Fiadores, nos termos da Lei nº 6.404/76; (iv) seja realizada no âmbito do segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa; (v) resulte na subscrição das ações por mais de 75 investidores; e (vi) resulte em, no mínimo, 25% de ações de nossa Companhia em circulação (free float). Desta forma, a alienação de controle por parte de nossos acionistas controladores e a alienação pela BVEP de participação societária que resulte em participação desta em nosso capital social em montante inferior a 20% (se essa alienação não for feita em oferta pública com as características acima mencionadas) estão sujeitas a aprovação por parte dos debenturistas titulares das debêntures de nossa 2ª emissão.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª emissão para distribuição pública de debêntures de nossa emissão.
Data de emissão	20/06/2011
Data de vencimento	20/06/2014
Quantidade (Unidades)	95
Valor total (Reais)	R$95.000.000
Restrição a circulação	Sim
Descrição da Restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Poderemos, a nosso exclusivo critério, realizar a qualquer tempo oferta de resgate antecipado das

18.10 - Outras informações relevantes

	debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurando a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das debêntures. Neste caso, o valor a ser pago aos debenturistas será equivalente ao saldo do valor nominal unitário das debêntures objeto do resgate, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, e um prêmio de resgate que poderá ser oferecido aos debenturistas, a nosso exclusivo critério, prêmio de resgate este que não poderá ser negativo. Adicionalmente, na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI por proibição judicial ou legal, se não houver acordo quanto à nova remuneração entre nossa companhia e debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, a emissora poderá optar, a seu exclusivo critério, pelo resgate das debêntures com seu consequente cancelamento em no máximo, 60 dias.
Características dos valores mobiliários	Foram emitidas 95 debêntures, em série única, nominativas, escriturais, sem emissão de cautela ou certificados, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de valor nominal unitário de R$1.000.000,00, de acordo e nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009. O valor nominal das debêntures será amortizado em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo a primeira em 20 de junho de 2013 e a final, na data de vencimento das debêntures.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Poderemos, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional prevista na escritura de emissão ou nos contratos de garantia, ficando o agente fiduciário obrigado a aditar os mesmos, conforme o caso, mediante aprovação prévia de debenturistas reunidos em assembleia, observando-se os quoruns de aprovação mencionados abaixo. Os debenturistas poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia, nos termos do artigo 71 da Lei de Sociedade por ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. Cada debênture em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de debenturistas, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 50% das debêntures em circulação. As alterações referentes a prazo de vigência das debêntures, remuneração, quorum de deliberação das assembleias gerais de debenturistas, e eventos de vencimento antecipado,

18.10 - Outras informações relevantes

	deverão ser aprovados por debenturistas representando no mínimo 90% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	As debêntures farão jus a remuneração paga semestralmente e equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua pagina da internet, acrescida exponencialmente do *spread* de 2,5%, que será aumentado para 3,75% caso não ocorra uma oferta pública de ações, nos termos previstos na escritura de emissão, no prazo de 18 meses contado da data de emissão. Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão liberados em parcelas, na medida em que as Debêntures forem subscritas e integralizadas, desde que esteja comprovada a constituição das garantias reais abaixo descritas nas proporções exigidas pela escritura de emissão. A primeira parcela liberada totalizará R$30,0 milhões e as demais corresponderão a R$10,0 milhões cada. Não obstante, os valores decorrentes da integralização das Debêntures, enquanto não forem liberados a nós, serão considerados cedidos fiduciariamente em garantia do cumprimento das obrigações decorrentes da emissão. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. Essas debêntures são da espécie com garantia adicional real e fidejussória. A garantia real prestada consiste na alienação fiduciária de veículos nossos e na cessão de recebíveis decorrentes de contratos de locação de veículos, e a garantia fidejussória foi prestada pelos acionistas Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende. As debêntures também estipulam que caso os índices financeiros previstos na escritura não sejam observados, ficaremos impedidos de pagar dividendos e juros sobre capital próprio a nossos acionistas. Para maiores informações sobre índices financeiros a serem observados, vide item 10.1 (f) (iv) deste Formulário de Referência. Inicialmente, nossa terceira emissão de debêntures foi aprovada com um montante total de R$160,0 milhões. Em junho de 2011, liquidamos R$80,0 milhões desse montante e, em outubro de 2011, liquidamos um montante adicional de R$15,7 milhões (correspondentes ao valor nominal acrescido dos juros remuneratórios desde a data da emissão). Em outubro de 2011, foram canceladas 65 debêntures não subscritas. Assim, nossa terceira emissão de debêntures totalizou R$95,0 milhões. Por fim, a escritura também prevê como hipótese de vencimento antecipado o fato de os Fiadores deixarem de deter, de modo direto ou indireto, a maioria do capital votante de nossa companhia e/ou a BVEP deixar de deter ao menos 20% do nosso

18.10 - Outras informações relevantes

	capital social, exceto em caso de oferta pública, entendida como tal a oferta que (i) seja exclusivamente primária; (ii) resulte em captação de pelo menos R$350,0 milhões; (iii) não resulte na perda de controle por parte dos Fiadores, nos termos da Lei nº 6.404/76; (iv) seja realizada no âmbito do segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa; (v) resulte na subscrição das ações por mais de 75 investidores; e (vi) resulte em, no mínimo, 25% de ações de nossa Companhia em circulação (free float). Desta forma, a alienação de controle por parte de nossos acionistas controladores e a alienação pela BVEP de participação societária que resulte em participação desta em nosso capital social em montante inferior a 20% (se essa alienação não for feita em oferta pública com as características acima mencionadas) estão sujeitas a aprovação por parte dos debenturistas titulares das debêntures de nossa 3ª emissão.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª emissão para distribuição pública de debêntures de nossa emissão.
Data de emissão	28/11/2011
Data de vencimento	28/11/2014
Quantidade (Unidades)	12.000
Valor total (Reais)	R$120.000.000
Restrição a circulação	Sim
Descrição da Restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Poderemos, a nosso exclusivo critério, realizar a qualquer tempo oferta de resgate antecipado das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurando a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das debêntures. Neste caso, o valor a ser pago aos debenturistas será equivalente ao saldo do valor nominal unitário das debêntures objeto do resgate, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, e um prêmio de resgate que poderá ser oferecido aos debenturistas, a nosso exclusivo critério, prêmio de resgate este que não poderá ser negativo. Adicionalmente, na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de

18.10 - Outras informações relevantes

	impossibilidade de aplicação da taxa DI por proibição judicial ou legal, se não houver acordo quanto à nova remuneração entre nossa companhia e debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, a emissora poderá optar, a seu exclusivo critério, pelo resgate das debêntures com seu consequente cancelamento em no máximo, 60 dias. Ainda, será permitido o resgate antecipado facultativo total ou a amortização antecipada parcial das debêntures, em 28 de maio de 2013, 28 de novembro de 2013, 28 de maio de 2014 ou 28 de novembro de 2014, e tão somente nessas datas, mediante aviso aos debenturistas, ao agente escriturador, ao banco mandatário e à CETIP, com antecedência mínima de 5 dias úteis da respectiva data do evento, sendo vedado o resgate antecipado parcial, mediante o pagamento do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures acrescido (i) da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (ii) de prêmio incidente sobre o valor do resgate antecipado, correspondente a 0,4%, calculado *pro rata temporis* desde a data do pagamento do resgate antecipado até a Data de Vencimento.
Características dos valores mobiliários	Foram emitidas 12.000 debêntures, em série única, nominativas, escriturais, sem emissão de cautela ou certificados, simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, com garantia adicional real e fidejussória, de valor nominal unitário de R$10.000,00, que serão distribuídas de acordo e nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009. O valor nominal das debêntures será amortizado em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo a primeira em 28 de novembro de 2013 e a final, na data de vencimento das debêntures.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Poderemos, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional prevista na escritura de emissão ou nos contratos de garantia, ficando o agente fiduciário obrigado a aditar os mesmos, conforme o caso, mediante aprovação prévia de debenturistas reunidos em assembleia, observando-se os quoruns de aprovação mencionados abaixo. Os debenturistas poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia, nos termos do artigo 71 da Lei de Sociedade por ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. Cada debênture em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de debenturistas, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 50% das debêntures em circulação. As alterações referentes a prazo de vigência das debêntures, remuneração, quorum de

18.10 - Outras informações relevantes

	deliberação das assembleias gerais de debenturistas, e eventos de vencimento antecipado, deverão ser aprovados por debenturistas representando no mínimo 90% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	As debêntures farão jus a remuneração paga semestralmente e equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua pagina da internet, acrescida exponencialmente do *spread* de 3,0%. Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão liberados em parcelas, na medida em que as Debêntures forem subscritas e integralizadas, desde que esteja comprovada a constituição das garantias reais abaixo descritas nas proporções exigidas pela escritura de emissão. A primeira parcela liberada totalizará R$30,0 milhões e as demais corresponderão a R$10,0 milhões cada. Não obstante, os valores decorrentes da integralização das Debêntures, enquanto não forem liberados a nós, serão considerados cedidos fiduciariamente em garantia do cumprimento das obrigações decorrentes da emissão. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. Essas debêntures são da espécie com garantia flutuante, com garantia adicional real e fidejussória. A garantia real prestada consiste na alienação fiduciária de veículos nossos e na cessão de recebíveis decorrentes de contratos de locação de veículos, e a garantia fidejussória foi prestada pelos acionistas Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende. As debêntures também estipulam que caso os índices financeiros previstos na escritura não sejam observados, ficaremos impedidos de pagar dividendos e juros sobre capital próprio a nossos acionistas. Para maiores informações sobre índices financeiros a serem observados, vide item 10.1 (f) (iv) deste Formulário de Referência. As debêntures foram objeto de esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM n. 476. Inicialmente, a escritura previa a emissão de até 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R$10.000,00. Em 19 de janeiro de 2012, a escritura foi aditada e 3.000 debêntures foram canceladas. Dessa forma, o total da quarta emissão passou a corresponder a R$120,0 milhões. Por fim, a escritura também prevê como hipótese de vencimento antecipado o fato de os Fiadores deixarem de deter, de modo direto ou indireto, a maioria do capital votante de nossa companhia e/ou a BVEP deixar de deter ao menos 20% do nosso capital social, exceto em caso de oferta pública, entendida como tal aquela que (i) resulte em captação de pelo menos R$150,0 milhões por nossa

18.10 - Outras informações relevantes

	Companhia; (ii) que não resulte na perda de controle por parte dos Fiadores, nos termos da Lei nº 6.404/76;(iii) resulte na listagem de nossa Companhia no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa; (iv) resulte em, no mínimo, 25% de ações de nossa Companhia em circulação (free float). Desta forma, a alienação de controle por parte de nossos acionistas controladores e a alienação pela BVEP de participação societária que resulte em participação desta em nosso capital social em montante inferior a 20% (se essa alienação não for feita em oferta pública com as características acima mencionadas) estão sujeitas a aprovação por parte dos debenturistas titulares das debêntures de nossa 4ª emissão.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª emissão para distribuição pública de debêntures de nossa emissão.
Data de emissão	14/02/2012
Data de vencimento	11/04/2016
Quantidade (Unidades)	3.500
Valor total (Reais)	R$35.000.000
Restrição a circulação	Sim
Descrição da Restrição	Nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009, as Debêntures não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI por proibição judicial ou legal, se não houver acordo quanto à nova remuneração entre nossa companhia e debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, a emissora poderá optar, a seu exclusivo critério, pelo resgate das debêntures com seu consequente cancelamento em no máximo, 60 dias.
Características dos valores mobiliários	Foram emitidas 3.500 debêntures, em série única, nominativas, escriturais, sem emissão de cautela ou certificados, simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, de valor nominal unitário de R$10.000,00, que serão distribuídas de acordo e nos termos da Instrução CVM n. 476, de 2009. O valor nominal das debêntures será amortizado em parcela única, na data de vencimento das debêntures. A Companhia deverá constituir um fundo de amortização, mantido em depósito em conta vinculada à emissão, de forma a atingir em 15 de

18.10 - Outras informações relevantes

	fevereiro de 2015, 15 de maio de 2015, 15 de agosto de 2015, 15 de novembro de 2015 e 15 de fevereiro de 2016, 20% (vinte por cento), 40% (quarenta por cento), 60% (sessenta por cento), 80% (oitenta por cento) e 100% (cem por cento), respectivamente, do saldo devedor atualizado das Debêntures.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Poderemos, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional prevista na escritura de emissão ou nos contratos de garantia, ficando o agente fiduciário obrigado a aditar os mesmos, conforme o caso, mediante aprovação prévia de debenturistas reunidos em assembleia, observando-se os quoruns de aprovação mencionados abaixo. Os debenturistas poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia, nos termos do artigo 71 da Lei de Sociedade por ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. Cada debênture em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de debenturistas, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 50% das debêntures em circulação. As alterações referentes a prazo de vigência das debêntures, remuneração, quorum de deliberação das assembleias gerais de debenturistas, e eventos de vencimento antecipado, deverão ser aprovados por debenturistas representando no mínimo 90% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	As debêntures farão jus a remuneração paga semestralmente e equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua pagina da internet, acrescida exponencialmente do *spread* que varia entre 3,0% a 4,0%, de acordo com a classificação de risco atribuída às debêntures por agência de *rating*. Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão liberados em parcelas, na medida em que as Debêntures forem subscritas e integralizadas, desde que esteja comprovada a constituição das garantias reais abaixo descritas nas proporções exigidas pela escritura de emissão. Os valores decorrentes da integralização das Debêntures, enquanto não forem liberados a nós, serão considerados cedidos fiduciariamente em garantia do cumprimento das obrigações decorrentes da emissão. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. Essas debêntures são da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória. A garantia real prestada consiste na

18.10 - Outras informações relevantes

alienação fiduciária de veículos nossos e na cessão de recebíveis decorrentes de contratos de locação de veículos, e a garantia fidejussória foi prestada pelos acionistas Luis Fernando Memoria Porto, Sérgio Augusto Guerra de Resende e pela controlada Locarvel Locadora de Veículos Ltda.

As debêntures também estipulam que caso os índices financeiros previstos na escritura não sejam observados, ficaremos impedidos de pagar dividendos e juros sobre capital próprio a nossos acionistas. Para maiores informações sobre índices financeiros a serem observados, vide item 10.1 (f) (iv) deste Formulário de Referência.

As debêntures foram objeto de esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM n. 476, sendo que a liquidação ocorreu em 09 de março de 2012.

Por fim, a escritura também prevê como hipótese de vencimento antecipado o fato de os Fiadores deixarem de deter, de modo direto ou indireto, a maioria do capital votante de nossa companhia e/ou a BVEP deixar de deter ao menos 20% do nosso capital social, exceto em caso de oferta pública, entendida como tal aquela que (i) resulte em captação de pelo menos R$150,0 milhões por nossa Companhia; (ii) que não resulte na perda de controle por parte dos Fiadores, nos termos da Lei nº 6.404/76;(iii) resulte na listagem de nossa Companhia no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa; (iv) resulte na subscrição das ações por mais de 75 investidores; (v) resulte em, no mínimo, 25% de ações de nossa Companhia em circulação (free float). Desta forma, a alienação de controle por parte de nossos acionistas controladores e a alienação pela BVEP de participação societária que resulte em participação desta em nosso capital social em montante inferior a 20% (se essa alienação não for feita em oferta pública com as características acima mencionadas) estão sujeitas a aprovação por parte dos debenturistas titulares das debêntures de nossa 5ª emissão.

Estamos conduzindo uma oferta pública inicial de nossas ações ("Oferta"), a qual encontra-se sob a análise da CVM. Até a realização da liquidação financeira da Oferta, o nosso controle será compartilhado pelos acionistas Luis Fernando Memoria Porto e Sergio Augusto Guerra de Resende (em conjunto, "Acionistas Vendedores Pessoas Físicas") e a BV Empreendimentos e Participações S.A ("BVEP"), nos termos do acordo de acionistas atualmente em vigor ("Acordo de Acionistas"). Após a liquidação financeira da Oferta, (i) o Acordo de Acionistas será automaticamente extinto, de pleno direito, de acordo com os seus termos e condições, (ii) a BVEP não fará mais parte do grupo de controle da Companhia, em decorrência da venda de até 75% de sua participação acionária na Companhia e (iii) os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas concentrarão de 47,1% do capital social votante (sem considerar a distribuição das ações adicionais e das ações suplementares no contexto da Oferta) a 35,3% de nosso capital social votante (considerando a distribuição integral das ações adicionais e das ações suplementares no contexto da Oferta) e, consequentemente, não mais haverá um grupo de controle que detenha mais do que 50% de nossas ações. Desse modo, acreditamos que os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas

18.10 - Outras informações relevantes

manterão o controle difuso sobre nossa Companhia após a Oferta. Ainda assim, consultamos os debenturistas de nossas emissões e todas as autorizações exigíveis e necessárias foram obtidas sem a imposição de quaisquer condições relevantes.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos um plano de recompra de valores mobiliários.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 31/12/2011

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	415.848	3.074.000,00	7,39
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	415.848	3.074.000,00	7,39

Exercício social 31/12/2010

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	415.848	3.074.000,00	7,39
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	415.848	3.074.000,00	7,39

Exercício social 31/12/2009

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	415.848	3.074.000,00	7,39
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	415.848	3.074.000,00	7,39

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Valor mobiliário Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			415.848	7,39	R$ por Unidade	02/10/2009	0,000001

19.4 - Outras informações relevantes

Adicionalmente às informações prestadas no item 19.2 deste Formulário de Referência, informamos que, em 27 de fevereiro de 2012 foi deliberado o cancelamento de nossas ações em tesouraria, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Exercício social corrente
Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	
Ordinária	**Quantidade (Unidades)**	**Valor total (Reais)**	**Preço médio ponderado (Reais)**
Movimentação			
Saldo inicial	415.848	3.074.000	R$7,39
Aquisição	0	0	0
Alienação	0	0	0
Cancelamento	415.848	3.074.000	0
Saldo final	0	0	0

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	
Preferencial	**Quantidade (Unidades)**	**Valor total (Reais)**	**Preço médio ponderado (Reais)**
Movimentação			
Saldo inicial	0	0	0
Aquisição	0	0	0
Alienação	0	0	0
Cancelamento	0	0	0
Saldo final	0	0	0

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**27/02/2012**
Cargo e/ou função	Diretores Membros do Conselho de Administração Membros do Conselho Fiscal (caso instalado) Acionistas Controladores Executivos e Funcionários com acesso a informações relevantes

Principais características

Em assembleia geral ordinária e extraordinária e reunião de nosso conselho de administração realizadas em 27 de fevereiro de 2012, aprovamos nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Política de Negociação"), a qual, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM nº 358") definiu as diretrizes para as negociações de valores mobiliários de nossa emissão por nós ou por pessoas vinculadas.

Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de valores mobiliários de emissão por qualquer das pessoas vinculadas: (i) sempre que ocorrer qualquer ato ou fato relevante em nossos negócios de que tais pessoas tenham conhecimento até sua divulgação ao mercado; (ii) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão por nós, nossas controladas ou coligadas ou outra sociedade sob controle comum, sendo que tal restrição prevista aplica-se às operações com ações de nossa emissão realizadas pelos membros de nosso Conselho Fiscal e Diretoria, conselheiros fiscais (caso instalado), funcionários e executivos com acesso a informação relevante, pelos integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas, pelos nossos acionistas controladores, ou por quem em virtude de seu cargo tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante nossos negócios exclusivamente nas datas em que nós negociemos com ações de nossa própria emissão; (iii) sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária nos envolvendo; (iv) sempre que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Não se aplicam as restrições à negociação acima descritas, às operações com ações em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra, de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado por nossa assembleia geral e às nossas eventuais recompras dessas ações realizadas por meio de negociação privada. As restrições à negociação também não se aplicam a nós, nossos acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais e empregados com acesso à informação privilegiada, a partir da data de assinatura do termo de adesão à nossa política de negociação de valores mobiliários. As negociações das pessoas acima referidas, no âmbito da Política de Negociação, para se valerem do benefício ora estabelecido nos termos da Instrução CVM nº 358, deverão realizar-se sob a forma de investimento a longo prazo, atendendo pelo menos a uma dessas características: (i) subscrição ou compra de ações por força do exercício de opções concedidas na forma de plano de outorga de opções de compra de ações aprovado por nossa assembleia geral; (ii) aquisições conduzidas por nós objeto de programa de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria; (iii) aplicação da remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de valores mobiliários de nossa emissão.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à nós ou à nossos acionistas controladores de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de novas ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e (d) a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há informações relevantes a serem informadas no item 20 deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Possuímos uma política de divulgação de ato e fato relevantes ("Política de Divulgação"), elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358 e aprovada em nossa assembleia geral extraordinária realizada em 03 de outubro de 2011. Nossa política tem como objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo nosso Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas no que tange à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público, conforme descritas no item 21.2 deste Formulário de Referência, abaixo.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Nossa Política de Divulgação tem por objetivo o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, que devem ser observados tanto por nosso Diretor de Relações com Investidores quanto pelas demais pessoas vinculadas identificadas na Política de Divulgação.

Nossa Política de Divulgação prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que tenhamos valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados. Em caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A comunicação de informações relevantes à CVM e às Bolsas de Valores, segundo nossa Política de Divulgação, deverá ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos e indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos. A informação relevante deve, ainda, ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais utilizados por nós, podendo o anúncio conter a descrição resumida da informação relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e às bolsas de valores e entidades de balcão organizado.

As pessoas vinculadas que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante, deverão comunicá-lo ao nosso Diretor de Relações com Investidores, pessoa responsável por divulgar e comunicar à CVM, às entidades de balcão organizado e às bolsas de valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos. Cumpre ainda a essas pessoas o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a
que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que os subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada, seja constatada a omissão de nosso Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação, caracterizada a omissão após decorridos três dias úteis do recebimento comprovado de comunicado escrito endereçado ao Diretor de Relações com Investidores, deverá a pessoa vinculada que tiver conhecimento de atos ou fatos que possam configurar informações relevantes comunicar diretamente à CVM tal ato ou fato.

O dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, nos termos da Política de Divulgação, às quais as pessoas vinculadas tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais informações relevantes sejam divulgadas ao público, se estende, ainda, ao dever de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. As pessoas vinculadas não devem discutir informações relevantes em lugares públicos, e somente deverão tratar de assuntos relacionados a informações relevantes com aqueles que tenham necessidade de conhecer tais informações. A obrigação de guardar sigilo é assumida pelas pessoas vinculadas por meio da assinatura de documento manifestando o conhecimento e adesão à Política de Divulgação.

Nossa Política de Divulgação prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo de nossa parte. Nesta hipótese, poderemos decidir por submeter à apreciação da CVM a divulgação ao público da informação relevante. Em tais casos excepcionais de não divulgação, sempre que a informação relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a informação relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de nossos valores mobiliários, nosso Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a informação relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às entidades de balcão organizado, às bolsas de valores e ao público.

Nossa Política de Divulgação prevê que as pessoas vinculadas nela identificadas e responsáveis pelo descumprimento de qualquer de suas disposições se obrigam a ressarcir nós e/ou outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que nós e/ou outras pessoas vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Até a data deste Formulário de Referência, não adotamos um procedimento interno formal para manter sigilo sobre as informações não divulgadas.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Nosso Diretor de Relações com Investidores possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a nossa Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem descritas neste item 21 deste Formulário de Referência.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em nossos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente

22.4 - Outras informações relevantes

Não há informações relevantes a serem descritas neste item 22 deste Formulário de Referência.